UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

EUJACIO ROBERTO SILVEIRA

**São Paulo 1917 – 1921, Aprendendo a Ser Patrão: “O Fazer-se” da
Fração Industrial da Burguesia Paulista**

São Paulo
2016

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

Eujacio Roberto Silveira

**São Paulo 1917-1921, Aprendendo a Ser Patrão “O Fazer-se” da
Fração Industrial da Burguesia Paulista**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação
em História Econômica da Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo, para obtenção do título de Mestre em História
sob a orientação do Prof. Dr. Everaldo de Oliveira
Andrade.

São Paulo
2016

SILVEIRA, Eujacio Roberto. *São Paulo 1917-1921, Aprendendo a Ser Patrão: “O Fazer-se” da Fração Industrial da Burguesia Paulista*, São Paulo, FFLCH/USP, 2016.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em História.

Aprovado em:

Banca examinadora:

Prof.

Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura _____

Prof.

Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura _____

Prof. Dr.

Instituição:

_____ Assinatura _____

São Paulo

2016

A

Ilana Blaj
In
memoriam

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Everaldo de Oliveira Andrade, pelo apoio à minha pesquisa acadêmica nestes últimos dois anos. Quero agradecer especialmente aos professores Rodrigo Ricupero e Henrique Soares Carneiro pelo incentivo a mim concedido.

No longo percurso de pesquisa e elaboração desta dissertação contei com o apoio de muitos funcionários pelos arquivos visitados. Agradeço ao pessoal do Arquivo Público de São Paulo: a Valéria, pela paciência no atendimento ao pesquisador, a Marcelo Antonio Chaves, pela atenção e dicas historiográficas, além de me presentear com o seu livro “A Trajetória do Departamento Estadual do Trabalho e Mediações das Relações de Trabalho (1911- 1937), que traz uma preciosa pesquisa sobre o Departamento Estadual do Trabalho (DET), a Marcelo Tadeu Quintanilha Martins, pelas dicas de pesquisa.

Na Hemeroteca da Biblioteca Mário de Andrade, agradeço pela atenção de Emanuel Ferreira Guedes, pelas sugestões e separação dos materiais solicitados. No Arquivo Edgar Leuenroth, na Unicamp, grato pela atenção e atendimento dispensados por Humberto Celeste Innarelli. Também sou grato aos funcionários do Arquivo Histórico Municipal de São Paulo (Washington Luis), do Centro de Documentação e Memória da Unesp (CEDEM), ao Centro de Documentação e Informação Científica (CEDIC-PUC), e ao Luis da Biblioteca Florestan Fernandes da FFLCH – USP.

Finalmente, agradeço pela colaboração indispensável do amigo de toda hora, David Cavalcante, pela interlocução e contribuição. Aos amigos (as) Patrícia Nakayma, Nívia Leão, Flávio Tavares de Lyra, Rogério de Campos, Silvia Miskulin, Daniel Fonseca, Ramon Casas Vilarino, Jenifer Souza, Wilson Honório da Silva, Simone Adami, Eloisa Bevenutti e Poli Gorodetchi.

Sou grato pela generosidade e amor de Marilene Piccoli, minha companheira nesta longa caminhada. A Marinêde Silveira, Ruth Léia Silveira, José Carlos Silveira, Isadora Piccoli, Yan Carlo S. Gonzalez, Chiara Fernandes Silveira, a minha mãe, Madalena Sampaio Gaviolli, a Nídia Talavera, familiares que compartilharam as diversas etapas desta pesquisa. E pela compreensão dos queridos vizinhos, Lino e Simone. E, por último, sou grato ao carinho e apoio pela Carmen e o Márcio.

RESUMO

SILVEIRA, Eujacio Roberto. *São Paulo 1917-1921, Aprendendo a Ser Patrão: O “Fazer-se” da Fração Industrial da Burguesia*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História, Universidade de São Paulo, 2016.

Este estudo contribui para a compreensão da formação da fração industrial da burguesia de São Paulo. Procuramos examinar a atuação da patronal da indústria a partir dos conflitos e negociações ocorridos desde este acontecimento, buscando apreender a experiência de coesão e organização do empresariado industrial de São Paulo. Nossa hipótese principal é de que, tal como o operariado, a patronal industrial também passou a se organizar e se mobilizar de forma mais consciente e programática. O que se pode inferir na análise de sua atuação nas greves gerais de 1919 e 1920. Em ambas as greves, posteriores a 1917, notamos uma atuação coesa no processo de negociação, com destaque para a forma organizacional das entidades patronais, tais como o Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de São Paulo e a Associação Paulista das Indústrias Mecânicas e Metalúrgicas.

Palavras-chave: burguesia, patronal, conflito, negociação, operariado, organização.

ABSTRACT

SILVEIRA, Eujacio Roberto. *Sao Paulo 1917-1921, Learning how to be the boss: The “to do” of the Bourgeoisie’s Industrial Fraction*. Master’s Degree Dissertation. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História, Universidade de São Paulo, 2016.

This study contributes to the comprehension of the establishing of the industrial fraction of the bourgeoisie of Sao Paulo. We seek to examine the Sao Paulo industry employers’ actions from conflicts and negotiations that have occurred since this event, trying to understand their experience of organization and cohesiveness. Our main hypothesis is that, as well as the working class, the industrial employers also began to organize and mobilize themselves in a more consciously and programmatically way. What can be inferred from the analysis of their action in the general strikes of 1919 and 1920. In both strikes, subsequent to 1917, we observed a cohesive representation in the negotiation process, highlighting the organizational form of the employers, such as the Spinning and Weaving Industrial Center of Sao Paulo and the Metallurgical and Mechanical Industry Association of Sao Paulo.

Keywords: bourgeoisie, employers, conflict, negotiation, working class, organization.

Sumário

APRESENTAÇÃO	9
INTRODUÇÃO	11
1. Acumulação Primitiva do Capital e Constituição do Mercado de Trabalho Livre no Brasil.....	25
1.1. Quadro Geral da Acumulação e a Questão da Terra	25
1.2. O Colonato Como Forma de Persistência da Mentalidade Senhorial Escravista.....	33
1.3. O Abolicionismo e a Constituição do Mercado de Trabalho Livre.....	53
1.4. A Revolução Burguesa no Brasil na Perspectiva de F. Fernandes	63
1.5. A Predominância do Capital Inglês no Brasil	88
2. Crescimento Industrial e Pensamento Industrialista	98
2.1. Crescimento Industrial.....	98
2.2. O Pensamento Industrialista.....	106
2.3. O Capital do Imigrante nas Origens da Indústria	113
2.4. A Economia do Café e a Industrialização em São Paulo.....	120
3. Patronato Industrial e Hegemonia de Classe	132
3.1. A Hegemonia de Classe da Burguesia Cafeicultora.....	133
3.2. A Burguesia Industrial e Suas Formas de Organização.....	153
3.3. A Coerção da Força de Trabalho Operária	167
3.4. O Quadro Social e Econômico de São Paulo Pré - 1917.....	181
4. São Paulo 1917-1921: Patronato Industrial e Conflito Operário.....	192
4.1. A Incapacidade dos industriais de Resolver Conflitos Trabalhistas.....	192
4.2. O Comportamento Divergente dos Industriais na Greve Geral de 1917....	209
4.2.1. As Consequências Imediatas do Movimento Grevista.....	219
4.3. A Fração Industrial da Burguesia Paulista Após 1917.....	224
4.3.1. Repressão e Intransigência Patronal	224
4.4. O Impacto Social da Greve no Debate da Legislação do Trabalho.....	236
4.5. Maio de 1919: Novo Patamar Organizativo dos Industriais.....	242

4.5.1. Os Industriais e a Regulamentação do Trabalho: 1919	269
4.5.2. O Fazer-se da Fração Industrial da Burguesia: 1919-1921.....	279
4.5.3. A Greve Geral de Outubro 1919: repressão e intransigência patronal	283
4.6. O Movimento Grevista de 1920: Unidade Patronal e Avanço Organizativo 290	
Conclusão	303
Referências Bibliográficas	308

APRESENTAÇÃO

A greve geral de 1917 foi um marco na história do movimento operário paulista e brasileiro, pela forma como a mobilização operária se realizou, inspirada na ação direta e com amplo leque de agentes sociais no processo de negociação.

O movimento grevista de 1917 encerrou um padrão de solução de conflitos entre patrões e operários que se caracterizara até então pela mediação do Estado sem a negociação direta entre as partes conflitantes. A partir desse evento, inaugurou-se o contato direto nas negociações entre as partes antagônicas envolvidas no conflito: capital e trabalho.

A historiografia da Greve Geral de 1917, de forma predominante, enfatizou as formas de luta e organização da classe operária, apontou de forma geral o amadurecimento e a consolidação de uma atuação reivindicatória de direitos, que no plano imediato passava pelo aumento salarial, mas também se voltou para a adoção de uma legislação do trabalho.

A atuação e apreensão da experiência patronal, no entanto, foram pouco consideradas nessas análises.

Este estudo procurou investigar a atuação da classe patronal da indústria a partir dos conflitos e negociações ocorridos desde esse acontecimento, buscando apreender a experiência de coesão e organização do empresariado industrial de São Paulo. Nossa hipótese principal é de que, tal como o operariado, a patronal industrial também passou a se organizar e se mobilizar de forma mais consciente e programática, o que se pode inferir na análise de sua atuação nas greves gerais de 1919 e 1920.

Em ambas as greves, posteriores a 1917, notamos uma atuação coesa no processo de negociação, com destaque para a forma organizacional das entidades patronais, tais como o Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de São Paulo e a Associação Paulista das Indústrias Mecânicas e Metalúrgicas.

Para que pudéssemos compreender a inflexão do padrão de relação capital e trabalho a partir de 1917, buscamos entender, em um primeiro momento, a estrutura e a dinâmica da sua constituição, notadamente a partir da segunda metade do século XIX; tendo como propósito mais geral entender as condições históricas que permitiram a implantação do capitalismo no Brasil. Essa primeira parte da pesquisa procurou estabelecer a gênese da burguesia paulista.

No segundo momento, a pesquisa se orientou no sentido de mostrar a evolução da unidade e coesão de classe da fração da burguesia paulista nos marcos do conflito capital e trabalho, entre 1917 e 1921, enfatizando em que medida as lutas operárias que agitaram a cidade de São Paulo, depois de 1917, influenciaram nos padrões de constituição de entidades de representação patronal do segmento industrial, conferindo-lhes maior grau de unidade e experiência de classe.

INTRODUÇÃO

Este trabalho foi concebido em duas partes articuladas entre si.

A primeira parte destaca a trajetória da burguesia mercantil nos marcos da constituição do modo de produção capitalista, formação do mercado de trabalho livre e a expansão da ordem social competitiva no Brasil ou a revolução burguesa. Seu propósito geral foi o de entender as condições históricas que permitiram a evolução da burguesia no processo de implantação do capitalismo no Brasil.

A segunda parte, composta por dois capítulos, contempla o núcleo principal da pesquisa e suas considerações finais. No capítulo II, situamos a formação do patronato industrial como fração da burguesia de São Paulo, procurando apontar as linhas gerais do processo de industrialização de São Paulo nos marcos da economia cafeeira, da dependência do capital externo, sobretudo o capital inglês. Contexto no qual surge um pensamento industrialista afinado, num primeiro momento, com a necessidade de atendimento às demandas de maquinário para a lavoura, mas que evoluiu para a defesa da indústria como símbolo do progresso social de um Brasil urbano.

As atividades fabris em São Paulo cresceram com o processo de urbanização da capital e de outras cidades do estado: a instalação de redes ferroviárias, iluminação elétrica, transporte público etc. Assim, abordaremos o processo de industrialização centrado em São Paulo e as suas bases no pensamento industrialista, apontando as características principais da formação do empresariado industrial de São Paulo, com uma forte e influente presença imigrante.

Os capítulos III e IV, lugares do principal objetivo desse estudo, se propõem em aprofundar o debate acerca da importância dos conflitos de classe na tomada de consciência da fração industrial da burguesia paulista em face do protagonismo organizativo e mobilizador do operariado paulista, por meio do qual se deu um dinâmico processo de lutas pela via da ação direta e que forçou os representantes do capital industrial a assumir atitudes mais condizentes com as modernas relações de trabalho, assumindo, a partir da greve geral de 1917, uma atitude política mais unitária frente às lutas operárias. Criaram-se novas entidades patronais que também buscaram interferir nos debates pela regulamentação do trabalho e formulação de uma ideologia de exploração e controle do trabalho fabril, pressionando o Estado a adotar uma repressão sistemática às lideranças anarquistas.

Na formação do modo de produção capitalista, qualquer que venha a ser a via que se processe, existe sempre uma fase precedente, a da acumulação originária do capital. A base para essa acumulação originária teve início na época em que o Brasil foi colônia de Portugal. Mas nem toda a renda produzida internamente convergia para fora da colônia. O estudo da dinâmica econômica das relações intracoloniais ficou sombreado durante algum tempo pela visão predominante na historiografia, que partia do “sistema colonial mundial como totalidade que determina o conteúdo de formação social do Brasil”, defendido por Fernando Novais e João Manuel Cardoso de Mello ¹.

Como veremos no decorrer deste estudo, a estrutura agrária concentrada em grandes extensões de terras com inúmeros plantéis de escravos, cuja demanda produtiva atendia ao mercado externo tinham, por sua vez, sua própria produção interna voltada para a subsistência da população colonial. Fator que foi desconsiderado por alguns autores, em virtude de não ter relevância na dinâmica da produção mercantilista interna integrada ao comércio exterior. A justificativa se baseou na ausência de *salários* para apoiar o argumento que a renda interna gerada se dirigia, quase que integralmente, para fora da colônia; o que revelava a ausência de acumulação originária local. E mais, do ponto de vista dessa linha de pensamento, a renda interna não figurava na posse coletiva dos habitantes da colônia, na medida em que se achava fortemente concentrada, “cujo sentido seria apenas de responder estímulos [...] e imposições” de fora².

Contudo, a ocorrência de novos estudos na década de 1980 mostrou a existência de um circuito econômico nos limites regionais da colônia, apontando para a constituição de um mercado colonial na dinâmica de acumulação originária de capitais. Assim, a nossa maior preocupação neste debate foi ressaltar a importância do mercado interno na acumulação originária de capitais, o que resultou, dentre outras coisas, numa maior diferenciação de riquezas entre os habitantes locais³, como a produção agrícola de São Paulo no século XVII.

No contexto da economia colonial, o escravo figurava como propriedade incontestável do senhor, representando em termos quase que absolutos a garantia do seu fundo de capital. O produto extraído da escravidão colonial satisfazia diversos agentes, que iam desde o proprietário dos escravos até a Coroa e os negociantes da metrópole. Constituíam, portanto, como a base material de transformação histórica que se deu na

¹ GORENDER, Jacob. A Burguesia Brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 7.

² LAPA, José Roberto do Amaral. O Antigo Sistema Colonial. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 31.

³ FRENCH, John D. Riqueza, poder e mão de obra numa economia de subsistência: São Paulo, 1596-1625. *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo*: São Paulo, v. 195, jan-dez. 1982.

economia da colônia. E mesmo depois da independência de Portugal, a escravidão mercantil se revigoreou conservando as estruturas que asseguraram o butim durante o período colonial.

No quadro produtivo da fase neocolonial do Brasil, na acepção de Florestan Fernandes, o caráter do capitalismo mercantil era de pilhagem⁴, e tinha se consolidado como uma das bases da formação da própria economia urbana e comercial em face do crescimento das lavouras de café no sudeste do país. Até meados do século XIX, enquanto perdurou o comércio internacional de escravos, seguiu a introdução maciça de africanos na expansão das lavouras agrícolas do Brasil, elemento estrutural que reforçava o escravismo.

Esse quadro irá mudar por completo a partir de 1850, quando o contrabando de escravos negros foi definitivamente suprimido pela Lei Eusébio de Queirós. A adoção, nesse mesmo ano, da Lei de Terras, que consagrava o fim da transmissão de terras pelo expediente das sesmarias, formalizou critérios de compra e venda como requisito principal de reconhecimento da sua posse e inaugurou, efetivamente, as condições por meio das quais a propriedade da terra se capitalizava, passando, a partir de então, a adquirir o status de renda capitalizada⁵.

A mudança incorporada com a Lei de Terras impunha dificuldades para a sua aquisição. Cabe frisar que o trabalho livre imigrante, que já figurava como proposta das elites cafeiras antes da Abolição, foi adotado como política oficial após 1888, consagrando a mão de obra imigrante como parâmetro indispensável na formação do mercado de trabalho livre nacional. Logo, restringir a aquisição de terra por parte dos imigrantes figurou como estratégia das elites agrárias, para forçá-los a oferecer sua força de trabalho em troca de baixa remuneração nas grandes plantações de café. O capital deixava de se concentrar no trabalhador cativo para configurar-se no resultado do trabalho livre, libertando ao cativo e a si próprio⁶. A terra se convertia em renda capitalizada e subordinava o comércio à sua rentabilidade, expediente que estimulou a concentração agrária.

A luta pelo fim do trabalho escravo se definiu como pressuposto relevante na propagação do modo de produção capitalista no Brasil. Por sua vez, a necessidade de uma ideologia do trabalho que respondesse às novas expectativas com o emprego do

⁴ FERNANDES, Florentan. *Circuito Fechado*. São Paulo: Hucitec, 1976, cap. I.

⁵ MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. São Paulo: Hucitec, 8ª edição, 2004. P. 60.

⁶ MARTINS, José de Souza. *Op. Cit.* p. 33-34.

trabalho livre, foi um elemento de preocupação das elites agrárias. Como remunerar o trabalho do colono? O debate acerca do regime de *colonato* nas lavouras de café do proeminente oeste de São Paulo revelou que o argumento segundo o qual o salário surgira simultaneamente com a instituição do trabalho livre era anacrônico, uma vez que o colono produzia parte dos meios da sua subsistência usando a terra do fazendeiro, realizando uma operação de duplo sentido: de um lado, o trabalho necessário, e do outro, o trabalho excedente.

Daí derivou um modelo de relação em que o colono identificava ser mais vantajoso o uso da terra ao pagamento fixo de um salário, pois entre a renda monetária e o plantio intercalado de roçados, o colono priorizava o último, que gerava um excedente produtivo negociável. A abertura de novas fazendas fazia o colono pagar com o cafezal o direito de usar a terra em proveito próprio, mas só durante a sua fase de formação. José de Souza Martins denominou esse mecanismo de exploração como sendo de caráter *pré-burguês*, em virtude de o ganho salarial ser insuficiente para a transformação do salário no aspecto principal da relação entre colono e proprietário de terra⁷.

Dessa forma, recrutar a força de trabalho imigrante para novas e promissoras lavouras de café transformou-se no elemento fundamental na promoção do êxito econômico do fazendeiro do oeste paulista, assim como a reprodução de capitais dos grandes proprietários de terras. A importância econômica adquirida por estes em negócios com o café irá lhes outorgar poder e influência no emergente Estado capitalista brasileiro da Primeira República. A consolidação da economia de mercado e a universalização do mercado de trabalho livre estabeleceram as condições necessárias para a difusão da ordem social competitiva no país, isto é, o capitalismo.

Tendo em vista a relevância da constituição do mercado de mão de obra livre, Jacob Gorender lembrou que “A revolução abolicionista fez as vezes da revolução burguesa no Brasil. [...] cabe afirmar que a revolução abolicionista foi a revolução burguesa no Brasil”.⁸ Com o fim da propriedade escrava, removeram-se os empecilhos econômicos e jurídicos de formalização do mercado assalariado no Brasil.

Está fora de propósito que façamos, aqui, uma análise exaustiva do conceito de “revolução burguesa” desenvolvido por F. Fernandes. Nosso objetivo neste trabalho será pontuar alguns elementos que compõem o conjunto de sua teoria, que parte da

⁷ Idem, *Ibidem*, p. 74.

⁸ GORENDER, Jacob. *A Escravidão Reabilitada*. São Paulo: Ática, 2ª edição, 1991, 188.

perspectiva histórico-sociológica para entender a dinâmica social das origens da burguesia no Brasil, na complexa implantação do regime capitalista de produção.

Seu estudo procurou se debruçar em torno das condições específicas do modelo de revolução burguesa ocorrida no Brasil, que foi diferente do modelo clássico. Na Europa, a burguesia revolucionária clássica quando derrubou a aristocracia agrária do poder implantou um sistema liberal-democrático. Então, por que, no Brasil, a burguesia optou por um modelo autoritário de democracia limitada? A burguesia brasileira não nasceu das entranhas de uma sociedade feudal inexistente. A sua gênese está na maneira peculiar pela qual o capitalismo se desenvolveu no Brasil.

Logo, seria um equívoco presumir que o modelo brasileiro de revolução burguesa, ou seja, de implantação e desenvolvimento capitalista, percorresse o mesmo caminho dos modelos clássicos. Em essência, o padrão do desenvolvimento capitalista do Brasil é específico e foi essa especificidade, com seus desdobramentos históricos e políticos, que F. Fernandes buscou estabelecer. Opôs-se à visão sociológica do caráter nacional brasileiro e ao dualismo desenvolvimentista dos anos de 1950 e também às teses defendidas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), que buscavam justificar a constituição de alianças com setores progressivos da burguesia nacional, na luta contra a “aristocracia feudal” interna, em nome da revolução democrática e antiimperialista. Caio Prado Júnior, ainda nos anos de 1950, criticara essa visão defendida por Nelson Werneck Sodré, mostrando suas limitações históricas.

Na concepção de F. Fernandes, tratar a questão da revolução burguesa no Brasil consiste em perscrutar os sujeitos das grandes transformações históricas e sociais que estão por trás da desagregação do regime escravista-senhorial e da formação da sociedade de classes no Brasil. Nesse sentido, o conceito de revolução burguesa operado por F. Fernandes guarda como principais atributos a modernização econômica, política, cultural e social, uma transição dos tempos senhoriais de hegemonia das oligarquias agrárias, para a era burguesa, quando essa hegemonia foi compartilhada entre as antigas oligarquias e o novo grupo social emergente, a burguesia. Cumpre ressaltar que, segundo sua linha de raciocínio, não houve no Brasil um confronto de natureza estrutural entre o novo e o antigo, mas a fusão do velho com o novo. A burguesia se ausentou do conflito de vida ou morte frente aos potentados agrários.

Na qualidade de grupo social ascendente, a burguesia brasileira não encontrou “vontade revolucionária” para liquidar as estruturas oligárquicas, pelo contrário, encontrou vantagens na associação com a aristocracia rural e o imperialismo.

Realizou a sua revolução em uma economia de caráter neocolonial, periférica e dependente, gerando um tipo de dominação burguesa com procedimentos autocráticos, herdados do passado ou improvisados no presente. O significado dessa dimensão autocrática da dominação burguesa revelou um traço particular da aliança entre as elites dominantes, “havia um acordo tácito quanto à necessidade de manter e reforçar o caráter autocrático da dominação burguesa, ainda que isso parecesse ferir a filosofia da livre empresa, as bases legais da ordem e os mecanismos do Estado representativo”⁹.

Foi graças a esse “acordo espúrio” que as velhas estruturas de poder se viram restauradas, o “velho e o novo” se integrando, a antiga aristocracia comercial com seus tentáculos no mundo dos negócios e as elites imigrantes com seus descendentes investindo no segmento industrial, prevalecendo, de forma geral, a lógica de dominação burguesa dos grupos oligárquicos dominantes. O imigrante foi o protagonista da industrialização, constituindo-se no elemento dinamizador da revolução burguesa brasileira. Se o cafeicultor foi o agente capitalista na esfera econômica, o imigrante foi um agente dinâmico múltiplo, pois ocupou várias funções, de assalariados a agricultores, comerciantes de importação- exportação e industriais¹⁰.

Em suma, a lógica de dominação da burguesia brasileira, a qual F. Fernandes investigou, se voltava, segundo ele, para “o presente e para o futuro”, tanto na economia como na política: “À oligarquia a preservação e a renovação das estruturas de poder, herdadas do passado, só interessavam como instrumento econômico e político: para garantir o desenvolvimento capitalista interno e sua própria hegemonia econômica, social e política”¹¹.

Dessa perspectiva histórica, a burguesia brasileira nasceu não da luta contra as condições pré-capitalistas existentes, mas de sua cooptação econômica e política, em função dos laços de dependência oligárquicos, do capital mercantil e financeiro, do Estado e do capital estrangeiro. De traços autocráticos procedentes das antigas elites agrárias dominantes, soube traduzi-los em formas autoritárias de Estado, daí provém a opção interna de um tipo de capitalismo que relegou a sociedade brasileira às perversidades do desenvolvimento desigual interno e da dominação imperialista externa. Desse modo, a “*burguesia nacional*” converteu-se, de um modelo de atuação política,

⁹ FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975, p. 207.

¹⁰ REIS, José Carlos. As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC: Rio de Janeiro, 2ª edição, 1999, p.227.

¹¹ FERNANDES, Florestan. *Op. Cit*, p. 211.

econômica e social, estruturalmente, “numa burguesia pró-imperialista, incapaz de passar de mecanismos autoprotetores indiretos ou passivos para ações frontalmente antiimperialistas, quer no plano dos negócios, quer no plano propriamente político e diplomático”¹².

Como veremos no percurso deste trabalho, as tensões e conflitos localizados envolvendo as frações industriais e oligárquicas da burguesia brasileira se redefiniam de acordo aos seus interesses econômicos imediatos; em determinados momentos as divergências políticas se acentuam, enquanto que em outras vezes se abrandam, pois na medida em que avançavam o processo de industrialização e a divisão internacional do trabalho, a rigidez aparente e o antagonismo entre empresários industriais, de um lado, e produtores agrários do outro, não correspondia à realidade, uma vez que a questão central estava no controle do Estado e na orientação da sua política econômica.

Assim, por maior que fossem as divergências dos empresários industriais com o bloco de poder hegemônico, tendo à frente a burguesia cafeicultora, a fração industrial efetivamente se beneficiava da ordem estável mantida pelas oligarquias agrárias, que monopolizavam o fazer política no Brasil. Desse ponto de vista, não havia interesse nem disposição do setor industrial da burguesia em confrontar seus pares agrários, quando os riscos eram maiores do que os benefícios. Por outro lado, o consenso existente entre os diversos segmentos burgueses na exclusão das classes subalternas do jogo político não se alterou, mesmo depois dos anos de 1930¹³.

Durante o século XIX, principalmente na sua segunda metade, quando as condições históricas abertas com a Abolição da Escravatura e a economia do café permitiram o avanço do processo de constituição do capitalismo no Brasil, o capital inglês desfrutava de enorme influência como potência imperial na economia brasileira.

O Brasil e a Inglaterra mantiveram estreitos laços econômicos até o conflito da Primeira Guerra Mundial, não sendo exagerado asseverar que quase a totalidade dos fluxos de capitais apurados nessa época e a importação de mercadorias eram de procedência inglesa. A pujança do capital inglês e a força da sua indústria fizeram a sua burguesia se vangloriar da condição de “oficina do mundo”. A Inglaterra assumia a condição de metrópole e liderava um extenso império ultramar, e se costumava afirmar que “O Sol jamais se punha”.

¹² Idem, *Ibidem*. P. 305.

¹³ ARRUDA, Pedro Fassoni. O “Fazer-se” da Burguesia Industrial no Brasil: possibilidades históricas e obstáculos para exercício da hegemonia burguesa (1930-1954), Tese de Mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciência, Unesp-Marília, 2003.

De lá provinham os capitais, os técnicos e engenheiros responsáveis pela expansão das estradas de ferro do país, além de atuar na área de infraestrutura, as locomotivas e suas peças de reposição, máquinas agrícolas e demais equipamentos para processar alimentos, como usinas de açúcar, máquina de beneficiamento de café, descaroçadores de algodão, moinhos de trigo, máquinas a vapor, usinas de energia elétrica, fusos e teares mecânicos, dentre outros, não deixam dúvidas dessa influência marcante na primeira fase do capitalismo brasileiro¹⁴, pois a indústria nacional ainda não reunia possibilidades de fabricá-los, mas dava passos seguros com a instalação da indústria têxtil e alimentícia no último quartel do século XIX.

A industrialização em São Paulo teve um forte impulso entre 1907 e 1920, período em que foi registrado um formidável crescimento das atividades fabris no Brasil. De acordo com o Censo Industrial, foram criados 10.078 novos estabelecimentos industriais de 1907 a 1920. O Estado de São Paulo figurou com 4.145 estabelecimentos industriais inscritos em 1920, com investimentos de capitais da ordem de 537:817:439.000\$ contos de réis ouro.

Em contrapartida, o número de operários em São Paulo, nesse mesmo período, saltou de 22.500 trabalhadores em atividade, em 1907, para 83.998, em 1920, representado um aumento de mais de 60.000 novos trabalhadores nas atividades fabris, ou seja, um acréscimo de 273%, o que proporcionou a elevação da produção industrial para a casa de 986:110:256.000\$ contos de réis ouro contra 110:754:391, em 1907¹⁵.

No acelerado processo de urbanização vivido pelo estado de São Paulo, sobretudo de sua capital, as linhas férreas integravam as principais cidades do interior, transformando-as em pólos econômicos, como por exemplo, Ribeirão Preto, Campinas, e Limeira. Em 1880 havia 1.176 km, em 1900 chega a 3.373, e atinge a marca de 6.137 km, no primeiro ano da guerra, 1914¹⁶. O que encurtou a distância das regiões produtoras de café com o Porto de Santos, por onde era exportada a produção agrícola de São Paulo aos mercados europeus e norte- americanos.

Outro fator de suma importância no processo de urbanização em São Paulo, que ajudou reduzir os custos da indústria, deu-se com a implantação de um sistema de fornecimento de eletricidade. A capacidade produtiva saltou de 52 kW em 1883, para

¹⁴ ARRUDA, Pedro Fassoni. Relações de Poder no Brasil Capitalismo Dependente: 1889 a 1930. São Paulo: Expressão Popular, 2012, 133.

¹⁵ Diretoria Geral de Estatística, Ministério da Agricultura Indústria e Comércio, Recenseamento do Brasil de 1920: Indústria. Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, Volume V, 1927, p. VIII.

¹⁶ Revista de Comércio e Indústria. São Paulo: 20 de março, 1915, Ano I, nº 2, p. 41.

5.030 kW em 1890, e atingia o importante patamar de 12.085kW no ano de 1900¹⁷, fazendo com que a indústria desse um salto de qualidade na produção.

A prosperidade econômica que provinha da economia cafeeira tornou favoráveis as condições para o desenvolvimento das atividades industriais em São Paulo, ainda que prevalecessem as regras de inserção do Brasil no mercado mundial como fornecedor de artigos tropicais.

Surge a primeira geração de empresários ligados à indústria, defensores de um discurso em defesa do progresso industrial. Edgar Carone mostra que as suas formulações se limitavam a certo pragmatismo que mais se ajustava aos problemas momentâneos e concretos que surgiam na luta pela industrialização, há um intenso debate que envolve essa primeira geração com claros propósitos de proteção do mercado nacional contra a “concorrência desleal” dos produtos importados.

Os representantes da indústria nacional de maior projeção se agrupam no Centro Industrial do Brasil, entidade defensora dos interesses e prerrogativas políticas dos industriais com sede no Rio de Janeiro, que cumpriu importante papel na luta pelas demandas empresariais. Nessa primeira geração que se formou na atuação do CIB figuram: Sezedelo Correia, Amaro Cavalcanti, Jorge Street, Vasco Cunha, Leite e Oiticica, Américo Werneck, Veira Souto¹⁸.

A formação do empresariado paulista encontrou na imigração uma forte aliada. Uma vez que a maioria dos imigrantes que se converteram em empresários do setor industrial chegou ao Brasil já com algum pecúlio para investir. O Conde Matarazzo simbolizou essa importante parcela de imigrantes que chegaram ao Brasil com algum capital. Valeram-se das oportunidades econômicas abertas pelas necessidades de um crescente mercado de consumo, alguns, como o próprio Matarazzo, formaram verdadeiros impérios industriais; caso que também se aplica ao fundador do grupo Votorantim, o imigrante português Pereira Inácio, que desembarcou no Brasil em 1884.

Os Guinle, que encontraram em São Paulo campo livre para seus primeiros empreendimentos, começaram atuando no comércio de tecidos, e posteriormente compraram as docas de Santos em 1897, modernizando os armazéns e munindo-os de

¹⁷ McDOWALL. Light A História da Empresa que Modernizou o Brasil. Rio de Janeiro: Ediouro, 2008, p. 35.

¹⁸ CARONE, Edgar. O Centro Industrial do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Cátedra, 1978, p. 75.

guindastes. Associaram-se a empresas britânicas e norte-americanas e organizaram, em 1909, a Companhia Brasileira de Energia Elétrica, no Rio de Janeiro.

A atuação do segmento imigrante nas duas primeiras décadas do século XX na economia brasileira é digna de nota, pois a maioria dos chamados “capitães da indústria” constituía-se de imigrantes que nunca precisaram exercer nenhuma função na lavoura ou mesmo na fábrica. Deviam a sua fortuna inicial à atuação no comércio, principalmente de importação: Irmãos Jafet, Conde Crespi, Jorge Street, Nicolau Scarpa (tecelagens), Conde Alexandre Siciliano (banco e fábrica de máquinas agrícolas), Pierre Duchen (biscoitos), a família Gamba (moinhos de farinha de trigo) Ramenzoni (chapéus), Klabin (papel), entre outros.

Embora tenham ocorrido durante a Primeira República o crescimento e a importância da fração industrial da burguesia de São Paulo na economia, a trajetória conservadora de sua elites agrárias, que controlavam o *sistema político* cujo foco de poder era a hegemonia do Estado, essas elites defendiam um ponto de vista ideológico comum à democracia liberal, mas acabavam agindo de modo que a participação política ficasse restrita aos seus representantes. Assim, o Estado burguês dessa fase possuía, de acordo com Maria do Carmo Campello de Souza, um “caráter ambíguo, oligárquico, liberal”¹⁹.

Era por meio do controle do aparelho de Estado que se dava o exercício de dominação política em relação aos demais agrupamentos sociais, ou seja, os mecanismos de exclusão política das massas rurais e urbanas refletiam o exclusivo domínio do sistema político eleitoral perpetrado pelos potentados locais e donos de terras, que constituíam o sistema oligárquico de dominação.

Portanto, a dominação de classe dos proprietários de terras e a hegemonia política adquirida pela burguesia dos cafeicultores se caracterizaram, do ponto de vista social, por meio da exclusão do processo político eleitoral da maioria absoluta da população do país. A burguesia agrária se armou de novos instrumentos de dominação institucionais para garantir a sua condição de hegemonia de classe, respondendo às novas mudanças sociais geradas pelo processo de urbanização e industrialização. Contudo, apesar das novas demandas e das contradições sociais, o tipo de democracia nascente correspondeu a um refinamento da dominação de classe dos proprietários de

¹⁹SOUZA, Maria do Carmo Campello de. “O Processo Político-Partidário na Primeira República” in: MOTA, Carlos Guilherme. Brasil em Perspectiva. São Paulo: Difel, 1974, p. 167.

terras no plano das instituições políticas. Os novos instrumentos de dominação criados pela burguesia agrária serviram para consolidar seu poder²⁰, dotado dos “necessários suportes legais”²¹ no exercício da hegemonia do poder político de classe, nas primeiras três décadas da Primeira República.

Essa hegemonia definiu o alinhamento econômico e social de uma nova fração de classe na esfera das elites dominantes, o da burguesia industrial, que veio a se constituir, na apreciação de Décio Saes, “no interior do mundo capitalista agrário [...] cuja significação social aumentará paralelamente à progressiva expansão do setor industrial”²². Este, em virtude das perspectivas econômicas abertas com o advento da Primeira Guerra Mundial, buscou se alinhar a entidades de classe em defesa dos interesses do segmento industrial.

Assim, a Associação Comercial de São Paulo figurou, pelo menos até 1918, como a principal entidade de representação do patronato industrial de São Paulo. A convivência do comércio e indústria abrigados numa mesma entidade de classe tornava-se possível devido às particularidades do contexto de formação de ambas no estado de São Paulo. Se compararmos com o Rio de Janeiro, o comércio e a indústria de São Paulo tiveram um desenvolvimento bem mais recente, e a necessidade de união para encontrar soluções de problemas comuns superava as divergências, porém não as resolvia.

O bloco industrial rompeu com a Associação Comercial de São Paulo em 1928, ocasião das eleições para a diretoria da entidade, tendo à frente como candidato de uma chapa, exclusivamente composta por industriais, Jorge Street. As divergências dentro da ACSP se tornaram irremediáveis, o que levou os industriais a criarem o Centro Industrial de São Paulo (CIESP), naquele mesmo ano.

Em Outubro de 1919, em virtude da ação dos grevistas, sobretudo vindos do operariado fabril, foi criado o Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de São Paulo (CIFTSP). Essa entidade atraiu as principais empresas que atuavam no setor têxtil. Era, por excelência, a porta-voz do pensamento dos representantes das grandes empresas. O CIFT assumiu uma condição mais elevada do ponto de vista da organização e defesa das demandas industriais do setor têxtil, após as greves gerais de 1919 e 1920. Seu foco principal foi criar as condições necessárias para enfrentar as mobilizações operárias,

²⁰ SAES, Décio. *Classe Média e sistema Político no Brasil*. São Paulo: T.A Queiroz, Editor, 1985, p. 34.

²¹ SOUZA, Maria do Carmo Campelo de. *Op. Cit.*, p. 185.

²² SAES, Décio. *Op. Cit.*, p. 36.

mas também atuou pela sujeição do trabalho no interior das fábricas e pelo controle repressivo do operariado e suas organizações.

Coube ao seu gerente e mais tarde secretário geral do CIFT, Otávio Pupo Nogueira, a tarefa de elaboração da linha de atuação política contra as greves. Para isso, organizou as famosas “listas dos indesejáveis” e de “identificação operária”, estabelecendo canais de contato direto com as autoridades policiais para o controle operário, dispositivo de atuação que foi estendido para as fábricas da capital e do interior. As listas visavam à repressão e eliminação pura e simples dos ativistas envolvidos com as lutas.

Além disso, o CIFT mostrou-se atento em levar ao empresariado o debate sobre as novas concepções para racionalizar a produção nas fábricas, apoiando-se nos métodos fordista e taylorista. Otávio Pupo Nogueira, seu secretário geral, assumiu um ativo papel na defesa desses métodos de controle da produção fabril junto aos industriais. Por conseguinte, a partir de 1919, fruto dos embates de classe provocados pelas ondas grevistas, a fração industrial da burguesia mostrou-se mais coesa ante as exigências operárias. Em resposta aos novos desafios abertos pelos conflitos de classe, os representantes do capital industrial avançaram organizadamente com o propósito de enfrentarem os desafios fixados pelas lutas protagonizadas pelo movimento operário.

O comportamento do patronato havia mudado em relação às greves; os patrões aprenderam a sentar à mesa de negociação para ouvir as reivindicações feitas pelos seus antagonistas de classe, aliás, um avanço nesse sentido. Entretanto, tornavam efetivas, com o apoio do Estado, as perseguições contra a vanguarda operária, na sua maioria constituída de militantes estrangeiros de orientação anarquista.

A manipulação ideológica dos trabalhadores fabris por parte do patronato foi intensa, de maneira que os interesses dos industriais eram efetivamente apresentados como interesses da nação. Logo, aqueles que promoviam desordens agitando a “luta de classes” ou “tentando criar leis perturbadoras do trabalho” estavam cometendo o crime de lesa-pátria²³. Um dos expedientes também adotado pelo discurso patronal era caracterizar a fábrica como uma “grande família”, e ao patrão estava assegurado o papel de um “pai benevolente”, como aparecia nas circulares do CIFTSP²⁴.

²³ COSTA, Emília Viotti da. *A Dialética Invertida*. São Paulo: Editora Unesp, 2013, p. 142.

²⁴ CIFTSP: *Circular* nº 308, 01/4/1924 (AEL).

O patrão da indústria se via imbuído de um grande gesto pessoal e social de proporcionar trabalho, não havendo a menor razão de protestos. Apesar de não se oporem publicamente à regulamentação do trabalho do menor, da mulher e à jornada de oito horas de trabalho, dificultaram ao máximo a adoção das leis de regulamentação do trabalho nos anos de 1920. Somente a partir de 1926, com o decreto nº 17476 de 30/10/1926 sobre as leis de férias para os operários industriais, e o decreto nº 5083 de 01/12/1926, que versava sobre o código do menor na indústria – é que foram admitidos pontos de uma legislação básica. A lei das oito horas de trabalho fora instituída em 1919, mas a sua aceitação foi parcial e oscilou quanto ao seu cumprimento.

O operariado, mergulhado em péssimas condições de vida, atirou-se à luta, inaugurando uma fase superior de consciência no embate de classes com a fração de classe da burguesia industrial. Esta também se valeu da experiência na luta, sabendo tirar importantes lições nos embates de classe entre capital e trabalho, sobretudo a partir das movimentações operárias nas greves gerais de 1919 e 1920, ocasião em que se mostrou coesa no plano das decisões políticas, e unitária na atuação contra o movimento operário.

Durante a greve geral de julho de 1917, as associações patronais foram incapazes de apresentar uma proposta unificada ao movimento, o que demonstrou sua fraqueza organizativa e dificuldades de coesão, não conseguindo agir, portanto, unitariamente enquanto classe, cabendo ao Estado e ao Comitê de Imprensa (formado por jornalistas), as iniciativas para resolução do conflito. É nessa perspectiva que podemos realçar o aspecto inovador do poderoso movimento paredista de 1917, pois, a partir dele, a fração industrial se capacitou em fazer consciência no processo, isto é, adquirir coesão política de classe pela ótica do conflito moderno da luta de classes.

O empresariado decide unir-se e tomar decisões conjuntas mais sistemáticas e eficazes, em face das crescentes mobilizações operárias. Não foi por mero acaso que na década de 1920 a atuação de classe da fração industrial da burguesia se fortaleceu, pois, mais articulado com as forças repressivas do Estado, o patronato da indústria adquiriu a experiência que lhe faltava para efetivar sua dominação enquanto classe, aliada ao bloco hegemônico do poder de Estado.

Por sua vez, o operariado descobriu a sua força mobilizadora enquanto os patrões e o governo adotavam mecanismos mais eficazes para contê-la, de maneira que as primeiras medidas da regulamentação trabalhista nasceram proporcionalmente ao aumento da repressão policial sobre a classe operária. Portanto, partindo da evolução da

unidade de classe do patronato industrial, entre 1917 e 1921, constatamos que a fração industrial da burguesia paulista, em estreita aliança com o bloco de poder oligárquico dominante, se transformara atuando de forma coesa em defesa dos seus interesses gerais e aos desafios de classe impostos pelo operariado e suas organizações.

Em suma, a fração industrial da burguesia, por meio do conflito de classes, alcançou um grau de experiência política após 1919 que não possuía nas agitações operárias de 1917, o seu “fazer-se de classe” se realizou no conflito²⁵.

²⁵ THOMPSON, E.P. A Formação da Classe Operária Inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, Introdução, Vol. I.

1. Acumulação Primitiva do Capital e Constituição do Mercado de Trabalho Livre no Brasil

1.1. Quadro Geral da Acumulação e a Questão da Terra

Na primeira parte deste primeiro capítulo, procuramos mostrar a importância da acumulação interna de capitais no processo da acumulação primitiva no Brasil, integrando o debate da corrente historiográfica tradicional, representada por Caio Prado Jr., que defendia o processo de acumulação primitiva de capitais visto a partir de fora. Fizemos o contraponto com a visão apresentada por Amaral Lapa e por novos pesquisadores, que defenderam a importância dos circuitos econômicos internos da colônia na acumulação primitiva de capitais. Na segunda parte deste capítulo, nossa intenção foi mostrar a trajetória da mão de obra no Brasil, a sujeição do trabalho escravo e, após a Abolição, a formação do mercado de trabalho da mão de obra livre.

O quadro histórico em que se deu a base da acumulação primitiva do capital teve início na época em que o Brasil se resumia a uma colônia de Portugal. Nem toda a renda produzida na colônia era transferida para fora; uma parcela considerável dessa renda permanecia na própria Colônia, seja para a “ampliação direta da produção escravista”, sob o controle dos plantadores, ou ainda sob a forma de capital mercantil, operacionalizado pelos mercadores que financiavam e comercializavam a produção das plantações escravistas no mercado europeu (GORENDER: 1981, 9).

Caio Prado Jr. vê esse circuito econômico como secundário, acredita na absorção da grande lavoura e em toda e qualquer possibilidade do exercício de abastecimento da população dos núcleos mais densos da colônia, onde, segundo ele, “a insuficiência alimentar quase sempre se tornou uma regra”. Aponta que esse problema já existia desde os primeiros tempos da colonização, mas que no século XVIII ganha outra dimensão, por causa da relativa importância que os centros urbanos vão adquirindo. Em função disso, medidas foram tomadas por autoridades obrigando os proprietários a plantarem mandioca e outros alimentos, “gravam-se as doações de terra com a obrigação de se cultivarem gêneros alimentares desde o primeiro ano da concessão” (PRADO JR: 1963, 43).

Segundo Celso Furtado, a renda que era gerada no meio colonial estava fortemente concentrada e sob controle da classe dos proprietários de engenho: pelo menos 90% da renda gerada pela economia açucareira estariam concentrados nas mãos desse mesmo segmento de proprietários de engenhos e de plantações de cana. Contudo, observa que a destinação dessa vultosa massa de renda em poder de tão poucas mãos “constitui um problema difícil de elucidar”. O autor sugere que essa potencialidade financeira só tenha sido usada excepcionalmente, e que o crescimento da empresa açucareira foi conduzido pela possibilidade dos mercados importadores e observa que havia plenas condições financeiras para a indústria açucareira ser suficiente no sentido de autofinanciar “uma duplicação de sua capacidade produtiva a cada dois anos”, porém não acreditava nessa variante. Propõe a questão da seguinte forma: “se a plena capacidade de autofinanciamento da indústria não era utilizada, que destino tomavam os recursos financeiros sobrantes?” Para ele, não eram empregados dentro da colônia, lugar onde a atividade econômica não açucareira consumia poucos capitais. Muito menos na inversão desses capitais em diferentes regiões da colônia. Logo, a explicação mais plausível encontrada para esse problema está na possibilidade de que a “parte substancial dos capitais aplicados na produção açucareira pertencesse aos comerciantes”. E conclui que uma parte da renda, que antes se atribuiu aos donos de engenhos e de canaviais, na verdade “seria o que modernamente se chama renda de não-residentes e permanecia fora da colônia” (FURTADO: 1987, 44-46).

Nos períodos em que a procura externa por produtos coloniais se retraía, e, conseqüentemente, baixavam os seus preços na Europa, as unidades produtoras na colônia tendiam a deslocar fatores para a produção de subsistência, na medida em que diminuía a sua capacidade de importação. Na dinâmica contrária, quando da ampliação da procura externa, as unidades produtivas coloniais tendiam a mobilizar todos os fatores voltados para a produção exportadora. Desta forma, na acepção de Novais “abria-se, então, à economia colonial de subsistência a possibilidade de desenvolver-se autonomamente”. Contudo, seu posicionamento está em conformidade com aquele defendido por Caio Pardo Júnior, segundo o qual, “Era pois o setor de exportação que comandava o processo produtivo no seu conjunto” (NOVAIS: 1990, 76).

A produção colonial exigia grandes propriedades rurais para a execução do esquema produtivo agroexportador, e exigia também numeroso contingente de escravos,

cuja produção estava voltada para o exterior, mas tinha, por outro lado, sua produção de subsistência. Embora essa produção seja desconsiderada por alguns autores, por não alimentar qualquer circuito econômico, enquanto a produção social estava inteiramente voltada para o comércio com o exterior, nas fímbrias do comércio mercantilista é que se dava uma economia de subsistência da maior parcela da população colonial. O argumento usado é o de que não havendo salários, a massa de renda gerada era direcionada em quase sua totalidade para o exterior, por causa da enorme dependência existente da economia colonial e a falta de acumulação originária local, não entrando na posse coletiva dos habitantes da colônia, “uma vez que se encontrava fortemente concentrada” (LAPA: 1982, 47).

De acordo com a historiografia crítica, a questão do circuito econômico intracolonial seria objeto de novas pesquisas, e a existência de um mercado interno colonial o alvo dessas novas investigações.

Amaral Lapa se destaca como um dos mais importantes interlocutores dessa abordagem historiográfica, que defende a existência de um fluxo econômico entre as regiões do Brasil Colônia, e da constituição de um mercado intercolonial no processo de acumulação originária de capitais. Vejamos:

É esse mercado que *não existe*, cuja mediocridade de organização, ausência de evolução das técnicas, baixíssimas produtividade e rentabilidade esvaziam, que vai compor o quadro de estagnação. Ora, justamente este mercado - na falta de melhor explicação - é que também vai fornecer a ‘vanguarda da expansão cafeeira’ e oferecer os capitais acumulados para a montagem de nova economia que se avizinhava, segundo Furtado e outros autores, como Maria Silvia e Yeda Linhares. Isso, para não falarmos na lavoura canavieira em São Paulo, também anteriormente formadora dos pré-requisitos que viabilizaram o café. [...] Nessa versão, ainda, as tramas de relações que caracteriza o mercado interno implicava então um comércio permanente de trocas, onde podia predominar o escambo, e o fluxo monetário era pequeno ou até inexistente para alguns. A falta de capacidade aquisitiva, o acanhamento da vida colonial e crédito restrito, pareciam realmente travar a economia interna [...] entretanto, é preciso atentar para o fato de que mesmo com essas limitações, constituiu-se um sistema de trocas que supera, em muito, o nível local do escambo e autoconsumo, incluindo até mesmo a própria produção escrava e sua comercialização do excedente, em prática, cuja significação foi estudada por Gorender, Castro e Ciro Cardoso, além, naturalmente, dos pequenos produtores livres com ou sem escravos, eles sim representando um setor importante para o mercado interno. [...] A construção deste mercado interno é concomitante com o mercado intercolonial e se faz cumprindo e/ou reagindo às imposições do capitalismo internacional que rege o mercado mundial (LAPA: 1982, 48-49).

Apesar das pressões exercidas pelas autoridades coloniais para a adoção dessa deliberação, havia por parte dos grandes proprietários e senhores de engenho certa resistência em atendê-la, que em algumas situações alcançava total desobediência ou recusa, como mostra o afronto às leis por um senhor de engenho citado por Caio Prado: “*Não planto um só pé de mandioca, escreverá ele, dirigindo-se às autoridades, para não cair no absurdo de renunciar à melhor cultura do país pela pior que nele há*” (IDEM, *Ibidem*).

Essa atitude era tomada porque os senhores davam preferência à aquisição desses gêneros; dessa forma, embora pagassem preços mais altos, preferiam plantar a cana. Assim, à exceção das camadas mais abastadas da população da colônia, seu restante viverá “num crônico estado de subnutrição”, principalmente aquela que habitava os limites urbanos. Entretanto, a população rural também ficava exposta aos efeitos da ação monopolizadora da cultura da cana-de-açúcar, que conservava para si as melhores terras disponíveis (IDEM, *Ibidem*).

Nas terras do Sudeste, no planalto de Piratininga, é interessante notar a conclusão a que chega John French, ao analisar a economia de São Paulo naquele período, assinala que:

Ao invés de ser um sertão isolado, São Paulo respondeu, em sua maneira modesta, ao estímulo exterior da economia do açúcar. Seu desenvolvimento de 1596 a 1650 é paralelo ao ‘boom’ do açúcar no nordeste e foi marcado pela crescente penetração de uma economia de mercado. Novas formas de acumulação foram criadas produzindo um maior grau de diferenciação social. O desenvolvimento da produção para o mercado introduziu em grau cada vez maior diferenças na acumulação de riquezas entre os residentes locais. Tal riqueza, como na maior parte das economias pré-capitalistas, acumulou-se nas mãos de um incipiente grupo mercantil que aumentava seu poder através das novas relações de dependência criadas pelo comércio (FRENCH: Revista do Arquivo Municipal de São Paulo, v. 195, p.107, *apud* BLAJ: 2002, 95).

Desse modo, a visão segundo a qual o mercado interno não comportava acumulação originária de capitais foi relativamente²⁶ superada pelas pesquisas que buscaram mostrar o dinamismo econômico do comércio intracolonial. Mesmo em São Paulo, região que figurava fora do esquema das grandes plantações de cana, inferiu-se a existência de uma produção agrícola, pecuarista e artesanal. Tudo indica que essa

²⁶ Ver: NOVAIS, Fernando. Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial. São Paulo: Brasiliense, 1990, 5ª edição.

produção superava o estágio da mera subsistência. Desde o início do século XVII a região de São Paulo produzia farinhas comercializadas em Santos, conferindo-lhe, assim, um sistema de produção e de distribuição não somente para o seu litoral, como também para outras capitanias, inclusive atingindo a região do Prata (BLAJ: 2002, 100)²⁷.

A região de São Paulo, que se encontrava à margem do eixo econômico das grandes produções açucareiras, também contribuiria com outros gêneros agrícolas na circulação do comércio intracolonial, revelando fortes indícios de uma base de acumulação *primitiva* interna de capital mercantil. Assim, é possível afirmar que uma parte da renda produzida nas diversas atividades econômicas arroladas, diferentemente do que pensavam Florestan Fernandes e Celso Furtado, entre outros²⁸, permanecia no Brasil. Contudo, não é nosso objetivo aqui nos aprofundar nesse debate, mas somente pontuar a importância do mercado interno na equação da acumulação originária de capitais na fase colonial do Brasil.

Outro aspecto relacionado ao tema que entendemos guardar certa importância no debate sobre a acumulação originária do Brasil diz respeito ao caráter que assume a questão da terra após a independência do país. Fase em que a elite agrária brasileira assume um papel relevante na configuração histórica desse período, tendo o controle interno da produção de artigos extraídos da terra para exportar. Diante dessa nova condição que assumia, sem a interferência de Portugal, alteravam-se as prerrogativas para a aquisição de terras. O objetivo, como veremos adiante, era manter a concentração fundiária sem alterações que pudessem prejudicar o seu acesso, enquanto elite, à terra.

²⁷ Conforme o historiador John Monteiro, que investigou a produção mercantil paulista no período colonial: “Nos primeiros anos do século XVII, o trigo integrava o repertório diversificado dos agricultores paulistas como produto de pouca expressão. Mesmo assim destacava-se dos demais gêneros da lavoura por seu valor expressamente comercial [...] A produção para consumo local concentrava-se, sem dúvida, na cultura da mandioca, feijão e, sobretudo, do milho. [...] Já o trigo destinava-se à população européia das vilas e cidades do litoral e às frotas portuguesas, sendo produto requisitado pelo governo colonial em diversas ocasiões ao longo do século” (MONTEIRO: 1995, 114).

Nesse mesmo sentido, Ernani Silva Bruno ao mencionar um inventário da época, mostra que, “três casas desse produto, com mil e cem alqueires ao todo, aparecem registradas no inventário da viúva de Pedro Vaz de Barros. Plantava-se trigo – revelam os documentos da época – em Soapobuçu, no Jaraguá, em Itupeva, em Itapeperica, em Quitaúna, em Parnaíba, em Taubaté – onde Jacques Félix fez construir moinhos” (BRUNO: 1966, 70)

²⁸ FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil, 1975, p. 61.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil, 1987, 22ª edição, cap. VIII : “Capitalização e Nível de Renda na Colônia Açucareira”.

O Decreto do Regente D. João VI, que regulamentava abertura dos portos em 1808, e mais adiante o processo que culminou com a Independência do Brasil, em nada alteraram a essência do modo de produção escravista colonial, no qual imperava a violência como técnica de controle do trabalhador escravo. Em 1850, ano em que a população de origem africana atingia dois milhões e quinhentos mil cativos atuando em inúmeras atividades no campo e na cidade (GORENDER: 1981, 9), foi instituída, por meio da Lei Eusébio de Queirós, a proibição do tráfico de escravos da costa da África para o Brasil. No mesmo ano criou-se a Lei de Terras nº 601, que viria a alterar as relações abrangendo a sua aquisição; daí em diante, os favores de caráter público envolvendo a transferência do direito de posse, cederão lugar para o novo regime de terras. Nele, a terra só poderia ser adquirida por meio de herança, pela doação, pela compra e, principalmente pela ocupação, entretanto, a posse só será transmissível por sucessão e alienável no quesito de compra e venda. A Lei de Terras viria a consagrar o fim do regime colonial das sesmarias²⁹.

Nesse sentido, “apoderar-se de terras devolutas e cultivá-las, tornou-se coisa corrente entre os nossos colonizadores, e tais proporções atingiu que pôde, com o correr dos anos, vir a ser considerada como legítimo de aquisição do domínio [...] ao nosso tão desvirtuado regime das sesmarias” (LIMA:1954, 46-47). O requisito de reconhecimento da posse irá se efetivar como cultura, em que o posseiro, a partir da sua lavoura, buscava estender a sua posse até os limites que resguardasse os interesses e pretensões territoriais de outros. Logo, a grande propriedade figurava efetivamente como objetivo a ser atingido, na medida em que já estava firmada na imaginação e legitimada no âmbito da consideração social (FAORO: 2000, 11,12).

A grande lavoura cafeeira do Rio de Janeiro foi beneficiada com a nova legislação de terras que, na medida em que estabelecia um imposto territorial ao conjunto dos proprietários rurais trazia benefícios a todos que a adotavam, em ritmo crescente (PAULA, CARVALHO (Org.): 2012, 197).

²⁹ A origem do regime de terras no Brasil se inscreve na tradição feudal. A Lei das Sesmarias, adotada a partir de 26 /06/1375, pelo então rei de Portugal, D. Fernando, estabeleceu a forma de distribuição e ocupação das terras brasileiras até 1850. A sua principal finalidade era cultivar terras ociosas visando aumentar as riquezas do reino. No Brasil, o regime de sesmarias foi implantado junto com a criação das capitanias hereditárias, definindo um padrão de doação ou – *seximum* = sexta parte – que fixou “a estrutura fundiária brasileira sob a forma de latifúndio” (PAULA: CARVALHO (Org.), 2012, 195).

Entretanto, o dispositivo que subteria a cobrança desse imposto territorial foi recusado pelo Senado e nunca mais admitido durante o governo imperial do Brasil, apesar das sistemáticas pressões exercidas por setores ligados à burocracia do Estado no Ministério da Agricultura, que considerava o imposto um complemento necessário à lei. No entanto, segundo João Antonio de Paula, do ponto de vista dos grandes proprietários, a Lei de Terras não atendia ao conjunto dos seus interesses, razão essa que culminou na sua ineficácia (IDEM, *Ibdem*)

A Lei de Terras de 1850 buscou regulamentar a aquisição das terras de caráter público, que só poderia se realizar por meio da compra. Todavia, com o fim do regime “anárquico” das ocupações, instituiu-se a disciplina administrativa das terras, ou seja, a presença do poder público local nas medições e demarcações fundiárias, expediente que teve o seu ajuste complementado com a reforma hipotecária de 1864³⁰. A lei trazia a possibilidade de estimular a colonização, com a aquisição por parte do imigrante da terra para o seu cultivo.

Contudo, Faoro sublinhou que,

Nesse campo, sombreado pela ineficiência de seus dispositivos, o estatuto territorial conserva, no regime da concessão, a velha energia da sesmaria tradicional, que atribui ao Estado o objetivo do povoamento produtivo, com a propriedade particular comprometida a um fim, sem o cumprimento do qual reverte a sua origem. Os sistemas legais de sesmarias (até 1822), a posse (até 1850) – traduzem conflitos e tensões, tentativas e objetivos harmônicos com o curso geral da economia. Dado o caráter agrícola do país, ‘essencialmente agrícola’, repete-se a toda a hora, o regime da terra forma a base fundamental da expansão econômica, fundamental mas não a única e não independente do fator de exportação, o verdadeiro núcleo ativo das forças atuantes na colônia e no império. Na fase comercial é que se definem as linhas diretoras da política aplicada aos campos (IDEM: *Ibdem*, 11-12).

³⁰ A Lei nº 1237 de 24/09/1864, foi promulgada tendo como objetivo uma legislação que colocou em vigor o Registro Geral, por meio do qual deveriam ser transcritos todos os títulos de transmissão entre vivos da propriedade imóvel e de todos os ônus que recaíam sobre elas. A ausência dessa formalidade implicava a incapacidade de o título ter eficácia contra terceiros não contratantes. Contudo, em conformidade com a mesma prerrogativa jurídica, a transmissão dos títulos de alienação da propriedade não implicava prova da propriedade. Assim, embora tais dispositivos tenham sido consolidados na Lei de 1864 e na sua regulamentação em 1865, a sua adoção nunca gozou de consenso. Os debates envolvendo essa questão foram intensos e marcados pela necessidade de transcrição e da sua eficácia para a comprovação da posse ou domínio sobre a propriedade. Segundo Pedro Parga Rodrigues, “Tais debates ligam-se aos embates sobre a propriedade e ao processo de construção do Estado Nacional” (RODRIGUES, Pedro Parga: “A Lei Hipotecária de 1864 e a Propriedade no XIX” in XIII Encontro de História Anpuh – Rio, Tema: “Identidades”, 2008).

Desse modo, a Lei de Terras, de 1850, estabeleceu as condições nas quais a propriedade passou a integrar o mercado sob renda capitalizada³¹: traduz o crescimento da agricultura voltada para a exportação e concede sentido e define como classe os seus proprietários. Com efeito, a terra se inscreve nessa nova medida como elemento de *status*, e não mais como o número ou plantel de escravos sob o poder de cada um. Nessa nova fase econômica, o expediente da acumulação interna reside nos saldos da balança comercial com o exterior e na dinamização da crescente economia de subsistência. Por outro lado, embora polêmica, na visão de Werneck Sodré, “a crescente derrocada do escravismo segue paralela ao desenvolvimento do capital comercial e mesmo a certas formas de capital usuário” (SODRÉ: 1990, 92-93).³²

Em suma, verificou-se no Brasil o prolongamento do escravismo colonial mais do que em qualquer outra parte da América e também porque, principalmente, conforme Jacob Gorender, possibilitou o “desenvolvimento das forças produtivas e uma acumulação originária de capital, que poderiam servir de ponto de partida para o processo propriamente capitalista” (GORENDER, LAPA (Org.): 1977, 62).

O emprego da mão de obra livre nas lavouras de café do sudeste do Brasil antes da abolição da escravatura vai revelar o *modus operandi* dos grandes produtores agrários na dimensão do trabalho. A equiparação do trabalho imigrante com o do cativo se estabeleceu como dinâmica permanente nas relações de trabalho no período de transição da escravidão para o mercado de trabalho de mão de obra livre. Levando-se em conta a lenta transformação que se operou na mentalidade senhorial no tocante ao trabalho manual, constituiu-se como uma das características mais marcantes do desprezo revelado pelo trabalho manual por parte do patronato agrário e industrial do Brasil.

³¹ Ver: MARTINS, José de Souza. O Cativo da Terra. São Paulo: Hucitec, 2004, Iª Parte.

³² Apesar de estar abordando a grande lavoura de café paulista, Gorender não considera a presença de colonos estrangeiros como uma alternativa ao trabalho escravo até 1888, nem mesmo como acontecia no norte e nordeste, ou na própria formação de alguns cafezais no sudeste, do também emprego de trabalhadores brasileiros livres de origem cabocla, até então à margem do plantio. Entretanto, “ao trato regular e contínuo dos cafezais, persistiam os fazendeiros apegados ao trabalho escravo, pois estes lhes davam longas jornadas sob um regime de rotina disciplinada. Na maioria das fazendas - observou Couty por volta de 1883-, a cultura do café permanecia entregue somente a escravos. O eito era do escravo. Em certo número de fazendas, havia recommençado o emprego de colonos europeus, porém, calculou o pesquisador francês, ainda cabe então aos escravos cinco sextos do trato dos cafezais” (GORENDER, Jacob. “O Escravismo Colonial”, 1988, p. 593).

1.2. O Colonato Como Forma de Persistência da Mentalidade Senhorial Escravista

Neste tópico procuramos identificar o caráter do regime de *colonato* estabelecido com os imigrantes nas lavouras de café de São Paulo, partindo do sistema de trabalho escravo montado no Brasil Colônia, e analisar o modo como a sujeição do trabalho baseada na violência física do cativo influenciou na formação de uma mentalidade autoritária nas relações de trabalho de mão de obra livre e no tratamento dado ao liberto e imigrante.

O escravo era propriedade do senhor e praticamente a quase totalidade do seu fundo de capital. Essa condição superior do senhor o fazia pensar que podia se apropriar inteiramente tanto da riqueza do trabalho escravo, como do excedente gerado pelos colonos dependentes e independentes, que a ele estivessem submetidos, em suas unidades produtivas. Por sua vez, a escravidão colonial mercantil devia produzir e reproduzir um butim que satisfizesse o senhor, a Coroa e seu séquito de funcionários, além dos negociantes da metrópole. Reafirmava o seu caráter espoliador do produto do trabalho escravo, pois o que tinha importância eram as mercadorias e as riquezas que “entravam, através desse singular rateio – provavelmente o mais odioso tipo de pilhagem da história humana – na circulação engendrada pelo capital mercantil”, estabelecendo seus laços com um tipo de capitalismo de pilhagem da economia colonial (FERNANDES: 1976, 22). Na transição da colônia para o Primeiro Reinado e, posteriormente, para a era de formação do capitalismo dependente³³, não se operou nenhuma mudança. A exploração do trabalho escravo persistiu com o seu caráter mercantil.

Reforçou-se a ideia histórica de que a conjuntura colonial e neocolonial não sofreu alterações significativas, pois “todas as ligações estruturais e dinâmicas [...] não desapareceram, mas se consolidaram, seja a partir de dentro, seja de fora para dentro ou de dentro para fora” (IDEM: Ibidem).

³³ Caracterizamos a dominação das determinações capitalistas externas sobre determinações internas como a constituição da expansão econômica de uma economia dependente. Diante da implementação de um Estado independente, as economias centrais logo se empenharam em estabelecer formas alternativas de apropriação do excedente econômico gerado internamente, modificando-se somente a qualidade da dependência externa, com o “colonialismo” cedendo espaço ao “neocolonialismo”. Essa nova configuração da dependência requereu, no entanto, um grau de modernização do país, mas dentro do contexto de um Estado controlado, política e administrativamente, por elites locais, de modo a conformar uma representação capaz de atribuir legitimidade à condição de dependência. (Ver: Dawbor, Ladilau. A Formação do Capitalismo Dependente no Brasil: São Paulo, Brasiliense, 1982. e FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil: Rio de Janeiro, 1975).

O trabalho escravo sempre representou um fator humano, apesar de sua incorporação ao capital fixo³⁴. Representou, segundo Florentan Fernandes, “a base material da revolução histórica que se dá na economia interna” (FERNANDES: 1975, 46)

O regime de trabalho escravo permaneceu como essência da evolução do sistema mesmo depois que a onda migratória já se estabelecera, sobretudo na região sudeste do Brasil; fenômeno este que só veio a ocorrer por volta da década de 1880. Tratando desses dois períodos mencionados acima, Florestan conclui que a escravidão mercantil funcionou como a base material da revitalização da grande plantação, assim como da perpetuação das estruturas que geravam a produção colonial (IDEM, *ibidem*, 22,23).

Além disso, Florestan acrescenta um aspecto fundamental para a compreensão da natureza do “capitalismo mercantil de pilhagem”, apoiado em convicções críticas sobre a importância da produção escravista na própria formação da economia urbana e comercial. Apontou a limitação historiográfica que abstrai o trabalho escravo como um “fato natural” nas transformações da economia colonial, ou mesmo nos processos de constituição da lavoura do café, em que:

[...] como fator *sine qua non* o capital mercantil não se concentraria e nem cresceria nas cidades, o que quer dizer que, sem trabalho escravo, não teríamos a forma de revolução urbano-comercial que é típica da evolução da economia brasileira ao longo do século XIX. Se essa revolução culmina no fim da década desse século e atinge o seu apogeu sob o trabalho livre, isso não significa outra coisa se não que a diferenciação alcançada sob o trabalho escravo pela economia interna exigia outra forma de trabalho – e não que, sem a escravidão o capitalismo comercial teria crescido sobre seus próprios pés nas zonas urbanas e imposto à grande lavoura um novo padrão de organização e de crescimento econômicos. A nossa história tem sido

³⁴ Marx denomina capital constante à parte do capital que é empregada na aquisição de meios de produção, cujo valor é meramente transferido para as mercadorias produzidas. Já ao capital utilizado para a compra da mercadoria força de trabalho, ele atribui a denominação de capital variável, pois, além de reproduzir seu próprio valor durante o processo de produção, produz também um valor excedente, ou mais-valia. Ao lado da dicotomia entre capital constante e variável, Marx apresenta outra dicotomia, fundamentada nas distintas formas de circulação do capital. Assim, parte do capital constante, materializada em máquinas, equipamentos e instalações, transfere seu valor às mercadorias produzidas apenas de modo paulatino, ao longo de vários períodos de produção, sendo chamada de capital fixo. Aos demais componentes do capital adiantado, que são integralmente consumidos em cada período de produção, Marx atribui, em contrapartida, a denominação de capital circulante. Desse modo, o capital circulante compreende não apenas elementos do capital constante, objetivado em matérias-primas, materiais auxiliares etc., mas também o capital utilizado para a compra de força de trabalho, que, na primeira dicotomia, era classificado como capital variável. [Ver, a esse respeito Marx (1988: Livro I, v.1, p. 163; e Livro II, p. 109)]

contada de uma perspectiva branca e senhorial; por isso, ela deixa o escravo, como agente humano e econômico, na penumbra, e quando não se lembra pura e simplesmente de condenar a escravidão, descreve os processos econômicos de uma perspectiva tão abstrata, que prescinde de um dos elos da ‘ação econômica’ e da ‘produção agrícola’, que até a penúltima década do século XIX foi o trabalho escravo (IDEM: *Ibidem*, 23-24).

Nesse mesmo sentido, acrescentando a prosperidade econômica da cafeicultura, Gorender chegou à seguinte conclusão: a acumulação do capital mercantil se incrementou, no Brasil independente, por consequência da expansão do próprio escravismo colonial” (GORENDER: 1981, 9).

Apesar de o desdobramento do processo dominante de emancipação nacional criar um contexto histórico próprio, cujo fator mais expressivo é a vitalidade crescente da “economia de plantação”, essa não era proveniente apenas da escravidão mercantil. Na prática, ela só poderia manter-se crescendo por meio da conservação e fortalecimento da escravidão mercantil, enquanto a classe dos fazendeiros paulistas e dos grupos de comerciantes urbanos não precisava correr atrás de novas opções. A maior preocupação se inscrevia em como dar continuidade ao tráfico de escravos da África para o Brasil, além de acomodar o uso da força de trabalho escravista às condições de expansão das fronteiras agrícolas das grandes plantações.

Sendo assim, a manutenção do esquema de exploração escravista face aos interesses dos setores mencionados teve como consequência direta o seu incondicional atrelamento a uma política ultraconservadora, que consistia na manutenção da produção escravista como base do sistema. Na compreensão de Florestan Fernandes,

[...] a escravidão mercantil seria o fulcro da continuidade da ordem senhorial e escravocrata. Em torno dela e através dela as estruturas econômicas e sociais da economia de plantação ficariam intactas: o Estado nação em emergência teria de constituir-se sobre essa base material, que iriam surgir nas cidades, nas relações dos estamentos senhoriais dominantes entre si e com os outros setores da sociedade e na ‘comunidade nacional’ em elaboração (FERNANDES:1976, 25-26).

A emergência da emancipação política e econômica do Brasil frente à dominação portuguesa provocou, de imediato, a apropriação do produto do trabalho escravo, vindo se converter numa relação econômica exclusiva, motivada a partir de dentro e regulada pelos interesses que norteavam a elite nativa. Esse rompimento dos laços da Colônia com a Metrópole engendrou uma nova condição econômica para o senhor, pois este se livrou do pesado fardo do estatuto colonial que significava a sua

espoliação. A emancipação abriu-lhe, efetivamente, maiores possibilidades de atuação junto à proveitosa apropriação resultante do esbulho escravista, com exceção da parte absorvida indiretamente, pelas determinações impostas pelo comércio internacional. Com efeito, a escravidão mercantil se desvencilhou do *pacto colonial*, que a atrelava a economia do Brasil ao domínio português. O setor que se beneficiou diretamente dessa nova conjuntura histórica, aberta com a emancipação política do Brasil, foi a camada dos grandes proprietários de terras. Abriu-se assim o caminho para se construir as grandes fortunas das “aristocracias agrárias” (IDEM: *ibidem*, 27).

Entretanto, cumpre destacar que, enquanto peça fundamental da economia mercantil, o escravismo colonial se inseriu como parte integrante e dinamizadora do capitalismo europeu em expansão.

A evolução do capitalismo no Brasil foi profundamente afetada pelas características produtivas que estiveram presentes na Colônia e pelas cadeias que a ligavam aos centros econômicos europeus, onde constituiu-se enquanto elemento fundamental para ativação da acumulação capitalista metropolitana (KOWARICK: 1994, 23-25). Todavia, houve também a circulação de excedentes produtivos internos nas franjas da economia colonial e do Brasil independente, como vimos mais acima.

Na primeira metade do século XIX, com base na análise das transformações do quadro histórico brasileiro, podemos considerar que o caráter do Estado que nasce e se consolida com o advento da independência do Brasil (1822) já trazia no seu conteúdo uma das marcas mais distintas do Estado brasileiro, a exclusão.

O regime escravista implicava a existência de uma desigualdade “básica” na sociedade, incompatível com o “ideário liberal de uma igualdade natural, conseqüentemente, de um mercado livre para a força de trabalho” (VIANNA: 1989, 96).

Ou seja, um Estado liberal de “fachada”, político e socialmente excludente:

O que ocorreu com o Estado nacional independente é que ele era liberal somente em seus fundamentos formais. Na prática, ele era instrumento da dominação patrimonialista ao nível político [...] ele combinou relativamente de maneira heterogênea e ambivalente as funções da monarquia centralizada com as da monarquia representativa. Enquanto veículo para a burocratização da dominação patrimonialista e para a realização concomitante da dominação estamental no plano político, tratava-se de um Estado nacional organizado para servir os propósitos econômicos, aos

interesses sociais e aos desígnios políticos dos estamentos senhoriais. [...] Ao garantir monopólio do poder político aos estamentos senhoriais o privilegiamento constitui um mecanismo político de preservação e fortalecimento das estruturas sócio-econômicas em que se assentavam seu prestígio social exclusivo. [...] Ele acarretava a continuidade pura e simples dos padrões coloniais da ‘grande lavoura’, com todo o séquito de condições que a tornavam tão imprópria à integração nacional – escravidão, o latifúndio, a monocultura extensiva, a especialização na produção e exportação de certos ‘produtos tropicais’, e a descontinuidade do mercado interno, a dependência das importações, o crescimento econômico descontinuo e horizontal etc. (FERNANDES: 1975, 68-69).

De acordo a Emília Viotti (1966, 26), nesses séculos de predomínio da economia colonial, constituir-se-ia uma mentalidade senhorial e escravista, ficando em segundo plano o recurso do trabalho livre quando o trabalho escravo provava, até então, toda sua eficiência: “Nenhum motivo parecia existir para que se rompesse essa tradição”. Nem mesmo o fato de uma nação politicamente independente referendar postulados constitucionais de afirmação da igualdade dos cidadãos perante a lei foi capaz de transformações nesse campo. Em sua avaliação, “Em 1822, a sociedade não havia ainda amadurecido para a compreensão deste contrassenso”, mesmo a despeito da Constituição de 1824, que igualava todos os cidadãos perante a lei, sob inspiração das fórmulas liberais importadas de constituições européias, sobretudo da constituição francesa³⁵, persistiu a continuidade do regime servil, procedente do quadro herdado do Brasil colonial.

No senso comum das camadas senhoriais observado pela autora, aceitar o trabalho livre “era abdicar de uma parcela de autoridade profundamente arraigada na mentalidade senhorial”. No fundo, era se colocar num patamar de igualdade junto ao trabalhador, ter que negociar entre iguais, ouvir suas reivindicações ou pretensões formais, e mais tarde medir-se com ele, quem sabe até em condições de inferioridade. Além do mais, o escravo corporificava a totalidade mercantil, podia ser vendido ou alugado, possuindo, desse modo, valor duplo: “valia o que produzia e valia como mercadoria”. A sua posse conferia prestígio no contexto de uma sociedade em que suas elites agrárias “colecionam escravos como colecionavam fazendas”, pelo exercício do

³⁵ Para José Maria Bello, houve uma maior influência da constituição americana sobre a redação da nossa primeira Constituição Republicana (BELLO. José Maria. A História da República: 1889-1930. Rio de Janeiro: Organização Simão, 1952).

prazer de se sentirem soberbos “e de serem apontados pela coletividade como pessoa de relevo e projeção” no meio social vigente (IDEM: *ibidem*, 28)³⁶.

Na fase de desagregação do trabalho escravo quando do aprofundamento da campanha abolicionista, os senhores ainda faziam uma imagem de seus escravos que contrastava com aquela realidade; argumentavam contra os defensores da abolição dizendo “que a vida dos escravos não era pior que a de um operário na Inglaterra”. Com o intuito de obstruir os avanços do abolicionismo, construíram uma imagem de si próprios como “os melhores senhores de escravos do mundo”. Além disso, defenderam a ideia segundo a qual a economia do país entraria em colapso com o fim da escravidão. Colocaram sérias dúvidas quanto à capacidade dos ex-escravos de viverem por conta própria, sem a sua proteção. O fazendeiro adotou uma postura paternalista que objetivava a coerção da força de trabalho (COSTA: 2013, 83)³⁷.

Na iminência da adoção do trabalho livre nas lavouras brasileiras, o estatuto de trabalho escravo ainda persistia como produto de um contexto social em que

³⁶ A nosso ver, a escravidão que se implantou no Brasil entre os séculos XVI e XIX foi o determinante de uma *relação de produção* por meio da qual as formações sociais de um dado modo de produção, cujo princípio era a exploração escravista, tiveram ampla predominância do escravo trabalhador produtivo, sendo que a sua atividade determinava ou condicionava o conjunto geral da economia, assim como das modalidades não escravistas. Por conseguinte, nesses tipos de formações sociais, a escravidão se constituiu como a base econômica que dava o fundamento a todas as esferas da vida social, interpenetrando-se com “a política, o direito, a moral, os costumes da vida cotidiana, a psicologia coletiva e manifestações espirituais como as religiosas, artísticas, filosofias e outras” (GORENDER: 1991, 88)

³⁷ Na fase de implantação da ideologia do liberalismo no Brasil, bem como dos critérios a serem adotados e devidamente adaptados ao sistema socioeconômico vigente, Emília Viotti destaca que: “No século XIX, quando a ideologia liberal e seu corolário, o abolicionismo, chegaram ao Brasil, as ideias novas e revolucionárias foram filtradas pela experiência dos senhores de escravos. O sistema de clientela e patronagem sobreviveu à independência. Apesar das novas oportunidades abertas pela emancipação política, as estruturas sociais e econômicas não se transformaram de forma relevante. As limitadas oportunidades sociais ainda podiam ser controladas pela elite brasileira. Essa elite, composta predominantemente por senhores de terras e de escravos, e por mercadores envolvidos na economia de importação e exportação, tomou cuidado ao escolher os aspectos da ideologia liberal que se encaixariam em sua realidade e serviriam a seus interesses. Expurgando o liberalismo de seu conteúdo radical, adotaram um liberalismo conservador ajustado à escravidão e ao cristianismo vigente (VIOTTI: 2013, 87).

Para José de Souza Martins, essa elite se consagrou com a independência do Brasil, tornando-se “os guardiões do Estado nacional nascente”, e estabelecendo a fonte de legitimidade política das novas condições do poder do novo país. O modelo político adotado pela elite dos senhores abdicava de qualquer forma de representação que não estivesse em consonância com o Estado patrimonial. Dessa forma, argumenta que, “pois, na base, um Estado não igualitário e patrimonial, mutilado por uma categoria de povo bem distinta da do Estado moderno, porque povo estamentalmente dividido entre grupos sociais com direitos desiguais, além daqueles que não tinham nenhum direito, que eram os escravos, de modo algum incluídos na categoria povo”. E acrescenta o caráter restrito e elitista do processo político oriundo desse contexto de conservação dos privilégios conferidos ao grupo social dominante, quando salienta que no “próprio império”, parte do povo estava privada do direito de voto e de expressão política”. Fazia referência aos mendigos e às mulheres, sendo que estas ficariam alijadas do direito de voto até a chegada de Getúlio Vargas ao poder de Estado, em 1930 (MARTINS: 1994, 27).

predominava uma mentalidade patriarcal responsável por delimitar a exploração do trabalho, obedecendo a critérios baseados na sujeição violenta da mão de obra como instrumento natural de exploração. Daí decorre a atitude ordenada, por parte da elite agrária, de conceber o escravo como fio de continuidade dos laços de união entre explorador e escravos. Mas nas lavouras paulistas de café, após a abolição: “o capital deixa de se configurar no trabalhador para configurar-se no resultado do trabalho” (MARTINS: 2004, 33).

Nas transformações que nortearam a implantação do capitalismo no Brasil Florestan apontou três princípios fundamentais para o desenvolvimento do modo de produção capitalista: a consolidação de uma economia de mercado, a universalização do trabalho livre assalariado e a expansão da ordem social competitiva. Contudo, para a concretização de um novo modo de produção nos moldes do trabalho livre-assalariado, precisaria estar articulado de forma a gerar excedentes mediante a uma condição básica, a subjugação do trabalhador. Que deveria ser livre e explorado, de tal forma que a sua liberdade não se deparasse com outra alternativa senão submeter-se ao capital, ou seja, era necessário que acontecesse a reprodução ampliada das relações sociais baseadas na exploração da força de trabalho assalariada e na lógica de dominação burguesa dos grupos oligárquicos dominantes (FERNANDES: 1975, 210).

Com vistas à construção de um mercado de trabalho que tornasse possível o avanço das relações de produção capitalistas na sociedade brasileira, a luta pelo fim do trabalho escravo se definiu como o pressuposto de maior relevância na irradiação do modo capitalista de produção. A essência econômica do caráter do trabalhador escravo se encontrava na dimensão da mercadoria, para as exigências das relações do modo capitalista de produzir,

A mercantilização crescente das atividades econômicas impõe que trabalhador seja afastado das esferas dos meios de produção. Para que a sua atividade seja mercantilizada de modo pleno, ou segundo as exigências do processo produtivo, é preciso que a sua pessoa deixe de ser mercadoria. A mercantilização da força de trabalho exige que o proprietário desta tenha condições jurídicas e políticas para negociá-la. A racionalidade possível na organização dos elementos da produção efetiva-se de modo mais amplo quando também as expectativas do trabalhador estão referidas monetariamente. [...] Para que a atividade produtiva do trabalhador adquira a condição de mercadoria, é necessário que o trabalhador ganhe a liberdade. Como cidadão, ele venderá a sua força de trabalho no mercado, segundo as tendências da oferta e da demanda. Nesse momento, a contradição entre a mercadoria e o escravo, ou entre a liberdade e escravidão, está completamente ultrapassada. Depois de ter atingido a unidade produtiva e o

empresário, a racionalidade inerente à economia mercantil alcança também a esfera das expectativas e do comportamento do trabalhador. Assim, o escravo se torna operário (IANNI: 1966, 83-84).

Na prerrogativa histórica de Ianni, a evidente contradição entre a liberdade e a escravidão, ou entre a mercadoria e o escravo, fazia parte do extenso sistema de trabalho compulsório adotado no Brasil, com vistas para a produção de mercadorias voltadas para o crescente mercado mundial: açúcar, tabaco, erva-mate, cacau, café etc. Já no plano interno, a produção e a sociedade brasileira se encontravam organizadas com base na escravatura. Em tese, “os processos racionais do modo capitalista de produção tendem a tornar-se incompatíveis com a condição escrava do trabalhador” (IDEM: *Ibidem*, 87)³⁸.

No entanto, a necessidade da elaboração de uma ideologia do trabalho que respondesse às novas condições do emprego da mão de obra livre foi elemento de preocupação da elite dominante nessa fase de consolidação dos mecanismos de exploração do trabalho livre imigrante nas grandes lavouras, na segunda metade do século XIX, abrindo espaço para a estruturação de uma sociedade de natureza competitiva.

Em São Paulo, estado onde se concentrava o novo ponto de convergência da economia nacional, o café, a interferência do Estado na organização de núcleos coloniais cumpriria dois objetivos: de um lado, a constituição de um mercado de trabalho como resultado de uma *política demográfica*, possível com a atração do trabalhador imigrante para a condição de pequeno proprietário, tendo em vista a

³⁸ Jacob Gorender ao demonstrar que o caráter da escravidão moderna se estruturou em mecanismos baseados na coação extraeconômica e na violência no contexto da atividade produtiva dos homens, argumenta que “[...] O modo de produção não existe empiricamente como objeto puro, isolado na vida social em sua totalidade. As relações econômicas, na vida social concreta, se apresentam permeadas de relações jurídicas, religiosas e outras e natureza ideológica. Isto é particularmente evidente no modo de produção escravista (patriarcal e colonial) e no modo de produção feudal, nos quais a coação extra-econômica institucional é indispensável para permitir a extorsão do sobreproduto dos agentes do processo de trabalho. Mas também o modo de produção capitalista, que dispensa a coação extraeconômica sobre os operários, inexistente sem a coesão social garantida pelos aparelhos coercitivos do Estado burguês, inclusive em sua forma liberal mais pura. No entanto, seja qual for o caso, o estatuto do extraeconômico é dado pelo econômico e não o contrário. A reprodução de um modo de produção é sempre a decorrência imediata da ação de suas leis específicas. Se assim não fosse, deveríamos admitir que a imposição político-ideológica seria capaz de criar por si só um modo de produção ou uma ordem econômica reprodutível e com semelhante admissão transitaríamos para uma espécie de idealismo histórico de feição eclética, à maneira, por exemplo de Max Weber (LAPA, Amaral. Modo de Produção e Realidade Brasileira: Petrópolis, Vozes, 1980 *apud* GORENDER: 1991, 212).

Ver também O Anti Dühring de Frederich Engels. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SAES. Décio. A Formação do Estado Burguês no Brasil 1888-1891: Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990, p. 67-68.

produção de bens de consumo para um carente mercado interno de alimentos. Do outro, o modo para alcançar esse plano, que se daria pela interferência do Estado mediante a instalação de *núcleos coloniais oficiais*. Em ambos, a grande lavoura não tinha a primazia, mas era apenas um setor de trabalho que podia ser atendido pela política oficial de imigração e colonização (MARTINS: 1973-A, 66).

Em um primeiro momento, as autoridades responsáveis pela política de imigração buscaram alocar os núcleos coloniais em áreas adjacentes aos limites urbanos, com intuito de propiciar melhores condições para o abastecimento de alimentos ao mercado consumidor. Na prática, essa política, segundo Martins, não avançou, pois a natureza do solo não se adaptava à cultura de cereais e também pela distância em que se encontravam das grandes lavouras, impossibilitando, todavia, o emprego da mão de obra do colono imigrante às necessidades da grande lavoura, condição principal defendida pelos grandes proprietários agrários junto ao poder político de Estado.

A solução encontrada pelo Estado, sob pressão dos grandes senhores de terras, passou pela transferência desses núcleos para lugares mais apropriados, quer dizer, próximo das grandes lavouras, pois o que mais importava era restringir ao máximo a condição de subsistência desse trabalhador imigrante, compelindo-o a oferecer a sua força de trabalho em troca de baixos salários nas grandes plantações, e, diante disso,

Fica bem claro, então, que a função da pequena lavoura seria a de permitir à grande lavoura obter 'trabalho por módico salário'. Para isso, os núcleos oficiais não podiam ser localizados apenas com vista ao atendimento do mercado consumidor de gêneros, mas também com vista ao atendimento da demanda de força de trabalho pela grande lavoura. Os núcleos deveriam ser estabelecidos de modo a que o colono não pudesse depender exclusivamente da pequena lavoura. [...] A criação das condições compulsórias à canalização da força de trabalho do imigrante para a grande lavoura dependia, pois, do descortino de princípios que superassem as limitações representadas pelos núcleos oficiais (IDEM: *Ibidem*, 68).

A conformação de uma ideologia do trabalho que respaldasse as novas necessidades no processo de implantação da mão de obra livre foi orientada conscientemente, num primeiro momento, com vistas a dificultar o acesso à terra por parte do colono imigrante, mantendo-o, por meio de barreiras jurídicas, afastado da

condição de pequeno proprietário independente, sem antes aderir ao trabalho na grande lavoura.

A crescente demanda de mão de obra verificada na expansão da cafeicultura constituiu-se, assim, no principal objetivo dos grandes produtores rurais. No ano da Abolição da Escravatura (1888), o senador Antônio Prado, por meio de um pronunciamento no Parlamento, sintetizou os princípios que expressavam “o último momento de transição para a ideologia do trabalho na agricultura de exportação” (IDEM: *Ibdem*).

O discurso do senador não apontava para o simples veto à aquisição de terras, mas condicionava a sua compra a uma prévia adaptação dos colonos aos “costumes culturais e à língua nacional” valorizando e, ao mesmo tempo, atrelando essa adaptação ao trabalho na grande lavoura, como sendo um passo indispensável para uma futura melhora material e formação de pecúlio para emprego posterior na aquisição da tão sonhada terra, vejamos:

No entanto, a experiência tem demonstrado, pelo menos na província de São Paulo, que a colocação dos imigrantes na fazenda é o melhor sistema porque, ao cabo de três ou quatro anos, a família por aquele modo colocada, se for morigerada, sóbria e laboriosa, poderá ter acumulado pecúlio suficiente à aquisição de terras, onde o seu trabalho será tanto ou mais frutuoso quanto se achará aclimada, conhecerá a língua nacional e terá adquirido as especiais noções da cultura, que só a prática pode dar. [...] Em terra tão fértil quanto a nossa e em clima tão propício a várias culturas, o imigrante assim preparado chegará sem dúvida muito depressa a cercar-se de condições de bem estar sem a prova sempre difícil, e às vezes dolorosa, de tentativas dirigidas pela inexperiência. Ainda quando, pois, tratássemos tão somente de introdução de imigrantes para os estabelecimentos particulares, chegaríamos indiretamente ao resultado que almeja o nobre senador e todos nós almejamos, isto é: fazer proprietário o imigrante. Assim chegaríamos à divisão natural da grande propriedade, porque os fatos demonstram que se a grande propriedade não se divide, é por lhe faltarem compradores para as facções em que num primeiro momento houvesse de repartir-se. Desde que os imigrantes hajam adquirido em grande número capitais suficientes à aquisição de terras, os possuidores de grandes extensões territoriais serão bastante vigilantes dos seus mesmos interesses para que tratem de retalhá-las, quando não puderem auferir delas lucros correspondentes ao valor empregado, ou quando por aquele modo puderem tirar maior proveito (PRADO, Nazareth. Antonio Prado no Império e na República, *apud* MARTINS: 1973-A, 68-69).

O elemento principal no discurso do senador Antônio Prado expõe uma consciência capitalista da questão do trabalho e da terra, ao reorganizar os pressupostos da Lei de Terras e lhes conferir coerência frente aos requisitos essenciais para fortalecer

o circuito econômico de capitais. Desse modo, o resultado direto dessa mudança foi à transformação do caráter endógeno da terra; esta se convertia em *renda capitalizada* cujo comércio ficava subordinado à sua rentabilidade. O surgimento da pequena propriedade ficava subordinado ao funcionamento dos princípios capitalistas do conjunto do sistema. Em suma, para o imigrante se transformar e atingir a condição de proprietário de terra, “ficaria assim na dependência de que oferecesse à lavoura a sua força de trabalho” (MARTINS: 1973-A, 69).

Conclui-se que a reforma jurídica operada pelo Estado imperial em 1850 estava diretamente vinculada aos interesses da elite agrária. A restrição do acesso à terra por parte de ex-escravos e dos imigrantes estrangeiros obedeceu, efetivamente, a uma lógica da concentração fundiária. As dificuldades do emprego de quaisquer mecanismos que levassem a algum tipo de divisão ou doação de terras para pequenos ou médios proprietários obedeciam ao critério capitalista de compra e venda, negando-se de forma absoluta a possibilidade de uma reforma agrária às portas da República.

O processo de mercantilização da sociedade, cuja dinâmica já se deu a partir da ruptura do pacto colonial, libertou as amarras estamentais cultivadas sob a Monarquia. Conforme Caio Prado Júnior:

A República agiu como um bisturi num tumor já maduro; rompeu bruscamente um artificial equilíbrio conservador que o Império até então sustentara e que, dentro de fórmulas políticas e sociais já gastas e vazias de sentido, mantinha um respeito às tendências e aos impulsos mais fortes e extremados que por isso se conservavam latentes. Estes se fazem então sentir com toda a sua força longamente reprimida, abrindo perspectivas que a monarquia conservadora contivera ou pelo menos moderara muito (PRADO JÚNIOR *Apud* VIANNA: 1989, 91-92).

Nesse contexto de adestramento da mão de obra imigrante nas grandes lavouras de café do Oeste paulista, Walrren Dean defendeu que o pagamento de salários começou a figurar no plano econômico como um expediente favorável e vantajoso à mão-de-obra nas lavouras³⁹.

No mundo escravocrata, além de vestir e custear a massa de escravos nos cafezais paulistas, os grandes produtores disponibilizavam algum tempo para os

³⁹ Alguns autores defenderam que as relações de trabalho, logo após a Abolição, não se encontravam totalmente instituídas da figura do “salário”, pois havia outras formas de remuneração que obedeciam a modalidades pré-capitalistas. Esse tema foi amplamente debatido no livro “Cativo da Terra” de José de Souza Martins. Ver página 33.

escravos desenvolverem alguma cultura de subsistência. Essa forma encontrada pelos cafeicultores visava aumentar a produção cafeeira a um custo relativamente baixo com o emprego da mão de obra estrangeira, implicava a proibição do uso da terra para fins próprios. Esse contingente de trabalhadores estrangeiros se viu forçado a adquirir os artigos de que necessitava no armazém da fazenda. Buscou-se com isso a concentração de todo esforço do imigrante no aumento da produção cafeeira (DEAN: 1979, 11-12).⁴⁰ Por outro lado, a desagregação das relações de produção escravistas na lavoura paulista forneceu as condições para o surgimento e a ampliação de relações servis (*colonato e moradia*) (SAES:1990, 209). Contudo,

É incorreto pensar que a substituição das relações de produção escravistas por relações servis tenha consistido – mesmo quando se considera que estas só se implantaram no Nordeste, como faz o coletivo da *História Nova*, numa “regressão” (a chamada regressão feudal). As relações de produção servis não são mais “atrasadas” que o escravismo mercantil; a sua implantação permite o desenvolvimento de uma pequena agricultura mercantil de alimentos e uma elevação do índice de monetarização da economia agrícola, abrindo desse modo caminho para o assalariamento do produtor (IDEM: *Ibidem*, 210).⁴¹

Se o produtor colono produzia efetivamente uma parte dos seus meios de subsistência, pode-se inferir que, com o salário recebido, o produtor direto adquiria no mercado apenas uma parte dos produtos para sua subsistência. Assim, a *forma-salário*

⁴⁰ Na acepção de W. Dean, o regime de trabalho baseado no *colonato* intensificou a produção do café sem, que este pudesse usufruir, minimamente que fosse, das terras do proprietário para “*plantar coisa alguma, a não ser café*”. Essa posição contradiz alguns autores que também pesquisaram o caráter do *colonato* na lavoura de café. Destacam-se nesse debate a síntese de Décio Saes (A Formação do Estado Burguês no Brasil : 1888-1891), e José de Souza Martins (O Cativo da Terra e A Imigração e a Crise do Brasil Agrário), que defendem o ponto de vista de que houve o uso da terra do fazendeiro-cafeicultor para fins de subsistência, gerando inclusive excedentes de produção que eram costumeiramente comercializados, denotando outro tipo de renda ao colono.

⁴¹ Décio Saes se refere a uma corrente de opinião agrupada na publicação *História Nova do Brasil*, do ano de 1964. Apóia-se nessa publicação para mostrar as posições diferentes da sua, mas que dialogam com o conceito de *colonato*. Sugere que os trabalhos de José de Souza Martins, Carlos Marighella e Jacob Gorender, apesar de não terem caracterizado o *colonato* ou *moradia* como relações de produção servis, veem esse caso como “relações não capitalistas de produção (Martins), de trabalho simultaneamente semiassalariado e semifeudal” (Marighella) ou de uma “forma camponesa dependente (Gorender)”. Segundo ele, esses autores mencionados são os que mais se opuseram à caracterização “taxativa” do trabalho livre, ou seja, pós-escravista de trabalho assalariado. Por outro lado, menciona que tanto Caio Prado Jr. como Celso Furtado não se convenceram da explicação desse aspecto da história do Brasil, por meio do conceito de *servidão ou feudalismo* no pós-escravismo, não contribuindo para uma melhor compreensão do *colonato* como *relações de produção capitalista*. Furtado via esse *colonato*, sobretudo a partir de 1870, como: 1) um sistema *misto* de remuneração do colono: salário monetário anual pelo cuidado de um número fixo de pés de café, mais um *salário* complementar variável que “era pago no momento da colheita”, segundo a quantidade desta; 2) Era cedido ao colono o uso restrito de terras para a subsistência; 3) pagamento, pelo governo imperial, dos gastos com o transporte ultramar e pela instalação desses colonos nas fazendas de café. Com relação a Caio Prado, este afirmara que o colono do café seria “desde logo trabalhador assalariado”, principalmente no capítulo I do livro “A Questão Agrária no Brasil”. (SAES, Décio. A Formação do Estado Burguês no Brasil – 1888-1891. São Paulo: Paz e Terra, 1990, p. 210-211).

ou troca entre iguais não era imposta “ideologicamente” ao produtor direto, pois este, ao produzir parte dos meios para seu sustento, realizava uma operação de duplo significado: de um lado, o *trabalho necessário*, e do outro, o *trabalho excedente*. Isso leva a pensar que o caráter limitador do salário no *colonato* transformara-se num impedimento, pelo qual a remuneração do colono em dinheiro produzia o dispositivo de ocultar, a este, a distinção entre trabalho necessário e trabalho excedente (MARTINS: *Apud* SAES, 1990, 210-211).

Segundo Martins, “não era o fazendeiro quem pagava ao trabalhador pela formação do cafezal. Pelo contrário, era o trabalhador quem pagava com cafezal ao fazendeiro o direito de usar as mesmas terras na produção de alimentos durante a fase de formação” do plantio do café (MARTINS: 2004, cap. 3)⁴². Esse mecanismo de exploração situa o emprego ideológico da dominação de classe sobre o *colonato*, revelando seu caráter *pré-burguês*. Por sua vez, os rendimentos monetários se mostravam, para o colono, como algo relativamente secundário em relação à produção direta de alimentos para subsistência e comércio do excedente.

Daí decorre que, entre a renda monetária e a cultura intercalada de roçados, o colono priorizava esta última por causa do excedente produtivo que gerava pra si. Logo, “o colono construiria uma forma de ilusão própria que não era produzida pelo salário”, mas antes, na ilusão de pagar ao fazendeiro, sob a forma do café colhido, um tributo exigido e atendido com a finalidade de trabalhar para si próprio. Isso indicava, portanto, que o “ganho salarial” não era suficiente para transformar “o salário” no aspecto principal da relação entre colono e o proprietário de terra.

O produtor consistia, antes, no aspecto subordinado e dependente dessa relação, já que “O aspecto dominante do colonato era, precisamente, a dependência pessoal do colono diante do proprietário fundiário que lhe cedia o uso da terra para a produção de sua subsistência” (SAES: 1990, 212)⁴³. Dessa forma, era mais atraente

⁴² Com o advento da expansão dos cafezais na direção do Oeste paulista, o fazendeiro, além de produzir café, adota uma nova modalidade extremamente lucrativa, *produzir fazendas* com a mão de obra imigrante, constituindo-se num formador de novos cafezais nas frentes pioneiras. Com isso, além de produzir café, também produzia novas fazendas de café, multiplicando seus capitais empregados. Haverá, conseqüentemente, uma procura incessante por terras férteis nas desabitadas áreas do interior de São Paulo, por parte dos fazendeiros; integrando-as, efetivamente, à economia de exportação, e convertendo-as, então, em *renda territorial capitalizada* na medida em que incorporava o empreendimento econômico e rentável do café (MARTINS: 2004, pags. 84 a 89).

para o colono o uso das terras do proprietário cafeicultor, gerando para si os dividendos auferidos com o “produto excedente” do seu trabalho, do que propriamente o recebimento de um salário.

Embora um conjunto de transformações na sociedade brasileira estivesse acontecendo, tendo em vista a constituição de um mercado de trabalho baseado na mão de obra livre, foi exatamente no meio social dos cafeicultores paulistas que se projetou maior grau de resistência à abolição da escravatura, na concepção de Emília Viotti;

Nos anos de 1880, já era óbvio que a abolição era eminente. O Parlamento, em resposta ao abolicionismo dentro e fora do país, emitira uma legislação gradualista visando a emancipação dos escravos. Crianças nascidas de mães escravas foram declaradas livres em 1871 e, em 1885, a liberdade foi concedida aos escravos com 65 anos ou mais. O movimento abolicionista tornara-se irresistível nas zonas cafeeiras, onde se concentravam quase dois terços da população escrava do país. Com uma nova consciência de si mesmos e encontrando apoio entre setores da sociedade que eram favoráveis à abolição, grande número de escravos fugiu das fazendas. A escravidão era uma instituição desmoralizada, quase ninguém mais se opunha à ideia de abolição, embora alguns ainda continuassem a reivindicar que os senhores fossem compensados pela perda de seus escravos. O único grupo no Parlamento que resistiu até o último minuto foi o daqueles que falavam pelos senhores das zonas cafeeiras mais antigas e decadentes, para os quais os escravos representavam um terço do valor de suas hipotecas. Em maio de 1888, estes foram os únicos contrários à lei que aboliu a escravidão (COSTA: 2013, 89).

A despeito de atribuir ao setor de cafeicultores do Vale do Paraíba o último foco de resistência à abolição da escravatura, devido à queda drástica dos ganhos auferidos nas decadentes lavouras de café mais antigas, a autora não responde totalmente à questão.

⁴³ Décio Saes, acerca do debate sobre o papel do colonato nas lavouras paulistas, observou que a posição defendida por Carlos Marighella, sobre a coexistência contraditória do salário pago sob o regime de *colonato* e a renda feudal, é incompleta. Ressalta que é preciso igualmente verificar qual desses aspectos era dominante, e qual estava subordinado. Aponta que Marighella identificou corretamente os efeitos produzidos, no meio rural brasileiro do início do século XX, pela permanência do *colonato* e a limitação de mercadorias no meio circulante, bem como a circulação de mercadorias na área rural. A utilização regular, pelo latifundiário, dos sistemas de “barracão”, “armazém” etc. Segundo Saes, Marighella não avançou na conclusão de que as relações de produção servis e a dependência pessoal do grande proprietário de terra constituíram, no plano histórico, “o aspecto dominante do colonato”. Tendo acordo, assim, com a visão defendida por Jacob Gorender sobre o caráter social e econômico do colono, Saes afirma que o morador nordestino, de forma geral, não era diferente do colono paulista, pois ambos recebiam terra para o cultivo de gêneros de subsistência e negociavam o excedente. (SAES: 1990, 213). Emília Viotti acrescenta que “os imigrantes que permaneceram como trabalhadores nas fazendas de café contribuíram indiretamente para estimular o desenvolvimento dos núcleos urbanos, onde iam vender, às vezes, o excedente dos produtos que cultivavam, entre os pés de café, com a permissão dos fazendeiros, e comprar o que necessitavam”. Mas, por outro lado, havia aqueles fazendeiros que proibiam o cultivo de roçados em suas fazendas de café, tendo por objetivo a “obrigação de os colonos fazerem as suas compras nos armazéns da fazenda”. O que, na visão da historiadora, “limitava o comércio urbano” e ajudava a manter as precárias condições de vida da “maioria dos colonos, seu baixo poder aquisitivo que restringia sua participação no mercado interno” (COSTA: 1998, 257).

Os fazendeiros da Província de São Paulo não conseguiram desvencilhar-se do trabalho escravo por considerar seu emprego ainda uma ferramenta válida para gerar lucro. Mesmo com a expansão das fronteiras agrícolas do Oeste paulista, o uso do trabalho escravo permaneceu atraente e ainda oferecia vantajosos ganhos à classe dos cafeicultores.

Além disso, os cafeicultores conseguiram recuperar o valor investido no escravo num prazo de dois a quatro anos, por causa da eficácia no trato das plantações (limpas, podas, novas tecnologias etc.) que proporcionava maior produção dos cafezais (GORENDER: 1988, 585)⁴⁴.

É, portanto, no centro mais dinâmico da economia, a cafeicultura, e não nas regiões estagnadas, que persiste o emprego do trabalho escravo.

A redução do estoque de escravos, após a decretação da Lei Eusébio de Queirós de 1850, que tornava atividade ilegal o tráfico de escravos da África para o Brasil, é bastante reveladora. Em decorrência da lei, no quadro geral do país, o número

⁴⁴ No debate historiográfico realizado por Gorender frente aos intelectuais identificados com as posições da escola de Sociologia de São Paulo, tendo em vista as riquezas geradas pela atuação dos fazendeiros do café, que resultou no incremento de outras atividades econômicas, como, por exemplo, a comercial e industrial. Identificavam uma “racionalidade” na atuação “empresarial” dos fazendeiros do café do Oeste paulista. E uma espécie de vanguarda na luta pela abolição dos escravos, pois o “regime representava um obstáculo à expansão da racionalidade indispensável à aceleração da produção de lucro. [...] Por isso, impõe-se a transformação do escravo em trabalhador livre, daquele que é meio de produção para assalariado” (IANNI: 1966, 95). Ou seja, a mão de obra devia se transformar para se adequar à produção de lucro. No entanto, de acordo com Jacob Gorender, parece equivocada a visão historiográfica que atribui ao fazendeiro paulista ser o portador do embrião da modernização das relações de produção capitalistas em São Paulo. Gorender defende que o emprego da mão de obra escrava ainda gerava altos lucros aos cafeicultores de São Paulo: “foi ali que se verificou o maior crescimento dos plantéis na fase final do escravismo, particularmente no Oeste Novo [...] Entre 1854 e 1886, o crescimento da população escrava no Oeste Novo foi de 235%, traduzindo-se em fabuloso crescimento da produção cafeeira e superando de longe os aumentos do Vale do Paraíba e do Oeste Antigo” (GORENDER: 1988, 585-586). Para a historiadora Emília Viotti, o conjunto de transformações urbanas resultantes da atuação da elite paulista ao fixar moradia nos grandes centros, com relação ao caráter modernizante da elite agrária de São Paulo, em virtude da instalação de equipamentos modernos, como o telefone (1872) e o trem (1867), proporcionou o surgimento das linhas férreas que se espalhavam pelo Oeste paulista, trazendo facilidades nas comunicações e incentivando o crescimento do comércio, além de permitir a esses fazendeiros “transferirem suas residências para os centros mais importantes, reduzindo a importância dos núcleos interioranos e reforçando a concentração nas grandes cidades”. É nesse sentido que a autora irá identificar na presença dos fazendeiros, nos grandes centros urbanos, uma crescente “tendência em promover melhoramentos urbanos”. Essa nova prática experimentada pelos senhores do café na cidade aumentou o interesse pelo lazer público: “construção de hotéis, jardins e passeios públicos, teatros e cafés. Melhorou o sistema de calçamento, iluminação e abastecimento de água”, isto é, a modernização dos grandes centros urbanos, com a anuência dos interesses do capital estrangeiro em tais projetos urbanos. No entanto, ela chama a atenção para um aspecto fundamental dessas transformações em curso; salienta que essa modernização que chegava a partir desses novos hábitos, aliados à urbanização, “se fez apenas de fachada, dentro dos limites das cidades mais importantes. Frequentemente, não a muitos quilômetros de distância, o caboclo vegetava, à margem do progresso” (COSTA: 1998, 258-267).

de escravos apresenta uma rápida queda. De acordo com Lúcio Kowarick, o contingente de cativos “em 1864 era de um milhão e 717 mil; dez anos depois, um milhão e 540 mil; em 1884, de um milhão e 240 mil; e, no ano da Abolição, 720 mil. Esses números são relativos a São Paulo. Essa foi a dinâmica paulatina de redução da entrada de escravos no Nordeste, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais após a sanção da lei de 1850. (KOWARICK: 1994, 46).

Todavia, o comércio de escravos no mercado interno se transformou num rentável negócio por meio das demandas de mão de obra nas lavouras de café. Destacaram-se as plantações do Vale do Paraíba, Oeste Novo e Oeste Velho de São Paulo até 1879, quando o tráfico interno foi proibido, pois “tanto os fazendeiros de cana-de-açúcar do oeste quanto os fazendeiros de café do Vale do Paraíba dependiam do trabalho escravo e estavam, portanto, basicamente sujeitos à mesma forma de capital: a renda capitalizada” (MARTINS: 2004, 30).

Ora, partindo-se da premissa de que o desenvolvimento do capitalismo é mundial, muitas vezes o processo ocorre sem destruir formas de produção e exploração do trabalho pré-capitalistas, como aponta a teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Nesse sentido, Francisco de Oliveira observa que “as economias pré-industriais da América Latina foram criadas pela expansão do capitalismo mundial, como uma reserva de acumulação primitiva do sistema global; [...] o ‘subdesenvolvimento’ é uma formação capitalista e não simplesmente histórica” (OLIVEIRA: 2013, 33).

Constatou-se em São Paulo, entre 1864 e 1874, acréscimo populacional do estoque na ordem “de 80 mil para 175 mil”, enquanto Minas Gerais apresentou um aumento de “250 mil para 311 mil”. Sendo assim, no decênio seguinte, quando no conjunto das demais províncias é nítido o substancial decréscimo de escravos, em São Paulo e Minas a diminuição é quase imperceptível: “10 mil em Minas e oito mil em São Paulo”. Em 1887, às portas da abolição, São Paulo contava com 107 mil escravos trabalhando nas plantações de café, e Minas Gerais possuía 192 mil escravos cativos (IDEM: *Ibidem*, 47).

Ainda assim, a luta pela constituição de um mercado de trabalho livre no Brasil teve como principal fator a abolição da escravatura.

A derrocada do escravismo impôs uma solução que só poderia se fundamentar no emprego da mão de obra do trabalhador livre, valendo-se de um salário. Diante de tal imposição, antes de se arregimentar a força de trabalho nacional, considerada indisciplinada ou despreparada para os requisitos do extenuante trabalho na lavoura cafeeira, os grandes fazendeiros fizeram a sua opção pelo trabalhador estrangeiro (IDEM: *Ibdem*, 71). Essa escolha atendia o crescimento da atividade econômica ligada à cultura do café, que viria a se transformar na principal fonte de divisas do país nas últimas décadas do século XIX, assim como nas três primeiras do século XX⁴⁵.

A mobilização com vistas ao recrutamento de mão de obra para as novas e promissoras lavouras de café transformou-se na peça chave para promoção do êxito econômico do Oeste paulista, e na reprodução de capitais dos grandes fazendeiros. A importância econômica irá lhes outorgar poder e influência no emergente Estado capitalista brasileiro da Primeira República.

A necessidade de braços livres para o trabalho agrícola coincidiu com a crise em que a Itália havia mergulhado a partir de 1870: “mostrar-se-ia ocasião altamente oportuna para trazer mão de obra abundante e barata” (IDEM: *Ibdem*, 72).

Convém observar que as primeiras experiências realizadas com a mão de obra imigrante não tiveram resultados favoráveis. Nessa primeira tentativa de introduzir o trabalho livre de estrangeiros, as despesas ficaram por conta de particulares⁴⁶, o que

⁴⁵ A despeito da opção dos proprietários rurais ligados à atividade cafeeira, conforme Kowarick, houve uma “ponderável migração interna de mão de obra nacional, ocorrida entre os últimos decênios do século XIX e os primeiros do século XX, que não seria primordialmente canalizada para a província de São Paulo. Nela ocorreu um saldo migratório positivo de 46 mil habitantes entre 1872 e 1890, foi aproximadamente de 70 mil na década seguinte, quando a imigração internacional já contribuía com cerca de 400 mil pessoas. Por outro lado, entre 1900 e 1920, enquanto ela deixava um saldo líquido de 374 mil estrangeiros, as correntes internas mostravam-se deficitárias em 20 mil pessoas [...] os fluxos internos tiveram significação diminuta, quando comparados com as levas de estrangeiros que aportaram após 1888” (KOWARICK: 1994, 71-72). Os dados citados por Kowarick se apóiam em trabalhos de Sérgio Buarque de Holanda, D. H. Graham, Sérgio Silva, Aníbal Villanova & Suzigan,.

⁴⁶ A primeira experiência dessa natureza foi na fazenda de Ibicaba, do Senador Vergueiro, político de grande influência e o mais destacado defensor dos cafeeiros paulistas no Parlamento Federal, que transferiu 80 famílias de lavradores alemães para a sua fazenda. Por volta de 1857, o número de famílias transferidas atingia dois mil. Entretanto, como o custo da imigração ficava por conta do próprio imigrante, que hipotecava seu trabalho, a tendência natural, em um país em que a escravidão dominava, era a deterioração das relações contratuais, que derivariam para a servidão, como era praxe com os trabalhadores livres nacionais. Assim, a tentativa de Vergueiro resultou num redundante fracasso que corroborava, na Europa, uma vasta campanha contra a imigração destinada ao Brasil. E na mesma fazenda Ibicaba, o suíço Tomas Davats liderou uma sublevação de colonos contra os seus opressores por causa de maus tratos. Esse episódio teve grande repercussão junto ao governo alemão que, em virtude disso, proibiu a imigração para o Brasil. Preocupado com a condição dos colonos, Davats tentava

gerou conflitos entre fazendeiros e colonos. O projeto fracassou e forçou o Estado a adotar um novo modelo subvencionado pelo governo provincial, como forma de promover uma ampla base de apoio à *colonização* para o capital. Na concepção dos *barões do café*, era mais fácil de lidar com o trabalhador imigrante e a perspectiva de lucros com o emprego da sua mão de obra era mais atraente em relação aos nacionais, assim “poderia ser transformado, por meio da imigração subsidiada, em mercadoria para o capital” (IDEM: *Ibdem*).

O ativismo governamental dos cafeicultores paulistas trouxe resultados imediatos; entre 1885 e 1889, foi registrada a entrada de 160 mil imigrantes na província de São Paulo. Esse contingente representava 52% do montante total que entrara no país. A onda imigratória atraiu variados grupos humanos fugindo das crises econômicas e dos efeitos causados por ela: entre 1880 e 1929, desembarcaram em portos brasileiros 6.004.731 imigrantes, destes, 1.953.181 vieram para São Paulo, pouco mais de 30% do total⁴⁷. Nem todos permaneceram no Brasil, mas aqueles que fixaram residência no país tiveram um papel de destaque no processo de urbanização e industrialização de São Paulo. Países como a Itália, que experimentava uma fase de expansão do capitalismo, no decorrer do século XIX, projetavam-se para as fímbrias do sistema: proprietários que haviam perdido suas terras, negociantes falidos, desempregados e camponeses pobres. Diante dessa nova realidade provocada pelas transformações impostas pelo capitalismo, milhões de trabalhadores do campo foram “expelidos pela gigantesca máquina de desenraizamento rural acionada pela expansão do capitalismo⁴⁸ do século XIX” (BARBOSA: 2008, 141).

encontrar os meios para por fim a tantos descasos, onde “No dia 24 de setembro de 1856, a altas horas da noite, surgiram em minha casa, além do amigo Schlittler, seu irmão Heinrich Schittler, Kaspar Märki e Philipp Zumkeller. Pouco depois chegava também Ulrich Ryffel. Reuníamo-nos todos dispostos a assumir um compromisso solene. Com a ajuda de Deus Todo-Poderoso, associaríamos todas as nossas forças para a realização de uma aspiração comum, ou seja, para encontrarmos uma via regular, legal, em que nos fosse possível e as outras pessoas de bom comportamento na colônia, achar um meio de sair das tristes condições em que vivíamos e procurar situação melhor [...] manter sobre o caso silêncio completo e de unirmos em uma solidariedade perfeita. “Um por todos e todos por um”! Esse seria doravante nosso lema sagrado” (DAVATS, Thomas. Memórias de um Colono no Brasil: São Paulo, Edusp – Livraria Martins Editora, 1972, p. 122).

Assim, a partir de 1857, quando da ocasião da revolta dos colonos na fazenda Ibicaba, a continuidade do sistema de parceria não encontrou mais espaço, tendeu a desaparecer na medida em que deixou os proprietários temerosos de novas revoltas, introduzindo “elementos de agitação” no seio da escravidão (KOWARICK: 1994,70).

⁴⁷ DOWBOR. Ladislau. Formação do Capitalismo Dependente: São Paulo, Brasiliense, 1982, p. 113.

⁴⁸ No último quartel do século XIX, na Europa, abre-se um período de crise econômica que potencializa o êxodo de imigrantes para a América, sobretudo para os Estados Unidos, mas também para o Brasil e a Argentina. Sobre essa tensão vivida pelo sistema capitalista, o economista Maurice Dobb sugere que, “O

Em suma, a partir de 1880, tanto na dinâmica econômica interna como na esfera internacional, a sobrevivência do trabalho escravo se mostrava inviável para realizar uma acumulação que exigia cada vez mais a implantação de um mercado de trabalho volumoso e dinâmico. Por conseguinte, além dos processos de natureza meramente econômica, as disputas políticas foram um traço marcante na luta abolicionista:

[...] é preciso sublinhar os fatores políticos como causa primordial da abolição: os movimentos de sublevação, liderados por Antônio Bento, que, paulatinamente, abalaram a ordem escravocrata até sua derrocada final. No processo de transição para o trabalho livre, existe uma condição prévia e fundamental que refere ao acesso à terra. Enquanto a produção fosse efetuada por escravos, a terra era praticamente destituída de valor, pois sua propriedade só teria significado econômico se seu detentor também possuísse um estoque de cativos. Contudo, a partir do momento em que a escravidão começou a apresentar os primeiros sintomas de crise, com o término do tráfico africano, tornou-se necessário impedir que os homens livres tivessem acesso à propriedade da terra. [...] Mas o processo fundamental consistiu em restringir o acesso a áreas devolutas, por meio de uma lei que tornava a compra a única forma de alienar as terras públicas, em uma política que deliberadamente aumentou o preço de sua venda (KOWARICK: 1994, 74-75).

Como já assinalamos, a implantação do mercado de trabalho de mão de obra livre no Brasil celebrou como condição primordial a barreira para aquisição de terra. Sua aquisição ficava restrita somente ao expediente de compra. Esse dispositivo adotado tinha como finalidade dificultar e privar o seu acesso ao homem livre, aos libertos e, sobretudo, aos estrangeiros que aportavam no Brasil para dar solidez ao seu incipiente mercado de trabalho. Mesmo havendo por parte do imigrante algum pecúlio, a dificuldade na aquisição de propriedades rurais esbarrava na Lei de Terras (1850). Logo contava com um “reduzido dinamismo mercantil e a indisponibilidade de terras a baixo preço. [...] Nesse sentido, circunstâncias do lado da oferta e da demanda de mão de obra tornaram possível a inundação da economia paulista desses novos trabalhadores” (BARBOSA: 2008, 139).

Apesar da vinda de milhares de imigrantes da Europa para promover a base do mercado de trabalho no Brasil, a adoção do salário como forma de remuneração monetária não era suficiente para que este se tornasse o preceito dominante da relação

que se tornou conhecido como Grande Depressão, iniciada em 1873, interrompida por surtos de recuperação em 1880 e 1888, e continuada em meados da década de 1890, passou a ser encarado como um divisor de águas entre dois estágios do capitalismo: aquele inicial e vigoroso, próspero e cheio de otimismo aventureiro, e o posterior, mais embaraçado, hesitante e, diriam alguns, mostrando já as marcas da senilidade e decadência” (DOBB: 1983, 214)

entre colono e fazendeiro; na verdade, o salário consistia, antes, no aspecto subordinado dessa relação. Ou seja, o proprietário fundiário estabelecia uma relação de dependência pessoal junto ao colono, pois lhe cedia o uso da terra para produzir sua subsistência, cujo excedente era negociado em proveito próprio (SAES: 1990, 212-213).

Sob outro aspecto, Emília Viotti acrescenta que os estrangeiros que continuaram exercendo o trabalho nas lavouras de café “contribuíram indiretamente para estimular o desenvolvimento dos núcleos urbanos, onde iam vender, às vezes, o excedente dos produtos que cultivavam, com a permissão dos fazendeiros, entre os pés de café, e comprar o que necessitavam”. Porém, havia aqueles fazendeiros que proibiam o cultivo de roçados em suas fazendas de café, tendo como objetivo a “obrigação de os colonos fazerem as suas compras nos armazéns da fazenda” (COSTA: 1998, 257).

Esse procedimento da elite agrária de São Paulo nas relações de trabalho com o colono revela em quais condições se operavam as formas de pagamento envolvendo o salário. Desse modo, conclui-se que a remuneração por meio do salário era um dispositivo que atendia apenas parcialmente ao colono, consistindo mais, por assim dizer, em *formas camponesas dependentes*⁴⁹, na medida em que engendravam a condição de semiassalariados nas relações de dependência impostas pelos cafeicultores paulistas.

Embora haja posições na historiografia que admitam o pagamento de salário tão logo o processo abolicionista se concretizara, por esta se caracterizar como uma fase de transição, o mais correto é admitir que havia várias formas de remuneração, inclusive a do salário, que se traduzia em pagamentos ínfimos aos homens livres que coexistiam com o escravo, os caboclos e caipiras. E, sobretudo, com a possibilidade de utilizarem a terra para a produção de alimentos. As dificuldades geradas no mercado de trabalho interno com o processo abolicionista, que em certa medida o desorganizou em virtude

⁴⁹ Nos aspectos gerais, tanto o lavrador nordestino quanto o colono paulista do café, conforme Gorender, “eram remunerados com uma economia autônoma, ambos recebiam terra para cultivar gêneros de subsistência, que consumiam e cujo excedente podiam vender, ambos recebiam terreno de pastagem para animais, pequenos e grandes, um cavalo, uma vaca, um bezerro, um porco, galinhas... Ambos recebiam moradia gratuita, muito importante isso, e ambos tinham direito à lenha e à água, o que também não é sem importância. E ambos recebiam um salário; então, são dois tipos que, com suas variedades, podem ser unidos, eles se equivalem, pertencem aquilo que chamo de *formas camponesas dependentes*” (grifo do autor). Como se vê, nesse caso também se estabeleceram relações de produção servis e de dependência pessoal, vindo a constituir, na visão também de Décio Saes, “o aspecto dominante” dessas relações (GORENDER, *apud* SAES: 1990, 213).

da libertação de escravos por meio de outros expedientes⁵⁰, anunciava que a questão do salário figuraria apenas como mais uma possibilidade de pagamento dentre outras adotadas como forma de compensação de um trabalho realizado (MARTINS: 2004, 33).

1.3. O Abolicionismo e a Constituição do Mercado de Trabalho Livre

Nosso objetivo neste ponto será mostrar o debate acerca do mercado livre de trabalho, apontando os mecanismos que dificultaram a readaptação do liberto na ordem social competitiva, que foi implantada após a revolução abolicionista na sociedade brasileira na formação de uma mentalidade capitalista.

De acordo com Alexandre de Freitas Barbosa (2008, 145), no período imediato após a abolição houve o emprego de várias formas de trabalho. Destaque para “as turmas de camaradas, nas quais o ex-escravo tornara-se o elemento preponderante, já acostumado à tradição do trabalho no eito”. O liberto era recrutado pelo empreiteiro que lhe fornecia comida e rancho para a morada no próprio cafezal. Daí em diante, no lugar dos antigos feitores, surgem os novos “apontadores” que registravam a presença dos empregados.

A adaptação às novas condições encontradas pelos ex-escravos não foram fáceis. Arredios,⁵¹ no primeiro momento em que se viram livres relutavam em se integrar imediatamente num trabalho que, recentemente haviam acabado de deixar: o anedotário da época registra que não queriam saber de café, *nem para beber*. Essa aversão ao trabalho nas fazendas que caracterizou o momento imediato após a abolição da escravatura engendrou entre os fazendeiros, necessitados de mão de obra, a ideologia da vadiagem, que percebemos na tentativa de um fazendeiro de Campinas de recompor o trabalho agrícola que se encontrava desfalcado, clamando por “*uma medida enérgica que reprima a vadiagem*” ou mesmo que, “*é um dever da humanidade guiar-se ao bom*

⁵⁰ Antes do 13 de maio de 1888, quando da libertação oficial dos escravos, compras de cartas de alforria, fugas e invasões de fazendas por abolicionistas radicais para libertar escravos constituíram como elementos importantes na perturbação temporária do mercado de trabalho no campo brasileiro.

⁵¹ Do ponto de vista ideológico, a certificação da mão de obra branca européia obedeceu a vários aspectos; o econômico se sobressaiu. Advém daí a crítica ideológica do braço nacional: “preguiçoso e indisciplinado”. Quanto ao ex-escravo, a esse era reservado o limbo da marginalização social junto ao mercado de trabalho. O “ser” arredio, aqui empregado, denota um homem saído de um longo processo de luta pela liberdade que, a se ver juridicamente livre, se afirma perante a nova e inusitada condição social, primeiro, pelo próprio reconhecimento, e segundo pelo direito de poder escolher o que era melhor para si. Sempre lembrando que é um homem livre e não tem por obrigação trabalhar todos os dias estabelecidos pelo contratante (KOVARICK: 1994, 76-77)

caminho essa gente sempre infeliz” (A PROVÍNCIA de SÃO PAULO, 23/3/1888, Apud BEIGUELMAN: 1978, 114-115).

A postura social de desconfiança adotada pelo liberto foi semelhante à praticada pelo trabalhador livre nacional que, alijado de inúmeros postos no mercado de trabalho, tendo em vista a pressão exercida pela presença crescente da massa de imigrantes, assumiu mais facilmente a condição de assalariado no mercado de trabalho, principalmente no sudeste do país. Em virtude disso, ao liberto restou apenas trabalhar nas regiões mais antigas da atividade cafeeira, uma vez que a demanda de mão de obra nas regiões de maior proeminência econômica, como o Oeste Novo de São Paulo, recaiu sobre o colono europeu, sobretudo os italianos (BEIGUELMAN: 1978, 115).

A integração do negro à nova ordem social competitiva constituída por classes sociais será marcada por inúmeras dificuldades no processo de sua assimilação pelo mercado de trabalho de mão de obra livre. Neste, as melhores colocações destinavam-se aos estrangeiros recém chegados. Mesmo no meio urbano essa tendência se mostrou forte:

Ora, com a desintegração da ordem social escravocrata, ocupando os imigrantes o lugar dos ex-escravos no campo, e controlando as várias ocupações artesanais e assalariadas da cidade, o ex-escravo perde a sua posição no sistema econômico paulista, projetado que fora, junto com a herança da escravidão, na arena da competição aberta com os brancos [...] A participação negra na estrutura ocupacional urbana mostrava-se especialmente reduzida no caso dos assalariados e empreendedores. Criava-se um subproletariado de libertos, concentrados nas ocupações e bairros periféricos, dependendo a sua assimilação da posterior renovação e reprodução do mercado de trabalho. O aviltamento de sua condição de trabalhador potencial transparecia no desajustamento econômico, na regressão ocupacional e no desequilíbrio social (BARBOSA: 2008, 144).

A grande energia sociocultural, político-econômica, liberada após o fim da escravidão, constituir-se-á como o amálgama que animou um conjunto de transformações, e cujo resultado foi a “modernização” das relações econômicas e sociais no país⁵². A integração do liberto na nova ordem social competitiva se deu de

⁵² A decretação da Abolição da Escravatura, no Brasil, despertou uma grande euforia social, com gigantescas manifestações públicas de apoio: “*A notícia dada pelo telégrapho, da sancção da lei abolindo a escravidão foi recebida aqui (da cidade de Santos) com extraordinário júbilo. Immediatamente espalhou-se por toda a cidade a boa nova, produzindo delirante alegria em todas as classes. Milhares de foguetes rebentaram nos ares por ordem da câmara os sinos de várias igrejas repicaram em signal de*

forma lenta e acidentada, pois já nascia refletindo as deformações e a discriminação do período anterior.

No imediato quadro social herdado pela Abolição, o edifício da escravidão começara a ser lentamente desmontado, e guardava ainda as marcas recentes da humilhação sofrida pelo cativo de inúmeras formas. A trajetória de vida do abolicionista Luiz Gama foi um exemplo do quadro social ao qual os negros cativos estavam submetidos anteriormente. Vendido pelo pai como escravo aos dez anos de idade, Luiz Gama, em carta dirigida ao também abolicionista Lucio Mendonça, em 26 de Julho de 1880, assinala que, *“tinha eu apenas 10 anos; e a pé, fiz tôda viagem de Santos até Campinas. Fui acolhido por muitos compradores nesta cidade, em Jundiá e Campinas; e, por todos repelidos, como se repelem as coisas ruins, pelo simples fato de ser eu ‘baiano’. Valeu-me a ‘pecha’!...”* (Apud CASTRO: 1968, 223).

Mas a despeito dessa sua antiga condição de escravo, Luis Gama se notabilizou na campanha abolicionista como um dos principais protagonistas pela conquista da liberdade dos negros, efetivada oficialmente por meio da Lei Áurea de 13 de Maio de 1888. O mesmo Lucio Mendonça, num ensaio publicado pelo *Almanach Litterario de São Paulo*, antes da Abolição, retrata um homem de enorme talento nas causas jurídicas, sobretudo aquelas em defesa do postulado da liberdade ⁵³. Não foi

contentamento publico pela sancção de quinhentos mil cidadãos para a nossa pátria (A PROVÌCIA DE SÃO PAULO: 15/05/1888).

As manifestações de aprovação não paravam: *“Esta data ficará gravada nas páginas da história pátria como um florão de glória e indicando a erecção de um monumento imperecedouro. A votação de ante-hontem decidiu a mais gigantesca questão que podia agitar o povo. A independência dos direitos civis está consagrada para todos os brasileiros, inclusive aquelles sobre os quaes pesava uma condenação secular* (grifos nossos). *Terminou de facto e de direito a escravidão no Brazil e esta boa nova estará presentemente commovendo os corações sequiosos de reparação e justiça, até nos âmbitos mais remotos deste immenso Império de Santa Cruz”* (IDEM, *Ibdem*: 18/05/1888, p.1). O alcance social obtido com o fim da escravidão foi bastante amplo, pois representou, efetivamente, um ato de firme reprovação à manutenção do regime monárquico: *“Mas, em nosso entender, estamos só no princípio da phase evolutiva. A coroa, com o seu cortejo de parasytas, ociosos, especuladores da credulidade do povo, deve desaparecer conjunctamente como a irmã gêmea que acaba de ser immolada”* (IDEM, *Ibdem*).

⁵³ Num dos poucos relatos de escravos sobre a condição à qual estavam submetidos, citamos aqui duas passagens de depoimentos envolvendo a questão do trabalho. O primeiro do ex-escravo Mariano Pereira dos Santos, do Paraná, e o segundo, da ex-escrava, Maria Chatinha que, em 1981, contava com 108 anos: *“Como era a sua vida no tempo da escravidão?”* MPS: *“Era trabaiaando!De cedo à noite. Era no enxadão, de cedo à noite. Só largava de noite. Comendo em cunha de purungo; em cochinho de madeira. Racionado, ainda!Não era comida, assim, como agora. Era os pouquinho, os pouquinho. E o feitor ali. Nós não tinha tempo nem de descansar as cadera, nem dez minutos que(como) agora. E o feitor, ali, com o baciau – que agora dizem chicote – mas naquele tempo eles diziam baciau”*. *“Quantas horas de trabalho havia?”* MC: *Ué, era as mesmas hora. A gente trabalhava das seis, seis horas se tomava café, aí, daquela seis hora, subia, todo mundo pro trabalho, quem era de capina ia capiná, quem era do tempo da colheita de café, que ia de maio, junho, julho, agosto, setembro; setembro termina, a colheita”* (MAESTRI FILHO: 1988, 27-49).

diferente o seu empenho militante na defesa da causa republicana, que buscou associar ao direito de liberdade incondicional para os escravos:

A turbulência de Luis Gama consistia em ser liberal exaltado e militante, em promover pelos meios judiciais a liberdade de pessoas livres reduzidas a criminoso cativo, e auxiliar alforrias de escravos, na medida de suas posses, e, às vezes, além dessas, na medida de sua dedicação à causa santa dos oprimidos [...] Em uma causa celebre no fôro de Santos, em que o advogado contrario era ninguém menos que o seu grande amigo José Bonifácio, ganhou Luiz Gama a liberdade de mais de cem escravos (*ALMANACH LITTERARIO de SÃO PAULO PARA O ANNO DE 1881*: 57, 59).

A Abolição da Escravatura se realizou num contexto econômico favorável aos negócios dos *barões do café*, entretanto, a produção cafeeira e as riquezas geradas com as vendas para o mercado externo trouxeram profundas transformações ao mundo dos brancos que, sob um consistente *boom* econômico, que resultou no rápido processo de urbanização seguido pela industrialização e desenvolvimento social. O mundo dos negros ficou à margem dessas transformações socioeconômicas, “como se eles estivessem dentro de uma cidade mas não participassem de sua vida econômica, social e política”, submetidos a uma condição análoga à da escravidão. O negro liberto foi inserido nas classes populares, “como se devesse converter-se numa camada social dependente e tivesse de compartilhar de uma ‘situação de casta’ disfarçada” (FERNANDES, FURTADO (Org.): 1979, 113). Uma gama de autores identificou no processo abolicionista a pujança de uma *revolução social*⁵⁴; no decorrer da implantação das bases do mercado de trabalho de mão de obra livre, difundiram-se os princípios fundamentais para a concretização das relações capitalistas no Brasil. Visto que, em tese, o modo de produção capitalista é incompatível com a escravidão.

Como mencionado anteriormente, o desenvolvimento do capitalismo depende na formação de um mercado de mão de obra constituído por despossuídos,

⁵⁴ Jacob Gorender enfatiza a importância social do processo abolicionista como um evento revolucionário. Ele observa que, “com todas as limitações, a Abolição não deixou de ser uma revolução. Pela via da luta política, deu vigoroso impulso à eliminação das formas de exploração já esgotadas, porém não o fez para trazer o paraíso aos trabalhadores, negros ou brancos. [...] Em especial, todos os trabalhadores se tornaram juridicamente livres e, com isso, a difusão das relações de produção capitalistas ficou desembaraçada.” (GORENDER:1981, 22).

Florestan Fernandes também concluiu que o processo abolicionista, no fim da década de 1870, e praticamente toda a década de 1880, abrangeu “uma época de agitação apaixonada contra a escravidão, na qual o movimento abolicionista se tornou intrinsecamente revolucionário e se fixaram os parâmetros de que o capitalismo e escravidão não podiam coexistir” (FERNANDES: 1976, 53).

Ver também HARDMAN & LEONARDI. História da Indústria e do Trabalho no Brasil: São Paulo, 1991, p.95.

SAES, Décio. A Formação do Estado Burguês no Brasil (1888-1891): São Paulo-Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1990, p.300.

porém, juridicamente livres para o assalariamento, sob a condição de contratos de trabalho que podiam ser rescindidos de acordo aos interesses que legitimavam o direito patronal (GORENDER: 1988, 19). Pois, num mercado mundial, em uma época de expansão e consolidação da política imperialista, o capitalismo pôde implantar enclaves capitalistas na periferia do sistema sem necessariamente alterar em profundidade as estruturas locais.

O ajustamento de uma mentalidade capitalista disseminada no conjunto da sociedade brasileira, sob a direção da burguesia, em permanente ascensão econômica, social e política – não se realizou de forma imediata, mas ainda hoje figura como um processo inacabado na sociedade brasileira. A evolução do trabalho livre enfrentou muitos percalços, ligados à própria condição em que a burguesia o concebia⁵⁵. O trabalhador livre foi tratado pelo patronato agrário ainda de acordo com a mentalidade escravocrata⁵⁶, principalmente nas regiões de maior atraso econômico e social, nas quais os segmentos de uma aristocracia rural convertida em classe dominante em tempos de abolição se viram despreparadas para as transformações que sopravam na direção de mudanças sociais, sendo assim,

⁵⁵ João Antonio de Paula expõe o processo descontínuo que caracterizou as reformas implementadas ainda na segunda metade do século XIX, sobretudo a Lei de Terras que, segundo ele, representou “O fracasso do reformismo conservador na reestruturação fundiária durante o período imperial, de que resultou a permanência do latifúndio, expressou a ausência de efetiva hegemonia dos segmentos modernizantes das elites brasileiras, incapazes de generalizar para o conjunto do país as instituições da economia de mercado sintetizadas na transformação da terra e da força de trabalho em mercadorias”. Por outro lado, enfatiza que a imposição por meio da lei “dos mercados de terras e de trabalho nos moldes especificamente capitalistas não teve dimensão nacional durante o período imperial, estando fundamentalmente ligada à expansão cafeeira em São Paulo, sobretudo a partir de 1880. E corrobora a posição geral de outros autores já mencionados aqui, quando afirma que “A motivação real da Lei de Terras fica evidenciada no dispositivo que proibia que os imigrantes pudessem comprar terras antes de três anos de trabalho no país” (PAULA, CARVALHO (Org.): 2012, 197-198).

⁵⁶ Entendido como uma mobilização política a favor da abolição da escravidão, o movimento abolicionista teve uma atitude mais decisiva sobre o escravismo somente na década de 1880, quando assumiu uma configuração mais explícita de *movimento social*. Numa recente pesquisa sobre esse tema, a historiadora Enidelce Bertin, enfatiza que “o movimento abolicionista teve atuação mais incisiva apenas na última década da escravidão, quando além dos legalistas, recebeu o reforço da ação direta de populares em apoio aos escravos”. Além disso, nos conta a autora que cresceu o número de entidades civis em defesa da abolição em São Paulo, como por exemplo, “A Sociedade Emancipadora Acadêmica, Club Republicano Acadêmico, Club 20 de Setembro, Grupo Abolicionista do Club dos Girondinos, além das irmandades e ordens terceiras. No ano de 1883 foram indicadas a Sociedade Artística Emancipadora, Caixa Emancipadora Luis Gama e Caixa de Socorro 24 de Julho” (BERTIN: 2004, 61). É interessante destacar que o próprio Exército Brasileiro se pronunciou politicamente em favor da abolição. O jornal *A Gazeta da Tarde* publicado pela Confederação Abolicionista, publicou um pronunciamento do Marechal Deodoro da Fonseca que, embora membro do regime monárquico, como representante do Exército, apoiou o movimento abolicionista, afirmando que: “*estou profundamente convencido de que a Pátria não poderá atingir os gloriosos destinos a que está fadada enquanto tiver em seu seio a mancha da escravidão*” (MAGALHÃES JÚNIOR: 1957, 299).

O trabalho livre não nasce das precondições ou dos efeitos do trabalho escravo. Ele teria de abrir o seu caminho de modo difícil: o trabalhador aparentemente *livre* surgiu como substituto e equivalente do escravo. Portanto, o *trabalho livre* não negava e transcendia, em suas origens históricas internas, o trabalho escravo; era por ele reduzido ao componente mais infamante do ‘trabalho mecânico’ e fixado na consciência social como algo degradante, que expunha seu agente a uma condição social inferior, inquestionável e *denigradora*. (FERNANDES: 1985, 40).

As circunstâncias enfrentadas pela implantação do trabalho livre no Brasil revelam que o capital e o trabalho livre por ele engendrado ainda reproduziam, em certa medida, características históricas semelhante às da época do escravismo. Entretanto, ao contrário daquilo que se esperava, a burguesia extraía vantagens e benefícios desse novo contexto. Pois, servindo-se das marcas sociais negativas ainda presentes, como uma mácula a ser removida das relações sociais, permaneciam presas a modalidades não-econômicas na deterioração do *valor do trabalho* no incipiente mercado de mão de obra vindouro. Ademais, o conceito empregado pelos cafeicultores paulistas de “trabalho livre na pátria livre” agia como um ardil, tendo em vista que “só eram livres, naquela ‘pátria’, os que não viviam da força de trabalho, seja como escravos, seja como assalariados” (IDEM: *Ibdem*).

Esse estratagema adotado pelos senhores do café⁵⁷, permitiu o prolongamento por dois ou três anos ou até por seis meses do vínculo de submissão do ex-escravo perante o patrão e possibilitava a este, como empregador de mão de obra livre, manipular o contrato de acordo com seus exclusivos interesses. Logo, repelia a força de trabalho do recém-liberto e, com isso, precipitava-o à degradação e marginalidade das novas obrigações impostas pelas relações de trabalho capitalistas. Para os libertos, que percebiam a artimanha patronal, ainda presos a um costume

⁵⁷ Joaquim Nabuco, pouco antes da abolição, afirmara que “A escravidão não é um contrato de locação de serviços que imponha ao que se obrigou certo número de deveres definidos para com o locatário. É a posse, o domínio, o sequestro de um homem – corpo, inteligência, forças, movimentos, atividades – e só acaba com a morte”. O contraponto mostrado por Nabuco entre as relações de trabalho capitalistas, mediadas por um contrato de trabalho combinado, e a anulação do indivíduo por meio do poder de mando escravocrata, ilustra bem a memória negativa em relação ao trabalho, presente na população negra, nos meses imediatos ao 13 de Maio de 1888. Procurando demonstrar a tamanha injustiça na crise terminal do regime cativo, exercida contra a população negra escrava, descreve as possíveis variantes que o poder senhorial tinha sobre a vida do escravo: “Em regra o senhor pode tudo. Se quiser ter o escravo fechado perpetuamente dentro de casa, pode fazê-lo; se, tendo ele mulher e filhos, quiser que eles não se vejam e não se falem, se quiser mandar que o filho açoitasse a mãe, apropriar-se da filha para fins imorais, pode fazê-lo. E conclui o seu apelo público num tom dramático, digno de nota, “Imaginem todas as extraordinárias perseguições que um homem pode exercer contra outro, sem o matar, sem separá-lo por venda de sua mulher e filhos menores de 15 anos – ter-se-á o que *legalmente* é a escravidão entre nós” (NABUCO: 1977, p.130).

construído durante séculos de exploração escrava, não existia vantagem alguma (IDEM, *Ibdem*).

Ademais, no momento da abolição, o ex-escravo ocupava uma posição de inferioridade na organização da economia e da sociedade que não foi alterada imediatamente na dinâmica da nova ordem contratual. Dessa forma, foram desenvolvidas estratégias que procuravam reproduzir ou recriar as condições a que o negro estava exposto no meio social agrário anterior ao processo que culminou, na segunda metade do século XIX, com a sua libertação do cativeiro ao qual estava condicionado (BASTOS, D'INCAO (Org.): 1987, 145) ⁵⁸. Partindo da mentalidade senhorial, no contexto imediato após a abolição, José de Souza Martins e Lucio Kowarick, defendem posições semelhantes:

Dessa forma, reiterou-se a sua vida errante: inadequado para as tarefas produtivas – pois era inadmissível submeter-se aos desmandos aqueles que antes eram donos de escravos e depois se transformaram em patrões, sem mudarem a mentalidade senhorial e despótica de lidar com o homem livre –, esse vasto segmento da população, simultaneamente, rejeitou e foi rejeitado pelo fazendeiro que se utilizou do trabalho cativo e, posteriormente, do braço estrangeiro que aportou com o ardente desígnio de ‘vencer na vida’ (KOWARICK: 1994, 105)⁵⁹.

Exerciam, dessa forma, o seu direito de não trabalhar, todavia, é importante que se diga que essa condição foi determinada e não incorporada pela “embriaguez” da liberdade, estendida ao duvidoso expediente da negação do trabalho por parte do liberto. Recusando o trabalho disciplinado nas lavouras, pode-se aproveitar do pequeno plantio gerado pela fertilidade de alguma terra, da caça, da pesca e coleta. Esse modo proporcionou-lhe viver com “larga margem de ócio e lazer”. Porém, essa condição só permitia-lhe abraçar um tipo de sobrevivência, a irremediável pobreza. Essa nova dimensão vivida por uma gama de libertos espalhados pelo interior do país foi chamada por Kowarick de *vadiagem*, ou seja, “desamor ao trabalho e possibilidade de ócio e festejo” (IDEM: *ibdem*, 103).

⁵⁸ Houve, em determinadas condições, uma relativa arregimentação da sua força de trabalho dos libertos no setor agrícola longe dos limites urbanos, convertendo-se, segundo Élide Rugai Bastos, em “arrendatário, parceiro etc”. Essa tendência se apresentará de maneira diferenciada, variando de uma região para outra, na medida em que o modo de produção capitalista avança mais lentamente, aparecem condições para relações de trabalho que não estão subordinadas “direta e imediatamente ao capital. Nesse sentido, a posição social do negro e do mulato é definida pelos interesses da revolução burguesa” (BASTOS, D'INCAO (Org.): 1987, 145).

⁵⁹ Como a escravidão não era apenas uma instituição, “mas sim uma relação real em condições históricas definidas, a sua supressão jurídica ou a mera incorporação produtiva ao trabalho do homem livre não eram suficientes para alterar o teor do vínculo (tanto nas regiões decadentes do Vale do Paraíba como no próspero Oeste de São Paulo) entre fazendeiro e trabalhador” (MARTINS: 2004, cap. 3).

Com efeito, o desejo pela permanência, por parte dos cafeicultores paulistas, de uma mentalidade socioeconômica que lhes proporcionasse uma extraexploração da força de trabalho livre, encontrava-se diretamente vinculado às modalidades pré-capitalistas de arregimentação de mão de obra, nas quais, por exemplo, o salário do colono paulista era composto de vários elementos: pagamento fixo pelo trato do cafezal, pagamento variável pelo café colhido, produção visando os meios de subsistência e comercialização do excedente. Daí se conclui que parte desse “salário aritmético não entrava no bolso do trabalhador” (MARTINS, *Apud* BARBOSA: 2008, 153). Ou, dito de outra forma, a reprodução do trabalhador não estava completamente inserida no cálculo do valor da força de trabalho⁶⁰.

A constituição de um autêntico mercado de trabalho no Brasil foi lenta e complexa, diante disso, “entre este e o não-mercado de trabalho havia uma considerável distância histórica a ser percorrida” (IDEM: *Ibidem*). Isso porque, conforme a análise de Florestan Fernandes, “não surgiram, não se difundiram e nem se impuseram, rapidamente, os liames propriamente capitalistas, que prendem entre si assalariados e donos dos meios de produção” (FERNANDES, *Apud* BARBOSA: 1998, 153).

No caminho aberto pela afirmação do trabalho livre como o principal pilar de sustentação da ordem social competitiva, que é a ordem da ‘sociedade aquisitiva’ ou da ‘civilização burguesa’ capitalista, os trabalhadores nacionais e os imigrantes recém-chegados, tinham que primeiro se desvencilhar das práticas e hábitos seculares dos grandes proprietários rurais, na medida em que:

[...] se viam postos numa arena na qual a primeira conquista consistia em despojar o trabalho dessa agregação à subserviência à superexploração. Como o negro, tinham de se impor, primeiro, *como gente*, para conseguir, em seguida, separar a venda da força de trabalho da venda da pessoa. Esse salto, tão importante na história econômica e social, não foi um produto da implementação da produção capitalista [...] trabalho mais barato, endosso à violência como ‘freio moral’ e definição do trabalhador rebelde (individual e coletivamente) como *inimigo da ordem*, ‘caso de polícia’(FERNANDES: 1985, 40-41).

A despeito dessa condição vivida pelos trabalhadores de buscar a sua autoafirmação como indivíduos livres no mundo do trabalho, no campo e na cidade,

⁶⁰ Após o fim da escravidão, as novas formas de locações de serviços nem sempre obedeceram ao padrão salarial fixado pelo dinheiro, o salário propriamente assumia, com frequência, “formas mistas e mais ou menos complexas, como sejam o pagamento *in natura*, concessão do direito de plantar por conta própria alguns gêneros de subsistência [...] o trabalhador não figura senão como força de trabalho a serviço do proprietário, e não se liga a ela se não por esse esforço que cede ao seu empregador. Não se trata assim, na acepção própria da palavra, de um camponês” (PRADO JÚNIOR: 1966, 63-64).

apurada nos primeiros tempos após a Abolição da Escravatura, lentamente, já na primeira metade de século XX, as relações de produção irão se organizar em formas capitalistas cada vez mais próximas ou com maior semelhança das formas contratuais daquelas que ordenam o mercado capitalista. Embora desigual, esse fenômeno se verificou principalmente no emprego da mão de obra nas cidades, que seriam o palco da realização de outro fenômeno, o industrial. Desse modo, o constante crescimento urbano, como ambiente social, cultural e político, operou com vistas a desorganizar, reformular ou mesmo substituir os valores e padrões das práticas de representações ideológicas oriundas da sociedade escravocrata (IANNI: 1975, 38-39).

Nesse longo percurso em que as relações capitalistas de produção foram transformando o universo histórico das relações de trabalho no Brasil, no qual a força de trabalho estava aprisionada ao mundo da escravidão por mais de três séculos, cabe remissão a uma analogia de Marx ao dilema do assalariado:

O escravo romano estava preso por correntes ao seu proprietário, o trabalhador assalariado o está por fios invisíveis. A aparência de que é independente é mantida pela mudança contínua dos padrões individuais e pela *fictio juris*⁶¹ do contrato. Antigamente, o capital fazia valer, onde lhe parecia necessário, seu direito de propriedade sobre o trabalhador livre, por meio da coação legal (MARX, *O Capital*, vol. I: 1984, 158).

Assim, podemos inferir que o processo de produção capitalista se realiza em medida da adoção de um procedimento crucial para a sua reprodução: a separação entre força de trabalho e *condições de trabalho*. Destituído de qualquer meio ou condições para reproduzir a subsistência pessoal e familiar, ao trabalhador só restava a venda de sua força de trabalho, tendo em vista que ele próprio já compunha a cadeia do capital. O modo de produção capitalista obriga invariavelmente o trabalhador a vender a sua mão de obra para viver e capacitar continuamente o capitalista a comprá-la, tendo como fim a reprodução de capitais e da concentração de riquezas em poucas mãos.

Dessa forma, de acordo com o pensamento de Karl Marx,

Já não é a casualidade que contrapõe capitalista e trabalhador como comprador e vendedor no mercado. É a armadilha do próprio processo que lança o último constantemente de novo ao mercado como vendedor de sua força de trabalho e sempre transforma o seu próprio produto no meio de compra do primeiro. Na realidade, o trabalhador pertence ao capital antes que se venda ao capitalista. Sua servidão econômica é, ao mesmo tempo, mediada

⁶¹ *Ficção jurídica*, ou seja, o contrato moderno de trabalho que, na acepção de Marx, se configura na medida em que há uma *coação legal* do trabalhador nas relações capitalistas de produção.

e escondida pela renovação periódica da venda de si mesmo, pela troca de seus padrões individuais e pela oscilação do preço de mercado do trabalho. O processo de produção capitalista, considerado como um todo articulado ou como processo de reprodução, produz por conseguinte não apenas a mercadoria, não apenas a mais-valia, mas produz e reproduz a própria relação capital, de um lado o capitalista, do outro o trabalhador assalariado (IDEM: *Ibdem*, 161).

De forma geral, embora a terra estivesse liberta do trabalho escravo no Brasil, o edifício da escravidão não havia ruído totalmente. A contratação da força de trabalho pelos novos dispositivos que alimentariam as relações capitalistas de produção não estava completamente assimilada pelos detentores dos *meios de produção*⁶². Principalmente no campo, onde as relações sociais, até então, se encontravam sob a vigilância pessoal dos grandes potentados locais, que possuíam poder e influência na conformação superestrutural da conservadora sociedade rural, dominada pelas oligarquias da terra.

A consolidação de uma economia de mercado, com a universalização de um mercado de trabalho de mão de obra livre, criou as condições de difusão da ordem social competitiva no país. Entretanto, cabe destacar que “A revolução abolicionista fez as vezes da revolução burguesa no Brasil. De maneira mais taxativa, cabe afirmar que a revolução abolicionista foi a revolução burguesa no Brasil” (GORENDER: 1991, 188). Pois, com a eliminação da propriedade escrava, removeram-se os obstáculos econômicos e jurídicos de formalização do mercado assalariado. Em face disso, ruiu o principal entrave para o desenvolvimento das relações capitalistas de produção, assim como a promoção de elementos econômicos exigidos pelo capitalismo, como mercado de consumo interno, monetarização da economia, entre outros. (IDEM: *Ibdem*).

Em suma, à dinâmica que resultou da libertação da escravatura acrescenta-se também a imigração estrangeira. Tal dinâmica fora constituída por meio de um processo mais amplo e *revolucionário*. Foi um catalisador que transformou as relações sociais no país ao mesmo tempo em que se consagraram a abolição do cativo e a

⁶² Na acepção de Marx, sob o capitalismo, as relações de produção são determinadas pelas forças produtivas (os meios através dos quais são produzidas as riquezas sociais) que, por sua vez, determinam a superestrutura. Entretanto, o desenvolvimento das forças produtivas leva a uma contradição entre elas e as relações de produção (“que se convertem em obstáculos a elas”), e a intensificação dessa contradição leva ao colapso do modo de produção existente e de sua superestrutura. Ou seja, para Marx, as forças produtivas se constituem como os principais motores da história. O conceito de forças produtivas de Marx abrange os meios de produção e a força de trabalho. Assim, o desenvolvimento das forças produtivas compreende, portanto, fenômenos históricos como a melhoria contínua da maquinaria, além de outras modificações no processo de trabalho. A descoberta e exploração de novas fontes de energia e a educação do proletariado (BOTTOMORE: 1988, p.157-158).

ordem contratual na sociedade brasileira. Permitiu a implantação das condições exigidas para a irradiação da ordem social competitiva da “civilização burguesa” no Brasil, mas se realizou no quadro de consolidação do capitalismo imperialista, o que limitou, posteriormente, a plena emancipação da burguesia nacional.

1.4. A Revolução Burguesa no Brasil na Perspectiva de F. Fernandes

O nosso propósito aqui se concentrará na exposição dos principais argumentos da densa obra teórica de Florestan Fernandes a respeito das transformações históricas que culminaram na implantação do capitalismo no Brasil. Pela sua complexidade conceitual, procuramos também nos apoiar em outros autores que contribuíram para uma melhor apreciação da obra. Quais foram os agentes da Revolução Burguesa no Brasil?

Na caracterização de Florestan Fernandes, um dos traços básicos do padrão da revolução burguesa consiste na afirmação histórica da classe burguesa, que conquista não apenas o seu posto na sociedade, mas efetivamente uma posição politicamente dominante. Tal pressuposto se realiza pela sua capacidade de impor dinamicamente ao conjunto social as formas de organização e de funcionamento que atendam aos seus interesses de classe.

O problema central de sua obra reside na especificidade da construção da sociedade de classes e da revolução burguesa no Brasil, com vistas para a formação do caráter assumido pela racionalidade e mentalidade burguesas, isto é, numa filosofia baseada na ética do “ganho”, do “lucro” e do “risco calculado”. Um exercício teórico que se debruça no sentido do entendimento da gênese fundante da sociedade moderna brasileira e do desenvolvimento da sociedade de classes, como expressão social de formas por meio das quais o regime capitalista foi implantado no Brasil (ARRUDA: *Revista USP*, 1996, nº29, p. 58).

Sua ênfase recai sobre o papel assumido pelas “elites nativas” que, a partir do advento da Independência e do liberalismo adotado para orientar a sua ação, foi crucial no vislumbre da emergência de novos valores norteadores dessa ação. Na acepção conceitual de Florestan, o liberalismo engendra configurações de poder

exclusivamente políticas e ordenadas lucrativamente, e requer de uma parte da sociedade a “livre competição” (IDEM, *Ibdem*).

Para Florestan, os agentes humanos que de uma forma ou de outra encarnaram as virtudes burguesas opuseram-se ao espírito da “sociedade colonial”, ou seja, aos fazendeiros e aos comerciantes-exportadores, no processo de luta pela modernização da sociedade (CARDOSO, SANTIAGO (Coord.): 2002, Introdução, p. 1492). Contudo, não via as elites nativas se erguendo contra a estrutura da sociedade colonial, mas contra as suas implicações econômicas, sociais e políticas contidas no estatuto colonial⁶³. Para ele, a elite agrária via nesse estatuto a neutralização da sua “capacidade de dominação em todos os níveis da ordem social” (FERNANDES: 1975, 32).

A sociedade que nascia como resultado da Independência mantinha o elemento conservador que tornava evidente os propósitos de preservação e fortalecimento de uma ordem social que ainda não possuía, segundo ele, “condições materiais e morais suficientes para engendrar o padrão de independência necessário à construção e ao florescimento de uma Nação (IDEM: *Ibdem*, 32-33). Apesar disso, ressalta as modificações ocorridas na estrutura da sociedade inspiradas pelo impulso do “espírito burguês” e do liberalismo, no registro da passagem da sociedade para a fase imperial.

A despeito de que nas duas houvesse o binômio senhores/ escravos, constituíram-, não sem contradições, novas dimensões sociais na “sociedade imperial”, elementos transformadores que não diminuía o peso negativo que exercia a *antiga ordem social vigente*, muito menos conseguiam esconder os aspectos perversos do novo. No entanto, embora identifique o inexorável peso do atraso social na lenta transformação da sociedade nacional, reconhece que a “sociedade imperial”⁶⁴ catalisou

⁶³ Trata-se das prerrogativas adotadas pela Coroa portuguesa para a regulamentação jurídica que atrelava o Brasil a Portugal. O controle do comércio e da vida política da colônia era exclusivo das autoridades da Metrópole. Assim, a quebra do estatuto colonial liberou estruturas de poder político, social e econômico a serem preenchidas pelas elites agrárias locais.

⁶⁴ Fernando Henrique Cardoso acredita ser questionável o conceito empregado por Florestan acerca da estrutura socioeconômica da sociedade imperial, em sua introdução para “A Revolução Burguesa no Brasil” (2002), organizada por Silviano Santiago; observou que, “quem quisesse assumir uma atitude crítica diante das análises de Florestan Fernandes poderia questionar o que significaria uma estrutura socioeconômica “imperial” – confusão entre a infraestrutura econômica e superestrutura política, dirão os marxistas à antiga. Assim como poderia criticar certa visão “humanista”, em contraposição à análise categorial marxista”. Citando Florestan para melhor demonstrar o seu raciocínio, escolhe o seguinte

agentes sociais que permitiram a ascendência de uma nova “ordem social competitiva”. Ademais, identificou nesse elemento de transformação o processo que resultou na consolidação de uma “nova ordem nacional” (CARDOSO, SANTIAGO (Coord.): 2002, Introdução, p.1493).

Dessa forma, a constituição do Estado nacional independente reunia prerrogativas liberais apenas nos seus fundamentos formais, ou seja, um liberalismo de fachada. Já que, na prática, funcionava como sendo a expressão de um instrumento de dominação que incorporava o caráter de poder patrimonialista⁶⁵, num contexto histórico em que o exercício do poder de mando senhorial se encaixava nessa lógica de domínio tradicional e exclusivista. Logo, “A dominação senhorial alcança, dessa maneira, as formas de poder político da sociedade ‘nacional’ e passa a ser um dos fatores mais importantes da integração de sua ordem social. Ela se transforma, portanto, em dominação estamental⁶⁶ propriamente dita” (FERNANDES: 1975, 42).

O liberalismo encontrava-se na base do nascimento e nos fundamentos da sociedade nacional, todavia, ao fundir-se com elementos da história passada, nem sempre conseguiu superá-los. A esse respeito, a especificidade da formação histórica brasileira ganha distinção, o que permite Florestan discutir a problemática da revolução burguesa no Brasil sob a égide de condições sociais bem particulares e refletir

trecho: “A autonomização política e a burocratização da dominação patrimonialista imprimiriam à produção e à exportação as funções de processos sociais de acumulação estamental de capital.” (p.75). Argumenta que há “inumeráveis exemplos nessa direção”, pinça outra ideia empregada por Florestan, quando ele atribuía à sociedade “a capacidade de ‘absorver’ o espírito do capitalismo e ao mesmo tempo de ‘eternizar’ o pré-capitalismo. Era um capitalismo ‘vindo de fora’, assim como o liberalismo”, embora reconheça que “essas críticas são externas à metodologia adotada pelo autor” (CARDOSO, SANTIAGO (Coord.), Introdução: 2002, p.1493).

⁶⁵ Classificação ou formas baseadas nos diferentes aspectos que legitimam a dominação social, ou seja, “os princípios últimos em que repousa a validade das relações de autoridade, o que significa dizer que uma relação de dominação – enquanto “probabilidade de encontrar obediência para ordens específicas (ou todas) dentro de determinado grupo de pessoas” (Weber: 2000, p. 139) – se baseia, em alguma medida, em sua aceitação enquanto legítima, por parte dos indivíduos que lhe estão sujeitos, e não apenas (ou principalmente) em motivos de submissão puramente materiais ou afetivos ou racionais referentes a valores. [...] O patrimonialismo consiste em uma forma específica da dominação tradicional” (PORTELA JÚNIOR, Aristeu. “Florestan Fernandes e o Conceito de Patrimonialismo na Compreensão do Brasil: São Paulo, Revista *Plural*, vol. 192, 2012, p.11).

⁶⁶ Está se referindo a uma ordem social ou um determinado número de pessoas que formam um estrato social com delimitação em relação aos outros estratos sociais. Na Idade Média os estamentos estavam ligados à posse da terra, que constituía o principal recurso econômico e era destinada à atividade agrícola, principal forma produtiva medieval. No Brasil, além da posse da terra podemos colocar a posse de escravos como determinante para o status social do indivíduo. Nesse sentido, o escravismo colonial pode ser considerado expressão de determinada sociedade que vive de uma riqueza congelada, a terra. É possível concluir que a estrutura social estamental era estática, ou seja, carente de mobilidade social e irremediavelmente estanque, e cada segmento com postulado jurídico próprio.

teoricamente respondendo aos que reproduziam esquemas explicativos referente a “outros povos”, sobretudo da Europa moderna⁶⁷, com o seguinte argumento:

A questão estaria mal colocada, de fato, se se pretendesse que a história do Brasil teria de ser uma repetição deformada e anacrônica da história daqueles povos. [...] Trata-se, ao contrário, de determinar como se processou a absorção de um padrão estrutural e dinâmico de organização da economia, da sociedade e da cultura. Sem a universalização do trabalho assalariado e a expansão da ordem social competitiva, como iríamos organizar uma economia de mercado de bases monetárias e capitalistas? É desta perspectiva que o ‘burguês’ e a ‘Revolução Burguesa’ aparecem no horizonte da análise sociológica. Não tivemos todo o passado da Europa, mas reproduzimos de forma peculiar o seu passado recente, pois este era parte do próprio processo de implantação e desenvolvimento da civilização ocidental moderna no Brasil. Falar em Revolução burguesa, nesse sentido, consiste em procurar os agentes humanos das grandes transformações histórico-sociais que estão por trás da desagregação do regime escravocrata-senhorial e da formação de uma sociedade de classes no Brasil. [...] Indaga-se, porém, quais foram e como se manifestaram as condições e os fatores histórico-sociais que explicam *como e porque* se rompeu, no Brasil, com o imobilismo da ordem tradicionalista e se organizou a modernização como processo social (IDEM: *Ibidem*, 20-21).

Como se percebe, um dos importantes eixos de sua análise se concentra numa dinâmica social na qual estavam inseridos os *agentes* do processo de modernização da sociedade brasileira, “floração cultural da silenciosa revolução socioeconômica, em que aquela revolução política iria desdobra-se, lentamente, ao longo do tempo” (IDEM: *Ibidem*, 71). Seu objetivo se inscreve, portanto, em recuperar a origem do problemático caráter que está no cerne da história do Brasil, cuja combinação de elementos contraditórios responde pelas nossas especificidades (ARRUDA: *Revista USP*, 1996, nº29, p. 59).

Florestan mostra ao longo de sua reflexão que o caso brasileiro não permite colocar a burguesia que aqui se formou nos estritos parâmetros de um modelo

⁶⁷ Está se referindo ao marxismo vulgar defendido por Nelson Werneck Sodré, que enxergava prerrogativas feudais na formação social e econômica do Brasil Colônia, adotando esquematicamente modelos teóricos concebidos para explicar outras realidades. Essa tese se tornou ultrapassada e combatida pela interpretação de Caio Prado Jr., sobretudo no seu “A Formação do Brasil Contemporâneo”, editado na década de 1940. Vale lembrar que ambos eram membros, à época, do Partido Comunista Brasileiro, sendo que o historiador Nelson W. Sodré, do ponto de vista político, obedecia à linha teórica defendida pelo Partido Comunista Brasileiro. O debate se inscreve no caráter da revolução brasileira. A estratégia assumida pelo PC era etapista, defendia uma aliança com a burguesia nacional progressista, identificando nas elites agrárias a expressão política do arcaico que impedia as transformações sociais de que o país necessitava. A concepção de “revolução” adotada pela direção do P.C.B reproduzia a linha geral do P.C.U de Moscou. Passava pela construção de alianças com setores das burguesias nacionais por meio da política de *Frentes Populares*, tese que foi concebida por Stálin, por volta de 1927. Ver: SERGE, Victor. *Memórias de um Revolucionário: 1901-1941*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1987. Cap. 6.

reproduzido pelas experiências históricas das sociedades européias que são usualmente empregadas para caracterização da *revolução burguesa*. Nessa chave analítica, a burguesia se organiza na defesa dos seus interesses como *classe para si*⁶⁸, além de impor suas condições de outra forma de organização aos demais setores sociais que ainda persistem atuar conforme padrões organizativos que a revolução burguesa está em vias de transformar.

Preocupa-se em mostrar como na passagem da sociedade colonial para uma condição independente, o segmento senhorial-estamental⁶⁹, que se consolidou no período colonial, teve como questão essencial concentrar-se no aspecto propriamente político para, segundo Gabriel Cohn, “assenhorear-se do poder, sem promover mudanças no plano social”, atuando no plano econômico com um objetivo claro, defender os seus interesses imediatos, isto é, a ocupação de postos-chave nas estruturas sociais do Brasil Independente. (COHN, MOTA (Org.): 1999, 399). Embora os eventos que culminaram com a independência não tenham tido a abrangência de uma transformação radical da sociedade brasileira, já que a Independência conviveu, lado a lado, com o elemento revolucionário e o ultraconservador; nesse termo dialético, as forças que se moviam no sentido do rompimento com as formas sociais herdadas da colônia, terminaram por não alcançar os propósitos da constituição de uma nação. Isso se deve à atuação do agente conservador que se concentrou na manutenção e no fortalecimento, a qualquer custo, de uma ordem social que não possuía o nível de autonomia exigido na conquista de uma sociedade nacional, tendo em conta o fato de não possuir as “condições materiais e morais suficientes para engendrar o padrão de autonomia necessário à construção e florescimento de uma nação” (FERNANDES: 1975, 32).

⁶⁸ Ver MARX, Karl, ENGELS Friedrich. Manifesto Comunista. São Paulo: Boitempo, 1998.

⁶⁹ Na concepção de Florestan, a maneira de apanhar as particularidades da estratificação da sociedade brasileira reside no emprego simultâneo dos conceitos de *casta*, de *estamento* e de *classes*, com o objetivo de promover “um quadro teórico integrativo”, capaz de dar conta da complexa formação social brasileira. Ao tratar da sociedade do século XIX em seu conjunto toma-a a partir das noções de *estamento* e de *casta*. Ou seja, estamental na apreensão dos senhores rurais. E quando aborda a relação com os escravos, emprega o conceito de *casta*. Nessa ordenação conceitual, Florestan classifica a forma de dominação política como sendo de expressão patrimonial-estamental, tendo em vista que as frações dirigentes são as elites. Por outro lado, a categoria *classe*, segundo Maria Armanda Arruda, já é empregada de forma mais livre, “servindo tanto para analisar as camadas sociais, sem pretensões diferenciadoras, quanto as relações sociais baseadas no trabalho assalariado” especificidades (ARRUDA: *Revista USP*, 1996, nº29, p. 59).

O convívio de elementos tão díspares provinha de uma sociedade que expunha claramente os limites de alcance, no plano interno, das transformações políticas herdadas do processo de independência. Tornava-se distinta a força econômica das grandes plantações e da mineração, sob as exigências que podiam ser exploradas vantajosamente, qualificando a perpetuação das estruturas do mundo colonial – da escravidão, além de garantir a extrema concentração de poder e riquezas em mãos de uma pequena elite agrária.

O contingente humano representado pela condição de homens livres se via confinado ao exercício da sobrevivência sob um quadro de marginalização social permanente sem ao menos conseguir “classificar-se na sociedade civil” (IDEM: *Ibdem*, 33). O quadro histórico era o de uma sociedade marcada pela concentração dos meios de produção das riquezas controlados por um reduzido número de proprietários rurais, pois, embora tenha se dado de forma lenta e gradativa o aumento dos mercados, verificou-se concomitantemente a formação de uma camada de homens livres destituídos de bens, que desconhecera os rigores do trabalho escravo e também não se proletarizaram. Conforme Maria Sylvia de Cavalho Franco,

Formou-se antes uma ‘ralé’ que cresceu e vagou ao longo de quatro séculos: homens a rigor dispensáveis, desvinculados dos processos essenciais à sociedade. A agricultura mercantil baseada na escravidão simultaneamente abria espaço para a sua existência e os deixava sem razão de ser. O objetivo para o qual esteve basicamente orientada a sociedade brasileira determinou, de ponta a ponta, sua organização. Embora os homens e pobres tenham permanecido apartados da produção para o mercado, este setor localizou-os na estrutura social e definiu o seu destino (FRANCO: 1983, 14).

Em virtude disso, a emergência de uma classe estruturada de acordo com o princípio estamental se fundamentou, na acepção de Florestan, como processo “intrinsecamente revolucionário”, isso em longo prazo, tendo em vista que envolvia as bases de organização dos agrupamentos sociais e das relações desenvolvidas entre eles. Relações essas mediadas pela efetiva influência política da elite agrária sobre os demais grupos sociais⁷⁰, estabelecendo a nova condição de mando alinhado aos seus interesses.

⁷⁰ No processo de ajustamento social a que os grupos se estruturaram, ao analisar essa nova conformação da sociedade que nascia de uma condição de independência política, Maria Sylvia Carvalho Franco desenvolve a categoria dos “agregados”, em que, de forma geral, “as facilidades de acesso à terra possibilitaram o ajustamento social do homem pobre por meio de sua incorporação a grupos rurais relativamente autossuficientes. [...] Nesse passo desaparece o lavrador independente e em seu lugar subsiste o sitiante proprietário, ou surge um outro tipo, o morador em terra alheia. A constituição desse *agregado* (grifo nosso) como categoria social se completa quando também se conclui a ocupação da terra

Naquele momento caracterizado como sendo de natureza progressiva, pois lhe é colocado o desafio de impor-se “não só social e economicamente mas também politicamente ao conjunto da sociedade” (COHN, MOTA (Org.), : 1999, 398).

Por outro lado, abriam-se possibilidades em face de um maior domínio da vida econômica em que o país entrava, isto é, renovar os métodos agrícolas de produzir para exportação e não para o consumo interno, que culminou na tese do “crescimento econômico dependente” defendida por vários autores da historiografia econômica⁷¹. Assim, ao se especializar economicamente na produção de bens agrícolas, obtendo os excedentes necessários para o capital reproduzir-se com as exportações para o mercado externo, revelavam-se as fragilidades do mercado interno.

A situação do mercado que se configura a partir das relações econômicas desse período e de suas conexões com o exterior, levou Florestan a pensar em três aspectos para entendê-lo. Primeiro, o predomínio da exportação; segundo, a importação como forma de mecanismo que pudesse corrigir a especialização da produção agrícola; e terceiro, a dependência em relação ao exterior “para formar e aplicar o excedente econômico”. Desse modo, segundo ele, a condição de mercado que se desenhava no plano da economia a partir desses três aspectos, “dinamizava a vida econômica em um sentido que prescindia de um forte impulso inicial no desenvolvimento interno do capitalismo” (FERNANDES: 1975, 87).

Dessa forma, ao se debruçar sobre o longo caminho em que recolheu os sinais e evidências de como e quando se deu a revolução burguesa no Brasil, mediante um conjunto de “transformações econômicas, tecnológicas, psicoculturais e políticas” que resultaram na implantação da ordem social capitalista, Florestan também procura situar as especificidades do padrão de desenvolvimento do capitalismo que se consumaram no Brasil, visto como um fenômeno de alcance limitado. Por ser um modo de produção de repercussão internacional, o capitalismo que se implantou no Brasil já nasce dependente. Ora, diante disso, ele é enfático em afirmar que nenhum ‘projeto

sob a forma de grande propriedade privada e se expande a agricultura comercial baseada no trabalho escravo (FRANCO: 1983, 91).

⁷¹ Em conformidade com a concepção de F.H. Cardoso e Enzo Faletto, Francisco de Oliveira observou que, “a ‘dependência’ articula os interesses de determinadas classes e grupos sociais da América Latina com os interesses de determinadas classes e grupos sociais fora da América Latina. A hegemonia aparece como resultado da linha comum de interesses determinada pela divisão internacional do trabalho” (OLIVEIRA: 2013, 33).

nacionalista' poderia demover o Brasil dessa condição estrutural, já que tal possibilidade só se efetivaria com o rompimento da estrutura agrária, predominante na base das relações de poder. A situação de dependência gerava limitações à constituição de um capitalismo nacional que, aliás, por si só, já é bem contraditório (REIS: 1999, 213-214).

Por ter se defrontado com estruturas econômicas, sociais e políticas lentamente elaboradas sob o condicionamento do regime colonial, o capitalismo foi introduzido antes da organização das bases que dão a liga para a expansão e reprodução da *ordem social competitiva*. Essa nova ordem organizaria institucionalmente o *padrão* de dominação que permitiria certo equilíbrio que se encontra atado ao funcionamento integrado e diferenciado do sistema competitivo, adaptando-o aos potenciais processos econômicos e socioculturais existentes. Nota-se que o cerne da questão o qual Florestan perscruta vai de encontro à “emergência e desenvolvimento que assinalam os marcos estruturais da Revolução Burguesa no Brasil”, assim como dos limites estruturais que marcaram as possibilidades do desenvolvimento e da modernização do país e dos seus agentes (FERNANDES: 1975, 149).

De acordo com José de Souza Martins, no contexto histórico do final dos anos de 1960, no qual essa reflexão foi concebida, ou seja, no cenário do *nacionalismo desenvolvimentista*, Florestan defendia transformações no âmbito social dialogando com a superação do “atraso” na formação social brasileira:

O Brasil moderno se propunha contra o Brasil arcaico. Mas ao mesmo tempo questionava-se o dualismo e tudo se encaminhava para um entendimento do nosso desenvolvimento com desenvolvimento desigual e combinado⁷², uma ideia, aliás, subjacente a este livro, que reflete a influência do trotskismo na formação política de Florestan Fernandes. Na altura do golpe, os diferentes agentes sociais já eram compreendidos como resistentes à mudança e até incapazes de protagonizar a mudança social. Daí a pergunta que aparece no final da tese de livre docência de Fernando Henrique Cardoso, assistente de Florestan: subcapitalismo ou socialismo? Esse dilema retorna logo no início deste livro (MARTINS, Introdução, 2011, p.17)⁷³.

Na perspectiva do entendimento do processo histórico brasileiro a partir da sua contradição sistêmica, as burguesias dos países da periferia do capitalismo são

⁷² Ver a nota nº (64), em que desenvolvemos o sentido proposto pela metodologia do movimento desigual e combinado por George Novack.

⁷³ Introdução à nova edição do livro de Florestan Fernandes: A Revolução Burguesa no Brasil, São Paulo: Editora Globo, 2011.

entendidas como portadoras de traços negativos, desde a “falsa consciência burguesa” ou da defesa de “interesses particularistas e egoístas”, daí resulta forte tendência de separar o desenvolvimento capitalista e a democracia, “uma forte associação racional entre desenvolvimento capitalista e autocracia”, potencializando seus vícios estruturais (FERNANDES, D’INCAO (Org.), *Apud* ALMEIDA, 1987, 217).

Esse desvio na gênese da formação da burguesia brasileira é tributário de vários fatores, diante da comparação, em termos gerais, com as burguesias do centro do capitalismo europeu, que portavam a semente da revolução contra as aristocracias agrárias, seus condicionamentos sociais e econômicos. Florestan interroga a história social do Brasil a partir do reconhecimento da incapacidade de realização, de modo pleno e significativo, das “virtualidades” da revolução burguesa. “Portanto, uma história que ao realizar o modelo de revolução burguesa realiza-o numa orientação oposta, à do modelo europeu e nos lança no mundo capitalista de modo singular e problemático” (FERNANDES: MARTINS, Introdução, 2011, 19).

Admitindo em parte a tese de Caio Prado Júnior, quando mostra a proeminência da economia colonial brasileira como suporte do capitalismo comercial europeu, integrada aos grandes fluxos comerciais entre os séculos XVI e começo do século XIX, Florestan ressalta a grande contradição que se converteu num estigma deste à fundação do Estado Nacional:

Nas ‘sociedades nacionais’ dependentes, de origem colonial, o capitalismo é introduzido *antes* da constituição da ordem social competitiva. Ele se defronta com estruturas econômicas, sociais e políticas elaboradas sobre o regime colonial, apenas parcial e superficialmente ajustada aos padrões capitalistas de vida econômica. [...] A rigor, tais estruturas produziram um resultado útil apenas porque preencheram – onde tal coisa chegou a ocorrer numa escala eficaz – a função histórica de preservar o controle político de decisões econômicas vitais em mãos nacionais.[...] O Brasil corresponde normalmente a essa regra. Nele, as estruturas econômicas, sociais e políticas da sociedade nacional subsequente determinaram, a curto e a longo prazos, as proporções e o alcance dos dinamismos econômicos absorvidos do mercado mundial (FERNANDES: 1975, 150).

Essas estruturas apontadas por Florestan se mostraram um tanto flexíveis no contexto da chamada reorganização do mercado colonial, ajustando-se rapidamente ao jogo de tensões do comércio envolvendo as exportações e importações, que se encontrava dominado hegemonicamente a partir de fora, mas comandado politicamente pelas elites internas. Por sua vez, essas mesmas estruturas, quando

testadas no processo de expansão do capitalismo, mostraram-se pouco flexíveis e até rígidas demais na “absorção” de mecanismos cruciais para a difusão da ordem social competitiva⁷⁴.

Cumprir destacar que a questão da escravidão representou, durante certo período, um foco de polarização entre ingleses e brasileiros por causa do tráfico de escravos. A resistência do Brasil em retardar ao máximo o fim do tráfico levou a Inglaterra a assumir posturas políticas agressivas em resposta ao tráfico de escravos da costa da África para o Brasil, o que gerou conflitos e diligências diplomáticas de ambos os lados⁷⁵, e resultou em sua proibição pelo governo imperial do Brasil em 1850, com a adoção da Lei Eusébio de Queirós.

Daí decorre uma de suas conclusões: ele constata que a ordem social apoiada na exploração da mão de obra escrava dificultou ao máximo os requisitos de natureza econômica, sociocultural e jurídico-política, indispensáveis para o desenvolvimento da ordem social capitalista. E mais, independentemente da incorporação de algum desses fundamentos, segundo Florestan Fernandes, eles estavam irremediavelmente condenados a todo grau de ineficácia, ou a “um atendimento parcial

⁷⁴ No livro *“Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina”*, Florestan evidencia o procedimento que determinou o processo de implantação da ordem capitalista no Brasil, revelando suas limitações estruturais: “como as posições estratégicas dessa ordem eram monopolizadas, de modo exclusivista, por uma burguesia arrogante e autocrática, que detinha o poder de excluir no terreno social, cultural e político aqueles com quem articulava economicamente (através de relações de mercado ou de sistema de produção), *tal ordem nunca foi, por si mesma, um fator de desagregação do ‘antigo regime’ ou de constituição de uma sociedade aberta*” (grifos nossos) (FERNANDES: 1973, 93). Aqui, o conceito empregado por Florestan a respeito do caráter “autocrático-burguês” de transformação capitalista seria típico das formações dependentes do capitalismo (ALMEIDA, D’INCAO (Org.), 1987, p. 220).

⁷⁵ As pressões internacionais pela supressão da escravidão cumpriram um importante papel a favor da luta no Brasil. Desde as primeiras décadas do século XIX, setores abolicionistas da sociedade inglesa lutaram contra a escravidão no Novo Mundo, inclusive no Brasil. Foram criadas inúmeras entidades que atuaram contra o trabalho cativo: a British and foreign Anti-Slavery Society, a Peace Society, a Aborigenes Protection Society, a British and Foreign Temperance Society e a British and Foreign School Society. Todas elas estavam voltadas para as questões relativas às leis penais na Inglaterra. Essas entidades, a despeito do seu caráter filantrópico, atuaram na luta contra a escravidão (ROCHA: 2008, 69-70).

Sobre a importância das pressões inglesas contra o tráfico de escravos para o Brasil, que culminou na adoção da Lei Eusébio de Queirós (1850), o historiador Inglês Leslie Bethell assinalou que “Não há dúvida [...] de que foi a súbita extensão das operações antitráfico da esquadra britânica em águas e portos brasileiros que, provocando a crise política no Brasil, levou diretamente à aprovação de uma lei anti-tráfico e ao seu cumprimento [...] No mínimo, pode-se dizer que a ação naval britânica acelerou grandemente, se é que não os precipitou sozinha, os derradeiros e bem sucedidos esforços do Brasil para suprimir o tráfico negreiro” (BETHELL, Apud RODRIGUES, in SALLES, GRINBERG (Orgs.): 2009, 299). Além dos Ingleses, anos mais tarde, a “pressão abolicionista, no entanto, aumentara. Vinha tanto de dentro quanto de fora do país. Em 1866, a Junta Francesa de Emancipação enviava ao imperador um apelo em prol da emancipação. Assinavam-no os nomes mais expressivos do abolicionismo francês” (COSTA: 2008, 43).

Ver também SODRÉ, Nelson Werneck. *Panorama do Segundo Império*. Rio de Janeiro: Graphia Editorial, 1998, cap. II.

e flutuante”, conforme os interesses econômicos dos grandes proprietários de terras, ainda sob o efeito de uma ordem econômica, política e social fortemente condicionada pela herança das práticas coloniais (IDEM: *Ibidem*: 151).

O ponto culminante que integra a dominação patrimonialista estamental ao conjunto da sociedade, e que estabelece a transmissão da autoridade dessa dominação para o poder exclusivamente político, carregara consigo o que tinha de mais atrasado nas relações sociais. Aquilo que José de Souza Martins cunhou de “o poder do atraso”, ou da história daquilo que permanece, isto é, “a história da constituição de mecanismos de poder e da constituição de instituições em que o público e o privado se confundem” (MARTINS: 1994, 24).

Fortaleceu a associação de “parentelas” muito presentes nas formações tradicionalmente reconhecidas de disputa pessoal ou grupal. Dessa forma, em virtude de não ter havido mudanças substantivas nos fundamentos dessa ordem que se instalava, cujos valores societários das convenções sociais estavam apoiados em códigos de honra tradicionais, na acepção de Florestan, “continuaram a diluir e neutralizar os elementos competitivos, mantendo a ênfase na cooperação e nas formas autocráticas de solidariedade, como fatores de equilíbrio social”, projetando a conquista das condições materiais e morais necessárias para bloquear os potenciais econômicos e sócio-políticos da “ordem escravocrata e senhorial” (FERNANDES: 1975, 152).

Por sua vez, conforme José Murilo de Carvalho, embora houvesse sinais de mudança no interior do núcleo da elite dominante, por volta de 1871, a renovação percebida nas estruturas de representação do poder político não impulsionara nenhuma mudança significativa na ordem social, política e econômica, nem da parte dos setores agrupados no Partido Liberal, e muito menos naqueles representados pelo Partido Conservador. José Murilo, ao se referir à elite que viveu o conturbado período regencial e que agora estava sendo renovada, ressaltou que:

A experiência foi marcante tanto para conservadores como para liberais, na medida em que estes, em sua maioria esmagadora, também não apoiavam mudanças radicais, políticas, econômicas ou sociais. Ela constituiu outro elemento de socialização da elite da primeira metade do século. A geração do final do Império não tinha visto o sistema em perigo e, conseqüentemente, não estava muito preocupada com sua manutenção e consolidação. A grande ameaça que turvava os horizontes da geração da Regência, a fragmentação do país, não era mais percebida como perigo sério.

Outro grande perigo, a rebelião escrava, estava também desaparecendo lentamente pela abolição gradual (CARVALHO: 2010, 130).

Em regra geral, o segmento senhorial trajou nova roupagem, mas o corpo não rejuvenesceu, ou seja, permaneceu antiquado. Assim, o proeminente poder exercido pelos senhores da terra em uma sociedade organizada em agrupamentos sociais fechados, ou, como quer Florestan, em “castas e estamentos”, nos quais desempenhavam a função de manter certo padrão de equilíbrio e de desenvolvimento não eximia, no entanto, focos de tensão social ou mesmo de conflitos entre os seus potentados.

Embora ele conclua que foi por meio de mecanismos socioeconômicos sob poder senhorial que se estabeleceram as condições de domínio e exercício de poder estamental senhorial, é possível constatar que havia conflitos de interesses junto às elites dominantes, revelando graus diferenciados que se expressavam pelas contradições internas⁷⁶, por meio das quais brotariam as condições que notadamente convergiram, mais tarde, nas forças desagregadoras do sistema senhorial escravocrata. A força que contém a sua afirmação invariavelmente leva à conclusão de que o único *agente* que reunia possibilidades históricas para desencadear uma ruptura social estava condicionado àquele segmento aparentemente menos afeito a alguma mudança. Assim as suas preocupações recaem sobre as condições engendradas pela elite agrária enquanto agente catalisador de mudanças, em que

[...] a continuidade da ordem estabelecida localizavam-se nas posições dos estratos sociais privilegiados e dominantes. Estes estratos dispunham de meios para *fazer história* e ‘para alterar o rumo normal das coisas’. Essa regra se aplicava especialmente à aristocracia agrária e nos ajuda a compreender como foi esta que gerou, pelas tensões insolúveis da estrutura interna ‘o mundo dos privilegiados’ e através do destino social do senhor – e não do escravo ou do homem livre dependente – os germes da desagregação e da destruição da ordem social escravocrata e senhorial (FERNANDES: 1975, 153).

⁷⁶ Havia disputas econômicas e políticas nas esferas de poder das elites dominantes, pois “o interesse em proteger a produção e a exportação de distintos gêneros agrícolas, cada um deles peculiar a uma região (ou algumas delas), determinou o fracionamento, ao nível da luta política de uma mesma classe dominante”. Dessa forma, produtores de açúcar do nordeste se revelavam uma fração senhorial oposta aos fazendeiros de café do sudeste do país, a despeito de ambos pertencerem ao mesmo seguimento dominante escravista. Ou mesmo à classe dos intermediadores ou comissários de açúcar nordestinos; “embora ambos pertencessem, mais frequentemente, a uma mesma classe dominante não escravista” (SAES: 1990, 194).

Dentro do seu esquema teórico, um dos problemas que a sua sociologia histórica identifica diz respeito à “incapacidade ou impossibilidade” de superação dos princípios que definiam os traços da ordem social anterior ou colonial. Os elementos que constituem e por fim determinam a natureza do capitalismo brasileiro como sendo de caráter dependente permitem compreender as limitações “do estilo competitivo de vida social e mentalidade econômica racional” presentes na dinâmica dos capitalismos centrais.

Entretanto, a questão central que mobiliza a atenção de Florestan na reflexão do seu principal problema, a revolução burguesa brasileira, é o *agente social* que melhor representa os traços burgueses de vida. De acordo com Maria Arminda do N. Arruda, “Uma burguesia mercantil urbana denominada ‘estamento intermediário’, expressava os novos valores sociais, mas, apesar disso, não pôde, ou não foi capaz, de romper o anacronismo social proveniente do passado” (ARRUDA: *Revista USP*, 1996, nº29, p. 59).

Por sua vez, Décio Saes, ao analisar o papel da burguesia mercantil escravista e não escravista, no processo que antecedeu a formação do Estado burguês no Brasil, considerou a Abolição e a Proclamação da República como elementos fundamentais para o entendimento daquilo que ele veio constatar, com a transformação jurídica do Estado (1889-1891), como uma eminente *revolução política*. E que, segundo ele, culminou na formação do Estado burguês no Brasil, promovendo assim as condições jurídicas e políticas necessárias à implantação do capitalismo no país. O autor desenvolve sua análise no sentido de compreender a dinâmica que marcou a “dissolução do modo de produção escravista moderno” ⁷⁷, delimita a importância estratégica que adquiriu a burguesia mercantil na constituição do escravismo moderno, pois “quando se tem em conta o caráter fundamentalmente mercantil da produção escravista”, verifica-se que a sua composição era de traficantes de escravos que tinham como práticas a “guerra de apresamento” e, no seu ver, condição fundamental na dinâmica de reprodução do sistema baseado nas relações de produção escravistas. Contudo, a partir de 1850, com a promulgação da Lei Eusébio de Queirós, que colocava termo final no tráfico externo de

⁷⁷ Décio Saes se baseou nos trabalhos de Maria Sylvia de C. Franco. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*. Cap. IV: “O Fazendeiro e seu mundo”. E também no livro de Stanley de J. Stein, “Grandeza e decadência do Café”. São Paulo: Brasiliense, 1961.

escravos para o Brasil, o reabastecimento do mercado interno de novos braços escravos se extinguiu (SAES: 1990, 216).

No contexto socioeconômico da primeira metade do século XIX, havia uma tríade de negociantes que se beneficiava diretamente do tráfico de escravos: os apresadores na África, o traficante estrangeiro, normalmente de origem portuguesa, que assegurava o traslado marítimo do continente africano para o Brasil e, por último, os traficantes de escravos que operavam o mercado internamente. Porém, com a proibição do tráfico internacional, estes últimos se tornaram os novos senhores desse lucrativo comércio, apoderando-se do tráfico interno interprovincial.

Todavia, Décio Saes argumenta que os traficantes internos que abasteciam as províncias com deslocamentos contínuos de escravos para o Sudeste não chegavam a formar “uma classe social totalmente homogênea , pois se diferenciavam em camadas”: havia os traficantes que operavam no litoral brasileiro, conduzindo escravos do norte-nordeste para o sudeste. O outro grupo de traficantes atuava vendendo escravos no interior do país, ou seja, junto às fazendas. Esse setor de comerciantes que empregavam capitais no tráfico interno de escravos se constituiu, efetivamente, na camada mais retrógrada em relação ao fim da escravidão, “era a força social mais comprometida com a conservação do trabalho escravo” (IDEM: *Ibdem*, 217).

O comércio de escravos era muito rentável e o preço final de venda se manteve elevado apesar das medidas adotadas pelas províncias contra o tráfico, sobretudo entre 1881-1883⁷⁸, por ainda representar lucro àqueles capitais envolvidos nesse expediente, “o tráfico interprovincial de escravos continuou, inclusive sob a forma de contrabando”. Aí residia a fonte da defesa intransigente, por parte desse segmento social, da propriedade escrava, atividade comercial que só terá o seu fim com o advento das fugas massivas de escravos que inviabilizou o surgimento de novos compradores. No entanto, até a *déblâque* final do modelo de produção escravista, os traficantes de escravos ainda estavam comprometidos com a defesa da propriedade escrava. Esses

⁷⁸ Na mesma linha analítica de Jacob Gorender, Décio Saes não vê nenhuma proeminência no perfil do fazendeiro paulista no que se refere às medidas proibicionistas adotadas pelas províncias. Ele afirma que: “tais medidas foram decretadas a partir de uma perspectiva pró-escravista (necessidade de comprometer as classes dominantes das diversas regiões com a defesa do escravismo); discordamos, portanto, de P. Beiguelman, para quem tais medidas foram propostas por fazendeiros simultaneamente imigrantistas e abolicionistas, no quadro de uma estratégia de extinção progressiva e por etapas da escravidão”; seu argumento se baseia nos estudos da escravidão realizados pelo historiador americano Robert Conrad (SAES: 1990, 217).

traficantes que realizavam o comércio entre as províncias, vendo a irremediável desagregação sistêmica do trabalho cativo, trataram de defender uma *concessão* (1887) como forma de indenização pelos prejuízos causados pelas contínuas e massivas fugas de escravos, já que possuíam capitais empatados nas atividades comerciais provenientes do tráfico interno (IDEM: *Ibdem*).

Para Saes, as medidas adotadas pelo Estado em face das pressões político-socias contra a escravidão, como A Lei do Ventre Livre nº 2040 de 1871⁷⁹, e a Lei do Sexagenário ou Lei Saraiva-Cotegipe de 1885⁸⁰, foram decretadas “a partir de uma perspectiva pró-escravista”, visavam a comprometer as elites dominantes das diversas regiões do país na própria manutenção do escravismo. Divergia, entretanto, da posição assumida por Paula Beiguelman, para quem os deputados paulistas Campos Sales e Prudente de morais, eleitos sob os auspícios do poderoso chefe conservador Antonio Prado, “em nome da lavoura paulista, declaram-se indiferentes à escravidão e, pois, interessados exclusivamente na imigração” (BEIGUELMAN: 1976, 131). Questiona a ideia segundo a qual tais medidas foram proposições dos fazendeiros que eram “simultaneamente imigrantistas e abolicionistas, no quadro de uma extinção progressiva e por etapas da escravidão” (SAES: 1990, 217).

⁷⁹ “A Princesa Isabel Regente, em nome de S.M. o Imperador e Sr. D. Pedro II, faz saber a todos os cidadãos do Império que a Assembleia Geral decretou e ela sancionou a lei seguinte: Art. 1º - os filhos de mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei serão considerados de condição livre. No §1º da lei : Os ditos filhos menores ficarão em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá opção, ou de receber do Estado a indenização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até 21 anos completos. No primeiro caso, o Governo receberá o menor e lhe dará destino, em conformidade da presente lei. Art. 6º - Serão declarados libertos: § 1º - Os escravos pertencentes à nação, dando-lhes o governo a ocupação que julgar conveniente. § 2º - Os escravos usufruto à Coroa. § 3º - Os escravos de heranças vagas. P. 4º - Os escravos abandonados pelos seus senhores. Se estes os abandonarem por inválidos, serão obrigados a alimentá-los, salvo o caso de penúria, sendo os alimentos taxados pelo juiz de órfãos. § 5º - Em geral, os escravos libertos em virtude desta lei ficam durante 5 anos sob inspeção do governo. Eles são obrigados a contratar seus serviços sob pena de serem constrangidos, se viverem vadios, a trabalhar nos estabelecimentos públicos. (CASTRO: 1968, 217-219).

⁸⁰ Em 1885, o governo se viu obrigado a ceder mais um pouco e promulgou a Lei Saraiva-Cotegipe, que regulava a “extinção gradual do elemento servil”. A Lei Saraiva-Cotegipe ficou conhecida como a Lei dos Sexagenários. Nascida de um projeto do deputado baiano Rui Barbosa, essa lei libertou todos os escravos com mais de 60 anos, mediante compensações financeiras aos seus proprietários mais pobres para que ajudassem esses ex-escravos. Porém, essa parte da lei nunca foi cumprida e os proprietários de escravos jamais foram indenizados. Os escravos que se encontravam com a idade entre 60 e 65 anos deveriam “prestar serviços por 3 anos aos seus senhores e após os 65 anos de idade seriam libertos” (IDEM: *Ibdem*, 220).

Tomando a problemática das posições políticas das classes dominantes, médias e populares, como elemento primordial no seu fio de análise do processo de transformação burguesa do Estado brasileiro, e distinguindo as características da “revolução burguesa em geral” na passagem para o modo de produção capitalista, Saes buscou situar o papel do capital mercantil escravista e não escravista nos desdobramentos históricos que redundaram no fim do regime escravo. Nesse sentido, pergunta ele: o capital mercantil conserva ou destrói o antigo modo de produção? A sua dinâmica é conservadora ou revolucionária? No centro de tais paradigmas, Saes coloca em evidência a seguinte questão: “a burguesia mercantil de uma formação social dominada por um modo de produção pré-capitalista pode lutar pela transformação burguesa do Estado (isto é, pela transformação da natureza de classe desse Estado)?” Ou em outros termos, o capital mercantil teve um papel progressivo economicamente, e a burguesia mercantil era politicamente revolucionária? (IDEM: *Ibidem*, 218).

Procurando analisar a burguesia mercantil não-escravista do período imperial, Décio Saes salienta que essa burguesia era composta, sobretudo, pelos *comissários* que agenciavam os negócios dos fazendeiros de café de São Paulo. Mas, depois de 1850, com o fim do tráfico internacional de escravos, novos setores serão integrados a esse segmento: exportadores, ensacadores, importadores e os banqueiros. Nessa nova conjuntura econômica aberta com o fim do comércio de escravos da costa da África para o Brasil, a figura do *comissário* ganha importância também nas operações de crédito junto aos produtores agrícolas. Nas regiões ocupadas pela cafeicultura paulista, que denotavam formidável crescimento econômico⁸¹, o papel assumido pelo *comissário* fora relevante. Ele operava em diversas atividades na economia escravista, como no financiamento e na comercialização da produção agrícola, fosse por meio de empréstimos bancários ou de recursos próprios. Ademais, não raro, assumia a função de “agente de importação e organizador da contabilidade do fazendeiro” (IDEM: *Ibidem*, 219).

⁸¹ Conforme Nelson Werneck Sodré, “A exportação de Santos e Rio de Janeiro, escoadouros da produção da região cafeeira, centro-sul, se eleva, em 1870, fim da guerra do Paraguai, a duzentos milhões de quilos. Em 1889, a cifra se eleva a trezentos e cinquenta milhões de quilos [...] Em 1835-40 a colheita anual atingira somente quarenta milhões de quilos. Subiria a cento e vinte milhões, em 1855-60” (SODRÉ: 1998, 64-65).

Ver também: Sérgio Silva. *A Expansão Cafeeira e as Origens da Indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa Ômega, 1980.

Stanley de J. Stein. *Grandeza e decadência do Café*. São Paulo: Brasiliense, 1961.

Na acepção de Maria Sylvia de Carvalho Franco, essa questão foi tratada da seguinte maneira:

Ao que tudo indica, o comissário teve uma ingerência que não foi pequena nos projetos de decisões econômicas e seus clientes, exercendo sobre eles ‘uma tutela amistosa e interessada’. Esse comportamento, que lhe era definido quase como um encargo por força das relações pessoais que unia ambos, também falava muito de perto aos seus interesses, postos em grande parte nos dinheiros que fornecia para abrir e custear as plantações de café. Ao se dar relevo a essa ingerência próxima do negociante na área do produtor, definida pela fusão de associações morais e considerações de interesse, começa a esclarecer o que significaram, na dinâmica dos negócios cafeeiros, as atividades de financiamento realizadas pelo comissário. Vê-se, nessa supervisão exercida sobre o fazendeiro, que as relações econômicas que de fato existiram entre ambos não foram simplesmente as de um alugador de dinheiros e seu devedor. Os capitais emprestados pelo comissário, embora saíssem de modo expresso de suas mãos e passassem a correr por conta e risco de outro sujeito, ao serem empatados no processo de produção, em boa medida continuavam sob seus cuidados e controle. Ele não se limitava a financiar o empreendimento agrícola, mas também geria os investimentos feitos, não obstante se eximisse da administração do processo de trabalho, que ficava a cargo do fazendeiro. Desse ponto de vista, o comissário ultrapassou a sua área específica e se integrou, uma vez mais, à do fazendeiro: assim como foi seu representante no final de cada período de sua atividade – a venda das mercadorias – também substituiu na etapa inicial desses ciclos, influenciando decisivamente nas inversões por ele realizadas (FRANCO, *Apud* SAES: 1990, 221)

Como se pode notar, a ascendência do *comissário* junto ao fazendeiro cafeicultor ocorria em diversos segmentos envolvendo atividades de financiamento junto às lavouras agrícolas e comerciais em relação à exportação- importação. Desse vínculo resultou um tipo de relação que tornava quase ausente a circulação de moeda nas operações realizadas entre ambos, nesse caso a circulação “era substituída por meras operações contábeis” na medida em que essa substituição conferia ao *comissário* o financiamento da safra e o controle de sua comercialização junto ao mercado externo⁸². Logo, podemos concluir que as relações econômicas do plantador junto ao comissário criaram estreitos vínculos de subordinação.

Nesse circuito da comercialização e das linhas de financiamento estendidos ao produtor rural, o *comissário* constituiria o elo mais estreito com o “plantador escravista”. Era o meio de ligação de outros segmentos representantes do capitalismo mercantil com o produtor: o ensacador, o exportador e o banqueiro. Sendo que os ensacadores e exportadores eram os responsáveis pela comercialização da produção

⁸² Ver os autores Ciro Flamarion S. Cardoso in *A Afro-América: A Escravidão no Novo Mundo*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 42-43. (Coleção Tudo é História nº 44); Marcello Carmagnani. *Formación y Crisis de um Sistema Feudal: América Latina del Siglo XVI a Nuestros Dias*. México: Siglo XXI, 1976.

agrícola, tratando das etapas sucessivas que envolviam o negócio. O ensacador comprava o produto do *comissário* e o revendia ao exportador, na outra ponta, ainda por meio do *comissário*, o banqueiro era o agente que financiava a produção agrícola⁸³.

No contexto econômico apropriado pelo capitalismo mercantil, havia, ainda segundo Saes, um tipo especial de capitalista, o importador. Este, embora dependente do crédito bancário, que o servia de recursos monetários provenientes da agricultura escravista mercantil, atuava não somente para abastecer as necessidades específicas dos produtores agrícolas, mas principalmente os diversos segmentos populacionais urbanos. Assim, diferentemente do papel exercido pelo *comissário*, “o importador revelava certa autonomia diante deste, por vender grande parte dos produtos importados, não a fazendeiros, mas sim a burocratas, militares, empregados de escritório, profissionais liberais etc.” (SAES: 1990,222).

Sob outro aspecto, o capital mercantil cumpria um papel progressivo no interior da economia escravista? E poder-se-ia considerar a burguesia mercantil como uma classe politicamente revolucionária nesse contexto social escravista e economicamente pré-capitalista? Em suma, respondendo ao caráter progressista ou não da burguesia mercantil não-escravista, Décio Saes aponta que há sim uma atuação progressista desse setor, mas assinala que “não implica que essa classe tenha assumido uma posição politicamente revolucionária”. Na verdade, não houve de sua parte nenhum envolvimento na causa que levaria à supressão legal da escravidão. Esse posicionamento assumido pela burguesia mercantil, às portas da Abolição, implicou seu deslocamento dos “termos burgueses” da reorganização do aparelho Estado. Pelo contrário, como força social, se posicionou veementemente contra a Abolição da ordem escravocrata (IDEM: *Ibdem*).

Ao passo que no centro dessa posição estava o vínculo existente entre as instituições de crédito e a *propriedade escrava*, sendo esta a garantia ou hipoteca

⁸³ A partir de 1850, com o crescimento das atividades agrícolas e dos excedentes de capitais outrora empregados no tráfico internacional de escravos, vai haver certo crescimento das atividades bancárias. Em 1854 surge o Banco do Brasil, o Banco Mauá-Mac Gregor & Comp., Banco Rural e Hipotecário. Em 1862, apesar da crise de 1857 que levou várias instituições à falência, novos capitais adensaram as atividades bancárias, como a fundação do Anglo Portuguese Bank Limited. Em 1863, nasce o London and Brazilian Bank (que logo adquiriu o banco anterior), e, um ano depois (1864), é fundado o Brazilian Potuguese Bank (SAES: 1990, 221).

MARTINS, José de Souza. O Cativo da Terra (segunda parte). São Paulo: Liv. Editora Ciências Humanas, 1979.

exigida em muitos empréstimos, sobretudo aos senhores da terra de largos cabedais. Por operar no plano do imediato, a *burguesia mercantil* de forma geral “não poderia aspirar à destruição daquela forma particular de riqueza que lhe era regularmente oferecida como caução, o escravo.” Era de se esperar que essa posição a empurrasse para a resistência política contra a supressão do sistema escravocrata brasileiro. Na medida em que, para essa classe social, o fim da escravidão seria pavimentar o caminho da sua própria falência.

Portanto, daí vem seu indireto e estreito compromisso, por assim dizer, com a instituição da escravidão, porque havia em seus lances de empréstimos o temor de perder sua maior garantia junto ao “capital adiantado em troca dessa caução especial (o escravo)”. Houve, por parte dessa classe, uma crescente interferência e engajamento social contra a emancipação escrava, chegando até as vésperas da Abolição, como assinala Décio Saes,

Entre 1871 e 1888, as Associações Comerciais de todo o país e os Clubes da Lavoura e do Comércio, sediados nas áreas escravistas em expansão (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais), se delinearão como centros dirigentes da luta pró-escravista e antiabolicionista, desenvolvendo tanto uma ação repressiva (criação de milícias locais destinadas a combater o movimento de fugas e a ação dos abolicionistas junto às fazendas) quanto uma ação de contrapropaganda (criação de uma imprensa antiabolicionista, organizações de reuniões pró-escravismo etc). Assim, a burguesia mercantil não-escravista esteve longe de se constituir na força dirigente no processo de extinção legal da escravidão; na verdade, caracterizou-se como uma das forças sociais que mais ativamente se opuseram à *Abolição* (Ibidem: 224).

Entretanto, essa posição ultraconservadora assumida pela burguesia mercantil com relação ao fim da escravidão não significou dizer que, em face das transformações superestruturais e jurídicas burguesas no aparelho de Estado, não tenha atuado politicamente buscando influenciar decisões do seu interesse: ceder os anéis para não perder os dedos. Apesar de sua condição antiabolicionista, a burguesia mercantil “interveio no subprocesso de reorganização burguesa do aparelho de Estado”, embora não tenha assumido o protagonismo no conjunto da reorganização das novas diretrizes burguesas do Estado. Pois, uma vez deflagradas a Abolição (1888) e a Proclamação da República (1889), essa burguesia se reorientou no debate tomando iniciativas políticas por meio de seus representantes no Parlamento Nacional. Seu principal objetivo passava pela tentativa de controlar o processo que resultara na reorganização burguesa do Estado brasileiro, em conformidade com os novos tempos, nos quais a difusão do modo de

produção capitalista foi acomodando os novos valores de uma ordem social competitiva (*Ibidem*: 224). Luis Werneck Vianna, quando analisa as antinomias da *práxis liberal* das classes dominantes, afirma que:

O conflito sistema estamental versus sistema competitivo, presente em toda história imperial brasileira, evoluirá lenta mas progressivamente para a primazia deste, estabelecendo-se as condições de emergência do modo de produção de mercadorias. A mercantilização intensiva e extensiva da sociedade, dependente da cidadania irrestrita e do trabalho livre, será uma obra fruto da *práxis liberal*, representando o triunfo do *ethos* burguês e dos novos estratos urbanos da sociedade civil contra o assim chamado Estado Patrimonial. [...] Classicamente nas novas condições da sociedade mercantil, integralmente constituída sobre o liberalismo republicano, os agrários realizaram a sua acumulação primitiva de capital pela extração do excedente a nível da circulação. A violência como potência econômica, para os industriais, se revestirá de aspectos absolutamente distintos dos prevalecentes no mundo agrário. Enquanto aí dependerá do sistema de mandonismo local, expresso pela figura do coronelato, em seu duplo papel de intermediador econômico e de chefe político investido de plenos poderes, nas fábricas, o requisito prévio estará na ordenação ortodoxamente liberal. Entendendo-se as relações de trabalho como compreendidas no Código Civil, veda-se a contratação coletiva e a ação reivindicadora dos sindicatos, devendo cada trabalhador contratar individualmente com o patrão as condições de venda da venda da sua força de trabalho (VIANNA: 1989, 97).

Por conseguinte, aumenta a fração da burguesia mercantil paulista constituída pelos comissários de café, banqueiros e representantes das casas exportadoras, em virtude da força econômica que o café havia adquirido no plano interno (produção) e externo (exportações), gerando novas fontes de rendas para o Estado. Sua importância econômica também se projetou em disputas dos debates da Assembleia Constituinte (1890-1891)⁸⁴, onde defendeu posições políticas “para que o Estado burguês em formação assumisse uma forma e definisse uma política convenientes, ambas, à realização dos seus interesses de fração regional (em particular) bem como à realização dos interesses de classe de toda a burguesia mercantil em geral)” (SAES: 1990, 225).

⁸⁴ Há certo consenso historiográfico que aponta a supressão do trabalho escravo no Brasil como sendo o expoente maior da expansão do modo de produção capitalista no Brasil. Nelson Werneck Sodré defendeu que “A república é a forma que assume, no Brasil, o processo de avanço das relações capitalistas; pois, quando esse avança, vai eliminando a herança colonial que o retardava. Para isso ocorrem as mudanças e reformas, entre as quais destaca a criação do mercado de trabalho, com a ampliação do espaço de trabalho assalariado”. Por outro lado, afirma que “O Império foi, essencialmente, a conjugação do latifúndio com o escravismo [...] A sociedade brasileira, depois de três séculos de domínio colonial, apresentava, em linhas gerais, a mesma estrutura dos primeiros decênios, salvo as alterações introduzidas pelo advento da mineração. A constituição outorgada de 1824 denominava-os altos e poderosos senhores” (SODRÉ: 1990, 59-60).

No entanto, o grande capital mercantil exportador não conseguiu atingir, nesse período tratado, um alcance nacional. Pelo contrário, já que o início de sua formação, desenvolvimento e consolidação foi parte de um processo de “afirmação dessa fração de classe como uma fração regional”. A sua presença geograficamente limitada pode ser a chave da explicação dessa permanente especialização, resultado natural do crescimento da economia agroexportadora nacional da cafeicultura. Característica essa que foi acompanhada por uma concentração nas regiões que produziam o café, principalmente São Paulo, que já se consagrava como o maior representante da produção nacional (PERESSINOTTO: 1994, 92).

O ensaio de controle do setor cafeeiro sobre o aparelho de Estado era favorecido, conforme Ladslau Dawbor, “muito além do próprio peso econômico do setor, pela extrema concentração regional da cultura”. Os estados do sudeste representavam a quase totalidade da produção: Rio de Janeiro, São Paulo e sul de Minas Gerais. Cumpre lembrar que o centro administrativo já havia sido transferido para o sudeste desde o século XVIII, no ciclo do ouro com a mineração, e por ocupar geograficamente essa região as oligarquias identificadas com a produção de café eram dominantes na vida política, o que contribuiu inexoravelmente para a sua presença política no cenário nacional (DAWBOR: 1982, 111)⁸⁵.

Entretanto, o tipo de capitalismo constituído no Brasil prosperou graças à relativa “modernização” do arcaico, chegando à era da industrialização. A inovação ora presente em uma realidade socioeconômica que não se transformou ou que só se transformou de modo superficial vem revelar a persistência da degradação material e moral do trabalho, em que as arbitrariedades se difundiram nessas relações decorrentes do privilégio das classes possuidoras, do prestígio social e poder político.

Nesse contexto de transformações socioeconômicas e político-jurídicas a que a sociedade brasileira era submetida, em decorrência da difusão de elementos vinculados às exigências das relações de produção capitalistas e das condições inerentes à ordem social gerada pela competitividade, o *modus operandi* adotado pela elite agrária

⁸⁵ O café se converteu no fator decisivo da economia. A Sua importância levou à elaboração de um audacioso plano estatal para manter a sua valorização no mercado mundial, evitando a sua produção em excesso e dirigindo o processo de plantio e elaboração. A meta principal era evitar o excesso do produto no mercado, mas, para isso, vultosos empréstimos foram contraídos junto a instituições bancárias para a França, Alemanha, Estados Unidos e Inglaterra, o que ficou conhecido como “O Convênio de Taubaté” em 1906.

no sentido de se adaptar aos novos tempos, conforme Florestan Fernandes, demonstra que a sua assimilação de uma *racionalidade criadora*, que simboliza a civilização burguesa, não se deu de imediato. Diante disso, as lições extraídas de sua experiência proporcionaram-lhe duas coisas: a primeira era “que o suporte real de sua força não vinha do livre jogo dos processos econômicos do mercado, mas de sua posição chave no controle da economia e da sociedade”; a segunda, “que todo o seu poder seria insuficiente para modificar os dinamismos, as flutuações e pressões do mercado mundial”. Consumaram-se, portanto, realidades que só podiam ser enfrentadas na esfera dos seus “efeitos” locais, tendo em vista que tal dinâmica interna, moldada pela expansão capitalista, deslocou o centro de gravidade marcado pela competição “pessoal ou grupal” da geração de riquezas, de prestígio pessoal e poder, para uma representação impessoal e comum sob a sociedade competitiva, produto direto das relações capitalistas (FERNANDES: 1975, 154).

Mas a principal contradição da implantação do capitalismo brasileiro permaneceu no interior desse jogo de mudanças, ou seja, para a expansão e consolidação do mercado capitalista moderno, e depois o seu sistema de produção, ambos os elementos foram moldados num tipo de estrutura socioeconômica que era de origem colonial ou variavelmente pré-capitalista. Disso decorre um aspecto fundamental que ressalta a contradição na formação social do Brasil:

Por isso, os novos surtos de rápido crescimento econômico renovam e fortalecem desigualdades econômicas, sociais e políticas que são incompatíveis com a ordenação em classes sociais. Incapaz de provocar uma revolução urbana – como foi incapaz de produzir uma revolução agrícola – o capitalismo em questão faz com que a história social do campo se reproduza na evolução das grandes metrópoles e das cidades (IDEM: 1973, 42).

A ordem social competitiva é a ordem da “sociedade aquisitiva” ou da “civilização burguesa”. A mercantilização do trabalho livre e a integração nacional dos mercados internos impuseram uma nova dinâmica de assimilação de ideias, instituições, valores e técnicas na sociedade brasileira. Essas alterações em andamento projetaram a construção de uma nova infraestrutura econômica, enquanto a acumulação do capital aparecia como “um processo básico de diferenciação econômica, de estratificação social e de desenvolvimento urbano-comercial ou urbano industrial”. Constituindo-se, portanto, na concepção de Florestan, o *leitmotiv* da “evolução histórica interna”.

Para ele, o que representava a modernização dependente que criara um enorme entusiasmo junto às elites dominantes, exprimia “cada progresso importado” como produto de uma importante conquista. Mas em essência, se dava o inverso, pois as principais conquistas da *modernização dependente* ficavam sob poder dos países hegemônicos do capitalismo, que a seu ver, trocaram “um colonialismo arcaico, caro, arriscado, ineficiente [...] por um processo menos oneroso, menos evidente, mais efetivo de controle externo por mecanismos de mercado, dinamismos culturais e processos políticos indiretos” (IDEM, *Ibdem*: 134).

Nesse sentido, o conceito de Revolução Burguesa empregado por Florestan Fernandes recai, principalmente, sobre a lógica da dominação burguesa. Florestan situa e constrói seu objeto do ponto de vista da totalidade histórica com um sistema lógico-conceitual próprio, histórico e contraditório, portanto, capaz de criar, implantar e transformar a totalidade que constitui o social. Um dos procedimentos de reflexão teórica adotado por Florestan, conforme Miriam Limoeiro Cardoso, se apóia nos elementos definidores da dialética de Marx, isto é, o “método da economia política”. Marx aponta que a reconstrução do real é produto teórico que se eleva do abstrato ao concreto pela via do pensamento; que opera desde o início com conceitos, porém, também lembra que tal reconstrução só ganha importância quando um modo de produção está implantado e, por conseguinte, a sua lógica comandando a sociedade (CARDOSO: D’INCAO (Org.): 1987, 242,243).

Desse modo, o núcleo da sua produção teórica reside na apreensão e formulação dessa nova prerrogativa conceitual que se inscreve no campo da lógica histórica, “o que de modo algum é possível antes de sua efetiva constituição”. Sendo assim, o modo de produção se torna compreensível, dentro da racionalidade que lhe é própria, “a partir do estudo da realidade histórica mais desenvolvida que lhe dá forma, só então o passado que o antecede e do qual distingue qualitativamente também se torna inteligível” (IDEM: *Ibdem*).

Portanto, fazer um recuo em direção ao passado para identificar as primeiras formas de expressão da nova ordem burguesa não significa apreender, em sua totalidade, “o que virá a ser constituinte desta nova ordem”. Muito pelo contrário, esse recuo já se coloca como resultado daquilo que já foi alcançado enquanto elemento-chave nos delineamentos da racionalidade que a estabelece como ordem nova. Então,

para seguir os passos da revolução burguesa se faz necessário que ela tenha se implantado e que haja o reconhecimento do seu caráter próprio. Miriam Limoeiro Cardoso, ao abordar o conceito de Revolução Burguesa em Florestan Fernandes, destaca que a sua atenção recai sobre o passado, pois teria como finalidade salientar o caráter da burguesia brasileira.

A ênfase na lógica da dominação burguesa se depara com as contradições da própria ordem burguesa, desse modo “permite que se caminhe no sentido da construção de uma nova ordem”, mostrando o que é específico e precisando suas origens notavelmente conservadoras, ajudando a explicar as razões da frágil democracia nos ordenamentos burgueses existentes entre nós (IDEM: *Ibdem*, 243). Nessa mesma direção caminhavam as preocupações do historiador Caio Prado Júnior em dar consistência teórica e conceitual ao passado da história do país:

O Brasil de hoje, apesar de tudo novo e propriamente contemporâneo que apresenta – inclusive estas suas formas institucionais modernas, mas ainda tão rudimentares quando vistas em profundidade – ainda se acha intimamente entrelaçado com o seu passado. E não pode por isso ser entendido senão na perspectiva e à luz desse passado (PRADO JÚNIOR: 2001, 17- 19).

Como podemos notar, há um acentuado grau de preocupação na historiografia da segunda metade dos anos de 1960, que busca um maior entendimento do passado histórico brasileiro apoiado na convergência da pesquisa em História, Sociologia e Ciências Sociais em geral. Caio Prado justifica afirmando que “podemos dizer [sobre essas disciplinas] que quase se confundem ou se devem confundir no Brasil. Apenas se distinguem nos métodos de pesquisa e elaboração científica – e mesmo assim com muitas restrições”, levando-se em conta que os dados e materiais pesquisados são praticamente da mesma natureza. Em contrapartida, o historiador nunca pode perder de vista “que é também para o conhecimento do presente que ele imediata e diretamente trabalha”. (IDEM: *Ibdem*, 18).

Florestan Fernandes procurou no seu “*A Revolução Burguesa no Brasil*”, integrar o aparato conceitual de autores como Durkheim, Marx ou Weber sem afetar o conjunto da suas análises. Florestan identificou a escravidão mercantil como sendo a última base material da acumulação originária do capital, destacando que ela gerava uma ordem social ao mesmo tempo estamental e de castas, submetida a um significado

colonial. Com o rompimento desse *nexo* colonial, delineou-se um Estado de caráter patrimonialista sob cuja guarda a ordem social escravista desenvolveu a plenitude de suas potencialidades. Mas, quando entra em crise, permite que elementos da *ordem social competitiva* e o *capitalismo dependente* germinem.

Por outro lado, no momento em que o autor formula a teoria do capitalismo dependente no Brasil está diretamente sob os impactos do golpe militar de 1964 e também envolto nas circunstâncias da crítica à teoria da revolução nacional democrático-burguesa, integrada à ação política do PCB, posição que havia recebido duras críticas de Caio Prado Júnior. Assim como Caio Prado, Florestan também negava o passado feudal na formação social do Brasil, além disso, avançava na negação veemente da existência de uma fração da burguesia que viesse a assumir o protagonismo da “revolução nacional democrática”. Sobrando unicamente para a solução desse impasse histórico a da revolução socialista, pois fora do horizonte da transformação social por meio do socialismo restava apenas o marco da dependência.

Na acepção de Florestan, o capitalismo dependente no Brasil surgia articulado com a fase monopolista do capital, configurando uma ordem neocolonial. Logo, conforme Marcos Del Roio, “O que caracteriza o capitalismo dependente é a reprodução e reciclagem das estruturas coloniais, herdadas do passado escravista, preservando a exclusão e desapiedada exploração daqueles que constituíam os estamentos inferiores da vida social” (DEL ROIO, D’INCAO (Org.): 1987, 106).

Em suma, a burguesia brasileira e a revolução burguesa só teriam espaço para se desenvolver recebendo impulsos vindos do capital monopolista e imperialista, reordenando os elos de dependência externa, concomitante a redefinição das estruturas coloniais internas herdadas, incorporando outras novas formas específicas do capitalismo dependente. Ora, historicamente, a burguesia brasileira adotou desde as suas origens matrizes conservadoras associadas às práticas oligárquicas submetidas à burguesia imperialista. E aqui cabe destacar a relevância do seu balanço acerca da burguesia nacional: nessa variante dependente de desenvolvimento capitalista, a dominação burguesa assume um caráter *autocrático*, pois se impôs para si como a única via de manter o controle sobre as classes subalternas e evitar a revolução.

E enquanto as classes subalternas ainda não possuem uma direção capaz de colocar-se à frente de seu movimento e imprimir a ele um conteúdo claramente transformador, o dilema da *Revolução Brasileira* ainda estará colocado.

1.5. A Predominância do Capital Inglês no Brasil

A presença do capital internacional no Brasil é, ainda hoje, uma das características mais marcantes da história do Brasil. Neste tópico nos propomos a mostrar a predominância do capital inglês, na sua fase imperialista, nas relações econômicas com o Brasil.

A Proclamação da República, na figura de Deodoro da Fonseca e de seus subordinados ministros, tratou de tranquilizar os governos e investidores estrangeiros, com o objetivo de obter o reconhecimento diplomático para um fato, a própria existência da República, que ainda se encontrava em vias de reconhecimento internacional, e não era dada como um fato consumado, tendo no fantasma da reação monárquica um elemento a não ser desprezado. Cumpre destacar que as próprias potências estrangeiras, em particular as européias, nutriam desconfianças em relação às mudanças que estavam se operando no país. Diante das circunstâncias colocadas, o nascente governo republicano buscou acalmar os diplomatas e investidores estrangeiros insistindo que:

O Governo Provisório reconhece e acata os compromissos nacionais contraídos durante o regime anterior, os tratados subsistentes com as potências estrangeiras, a dívida pública externa, contratos vigentes e mais obrigações legalmente estatuídas (ARRUDA: 2012, 122 *apud* Carone, 1969:14, 1971:12).

Dentro dos termos colocados, podemos inferir que a República já nasce comprometida sem oferecer, por menor que seja, qualquer promessa de rompimento “com uma certa herança colonial”, que tinha na dependência e subserviência das potências um dos seus traços mais marcantes. A estabilização do regime se mostrou fundamental para o reconhecimento do governo britânico que, num primeiro momento, hesitou em reconhecer a recém-fundada República. Por sua vez, essa decisão só se concretizou um ano depois, na ocasião da primeira reunião da Assembleia Nacional Constituinte. O que deixava clara no horizonte das transformações em curso a profunda dependência do Brasil em relação ao cumprimento das regras impostas pelos interesses

do capital internacional, fixando, efetivamente, o alcance das transformações de uma limitada burguesia brasileira.

Sob o domínio do capitalismo monopolista,⁸⁶ a própria ordem competitiva, gestada tardiamente por conta dos limites da “ordem senhorial escravista”, encontrava-se em risco ao defrontar-se com a possibilidade de irrupção dos excluídos e com a necessidade de uma acumulação de capital que partia de patamares reduzidos, precisando, portanto, transitar rapidamente dentro da ordem, para a forma monopolista e dependente de dominação burguesa (DEL ROIO, D’INCAO (Org.): 1987, 107).

Os Estados Unidos, a primeira grande potência que reconheceu oficialmente a queda da Monarquia e o governo do Marechal Deodoro da Fonseca, adotaram uma postura diferente, a de estreitar os vínculos políticos e econômicos com o novo regime em detrimento da influência britânica sobre o Brasil. Aproximação, aliás, muito bem vista por alguns setores, conforme Moniz Bandeira (1978), “Uma comissão de cinco membros, sob a orientação de Rui Barbosa, elaborou a nova Constituição, uma cópia mais ou menos fiel da americana. Institui-se o federalismo e o país passou a chamar-se Estados Unidos do Brasil” (BANDEIRA: 1978, 134).⁸⁷

Embora a República tivesse se inspirado nos Estados Unidos da América, enquanto modelo a ser seguido, era a Inglaterra e o capital inglês que exerciam maior influência sobre a economia brasileira, como mostra a ascensão econômica de um dos pioneiros da industrialização no Brasil, Irineu Evangelista de Souza, o barão de Mauá, que iniciou suas atividades empresariais tendo como sócio um empreendimento comercial, a importadora Richard Carruther, com sede no Rio de Janeiro. As atividades de Mauá junto ao capital inglês não pararam por aí: sua empresa de estradas de ferro era acionista da Recife and São Francisco Railway e na Minas and Rio Railway. De estilo empreendedor, Mauá ainda fundou curtumes, uma companhia de rebocadores a vapor no seu estado, o Rio Grande do Sul, entre outras (HARDMAN, LEONARDI: 1991, 80).

⁸⁶ Conceito exposto mais abaixo: nota (68).

⁸⁷ A consolidação dos Estados Unidos como potência econômica nas Américas inaugurou um período de maior aproximação deste com os países desse Continente, como expressa a Doutrina Monroe de 1823. Mas, apesar de os laços econômicos serem pequenos, o Departamento de Estado americano estava atento aos movimentos da política brasileira. “O Golpe de 3 de Novembro de 1891 (quando Deodoro dissolveu o Congresso Nacional e as Assembleias Estaduais, destituiu governadores e decretou estado de sítio) foi criticado pela imprensa estadunidense e afastou o presidente brasileiro do governo daquele país. Apesar de alguma hesitação, logo após a queda de Deodoro e a ascensão de Floriano (apenas 20 dias depois), o governo dos EUA mostrou-se disposto a colaborar, assegurando que garantiria a sua permanência, diante das pressões internas e externas que se avolumavam” (ARRUDA: 2012, p. 124).

Sua influência também alcançou o domínio dos melhoramentos urbanos. Na noite de 25 de Março de 1854 “várias ruas e praças do Rio de Janeiro apareceram feericamente iluminadas, conforme os jornais da época, com lampiões de gás substituindo os velhos lampiões de azeite, que vinham dos tempos coloniais” (LIMA:1976:21). O seu tino econômico o levou a atrair investimentos externos na implantação da Cia de Bondes Jardim Botânico, considerada a primeira empresa de capital norte-americano no país. No entanto, embora seja apresentado por alguns historiadores como um nacionalista de ideias originais e crítico da “interferência estrangeira”, mostrou-se mais alinhado com a influência do poderio Inglês no Brasil (IDEM: Ibidem,). Não cabe aqui fazer uma pormenorizada descrição dos inúmeros negócios efetivados por Mauá, mas ressaltar seus elos e apelos de toda sorte aos capitais estrangeiros, no sentido de viabilizar negócios de toda ordem no início da implantação da indústria no Brasil.

A conjuntura econômica mundial entre 1870 e 1890 era de aumento contínuo da produção industrial dos principais representantes do capitalismo europeu e norte-americano. Para se ter uma ideia, a produção de ferro dos cinco principais países produtores mais do que duplicou, de 11 para 23 milhões de toneladas, enquanto que a produção de aço, que se inscrevera nessa nova conjuntura como o principal indicador do conjunto da industrialização, multiplicou-se por aproximadamente vinte, de 500 mil para 11 milhões de toneladas. Esses dados reforçam os indicadores de que houve um forte crescimento do comércio mundial. Foi exatamente nessa fase que as economias americana e alemã avançaram enormemente e a Revolução Industrial chegava a novas nações, como a Suécia e a Rússia⁸⁸ (HOBSBAWN: 2009a, 64).

Como Marx já havia constatado, a marcha do desenvolvimento da produção e acumulação capitalista “condiciona processos de trabalho cada vez maior e, com isso, dimensões cada vez maiores, correspondentemente adiantamentos cada vez maiores de capital para cada estabelecimento industrial” (MARX: 1984, III, 1, 168 *apud* ARRUDA: 2012, 20).

⁸⁸ Diferentemente dos países europeus ocidentais, que fizeram suas manufaturas crescerem sobre a base do colapso do comércio artesanal, na capital Russa, segundo Trótsky, a conjuntura era bem diferente: “Em Moscou, as fábricas importadas do Oeste não encontraram artesãos livres no local e se viram obrigadas a utilizar o trabalho de servos do campesinato” (TRÓTSKY: 1985, 34). Essa contradição foi uma das condições encontradas quando da penetração do capitalismo industrial na Rússia, por não obedecer a sua lógica clássica, que se expressou na implosão do sistema das *guildas* pré-capitalistas na Inglaterra, liberando os artesãos para engrossar o exército industrial de mão de obra, em nome do progresso burguês.

A teoria da *lei do desenvolvimento desigual e combinado da sociedade*⁸⁹; pode funcionar como um importante instrumento de análise na compreensão histórica dessa mescla particular de elementos atrasados com os fatores mais modernos da sociedade, tendo como finalidade entender como essas contradições geradas pelo novo e o velho se integram no processo histórico. Esse mesmo critério, analogamente, abrange o processo da industrialização do Brasil, na medida em que nenhum dos sistemas produtivos correspondia aos encontrados na Europa ocidental. Além disso, tanto na Rússia como no Brasil, a constituição das burguesias era parte de um processo recente e desigual, e de formação débil.

Originaram-se, então, com o movimento de capitais atuando no interior dessas novas fronteiras, resultados correspondentes com dinâmicas próprias. Na Rússia se realiza, em 1917, uma revolução que motiva uma ruptura social que leva à expropriação econômica da nobreza e da burguesia; enquanto que no Brasil o desenvolvimento do capitalismo envolveu o Estado, o capital nacional e o capital estrangeiro, sem o rompimento de suas tessituras sociais no âmbito da dominação de classe⁹⁰.

Não existiu, portanto, como pensava Werneck Sodr, o confronto poltico “latifndio-burguesia”, mesmo havendo interesses econmicos que se mostraram divergentes no cenrio nacional, levando o segmento dos setores industriais a um posicionamento mais frontal contra as medidas adotadas pelo governo de Washington Lus de depreciao do cmbio, permitindo a entrada no mercado nacional de grande quantidade de produtos estrangeiros, principalmente do ramo txtil, prejudicando

⁸⁹ Segundo o historiador americano, George Novack: “O capitalismo surgiu com muito maior fora na Europa e Amrica do Norte do que na sia e frica. Estes foram fenmenos independentes, lados opostos de um nico processo. O fraco desenvolvimento capitalista nas colnias foi produto e condio do superdesenvolvimento das reas metropolitanas, que se realizou custa das primeiras. A participao de vrias naes no desenvolvimento do capitalismo no foi menos irregular. (...) *Quanto mais se estreitam as relaes econmicas, surgem profundas diferenas que os separam* (grifos nossos). O seu desenvolvimento nacional no se realiza, em muitos aspectos, ao longo das linhas paralelas, e sim atravs de linhas angulares, s vezes divergentes como ngulos retos. Adquirem traos no idnticos, mas complementares” (NOVACK:1988, p. 34-35).

⁹⁰ Para o historiador Boris Fausto, a constituio do capitalismo brasileiro est mais identificada com o modelo que se realizou no Japo e na Alemanha, onde a ao do Estado em aliana com um setor modernizador das classes dominantes foi decisiva para a industrializao. As classes populares ficaram margem do processo, diferentemente do que ocorreu com a Revoluo Gloriosa na Inglaterra ou a Revoluo Francesa: “Seja como for, tornou-se possvel falar de constituio do capitalismo como um processo no envolvendo necessariamente uma revoluo burguesa no sentido estrito” (FAUSTO, Boris. Estado, Classe Trabalhadora e Burguesia Industrial (1920-1945) *In* Novos Estudos n 20, Maro de 1988, p. 8).

seriamente as indústrias locais⁹¹. Boris Fausto, analisando a tese de alianças de classes de Werneck Sodré no debate historiográfico da Revolução de 1930, assinala que

A intervenção da burguesia industrial no episódio revolucionário ter-se-ia operado através de uma instrumentalização do movimento tenentista, mas não é claro, em sua análise, frequentemente contraditória, se a burguesia industrial pode ser considerada, em 1930, como fração autônoma de classe ou como categoria social dependente dos grupos financeiros” (FAUSTO: 2011, 34).

Por sua vez, longe de uma tomada de posição política que viesse a causar um confronto mais grave no interior das classes dominantes, que levasse a uma linha de ruptura das oligarquias com os industriais, o que se processou foi uma convergência desigual e combinada e não dual dos seus interesses de classe, assim,

[...] não se configura historicamente, dessa perspectiva, a existência de uma “burguesia” plenamente integrada e consciente do seu destino histórico, que pudesse afirmar-se como portadora de uma consciência especificamente revolucionária. A realidade mostra-nos o inverso disso, pois o plano no qual a ação daqueles estratos sociais se aprofunda é incoercivelmente inovadora, eles pretendiam uma evolução *com* a aristocracia agrária e não *contra* ela (o que destituía o ímpeto decorrente da “revolução dentro da ordem” de qualquer eficácia política) (FERNANDES: 1975, 186).

Todavia, o economista Bresser Pereira ressalva que no deslanche e consolidação da industrialização brasileira, se considerar a Revolução de 1930 como mais um mero episódio de conciliação de elites, se identificar na relação café-indústria apenas o aspecto positivo, ignorando os inúmeros conflitos de interesses subjacentes, se afirmar que essas elites eram basicamente unas, não haveria “distinção nem de interesses, nem de origens entre a aristocracia cafeeira e os industriais” (PEREIRA: SZMRECSÁNYI, MARANHÃO (Orgs.), 2002, p.155).

Por outro lado, Paulo Sérgio Pinheiro, ao analisar a formação da burguesia industrial, destaca a coexistência de classes sociais ligadas às relações sociais de natureza diferente (o grupo agrário e a burguesia industrial), existindo uma complementaridade entre elas. Além disso, se adiciona ainda o caráter heterogêneo da composição da burguesia industrial, produto da superposição e da diferenciação de

⁹¹ Com o crescimento da concorrência no setor têxtil em função da volta dos produtos ingleses ao mercado brasileiro de juta e de algodão, no final da Primeira Guerra Mundial, o empresário Jorge Street, em 1924, vende a fábrica Maria Zélia junto com a sua vila operária para Nicolau Scarpa, que fica com ela durante seis anos. Além disso, em 1928, a fábrica e a vila foram transferidas ao grupo Guinle, em pagamentos de dívidas vencidas. A ligação entre Street e Guinle levou este a manter os negócios do outro. Porém, “numa operação de impostos atrasados, a fábrica e a Vila Maria Zélia passarão das mãos de Guinle para o antigo IAPI - Instituto de Aposentadoria e pensão dos Industriários. Durante os anos de 1936 e 1937, a fábrica serviu de presídio para presos políticos. Lá ficaram, entre outros, Caio Prado Junior e Paulo Emílio Salles Gomes.” (MARCOVITCH: 2003, 306).

camadas de “tradição industrial recente”: grupos de imigrantes estrangeiros, as frações de antigas camadas ligadas à agricultura ou à exportação, que tinham alguma influência política. A essas camadas, após a Primeira Guerra Mundial, acrescentam-se também os descendentes de imigrantes ligados a algumas profissões urbanas e os imigrantes que exerciam atividades técnicas ligadas ao setor urbano (PINHEIRO: 1978, 71-72).

Desse modo, as transformações históricas que o Brasil sofreu na Primeira República se inscreveram mais no campo da ordem do que no da ruptura de classes, embora houvesse, nos anos de 1920, posições políticas revolucionárias que se cristalizaram em elementos das camadas médias urbanas. Porém, do ponto de vista da burguesia industrial, o tema é muito mais controverso no debate historiográfico. Os indícios apontam para a constatação de que não se configurou nenhuma posição político-revolucionária da burguesia urbana contra a classe dos grandes fazendeiros, as chamadas oligarquias agrárias⁹². E muito menos contra o capital estrangeiro, cujo processo de fusão de capitais industriais e financeiros (característica principal do último quartel do século XIX) gerou um novo período na difusão mundial do capitalismo, o capital monopolista, elevando o controle e domínio da economia mundial, nessa *fase superior do capitalismo*, isto é, imperialismo, primeiramente teorizada por J.A. Hobson⁹³ e incorporada às teses de Lênin sobre o *imperialismo*. Muitos países foram integrados à economia mundial pela avidez das nações imperialistas, como assinala Nicolai Bukharin:

O imperialismo, a fase mais alta do desenvolvimento capitalista, aumenta imensamente as forças produtivas da economia mundial, dá ao mundo inteiro a sua própria imagem e arrasta todas as colônias, todas as raças, todas as pessoas para o interior da esfera da exploração financeira do capitalismo. Ao mesmo tempo a forma monopolista do capital desenvolve

⁹² Sobre a formação histórica do Brasil, Octavio Ianni, seguindo os passos da Escola Sociológica de São Paulo, assinalou que “O presente, em cada época, parece um mapa histórico, ou melhor, arqueológico, no qual se combinam vários pretéritos. Vista em perspectiva histórica, a formação social brasileira se apresenta como ‘um complexo de formas econômicas onde se articulam e mais ou menos frouxamente se entrosam entre si as mais variadas situações’. (...) O passado parece não só múltiplo, diversificado, mas presente” Ou seja, Ianni defende uma acomodação dos diversos interesses existentes que obedecem “as mais variadas situações” (IANNI: 1996, p.60).

⁹³ Lenin (no prefácio às edições francesa e alemã-1920) esclarece que: “Durante os últimos quinze ou vinte anos, sobretudo depois da guerra hispano-americana (1898) e a Anglo-boer (1899-1902), a literatura econômica, bem como a política, do Velho e do Novo Mundo, utiliza cada vez mais o conceito de ‘imperialismo’ para caracterizar a época que atravessamos. Em 1902, apareceu em Londres e Nova York uma obra do economista inglês J. A. Hobson intitulada *O Imperialismo*. O autor, que defende o ponto de vista do social-reformismo e do pacifismo burgueses, ponto de vista que coincide, no fundo, com a posição atual de K.Kautsky, faz uma descrição excelente e pormenorizada das particularidades econômicas e políticas fundamentais do imperialismo”. Em 1910, publicou-se em Viena a obra do marxista austríaco Rudolf Hilferding: *O Capital Financeiro* (...) essa obra constitui uma análise extremamente valiosa da “fase mais recente do desenvolvimento do capitalismo”, tal como denomina o título do livro de Hilferding” (LENIN: 2011, p. 116).

cada vez mais os elementos da degeneração e degradação parasitária... O imperialismo empilha riquezas incalculáveis com os imensos superlucros que espreme dos milhões de operários e camponeses das colônias. Neste processo, o imperialismo cria um tipo de Estado rentista, parasitário e decadente e extratos inteiros de acionistas parasitas que vivem de dividendos (BUKHARIN: 1928 *apud* HEILBRONER, 1996, 188-189).

Portanto, há uma mudança substancial na dinâmica do capitalismo europeu e norte-americano quando ele atinge o ponto crucial cujo crescimento rompe as fronteiras nacionais para projetar-se mundo afora, alcançando, assim, uma nova fase superior de desenvolvimento, fase essa chamada de *imperialismo*, passando a exportar capitais além de suas mercadorias. Lênin chamou a atenção para essa nova etapa do capitalismo, estabelecendo suas características principais: 1) concentração da produção e do capital, que faz gerar os monopólios; 2) fusão do capital bancário e do capital industrial e a criação, baseada nesse capital financeiro, de uma espécie de “oligarquia” financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância grande; 4) formações de uniões internacionais, capitalistas, monopolistas, que dividem a economia-mundo entre si; 5) partilha territorial do mundo entre as grandes potências capitalistas mais importantes (LENIN: 2011, 218).

O Brasil é uma das bases de atuação desse novo momento que envolve não só a aquisição de artigos manufaturados, mas também de capitais principalmente no setor comercial e agrícola. À medida que se implantavam as novas bases para o capitalismo moderno, não só se expandiam o comércio, a agricultura, mas também a produção e o incremento das manufaturas. Entre 1880 e 1914, período central para essa constatação, aquele antigo mercado deixa, aos poucos, de estar irremediavelmente atrelado aos interesses limitados de algumas “cidades-chave” e da associação ultrapassada da aristocracia agrária com o alto comércio, proporcionando, assim,

[...] entre o último quartel do século XIX e a Primeira Grande Guerra, período central para esta descrição, esse mercado se transfigura por completo. Ele passa a centralizar, gradualmente, operações comerciais e financeiras que antes eram inimagináveis, concentrando os capitais resultantes de tais operações; doutro lado, ele passa a ligar e a integrar, gradualmente, localidades e regiões descontínuas e muito distantes entre si, imprimindo à relação capitalista uma função unificadora nacional, de que ele fora, anteriormente destituída (FERNANDES: 1975, 238).

No Brasil, esse movimento da nova fase vivida pelo capitalismo se caracteriza pela construção das estradas de ferro, instalação de serviços bancários, empréstimos ao governo, setor comercial, industrial e a cafeicultura. No final do regime monárquico brasileiro, 1889, o Brasil já possuía uma dívida de cerca de 30 milhões de

libras à Inglaterra, pelas quais se haviam empenhado as rendas aduaneiras da quase totalidade dos portos brasileiros. Apesar de mostrar-se contrário a novos empréstimos internacionais, argumentando que “O lema da República deve ser: fugir dos empréstimos e organizar a amortização, não contrair novas dívidas e reservar, ainda que com sacrifícios, no seu orçamento, quinhão sério ao resgate”, o então Ministro da Fazenda, Rui Barbosa, teve que aceitar mais um novo empréstimo de £ 3.170.000, solicitado por Floriano Peixoto, em 1893, para pagar armamentos adquiridos na Revolta da Armada (BASBAUM: 1981,134).

Não fora diferente com o novo Presidente da República, o paulista Prudente de Moraes que, como representante direto dos interesses dos cafeicultores, contraiu, em 1895, um novo empréstimo dos Rothschilds de £ 7.442.000. Contudo, em face da crise que o setor cafeeiro vivia e das dificuldades que o país atravessava, os efeitos do empréstimo foram praticamente nulos. Assim, três anos mais tarde o país encontrava-se novamente em apuros. Não será diferente na presidência de Campos Sales, 1898-1902, já eleito, que, antes de tomar posse, se reúne com os credores do Brasil em Londres com a finalidade de lograr uma moratória da dívida externa brasileira, que atingia a casa de £ 84.000.000, além de propor o *fuding loan* com os Rothschilds⁹⁴, comprometendo-se com os banqueiros ingleses a “não contrair novos empréstimos externos enquanto vigorasse acordo”. Porém, a dinâmica de empréstimos externos contraídos pelo governo brasileiro persistiu, em resumo: entre 1893 e 1927, foram tomados junto aos bancos ingleses £ 103.137.433, e no decorrer de seis anos o Brasil contraiu uma dívida de U\$ 176.500.000 dos Estados Unidos somados aos 405.000.000 francos emprestados da França (IDEM: *Ibidem*, 135).

Por sua vez, o capital inglês entrava, nas primeiras décadas do século XX, numa disputa cada vez mais acirrada pelos mercados externos, com a consolidação do sistema imperialista que indicava as tendências de inserção das economias de tipo colonial ao sistema capitalista internacional, levando a uma disputa ascendente entre as potências da época que culminou no conflito da Primeira Guerra Mundial.

Na segunda metade do século XIX, há certo consenso na historiografia da marcante presença do capital inglês nos negócios realizados com o exterior. Dentro dessa perspectiva, não é exagerado afirmar que quase a totalidade de capitais e

⁹⁴ Medidas econômicas adotadas pelo então ministro da economia do governo Campos Sales, Joaquim Murinho, consistia em dar garantias, por meio das receitas do serviço de abastecimento de água do Rio de Janeiro e da Estrada de Ferro Central do Brasil, ao empréstimo de 10 milhões de libras junto aos bancos ingleses dos Rothschilds.

mercadorias que entravam no Brasil era de procedência inglesa; isso coincide com o período em que a burguesia inglesa ainda podia se vangloriar da condição de “oficina do mundo”. Assim era conhecida a metrópole daquele extenso império ultramar, onde se costumava afirmar que “O Sol jamais se punha”. Da Inglaterra provinham os capitais, os técnicos e engenheiros responsáveis pela expansão das malhas ferroviárias do país, além de obras na área de infraestrutura, as possantes locomotivas e suas peças de reposição, máquinas agrícolas e demais equipamentos para processar alimentos, como usinas de açúcar, máquina de beneficiamento de café, descaroçadores de algodão, moinhos de trigo, máquinas a vapor, usinas de energia elétrica, fusos e teares mecânicos, pontilhões em ferro fundido, trilhos de trem, vagões ferroviários, que chegavam inteiramente prontos para serem montados no Brasil (ARRUDA: 2012, 133). Ou seja, uma ampla carteira de produtos industrializados que a indústria nacional ainda não reunia possibilidades de fabricar.

De acordo com Pedro Fassoni Arruda (2012:133), “tudo ou quase tudo que vinha da Grã-Bretanha era transportado em navios de companhias de navegação britânica, que faziam os contratos de seguro com empresas igualmente britânicas”. Com efeito, a Inglaterra operava em toda a cadeia produtiva capitalista: a produção industrial, o frete do transporte e financiamento dos empreendimentos gerados pelo seu poder de potência imperial.

O historiador inglês Richard Graham, que foi um entusiasmado defensor do papel que os ingleses tiveram no processo de industrialização do Brasil, ressaltou que:

Os britânicos contribuíram substancialmente para o desenvolvimento industrial do Brasil. A despeito do controle britânico sobre o complexo importação-exportação, que era contrário aos fabricantes, os britânicos ajudaram, direta e indiretamente, a iniciar a transformação do Brasil de uma economia agrária para uma industrial. Primeiramente construíram a maior parte do sistema de transporte do qual a indústria dependeria para o recebimento de matéria-prima e acesso ao mercado consumidor. Em segundo lugar, grande parte da maquinaria industrial e suprimentos utilizados pelas indústrias brasileiras era de fabricação britânica e vendida através de uma cadeia de distribuição criada por eles. Em terceiro lugar, adiantaram não somente os créditos para financiar estas vendas, mas proviam constantemente o empréstimo de capitais que permitiam aos brasileiros fazer investimentos em indústrias fabris. Em quarto lugar, estão os técnicos que instalaram os equipamentos, dirigiram suas operações e ensinaram os operários como trabalhar com eles; eram muitas vezes ingleses. Finalmente, fizeram eles investimentos diretos em fábricas de tecidos, indústrias de calçados, usinas de açúcar e moinhos de trigo. A ideia de que a luta para a industrialização brasileira era simplesmente um conflito entre brasileiros e estrangeiros é tão evidentemente errônea que não requereria comentários se não fosse tão difundida (GRAHAM: 1973, 131).

Embora o capital inglês tenha contribuído para o desenvolvimento comercial e industrial do país, Graham faz uma elaborada apologia dessa importância. É certo que os custos operacionais da dívida brasileira contraída junto aos bancos ingleses, em inúmeras atividades na cadeia produtiva do capitalismo monopolista, foi extremamente favorável ao capital britânico⁹⁵. Entretanto, o capital inglês não era o único interessado em expandir-se, a Alemanha, os Estados Unidos e outras influentes economias europeias adiantaram seus peões no tabuleiro das disputas mundiais por novos mercados econômicos, particularmente após o término da Primeira Guerra Mundial, quando se registra um crescente aumento de investimento de capitais subsidiários norte-americanos de firmas industriais no Brasil, de 1914 a 1929: 11%, 1930 a 1945: 21%, e após a Segunda Guerra, atinge a casa de 68%.

O mesmo fenômeno econômico também se estendeu a outros grandes grupos de propriedade estrangeira, entretanto, representavam apenas a continuidade, como no caso inglês, de investimentos que precederam o início da Primeira Guerra, isto é, 1914. Nessa participação, a porcentagem chega a 20%, saltando para 37%, entre 1914 e 1929, 17%, entre 1930 e 1945, e 27% após o fim da Segunda Guerra Mundial. Os grupos de propriedade local foram majoritários nos investimentos anteriores à guerra, girando na casa dos 64%, mas foram decrescendo à medida que aumentava a entrada de investimentos estrangeiros: entre 1914 e 1929, caiu para 28%, e, de 1930 a 1945, despenca para 8%⁹⁶.

⁹⁵ Para se ter uma ideia da ascendência econômica que Inglaterra passava a exercer sobre o Brasil, a partir de 1860, quando os saldos da balança comercial se tornam cada vez mais importantes, o serviço da dívida externa sofre um acréscimo de 50% sobre esse saldo nos anos 1870, e salta para 99% na década seguinte. E atinge patamares alarmantes entre 1902-1913, pois enquanto o valor das exportações aumenta 79,6 %, a dívida externa brasileira salta para 144,6% e representa, em 1913, cerca de 60% do gasto público total. É a partir daí que se configura, segundo Marini, “a dependência, entendida como relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência”. (MARINI: 2000, p. 108-109) e (SODRÉ: 1964).

⁹⁶ Conforme Maurício Vinas e Peter Evans, “Dos grupos estrangeiros que entraram no Brasil antes da Primeira Guerra Mundial, a maioria não se dedicavam a atividades industriais quando apareceram aqui. Entre os cinco que vieram antes da Primeira Guerra Mundial, dois se entregavam a simples atividades de distribuição de grandes companhias de petróleo (Esso e Shell). Outro, a Brazilian Traction and Light Power Co, era uma companhia de utilidade pública que fornecia eletricidade e geria os bondes elétricos de Rio de Janeiro e São Paulo. Dos dois grupos anteriores à Primeira Guerra Mundial e que podem ser legitimamente denominados “industriais” na época de seu ingresso, apenas um, uma subsidiária da British Match Corporation denominada Fiat Lux, era realmente um exemplo de empreendimento industrial partindo do centro para a periferia. O outro, Bunge & Born, era uma companhia argentina que se tornara um estabelecimento gigantesco de comércio de cereais no país vizinho e que fundou um moinho de trigo no Brasil no início do século. Foi apenas durante a Primeira Guerra Mundial que Grupos estrangeiros industriais começaram realmente a aparecer. A British American Tobacco principiou fabricando cigarros;

O capital externo e o “espírito empresarial” de estrangeiros foram importantes no início da história dos maiores grupos econômicos “brasileiros”, contudo não criaram laços com as suas matrizes da mesma forma que o fizeram em investimentos posteriores. O exemplo da Mesbla ilustra bem a fragilidade dos laços entre o centro irradiador de investimentos externos e de suas filiais, conforme Vinhas:

Talvez seja o caso de Luis La Saigne da Mesbla, o maior grupo econômico baseado em vendas de varejo, o mais interessante deste contraste. La Saigne foi contratado por um *magazin* francês a fim de tornar-se o gerente de sua filial no Brasil. Ele manobrou para tomar conta da firma e conseguiu extorquir o controle da matriz francesa. Naturalmente, seria inimaginável para um gerente comum da Sears Roebuck aplicar a mesma espécie de golpe. Meio século antes, quando La Saige o empreendeu, era mais fácil separar o capital estrangeiro de suas origens (VINHAS, EVANS: 1973, 9).

Como se vê, as origens dos investimentos externos no Brasil contaram com inúmeros casos de aproveitamento de oportunidades abertas em vários ramos da atividade econômica brasileira. O Conde Matarazzo, a família Klabin ou mesmo Pereira Inácio, foram imigrantes que subiram os mais altos degraus na condição empresarial de lideranças de grandes grupos econômicos fundados no Brasil, ainda no início do século XX ou final do século XIX, como o caso dos Matarazzo.

2. Crescimento Industrial e Pensamento Industrialista

2.1. Crescimento Industrial

Neste segundo capítulo, o nosso principal objetivo se concentrará em mostrar alguns aspectos do início da industrialização no Brasil, principalmente nas duas primeiras décadas do século XX, com vistas para o estado de São Paulo. Um dos temas mais recorrentes nesse período foi aquele referente às origens do desenvolvimento industrial brasileiro. O líder empresarial Roberto Simonsen considerava a industrialização como um resultado das dificuldades no setor externo da economia, isto é, em decorrência de guerras, de crises internacionais, de problemas nas exportações etc, a importação tornou-se invariavelmente mais difícil, para não dizer impossível, compelindo uma política voltada à sua substituição. Essa visão ficou conhecida como teoria dos choques adversos, ela foi reforçada na década de 1950, graças aos esforços da

a General Electric, lâmpadas; a Rhône Pulenc, ácido sulfúrico e outros produtos químicos; e a Schneider, ferro”. (QUEIROZ, EVANS: 1977, p. 9)

disseminação das ideias da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL). Defendia-se a ideia de que a industrialização dos países periféricos avançava quando havia crises internacionais que desajustavam a ordem econômica vigente, permitindo alinhamentos internos em direção ao desenvolvimento industrial. Na concepção cepalina, a mudança para um novo padrão de crescimento, dirigido ao mercado interno, só se realiza em épocas de crise como aquela gerada pela Primeira Guerra Mundial, quando os laços de dependência da periferia com os centros econômicos se fragilizavam.

Nos anos 1970, o historiador americano Warren Dean defendeu a ideia de que a industrialização fora resultado direto da expansão do setor exportador brasileiro, com destaque para o estado de São Paulo. Conforme Dean, ao contrário do ponto de vista sustentado pela Cepal, a Primeira Guerra Mundial, ao invés de estimular o desenvolvimento industrial, acabou interrompendo-o. Afirma que a depressão econômica dos anos 1930, que provocou grave crise no comércio do café, teve um efeito negativo para as indústrias de São Paulo. Sua convicção tinha no comércio do café os alicerces da industrialização paulista, pois, graças ao café, foi possível formar um mercado para os produtos industrializados, integrado por meio das estradas de ferro. Além disso, criou um sistema para a distribuição desses produtos e aumentou a oferta da mão de obra por meio da imigração. Nessa mesma direção, em maior ou menor grau, também foram os trabalhos de Caio Prado Júnior, Carlos Manuel Paláes, entre outros, que tiveram o mérito de explicar o crescimento industrial observado durante as fases de expansão das exportações, o que não foi possível pela teoria dos choques adversos.

Outra vertente de crítica à teoria dos choques adversos foi a tese inspirada no *capitalismo tardio*, que procurou mostrar que a lógica da acumulação do capital era fundamental para a compreensão do fenômeno de industrialização do Brasil. Assim, o crescimento seria o resultado da acumulação de capital no setor agrícola exportador que começara a adquirir um perfil capitalista no final do século XIX. Por volta de 1880, o capital cafeeiro estava em franca expansão graças ao emprego da máquina de beneficiar café e a construção de um sistema ferroviário. E mais, o país entrava no processo de transição para o trabalho assalariado, uma das características do modo de produção capitalista. Pela ótica do capitalismo tardio, defendida por João Manuel Cardoso de Mello e Sérgio Silva, essa economia foi capaz de produzir as condições necessárias para o surgimento do capital industrial: 1) acumulação prévia de capital para investimento no setor; 2) criação de um mercado interno capaz de consumir os produtos industrializados;

3) formação de um mercado de trabalho livre. Dessa maneira, o setor industrial é concebido como parte do *complexo exportador de café*.

Diferentemente daqueles que se alinham às proposições de Dean, há quem veja a relação entre esses dois setores de forma não linear. Nesse sentido, caso haja uma extrema queda ou diminuição no setor de exportação em crise não se refletirá em longo prazo no setor industrial, tendo em vista sua recuperação por intermédio do aumento de proteção ao mercado interno resultante da capacidade de importar. Por sua vez, pela ótica do capitalismo tardio, o capital industrial desenvolveu uma relação contraditória com o cafeeiro. Pois, embora a expansão do primeiro incentive a acumulação do segundo, o capital industrial não se coaduna com as características mercantis do capital cafeeiro que, todavia, se subordina ao capital internacional. Daí a contradição ser dupla, ou seja, dentro da divisão internacional do trabalho, não competia ao Brasil impulsionar o capital industrial, gerando, assim, um desenvolvimento industrial necessariamente limitado.

Por outro lado, o pensamento industrial marcado pela defesa da indústria sempre esteve na vanguarda do estímulo de políticas de Estado em defesa da proteção alfandegária como um dos recursos de maior importância para impulsionar a industrialização do país, assim como a crítica do grau de dependência do Brasil ao mercado externo. Contudo, o pensamento industrial brasileiro não comportou grandes elaborações teóricas, assumiu sobretudo um caráter de ação pragmática, que nem por isso deixa de constituir uma herança ideológica.

No Brasil, a necessidade de uma motivação da indústria começaram a ser defendidas ainda nas primeiras décadas do século XIX, por meio da atuação da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e pelo próprio governo imperial. As primeiras manifestações em favor da indústria datam da época de sua fundação, 19 de outubro de 1827, quando a Sociedade Auxiliadora se instala solenemente. No primeiro pronunciamento, o seu Secretário Inácio Alvares Pinto de Almeida define o seu objetivo, que é essencialmente “cooperar para a felicidade nacional”. Para tanto, está “convencido de que nenhum País floresce, e se felicita sem indústria; por ser ela o móvel principal da prosperidade e da riqueza, tanto pública, quanto particular de uma nação culta e realmente independente” (CARONE: 1978, 16).

Essa manifestação não deixa de ser paradoxal em se tratando de uma sociedade escravocrata, no contexto histórico vigente, que era o de início do processo de autonomia do Brasil, país em que os escravos se constituíam como o grosso da

população e os homens livres, sua minoria; lugar em que as novas instituições políticas e culturais começavam a tomar forma, e o mais significativo, eram tempos de graves definições políticas, que se traduziam em lutas intestinais de facções que culminaram com a queda de D. Pedro I e o início do complexo e conturbado período da Regência⁹⁷.

No longo caminho percorrido pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, o seu principal marco de defesa se voltava para a agricultura⁹⁸, é por isso que, em 1881, Antonio Felício dos Santos funda a Associação Industrial, com claros objetivos de defesa da indústria nacional. A primeira manifestação em defesa da atividade industrial realizada pela Sociedade Auxiliadora, em 1837, teve na pessoa de Raimundo José da C. Matos, ainda que marginalmente, um foco bem claro, o de exportar artigos manufaturados e acumular capitais.⁹⁹

A atuação da Sociedade na segunda metade do século XIX ficou marcada pela defesa de inúmeros temas importantes para o incentivo das atividades industriais, mas o de maior relevância foi os das tarifas alfandegárias: 1844, 1879 e 1897. Os tempos eram outros e os problemas relacionados à indústria se tornaram mais dinâmicos e de maior complexidade. Em 1904 a Sociedade Auxiliadora se funde com o Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de Algodão, e culminou com a fundação do Centro Industrial do Brasil na capital federal.

Os pressupostos de fundação do Centro Industrial do Brasil tinham por finalidade promover o desenvolvimento e fortalecimento dos diversos ramos da indústria nacional. Nessa época o Brasil já contabilizava 2.907 estabelecimentos industriais, que iam desde oficinas de três a 16 operários, como os ramos de: foles, gelo, formas para calçado, instrumentos musicais, maisena, manteiga e queijos e massas alimentícias. Até as grandes tecelagens que reuniam centenas de operários, aliás, um

⁹⁷ A geração da Independência do Brasil sofreu forte influência das ideias europeias, como ficou evidente no modelo da Constituição de 1824, confluência de um modelo constitucional clássico com um aspecto, no mínimo, *sui generis* e único, o Poder Moderador, modelo este que também persistiu no Segundo Reinado. (CARONE: 1978, 17).

⁹⁸ Essa fase, especialmente, é marcada por um debate que vê na “modernização” do campo uma premissa válida para o progresso, em função de “as principais lideranças do *movimento ruralista* em foco não se terem constituído de representantes da grande cafeicultura paulista, mas sim dos que a ela visavam contrapor seu projeto ‘modernizador’, que em muito diferia daquele elaborado pela facção de classe hegemônica, ainda que ambos partilhassem de certos pressupostos básicos. Dentre estes, destacavam-se os parâmetros de uma avaliação semelhante da realidade agrícola do país, pautada pela noção de *crise* e que, por isso mesmo, impunham atitudes e predisposições comuns, destinadas a regenerar e estender o ‘progresso’ ao campo”. (SILVA & SILVA, SZMRECSÁNYI (Orgs): 2002, p. 174).

⁹⁹ Afirma que “Muitos economistas brasileiros entendem que o Brasil deve ser um Estado puramente agrícola! Eu, Senhores, não posso partilhar essas ideias, eu sou de opinião que em vez de diminuirmos, devemos aumentar, proteger e animar muitos ramos da indústria manufatureira (...), e donde se devem exportar artigos que em pequeno volume montem a um grande capital”. (CARONE: 1978, p.47).

dos ramos industriais mais antigos do Brasil. No ramo têxtil, a média era de 285 operários nas de fiação e tecelagem de algodão, nas de juta, 349, lã, 130, aramina 200, linho, 80, e nas de seda empregava, em média, 49 operários¹⁰⁰.

No ano da proclamação da República em 1889, existiam pouco mais de 600 estabelecimentos industriais no Brasil, saltando para 3.258 em 1907. Isso representava um crescimento na ordem de 450% e um capital na casa dos 665.576.663 contos de réis, empregando um contingente de 151.841 operários. No recenseamento industrial de 1920, os números apontam 13.336 unidades fabris no Brasil, em sua grande maioria, eram firmas de propriedade brasileira, todavia, as exceções não devem ser subestimadas, pois figuravam entre as maiores, mais rentáveis e antigas dos primeiros empreendimentos industriais do país, principalmente do setor têxtil e de alimentação.

O estado de São Paulo, em 1907, somava 314 estabelecimentos industriais com um capital estimado em 118:346:000\$ (cento e dezoito contos e trezentos e quarenta e seis mil réis ouro); correspondendo a um número de operários de 22.355 trabalhadores em atividade. No tocante ao valor produção industrial, no mesmo período, as indústrias paulistas atingiram a casa dos 110:754:000\$ contos de réis ouro.¹⁰¹

Entre 1907 e 1920, registra-se um forte crescimento das atividades industriais no Brasil com 10.078 novos estabelecimentos, porém, cabe uma ressalva, alguns autores, como José de Souza Martins e Wilson Suzigan, veem o censo industrial de 1907 e até o de 1920 com alguma desconfiança, argumentando que o crescimento industrial apontado entre os dois censos é falho para uma apreciação mais aprofundada da indústria.. Contudo, tais preocupações não invalidam a constatação de assinalar a vocação de crescimento que essa atividade econômica registrou, entre 1903 e 1914, aliás, mais consensual para alguns pesquisadores da área econômica e sociológica¹⁰².

Por sua vez, esses dados registram o estado de São Paulo com 4.145 estabelecimentos industriais inscritos em 1920, com um montante de capital investido da ordem de 537:817:439.000\$ contos de réis ouro. Enquanto o número de operários, nesse mesmo período, saltava para 83.998 trabalhadores em atividade, gerando um acréscimo de 61.643 novos operários em relação a 1907, representando, portanto, um aumento da mão de obra empregada de 275%, elevando o valor da sua produção

¹⁰⁰ (Diretoria Geral de Estatística, Ministério da Agricultura Indústria e Comércio, Recenseamento do Brasil de 1920: Indústria. Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, Volume V, 1927, p. VIII, IX.).

¹⁰¹ (Idem: Ibidem, Volume V, 1927, p. VIII).

¹⁰² Como defendem Warren Dean (1979) e José de Souza Martins (2004).

industrial para a casa dos 986:110:256.000\$ contos de réis ouro contra 110:754:391, em 1907. São perceptíveis, já na década de 1910, as oportunidades abertas para o empreendedorismo empresarial que irá transformar São Paulo, décadas mais tarde, num dinâmico pólo industrial abrangendo inúmeros ramos da produção industrial.

Para que possamos mensurar os resultados do crescimento da produção fabril de São Paulo nesse curto período, fizemos uma comparação com a soma dos resultados produtivos obtidos, nessa mesma época, pelo Distrito Federal e o Rio de Janeiro, e constatamos que a dinâmica desse crescimento já vinha sendo notada desde 1907; quando a atividade produtiva fluminense atingia o valor de 850:437:169\$000, e a produção paulista chegava aos 986:110:256\$000, abrindo uma diferença de 16% a mais em relação àqueles resultados apresentados pela a economia do estado do Rio de Janeiro e da Capital Federal. Contudo, apesar desse resultado a favor da indústria paulista, o capital empregado na indústria fluminense ainda era superior: 284:648:871\$ contra 129:750:889\$ da indústria paulista¹⁰³. Por sua vez, conforme Wilson Cano:

A expansão industrial em São Paulo, ocorrendo, em sua maior parte, num período (1907-1919) posterior ao período em que é implantada nas regiões do Rio de Janeiro/Guanabara, permitiu que a indústria paulista certamente operasse a níveis melhores de eficiência do que a sua congênere naquela região. Isto se deve: i) as novas inversões se faziam com menores gastos de capital, graças ao problema energético, o que obviamente rebaixava os custos fixos e variáveis; ii) ainda que não houvesse alteração tecnológica de importância, nesse hiato, o simples fato de utilizar máquinas mais novas certamente permitia um melhor rendimento da operação. O terceiro ponto, refere-se à mais rápida evolução da estrutura industrial de São Paulo, no sentido de completar (gradativamente, é claro) os diferentes estratos de tamanhos, com uma abertura maior das pequenas e médias empresas (CANO: 1977, 226).

Essa concentração da indústria em São Paulo pode encontrar um viés de explicação pelo número de circunstâncias favoráveis que aí se reuniam. A principal delas é o progresso geral do estado, motivado pelo desenvolvimento de sua cafeicultura, o que lhe proporcionou riqueza e aumento demográfico. O fluxo de imigrantes para o estado de São Paulo concorrerá com a habilitação técnica do trabalhador europeu, muito superior ao nacional recém-egresso da escravidão ou estado similares (PRADO JÚNIOR: 1963, 266). Estima-se que tenha entrado no estado de São Paulo, pelo Porto de Santos, entre 1870 e 1919, cerca de um milhão setecentos e quarenta imigrantes. Sendo que, para os três maiores grupos, temos 858.776 de origem italiana, 380.496 de origem espanhola, enquanto que a entrada de portugueses foi de 273.063 imigrantes. O

¹⁰³ (Diretoria Geral de Estatística, Ministério da Agricultura Indústria e Comércio, Recenseamento do Brasil de 1920: Indústria. Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, Volume V, 1927, p.VII, VIII).

restante, alemães, austríacos, japoneses e outros somaram 228.901 pessoas que entraram no país (WALKER, BARBOSA: 2000, 24-25).

Outra questão de fundamental importância foi a construção de estradas de ferro em São Paulo, um dos símbolos da Revolução Industrial inglesa do século XIX, ligando zonas produtoras do interior do estado ao litoral, transportando, além do café, algodão, açúcar, sal, couros, aguardente, fumo, cereais, entre outros. Além disso, transportava passageiros, mercadorias e também animais, caracterizando-se, assim, como um meio de transporte genuinamente moderno, ampliando e unificando os mercados:

a economia industrial, nos seus primórdios, descobriu – graças em grande parte à pressão da busca de lucro da acumulação do capital- o que Marx chamou de sua ‘suprema realização’: a estrada de ferro. Em segundo lugar – parcialmente por causa da estrada de ferro, do vapor e do telégrafo, ‘que finalmente representaram os meios de comunicação adequados ao meio de produção’- o espaço geográfico da economia capitalista poderia multiplicar-se repentinamente na medida em que a intensidade das transações comerciais aumentasse. O mundo inteiro tornou-se parte dessa economia. Essa criação de um único mundo expandido é talvez a mais importante manifestação do nosso período (HOBSBAWN: 2009, 65-66).

Em dados de 1914, foi registrado um contínuo crescimento desse meio de transporte no estado: em 1880 havia 1.176 km, em 1900 chega a 3.373, e atinge a marca de 6.137 km, no primeiro ano da guerra, 1914¹⁰⁴. O que possibilitou o encurtamento das distantes regiões produtoras do estado até a cidade de Santos, por onde se exportavam esses produtos para os mercados europeus e norte-americanos.

E, por último, a abundância da energia hidráulica, que contou com forte investimento de capitais externos:

[...] já agora aproveitável sob forma de energia elétrica, nas proximidades justamente dos setores mais povoados do Estado; em particular de sua capital. A primeira usina elétrica paulista (empresa internacional com capitais ingleses, belgas e franceses, e sede em Toronto, Canadá) começa a funcionar em 1901 com um potencial de 8000 HP (PRADO JÚNIOR:1963, 266).

Em 1920, esse potencial deu um salto que indica, de um lado, o rápido processo de urbanização vivido pela cidade de São Paulo, e, do outro, um crescente aumento da sua atividade industrial, a força motriz atinge 100.216 HP¹⁰⁵. Por sua vez, a

¹⁰⁴ Revista de Comércio e Indústria. São Paulo: 20 março, 1915, Ano I, nº 2, p. 41.

¹⁰⁵ Segundo o Recenseamento de 1920: em 1907, a atividade industrial do estado de São Paulo era de 18.301 cavalos-vapor, representava cerca de 16,75% da força total empregada na atividade industrial brasileira. Já em 1920, registra-se um salto significativo para 100.216 HP, representando 27,6% da

indústria foi substituindo o oneroso consumo do carvão importado pela acessível e barata energia elétrica, sobretudo na capital do estado,

A rapidez e a profundidade com que a eletricidade conquistou a indústria de São Paulo foram assombrosas. Em julho de 1904, a companhia contava 169 grandes consumidores de energia, cujos 231 motores elétricos tinham capacidade de 2.060Kw. Os usuários de energia variavam desde os moinhos de farinha de trigo de Francisco Matarazzo (com 28,7% da carga energética industrial da companhia), os cotonifícios da Companhia Industrial de São Paulo e Rodolfo Crespi Cia. Até uma ampla gama de usuários menores, como oficinas de máquinas, processadores de alimentos, usinas de açúcar e usinas de beneficiamento de café. Em março de 1907, a companhia já registrava o fornecimento de 3.767 kw para 257 grandes consumidores com 418 motores (...). Os acionistas originais da *São Paulo Light* tiveram muito com o que se contentar durante os primeiros anos de seu funcionamento. Em 1902, Willian Mackenzie teve condições de relatar aos acionistas que, embora as instalações ainda estivessem em construção, a companhia demonstrava ‘um poder de lucratividade gratificante’ (MAcDOWAL:2000, 136-137).

Os investimentos do capital internacional na geração de energia elétrica eram de fácil recuperação, na medida em que abrangiam outros serviços, como o de transporte de passageiros, por meio da implantação, na cidade de São Paulo, do bonde elétrico. Serviço também operado por meio de concessão pública pela Light and Power Company Ltd¹⁰⁶. Os bondes elétricos da Light, além de terem se transformado na mais importante fonte de lucro da empresa nos primeiros anos de sua atividade na cidade de São Paulo, foram, desde o início do século xx, fatores decisivos para a reordenação espacial da continua expansão da cidade. Foram, também, fundamentais na incorporação e valorização de novas áreas urbanas e na crescente especulação imobiliária (LORENZO: 1998, 165).

Essa empresa, assim como as demais empresas estrangeiras, procurava atuar em vários segmentos da economia do país por iniciativa do capital estrangeiro. Em seu conjunto, as atividades dessas empresas propiciavam vantagens manifestas, a médio e longo prazo, em condições de lucros excepcionais. Além disso, a constituição de

potência motriz aplicada na indústria nacional. Além disso, o recenseamento já apontava São Paulo como estado de maior atividade industrial no Brasil. (Diretoria Geral de Estatísticas, 1927, *Op. cit.* p. LXXXVI, LXXXVII).

¹⁰⁶ Em 08 de Maio de 1900, a imprensa da capital assim noticiava a inauguração da primeira linha de bonde da cidade: “Ao logo de todo o trajeto, registrou a edição do *O Estado de São Paulo* do dia seguinte, “juntou-se uma enorme multidão, aplaudindo e dando ‘vivas’ a companhia, enquanto os veículos passavam lotados”. *O Correio Paulistano* cuidou de dar enfoque mais amplo à inauguração, observando que fora “um acontecimento da mais alta, aqueles que assinalam uma série de grandes melhorias, que a poderosa companhia está para introduzir por aqui. A inauguração assumiu proporções de um grande evento e, de forma extraordinária, agitou a vida da capital. A população em massa acorreu ansiosa para lugares de onde pudesse apreciar aquele sinal de progresso há tempos desejado” (MAcDOWAL: 2000, 27).

monopólios para exploração de atividades econômicas era uma questão estratégica para essas empresas (IDEM: Ibidem, 165).

Via de regra, o crescimento industrial brasileiro permaneceu vinculado às condições impostas pelo jogo de dependência de suas exportações controladas pelo capital internacional, pois “A sua sorte estará indissolúvelmente ligada e estreitamente subordinada às vicissitudes de um fator inteiramente estranho a ela e sobre que não tem a mais remota ação: o comércio exterior e a balança de contas internacionais do país” (PRADO JÚNIOR: 1963, 271)

Dessa forma, os elos de dependência econômica externa limitaram o desenvolvimento industrial brasileiro, mas capitalista dependente. A industrialização não apareceu como um “movimento novo” que pôs em causa no longo prazo um modo de produção pré-capitalista, mas como uma transferência das bases técnicas da relação do capitalismo dependente com o capitalismo dominante, transferência perfeitamente assimilável no sistema e que reproduziu a própria relação de dependência. Ora, o desenvolvimento industrial pode ser possível mesmo no quadro de uma relação com a metrópole, entretanto, o que não pode deixar de ser ressaltado são os limites de um desenvolvimento industrial que parta dessas bases (DAWBOR: 1982, 127).

2.2. O Pensamento Industrialista

Nosso objetivo neste segundo tópico é mostrar alguns elementos que nortearam o pensamento industrialista, ressaltando algumas contradições nas disputas ideológicas entre os industrialistas, de um lado, o Estado e as oligarquias agrárias do outro. Diferenças que não se materializaram em conflitos irremediáveis, mas que obedeciam às próprias regras nas quais o desenvolvimento industrial brasileiro se viu inserido. Um traço essencial da forma de industrialização do Brasil parece ter sido o fato de ela aparecer como uma atividade relativamente encadeada às atividades agroexportadoras dominantes.

A transformação econômica que São Paulo experimentou nos primeiros trinta anos do século XX revela as oportunidades abertas às suas elites dominantes, de fomentar e atrair negócios com a perspectiva de novas possibilidades de reproduzir seus capitais. Assim, a prosperidade das atividades industriais dependia do desenvolvimento das iniciativas do setor primário e a manutenção da divisão internacional capitalista do

trabalho mostrou-se um elemento determinante. Em última análise, em sintonia com a própria evolução econômica do país.

Prevaleceram desse modo, as regras de inserção do Brasil no mercado mundial como fornecedor de artigos tropicais. Logo, os parâmetros de decisões que norteavam as linhas gerais da economia vigente obedeceram a matrizes de decisões hegemônicas apoiadas em grupos majoritários de estreitas ligações com as oligarquias estaduais¹⁰⁷. Além disso, estavam pouco inclinados ao reconhecimento específico do conteúdo prático contido nas ideias dos apologistas da industrialização¹⁰⁸, embora tivessem tido, em alguns momentos, posições relativamente favoráveis ao reconhecimento dos esforços industrialistas em reivindicar taxas de câmbio mais favoráveis ao fomento industrial.

Apesar de apontar um formidável crescimento da atividade industrial, nas primeiras décadas do século XX, a industrialização não conseguiu reunir forças o suficiente para alterar as estruturas socioeconômicas do país na medida em que a abolição da escravidão e a Proclamação da República não foram suficientes para impor mudanças mais profundas do papel econômico do Brasil na divisão mundial do trabalho. Isso porque os grupos que controlavam o aparelho de Estado não partilhavam do ideário defendido pelos industrialistas que visavam, apoiados na adoção de uma estrutura estimuladora para o incremento da indústria, o desenvolvimento econômico do país.

Roberto Simonsen, na luta em defesa da industrialização no Brasil e como representante dela, defendeu uma posição de equilíbrio entre o setor agrário e o industrial, em 1928, em discurso que traçou a orientação a ser seguida pelo Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, que fundava naquela ocasião, observou que: “Se é

¹⁰⁷ Quando os próprios fazendeiros não estavam diretamente na hegemonia do poder de Estado: “Não foi por acaso que o famoso *funding loan*, elaborado pelos banqueiros de Londres, tenha sido assinado pelo governo de Campos Sales e sua preparação se tenha dado no governo anterior, de Prudente de Moraes, tendo como Ministro da Fazenda Bernardino de Campos, ou seja, representantes típicos da lavoura cafeeira. (...) lembrando que ‘Campos Sales era fazendeiro, casado com herdeira de fazenda, filho e neto de fazendeiros de Campinas’ (LIMA: 1976, p.91).

¹⁰⁸ Num libelo em defesa da nascente indústria nacional, com uma série de medidas protecionistas, Sarzedelo Correia, em 1903, já com um currículo vasto de homem de Estado, defendia a redução das remessas de lucros para o exterior, proteção tarifária às indústrias nacionais nascentes, nacionalização da mineração, abolição dos impostos interestaduais, melhoria do sistema de transporte. Dentre outros, cita a política de nações mais desenvolvidas industrialmente: “Escutai Robert Peel, no parlamento: ‘o ferro e o carvão são os nervos da indústria e nos dão vantagens sobre todos os povos nas lutas da indústria manufatureira’; e adiante: ‘o livre câmbio foi para a Inglaterra uma reforma inspirada no interesse nacional’”, (...) é a Inglaterra mesma, diante do progresso industrial dos Estados Unidos e da Alemanha, que lhe disputam mercados por toda a parte, quem agita modernamente pela palavra de Chamberlain a necessidade de uma política comercial de defesa para a sua produção” (CORREIA: 1980, p. 137).

certo que a estrutura econômica do Brasil deve repousar na cultura da terra, não é menos certo que, no estágio atual da civilização, a independência econômica de uma grande nação, seu prestígio e sua atuação política como povo independente no conserto das nações só podem ser tomadas na consideração devida, possuindo este país um parque industrial eficiente, na altura do seu desenvolvimento agrícola” (LIMA: 1976, 164).

Conforme Nícia Vilela Luz (1975), a indústria apresentava os clássicos argumentos de inspiração nacionalista, ou seja, defesa do trabalho nacional e da independência econômica do país. É possível distinguir no movimento a favor da industrialização do Brasil, durante a primeira República, três momentos distintos: 1) a do industrialismo da primeira década republicana, industrialismo cuja vigência seria posta em questionamento direto por setores políticos identificados com a cafeicultura, principalmente a partir de 1898 (com a queda do preço do café¹⁰⁹ e a grave crise financeira que enfrentava o país, a ofensiva protecionista do começo do século não alcançaria o ano de 1907); 2) com o abandono do projeto *cambial* do deputado federal João Luis Alves (eminente jurista da República), que reunia uma série de medidas protecionistas em prol do emergente setor industrial; 3) e, finalmente, a fase de consolidação em que a indústria, já contando com uma defesa mais ampla na cena política republicana, vai defender suas conquistas contra esses adversários que a acusavam de ser responsável pelo crescente custo de vida que o país sofria, acirrando a luta ideológica entre os oligarcas e industrialistas:

Os setores alinhados com a defesa da agricultura encontraram no Ministro da Fazenda, Leopoldo Bulhões, um convicto opositor e crítico do projeto de João Luis Alves, como também do ideário industrial: Condenava-o em nome do fisco, pois, elevando quase todas as razões da tarifa, a nova pauta iria desfalcar o imposto de 1½ % ouro, criado para fazer face às obras do porto do Rio de Janeiro. Ferindo tão múltiplos e fortes interesses, pouca esperança havia para que o projeto Luis Alves fosse votado pelo Congresso. Prejudicado por uma esmagadora avalanche de emendas, permaneceu encalhado na Câmara, de 1904 a 1907. Todos os esforços de Américo Werneck, tentando colocar uma ordem nas emendas e traçar uma diretriz para a política protecionista brasileira, foram inúteis (LUZ: 1975, 135)¹¹⁰.

¹⁰⁹ Nas duas últimas décadas do século XIX e começo do século XX, a expansão da lavoura cafeeira subiu cerca 550%. No estado de São Paulo, o plantio saltou de 105 milhões para 685 milhões de novos pés de café, gerando um perigoso precedente de superprodução no setor. Assim, a adoção de novas políticas de valorização temporária do café, por parte dos estados cafeeiros, e contando com o apoio do governo federal em 1906, 1917 e 1921, e do programa de proteção iniciado em 1922, visava a estocar e reter grandes volumes de sacas de café a fim de sustentar seus preços no mercado mundial (GORENDER: 1981, 35); (CANO: 2011, 213); (PRADO JR.: 1963, 235).

¹¹⁰ Por outro lado, esses setores identificados com a defesa da cafeicultura relativizavam suas posições políticas afirmando que “A lavoura nunca fora propriamente contrária ao desenvolvimento industrial do país, preferindo, contudo, que ele se processasse lentamente para que não viesse agravar os problemas de falta de capitais e mão de obra que afetavam as atividades agrícolas. Era, além disso, particularmente contrária a uma política protecionista que prejudicasse o consumidor” (LUZ: 1975, p.61).

Apesar de o setor industrial tentar constituir os fundamentos de uma ideologia apoiada na defesa dos interesses nacionais, na qualidade de exportador de gêneros agrícolas, o Brasil se inscreverá na ordem do capitalismo mundial como parte integrante e articulada deste, não havendo, portanto, margens de manobra ao exercício para grandes excedentes de capitais dos setores eminentemente industriais. Logo, as contradições da exploração do capitalismo tomam assim um caráter muito mais intenso e extremo, pois entre outros efeitos presentes estão a deficiência e a lentidão da acumulação capitalista brasileira, essencialmente débil. O exemplo máximo disso se observa no papel que o imperialismo tem representado no sentido de manter a economia brasileira na condição primária de fornecedora de gêneros tropicais ao comércio internacional (PRADO JÚNIOR: 1963, 285). Em 1904 foi criado o Centro Industrial Brasileiro (CIB), resultado da fusão da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e do Centro das Indústrias de Fiação e Tecelagem (BIANCHI: 2001, 34).

Com isso, houve efetivamente um avanço na tomada de posição do empresariado industrial, pois, ainda em formação, pela primeira vez, começou a expressar as suas reivindicações de forma mais organizada. Com o surgimento de uma primeira geração de empresários ligados à indústria, defensores de um discurso unificado em defesa do industrialismo, Carone mostra que as suas formulações se limitavam a certo pragmatismo que mais se ajustavam aos problemas momentâneos e concretos que surgiam na luta pela industrialização. Dessa primeira geração, formada no interior de organismos com sede ainda no Rio de Janeiro, figuram: Sezedelo Correia, Amaro Cavalcanti, Jorge Street, Vasco Cunha, Leite e Oiticica, Américo Werneck, Veira Souto, entre outros (HARDMAN, LEONARDI: 1991, 81).

Todavia, há um intenso debate que envolve essa primeira geração com claros propósitos de proteção do mercado nacional contra a “concorrência desleal” dos produtos importados¹¹¹. O industrial Jorge Street expressou com veemência essa posição quando atacou a política de câmbio livre e a do livre comércio, e, como representante do Centro Industrial do Brasil, afirmou que

O sistema livre-cambista está moribundo no mundo inteiro e a estupenda progressão econômica da América do Norte, da Alemanha, da Rússia e da Itália, devida unicamente ao apoio e proteção à *outrance* dada por essas nações às suas indústrias, tornou indiscutível a vitória do

¹¹¹ Edgar Carone anota, no entanto, que esse pragmatismo ideológico da classe produtora também era uma forma de expressão *teórica*, pois buscava valorizar questões de suma importância em defesa da indústria, como, por exemplo, o problema tarifário (CARONE, 1977, 162).

protecionismo. (...) Não é possível que um país novo, como o Brasil, cheio de vida e de recursos inexplorados, continue premido em moldes arcaicos, sacrificando a teorias varridas há muito tempo de todos os países, que tem a noção clara dos seus interesses, e colocam acima de tudo a desenvolvimento de suas indústrias e a garantia de sua independência econômica (Apud CARONE: 1978, 162-227)¹¹².

Apesar de o pensamento industrialista ter se fortalecido no debate acerca da necessidade de o país se modernizar industrialmente, desde o último quartel do século XIX, influentes setores dentro do governo advogavam o *mito fisiocrata* de que o Brasil tem no setor agrário sua “vocação” natural. Além disso, acusavam os industrialistas de serem os responsáveis pela carestia e pela baixa qualidade dos produtos manufaturados provenientes da indústria nacional. Isso em parte pode ser explicado pelo elevado custo da matéria-prima¹¹³ importada pela indústria nacional, como mostra o Censo Industrial de 1º de Setembro de 1920:

A verba destinada à aquisição da *matéria-prima* representa, em geral, mais de 50% de todas as despesas feitas nas fábricas. Em números proporcionais, os gastos atingem coeficiente máximo nas indústrias de alimentação (80,6%) e o coeficiente mínimo as despesas realizadas nas indústrias da produção e transmissão de forças físicas (9,5%). Seguem-se, na ordem decrescente dos respectivos valores, as despesas relativas ao pagamento de salários e ordenados e outras de menor importância. Excluídas as indústrias produtoras e transmissoras de forças físicas, verificam-se as maiores despesas com os salários e ordenados justamente nas explorações indústrias em que são menores as porcentagens concernentes à matéria prima importada, como, por exemplo, nas indústrias cerâmicas, onde o coeficiente dos gastos baixa para 21,7%.¹¹⁴

Por meio desses dados, podemos inferir que o setor industrial mais sensível que podia exercer pressão nos preços de gêneros de primeira necessidade era aquele ligado ao ramo alimentício, no qual o custo chegava aos 80% da cadeia produtiva do setor. Outro importante fator que figurava no preço final das mercadorias era a energia. Em 1907, a energia térmica representava 73% da geração de energia dirigida à indústria brasileira, apesar do crescimento registrado na produção e desenvolvimento da

¹¹² Há um longo debate encaminhado pelo Centro Industrial do Brasil condenando a liberdade do câmbio como uma medida de fundamental importância para o desenvolvimento industrial e dos interesses do Brasil. São flagrantes, nesse debate, os ataques sofridos pelos defensores do controle cambial, àqueles ligados a exportação de artigos tropicais, contra o anteprojeto do Deputado João Luis Alves. O também empresário Vieira Souto, dessa primeira geração, assumiu a sua defesa com entusiasmo, contudo, como já foi mencionado aqui, o projeto foi desfigurado e, posteriormente (1907), deixado de lado (IDEM: Ibidem, 309).

¹¹³ Não era descabida a defesa do setor industrial de taxas de câmbios mais baixas, ante a necessidade de insumos para a indústria, o seu preço final não era competitivo se comparado com os similares vindos de fora, um dilema que a indústria nacional viria a enfrentar em diversas etapas ao longo de seu desenvolvimento econômico.

¹¹⁴ Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Diretoria Geral de Estatística, Recenseamento do Brasil de 1920: Indústria. Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, Volume V, 1927, p. CXV.

capacidade da energia termelétrica, que saltou de 52kw de capacidade em 1883, e por volta de 1890 chegara a 5030kw de capacidade térmica e hidráulica, atingindo o importante patamar 12.085kw no ano de 1900 (McDOWALL: 2008, 35).

Apesar das dificuldades encontradas pelos industrialistas na luta pela industrialização do país, fazendo do Congresso Nacional um importante aporte para disseminar suas posições políticas e econômicas, o setor industrial também reconhecerá a contribuição de seus adversários quando “defendem-se cuidadosamente de serem contrários à proteção às nossas indústrias, declarando apenas querer fazer entre elas uma seleção e opondo-se a exagerada proteção, que reputam de nocivas consequências” (MORAES FILHO: 1980, 129).

O industrial Jorge Street procurava defender a conciliação dos interesses da indústria com os do Tesouro Nacional, argumentando que, diferentemente daquilo que é defendido pelos partidários do livre cambismo, as taxas de câmbio mais altas não são as vilãs da redução de arrecadações de receitas das importações. Assim, segundo Street, “se o aumento geral da tarifa fosse tal que dele resultasse a quase cessação da importação estrangeira, a renda alfandegária baixaria de forma correspondente. Não é, porém, isto que tem se dado entre nós” (IDEM: Ibidem, 130).

Continua sua linha de raciocínio argumentando que, até 1895, havia um marco de proteção nas tarifas praticadas nas importações, com o sistema dos adicionais compensatórios, tendo como finalidade contrabalançar a baixa do câmbio, entretanto, a partir de 1896, esses adicionais foram incorporados às taxas tarifárias, elevando-as substancialmente e dificultando a vida da indústria nacional. Por sua vez, a reafirmação da necessidade de uma política protecionista à indústria por causa das constantes oscilações cambiais, que afetavam o valor da matéria-prima importada, encontrou nas indústrias de cerâmica um caso à parte, em virtude de a predominância da matéria-prima ser de origem local, diferenciando-as dos demais setores:

Realmente nenhuma indústria pode ser mais genuinamente nacional, desde que a natureza dotou o nosso solo de tão apropriada riqueza mineral. Estes artefatos são de necessidade imediata na vida humana e a sua fabricação constitui um movimento natural da indústria local (...) sem impostos nem direitos de alfândega, as isenções de direitos, que atingiram os maiores abusos nos últimos tempos, perturbaram-lhe os mercados e acabaram por aniquilá-la (CARONE:1978, 86)¹¹⁵.

¹¹⁵ Em 1907 o Centro Industrial do Brasil saiu na defesa da indústria de cerâmica, sobretudo a que se ocupava de material de construção e redes de esgoto. Havia uma crítica aos decretos 947^a, de 890, do artigo 7º da lei nº 25, de 30 de dezembro de 1891 e do art. 433 da Consolidação das Leis das Alfândegas (1898), quando o governo autorizou importação estrangeira “sem impostos ou direitos alfandegários”; prejudicando os similares nacionais com a importação desses produtos (CARONE: 1978, p. 86).

Na também linha de atuação política da Associação Industrial do Brasil, dirigida por Antonio Felício dos Santos, fica claro no Manifesto da Associação, em 1881, o clamor dos industriais brasileiros na defesa do mercado nacional ante a concorrência das mercadorias inglesas, reclamando do governo medidas que protegessem os interesses nacionais da indústria: “enquanto o Brasil não se reger pelo sistema protetor, a Inglaterra continuará a explorar-nos como consumidores”. Nessa mesma ocasião, o *Jornal do Commercio* publicava o parecer de seu correspondente inglês no Rio de Janeiro que, com muita naturalidade e ironia, expressava sua aprovação a respeito da política adotada pelo governo brasileiro que beneficiava os produtos ingleses, “Nada sabemos da política interna do Sr. Saraiva, mas não podemos deixar de aplaudí-lo com entusiasmo depois da sua declaração de anti-protetionista”.

Como se vê, há um claro delineamento dos interesses do crescente setor industrial brasileiro na defesa de um mercado de consumo que viesse a estimular a indústria nacional, em que “*A produção para o consumo, ao menos, é uma noção de economia elementar*” (IDEM, *Ibidem*: 22-23). Essa também será a posição política do Centro Industrial do Brasil contra medidas governamentais que viessem a prejudicar o lento processo de consolidação dos mais diversos ramos da indústria nacional. Essa posição caracteriza o papel de destaque que essa entidade assegurava para si nessa primeira fase da luta pela defesa da industrialização do país, denunciando a ilegalidade de inúmeros produtos estrangeiros que entravam no Brasil de forma irregular, além de lutar por uma taxa de câmbio correspondente aos interesses da indústria nacional. Desse modo, a primeira geração de industrialistas tornaram-se protagonistas de uma atuação marcada pelo pragmatismo exigido pelo momento (IDEM, *Ibidem*, 81).

A segunda geração surge a partir de 1920, tendo à frente Roberto Simonsen, O. Pupo Nogueira, Carmello D’Agostini, Euvaldo Lodi, João Daudt d’Oliveira, entre outros. Orienta-se para os problemas mais gerais, buscando teorizar e proporcionar uma maior dimensão às suas reivindicações como patronato industrial, procurando até lutar a favor de um planejamento da economia, aspecto que marcará sua atuação durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Na mesma proporção do crescimento da atividade industrial no país, principalmente no sudeste do país, novos segmentos de representação patronal se constituíram, apesar de suas limitações, como aponta Marisa Saens Leme:

A organização das outras entidades industriais, na década de 1920, encontra-se, ainda, em seu estágio mais primitivo, pelo fato de se

constituírem em associações civis dos empresários de um mesmo setor fabril, que se limitam, geograficamente, apenas a um único município, ou no máximo, a um único Estado. Afora o Centro industrial do Brasil, existem, em 1919, as seguintes entidades industriais: Centro Industrial Cearense, em Fortaleza; Centro Industrial do Brasil, Associação dos Engenheiros e Industriais, Associação de Classe dos Ourives Fabricantes do Rio, Associação dos Cervejeiros de Alta Fermentação, Centro do Comércio e Indústria do Rio de Janeiro, Centro dos Comerciantes e Industriais em Materiais de Construção, Centro da Indústria de Calçados e Comércio de Couros, Centro dos Industriais em Mercarias, e Sociedade União dos Laticínios de Minas e do Rio de Janeiro, do Distrito Federal; Centro Industrial em Belém do Pará; Centro dos Industriais de Herva Mate, e Centro dos Industriais em Madeira, em Curitiba, Sociedade Beneficente dos Proprietários de Padaria, em Recife; Associação dos Proprietários de Padaria, em Santos; União dos Proprietários de Padaria, em São Paulo; e Centro Industrial do Algodão, em Salvador (LEME: 1978, 10).

No transcorrer da década de 1920, novas representações patronais vão aparecer, visando à defesa dos seus interesses econômicos mais imediatos em relação ao comércio importador, tendo como base as disputas de posições do setor industrial e comercial agrupados na Associação Comercial de São Paulo até maio de 1928. Por conseguinte, “A crise de 1924-1925 provoca difícil situação para a indústria (...) o mercado nacional começa a ser inundado por tecidos estrangeiros, sobretudo ingleses. O apelo dos fabricantes no sentido do aumento tarifário é constante. Em janeiro de 1928, com a eleição para a diretoria da entidade, esboça-se a cisão” (IDEM: Ibidem, 16).

A burguesia era, assim, às portas da Revolução de 1930, um setor social com um peso na economia muito inferior ao setor agroexportador. Possuía, entretanto, uma dimensão que lhe possibilitava expressar seus interesses na esfera governamental. Fundaram inúmeros centros regionais durante os anos de 1920 e afirmou-se uma liderança empresarial, cujas figuras que mais se distinguiram foram Roberto Simonsen, em São Paulo, e Euvaldo Lodi e Vicente Galliez, no Rio de Janeiro. Assim, além de uma força que objetivamente marcava sua presença na realidade nacional, os industriais construíram maior coesão na defesa dos seus interesses, organizando suas demandas em entidades de classe recém-fundadas (BIANCHI: 2001, 35).

Todavia, como resposta às entidades de classe do operariado grevista, efetivamente mais organizado, com 368 entidades espalhadas pelo território nacional, o empresariado medirá forças impulsionando a abertura de novas entidades de representação industrial, como também para lidar com inúmeras associações proletárias (LEME: 1978,10-11).

2.3. O Capital do Imigrante nas Origens da Indústria

Nesta seção mostraremos a importância no debate historiográfico do tema, elementos que corroborem a tese da influência dos capitais externos de origem imigrante no processo de industrialização do Brasil, sobretudo de São Paulo.

Jorge Street, representante do Centro Industrial do Brasil, em carta endereçada ao então Deputado Homero Batista, dentro do seu estilo contido e firme, expressa notória indignação em relação aos recorrentes privilégios concedidos pelo governo brasileiro aos negócios vinculados ao capital estrangeiro: “as isenções de imposto, devéis, portanto, reconhecer, não têm aproveitado aos industriais que trabalharam, com capitais brasileiros, em terra brasileira”¹¹⁶.

Seja qual for o grau de destaque do capital internacional na economia brasileira, certos membros da burguesia local se estabeleceram de tal maneira no processo industrial que daí não poderão ser retirados. Alguns até mesmo aspiram a pertencer, como legítimos membros, a uma classe empresarial internacional.

Embora grandes grupos estrangeiros tenham se estabelecido no Brasil antes da maior parte das subsidiárias industriais, as primeiras empresas fundadas em larga escala eram, sobretudo, de propriedade local. Apesar de o capital britânico ter sido o primeiro capital estrangeiro que chegou ao Brasil, ele não se aplicou no desenvolvimento industrial, todavia, seria exagero concluir que era hostil à manufatura local (QUEIROZ, EVANS: 1977, 8). Na historiografia do processo de industrialização brasileiro são bem conhecidas as relações bancárias do Conde Francisco Matarazzo com o capital inglês, como o Bank of London & South American Limited, o então London e Brazilian Bank, por meio do qual obteve um crédito de 60 contos de réis para compra de farinha de trigo americana no último decênio do século XIX (MARTINS: 1973, 29).

Prosseguindo em seu empreendedorismo empresarial, Matarazzo estudou a possibilidade de abrir o seu próprio negócio na moagem de trigo, aproveitando-se da momentânea conjuntura provocada pela guerra de independência hispano-americana de 1898, que terminou com a anexação das Filipinas e Porto Rico pelos Estados Unidos. Esse episódio afetou diretamente o abastecimento de trigo americano ao mercado local;

¹¹⁶ O ilustre industrial, para precisar os termos de sua carta, enumera as empresas beneficiárias da isenção de impostos com dados da alfândega da Capital Federal, algumas até concessionárias de serviços públicos: Leopodina Rallway Company Ltd, com 1.249:147\$200, Societé Anonyme Du Gas, com 1.040:228\$010, The Rio de Janeiro Tramway Light and Power Copany Ltd, com 878:685\$910, à The Rio de Janeiro City Improviments Company Ltd, com 629:338:500, ao Lloyd Brasileiro (M. Buarque e & C.), com 434:941:590. E as mais gordas isenções das listas dos particulares, couberam aos Srs. C.H. Walker & C., com 800:537\$, e ao Sr. Dr. João Teixeira Soares, com 151:992\$000”. (MORAIS FILHO: 1980, p. 202-203).

Matarazzo adquire novamente uma linha de crédito com o London e Brazilian Bank, só que dessa vez para construir o seu próprio moinho de farinha, tido à época como um investimento de alto risco. Em 1899, segundo Martins (IDEM, Ibidem, 31), o próprio industrial viajara para a Inglaterra com o objetivo de adquirir os equipamentos do moinho na cidade industrial de Manchester, fornecido pela casa Henry Simon. O moinho foi inaugurado a 15 de março de 1900, no bairro do Brás; um ano mais tarde, adquire equipamento novo e idêntico ao primeiro com vistas à ampliação do negócio.

A entrada no ramo da moagem do trigo, que incentivou o empresário a entrar em outras atividades na esfera industrial da empresa, a partir de setores já existentes, ainda no começo do século XX, ampliou a seção de sacaria, que foi transformada em tecelagem (Tecelagem de Algodão Mariângela), visando produzir não só embalagens, mas também tecidos para vestuário. Sua oficina mecânica transformou-se numa seção do ramo metalúrgico, que, logo depois, ganhou o nome de Metalúrgica Matarazzo e, com toda aparelhagem importada, começou a extrair óleo de caroço do algodão. Contudo, essa atuação diversificada de suas atividades no ramo industrial não o fez desistir daquelas do ramo comercial, a exemplo da importação por atacado de secos e molhados¹¹⁷.

O industrial Matarazzo ilustra bem o comportamento de uma gama de imigrantes que no período migratório, 1870-1930, chegaram ao Brasil com pequena soma de capital e, embora não possuíssem somas avantajadas, aproveitaram-se das oportunidades econômicas abertas pelas necessidades de um crescente mercado de consumo para multiplicarem incessantemente as suas riquezas, chegando a formar verdadeiros impérios industriais, a exemplo do próprio Conde Matarazzo ou mesmo do grupo Votorantim, fundado pelo imigrante português Pereira Inácio, que chegou ao Brasil em 1884, morando inicialmente em Sorocaba.

De Sorocaba transferiu-se para a cidade de São Manuel, onde montou o seu primeiro negócio, uma sapataria. Em Botucatu, seu terceiro domicílio, abriu um armazém de secos e molhados. Mais tarde, na cidade de Boituva, dá início às suas atividades industriais, descaroçando algodão e fabricando óleo. Ao lado dos descaroçadores, instalou uma serraria, associando-se ao comendador João Reinaldo de Faria, dando início ao que viria a ser um dos maiores grupos empresariais do país. Já em

¹¹⁷ Nessa mesma época, Matarazzo viria a participar junto com outros acionistas da fundação, em maio de 1900, do Banco Commerciale Italiano di São Paulo que tinha um capital de 2.000:000\$000 (dois mil contos, divididos em dez mil ações. Cinco anos mais tarde, novo empreendimento bancário é aberto, o Banco Italiano del Brasile, com um capital na ordem dos 2.500:000\$000 (MARTINS: 1973, p. 30-33).

1918, o Banco União, proprietário da Votorantim, entrou em processo de falência. Foi quando Pereira Inácio empreendeu uma sociedade com o também imigrante Nicolau Scarpa. Adquiriu e orientou a ampliação e diversificação da produção, incluindo cimento, cal, siderurgia e refratários (MICELI: 1992, 27).

Outro imigrante que chegou ao Brasil em 1889 e ingressou no ramo da indústria com economias trazidas de fora foi o judeu lituano Maurício Klabin. Fugindo das perseguições do czar Alexandre III, e com alguns recursos trazidos da Europa do Leste, pois já atuava no setor de comércio, a família Klabin-Lafer (era comum nessa época trocar de nome para confundir os perseguidores) iniciou a sua saga empresarial dedicando-se ao comércio importador de material de escritório e papelaria. Mas, a partir em 1909, a família que contava, além de Maurício, com os irmãos Salomão e Hessel – e o primo cunhado Miguel (Lafer), abriu a Companhia Fabricadora de Papel, em São Paulo. O grupo Klabin também veio a se transformar, mais tarde, numa potência do setor fabril de papel e celulose (IDEM: Ibidem, 25).

Nessa mesma condição, mas em proporções menores, estão outros membros da seleta classe de imigrantes que se transformaram em proeminentes industriais. Com base numa pesquisa realizada sobre as origens étnicas dos empresários paulistas no processo de industrialização brasileiro, realizada pelo economista Bresser Pereira, na primeira metade dos anos de 1960, foi constatado que:

[...] apenas 15,7% dos empresários são de origem brasileira; 23,5% são brasileiros, mas filhos de imigrantes; 11%,3% são brasileiros, mas netos de imigrantes; e, como já vimos, 49,5% - praticamente a metade - são eles mesmos imigrantes. Temos, portanto, 84%,3% dos empresários paulistas que lançaram o desenvolvimento industrial são ou imigrantes ou de origem estrangeira.¹¹⁸

Pode parecer exagerada a participação do componente imigrante na “modernização” da sociedade brasileira, contudo, a entrada desse setor na abertura ou na aquisição de firmas por meio das sociedades anônimas foi significativa; os irmãos Alfried e Theodor Weiszflog também foram um caso típico, alemães de nascença, chegaram ao Brasil em 1904 e se juntaram ao caçula Walter. Descendiam de uma família centenária que atuava no ramo do comércio de charutos. Aqui, envolveram-se com atividades do setor gráfico e livreiro, inicialmente a M.L. Bühnaeds. Não demorou muito para que seus negócios se ampliassem num mercado em franca expansão, como o de São Paulo, em permanente contato com a Alemanha na busca de aperfeiçoamento e

¹¹⁸ PEREIRA, Luis Carlos Bresser. *Origens Étnicas e Sociais dos Empresários Paulistas*, Revista de Administração de Empresas (RAE), vol. 4, nº11, junho de 1964, p. 93.

apoio técnico. Em 1920, já senhores do seu próprio negócio, fundiram-se com a empresa que lhes fornecia papel, a Melhoramentos – “aumentando a verticalização da produção e ampliando sua atuação no mercado livreiro” (MICELI: 1992, 33).

Na década de 1920, sua produção editorial já atingia perto de meio milhão de exemplares, com destaque para livros didáticos e pedagógicos, chegando a 1928 com mais de 248 títulos no mercado editorial. Além disso, ampliou sua atuação com a produção de papel higiênico, produto que até então era importado (IDEM: Ibidem, 33).

A Companhia Antarctica teve uma trajetória semelhante, fundada em 1891 pelo conde Asdrubal do Nascimento, proprietário do conservador *Correio Paulistano* e co-fundador de vários empreendimentos, como o Banco União, a Fábrica Votorantim, a Cia. Vidraria Santa Marina, dentre outros. A empresa foi adquirida por meio de uma sociedade entre o seu tesoureiro Adam Ditrik Von Bülow e Antonio Zerrenner, membro do primeiro conselho fiscal da Antarctica, depois de entrar em dificuldades financeiras. Mais tarde, em 1904, a elogiada Bavária acabaria sendo adquirida pela Antarctica, “constituindo assim uma espécie de núcleo original da nova empresa, que entraria, a partir daí, num período de consolidação e diversificação, marcado pelo início da fabricação de bebidas não alcoólicas”, em 1909. Além de um plano de expandir a marca para outras cidades do interior do estado de São Paulo, a começar pela cidade de Ribeirão Preto – onde uma filial é fundada no ano de 1911 (MICELI: 1992,37).

As fortunas cresciam com as cidades. Os Guinle, por exemplo, que encontraram em São Paulo campo livre para seus primeiros empreendimentos, começaram atuando no comércio de tecidos, compraram as docas de Santos em 1897, modernizando os armazéns e munindo-os de guindastes. Associando-se com empresas britânicas e norte-americanas, organizaram, em 1909, a Companhia Brasileira de Energia Elétrica, no Rio de Janeiro. A atuação do segmento imigrante nas duas primeiras décadas do século XX na economia brasileira é digna de nota, pois a maioria dos chamados “capitães da indústria” constituía-se de imigrantes que nunca precisaram exercer nenhuma função na lavoura ou mesmo na fábrica. Deviam sua fortuna inicial à sua atuação no comércio, principalmente de importação: “Irmãos Jafet, Conde Crespi, Jorge Street, Nicolau Scarpa (tecelagens), Conde Alexandre Siciliano (banco e fábrica de máquinas agrícolas), Pierre Duchen (biscoitos), a família Gamba (moinhos de farinha de trigo) Ramenzoni (chapéus), Klabin (papel), em São Paulo; o português Domingos Alves Bebiani (ligado à Companhia América Fabril de tecidos), o inglês Walter E. Clarkson (da Cia. Henry Rogers, fabricante de tecidos e máquinas têxteis), no Rio de

Janeiro; o inglês Edward W. Wysard (tecelagens), na Bahia; o sueco Hermann Lundgren (fábricas do setor têxtil e redes de lojas: Casas Paulistas e as futuras Casas Pernambucanas)”¹¹⁹.

Em Santa Catarina, o alemão Hering se destacou no ramo de tecelagem. O grupo Hering, apesar das crises que o setor têxtil sofreu com a concorrência internacional, se mantém dinâmico até os dias atuais. Por outro lado, os dados que levantaram outros pesquisadores de reconhecida importância acadêmica sobre a participação dos capitais estrangeiros na industrialização Brasil, nas primeiras décadas do século XX, revelam que,

No período que vai dos anos de 1880 à virada do século, quando a industrialização brasileira teve o seu primeiro impulso, os investimentos diretos de capitais estrangeiros na indústria de transformação do País foram bastante limitados. Na verdade, esses capitais, particularmente os britânicos e os franceses, aplicados no Brasil naquela época orientavam-se preferencialmente para os setores de transportes (especialmente ferrovias), de energia elétrica e da agroindústria açucareira. Os poucos investimentos na indústria de transformação originaram-se na Grã-Bretanha, e os mais expressivos parecem ter sido: a) o do Rio de Janeiro Flour Mills & Granaries (RJFM) na produção de farinha de trigo; b) o da Clark & Co. na manufatura de calçados, e c) o da Brayant & May na fabricação de fósforos (SUZIGAN, SZMRECSÁNYI: 2002, 264).

Essa constatação implica reconhecer que, muito embora a presença dos investimentos externos constituísse um importante dado da realidade econômica do Brasil na segunda metade do século XIX, com investimentos localizados em setores não industriais, mas energético, ferroviário e agroindustrial, o momento em que tais investimentos na indústria se concretizaram é o ponto de maior inflexão no debate historiográfico.

Há, portanto, uma confluência de posições em reconhecer os anos que antecederam a Primeira Guerra como marco de maior presença da participação dos capitais internacionais na economia industrial. No elogiado estudo de Warren Dean sobre a industrialização de São Paulo, ele adotou o seguinte argumento:

Muito embora a guerra total no mundo industrializado não provocasse a ulterior industrialização de São Paulo, ocorreram pelo menos

¹¹⁹ As novas condições econômicas que surgiram no país após a Abolição (1888), com um formidável contingente de imigrantes chegando ao Brasil, sobretudo para a região sudeste do país, abriram promissoras possibilidades de novos negócios. Para se ter uma ideia do fluxo migratório, entre 1820 e 1910, foram 702. 690 portugueses, 1.254. 871 italianos, 332.357 espanhóis, 105.341 alemães, 1809 japoneses, 360. 285 outros; totalizando 2.757.353 (quase três milhões de imigrantes). Fonte: Paul Hugon – Demografia Brasileira – Fundação IBGE – Rio De Janeiro. E com incentivos provenientes dos créditos e emissão de moeda por meio da controversa política do “encilhamento”, no início dos governos republicanos, foram fundadas, entre 1890 e 1895, 425 fábricas, com inversão de mais de 200:000\$000 (PINHEIRO: 1980, p. 148-151).

duas mudanças na estrutura econômica que influíram de maneira notável na indústria local: antes da guerra, os empresários paulistas haviam recebido crédito tanto das potências centrais quanto dos aliados. As dificuldades enfrentadas pelas firmas germânicas, primeiro em manter contato com os sócios de além-mar e depois em reconstruir seu império comercial após a derrota da Alemanha, significavam que os fabricantes locais teriam de procurar fontes substitutas de financiamento entre os aliados (DEAN: 1979, 108-109).

Mesmo Suzigan e Szsmrecsányi (2002: 266) reconhecem esse ponto de vista como válido, ou seja, que “é apenas nas primeiras décadas do século XX, particularmente nos anos imediatamente anteriores à Primeira Guerra Mundial e durante a década de 1920, que se pode observar um movimento mais nítido e abrangente de investimentos diretos de capitais na indústria de transformação do país”. Todavia, fazem a ressalva de que todo esse universo de investimentos externos na industrialização de transformação ainda se encontrava atrelado ao “desempenho da economia agroexportadora”.

Em pesquisa mais recente sobre o tema, Pedro Fassoni Arruda se alinhou, em termos, com a posição defendida por Suzigan e Szsmrecsányi. Ele assinala que:

Os investimentos estrangeiros, durante a Primeira República, *pouco* contribuíram de maneira direta para o processo de industrialização. Isso porque a maior parte dos capitais forâneos dirigiu-se para os setores que apenas reforçavam o caráter complementar da economia agroexportadora brasileira: agricultura, pecuária, extração mineral, serviços, transportes urbanos e de mercadorias (bondes e ferrovias), negócios financeiros (empréstimos aos Estados e à União), linhas de créditos destinadas ao aparelhamento de empresas particulares (nesse caso, preferencialmente para manter a dinâmica da economia agromercantil, como os equipamentos agrícolas supracitados) e produção/distribuição de energia elétrica (ARRUDA: 2012, 134).

Desse modo, dos dezoito bancos arrolados no estado de São Paulo em 1902, cinco eram estrangeiros, seis tinham as suas matrizes sediadas na cidade de São Paulo e sete no interior paulista, como o Banco Melhoramentos de Jaú, mais tarde Banco São Paulo S/A (MARTINS: 2004, 112). Se por um lado os investimentos de procedência estrangeira reforçaram o caráter complementar da economia do país, por outro, também constituíram uma forma de ampliação da poupança interna, que contribuiu com o aumento da oferta do crédito (ARRUDA: 2012, 134).

O processo de entrada massiva de capitais estrangeiros, por meio dos quais se concretizaram inúmeros negócios¹²⁰, muitos deles já mostrados aqui, também foram acusados de ter provocado a desnacionalização do Brasil, gerando um acalorado debate entre os que se opunham ao emprego desse capital e os seus defensores. O deputado Felisberto Freire se pronunciou enfaticamente, numa sessão da Câmara dos Deputados, em dezembro de 1903, contra essa presença:

Não quero negar a influência que o capital estrangeiro tem tido na civilização do Brasil; seria um erro, da minha parte. Se alguma situação política do meu país, devo dizer com a maior sinceridade, me obrigasse a um dilema: ou dispensar o capital estrangeiro ou continuar no processo de desnacionalização em que vai o país, eu preferia dispensar o capital, preferia que voltássemos ao tempo do vice-reinado e reinado, ao tempo da estrada de Rodrigo de Pais, de Sabará ao Rio de Janeiro, porque nesse tempo, em que não havia capital estrangeiro, tudo se fazia no país com capital nacional (LUZ:1975, 94).

Embora exagerado em seu nacionalismo, Nícia Vilela (1975, 95) enfatiza que a oposição dos nacionalistas contra associação do capital estrangeiro se referia apenas a certos setores da economia, como a exploração do subsolo, tendo em vista o fato de serem as indústrias extrativas uma forma de atividade destrutiva, além disso, o lucro auferido pelos estrangeiros era levado para o exterior, nada ficando para o país que contribuísse com o seu desenvolvimento e riqueza econômica.

Quando Presidente do estado de Minas Gerais, o próprio Artur Bernardes liderou uma campanha pela nacionalização das riquezas minerais do país, o movimento teve êxito com a nacionalização das minas e jazidas naturais por meio de revisão constitucional em 1926, no último ano do seu tumultuado mandato, já como Presidente da República (ARRUDA: 2012, 135-136).

2.4. A Economia do Café e a Industrialização em São Paulo

Neste item, o nosso objetivo será balizar o debate de alguns aspectos metodológicos da natureza econômica do fazendeiro paulista, na medida em que também há posições, na historiografia, que o elevam à condição de protagonismo do processo industrial de São Paulo, por meio da inversão de capitais oriundos da

¹²⁰ “Entre 1899 e 1910 para 201 sociedades anônimas que se constituíram no Brasil, foram autorizadas a funcionar no país 160 empresas estrangeiras, ou seja, algo em torno de 80%. (LUZ:1975, p.93), (ARRUDA: 2012, p. 135).

cafeicultura, como nas posições defendidas por Sérgio Silva, Wilson Cano, Warren Dean ou Caio Prado Júnior, entre outros.

A economia do café funcionou, entre 1890 e 1930, segundo alguns pesquisadores, como a base do crescimento industrial nacional, por causa da sua importância na constituição de uma economia monetária, além de proporcionar o pré-requisito elementar de um sistema industrial. Antes de 1872, só havia, segundo Warren Dean (1979), apenas dois bancos em São Paulo, ambos eram filiais de matrizes sediadas no Rio de Janeiro. Com o advento dos pagamentos em dinheiro da venda de café aos lavradores, o volume de dinheiro cresceu, aumentando a circulação do crédito bancário.

Todavia, o entendimento do processo da industrialização nacional, e em particular de São Paulo, encontrou na economia do café um inegável impulso, embora não tenha sido condicionada apenas por ela, Wilson Cano defende que “a atividade núcleo exigia enorme suporte de infraestrutura, de comércio e financiamento, o *capital cafeeiro* foi-se desdobrando, gerando ferrovias, porto, comércio, bancos, indústria e agricultura *não* [voltada para o] *café*, a qual, a partir de 1910, conduziria a substituição de importações de alimentos *simples*” (CANO: LORENZO, COSTA (Orgs.), 1998, 239).

A partir da segunda metade do século XIX, “diversos desses acionistas tornaram-se diretores de empresas, sobretudo bancos e ferrovias, e em consequência, envolveram-se no processo tipicamente burguês de tomada de decisões nos negócios” (MARTINS: 2004: 111). Nesse sentido, segundo essa linha de pensamento, emerge uma camada de fazendeiros ligados às atividades cafeeiras, que efetivam melhoramentos em suas terras, incorporam algumas atividades análogas aos dos empresários, associando-se a empresas industriais, investindo capitais na abertura de novas ferrovias e também se voltando para a organização de atividades bancárias no meio urbano, não levando a constituir-se, todavia, como um fenômeno, apesar de alguns autores quererem tomá-los de exemplo para identificá-los como sendo o surgimento modelar de um moderno e empreendedor burguês industrial ¹²¹.

¹²¹ O caso de Antonio A. Penteado ilustra *pontualmente* esse polêmico fenômeno, pois, utilizando capitais provenientes de suas fazendas na região de Casa Branca, A. Penteado pretendia inicialmente fundar uma fábrica de papel. Mas seus vínculos com a atividade cafeeira e os benefícios de medidas governamentais que proporcionaram reduções no direito de importação sobre fios de juta e aumento das tarifas sobre sacarias importadas, em 1889, levaram-no a fundar uma fábrica de tecelagem de juta. Chegou a obter a concessão de privilégio para a fabricação de artefatos de juta no Brasil por um período de 15 anos, medida essa anulada pelo governo republicano. Contando com 50 teares, quando inaugurada, em 1899, a fábrica viu-se ampliada para 600 teares, empregando a mão de obra de 1.300 operários. Tinha capacidade para o fabrico de 60 mil metros/dia, enquanto somava uma produção anual de 14 milhões de metros de

Os setores aqui identificados estão vinculados àqueles que obtinham elevados ganhos naquelas faixas de terras recém exploradas e mais rentáveis do oeste paulista, onde a acumulação de capital se fazia em ritmo acelerado, após a estagnação a que sofreu o setor cafeeiro, 1898 -1906, o estado brasileiro põe em prática novas medidas de valorização para impedir a queda de preços do produto no mercado internacional. Quando tudo parecia indicar uma nova e próspera fase, entre 1910-1913, a eclosão da Guerra desilude os planos daqueles que apostavam nessa premissa¹²². Mas, amparado pelas desvalorizações da taxa de câmbio, e protegido pela continuidade da política de valorização:

Entre 1919 e 1929, o capital cafeeiro conheceu notável expansão. Basta recordar que a expansão média cresce de 14,1 milhões de sacas entre 1914-1915 e 1918-1919, para 18,2 milhões, entre 1924-1925 e 1928-1929, chegando aos espantosos 24,2 milhões (...) a receita média das exportações passa de 527 mil contos de réis, entre 1910-1918, para mais de 2 milhões de contos de réis entre 1919 e 1919 (AURELIANO: 1981: 15-16).

Era de se esperar que a política adotada pelo Estado trouxesse resultados contribuindo para estancar as desvalorizações a que estavam sujeitos os preços e as exportações do café. De qualquer forma, essas desvalorizações cambiais produziram efeitos animadores sobre a economia cafeeira. Celso Furtado sublinhou que:

O processo de correção do desequilíbrio externo significava, em última instância, uma transferência de renda daqueles que pagavam importações para aqueles que vendiam as exportações. Como as importações eram pagas pela coletividade em seu conjunto, os empresários exportadores estavam, na realidade, logrando socializar as perdas que os mecanismos econômicos tendiam a concentrar em seus lucros. É verdade que parte desta transferência de renda se fazia dentro da própria classe empresarial, na sua qualidade dupla de exportadora e consumidora de artigos importados (FURTADO: 1987, 165).

Por outro lado, nas áreas cuja lavoura do café vivia efetivamente uma fase de decadência, no caso, as plantações do Vale do Paraíba, onde os barões do café frequentemente assumiam posições e atitudes mais conservadoras, fazendo valer os antigos sistemas de produção e mantendo formas e valores tradicionais (VIOTTI: 2010, 262), também houve, em virtude das novas demandas do produto no mercado internacional, na década de 1920, um novo *boom* na cafeicultura. E, em 1927, somente oito dos 48 municípios da região do Vale não exportavam (AURELIANO:1981, 15-16).

tecidos, atendendo 90% da demanda de sacaria para café no estado de São Paulo. Em 1907, já figurava como a terceira maior indústria do país, tendo como base o valor da produção (MATOS: 1996, p.32).

¹²² Ver: CANO, Wilson. *Op. cit.* 1977, p. 43.

A marcha dos cafezais para o oeste paulista foi significativa; as zonas pioneiras Araraquarense, a Noroeste e a Alta Sorocabana, produziram juntas, em 1920, algo em torno de 6,6 milhões de arrobas¹²³ de café e acolhiam cerca de um milhão de habitantes, levando a uma ampliação de mais de 500 quilômetros de linhas férreas, principalmente no prolongamento da Sorocabana e Noroeste.

Esse novo *boom* também dilatou o plantio da cultura do café no estado de Minas Gerais (da Zona da Mata para terras do norte e do oeste e, a partir de 1920, surge nas zonas central e sul). Enquanto que no Espírito Santo, manteve e ampliou seus antigos plantios ao norte do estado. A própria baixada fluminense, alvo das primeiras experiências da cultura com o café, se engajou nesse novo e promissor ciclo de produção, destacando-se as cidades de Macaé, São Fidélis, Campos e Bom Jardim (IDEM: Ibidem, 16-17).

Com a expansão do café pelo estado de São Paulo, tendo como beneficiários diretos os cafeicultores paulistas, o café se transforma na base da economia nacional no último decênio do século XIX. Nesse novo contexto de transformações econômicas e sociais, o mercado de trabalho sofrerá uma profunda transformação com a Abolição da Escravatura de 1888, libertando a terra do trabalho escravo e criando novas relações de trabalho e remuneração.

Com os novos critérios para a contratação de trabalhadores estrangeiros, o imigrante europeu chegava à plantação de café com todos os gastos pagos, residência garantida, gastos de manutenção assegurados até a primeira colheita¹²⁴, e alguma terra para plantar o essencial ao sustento de sua família. O imigrante se defendia contra a especulação dos comerciantes na parte mais importante de seus gastos, o da subsistência. E, com a descentralização, o problema da imigração passou a ser de

¹²³ Conforme o Dicionário Aurélio, uma arroba equivale a aproximadamente 14, 7 kg.

¹²⁴ As Subvenções em prol dos imigrantes com destino a São Paulo, em 1918, ainda entravam na contabilidade do Tesouro do Estado. Verbas suplementares aparecem em vários decretos de 1917 e 1918, com o objetivo de tornar viável a imigração e desonerar o fazendeiro dos encargos que pesavam sobre o traslado da Europa para o Brasil. Representou em grande medida, segundo Martins, “o fornecimento de subsídios para a formação do capital do empreendimento cafeeiro”, a partir de 1870. (MARTINS: 2004, p. 67). O Decreto nº 2985 de 31 de dezembro de 1918 traz a promulgação da Lei 1626, de 21 de dezembro de 1918: a) 600:000\$000 seiscentos contos de réis para a introdução dos imigrantes; b) 200:000\$000 duzentos contos de réis para pagamento de pessoal e outras despesa dos núcleos; c) e mais 50:000\$000 cinquenta contos de réis para contratos de colonização e auxílios à divisão de terras (ATOS DO PODER EXECUTIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 31 de dezembro de 1918, p.317)

responsabilidade dos estados, sendo abordado de forma mais ampla pelo governo de São Paulo, ou mais exatamente pelo segmento dos cafeicultores paulistas ¹²⁵.

Esse posicionamento foi abraçado por uma corrente de importantes intelectuais paulistas que atribui aos fazendeiros papel de destaque como agentes na promoção de um pioneirismo capitalista em suas fazendas, ou mesmo de uma racionalidade capitalista: quando “destacam-se à frente da ‘marcha para o Oeste’ homens que não se limitam às atividades agrícolas, que investem nas estradas de ferro, abrem bancos e casas de exportação, controlam a administração do Estado e da União” (SILVA: 1980, 68). O senhor de terras tinha o papel que lhe cabia, sob a forma de apropriação colonial, em que as riquezas nativas eram complementadas pela exploração do trabalho, fosse ele escravo, num primeiro momento, ou livre, a partir da introdução dos imigrantes nas lavouras de café. Conforme Fernando Motta, o papel do senhor “na mercantilização da produção agrícola, era marginal, e sua caracterização, como antecessor do dirigente empresarial moderno, é impossível, embora alguns senhores de terra se tenham transformado em grandes empresários, como atesta o caso de Othon Bezerra Mello” (MOTTA: 1971, 36).

Jacob Gorender argumenta que, já no *Raízes do Brasil* há uma tomada de posição de Sérgio Buarque de Holanda que elevou a condição dos fazendeiros do oeste paulista para “tipos citadinos” ou mesmo “uma nova raça de senhores rurais”(apud GORENDER: 1988, 580). Fenômeno não verificado entre os fazendeiros da região do Vale do Paraíba, considerada em franca decadência por causa da falta de inovações tecnológicas e da baixa produção de suas terras desgastadas pelo uso mais antigo. Aponta outra diferenciação defendida por Sérgio Buarque, a entrada tardia dos fazendeiros do oeste na atividade da cafeicultura numa fase em que a dificuldade na aquisição de escravos obrigou os fazendeiros da região recorrer ao trabalho livre.

Fernando Henrique Cardoso, mediante um elaborado conjunto de argumentos, defendia que “O fazendeiro do Oeste do Estado, passou, então, a importar mão de obra livre e tornou-se, até, abolicionista. Perdia a sua condição de *senhor*, para tornar-se um *empresário* capitalista. (...) Na fazenda de café do Oeste Paulista, por outro lado, intensificou-se o processo de racionalização da empresa econômica” (CARDOSO: 1960, 35-37, apud IDEM: *Ibidem*, 580-581). Na acepção de Octávio Ianni, segundo

¹²⁵ A importância econômica do café, na República Velha, suscitou, nos anos de 1960, 1970 e na década de 1980, importantes pesquisas que buscaram mostrar e legitimar posicionamentos historiográficos favoráveis, ideologicamente, ao “empreendedorismo” empresarial do fazendeiro do Oeste Paulista, no último quartel do século XIX.

Gorender, partindo de uma posição “de inspiração weberiana”, a racionalidade econômica cantada em prosa e verso, teria partido do plano da comercialização para o da produção, conferido ao fazendeiro comportamento empresarial e dotando-lhe de uma consciência do caráter antieconômico da mão de obra. Assim, essa “consciência” entre o escravo e o lucro, é “um conteúdo importante em toda a campanha abolicionista e no movimento pela imigração européia” (IANNI: 1966, 79-80, *apud* GORENDER, 1988, 581)¹²⁶.

Gorender aborda uma importante questão que não só expõe as limitações históricas da Escola de Sociologia de São Paulo no tocante ao papel “racional” da elite agrária de São Paulo no processo abolicionista, mas também desmitifica a ideia segundo a qual a mão de obra escrava já não prestava mais para lavouras paulistas devido ao caráter “antieconômico”. Em essência, essa concepção buscou exaltar ideologicamente um falso comportamento moderno da elite ligada à cafeicultura do oeste do estado. E mais, mesmo na condição de imigrantes e trabalhadores livres, ainda pairava sobre o seu trabalho o pesado fardo do estatuto da escravidão marcado pela coerção. Mesmo nas relações de trabalho no meio urbano a sombra de um passado ainda recente deixara as suas marcas na forma de agir dos capitães da indústria paulista em relação ao trabalho operário. Nesse sentido, se desenha como ficção conceder ao papel da elite paulista um caráter inovador ou modernizador das relações de trabalho no campo ou na cidade.

No último capítulo d’ *O Escravismo Colonial*, o historiador Jacob Gorender rebate a concepção, segundo a qual, o fazendeiro do oeste do estado de São Paulo estava imbuído de uma racionalidade capitalista no plano da adoção do braço livre em detrimento da mão de obra escrava para gerar lucro; Gorender contra-argumenta buscando desconstruir essa sedutora concepção, oferecendo ao debate outra explicação:

Entre 1854 e 1886, o crescimento da população escrava no Oeste Novo foi de 235%, traduzindo-se em fabuloso crescimento da produção cafeeira e superando longe os aumentos do Vale do Paraíba e do Oeste Antigo. No Vale do Paraíba, é nítido o processo de decadência: aumento da população escrava se correlaciona com o decréscimo da produção cafeeira. Lowrie, muito acertadamente, percebeu no fenômeno de ordem demográfica a indicação de que havia um processo de transferência de escravos para as zonas prósperas e que, no Oeste Novo, (...) ‘operavam no sentido da manutenção da escravatura interesses mais poderosos que os de qualquer outra região’. (...) A produtividade dependia, em grande parte, do número e da boa execução das limpas ou capinas. Ora, enquanto as capinas

¹²⁶ Nessa mesma linha de raciocínio, segundo Gorender, seguiram Paula Beiguelman, Boris Fausto, e os autores norte-americanos como Warren Dean – mas com algumas ressalvas: Genovese e Richard Graham. (GORENDER: 1988, p. 579).

se reduziam anualmente a duas ou três no Vale do Paraíba, no Oeste paulista costumavam ser em número de cinco, além, de executadas com muito mais capricho. Se os fazendeiros do Vale do Paraíba não conseguiam desvencilhar-se do trabalho escravo e a ele permaneciam aferrados, apesar da lenta ruína em que afundavam, aos seus colegas do Oeste paulista o trabalho escravo ainda proporcionava rentabilidade demasiado atraente. (...) É totalmente errônea, portanto, a afirmação de que a escravidão deixara de ser rentável para os fazendeiros do Oeste paulista, de que ali escravo e lucro estivessem em contradição (IDEM: Ibidem, 585-586).

A polêmica de Jacob Gorender sobre o caráter do fazendeiro paulista e do emprego da mão de obra escrava como fonte de lucros às portas da Abolição, não invalida, necessariamente, as transformações verificadas nas áreas do Oeste Novo em que houve maior concentração de riquezas provenientes do comércio agroexportador: linhas férreas, energia elétrica, indústrias, atividades bancárias, circulação monetária, mercado consumidor etc.

Cumprе ressaltar que não houve uma correspondência entre o desenvolvimento da cafeicultura e o da indústria, pois o número de fazendeiros que vieram ingressar no ramo industrial, como empresários, foi muito pequena.¹²⁷ Nessa mesma linha de raciocínio, José de Souza Martins observa que:

[...] parece que, num número reduzido de casos, os fazendeiros acumularam uma experiência de liderança nos negócios seguindo essa sequência: fazendeiro, comerciante, banqueiro, industrial. O único caso em que o modelo é seguido, pelo menos o único invocado para sustentar e legitimar o modelo, é o de Antonio da Silva Prado, o neto, o qual de fato, porém, nega totalmente a suposição aí contida. Alguns autores às vezes esperam que a sua biografia comprove acima de qualquer dúvida o que teria acontecido na economia do café para transformar o senhor de escravos num moderno burguês industrial. Prado parece reunir todas as condições para ser considerado como um tipo ideal do empresário brasileiro dessa fase: ele foi grande proprietário e produtor de café, ele próprio se dedicou à exportação de café, foi diretor de banco, foi diretor de ferrovia e organizou e dirigiu diversas fábricas, entre as quais a vidraria Santa Marina (MARTINS: 2004: 112).

Conforme Dean (1979), o comércio do café não gerou simplesmente a procura da produção industrial, mas também boa parte das despesas gerais, econômicas

¹²⁷ Jacob Gorander é um árduo crítico dessa posição. Ele defende a tese de que a imigração da Europa não representou apenas o abastecimento de braços para a lavoura cafeeira paulista, mas também desempenhou importante papel na consolidação da industrialização brasileira: “Vários estudos revelam que, nas regiões meridionais do País, inclusive o Rio de Janeiro, foi elevada, provavelmente majoritária, a contribuição de imigrantes e de seus descendentes brasileiros imediatos à formação da burguesia industrial brasileira”. E, mais adiante: “O que julgo imprescindível esclarecer é que os imigrantes bem-sucedidos como capitalistas não foram os que precisaram assalarar a própria força de trabalho como operários manuais. Tornaram-se capitalistas uns pouquíssimos que já vieram com algum capital (modesto que fosse), que chegaram ao Brasil contratados como representantes de firmas estrangeiras (caso de Rodolfo Crespi) ou como técnicos e administradores, que traziam um equipamento cultural favorável à montagem de pequenos negócios comerciais pequenas oficinas etc.” (GORENDER: 1981, p. 40).

e sociais, fundamentais para se tornar viável a manufatura nacional. À procura crescente, por parte dos cafeicultores paulistas de novas terras, levou essa atividade a expandir suas fronteiras, proporcionando grandes lucros com a abertura de novas fazendas para o plantio do café a oeste de São Paulo, expondo uma séria questão econômica: o transporte do “ouro negro”. A abertura de vias férreas ligando o interior do estado ao litoral ampliou e potencializou a capacidade de aproveitamento econômico dessas novas propriedades agrícolas, alargando a cultura cafeeira para regiões mais distantes do interior de São Paulo. As estradas de ferro, portanto, se constituíram como um elemento primordial na equação dos vantajosos lucros dos plantadores de café do Oeste Paulista, na medida em que resolvera o problema do escoamento da crescente produção ao Porto de Santos, situado a menos de 100 quilômetros da cidade de São Paulo.¹²⁸ As linhas férreas foram construídas pelos próprios plantadores, com os altos lucros gerados pelas exportações do café e os baixos custos com a mão de obra imigrante. Limitando “a escala de consumo nas áreas rurais os baixos salários oferecidos pelo fazendeiro, que conseguia guardar para si, como lucro, uma parte considerável da renda do café (...) um rendimento de 80% sobre o capital” (DEAN: 1979, 12-14).

Diante do surgimento de um crescente mercado de consumo proveniente das atividades cafeeiras, proporcionando crescimento urbano e econômico de inúmeras cidades do interior do estado de São Paulo e com o incremento de diversos núcleos urbanos ao longo das linhas férreas, a importância econômica de abastecê-lo apoiando-se na fabricação de produtos locais se constituiu na ampliação da base industrial do Estado de São Paulo.¹²⁹ Tomamos a cidade de Ribeirão Preto como parte integrante desse processo para ilustrar a prosperidade que tanto orgulhava os defensores da produção agrícola nacional.

¹²⁸ Maria Lúcia Lamounier enfatiza que “Existe um consenso entre os autores de que os interesses do café definiram a expansão e o traçado das ferrovias em São Paulo: “são todas estradas do café, orientadas pela localização das lavouras e pelos roteiros que levam ao porto de embarque em direção ao mercado exterior, Segundo Monbeig, continua Maria Lúcia, o desenvolvimento das estradas de ferro não obedecia a um plano sistemático, antes foi conduzido pelos interesses dos administradores, produtores e dos comerciantes de café”. (CANABRAVA, Alice. “A Grande Lavoura”, 1971, p.92. MONBEIG, Pierre. “Pioneiros e Fazendeiros em São Paulo”, 1984, p.175 *apud* LARMONIER, Maria Lúcia. Ferrovias e Mercado de Trabalho no Brasil do Século XIX. São Paulo: Edusp, 2012, p. 37).

¹²⁹ DOWBOR, Ladislau. A Formação do Capitalismo Dependente. São Paulo: Brasiliense, 1982, p.114-119.

Com a inauguração de uma linha férrea construída pela Companhia Mogiana, em 1883, interligando Ribeirão Preto, Campinas e São Paulo, houve um vertiginoso crescimento da cidade. Segundo consta, imensas fortunas foram feitas em curto prazo ou “da noite para o dia”. Foi o caso da fortuna obtida por Henrique Dumont, que entre 1880 e 1890 se transformara no primeiro “Rei do Café brasileiro”, e consolidou uma propriedade na região que foi negociada posteriormente, em 1894, a uma companhia inglesa pela formidável soma de £1.200.000 libras esterlinas.

A cidade adquiriu uma imagem próspera atraindo novos investidores e colonizadores de outros estados, como o Rio de Janeiro, ou mesmo de outras cidades do interior paulista, como a família Junqueira, procedente do sul de Minas Gerais. A população do Município saltou de 3.000, em 1869, para 12.033 habitantes, e chegou, em 1890, a 12.033. No entanto, o seu maior crescimento coincide com a fase de entrada massiva de estrangeiros em São Paulo; observa-se que a sua população atingiu, na primeira década do século XX, 59.200 habitantes, transformando-se num dinâmico pólo econômico do interior do Estado, e chegando a ter, em 1913, algo em torno de 22 indústrias, abrangendo os setores alimentícios, cervejeiro e medicamentos. Além de uma atrativa e efervescente vida cultural noturna, que lhe rendeu a reputação de a “*Petite Paris*” do Brasil (WALKER, BARBOSA: 2000, 40).

Pode-se inferir, portanto, que houve uma forte influência das atividades provindas dos negócios do café na consolidação de um modelo exportador sustentado por meio de políticas e incentivos governamentais¹³⁰, apesar das pressões exercidas pelos defensores de uma política de proteção à atividade industrial que já sofria com a cobrança de impostos e por um complicado mecanismo de controle da produção industrial pelo setor do comércio de importação. Em sua proposição, José de Souza Martins¹³¹ procurou desvendar o significado dos detentores do comércio de importação

¹³⁰ As políticas de incentivos governamentais não estavam restritas apenas ao café, mas também a outras culturas: “Como o algodão oferecia animadoras perspectivas, O Estado de São Paulo criou uma seção algodoeira, em 1922, no Instituto Agrônomo, IAC. (...) A legislação de 1923 também estabelecia uma seção de café. O IAC foi colocado sob controle da Secretária da Agricultura do Estado de São Paulo e suas funções foram redefinidas claramente. (...) O IAC estabeleceria contatos diretos com empresas privadas, visando ao desenvolvimento agrícola do Estado. Posteriormente, no mesmo ano de 1923, o Estado de São Paulo abriu um crédito na Secretária da Agricultura, Comércio e Obras Públicas para o pagamento dos trabalhos de pesquisas realizados pelas as seções de Algodão e Café do IAC,” (PALÁEZ: 1972, p.114-115).

¹³¹ Martins baseou-se nos seguintes trabalhos para fundamentar a sua base de argumentação: STEIN, Stanley J. Grandeza e Decadência do Café. São Paulo: Brasiliense, 1961; QUEIROZ, Carlota Pereira. Um Fazendeiro Paulista no Século XIX. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1965; BASTOS, Raul de Carvalho. Homens e Fatos do Meu Tempo. São Paulo: SP/S.A, 1962 ; TAUNAY, Afonso de. Pequena História do Café no Brasil. Rio de Janeiro: Edição do Departamento Nacional do Café, 1945.

na dinâmica geral do ascendente mercado de consumo que nasce com o advento do trabalho livre:

O trabalho livre liberou o consumidor das restrições do consumo impostas pelo afã de lucro do fazendeiro, a que estava ligado. (...) Impôs-se a necessidade de novos estilos de atuação por parte dos fornecedores que, ao vender ao fazendeiro, anteriormente, dispunham do monopólio por eles controlado. Mas, mesmo com o trabalho livre, parte da remuneração do trabalho continuou sendo feita com recursos não monetários: terras para trabalho pessoal, gêneros alimentícios etc. (...) A forte tendência à monocultura, e o fato de que, praticamente, a totalidade de manufaturados consumidos era importada, além da complexidade de comercialização do café, fizeram surgir um empresário urbano, localizado nos portos, inicialmente, no Rio e, depois, em Santos, que, em nome do fazendeiro, vendia o café e adquiria as mercadorias por ele solicitadas. Era o comissário. (...) Os comissários eram virtualmente banqueiros e, como tais, desfrutavam das possibilidades oferecidas com a detenção do capital de terceiros. (...) o funcionamento de grandes casas importadoras no Rio e em Santos, que dispunham, assim, de um forte controle do mercado consumidor, inclusive dos varejistas que foram surgindo a despeito da rigidez na circulação de mercadorias. Como o fazendeiro só podia vender o seu café ao comissário, para “interiorizar” a sua atividade empresarial na produção, essas casas importadoras adquiriram um acentuado domínio do consumo, preservando o círculo: fazendeiro-comissário-exportador/importador-comissário-fazendeiro. Mas, a partir do redor de 1896, o círculo passou a ser alterado. Ao invés de pagar um tributo aos comissários e ensacadores, os exportadores (estrangeiros) preferiram adquirir o café diretamente nas fazendas alargando as margens de lucro e procurando romper com as possibilidades de as casas comissárias conterem a oferta do produto para fecharem negócio nas altas. (MARTINS: 1973: 78-80)

Por outro lado, qual foi o alcance de controle desse segmento de importadores sobre os ascendentes mercados consumidores urbanos, na medida em que não havia vinculação direta com a figura do fazendeiro, mas dos patrões das indústrias e seus operários? Ainda assim, Martins argumenta que mesmo os industriais estavam submetidos a essa lógica de funcionamento monopolística de controle dos consumidores, “através de uma rede poderosa de estabelecimentos e serviço”, só podendo atuar se rompessem com o seu domínio em relação aos grandes comerciantes (IDEM: *Ibidem*, 81).

A saída estava nos investimentos do grande comércio no sentido de romper com o inexorável mecanismo de tributo cobrado pelos importadores sobre os industriais, transformando efetivamente o caráter da industrialização: “Com isso, a industrialização fez-se como atividade precipuamente mercantil e com largas características monopolistas”. Por sua vez, a manutenção desse perverso controle do

Warren Dean esclarece que, entre 1900 e 1920, “o governo federal obteve cerca de 70% da sua renda dos direitos aduaneiros sobre importações, destinados geralmente a extrair o máximo rendimento, e quase todo o resto provinha dos impostos de consumo”. (DEAN: 1979, p. 92).

mercado consumidor exercido pelo setor de importação, além de encarecer os altos custos da produção industrial por causa da tributação paga aos comerciantes, afetava diretamente os lucros das empresas.

Daí decorre, como forma de compensação, a ampliação das horas de trabalho da classe operária e dos baixos salários pagos pela patronal da indústria. Dessa forma, a indústria via-se cercada por dois lados: “a necessidade de altos lucros para subsistir e as dificuldade para alcançá-los pelo não acesso direto ao mercado consumidor (...) a lucratividade do empreendimento dependia muito de uma baixa remuneração” da força de trabalho operária (IDEM: *Ibdem.*, 83-86).

A vigorosa entrada de imigrantes, a partir do final do século XIX, teve efeito de grande importância no mercado de trabalho do setor industrial, pela melhoria qualitativa que trouxe à oferta de trabalho para essa atividade, sobretudo em São Paulo, destino mais comum da corrente migratória. A política de imigração, dentro do objetivo de pressionar para baixo o nível dos salários, abrangeu medidas de desestímulo ao retorno dos imigrantes ao país de origem. Desse modo, havia uma opção prática do Estado Brasileiro de conceder subsídios, em especial, para famílias e não trabalhadores solteiros (VERSIANI: 2002, 207). Desligando-se das precárias condições a que se encontravam submetidos em muitas lavouras de café, muitos imigrantes desiludidos buscavam outros destinos, enquanto outros se dirigiam a núcleos urbanos, “onde se dedicaram ao comércio ou artesanato, às manufaturas e aos pequenos serviços. Outros, ainda que originalmente se destinassem à lavoura, preferiam, logo ao chegar, localizar-se nas cidades” (COSTA: 2010, 254).

Em face desse novo fenômeno, o ritmo de urbanização se intensificou na cidade de São Paulo, principalmente na década de 1890-1900 e no período compreendido entre 1914 e 1918, elevando a população da cidade, nos anos de 1920, para o dobro da que existia em 1890. Assim, a cidade oferecia um campo aberto e próspero ao artesanato, comércio de rua, às fabriquetas de fundo de quintal, aos “mestres italianos”, profissionais liberais. Todavia, a fábrica terminava sendo uma opção, embora mais precária, para aqueles que não conseguiam colocação melhor dentro das condições de sobrevivência que a cidade impunha aos recém-chegados.

Todavia, apesar dos baixos salários pagos pelos cafeicultores aos colonos e da baixa circulação monetária no meio rural, constatou-se que as remessas de divisas obtidas pelos italianos na lavoura do café, enviadas para a Itália, “através da filial do

Banco de Nápoles”, atingiam, em média, a \$1.000.000 de dólares por ano, valor tomado como base o ano de 1890. Contudo, nos anos em que havia queda de preço do café no mercado mundial, a situação se agravava piorando a vida do trabalhador agrícola¹³², apesar das subvenções e “incentivos” do governo paulista aos imigrantes recém-chegados a São Paulo (DEAN: 1979, 13-14).

A entrada de divisas se tornara fundamental no sentido de cobrir o alto custo das importações também de bens acabados, já que o país ficara sujeito às periódicas crises cambiais ocasionadas por qualquer variação na demanda no mercado mundial, principalmente dos produtos que representavam um importante aporte financeiro para a riqueza do país, como o café e a borracha. Além disso, outro aspecto conjuntural que se somou ao primeiro foram as interrupções do comércio mundial ocasionadas pela Primeira Guerra Mundial¹³³.

A defesa do café representou um instrumento de interesse dos fazendeiros na medida em que foi a saída possível para evitar a queda dos preços. Eles foram, contudo, os sócios menores da operação, sujeitando-se, inclusive, ao pagamento de um imposto cobrado em ouro sobre cada saco de café exportado, com o objetivo de saldar os empréstimos. Desse modo, o capital externo assegurava para si os maiores ganhos, não apenas em termos de pagamento do serviço da dívida, como também por meio do gradual controle do comércio exterior. Essa relação de dependência dos fazendeiros de café em relação aos grupos financeiros que atuavam no comércio de exportação e importação tornava-os vulneráveis às crises internacionais e o seu nível de renda dependia dos preços alcançados pelo produto no mercado mundial. Além disso, a manutenção desses preços só era possível por meio de recursos vindos do exterior, que viriam a desaparecer diante de uma grande crise (FAUSTO: MOTA (Org), 1974, 230).

¹³² As oscilações no preço do café traziam, invariavelmente, consequências desastrosas aos colonos: “Os camponeses desalentados debandaram em tamanha quantidade, já para suas pátrias, já para a Argentina, que a imigração líquida se viu quase reduzida a zero. De 1902 a 1910 mais de 330.000 chegaram a Santos, mas tantos regressaram que o número dos que ficaram foi apenas de 16.667 durante esses nove anos” (*JORNAL DO COMÉRCIO* (1896) *apud* DEAN:1979, p. 13).

¹³³ Em artigo publicado na revista de Comércio e Indústria de 1915, esse órgão enfatiza o grave contexto de crise que a economia brasileira enfrentava às portas da guerra: “*O ano de 1914 foi um dos mais depressivos e funestos que tem tido o Brasil. A retração do crédito e da moeda circulante, a restrição dos negócios, o declínio do comércio interior e exterior, a diminuição do consumo, o encalhe dos produtos da indústria manufatureira, a baixa dos preços dos artigos de exportação, o decrescimento das rendas públicas e a sensação geral de opressão e mal-estar, que já se haviam manifestado em 1913, acentuaram-se ainda mais no ano findo, reduzindo a um estado precário a economia nacional*”. Houve uma séria queda do comércio exterior do Brasil, se a base de comparação for o ano de 1913 ou 1914: oscilando entre 34% e 37%. (“O Ano Econômico e financeiro de 1914” *in* Revista de Comércio e Indústria, São Paulo: Junho de 1915, Ano I, nº 5, p. 111).

Por fim, durante as três primeiras décadas do século XX, a burguesia cafeeira impôs ao país sua hegemonia social e política, a despeito das contradições existentes entre as diversas facções na esfera das disputas econômicas no plano da burguesia. Os representantes presidenciais que ocuparam o cargo na República, não só paulistas e mineiros, nunca pretenderam alterar a característica básica da vida republicana, atendendo de uma forma ou de outra, a primazia da cafeicultura. Logo, conforme Boris Fausto, “as condições da industrialização brasileira impediram a formação de uma burguesia industrial, com suficiente peso social, cujos interesses econômicos fundamentais se chocassem com o grupo cafeeiro” (IDEM: Ibidem, 230-231).

No tocante à indústria, o governo, no período compreendido entre a Primeira Guerra e a Depressão de 1929, apesar de seu marcante discurso liberal, adotou medidas de estímulos para a indústria, todavia, com reduzido efeito prático, refletindo a crescente influência política dos industriais e o novo peso que a indústria começava a ter na economia, sobretudo na segunda metade do século XX (VERSIANI, SUZIGAN: 1990, 22).

A crise de 1929, e as dificuldades dela decorrentes, em relação ao preço e à demanda do café, forçará o governo face à inquietação dos setores nacionais mais diretamente atingidos, a assumir medidas que causarão protestos de outros setores, daqueles que eram a base de sustentação material do regime vigente. Sendo assim, o governo adotará algumas medidas como a redução das despesas governamentais e o apoio à compra dos excedentes das safras de café. Por sua vez, a circulação monetária também sofrerá uma redução na casa dos 10%. A adoção dessas medidas terá efeitos negativos sobre a vida da indústria, provocando a redução na produção fabril num momento já marcado por dificuldades (PINHEIRO: 1975, 33).

As transformações políticas decorrentes da Revolução de 1930, a luta por uma maior participação de outros agentes sociais: classes médias, operariado etc. e os novos incentivos proporcionados ao setor industrial, após a crise de 1929, serão fundamentais na disputa por uma maior influência da burguesia industrial na hegemonia do aparelho de Estado.

3. Patronato Industrial e Hegemonia de Classe

3.1. A Hegemonia de Classe da Burguesia Cafeicultora

Neste terceiro capítulo procuraremos mostrar como se operou a hegemonia econômica e política do Estado brasileiro pela burguesia agrária de São Paulo, ligada à produção cafeeira em larga escala, e qual o caráter que o Estado assume ao ser preenchido pelos interesses de uma classe social que defende o liberalismo como estratégia de dominação política. Pretendemos também revelar as formas de organização patronal e de coerção do trabalho operário na dimensão do conflito de classe.

A burguesia industrial, muito embora não tivesse ainda musculatura econômica e coesão interna que lhe permitissem maior influência e capacidade organizativa no aparelho de Estado, e sem poder impor os seus imediatos pontos de vista ao governo, conseguiu alcançar, frente à política adotada pelo Estado, vantagens no processo de industrialização em curso na região sudeste do país. A expansão do capitalismo atingiu praticamente todos os países, embora com ritmo e intensidade variáveis, desenvolveu condições suficientes para fazer do ordenamento das classes sociais o centro estruturante e dinâmico da organização da sociedade. Ao mesmo tempo em que essa expansão ajustava-se, de maneira variável e geral, às condições externas e internas necessárias ao seu desenvolvimento (FERNANDES: 1973, 39).

O modo de produção capitalista se objetivou e se irradiou historicamente como força social por meio de mecanismos de proteção aos interesses privados: mercado de consumo, força de trabalho assalariada e difusão da ordem social competitiva. Além de um conjunto de ideias difundidas, a partir do seio das classes dominantes, que buscou legitimar e *naturalizar* a exploração da força de trabalho em nome do progresso social, mas em benefício único de uma classe, a burguesia, mediante relações econômicas que se expressam por meio das relações jurídicas, políticas, religiosas e outras de natureza ideológica (IDEM: Ibidem)..

O Estado burguês se constituiu, efetivamente, como elemento ordenador da exploração capitalista sobre a *classe trabalhadora*¹³⁴, e aqui a nossa maior preocupação

¹³⁴ Embora o termo *classe trabalhadora* não possa ser adequadamente compreendido, “pois jamais delineou um determinado conjunto de pessoas, mas foi antes uma expressão para processo social em curso”. Contudo, de forma geral, representou para a maioria das pessoas o termo comum em que se define a massa trabalhadora dos países capitalistas. Aqui, ele é empregado com base na sua relação com os meios de produção. Braverman observa que há certa limitação definidora, por causa das inúmeras transformações operadas no mundo do trabalho, “quando quase todas as pessoas foram colocadas nesta

é a de deixar claro que a exploração da força de trabalho, sob o modo de produção capitalista, inexistiria sem os aparelhos coercitivos do Estado, inclusive aquela que se dá na sua *forma liberal* mais pura. (GORENDER, LAPA (Org.): 1980, 50).

No contexto de dominação burguesa, o arcabouço institucional da superestrutura jurídica que dá forma ao Estado burguês conseguiu exercer o poder político de fato sobre os demais agrupamentos sociais. Em face disso, a instituição do Estado, na acepção de Karl Marx, acima de todas as outras, têm como função primordial “assegurar e conservar a dominação e a exploração de classe”, diferente da posição de Hegel que concebia o Estado como a materialização do interesse geral da sociedade. No sentido hegeliano, o Estado estava “situado acima dos interesses particulares”, e, além disso, era capaz de superar as divisões e contradições com a sociedade civil, bem como o “abismo entre o indivíduo, como pessoa privada, e o cidadão” (BOTTOMORE: 1988, 133).

Há uma a rejeição de Marx quanto ao caráter do Estado defendido por Hegel. Ele considerava falsa a premissa hegeliana segundo a qual o Estado representaria a expressão do *interesse geral da sociedade*. Em essência, a maior preocupação de Marx é de mostrar como as bases do Estado estão fundadas na defesa da propriedade privada, e como o próprio Estado é concebido essencialmente como instrumento de dominação de classe. Não por vontade divina ou prestígio, mas pelo fato de a classe burguesa ser detentora da propriedade dos meios de produção, por meio dos quais são geradas as riquezas sociais. Com efeito, o controle sobre eles lhe confere o poder de empregá-los ao seu favor, ou seja, apropriando-se privadamente do resultado econômico e social da exploração do trabalho.

Marx considerava que as *condições materiais* gerais de uma sociedade ou a base de sua estrutura social é que moldavam o Estado, pois ele emerge das relações de produção e não da consciência ou das vontades humanas. Na base conceitual de Marx, não é a consciência dos homens o fator determinante do seu ser, mas, pelo contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência, sendo então inadmissível a separação das partes que integram o homem. Na *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, Marx apontou para a necessidade de responder às formulações teóricas de Hegel acerca do Estado. Em linhas gerais observou que:

situação, a ponto de que a definição englobe camadas ocupacionais das mais diversas espécies”. Logo, apesar disso, “não é a definição estéril que importa, mas sua aplicação” (BRAVERMAN: 1977, 31-32).

As relações jurídicas bem como as formas de Estado não podem ser explicadas por si mesmas, nem pela chamada evolução geral do espírito humano; estas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais de existência, em sua totalidade, relações estas que Hegel, a exemplo dos ingleses e franceses do século XVIII, compreendia sob o nome de “sociedade civil” [bürgerliche Gesellschaft]. Cheguei também à conclusão de que a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política. [...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; estas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais (MARX-ENGELS: 1984, 232-233).

Há uma profunda contradição entre a formulação do Estado “racional” de Hegel e um Estado ideal que estabelece relações harmônicas entre os agrupamentos ou elementos sociais. De acordo com Hegel, a condição de *eterno* que o Estado engendra se projeta e se afirma fora da história, transcende à sociedade enquanto uma “coletividade idealizada”. Para ele, o Estado “é mais do que as instituições simplesmente políticas” a serviço de uma classe.

Já na acepção de Marx, o Estado é concebido como uma realização específica de um contexto histórico, submetendo-o teoricamente ao campo de análise particular do *materialismo histórico*¹³⁵, na medida em que a sociedade humana geralmente é delineada pelo *modelo dominante* dos meios de produção e das relações geradas por ela. Nas sociedades industriais capitalistas, as relações de produção são constituídas por meio da propriedade econômica das forças produtivas. Logo, no capitalismo, o que temos de mais fundamental nessas relações “é a propriedade que a burguesia tem dos meios de produção”, ao passo que o proletariado só dispõe, como meio para assegurar a sua existência e a de sua família, da venda de sua força de trabalho (IDEM: *Ibidem*, 234).

Mas embora essa força de trabalho apareça na produção capitalista “plenamente desenvolvida”, como uma mercadoria no mercado, é certo que se trata de uma mercadoria que se distingue das demais, na medida em que reúne características que resultam de importantes contradições da sociedade capitalista, pois,

¹³⁵ Segundo F. Engels, “A concepção materialista da História parte da tese de que a produção, e com ela a troca de produtos, é a base de toda a ordem social; de que em todas as sociedades que desfilam pela História, a distribuição dos produtos, e juntamente com ela a divisão social dos homens em classes ou camadas, é determinada pelo que a sociedade produz e como produz ou pelo modo de trocar os seus produtos” (ENGELS, Friederich. Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico: São Paulo, Global Editora, 1981, cap. III).

[...] apesar de aparecer como uma mercadoria à venda, a força de trabalho não é produzida como as outras mercadorias. A produção da força de trabalho é um aspecto da reprodução biológica e social dos trabalhadores como seres humanos. [...] Nas sociedades capitalistas bem desenvolvidas, por exemplo, a força de trabalho é reproduzida pelo trabalho familiar, que não é assalariado; nos países capitalistas menos desenvolvidos, a força de trabalho é frequentemente reproduzida por meio de modos de produção não-capitalistas que ainda sobrevivem. Esses processos têm a sua lógica e a sua ideologia próprias; a pura lógica das relações capitalistas não pode, em si e por si mesma, assegurar a reprodução da força de trabalho. [...] O valor de uso da força de trabalho é a sua capacidade de produzir valor. Ao contrário de outras mercadorias, para utilizá-la, o seu comprador, o capitalista, tem de estabelecer toda uma nova série de relações com o vendedor, o operário (BOTTOMORE: 1988, 156-157).

Na constituição da sociedade competitiva, a “pré-condição histórica” do surgimento da força de trabalho no mercado, para que os detentores do capital possam comprá-la, é a formação de uma classe de homens “livres”. No Brasil, a principal condição para a formação do mercado de mão de obra livre foi à extinção do escravismo mercantil. E, como já foi observamos, essa mão de obra se inseriu no processo da *Revolução Burguesa* que se realizou pela implantação do capitalismo como pré-condição para a expansão do *modo de produção capitalista* no Brasil.

Contudo, apesar de não ter havido mudanças radicais nas relações sociais, nem mesmo entre as classes proprietárias, o Estado republicano burguês que nasce entre 1889 a 1891, significou, na prática, uma enorme conquista aos interesses de classe da burguesia agroexportadora, “cuja iniciativa política vinha sendo sufocada pelo excesso de centralismo do Império” (ARRUDA: 2012, 282)¹³⁶. A conquista da hegemonia do Estado pela burguesia¹³⁷ se apresenta de alguma forma como sendo a expressão da vontade geral, em outras palavras, transformaram-se os seus valores de classe em valores que correspondessem aos interesses de todos. Além disso, não há Estado que

¹³⁶ De acordo com Décio Saes, a constituição do *bloco regional cafeeiro*, que reunia às classes dominantes paulistas ligadas à economia cafeeira, permitiu uma crítica mais contundente contra a política econômica do governo imperial. Salienta que, “ao analisar essa política, essas classes consideraram que os seus interesses específicos (produção e exportação de café) estavam claramente sub-representados ao nível do governo central”. Que favorecia setores ligados aos engenhos de açúcar com empréstimos e isenções alfandegárias, atrapalhando a obtenção de crédito à produção e exportação do café, “por negar faculdade emissora a bancos paulistas”. Além de implementar uma política insuficiente para mão de obra imigrante para suprir as necessidades da cafeeicultura. Essas críticas partiram de Campos Sales na imprensa provincial (SAES: 1990, 255).

¹³⁷ Na concepção gramsciana de Estado, a hegemonia não significa pura e simplesmente a imposição, a coação pela pura força, porém Gramsci não confunde a noção de hegemonia com a ideia weberiana de *legitimidade*, ou seja, “a ideia de consenso a nível de certos grupos”. A ideia de hegemonia é um pouco mais complicada e um pouco diferente disso; supõe a capacidade de um grupo social para dirigir o conjunto da sociedade na medida em que reúne capacidade de transformar os seus valores em valores do conjunto social. Sendo assim, “Esse processo requer para o seu desenvolvimento a existência de formas culturais e formas de expressão ao nível ideológico que garantam a direção da nação pelos que controlam o Estado” (CARDOSO, PINHEIRO (Coord.): 1977, 82).

dispense seus dispositivos de coação e muito menos a sua ideologia, por meio da qual se legitima o exercício do poder¹³⁸, (CARDOSO, PINHEIRO (Coord.): 1977, 83).

A burguesia cafeeira de São Paulo, que se consolidou antes da virada do século XIX, defendeu um modelo federalista por meio dos seus representantes paulistas na Assembleia Constituinte¹³⁹, que vinha de encontro à necessidade de uma maior autonomia dos estados em relação ao poder central. Campos Salles, líder dos cafeicultores paulistas, lembrava que “a ideia de descentralização está no sentimento brasileiro, atesta-o a sua História” (*Apud* ARRUDA: 2012, 287). Quando chega à Presidência (1898) adota uma política econômica e financeira análoga aos tempos imperiais, assinada pelo seu ministro de Finanças, Joaquim Murinho. Em uma de suas mensagens (maio de 1899) Campos Salles definia a sua orientação da seguinte forma: “é tempo de tornar o caminho certo; e o que devemos fazer para esse fim é nos esforçarmos para exportar tudo quanto podemos produzir em melhores condições do que outros países e importar tudo quanto eles possam produzir em melhores condições do que nós” (*Apud* CRUZ COSTA: 1989, 73).

Com as prerrogativas do poder executivo, Campos Salles reafirmou as linhas gerais que nortearam o exercício do mandato governamental anterior, do também cafeicultor Prudente de Moraes¹⁴⁰; que se concentraram na defesa de uma política voltada para o atendimento dos interesses econômicos das elites exportadoras do café, sobretudo a de São Paulo.

Na trajetória conservadora das elites na Primeira República, formou-se um *sistema político* cujo foco de poder começava a se concentrar mais nos estados, como pregava o federalismo. Todavia, sob a hegemonia dos setores economicamente mais fortes, liberais na sua forma e oligárquicos no funcionamento, a burguesia agrária defendeu um ponto de vista ideológico comum à democracia liberal. Mas acabavam agindo de modo que a participação política ficasse restrita aos seus representantes.

¹³⁸ Aqui, o conceito de ideologia representa a lógica de ocultação do real e do seu reconhecimento como *verdade*. De acordo com Marilena Chauí, “a tarefa da ideologia é ocultar a divisão social e tomá-la como um dado empírico suprimível de direito, graças ao discurso de classe convertido em discurso da sociedade inteira, isto é, em universal” (CHAUÍ: 1978, 14-15).

¹³⁹ A Assembleia Constituinte destinada à discussão e votação de uma Constituição para o Brasil republicano foi promulgada em 24 de fevereiro de 1891.

¹⁴⁰ A eleição de Prudente de Moraes fortalecia a representação política do PRP e foi precedida, “no Estado, de larga campanha em que dispensa o continuísmo de Floriano Peixoto”. A sua posse não ficou isenta de riscos: “O boato de que Floriano Peixoto planejava um golpe continuísta fez com que, em São Paulo, Bernadino de Campos aquartelasse, na capital, os Batalhões Patrióticos Paulistas que haviam lutado na Guerra Cível” (CASALECCHI: 1987, 81-82).

Assim, o Estado burguês dessa fase possuía, de acordo com Maria do Carmo Campello de Souza, um “caráter ambíguo, oligárquico, liberal”, que pode ser explicado, em grande medida, pelas características do Brasil como país situado economicamente na periferia do sistema, que, a despeito de estar integrado ao comércio mundial, obedecia às regras impostas pela divisão mundial do trabalho, isto é, produzir e exportar artigos tropicais (SOUZA, MOTA (Org.): 1974, 167).

Nesse sentido, o capitalismo do final do século XIX evocava a filosofia liberal do direito inalienável dos homens¹⁴¹ para determinar os limites da interferência do Estado nas relações econômicas, vinculando-se ao *laissez faire*¹⁴². O estatuto liberal que serviu de base e que orientava a prática político-econômica brasileira não obedecia apenas aos traços determinados a partir do exterior, tendo em vista que o seu emprego só foi possível quando se mostrou ser um dinâmico instrumento no processo histórico, político e econômico do país. Contudo, embora os exportadores brasileiros se beneficiassem da marca liberal em seus negócios, a burguesia agroexportadora de São Paulo mostrou-se mais convencida pela “lógica do liberalismo econômico, segundo a qual a liberdade de iniciativa e de comércio resultava no predomínio do melhor produto e menor preço” (IDEM: *Ibdem*).

Mas, apesar de haver um ponto comum na afinidade da burguesia paulista com os propósitos liberais, no exercício do monopólio agroexportador e do fato de haver o controle da produção por uma classe nativa e não estrangeira, executaram-se medidas internas contrárias ao liberalismo econômico. Logo, a partir do momento em que se fez necessária a adoção dessas medidas em decisões de Estado, contrariando a doutrina do *laissez faire*, tal decisão estava em conformidade com os interesses da elite agrária. E esta soube reformular perfeitamente “o princípio do Estado não-intervencionista”, como se mostrou claramente na política de defesa dos preços do café,

¹⁴¹ De acordo com Herold J. Laski: o liberalismo “como corpo doutrinário está diretamente relacionado com a liberdade; pois surgia como o inimigo dos privilégios conferidos a qualquer classe [...] Mas a liberdade que procurou não tinha foros de universalidade, visto que a sua prática estava limitada aos homens que tinham propriedade a defender. [...] almejou limitar o âmbito da autoridade política, confinar os negócios do governo ao quadro dos princípios constitucionais, portanto, tentou sistematicamente descobrir um sistema de direitos fundamentais que o Estado não fosse autorizado a violar” (LASKI: 1973, 11).

¹⁴² Esse princípio se formou como base ideológica e institucional das economias mais poderosas, ou seja, a de não interferência do Estado nas ações individuais. E ao ser adotado pelas economias mais fracas, “passou a garantir o sistema de desigualdade, desenvolvido nas relações comerciais entre os diversos países (SOUZA, MOTA (Org.): 1974, 167).

expressa no *Convênio de Taubaté (1906)*¹⁴³ e no Plano de Defesa Permanente (1924-1926). A defesa do nível de renda e do emprego no setor cafeeiro se definira como uma das marcas da política de Estado na Primeira República (Ibdem, 168).

Por sua vez, os Rothschild, que, por serem os principais agentes financeiros do Brasil no exterior, exerciam forte influência nos mecanismos de controle do câmbio, se opuseram veemente ao Convênio de Taubaté, que previa a adoção de medidas que visavam à estabilidade cambial brasileira em níveis mais baixos. Havia, por parte deles, receio de que houvesse problemas com o serviço de manutenção da dívida. As pressões exercidas pela casa dos Rothschild tiveram efeito sobre as decisões de Rodrigues Alves, convertendo-se, em princípio, no principal obstáculo ao apoio do Executivo às iniciativas da burguesia cafeeira de São Paulo. Esse apoio foi obtido no governo seguinte, do Presidente Afonso Pena¹⁴⁴, governando entre 1906-1909 (FAUSTO: 1995, 274).

Apesar de certa estabilidade econômica herdada da gestão do seu antecessor Campos Salles, o governo de Rodrigues Alves enfrentou a primeira crise de superprodução¹⁴⁵ do café, que o levou a adotar uma posição contrária aos interesses imediatos dos fazendeiros e homens de negócios de São Paulo. Levando-se em conta que, tanto a União como os estados, não tinham condições de assegurar o ônus da política de valorização, pois implicava a disponibilidade de grandes somas financeiras para o seu custeio, seja na compra do produto ou mesmo na sua produção. Sobre essa questão, Boris Fausto enfatizou que “A valorização nasceu com o corolário do apelo ao capital externo, embora os grupos financeiros já instalados no país, Rothschild, Banco da França – tenham resistido, a princípio, a esta política”. Entretanto, a concorrência aberta entre os capitais provenientes das instituições financeiras da Alemanha, Estados Unidos e da França obrigaram o capital inglês dos Rothschild a fornecer recursos para São Paulo (FAUSTO, MOTA (Org.): 1974, 231).

Apesar de manter-se fiel às linhas gerais do programa financeiro de Campos Sales, de valorização do meio circulante, facilitado pela circulação dos capitais estrangeiros, investidos em obras públicas, Rodrigues Alves conseguiu não apenas

¹⁴³ Essa política consistia na retirada do mercado de uma parte da produção, tendo como objetivo reduzir a oferta do café no mercado internacional e garantir, tanto quanto possível, a estabilidade ou nível dos preços.

¹⁴⁴ Afonso Pena deu apoio à política de defesa do café, obteve em 1908, a soma de 15 milhões de libras esterlinas com os ingleses, para segurar os preços do café com a superprodução (BELLO: 1952, 264).

¹⁴⁵ No estudo realizado por Sérgio Silva, o problema da superprodução do café, segundo ele, “apareceu desde o final do século XIX. Em 1882, a produção mundial havia ultrapassado o consumo mundial”. Vale lembrar que a produção brasileira representava 53% da produção mundial (SILVA: 1980, 62).

e elevar as taxas de câmbio, como também torná-las mais estáveis. Essa política visava a atender aos interesses gerais do país, contudo, contrariava os dos exportadores de café¹⁴⁶ e, segundo José Maria Bello, também os interesses dos segmentos mais ou menos identificados com “as nascentes indústrias fabris, ainda não satisfeitas com a sensível proteção alfandegária” (BELLO: 1952, 247).

Assim, a política de câmbio baixo era uma exigência sistemática da burguesia do café de São Paulo, grupo hegemônico do bloco de poder de Estado, pois oferecia um vultoso rendimento em forma de lucro a seus produtores. Por outro lado, o câmbio baixo prejudicava as importações de outros artigos, encarecendo-os. A *Revista do Comércio e Indústria de São Paulo* defendia uma posição contrária à política do câmbio baixo. O núcleo principal do argumento era o aumento desproporcional da dívida: “*Ora, a baixa do câmbio, reflectindo-se nas finanças da União, dos Estados, dos Municípios e de todas as empresas oneradas de dívidas no estrangeiro, virá affectar profundamente todas as classes da sociedade brasileira*”¹⁴⁷.

Assim, cabe salientar que o progressivo desempenho do setor industrial nas duas primeiras décadas do século XX permitiu o desenvolvimento das atividades fabris nesse momento¹⁴⁸.

A burguesia agrária de São Paulo já se sentia suficientemente forte para estabelecer, enquanto fração de classe burguesa, a liderança do aparelho de Estado junto

¹⁴⁶ Apesar de grande fazendeiro de café e de suas ligações partidárias em São Paulo, o Presidente Rodrigues Alves “resistiu tenazmente” ante a política de valorização do café, como numa clara previsão do seu futuro desastre. Muito embora não pudesse impedir o acordo entre Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, cabia-lhe opinar sobre as modificações da política monetária. E, nesse ponto, manteve-se irredutível em relação à política de câmbio baixo e da possível quebra do padrão monetário. No entanto, apesar de sagrar-se vitorioso nessa disputa com os cafeicultores, “os políticos que ele contrariara provocaram a crise da sua sucessão na Presidência da República, e prepararam o êxito próximo da orientação intervencionista” (BELLO: 1952, 248).

¹⁴⁷ *Revista do Comércio e Indústria de São Paulo*, Junho de 1915, p. 114.

¹⁴⁸ A política de desvalorização do mil-réis penalizava os importadores, fazendo subir o preço de suas mercadorias por causa da política protecionista. Entretanto, desde 1880 setores da indústria no Brasil principalmente da indústria têxtil, viviam um processo acentuado de substituição de importações. Em 1907, a produção interna de tecidos de algodão foi superior a 300 milhões de metros, ou seja, já atendia a 2/3 do consumo doméstico. Mas com as taxas de câmbio baixas, quem fosse ao mesmo tempo importador e produtor poderia, assim, minimizar os efeitos negativos decorrentes das oscilações cambiais (VERSIANI, Flávio R., SUZIGAN, Wilson: 1990, 13-16). Conforme Eli Diniz e Renato R. Boschi, “Embora a proliferação de pequenas empresas se verifique em todos os ramos da atividade industrial, o ramo têxtil apresenta [...] uma alta proporção de empresas de grande porte. Essa situação particular da indústria têxtil, pode ser explicada, em parte, por ser uma indústria mais antiga, que já havia se consolidado numa época em que os mecanismos tarifários favoráveis, aliados à abundância de matéria prima, permitiram grandemente a sua expansão”. O setor têxtil teve um crescimento médio de 5% entre 1905 e 1923, período em que as taxas de câmbio foram favoráveis à atividade industrial, e os empréstimos do London & Brazilian Bank estavam à disposição da indústria (DINIZ, Eli, BOSCHI, Renato R.: 1978, 35).

Ver também DEAN, Warren. *Op. cit.*, p. 64.

aos demais setores, determinando a orientação da política econômica a ser adotada e limitando a participação e representação das camadas médias e populares no processo político da sociedade, o que mais tarde se tornara fonte de sérios conflitos sociais (IDEM, *Ibidem* : 247-248).

Todavia, não queremos aqui fazer apologia do Estado como expressão única dos interesses privados de uma fração de classe, cuja distinção aparentemente apenas formal entre poder público e poder privado, qualquer que seja o grau de confluência entre eles, tem implicações decisivas e cruciais. Isso se torna mais revelador quando nos deparamos com duas questões fundamentais enfrentadas pela burguesia cafeeira durante a Primeira República: a primeira diz respeito à oferta de mão de obra para as lavouras paulistas. E a segunda é aquela que se refere às crises da superprodução do café; em ambos os casos, os cafeeiros se valeram preferencialmente dos recursos públicos e não de mecanismos de mercado para resolver os seus problemas. Elemento que reforçava as práticas *sui generis* do liberalismo adotado pela burguesia de São Paulo à frente do Estado, conforme Elisa Pereira Reis;

Para satisfazer à demanda crescente de mão de obra cafeeira no contexto pós-abolição a atuação do Estado foi decisiva. Enquanto a importação de mão de obra estrangeira permaneceu restrita à iniciativa privada, foi impossível a institucionalização de um mercado de trabalho. Aqueles que investiam individualmente na importação de trabalho enfrentavam o risco de ter o investimento realizado apropriado pelos competidores de mão de obra. [...] Nesse sentido, a iniciativa privada não via alternativa se não instituir mecanismos de semi-servidão visando cercear a mobilidade do trabalho. No entanto, quando o Estado assumiu a responsabilidade de assegurar uma oferta abundante de mão de obra imigrante, tais restrições à mobilidade deixaram de ser imperativas e o mercado de trabalho pôde se consolidar (REIS: 1985, 197).

A política desenvolvida pela atuação do Estado na esfera pública em relação à imigração assumiu a tarefa de organizar o mercado de trabalho de mão de obra livre no Brasil, o que passava diretamente pelo atendimento das necessidades econômicas do setor privado agroexportador ligado à burguesia do café¹⁴⁹. Entretanto, a

¹⁴⁹ No seu estudo “A Imigração e a Crise do Brasil Agrário”, José de Souza Martins explica a condição primordial que motivou a imigração da Europa para o Brasil: “A aspiração que o capitalismo periférico podia considerar como legítima no imigrante era de tornar-se proprietário de terras para as quais o capital nelas empregado tivesse rentabilidade alternativa”. Isto é, não podia sob nenhuma hipótese, concorrer com a grande lavoura cafeeira agroexportadora. Assinala que o objetivo mais geral da imigração era a constituição de um mercado de trabalho, para tanto, era preciso jogar a isca, oferecendo ao imigrante estrangeiro a condição de “pequeno proprietário” por meio da intervenção estatal, com a formação de “núcleos coloniais oficiais”. Nesse caso, em conformidade com a posição de Martins, “A transformação do imigrante em proprietário ficaria assim na dependência de que oferecesse à grande lavoura a sua força

atuação do Estado não se resumia a isso, ela também implicava demandas de interesses próprios. Assim, outra clara indicação de que a esfera pública não pode ser reduzida inteiramente aos ditames do poder privado se mostrou no fato de que existem razões objetivas de Estado que não necessariamente coincidem com aquelas que advêm dos setores sociais dominantes (IDEM: *Ibidem*, 198).

A própria necessidade de colocar em dia as finanças do Estado levou Rodrigues Alves a adotar políticas que não estavam em conformidade imediata com os interesses do grupo social que representava, ou seja, se contrapôs, em certa medida, aos interesses agrários dominantes, revelando suas contradições. A despeito das ocasionais divergências da burguesia cafeeira com as políticas de Estado, no plano interno, em última análise, foi ela quem deteve o poder a partir de 1894 com a eleição de Prudente de Moraes, por intermédio da unidade com os mineiros, reunindo, efetivamente, as duas oligarquias mais poderosas do país.

Com isso, independentemente de surgirem atritos no campo político, essa aliança constituída entre o eixo São Paulo-Minas Gerais resultou na montagem da chamada “política dos governadores”, obra política de Campos Salles, que garantiu a dominação, o controle e a estabilidade do poder central por parte da aliança do “café com leite” (FAUSTO: 2011, 120). Dito isso, há outro aspecto que se dispõe a favor da distinção do poder público, trata-se da própria dinâmica dos arranjos políticos perpetrados pela ordem coronelística da Primeira República.

Na obra *Coronelismo, Enxada e Voto*, Vitor Nunes Leal identifica nesses arranjos a personificação aparentemente contraditória da crescente importância do poder público, na medida em que o fenômeno do *coronelismo* refletia a “necessidade imperativa” para os poderosos de se beneficiarem da patronagem do Estado para preservarem o seu poder local. O poder que provinha dos potentados locais estava articulado aos acordos estabelecidos junto ao poder central do Estado, e, nesse caso,

O fortalecimento do poder público não tem sido, pois, acompanhado de correspondente enfraquecimento do “coronelismo”; tem, ao contrário, contribuído para consolidar o sistema, garantindo aos condutores da máquina oficial do Estado quinhão mais substancial na barganha que o configura. Os próprios instrumentos do poder constituído é que são utilizados, paradoxalmente, para rejuvenescer, segundo linhas partidárias, o poder privado residual dos ‘coronéis’, que assenta basicamente numa estrutura agrária em fase de notória decadência. Essa decadência é imprescindível para a compreensão do “coronelismo”, porque na medida em

de trabalho”, com isso, o ardil se completava em nome dos lucros da burguesia agrária, e o Estado assumia todas as despesas, como se diz, o ônus da imigração... (MARTINS: 1973, 66-69).

que se fragmenta e dilui a influência “natural” dos donos de terras, mais necessário se torna o apoio do oficialismo para garantir o predomínio estável de uma corrente política local (LEAL: 2013, 237).

Antes da República o sistema político imperial já tinha os traços bem delineados sob a dominação dos grandes proprietários rurais, no entanto, com o advento da Abolição que desferiu o golpe final no Estado imperial, essa dominação veio assumir novas formas e contou com a hegemonia política de outros grupos em ascensão econômica. O sistema político oligárquico que surgira no Brasil, com as mudanças motivadas pela aceleração do desenvolvimento dos mecanismos correspondentes ao capitalismo agrário¹⁵⁰, mostrou-se mais complexo e mais acabado no jogo político das elites dominantes: em primeiro lugar, porque se forjou na articulação política de dominação do segmento de classe dos grandes fazendeiros sobre as outras classes e demais grupos sociais (SAES: 1985, 32).

Em segundo, o sistema político oligárquico confirmou a hegemonia política do setor econômico com maior presença política nesse momento, a burguesia agrária de São Paulo, associada aos proprietários de terras do estado de Minas Gerais, no interior da classe dominante agrária. O caráter específico dessa nova dimensão encontrava-se na passagem da hegemonia política dos proprietários escravocratas do nordeste brasileiro e do Vale do Paraíba durante a fase imperial, para a vanguarda cafeeira e seus aliados após a queda do Império¹⁵¹. Contudo, um elemento importante na consolidação dessa

¹⁵⁰ Do ponto de vista dos proprietários e dos arrendatários capitalistas, a terra devia ser liberada de qualquer tipo de obstrução ao seu uso produtivo e lucrativo. Na Inglaterra, entre os séculos XVI e XVIII, houve uma pressão contínua para os direitos costumeiros que interferiam na acumulação capitalista. Isso, segundo Ellen Wood, poderia significar muitas coisas: “a disputa da propriedade comunal com vistas à apropriação privada; a eliminação de uma série de direitos de uso sobre as terras privadas; ou, finalmente, problematizar o acesso à terra dos pequenos camponeses que não possuíam título de domínio inequívoco. Em todos esses casos, a noção tradicional de propriedade precisava ser substituída por um conceito novo, o conceito capitalista de propriedade – propriedade não apenas privada, mas excludente, literalmente excluindo outros indivíduos e a comunidade, pela eliminação da regulação das aldeias e das restrições ao uso da terra, pela extinção do uso e direitos costumeiros etc.” (WOOD, Ellen Meiksins. “Origens Agrárias do Capitalismo”. Canadá: Monthly Review. Vol. 50, nº3, jul/Agos., 1998. Tradução de Lígia Osório Silva). No Brasil, a Lei de Terras de 1850, que capitalizou a propriedade da terra nos termos da compra e da venda, visava a dificultar ao máximo o acesso dos imigrantes ou pequenos proprietários a ela.

¹⁵¹ O regime imperial tinha um caráter parlamentar clássico. Nele o poder executivo era exercido pelo Gabinete Imperial; restando ao imperador, Dom Pedro II, o poder moderador. Assim, o seu papel consistia no de um árbitro entre as disputas das duas facções políticas: liberais e conservadores, tendo como objetivo político a promoção da alternância do governo e do equilíbrio parlamentar.

nova hegemonia política em disputa, conforme Décio Saes, foi “a neutralização do grupo militar”¹⁵² (IDEM: *Ibdem*).

Por conseguinte, a unidade das oligarquias, a partir de 1894, manifestava um duplo aspecto: de um lado, a dominação de classe era exercida em nível nacional e regional por meio do poder central, e também pelos pólos regionais de decisões perpetrados pelos grandes latifundiários; de outro lado, a relativa autonomia dos grupos dominantes regionais coexistia com a hegemonia no plano nacional, ou seja, o controle político do conjunto das instituições do Estado Federal pelas oligarquias de Minas Gerais e São Paulo, que emergiam como os grupos mais poderosos nesse novo contexto histórico da implantação do capitalismo e da República no Brasil.

E, por último, as disputas políticas que envolviam as oligarquias se davam por meio de outras instituições, diferentes daquelas anotadas no período anterior ou imperial. Essas disputas tinham como principal característica o voto censitário no processo eleitoral imperial, que tornava exclusivo o jogo político dos “grandes proprietários de terras”, pois havia um processo seletivo dos “eleitores e dos elegíveis” que passava pelo crivo econômico, assegurando total controle do jogo político, isolando os outros segmentos que não estavam ligados à propriedade da terra (*Ibdem*: 33).

Portanto, a dominação de classe dos proprietários de terras e a hegemonia política da burguesia dos cafeicultores se mantinham graças à exclusão do processo político eleitoral da maioria absoluta da população do país. O processo de hegemonia de classe tinha ao seu dispor novos instrumentos institucionais, pois precisava responder às novas mudanças sociais que apareceram a partir da última etapa de expansão do *capitalismo agrário* brasileiro. Logo, o tipo de democracia nascente correspondeu, segundo Décio Saes, “a um refinamento da dominação de classe dos proprietários de terras no plano das instituições políticas”. Esses novos instrumentos de dominação criados pela classe dominante agrária serviram para a consolidação do seu poder político (*Ibdem*: 34).

¹⁵² Cruz Costa assinala que, “Consolidada a República, as oligarquias afastariam os militares do poder, reocupando o novo aparelho do Estado. Essa reocupação constituiria o período da Segunda República, chamada a da ordem civil ou, mais propriamente, a do reinado do café – na qual o exército tornar-se-ia como que um novo poder moderador, ‘um estabilizador das instituições e fiscal do jogo partidário que as forças conservadoras podiam aplaudir sem temor’ ” (CRUZ COSTA: 1989, 68).

Diante disso, em virtude das restrições impostas pela constituição de 1891, desde logo a maioria da população urbana e rural ficava alijada de participação nos viciados processos eleitorais¹⁵³. O analfabetismo era uma notória realidade no interior do país, além disso, o grande contingente de trabalhadores das promissoras lavouras de café e dos centros industriais urbanos era de origem estrangeira. Entretanto, o modo pelo qual se dava o exercício da prática de dominação política em relação aos demais agrupamentos sociais, ou seja, os mecanismos de exclusão política das massas rurais e urbanas, não se encontrava, ainda segundo Saes, “nas próprias instituições restritivas, mas na manipulação pela classe dominante agrária”. Havia, efetivamente, um exclusivo controle do sistema político eleitoral perpetrado pelos grupos locais e donos de terras que constituíam o sistema oligárquico de dominação.

Cumprir destacar que, na Primeira República, isto é, entre 1889 e 1930, 80% da população nacional viviam no campo, o que nos dá uma ideia do poder de manipulação eleitoral existente na atuação das oligarquias agrárias (ver *nota* 125), atingindo porcentagens vencedoras no pleito de até 99,1%, como nas eleições de 01 de março de 1918, quando o paulista Rodrigues Alves, pela segunda vez, se consagrou vencedor. Ou mesmo Washington Luis, nas eleições de 01 de Março de 1926, quando obteve 98% dos votos válidos (*Ibidem*: 34-35).

Porém, a constituição de um mercado de consumo que embora incipiente, era importante para responder às novas demandas do contínuo crescimento urbano¹⁵⁴,

¹⁵³ Nas eleições presidenciais no Brasil, entre 1894-1930, tivemos o seguinte quadro de votantes:

Presidente eleito	Nº de votantes (milhões)	Porcent. da popul.votante	Porcent. do vencedor
Prudente de Moraes	0,3	2,2%	84,3%
M.Campos Salles	0,5	2,7%	90,9%
F. Rodrigues Alves	0,6	3,4%	91,7%
Afonso Pena	0,3	1,4%	97,9%
Hermes da Fonseca	0,6	2,8%	64,4%
Venceslau Brás	0,6	2,4%	91,6%
F.Rodrigues Alves	0,4	1,5%	99,1%
Epitácio Pessoa	0,4	1,5%	71,0%
Artur Bernardes	0,8	2,9%	56,0%
Washington Luis	0,7	2,3%	98,0%
Júlio Prestes	1,9	5,7%	57,7%

FONTE: LOVE, Joseph. O Regionalismo Gaúcho. São Paulo: Perspectiva, 1975, p. 125.

¹⁵⁴ Para se ter uma ideia do crescimento urbano da capital, em 1º de janeiro de 1917 já estavam funcionando 7.341 aparelhos de telefones; somados os instalados durante o ano e os retirados, esse número subia para 9.347 aparelhos. Em 1919, saltou para 14.774 aparelhos, sendo 11.801 aparelhos instalados (Relatório Apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo Prefeito Dr. Firmiano Moraes Pinto, São Paulo, Casa Vanorden, 1920, pags. 118-141).

Outro dado que merece destaque são os alvarás expedidos pela Prefeitura no ano de 1917: casas=830; sobrados=213; muros=437; garagens=70; cocheiras=28; barracões=175; pequenas obras=735;

fez entrar em cena outros grupos que aspiravam maior participação nas decisões acerca política nacional, principalmente em face das riquezas geradas pela cafeicultura, no oeste de São Paulo. Desde logo, nota-se o surgimento de uma opinião pública cujo modelo de escolaridade e de “educação humanista” pressionava o seu reconhecimento por parte das elites oligárquicas dominantes; estamos nos referindo às pressões vindas das camadas médias urbanas (IDEM: *Ibdem*).

Em suma, o caráter fundamental da economia cafeeira e a modelação das instituições do Estado em seu proveito permitiram que a burguesia agrária de São Paulo conservasse sua hegemonia mesmo quando o Presidente da República tinha a sua origem em estados pequenos e de fraca representação na política nacional. Para tanto, ela precisava contar com o apoio de outros setores dominantes e núcleos de representação de outras regiões do país, que se alinhavam, seja para obtenção de benefícios junto ao grupo mais forte, seja como expressões secundárias do sistema, isto é, a Bahia, Pernambuco e o Rio Grande do Sul. Extraíndo sua força das grandes propriedades rurais, conforme Boris Fausto, “ela exprime entretanto menos o “coronel” do interior, vinculado apenas no meio rural, do que os interesses do conjunto da classe, condensando os grupos produtores, comerciais e financeiros ligados ao café” (FAUSTO: 2011, 121).

Nesse sentido, a política de valorização da economia cafeeira, segundo Sérgio Silva, não pode ser entendida como um “obstáculo ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil”. Muito pelo contrário, em essência se encontrava “na base desse desenvolvimento”. Todavia, alerta para o fato de que a presença do capital estrangeiro e do capital cafeeiro, em condições normais, expressava as “formas específicas de dominação imperialista no Brasil dessa época” (SILVA: 1980, 69-70).

No conturbado ano de 1917, nos “Atos do Poder Legislativo”, o Presidente do Estado de São Paulo, Altino Arantes, é comunicado da promulgação da Lei nº 1553 de 04 de Outubro de 1917. No seu Artigo 1º - *“fica criada uma taxa de cem réis por saca de 60 quilos, cobrável sobre todo o café de produção do Estado que transitar nas*

aumentos=460; Total=2.948 obras (IDEM: *Ibdem*, Prefeitura do Município de São Paulo, Diretoria de Obras e Viação – 5ª Secção, 1917, p. 345). Havia uma plena correspondência da urbanização com o aumento populacional: em 1900 a capital contava com 239.820 habitantes; em 1905=300.569; em 1910=735.324 e 1915=472.728 pessoas. A onda migratória representou o seu principal termo de crescimento, entre 1827 e 1915, entraram no Estado de São Paulo 1.917.620 imigrantes (“*O Estado de São Paulo em 1915*”, *Revista do Comércio e Indústria de São Paulo*, Setembro de 1916, p.86).

estradas de ferro, com destino a São Paulo, Santos ou Rio de Janeiro”. Apesar de a cobrança estar sob responsabilidade do governo do Estado, a lei, no Artigo 2º, § 1º deixa bem nítido seu caráter exclusivista em benefício da promoção da política do café; afirma que: “*Os exatores do Estado nenhuma porcentagem receberão pela arrecadação da taxa*”. Sendo assim, a taxa adotada correspondia diretamente ao alinhamento do principal produtor de café às demandas de divulgação e logística do produto no mercado mundial. No Artigo 3º enfatiza que: “*O produto da taxa criada pela presente lei será destinado exclusivamente à propaganda e defesa do café do Brasil, no exterior*”¹⁵⁵.

O envolvimento direto do poder público nas demandas voltadas para a promoção do café, ao que se vê, se transformou num expediente corrente durante as três primeiras décadas do século XX. Tal premissa reforça o argumento segundo o qual havia um efetivo controle das políticas econômicas em favorecimento da burguesia agrária em geral, e, em particular, da classe dos cafeicultores oligarcas de São Paulo. No sistema constituído pela Primeira República, os verdadeiros protagonistas do processo político foram os Estados. Para isso, de acordo com Maria do Carmo Campello de Souza, “dotados dos necessários suportes legais, dominavam a política nacional” (SOUZA, MOTA (Org.):1974, 185).

Luiz Werneck Vianna, ao analisar as antinomias do liberalismo no Brasil, argumenta que as “dissociações” da esfera do público e do privado não significam exclusividade irrestrita do poder público sobre a sociedade, na medida em que:

Público e privado coexistem sob tensão, e binômios díspares que representam – cooperação *versus* apropriação privada desigual – só podem se instalar e reproduzir sob tutela legal e incessante fiscalização. Numa sociedade concreta, a tutela será tanto maior quanto menos se reconhecer na empresa privada o desempenho de ‘funções sociais’. No caso de baixo reconhecimento, as regras de direito público tenderão a invadir de tal forma o mundo das relações privadas que estas, para serem legitimadas, dependerão de minuciosa disciplina da lei. [...] uma vez que a propriedade está distribuída desigualmente entre os homens que se rivalizam para a sua obtenção, *reclamam a intervenção de meios coercitivos* (grifos meus) e institucionais para se imporem sobre a sociedade civil. Exatamente nesse sentido é que a ordem privada tende a se ‘publicizar’, eis que deve ser encaminhada para a realização do bem público, ao invés de apenas fundar conveniências e os interesses dos indivíduos (VIANNA: 1989, 8-9).

¹⁵⁵ Coleção das Leis e Decretos do Estado de São Paulo, 1917. Tomo XXVI, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2ª edição, 1938, p.7.

A reclamação quanto à intervenção dos “meios coercitivos” constantemente requeridos pelas hostes dos segmentos que compunham o bloco de poder burguês, seja para atender a demandas privadas, seja para coibir, por meio da violência repressiva, os movimentos sociais reivindicatórios denuncia o compromisso político do Estado com as várias facções burguesas nacionais, sendo que, no caso aqui tratado, ele atenderia de forma exclusiva às oligarquias, exportadoras ou não, que se constituíram, na Primeira República, como os únicos setores das classes dominantes dotados de força e de influência nas esferas ou canais de decisões do aparelho de Estado. Enquanto que a burguesia comercial e industrial e os demais setores sociais, como um todo, ficaram invariavelmente subordinados ao exercício de poder das decisões tomadas, sob o manto público, dos representantes da burguesia agrária (IDEM: *Ibdem*,10).

Entretanto, não dá para escamotear as contradições que a própria dinâmica de expansão cafeeira paulista projetava; muito embora houvesse o controle hegemônico do setor cafeeiro sobre as decisões do Estado, cabe destacar que havia, da parte do governo, tomada de decisões que facilitaram o desenvolvimento de áreas mais novas, onde prevalecia o pequeno proprietário que praticava uma agricultura básica, tendo como suporte o arroz, o milho e o feijão, estimulados pelo rápido crescimento de vilas e cidades, como parte do arranjo desencadeado pelo processo de urbanização. Desse modo, a produção desses três gêneros, de acordo com Wilson Cano, cresceu tão rapidamente que, na época da Primeira Guerra Mundial, São Paulo tinha se tornado autossuficiente e grande exportador desses três gêneros (CANO: 1977, 59).

Produção Anual média das culturas alimentares básicas em São Paulo (em 1000t)

Período	Arroz	Feijão	Milho
1901-1903	28,8	41,6	422,6
1904-1906	60,2	83,1	478,2
1910-1912	107,1	97, 5	619,6
1913-1915	72,3	112,8	595,8
1916-1918	152,1	177,1	733,4
1919-1921	275,0	212,5	1009,0

1925-1927	267,3	194,7	981,8
1928-1930	345,9	217,7	950,6
1931-1933	537,1	229,8	1419,2

Fonte: Wilson Cano (1977: 62).

É interessante notar que, embora São Paulo tenha se tornado um estado também produtor, a partir dos pequenos proprietários independentes (imigrantes) a quem a grande lavoura havia relegado essa tarefa, estava não só alimentando a força de trabalho como também exportava esses gêneros¹⁵⁶. A combinação do câmbio baixo, endividamento externo da união, estados e municípios, além da exportação de gêneros alimentícios, instauraram uma complexa situação social. A carestia e adulteração dos produtos básicos, amplamente consumidos pelas classes subalternas, passavam por uma escalada inflacionária provocada também pela eclosão da Primeira Guerra Mundial, o que veio a se transformar num autêntico elemento de contestação e convulsões sociais, como veremos mais adiante.

O proletariado urbano e rural ficava circunscrito à margem do sistema político oligárquico, e, portanto, sem o reconhecimento efetivo da cidadania e confinado a uma condição de vida extremamente difícil, cabendo-lhe apenas um caminho, o da revolta. Essa exclusão social que o situava para além dos limites do sistema político oligárquico resultava das práticas coercitivas empregadas no mundo do trabalho, tanto no meio rural como também nas zonas urbanas de concentração fabril (SAES: 1985, 37). O termo *capitão da indústria*, nos meios urbanos, era uma designação usual empregada para definir o patronato industrial nas três primeiras décadas do século XX, sobretudo em São Paulo. Os representantes fabris que compunham a fração de classe da burguesia paulista ligada às atividades industriais estavam perfeitamente integrados às

¹⁵⁶ A burguesia comercial defendia a livre concorrência contra qualquer tipo de controle Estatal da economia, argumentava contra medidas restritivas de gêneros de primeira necessidade: “*Os homens públicos do nosso Estado, em relatórios e mensagens, invariavelmente se entusiasmam com o aumento crescente da riqueza paulista. Ora, isto, incontestavelmente, é pouco. S.Paulo precisa para adquirir a prosperidade que merece, não só do entusiasmo, mas também, e principalmente da colaboração eficaz do Governo no terreno das realidades. Os nossos estadistas mostram-se recentemente muito interessados pela sorte as classes pobres, chegando a pensar em perturbar e anarchizar a mercado de gêneros, só para defende-la da carestia da vida. Ora, um dos meios mais seguros e mais lógicos de diminuir a pobreza é fomentar a riqueza. Compreendendo esta verdade, o Governo desistiu dos seus propósitos de impedir a saída de cereais e carne. Fez bem, mas não fez tudo. Entre nós, cruzar os braços já é alguma coisa para o Governo: isso já permite que o progresso continue e a riqueza se desenvolva*” (Revista do Commercio e Indústria, Dezembro de 1916, p. 350).

elites agrárias ligadas à economia do café. Característica que simbolizava o traço marcadamente autoritário da classe patronal agroindustrial, revelando de modo geral a característica mais acentuada da burguesia brasileira, a autocracia¹⁵⁷.

Desse modo, a burguesia paulista ligada à economia do café impôs no Brasil, durante os três primeiros decênios do século XX, sua hegemonia econômica, social e política. Cumpre ressaltar que, durante esse período, não se formou nenhum grupo que apresentasse uma alternativa real de oposição aos seus interesses. Nenhum dos presidentes da República, não só aqueles de origem paulista ou mineira, como também os que não contaram com o apoio de São Paulo, como, por exemplo, Hermes da Fonseca (1910-1914), pretendeu mudar as principais características da vida republicana, dando a conhecer toda a sua dedicação ao que consideravam a prioridade econômica, o café. Por sua vez, as condições da industrialização brasileira impediram, na ótica de Boris Fausto, “a formação de uma burguesia industrial, com suficiente peso social, cujos interesses econômicos fundamentais se chocassem com o grupo cafeeiro” (FAUSTO: 1974, 230,231).

A política adotada pelo governo de São Paulo estava inteiramente voltada ao atendimento dos propósitos agrários, como a defesa da economia voltada para o exterior. Decisões que figuravam como praxe nos órgãos de Estado que representavam as posições políticas e econômicas das frações dominantes da burguesia proprietária, apesar de haver pontuais divergências quanto à condução da política de controle das exportações¹⁵⁸ dos gêneros de primeira necessidade:

¹⁵⁷ Para Florestan Fernandes, a burguesia brasileira engendrou um Estado literalmente autocrático e oligárquico que, segundo ele, “Preserva estruturas e funções democráticas, mas para os que monopolizam, simultaneamente, o poder econômico, o poder social e o poder político, e usam o Estado exatamente para criar e manter uma dualidade intrínseca da ordem legal e política, graças à qual o que é oligarquia e opressão para a maioria submetida, é automaticamente democracia e liberdade para a minoria dominante” (FERNANDES: 1975, 350).

¹⁵⁸ A questão dos gêneros alimentícios se tornara uma questão de amplitude nacional, forçando o Estado a intervir no problema, mantendo a política de exportação, mas ressaltando a necessidade de uma maior fiscalização dos gêneros primários; “O Sr. Presidente da República, usando as atribuições que lhe foram conferidas pelas leis ns. 3.316 de 16 de Agosto de 1917, e a de acordo com o decreto n. 12.902 de 6 de Março do corrente anno: Considerando que o Brasil a fim de concorrer efficientemente para a alimentação dos paizes alliados e manter o equilíbrio da sua balança commercial e internacional tem o maior interesse em que a sua exportação seja a mais variada e copiosa que for possível; considerando, porém, que a exemplo das nações belligerantes, e até neutras, esta exportação deve ser fiscalizada e mantida dentro de certos limites, a fim de que não se aggrave ainda mais a carestia de vida, que já se faz sentir em alguns centros populosos do paiz, tornando cada vez mais a subsistência de todos e especialmente do operariado” (Jornal do Commercio, 13/6/1918).

Mas o Governo de São Paulo certamente não constituirá sempre um embaraço ao processo do Estado. Nem eternamente se desinteressará pelo desenvolvimento das nossas fontes de produção. Os nossos actuais administradores já formularam um programma de governo realmente patriótico, que resume em poucas palavras: “produzir para exportar”. [...] É isto o que as classes productoras esperam dos homens que têm a responsabilidade do poder nesta hora decisiva da vida econômica de São Paulo (*REVISTA DE COMMERCIO E INDUSTRIA*: Dezembro de 1916, p. 351).

Essa postura revela que, a despeito das preocupações manifestadas pelo governo do Estado e o governo da União, o problema da carestia se transformou num problema de contornos dramáticos para o proletariado urbano, o que impulsionou as reivindicações de aumento salarial em todas as lutas operárias entre 1910 e 1920. Como já abordamos, a expansão capitalista da economia cafeeira criou as condições para o surgimento de um setor industrial no estado de São Paulo. Além disso, o advento da acumulação acelerada de capital, a adoção do trabalho livre, a organização do mercado de trabalho e a criação de um incipiente mercado de consumo tornaram possível a fundação de inúmeras empresas de porte na área têxtil e de alimentação a partir de 1880, expandindo as bases da sociedade competitiva.

Podemos inferir, então, que a burguesia agrária de São Paulo não somente sobreviveu como classe, mas também encaminhou a passagem de uma cultura rotineira baseada na cana-de-açúcar, no começo do século XIX, para um complexo sistema econômico industrial que se estabeleceu a partir da economia do café, no final deste século e nas primeiras décadas do século XX. Definiu o alinhamento econômico e social de uma nova fração de classe na esfera das elites dominantes, o da burguesia industrial; que veio a se constituir, na apreciação de Décio Saes, “no interior do mundo capitalista agrário [...] cuja significação social aumentará paralelamente à progressiva expansão do setor industrial” (SAES: 1985, 36).

A proeminente ascendência política sobre o aparelho de Estado levado a cabo pela burguesia agrária de São Paulo, entre março de 1894 e março de 1930, contou com o apoio da fração industrial, pois esta, prudentemente, trocava apoio por favores. Contudo, à medida que se tornava mais difícil a manutenção dos lucros para a classe dos industriais, sobretudo no transcorrer dos anos 1920, quando o patronato industrial se deparou com maiores dificuldades no campo econômico, o que lhes exigiu maior estreitamento das relações e maior coerência entre si nas tomadas de decisões, os

industriais começaram a pensar, como lembrou Warren Dean, “em função de seus interesses de grupo em oposição aos interesses dos outros – os fazendeiros, importadores e classe média. Isso, por seu turno, propiciou o advento da coesão e a consciência própria [...] na elaboração de uma ideologia explícita do industrialismo” (DEAN: 1979, 139-140).

Todavia, a despeito disso, os representantes do setor industrial irão acompanhar o esquema partidário do conservador Partido Republicano Paulista (PRP) até as eleições da candidatura de Júlio Prestes, no início dos anos de 1930. Isso devido às afinidades políticas que marcaram as relações da fração industrial da burguesia paulista com os representantes do poder oligárquico de São Paulo. Muito embora, no final dos anos de 1910, tenha havido a proposta da fundação de um partido dos industrialistas, sugerida por Roberto Simonsen, esta ficou apenas na sugestão, não havendo nenhum empenho da classe dos industriais¹⁵⁹.

É nesse momento que a hegemonia de dominação política exercida pela burguesia agrária dá sinais de cansaço em decorrência da crise internacional aberta com a *débâcle* da Bolsa de Valores de Nova Iorque, que joga por terra os preços do café, e da insatisfação de setores internos descontentes com o esquema de dominação baseada na exclusividade do poder de Estado exercido pelas oligarquias agrárias. A crise econômica instalada, o que afetava o monopólio do poder oligárquico, provocou um novo rearranjo na esfera do aparelho de Estado, alternando a influência política sobre ele e transformando a burguesia industrial num dos principais elos de construção e modernização da economia do país, depois de 1930.

Enfim, a deposição do então Presidente Washington Luis e o impedimento da posse do também paulista Júlio Prestes encerraram um ciclo de dominação que se sustentou por meio da importância econômica adquirida pelo café no mercado mundial. Entretanto, dada a sua importância para a economia brasileira, foi adotado mecanismos de controle de produção e manutenção do preço do café no mercado internacional. Estima-se que tenham sido queimadas milhões de sacas desse produto, durante os anos

¹⁵⁹ Ver: SIMONSEN, Roberto. A Evolução Industrial do Brasil e Outros Estudos. São Paulo: Cia editora Nacional – Edusp, 1973.

de 1930, tendo como causa final a sua valorização, que proporcionava o equilíbrio financeiro das contas do país, manutenção da cadeia de empregos nas lavouras etc ¹⁶⁰.

3.2. A Burguesia Industrial e Suas Formas de Organização

Neste ponto procuraremos mostrar as dificuldades organizativas da fração industrial da burguesia de São Paulo. As inúmeras entidades de classe constituídas pelo operariado, o que permitiu enfrentar a intransigência patronal e a própria violência repressiva do Estado, cumpriram um importante papel para a mudança do comportamento atomizado da burguesia industrial. Assim, os grandes enfrentamentos de classe, por meio dos processos grevistas entre 1917 e 1921, trouxeram à tona a necessidade de uma maior coesão organizativa da classe dos industriais. Dessa forma, entidades patronais foram criadas com a finalidade de poder enfrentar o operariado.

O desenvolvimento da economia industrial de São Paulo durante a guerra ajudou a fortalecer a presença do empresariado industrial nos debates acerca da modernização do país. O domínio político que emanava do bloco de poder hegemonizado pela burguesia agrária funcionava como referência para a fração industrial, pois refletia uma fase de aproveitamento de oportunidades econômicas abertas, tanto em demandas oferecidas pelo mercado interno como externo. Nesse sentido, a dinâmica econômica adquirida pela indústria paulista começava a superar, antes mesmo do início dos anos de 1920, o principal centro industrial do país, o Rio de Janeiro. De um lado, esse desempenho anotado pela produção industrial de São Paulo estabeleceria novas contradições no tocante às relações da classe dos industriais com o movimento operário. E, do outro, evidenciou seu descompasso organizativo com as transformações vividas pelo setor no contexto social e econômico daquele momento, aspecto que será corrigido nos anos seguintes.

O ano de 1917 se inscreveu na antologia histórica dos conflitos sociais como um divisor de águas, não só do ponto de vista do proletariado urbano, como

¹⁶⁰ A compra de estoques se convertera em operações contínuas, o que veio a encorajar o plantio de novos cafezais. Segundo Warren Dean, “Em 1928, obrigou à aquisição de 16. 000. 000 de sacas, financiada com quase 100.000.000 de dólares de banqueiros de Londres e Nova Iorque. Em 1930, o governo revolucionário achou necessário reassumir a responsabilidade federal pelo problema do café. Os estoques que se encontravam em mãos de governos estaduais foram comprados e destruídos. Em 1937, mais de 70% haviam sido queimados ou atirados ao mar [...] o governo revolucionário não poderia sobreviver se abandonasse os fazendeiros” (DEAN: 1979, 141-142).

também do fazer-se da burguesia industrial. Os representantes industriais deixaram de ser um grupo social distinto dos fazendeiros da cafeicultura, apesar de ter uma estreita identificação com eles. A convergência de seus interesses de classe superava as divergências existentes, e os conflitos eram deixados para um segundo plano.

Sob o contexto do desenvolvimento das atividades industriais impulsionadas pelas exigências de mercado aberto com a Primeira Guerra Mundial, a burguesia industrial de São Paulo, embora beneficiada diretamente por esse novo *boom* econômico e apesar de estar mais bem situada socialmente, estava muito distante de assumir alguma liderança em termos nacionais.

Do ponto de vista mais imediato, seus interesses se coadunavam com os da elite agrária, detentora do poder de Estado nas esferas estadual e federal. Não existiu um projeto nacional que desse sentido à defesa dos interesses mais específicos dos grupos que compunham a classe dos industriais. Mesmo com a fundação do Centro Industrial do Brasil, em 1904 ¹⁶¹, com sede no Rio de Janeiro, os representantes regionais das indústrias não conseguiram construir um marco comum de classe. Uma das explicações para esse fato passa pelas relações construídas a partir do compartilhamento de práticas políticas típicas da elite agrária. O patronato industrial tinha uma postura social notoriamente conservadora idêntica em todo o país, não havendo distinção entre industriais de São Paulo, do Rio de Janeiro ou do Rio Grande do Sul, na medida em que estavam estreitamente vinculados às decisões políticas das oligarquias estaduais, condição que na visão de Jacob Gorender, “dificultava a formação da consciência burguesa de classe com uma visão nacional” (GORENDER: 1981, 46). Desse modo, inexistia uma burguesia industrial, enraizada em escala nacional e constituída politicamente de forma autônoma.

Em São Paulo, os industriais se agruparam como filiados à Associação Comercial de São Paulo, entidade fundada em 1894 por comerciantes e manufatores; respondia pelo crescimento e diversificação das atividades ligadas ao processo de produção do café, transporte e da sua comercialização. A burguesia tornava-se maior na cidade de São Paulo e, junto com ela, uma gama de novas atividades empresariais

¹⁶¹ Ver Capítulo 2 : Crescimento Industrial e Pensamento Industrialista.

surgia, revelando a confluência dos interesses dos setores agrários, comerciais e industriais¹⁶².

Nessa época, a Associação Comercial de São Paulo se definia como o principal porta-voz dos negócios do Estado. Diante das novas necessidades de respostas no tocante a desafios políticos e econômicos, a Associação Comercial absorveu uma organização semelhante, o chamado Centro do Comércio e Indústria de São Paulo. Em artigo publicado no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro e reproduzido em São Paulo pela *Revista de Commercio e Industria*, havia uma clara defesa da necessidade de promover a abertura de entidades patronais no país frente à influência das “classes conservadoras” sobre União, Estado e Município:

Lícito é, pois, afirmar que, para promover inteligentemente, com reaes e recíprocas vantagens, a defesa das classes conservadoras o Brasil, um aparelhamento básico e eficiente, digão, por todos os motivos, de ser, como tem sido, prestigiado, pelos poderes públicos federaes, estaduaes ou municipaes. Com o surto de novas instituições desse gênero em praças de nosso paíz, onde, porventura, ainda não existam, só teremos a ganhar. Quanto mais facilmente se estenderem, para a harmonização de seus interesses e sustentação de seus anhelos, quanto mais estreita for a solidariedade de sua acção no bom combate em prol do reerguimento econômico da nação, mais punjantes ellas se tornarão, mais lucrarão as classes de que se constituíram o os directos e genuínos interpretes, evitando-lhes a dispersão de energias, o comprometimento das melhores causas (*REVISTA DE COMMERCIO E INDUSTRIA*: Julho de 1914, p. 205).

O Centro do Comércio e Indústria de São Paulo, fundado em fevereiro de 1913, em Assembleia Ordinária realizada em 25 de Janeiro de 1914, publica que o “Centro” é uma associação de comerciantes em grosso, industriais e banqueiros com interesses no Estado de São Paulo primordialmente com os seguintes objetivos:

a) Promover a harmonia e a união entre os associados, de maneira a fortalecer a defeza e conservação dos interesses das classes que representa; b) promover perante os poderes competentes, municipaes, estaduaes ou federaes, e perante quaisquer empresas ou sociedades a adopção de medidas que interessem ao commercio e à industria; [...] e) organizar a estatística commercial e industrial do paiz, especialmente deste Estado, de maneira a determinar a capacidade de producção e consumo, assim como a relação detalhada de todos os productos importados, similares aos de fabricação nacional; f) resolver as divergências entre sócios da associação ou membros de uma mesma firma, por meio de arbitragem ou não, segundo o disposto no regimento interno (*IDEM, Ibidem*).

¹⁶² Associação Comercial de São Paulo: 120 anos: 1894-1914 – texto de Paulo de Assunção, Carlos Nabil Ghobril, São Paulo, 1ª edição, Associação Comercial, 2014, p.27.

Além disso, a reunião da diretoria ainda propunha a publicação de uma revista sobre indústria e comércio e finanças, “*servindo de repositório de todo movimento social*”, e de uma biblioteca científica e literária especializada em assuntos industriais, comerciais e financeiros, que viesse a auxiliar os seus membros. A fundação da entidade era parte da preocupação de setores da indústria com a declaração de concordatas fraudulentas, expediente que tinha se tornado recorrente nos graves anos de crise econômica entre 1912 e 1914. Além disso, a entidade defendia a moralização das concordatas e das falências, exigindo dos associados a obrigação de comunicarem à entidade qualquer concordata judicial, extrajudicial ou falências. A crise econômica instalada no meio industrial exigia medidas que trouxessem maior regramento aos procedimentos de concordatas e de falências ((IDEM: *Ibdem*).

Com o aumento da concentração de trabalhadores e do crescimento das classes médias urbanas, presenciaram-se novos estímulos para o desenvolvimento do mercado de consumo¹⁶³, gerando a abertura de novos empreendimentos. Por outro lado, a eclosão de movimentos grevistas e protestos populares mais organizados se mostrou cada vez constante, o que exigia uma postura mais unificada dos setores filiados à Associação Comercial de São Paulo. Mas, na prática, o movimento grevista de 1917 extravasou as possibilidades de uma tomada de posição unitária da fração de classe da burguesia ligada à indústria.

O problema da carestia também mobilizava o debate nas entidades patronais, pressionando-os pelo fato de reunir elementos de conteúdo social explosivos, forçando o Estado a estabelecer regras para o comércio quando se tratava da exportação de gêneros alimentícios. Comissões de fiscalização foram constituídas com a finalidade de “controlar” a saída de gêneros agrícolas básicos à subsistência: o arroz, o feijão, a farinha de trigo e de milho, entre outros cereais exportados em portos brasileiros, principalmente os do sudeste do país, como os de Santos e do Rio de Janeiro, por onde escoava uma parcela significativa dos produtos brasileiros.

¹⁶³ A população da capital de São Paulo havia saltado de 375.324, em 1910, para 472.728, em 1915. Ou seja, houve um crescimento de 26% de seus habitantes, em cinco anos. Crescimento que estava notoriamente em descompasso com as condições de abastecimento da população, o que levava a uma atmosfera de agitação social. A carência de produtos de primeira necessidade era sistemática, seja em decorrência das pressões da guerra (para os comerciantes era mais rentável exportar) ou por causa do alto custo de vida (Revista do Commercio e Industria: Setembro de 1916, p. 86).

Em outubro de 1917, a Associação Comercial do Rio de Janeiro encaminhou ao Presidente da República, Venceslau Brás, uma representação de desacordo do setor em face do controle exercido pelo governo, dentre os argumentos, o documento mostrava que:

Se os produtos aumentaram nas mãos do produtor; se os impostos cresceram e foram ampliados e agravados nesse período de 1913 a 1917; se, conforme os pareceres, discursos e relatórios de parlamentares eminentes, como Carlos Peixoto, Antonio Carlos Felix Pacheco e Cincinato Braga, o aumento das despesas públicas foi formidável e duplicou nesses quinze annos; se como é notório os fretes subiram extraordinariamente em consequência sobretudo do preço dos combustíveis; se os salários foram gradativamente elevados; se os impostos, as licenças e todos os encargos que pesam sobre o commercio se tornaram ultimamente muito mais onerosos – seria de suppôr que a cotação dos principais artigos de alimentação tivesse uma alta proporcional a todos esses ônus, como aliás aconteceu em paizes até ha pouco neutros como os Estados Unidos, e ainda neutros, como a Argentina. O aumento dos preços conforme as estatísticas officiaes que resumimos, não passou de 10%, nos que mais encareceram 50% [...] Qualquer proibição de exportação, qualquer outro entrave à liberdade do commercio, qualquer cerceamento do curso natural dos phenomenos economicos virá agravar a situação, porque virá a onerar ainda mais o produtor e o intermediário e estancar as fontes de produção (*Jornal do Commercio*: 02/10/1917).

As entidades de representação de classe exerciam forte pressão em defesa do modelo liberal de livre mercado. Com efeito, a política adotada pelo governo brasileiro de desvalorização cambial estava em conformidade com os interesses agrário-exportadores da burguesia cafeicultora de São Paulo. Isso parece ter despertado nos setores que produziam alimentos a justificativa pelas divisas externas, apenas uma questão de mercado regulado pela lei da procura e da oferta. Todavia, não se incomodavam com a manipulação estatal da taxa de câmbio, que feria o mais elementar princípio liberal de atrelar a política de endividamento externo à valorização do café.

Os defensores do livre mercado atribuíam os preços altos dos alimentos às dificuldades que havia para o escoamento de um possível aumento na produção de alimentos aos mercados de consumo urbanos. Quando “*A própria abundância das utilidades, como resultado da multiplicidade da produção e da facilidade do commercio, tornará a vida mais barata e mais commoda*” (IDEM, *Ibdem*).

Não é difícil imaginar que os preços praticados internamente estivessem em conformidade com os índices de preços internacionais, ou seja, presumivelmente

indexados, a diferença é que a exportação se tornava muito mais vantajosa, devido ao fato de a conversão do câmbio achar-se regulada por libras esterlinas¹⁶⁴.

Conforme Warren Dean, após a fusão do Centro do Comércio e Indústria com a Associação Comercial de São Paulo, os setores comercial e de importação deram a dinâmica de atuação da nova entidade, na medida em que os interesses do comércio vieram a dominar a agenda da Associação. Por sua vez, os industriais também achavam conveniente a autorregulamentação do mercado, evitando-se o maior número possível de impostos e visando “à promoção dos recursos de transporte e armazenagem”. Conforme Warren Dean, existia uma afinidade entre as posições dos setores industriais e dos importadores dentro da Associação contra a cobrança de impostos de vendas, expediente que onerava o valor final dos produtos importados ou não, “e que aumentou sem cessar a sua incidência até os anos de 1920” (DEAN: 1979, 150).

Em 1914, a Associação contava com 152 associados, oriundos dos setores comercial e industrial. Uma década mais tarde a força representativa havia alcançado um significativo crescimento, elevando os números dos seus quadros para 1.118 associados, representando um aumento em cerca de 700%. Esse fenômeno se explica pelo fato de a Associação Comercial ter absorvido outras entidades de classe, como, por exemplo, o Centro das Indústrias do Estado. O seu crescimento provocou debates e disputas internas, cujo principal significado foi o da atuação dos industriais na disputa por uma política protecionista favorável ao setor. Os empresários visavam aumentar a produção da indústria nacional.

¹⁶⁴ O violento processo inflacionário que o Brasil vivenciou nessa época aponta para o processo de deterioração real dos níveis de vida das camadas médias, em particular os seus estratos inferiores, acertando em cheio a precária condição de vida do proletariado. Na evolução do custo de vida brasileiro entre 1914 e 1921, tivemos os seguintes índices:

ANOS	ÍNDICE
1914	100
1915	108,5
1916	116,5
1917	128,3
1918	144,1
1919	148,8
1920	163,8

Cumpramos ressaltar que esse quadro agravou-se ainda mais na década seguinte, quando o custo de vida atingiu 202,8 em 1923 e 267,4 em 1927.

FONTE: SIMONSEN, Roberto C. *Evolução Industrial do Brasil*. São Paulo: Cia Editora Nacional-Edusp, 1973, p. 26.

A convivência entre o comércio e a indústria, abrigados numa mesma entidade de classe, tornava-se possível devido às particularidades do contexto de formação de ambas no Estado de São Paulo. Se tomarmos o caso do Rio de Janeiro, o comércio e a indústria de São Paulo se desenvolveram bem mais recentemente, e a necessidade de união para encontrar soluções de problemas comuns superava as divergências, embora não as resolvesse. (LEME: 1978, 15)

Em relação ao setor ligado ao comércio importador, em sua maioria estrangeira, o antagonismo dos industriais se mostrou mais agudo. Cientes disso, estes se reuniam nas Câmaras de Comércio Importador Britânico ou Francês. A Associação Comercial de São Paulo foi alvo de ataques pela imprensa ou pelo comércio importador, acusada de favorecer os interesses industriais em detrimento dos comerciais. A presença cada vez mais atuante na busca de seus interesses tornara mais difícil a convivência e a ação conjunta da associação na defesa dos objetivos comuns da fração industrial e dos representantes do comércio. Anos mais tarde, as divergências levarão à cisão, tendo em vista que o empresário paulista, no que dizia respeito à sua organização classista, permanecia em inferioridade em relação aos industriais fluminenses (IDEM: Ibidem, PERISSINOTO: 1994, 35).

A ampliação da Associação Comercial era vista como uma necessidade de avançar na questão da organização de classe da burguesia comercial e industrial. José Carlos Macedo Soares à frente de sua gestão (1924) mostrou e defendeu a importância da organização classista. Para Macedo Soares, devido às peculiaridades do meio social em questão, a sua união de classe não era fácil: *“seria preciso começar aos poucos a organização do empresariado, através de pequenas questões, uma vez que a união é um processo lento”* (Apud LEME: 1978, 15).

A organização em entidades de classe podia facilitar a aquisição de vantagens e maior reconhecimento no pacto de classe no bloco de poder da burguesia hegemônica do Estado, isto é, a burguesia agroexportadora ligada ao café.

A convivência num ambiente de disputas, que envolvia decisões de defesa ou não de impostos, aumento ou redução de taxas de câmbio, costumava expor rugas políticas de difícil solução, tornando efetivamente a atuação conjunta do setor comercial e industrial um exercício praticamente impossível. Os industriais não abriam mão da

política de defesa de uma tarifa protecionista, que mais tarde seria negada pelo Presidente Artur Bernardes, lançando o principal ramo da indústria paulista numa crítica turbulência econômica com a política de valorização cambial (1924-1925). Além disso, tornava inevitável a perda de mercado, sobretudo para o setor têxtil que, a partir de 1926, vê o mercado nacional ser inundado pelas importações de tecidos estrangeiros, principalmente aqueles fabricados nas manufaturas inglesas que buscavam recuperar os mercados perdidos durante a guerra (PERISSINOTTO: 1994, 135).

O abrigo usufruído pela maior parte do setor constituído pelos empresários industriais na Associação Comercial durou até 1928, tendo em vista o acirramento das posições políticas assumidas quanto às prioridades de orientação da entidade, além da deterioração das relações dos representantes do setor industrial e do comércio. A estratégia do bloco industrial foi o de tentar aproveitar o prestígio da Associação Comercial “em favor de suas finalidades exclusivas” (DEAN: 1979, 150).

O apelo dos fabricantes para que houvesse um aumento tarifário era contínuo, entretanto, a Associação Comercial não lhes dava o devido apoio, dificultando o atendimento de suas reivindicações. Em 1928, nas eleições da entidade, ao apresentar uma chapa dissidente para se opor ao candidato da situação, o bloco industrial liderado pelo empresário Jorge Street¹⁶⁵ lança uma chapa composta exclusivamente de nomes ligados à indústria, visando ganhar as eleições da nova diretoria da Associação. Fato esse que surpreendeu os membros da situação, já que esperavam uma chapa de consenso dos grupos representados pela entidade¹⁶⁶ (IDEM, *Ibdem*).

¹⁶⁵ Jorge Street, em virtude das suas múltiplas atividades como empresário, se enquadrava bem no modelo descrito por *Antonio Gramsci*, segundo o qual o empresário representa, em si mesmo, uma elaboração social superior, concentrando, em sua pessoa, uma capacidade dirigente e técnica. Logo, “ele deve possuir uma capacidade técnica, além da esfera circunscrita a sua atividade e iniciativa, também em outras esferas, pelo menos naquelas mais próximas à produção econômica (deve ser organizador de massas de homens, deve ser organizador da ‘confiança’ dos poupadores em sua empresa, dos compradores de suas mercadorias etc.) (Apud BIANCHI: 2001, 28).

¹⁶⁶ A eleição da Associação Comercial extrapolou os limites da disputa (1928), pois se deu um alinhamento de apoios, de ambos os lados, que era reflexo daquele conturbado momento. As listas de candidatos apresentados de ambos os lados estavam em campos políticos opostos, logo, a chapa dos dissidentes contava com o apoio da máquina do Partido Republicano de São Paulo. Que, obviamente, era governista, enquanto que o grupo indicado pela diretoria que teria o seu mandato expirado, encabeçada por Horácio Rodrigues, contava com o apoio do Partido Democrático, de tendência moderadamente reformista. Delineava-se, assim, claramente, o novo reagrupamento político no Estado de São Paulo. Na agitada campanha, Jorge Street foi atacado por ser contrário à lei de férias remuneradas, aliás, uma das poucas medidas progressistas do governo federal nos anos de 1920. Houve a tentativa de se restabelecer a fratura exportada entre os dois grupos, por meio de uma “nomeação conjunta de um novo comitê deliberativo, que escolheu uma chapa inteiramente nova de candidatos”. Essa chapa de conciliação,

Sem acordo e imerso em uma intensa disputa interna, o setor industrial veio a se desligar da Associação e fundar, naquele mesmo ano, o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP). Evento que qualificou a nova iniciativa por uma representação industrial mais forte e unitária, que fosse capaz de representar os “verdadeiros” interesses do patronato ligado à indústria. Momento que exprimiu um grau mais elevado de *consciência para si*, no entanto, ainda distantes de um projeto hegemônico de Estado ou mesmo no consenso de classe.

Com a melhoria da indústria e de suas organizações, os homens de destaque que se adiantaram na defesa dos princípios industriais o fizeram como representantes de entidades de classe e não mais em seu próprio nome. Podemos inferir que essa mudança revelou “o avanço da conscientização de classe da burguesia industrial e um passo a mais na constituição como fração autônoma de classe” (PERISSINOTTO, 1994, 137).

A proposta de organização de uma entidade que representasse os anseios mais imediatos dos empresários da indústria paulista era parte das preocupações dessa classe com as demandas das lutas operárias. Desde 1902, as ondas grevistas começavam a figurar no cenário social como símbolo da insatisfação com as desumanas condições de trabalho e, principalmente, com a carestia de vida. Em 1912, foi constituída a Cooperativa de Fábricas de Chapéus, que se formou como resultado da aliança de “sete fábricas coligadas”¹⁶⁷, cujo principal objetivo era o de enfrentar a concorrência dos produtos estrangeiros desse gênero, destacando os que vinham da França, uma vez que os considerava o “*inimigo implacável que dia a dia fomenta a luta sem tréguas entre os fabricantes nacionais*”. Esperava-se com a nova estratégia associativa diminuir as despesas no tocante à sua comercialização, e que a Cooperativa permitisse reduzir o preço final dos produtos das empresas coligadas (*Correio Paulistano*: 17/8/1912).

encabeçada pelo empresário Antônio Carlos de Assumpção, “importador e exportador com interesses industriais” foi eleita e no tocante aos membros das suas chapas originais foram concedidos assentos no conselho deliberativo. Em sua posse, no entanto, Assumpção reiterou seu apoio à política de valorização do café, assegurando que se tratava de um legítimo princípio de política comercial. Em prol de sua defesa, evocava o controle de fixação de preços da borracha por parte da Inglaterra ou do controle americano sobre os preços do petróleo. Antônio Carlos encerrava o seu discurso de posse defendendo a união do comércio e indústria: “O comércio e a indústria podem e devem, muitas vezes, dar-se as mãos, unindo e complementando os seus esforços” (Apud DEAN: 1979, p. 150-151-152).

¹⁶⁷ A coligação contava com um capital de fundação na casa dos 500\$000\$000, e as empresas filiadas foram: Manufatura de Chapeus Villela, Souza Pereira & C., Manufatura de Chapeus Italo-Brasileira, Cia. Manufatureira Paulista, Adolpho Schritzmeyer & C., J. Bosisio & Filho, Antonio Briganti. Além de uma filial no Rio de Janeiro, contava com agências na Bahia, Pernambuco, Pará e Ceará (*Correio Paulistano*; 01/2/1912).

A criação da Cooperativa estava em sintonia com o que acontecia com empresas do setor na Europa e no mundo, como analisa a imprensa da época:

Na França, nação que tem o primeiro lugar em todas as grandes evoluções e a seguir na Alemanha, na Inglaterra, na Dinamarca, na Itália etc, o espírito de previdência não se aplica somente a pequenas indústrias que já em 1906 dispunham em todo o mundo de doze a quatorze mil cooperativas. Também as grandes indústrias, como meio de defesa, se vão aparelhando em condições de poderem subordinar à razão da sua existência o princípio cooperativista. Ora, em São Paulo, esse princípio começou nas fábricas de chapéus e ha de necessariamente generalisar-se a outras indústrias, demonstrada como está a utilidade e conveniencia desta classe de instituições. [...] A indústria de chapéus em nosso Estado, posto que desfrute de uma existencia folgada, lutou sempre com um inimigo feroz – o produto estrangeiro.[...] Fóra, porém, desse combate comum, os fabricantes paulistas guerreavam-se uns aos outros, procurando cada qual obter a melhor posição no terreno da competência (O ESTADO DE SÃO PAULO: 13/2/1912).

Como podemos notar, as pressões da concorrência externa também exerciam pressões para a constituição de alianças entre um ou mais setores da economia, tendo em vista a defesa do mercado interno aos seus produtos, num momento em que se instalara uma forte crise econômica no país já pré-guerra, como atesta a imprensa da época (ver nota nº 105). Por sua vez, a articulação que se dava entre os industriais não obedecia apenas a interesses particulares e pressões vindas do estrangeiro. No início de 1912, é fundada a Liga Industrial de São Paulo que entre outras atribuições, propunha-se evitar as greves operárias, *“pelos meios suasivos ao seu alcance e pela oportunidade de intervenção junto aos patrões e autoridades”* (Correio Paulistano: 14/2/1912 apud BEIGUELMAN, 1977, 66).

A Liga dos Industriais de São Paulo defendia uma linha conciliadora com os trabalhadores operários, atitude que será recorrente na construção de uma ideologia de classe que apregoava a conciliação como estratégia de relação com a mão de obra operária: *“A ser realidade, esta Liga vem preencher uma aspiração de todos os industriais e da classe operaria, aspiração essa que ninguém, até agora, tinha tido a coragem de tornar prática”*. Além do mais, se autoproclamavam na esfera industrial na adoção do método da cooptação dos trabalhadores com promessas de gratificação de acordo ao rendimento de cada trabalhador, uma vez que: *“a Liga pretende melhorar a sorte dos operarios empregados nas industrias, de maneira que elles possam perceber, alem dos seus salarios, mais um interesse ou gratificação proporcional ao seu merito”* (Correio Paulistano: 14/2/1912).

Tinha também a pretensão de defender as indústrias associadas contra falsificações, os altos fretes cobrados pelos operadores das ferrovias de São Paulo, além dos impostos, sobretudo aqueles que incidiam sobre as mercadorias. Outro setor que buscou se organizar em uma entidade de classe foi o Centro Industrial dos Fabricantes de Calçados (CIFC), fundado em maio de 1912, no sentido de aglutinar os grandes e pequenos fabricantes do setor sob a coordenação de representantes mais importantes da produção calçadista: casas Clark, Rocha, Melillo, a Casa Miguel e outros. Assim, o diapasão dos empresários agrupados no CIFC se movia em defesa da política de melhoria da qualidade dos seus produtos, assim como de “atender” às demandas dos trabalhadores empregados nesse setor.

Cumpre assinalar que o termo de fundação adotado pelas diversas organizações que apareceram em 1912 deixava claro o seu primeiro objetivo, que era a melhoria da qualidade dos artigos fabricados. Por outro lado, a segunda preocupação se dirigia a uma maior atenção à questão social operária. A imprensa da época noticiou a organização dos industriais calçadistas: *“Deve se instalar por esses dias nesta capital, o Centro Industrial dos Fabricantes de calçado, cujos fins serão a melhoria dos produtos, cuidando ao mesmo tempo, dos interesses dos seus operários”* (*Correio Paulistano*: 16/5/1912).

No princípio de maio, a fábrica Clark, uma das maiores fábricas do setor, situada no Alto da Mooca, e com cerca de 800 operários, entra em greve. Dentre as principais reivindicações, como o aumento salarial para adultos e crianças, a pauta trazia uma das mais emblemáticas reivindicações operárias das ondas grevistas do pós-guerra, que desde a Greve Geral de 1907, figurava na pauta reivindicatória como proposta de suma importância ao operariado: a jornada de 8 horas de trabalho. Em resposta ao movimento grevista em uma única empresa do ramo, os industriais que formavam o conjunto da categoria se articularam preventivamente, decretando *lock-out*, o que resultou na radicalização do movimento, como informa o órgão oficial do PRP, *Correio Paulistano*:

Alguns proprietários de fábricas, temendo a greve em seus estabelecimentos, caso triunfe a pretensão dos operários da fábrica Clark, têm antecipado o movimento, fechando os respectivos estabelecimentos, a despeito do protesto dos operários. Foi o que se deu, por exemplo, com a fábrica de Calçados Rocha, cujos proprietários fizeram cessar o trabalho, baseados num compromisso de solidariedade tomado com o Centro Industrial

de Fábrica de Calçados. Essa represália dos patrões vai provocando a adesão do operariado, sendo possível que dentro de poucos dias estejam fechados quase todos os estabelecimentos industriais da cidade (*Correio Paulistano*: 19/5/1912, *apud* BEIGUELMAN, 1977, 66).

A despeito do discurso contido nos termos de fundação do Centro Industrial dos Fabricantes de Calçados, em sua primeira prova de atuação frente à resolução de uma simples greve por aumento salarial, revelou ter um caráter retrógrado na medida em que não propunha uma saída negociada para a greve, atitude em flagrante contradição com os termos da sua fundação. Com o alastramento do movimento grevista atingindo as grandes fábricas do ramo, a disposição de luta atraiu cerca de 10.000 operários para o movimento. E, além daquelas fábricas já paralisadas, a exemplo da Clark, Rocha e Melillo, a força da greve arrastou outras grandes fábricas do ramo têxtil, a Fábrica Nacional de Tecidos de Juta, a Mariângela. Registrou-se também a entrada de fábricas que representavam outros ramos. A incapacidade política do patronato industrial de resolver as demandas trabalhistas se operava rente a um padrão condicionado pelo exercício assinalado de uma tática marcada pelo sistemático confronto com os grevistas, o que, em certas ocasiões, se mostrava desnecessário e ocasionava ainda mais tensão e resistência.

Essa marca que lhe era própria decorria do caráter conturbado que marcou o relacionamento entre o capital e o trabalho na incipiente industrialização de São Paulo. As relações modernas que se baseavam num tosco contrato de trabalho legitimavam tipos de condutas patronais banalizadas pela truculência policial, dificultando-se qualquer tipo de acordo. A adoção do *lock-out* como tática de pressão e esvaziamento dos movimentos paredistas confirma essa variante de confronto. Por outro lado, também desconsiderava o trabalho como um direito social, pois defendiam a questão empregatícia como um “favor” do patrão ao empregado. Não era de ser admirar que uma parcela da classe dos industriais paulistas defendesse tal ponto de vista como sincera verdade, embora existisse um fundo ideológico nesse discurso.

Portanto, é possível inferir que, no cerne dessa posição, encontra-se uma matriz de conduta moral e ideológica que a classe patronal assume para impor a todo custo o exercício do seu poder no campo do conflito de classes. Entretanto, não sem mostrar ser tributário de uma incapacidade objetiva e organizativa de solucionar questões de ordem trabalhista, extraindo o máximo de vantagens num patamar de

exploração à margem da lei, em patamares de exploração da força de trabalho análogos aos da Revolução Industrial inglesa.

Cabe lembrar que a sobrevivência de estruturas do período da escravidão foi marcante nas relações de trabalho nas indústrias de São Paulo. Foram mais de três séculos de trabalho escravo que moldaram a mentalidade senhorial acostumada ao mando embasado na violência e no desprezo do trabalho humano, contra 30 anos da implantação do mercado de trabalho livre. Assim, as deformações sociais inerentes ao tempo da escravidão continuaram incrustadas nas relações de trabalho no Brasil, mais fortemente na fase das primeiras décadas da industrialização. Todavia, mesmo no tempo presente não há garantias que nos levem a afirmar que essas camadas históricas foram removidas totalmente da nossa sociedade.

Essas relações persistiram e o industrialismo gerou várias modalidades de populações excedentes que possuíam um significado histórico equivalente. A lógica de dominação do capital impôs uma função social àquela parte das populações excedentes que se concentraram nos grandes centros industriais. Cabia-lhes formar o exército industrial de reserva, um elemento de desvalorização do trabalho, de desorganização das classes trabalhadoras e de manipulação repressiva das forças policiais. Mas coube ao próprio operariado frear o “uso negativo” do exército industrial de reserva pelos capitalistas e pela ordem.

A formação de entidades de classe pela burguesia industrial atuou geralmente em defesa dos interesses econômicos mais imediatos do setor fabril nela agrupado. Não obstante, a trajetória de lutas abertas pela crescente participação do operariado como protagonista de suas próprias demandas de classe colocou para o empresariado o desafio e a necessidade de união frente às greves operárias, sendo esse um poderoso intento que resultou na criação de várias associações patronais em São Paulo. Levando em conta que o proletariado contava com um número de organizações muito superior à do patronato, este é impelido, nos cruciais embates nos movimentos grevistas, a se organizar igualmente, no sentido de poder lidar com as associações operárias e orientar uma única linha de atuação política em relação às greves (LEME: 1978, 10).

Em Outubro de 1919, em consequência direta da ação dos movimentos coletivos de inspiração operária, é criado o Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de São Paulo (CIFTSP). Essa associação atraiu as principais empresas que atuavam no setor têxtil. Era, por excelência, a porta-voz do pensamento dos representantes das grandes empresas. E no crítico ano de 1925 para o setor têxtil, faziam parte da associação cerca de 30 empresas que somavam um total de 29.633 operários, cabendo uma média de 987, 7 por empresa. Somente o setor têxtil algodoeiro ocupava, em números aproximados, 38.000 trabalhadores fabris nesse mesmo ano (CIFTSP – *Circular*: 26/1/1925, Apud RIBEIRO: 1988, 79).

O CIFTSP ocupou uma posição mais elevada de organização na defesa dos interesses do patronato ligado à indústria têxtil, após as greves gerais de 1917 e de 1919. Teve como característica principal frente às mobilizações o controle e a repressão do operariado e suas organizações. Cumpre ressaltar que coube à figura do seu gerente e mais tarde secretário geral do CIFTSP, Otávio Pupo Nogueira, a tarefa de elaborar linhas de atuação política contra as greves. Para isso, organizou as famosas “listas dos indesejáveis” e da “identificação operária”, estabelecendo canais de contato direto com as autoridades policiais para o controle operário, dispositivo de atuação que foi estendido para as fábricas da capital e do interior. As listas visavam à repressão e eliminação pura e simples dos ativistas ligados às lutas (IDEM, *Ibidem*).

Centrados no combate de classe, os anarquistas, ao organizarem as demandas operárias em movimento, construíram (em situações muito adversas) as bases de uma consciência de interesses, cujas primeiras expressões surgiram, por exemplo, na organização de entidades de classe e no desenvolvimento de uma tomada de posições políticas, além de identidades sociais coletivas na região do Brás.

Essa nova situação forçou o patronato a ver seus interesses sob a perspectiva de classe, embora ele não tivesse formulado claramente um programa capaz de resolver os embates desenrolados nos confrontos. Como já foi dito aqui, as tensões sociais decorrentes desse evento expuseram incompreensão de amplos setores do patronato industrial com relação às questões de ordem trabalhistas conflituosas.

Tendo se formado durante os primeiros dias da greve, o Comitê de Defesa Proletária (CDP) cumpriu papel primordial de organicidade do movimento grevista,

tornando-se responsável por um autêntico movimento à margem da institucionalidade jurídica do regime político em vigor. Uma dinâmica que, ao revelar as dificuldades organizativas da fração de classe burguesa vinculada à indústria paulista, nas questões de ordem trabalhistas, também revelou contradições inerentes ao próprio processo histórico brasileiro, no qual destacou-se o convívio entre o arcaico e moderno, que se alternavam nas relações entre o capital e o mundo do trabalho, a “arcaização do moderno”¹⁶⁸. Um embate que, de distintas formas, se faz presente até os dias de hoje (OLIVEIRA: 2003, 32-33).

3.3. A Coerção da Força de Trabalho Operária

Para legitimar o exercício da exploração da força de trabalho livre nas fábricas de São Paulo foi necessário desenvolver uma ideologia. Nesta parte do trabalho procuraremos apontar as formas pelas quais os patrões da indústria arregimentavam a sua mão de obra, por meio da sujeição da força de trabalho. O modelo Teylorista de organização da produção já figurava no debate no interior da elite empresarial de São Paulo, visava o barateamento da produção com a adoção do método que possibilitava a “racionalização” da atividade produtiva, e era tema de debate desde 1917; o industrial Roberto Simonsen foi um dos seus divulgadores.

A questão do trabalho está inserida nesta pesquisa como uma importante matéria para a compreensão do caráter da burguesia de São Paulo, pois, tributária das transformações que se sucederam com a liberação do trabalho escravo, em 1888, tratou de legitimar a exploração do trabalho livre e moldar o seu estatuto de acordo com as necessidades da economia do café, como meio de garantir a sujeição do trabalho ao capital. Por sua vez, o patronato industrial paulista, que em sua maioria era de origem estrangeira, logo assimilou os métodos autoritários dos seus pares do campo, só que no âmbito fabril, adotando qualquer expediente repressivo que viesse a potencializar seus lucros. O estímulo para a constituição de um exército de reserva de mão de obra na

¹⁶⁸ Frase emprestada de Florestan Fernandes para simbolizar o caráter da “modernização” das relações capitalistas de produção no Brasil, em que a “dominação burguesa se associava a procedimentos autocráticos, herdados do passado ou improvisados no presente, e era quase neutra para a formação e a difusão de procedimentos democráticos alternativos, que deveriam ser instituídos (na verdade, eles tinham existência legal ou formal, mas eram socialmente inoperantes)” (FERNANDES: 1975, 207).

capital não só desvalorizava os salários, mas tornava a força de trabalho operária uma mercadoria desvalorizada.

Desde a implantação do trabalho livre no Brasil, a burguesia buscou justificar a sujeição da pessoa (antes, o escravo) e a desigualdade da qual ela provinha como justificativa da exploração do trabalho, substituindo os mecanismos ideológicos que a legitimavam. Por conseguinte, a sujeição da pessoa foi substituída pela sujeição do trabalho ao capital. O *mito* anterior empregado “para justificar a desigualdade de origem entre as pessoas já não servia para justificar e legitimar as novas relações, baseadas na compra e venda da força de trabalho”. A resolução dessa equação social foi resolvida pelo estatuto jurídico de igualdade formal concebido entre o burguês e o operário. Não explicava a desigualdade econômica conferida ao segundo, mas certamente revelava que o trabalho é a fonte da riqueza. Daí se conclui que a sujeição do trabalho livre operário no meio urbano tinha fundamentos ideológicos (MARTINS: 2004, 146).

Em contrapartida, a intervenção do Estado se faz necessária no sentido de constituir espaços de diálogo entre as partes envolvidas, quando não, a repressão seguida de violência policial se interpõe, dificultando as possibilidades de um acordo pontual entre o capital e trabalho. Logo, as prisões e todo aparato estatal de intimidação jurídica entram em cena com o nítido objetivo de sufocar os reclamos, por meio da força policial proveniente do Estado: “*Ontem pela manhã, vários gerentes de fábricas tiveram uma conferência com o dr. João Baptista de Souza, 4º Delegado, sobre o movimento grevista e sobre as providências tendentes a garantir a liberdade do trabalho*” (IDEM: *Ibdem*).

Representantes da burguesia de São Paulo ligados ao PRP procuraram, mais tarde, no intuito de reduzir as tensões provocadas pelos embates de classe, a adoção de um sistemático de controle disciplinar com o emprego da violência contra os movimentos coletivos de caráter operário ou da “gente humilde”. Para isso, Cardoso de Almeida e Washington Luis defendiam o lema: “não prender sem motivo, não prender sem processar”, ou seja, estabelecer regras do uso da violência visando à diminuição do nível das tensões sociais (*apud* QUINTANILHA MARTINS: 2014, 143).

Em 1907, o jornal *O Commercio de São Paulo* deu uma pequena ideia do *modus operandi* policial na primeira década do século XX: “*Quando se trata de gente humilde, sem tradições nobiliárquicas, sem o prestígio da fortuna, a mais leve suspeita, o mais insignificante indício são bastantes para que a polícia exerça a sua missão com um rigor que toca as raías da crueldade*” (IDEM: *Ibdem*).

A diferença política e econômica existente entre as diversas frações burguesas dentro do bloco de poder do Estado, quando confrontadas com as lutas sociais urbanas, se amalgamavam, criando um núcleo de defesa dos interesses correspondentes às suas prerrogativas de classe. Podemos acrescentar que o rompimento desse princípio capitalista por meio da greve revela a contradição entre a coerção ideológica do trabalho operário nas fábricas de São Paulo e a modernização das relações capitalistas de produção, tendo em vista a concentração da exploração e da própria condição de brutalização a que ficava exposta a mão de obra operária¹⁶⁹, em nome do progresso do capital.

Na cidade de São Paulo, nessa fase de crescimento populacional e transformações urbanas, que delinearam as formas do mercado de trabalho urbano, o fator principal era abastecer com mão de obra farta a reprodução dos capitais na expansão da indústria paulista. A acumulação de capitais era extraída de forma intensa com o trabalho operário, e a sua força de trabalho, transformada em mercadoria.

A formação e a ampliação da massa de assalariados para as indústrias paulistas, na fase que antecedeu a década de 1930, resultaram basicamente do processo de produção da força de trabalho migrante, em que os mecanismos de controle do mercado de consumo se encontravam nas mãos do setor comercial que operava a importação e controle do mercado de consumo em São Paulo, limitando a margem de lucro do setor fabril, situação que impôs uma superexploração dos patrões da indústria sobre a força de trabalho operária¹⁷⁰.

Mas, para que essa exploração se consume, o possuidor de dinheiro e o possuidor da força de trabalho se encontram no mercado e estabelecem relação um com o outro na mesma condição de possuidores de mercadorias. Diferem apenas no seguinte:

¹⁶⁹ Ver MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. São Paulo: Hucitec, 2004, 2ª parte, tópico II.

¹⁷⁰ MARTINS, José de Souza. *Conde Matarazzo: o empresário e a empresa*. São Paulo, Hucitec, 1973, cap. III.

o patrão compra e o operário vende, constituindo, desse modo, entre os dois, uma igualdade jurídica, na medida em que ambos são pessoas juridicamente iguais. E, para que essa relação persista, é preciso que o detentor da força de trabalho venda-a somente por tempo determinado, porque, se ele a vende na sua totalidade e de uma vez por todas, ele estará vendendo a si próprio, e, de livre que era, se transforma em escravo. Ou seja, se quiser manter sua personalidade, ele não deve colocar senão temporariamente sua força de trabalho à disposição do comprador, de tal forma que, alienando-a, não renuncie, em virtude disso, à sua propriedade sobre ela (MARTINS: 2004, 145-146).

Na qualidade de homem do dinheiro, o burguês estabelece outra condição essencial para perpetuar sua exploração sobre o operário: que encontre força de trabalho para comprar e que o possuidor desta última, em vez de poder vender mercadorias nas quais seu trabalho se realizou, seja impelido a oferecer e pôr à venda, como mercadoria, sua própria força de trabalho, a qual reside somente em sua constituição orgânica (LAFARGUE: 2014, 119).

O desenvolvimento da capacidade de produzir mercadorias apoiada em modelos de organização de produção, tecnologia e força de trabalho impôs ao homem o advento do industrialismo, conforme observou Antonio Gramsci:

A história do industrialismo sempre foi (e hoje o é de forma mais acentuada e rigorosa) uma luta contínua contra o elemento “animalidade” do homem, um processo ininterrupto, muitas vezes doloroso e sangrento, de sujeição dos instintos (naturais, isto é, animalescos e primitivos) a sempre novos, complexos e rígidos hábitos e normas de ordem, exatidão, precisão, que tornem possível as formas sempre mais complexas de vida coletiva, que são as consequências necessárias ao desenvolvimento do industrialismo (GRAMSCI: 1978, 393).

A efetivação da exploração da força de trabalho sob as relações capitalistas de produção se verifica por meio da coerção de um grupo social sobre todas as forças produtivas da sociedade. Em poder dessa condição, buscou-se selecionar ou educar o homem tornando-o “apto para os novos tipos de civilização, para as mais novas formas de produção e trabalho, foi realizada com emprego de brutalidade inaudita, lançando no inferno das subclasses os débeis e os refratários, ou eliminando-os simplesmente”. Ao analisar o fenômeno da organização do modo de produção fordista, Antonio Gramsci o chamou de “americanismo”, pois para ele isso tudo criava um novo tipo de trabalhador e um novo tipo de homem (IDEM: Ibidem).

Gramsci entendia o americanismo e o fordismo como o maior esforço coletivo para criar, com velocidade sem precedentes, um tipo específico de trabalhador e um tipo de homem afeito para isso.

Dessa forma, não se tratava apenas de uma nova metodologia da linha de produção dentro da fábrica, mas também de conferir renda e tempo que permitissem ao trabalhador consumir produtos fabricados em massa. Ford acreditava que a jornada de oito horas poderia trazer esse avanço. Mas isso, evidentemente, significava uma tutela desse tempo livre, de modo que eles aprendessem a gastar seu salário adequadamente, ou seja, longe do lazer dos botequins. A partir de 1916, assistentes sociais passaram a ser enviados às residências dos trabalhadores, na maioria, imigrantes vindos da Europa, para se assegurar do aspecto moral da utilização desse tempo livre (RAGO: 1985, 176-177).

Antes disso, F.W Taylor já havia publicado seu livro *Os Princípios da Administração Científica*, no qual mostrava como a decomposição e organização das tarefas de trabalho se constituíam como um fator para o lucro¹⁷¹. Segundo Taylor, a gerência científica pressupõe a existência de “um departamento de planejamento para fazer o pensamento dos homens” isto é, por em vigor a separação entre gerência, concepção, controle e execução do trabalho na indústria. Além disso, mais do que a mera divisão de tarefas, essa divisão também representava uma sólida hierarquia que marcava as relações sociais: “o controle sobre o processo de trabalho deve passar às mãos da gerência, não apenas num sentido formal, mas pelo controle e fixação de cada fase no processo, inclusive seu modo de execução” (Apud BREVERMAN: 1977, 98).

Em São Paulo, a discussão no plano da administração científica e organização do modo de produzir começava a figurar na pauta de debate das associações industriais. O empresário industrial, Roberto Simonsen, vice-presidente do Centro Industrial de São Paulo (1928) já discutia Taylorismo em 1919, em seu livro “*O Trabalho Moderno*”. Nessa época, o tema começava a ser introduzido nos círculos da

¹⁷¹ Em *O Capital*, Marx argumenta que “na manufatura e na indústria manual, o trabalhador se serve da ferramenta. Ali, os movimentos do instrumento de trabalho partem dele; aqui, é ele quem tem que seguir seus movimentos. Na manufatura, os trabalhadores são outros tantos membros de um mecanismo vivo. Na fábrica existe por cima deles um mecanismo morto, ao qual se lhes incorpora como apêndices vivos. [...] O conjunto do processo de produção já não está, então, subordinado à habilidade do operário: tornou-se uma aplicação tecnológica da ciência” (MARX: 1973, 221-249). A eliminação do conhecimento operário sobre certos processos produtivos, de acordo com os princípios tayloristas, se aprofundou com a implantação da “gerência científica” na fábrica.

burguesia industrial. A imprensa liberal refletiu esse momento, ao publicar um texto sobre “salários de operários” do deputado federal Francisco Ellis, membro da elite paulista:

Acreditamos que os industriais desejam pagar seus operários relativamente à quantidade e qualidade de trabalho fornecido pelos mesmos. É a única propriedade que possuem: seria, portanto, deshumano lesa-los numa insignificância que fosse. Merecem por isso que se lhes pague integralmente, até a última gota de suor que derramam para levantar a fortuna e o bem estar dos industriais. [...] Os dois sistemas a que nos referimos foram pensados e postos em prática por dois americanos do norte Mr. F. Taylor e Mr. Gantt. Baseiam-se nos ‘Padrões’, (tempo tecnicamente determinado, por pessoa competentíssima, que um operário gasta para manufaturar uma peça ou máquina, que, por sua especialidade, lhe cabe confeccionar na usina). É tão importante a organização desses tempos que acreditamos que uma usina que os possua bem exactos tem 50% de seu sucesso assegurado. Estando a gerência de posse de todos os “Padrões”, não correrá o risco de entregar trabalho demais a um operário e de menos a outro; este, por sua vez, sabendo que seu trabalho é estimado pelo seu justo valor, não deixará de empregar sempre o Máximo esforço em demanda da maior produção. O aumento do preço unitário relativo ao maior número produzido arrastará o operário aos grandes esforços e teremos, então, as formidáveis produções ‘per capita’ com que os americanos do norte nos embasacam (*JORNAL DO COMMERCIO*: 14/4/1919).

A publicidade do novo sistema científico criado por Taylor, que visava à racionalização de toda atividade fabril, vinha sendo discutida e assimilada com grande entusiasmo pelos setores mais representativos da burguesia industrial, como Roberto Simonsen e Jorge Street. As possibilidades abertas para se aumentarem os lucros dominaram o debate, o apontamento da produção individual de cada operário é a chave para que ele crie uma consciência que o impeça de enganar a produção. Deve-se observar atentamente que cada minuto do seu trabalho corresponde ao atendimento de uma tarefa específica que exige determinado tempo para a sua execução. E como o trabalho é concebido também como um valor moral, *“precisamos ter em conta que falta a esses homens a prática de trabalhar enérgica e rapidamente, e que, por esses sistemas, cada minuto deve ser ocupado, os movimentos inúteis, as conversas, os passeios, tudo isso deve ser completamente abolido”* (IDEM: Idem).

É plausível que os operários teriam de compreender o quão conveniente era atacar o trabalho com firmeza para que o seu tempo não se esvaísse sem cumprir o “padrão” sob a pena de não recebimento da jornada anterior. O mau operário, caso queira ir em busca do “tempo perdido”, terá que permanecer acima do horário do expediente fabril até que haja concluído a sua tarefa. A coerção do seu trabalho se fará

devidamente apontado por um fiscal de produção sobre tempo e o modo pelo qual a tarefa está sendo realizada, devendo haver no início e no fim do expediente uma observação rigorosa do que foi executado e do que estava para ser, impelindo-o a uma produtividade constante e regrada. Mas não sem remunerá-lo adequadamente para que houvesse a ilusão de uma vida melhor.

Quanto à instrução, esta dará ao operário a disciplina e ambição para melhoria de vida e sem que estas se convertam em empecilhos para a modernização do “sistema” da empresa. Mas há que ser ter cuidado e atenção devida à “ignorância” que arrasta o homem para o vício, preguiça e pouco amor ao trabalho. Logo, *“quanto mais instruído for o corpo de operários de uma usina, mais facilidade encontrará a gerencia para modernizar seus processos de trabalho”* (Ibdem).

O emprego do modelo taylorista era exaltado e possivelmente já fazia parte da rotina de algumas grandes fábricas do setor têxtil ou aniagem, em função do seu grande contingente operário, e onde se concentravam dirigentes industriais com capacidade empresarial¹⁷². Francisco Ellis ressalta que Jorge Street devia ser um modelo a ser seguido, *“deve perfeitamente servir de exemplo aos que precisem”*, pois é o maior industrial de São Paulo (Ibdem). Enaltece o modelo de produção elaborado por Taylor como a evolução natural da exploração da força de trabalho do operário por meio da racionalização dos métodos administrativos da produção fabril.

Como nos Estados Unidos, o novo método já havia sido colocado em prática em muitos outros países da Europa, e no Brasil parecia ser uma questão de tempo a sua adoção.

Diante disso, como podemos constatar, o debate acerca das novas metodologias no sentido de racionalizar as tarefas do processo produtivo estava integrado às experiências externas. Simonsen já tinha ciência disso, divulgava e esclarecia os seus pares burgueses do setor industrial sobre as novidades para a organização da fábrica e disciplina operária, assegurando ao salário um importante papel na ampliação da massa de consumo:

¹⁷² Segundo Alvaro Bianchi, “A ideia fundamental que é preciso reter é que os empresários são organizadores do capital. Ou seja, eles ocupam um papel determinado no processo de produção e reprodução ampliada do capital, que os vinculam de maneira indissociável à classe dos capitalistas. Assim, seu vínculo com a classe dos capitalistas não se define por uma relação “jurídica de propriedade”, mas objetivamente pelo lugar que ocupam nas relações de produção (BIANCHI: 2001, 31).

Ford considera que o operário faz parte da massa de consumidores e que o poder aquisitivo das massas populares repousa nos salários; de fato, a proporção dos salarizados numa sociedade é muito maior do que a dos que vivem de renda. Os salários, prova de trabalho, asseguram a continuidade deste criando um poder aquisitivo que se renova incessantemente; o salário é, portanto, o criador do trabalho. Nessas condições os salários são tão importantes para indústria em si como para a classe operária (Apud ZANETTI, VARGAS: 2007, 65).

Sua apologia da linguagem fordista-taylorista ajudou a disseminar o debate nos círculos de poder da burguesia de São Paulo ligada ao PRP, incluindo aí a sua fração industrial, estimulada em favor do progresso de sua classe. Luis Werneck Vianna, analisando a burguesia industrial durante um período que vai até o final dos anos de 1920, chama a atenção para a linguagem fordista dessa fração de classe, indicando que esse discurso não era apenas um ordenamento pontual, mas sim a expressão categórica de um projeto político de classe que se tornará mais claro com a criação da CIESP em 1928, e se define como proposta política dentro de um partido – O PRP (VIANNA: 1989, 71-72).

Na concepção de Vianna, o conteúdo fordista buscava o controle sobre a vida privada do operário e também encampava a oposição à difícil regulamentação das relações no mundo do trabalho, a despeito da própria ação do Estado nessa direção. Só a partir de 1926 houve alguma concessão às leis trabalhistas, com o decreto nº 17476 de 30/10/1926, sobre as leis de férias para os operários industriais, ou o decreto nº 5083 de 01/12/1926, que versava sobre o código do menor na indústria – que redefiniam novamente “a própria regulamentação do Estado Liberal” no Brasil (DE DECCA: 1981, 153)¹⁷³.

Entretanto, conforme Augusto Zanetti e João Vargas, “a referência básica nas discussões sobre fordismo no Brasil é o memorial contra a lei de férias, enviado por entidades industriais ao Conselho Nacional do Trabalho em junho de 1927”. Além disso, também foram adotados como referência mais dois memoriais contra a consecução de leis sociais benéficas aos trabalhadores fabris: “o Código de Menores e a lei de seguros contra doenças” (ZANETTI, VARGAS: 2007, 66).

¹⁷³ O documento contra a lei de férias elaborado pelo CIFTSP era aberto por uma epígrafe de Henry Ford: “não podereis fazer maior mal a um homem do que permitir que folgue nas horas de trabalho”. A regulação legal do mercado, como no caso da lei de férias, incorporaria ao mercado uma legalidade externa a ele, diminuindo a capacidade de ação do capital. O que abria para o trabalhador a possibilidade de reivindicações sociais crescentes (VIANNA: 1989, 77).

O Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem de São Paulo (CIFTSP) mostrou-se atento em levar o debate do fordismo aos meios industriais. Otávio Pupo Nogueira, seu secretário geral, se transformara numa espécie de “arauto” dos mais ativos defensores das concepções fordistas na indústria. Embora estejamos mostrando aspectos da ideologia industrial em São Paulo, o que nos interessa nesse debate é a atitude de controle e coerção da força de trabalho operária. A partir de 1919, fruto dos embates de classe desencadeados pelas ondas grevistas, a burguesia industrial se mostrou mais coerente quanto à necessidade de um projeto de atuação política vinculado às práticas associativas de classe, representando, desse modo, um grau superior em suas práticas organizativas de classe, após 1917, tema que será desenvolvido no próximo tópico deste capítulo.

Para Otávio Pupo Nogueira, o grande problema do “operário nacional” é o “salário alto”. Sua linha de pensamento atribuía aos movimentos grevistas a culpa por isso: *“todas as paredes foram provocadas por questões de salários e todas elas solucionadas por meio de sucessivas elevações de salários”*. Se porventura “reivindicações de outra natureza” surgiram em “paredes provocadas por desejo de ganho maior”, isso poderá ser explicado pela inconveniência de “manejos criminosos de agitadores profissionais, useiros em fazer almoeda de ideais avançados, que a massa proletária jamais compreendeu ou adotou conscientemente” (Apud IDEM: Ibidem, 67).

Teria ficado provado na Conferência Internacional do Trabalho¹⁷⁴, segundo ele, que “lazer do mal preenchidos, atuam na alma proletária como fator dissolvente das suas qualidades nobres”. Mas para a disciplina do operário no trabalho o discurso moralista contra o lazer é célebre e repisado sempre com o objetivo de atacar o tempo livre do operário:

Os lazeres, os ócios, representam um perigo iminente para o homem afeito ao trabalho, e nos lazeres ele encontra seduções extremamente perigosas, se não tiver suficiente elevação moral para dominar os instintos subalternos que dormem em todo ser humano. O proletariado é ocioso da sua liberdade e, no mundo inteiro, rebela-se contra qualquer tipo de intromissão na sua vida privada (Apud Ibidem, 68).

¹⁷⁴ O patronato industrial participou da Conferência Internacional do Trabalho tendo como representante Jorge Street, que venceu a votação que incluiu outros nomes da representação industrial. A classe operária também escolheu um delegado para representá-la, e o nome mais votado foi de Saddock de Sá. A conferência se realizou na cidade de Washington em 29 de outubro de 1919. O tema principal da conferência foi a regulamentação do trabalho noturno dos menores, citada como “Convenção sobre o Trabalho Noturno dos Menores (indústria) 1919” (*JORNAL DO COMMERCIO*: 11/10/1919).

Esses argumentos faziam parte de um documento elaborado pelo CIFTSP que se colocava contra a lei de férias. O discurso contra os sabores da vida fora dos muros da fábrica se converteu numa importante peça de argumentos contrários à concessão de férias para os operários, concebidos, portanto, como homens-máquina destituídos de vontade e sentimentos próprios. A eles restava exercer a sua liberdade e libertação do ócio por meio do trabalho fabril, o discurso da classe patronal busca legitimar uma utopia negativa e redentora do trabalho na maquinofatura. O lazer era visto como fonte da dispersão e gasto inútil do tempo livre operário¹⁷⁵.

As vilas operárias também guardavam em sua base fundante o aspecto do controle e territorialização do corpo do trabalhador operário, resguardado por um padrão moralizante burguês com fins de adestrar a força de trabalho no âmbito fabril. Margareth Rago ao estudar as utopias da cidade disciplinar, observou que a

Estratégia patronal de fixação de força de trabalho ao redor da unidade produtiva neste momento histórico de constituição do mercado de trabalho livre no país, construção das vilas operárias permite controlar a economia interna do trabalhador e seu tempo fora da esfera do trabalho, delimitando o espaço em que pode circular. [...] A vila deve instaurar um espaço de conforto, satisfação e moralidade, de onde o trabalhador não precisa sair nem mesmo para se divertir-se. Vinculado ao aparato de produção através deste mecanismo sutil de dominação que é a própria habitação, espaço da intimidade e do diálogo interior, o discurso do poder promete ainda ao operário abrigá-lo da contaminação moral das ruas agitadas e dos bares viciados e escuros, situados do outro lado do mundo (RAGO: 1985, 179).

Assim, qualquer interjeição que brote da vida do operário deve ser combatida para não desviá-lo dos elevados propósitos circunscritos no mundo do trabalho, que teria, na vida operária, atribuição libertadora condizente com o atendimento das necessidades imediatas da família proletária. A racionalização das etapas da atividade industrial (divisão técnica) “determinou a necessidade de elaborar um novo tipo humano, conforme um novo tipo de trabalho e de produção” (GRAMSCI: 1978, 382). Para o olhar burguês, eram preocupantes a alegada preguiça e a crescente

¹⁷⁵ Era comum a adoção de um discurso contra o lazer por parte da classe patronal, o consumo do álcool geralmente era mencionado como elemento de degradação moral operária, e mesmo na imprensa operária o discurso empregado era moralizador e os consumidores de álcool figuravam como elementos opostos à imagem do operário consciente e solidário com a causa de sua classe: “flagelo que arruína a saúde moral e física da humanidade” (*A Plebe*: 21/2/1920). O vício do álcool era visto como uma praga desmoralizante à condição operária, assim: “*O bêbado no trabalho sujeita-se a todas as imposições a todas as tiranias, rasteja aos pés do patrão como sapo pela lama...É desta miséria moral donde sai o grande contingente de malfeitores: vadios, soldados, toda a escória da humanidade. A taberna é a escola do crime*” (*O Proletário*: 13/10/1911, Apud DA SILVA, Josué Pereira. *Três Discursos e Uma Sentença: Tempo e Trabalho em São Paulo – 1906-1932*. São Paulo: Anablume-Fapesp, 1ª edição, 1996, p. 72-73).

desordem provocada pelas greves, e “educar” um indivíduo de origens humildes significava principalmente incutir nele hábitos de trabalho, seja por meio da repressão ou da valorização do próprio trabalho como atividade moralizadora.

Entretanto, nessa época já havia industriais que procuraram adotar experiências de controle operário mais elaboradas do ponto de vista prático, ao introduzir em suas fábricas uma gama de serviços de caráter assistencialista, tais como creches, escolas maternais, campos esportivos e outras variantes de lazer para os operários. A fim de estender o seu controle sobre a vida do operário, criaram-se as primeiras vilas operárias, como a emblemática Vila Maria Zélia, construída por Jorge Street. Na ocasião de sua inauguração o discurso adotado pela imprensa buscava afirmar que o operário não podia ser considerado *“uma simples machina de ganho”*, mas sim uma pessoa de respeito, de inteligência e vontades próprias. Pois, para que a extração do lucro com o trabalho operário se realizasse naturalmente, adquirindo a sua obediência e confiança, era preciso tratá-lo com carinho no sentido de atingir o ideal da disciplina fabril, assim, o discurso de cooptação disseminado pelos jornais da imprensa patronal tinha endereço certo, a força de trabalho operária.

Tendo essa compreensão, a Cia Nacional de Tecidos de Juta, que tinha a sua frente “homens de valor”, procurou adotar em suas fábricas todo tipo de conforto possível para os seus operários, proporcionando-lhes “regalias” cujo objetivo seria encorajá-los para o bem. Além de *“preparar uma geração de operarios modelo, para o que não foram poupados esforços”*. A imprensa informava que já havia se estabelecido o serviço religioso, o serviço médico, *“e hontem, foram inauguradas as escolas para filhos dos operários cuja sede é na Fabrica Maria Zelia, sita no Belemzinho”* (JORNAL DO COMMERCIO: 09/7/1918)¹⁷⁶.

O controle patronal exercido contra a classe operária encontrou na manipulação ideológica uma forte aliada, na medida em que os interesses dos industriais eram sempre apresentados como interesses da nação. Logo, aqueles que ocasionavam desordens promovendo a “luta de classes” ou “tentando criar leis perturbadoras do

¹⁷⁶ Segundo o jornal, *“Essas escolas funcçionam em dous bellos edificios construidos sob o mais rigorosos principios de higiene e conforto; acham-se providas de material escolar apropriado, cuja instalação foi feita sob vigilancia do Dr. Oscar Thompson, Diretor Geral de Instrução Publica, que não escondeu a sua admiração por tão grandiosa empreza, e espontaneamente se prontificou a auxiliar com a sua orientação o andamento das classes. [...] Às 8 e meia presentes 103 dos 120 alumnos já matriculados (sendo 55 rapazes e 48 meninas)”*. (JORNAL DO COMMERCIO: 09/7/1918).

trabalho” estavam comento o crime de lesa-pátria (Apud COSTA: 2013, 142). Um dos expedientes também adotado pelo discurso patronal era caracterizar a fábrica como uma grande família, e ao patrão estava assegurado o papel de um “pai benevolente”, como mostra a circular do CIFTSP de 1924:

Um gesto de larga generosidade de dois dos mais conspícuos sócios deste Centro, chamou para a classe dos industriais em tecidos as simpatias do operariado e do público em geral, não se falando dos que cultivam sentimentos de filantropia. Referimo-nos as dotações feitas ao seu pessoal pelos Exmos. Conde Matarazzo e o Grande Of. Rodolfo Crespi. [...] O Sr. Matarazzo e Of. Crespi, por duas formas diversas, mostraram o seu pessoal obreiro que o patrão é mais alguma coisa que patrão – é amigo e, digamos, um pouco pai dos trabalhadores ao lado. V.S.as saberão compreender o alcance destes gestos nos meios operários (CIFTSP: *Circular nº 308, 01/4/1924 -AEL*).

A circular enfatiza a benevolência patronal ao conceder um bônus de 5% sobre o total dos salários ganhos no transcorrer do ano. A ideia conciliadora presente no discurso patronal ressalta a “comunhão de interesses” entre operários e patrões. Esse elemento retórico foi constante no apregoar da ideologia da harmonização social entre as classes. Contudo, esse discurso de sereia não conseguia ocultar a coerção contínua a que o conjunto do operariado estava submetido; Emília Viotti observou que essa trajetória, “contrastava de forma chocante com a tendência que eles tinham de identificar os líderes operários agitadores profissionais e as reivindicações operárias com crimes contra a sociedade e a nação” (COSTA: 2013, 142).

Foram comuns, por parte da imprensa identificada com as posições da burguesia, campanhas de desmoralização das lideranças operárias e a promoção da divisão entre os trabalhadores, execrando os “maus” elementos operários e louvando os “bons”. A *identificação científica* desses elementos “nocivos” ao lucro da empresa, depois de 1919, se tornara rotina nas associações patronais. Com o pretexto de reprimir os roubos nas fábricas, os patrões normalizaram um conjunto de orientações aos sócios do CIFTSP.

Os flagrantes delitos de roubos e furtos são frequentes, pelo que somos informados, mas a repressão tem sido inócua. Em regra geral, um operário pilhado em flagrante, é expulso da fábrica e o seu nome comunicado a este Centro que, por sua vez, transmite tal comunicação aos seus associados. [...] Como expurgar as fábricas de pernicioso elemento? Vamos indicar a terapêutica adequada a esse vírus maléfico, se assim nos podemos exprimir. [...] 1º) A repressão e não a simples expulsão das fábricas seria uma poderosa arma contra os ladrões; 2º) A identificação científica deixaria traços inconfundíveis do criminoso, tão inconfundíveis e precisos que, em hipótese

alguma, eles poderiam encontrar trabalho na fábricas filiadas ao Centro. [...] A fábrica X. avisa a este centro que no dia 3, terça-feira, às 4 horas da tarde, passará os seus operários em revista. O Centro se comunicará com a polícia e lhe pedirá um agente para ir à fábrica X. no dia e hora indicados. [...] A polícia remeterá ao Centro tantos exemplares da ficha do criminoso, quantas são as fábricas filiadas, e o Centro, em circular reservada, comunicará aos associados que, em tal dia, à hora tal, na fábrica X. o operário fulano foi preso por tal motivo, e junta a ficha do operário. Aí está, na sua simplicidade, a única maneira de pôr cobro aos furtos e roubos que ora se verificam nas fábricas. [...] Estamos certos de que a grande massa do operariado paulista é boa, é sã, mas ninguém ignora que no meio dela existem elementos francamente indesejáveis, que vivem no sonho de reivindicações abstrusas e criminosas. Refiro-me aos agitadores profissionais (CIFTSP: Circular nº 10, 04/4/1921- AEL).

A circular, elaborada por Otávio Pupo Nogueira, mostra com clareza a intimidade existente entre as entidades patronais e a delegacia de polícia na repressão e coerção da classe operária, o que revela um aspecto da aliança no bloco de poder burguês do setor industrial e da oligarquia¹⁷⁷. Já não bastava a simples expulsão de operários em cada fábrica pelo patronato e a comunicação de nomes “indesejáveis”, por meio de circulares do CIFTSP a seus filiados. O padrão de identificação do operário passou a atribuir à própria polícia o papel de consumir a repressão contra os supostos “maus” elementos, em proposta de ação conjunta com os industriais.

Desse modo, o poder dos empregadores foi por si só uma força que retardou a organização operária, e a deportação de ativistas operários um resguardo ainda maior para a classe dos dirigentes da indústria paulista. Fato que se explica pela grande quantidade de trabalhadores de origem estrangeira que trabalhavam nas indústrias de São Paulo. As leis de deportação permitiam aos patrões livrarem-se dos operários com atividade militante sem afetar a sua fachada de “tradição jurídica tão cultivada nos setores urbanos como um contraste ao progresso e à civilização” (MARAM:1979, 39).

A defesa incondicional da propriedade privada reforçou a coesão do patronato industrial, fração de classe da burguesia paulista. No campo político, seu apoio convergiu para PRP, que governou São Paulo durante décadas: “as ligações entre

¹⁷⁷ Werneck Vianna, polemizando os argumentos de Boris Fausto ao negar um caráter de classe da burguesia industrial, na Revolução de 1930, observa que: “A presumida docilidade dos industriais ao mando oligárquico teria uma base estrutural, além da acusação culturalista e comportamental. O processo de ‘industrialização por rupturas, propiciado pela política cambial de favorecimento ao café, é visto como elemento de entrave à formação de um grupo social estável por parte da burguesia industrial. ‘A rigor existiam atividades industriais, porém, não se pode falar na existência de uma burguesia industrial’. Não se comportando os industriais como classe, inseridos vegetativamente nos interstícios da ordem oligárquica, não se fazendo representar politicamente no novo Estado, conclui-se que o movimento político- militar de 30 não se constitui numa ‘revolução burguesa’ ” (VIANNA: 1989, 121).

o PRP – sem dúvida, fundamentalmente, o representante dos interesses cafeeiros – e os setores industriais não constituíram uma acordo ocasional, mas uma inteira e permanente aliança” (FAUSTO: 2011, 52).

Pela ótica dos patrões, quando o estatuto da propriedade se via ameaçado, a própria garantia do emprego do operário ficava afetada, pois “o roubo, o furto, representam tributo pago à força pelo patrão. Quem retira das fábricas subrepticiamente, um objeto qualquer, retira a sua parte de lucros e, ou muito nos enganamos ou isto é comunismo” (CIFTSP: Circular, nº 39, 27/7/1921- AEL).

Em suma, a legitimação ideológica burguesa no emprego de inúmeros dispositivos para valer-se da coerção sobre a força de trabalho operária foi impulsionada em São Paulo com o despertar das lutas operárias de 1917. Apesar da postura defensiva na “semana trágica” de julho de 1917, o patronato industrial se rearticulou nos diversos campos da luta contra o movimento operário: fábrica, justiça e representação parlamentar. Contudo, a questão operária já era considerada na plataforma política do PRP um elemento novo que começava a figurar no debate interno. A “agitação operária”, ponderava Washington Luis, “representa o estado de espírito de alguns operários e não o estado de uma sociedade”. Sob o ponto de vista da burguesia de São Paulo, a preocupação pela ordem pública se sobrepunha à questão social (Apud CASALECCHI: 1987, 153).

Alvaro de Carvalho, líder da bancada do PRP na Câmara Federal, logo depois das jornadas de julho de 1917, tentava separar o operariado das aspirações fora de contexto de suas direções anarquistas, louvando o discurso da ordem:

Pelo que diz respeito à bancada que tenho a honra de dirigir, cabe-me declarar: o Brasil neste momento está dividido em duas partes: a quase unanimidade é pela ordem pública, a quase unanimidade quer manter a sociedade que aí está organizada; uma ínfima minoria, porque nem mesmo são os operários, porque os operários que ali estão envolvidos são explorados pelos anarquistas (muito bem), essa minoria – a anarquia casada com o arrivismo – tenta demolir o que está feito (*JORNAL DO COMMERCIO*: 24/7/1917).

Se a inflexão ideológica do patronato se revelou presente no terreno político, as impressões de uma alteração de comportamento dos industriais se fizeram notar entre uma esfera representativa dos interesses gerais da sociedade, e outra em que, no contato cotidiano entre as classes, prevaleceu às normas coercitivas como

instrumento de controle da força de trabalho fabril. Além da definição de um padrão de acumulação correspondente à primeira fase do capitalismo industrial no Brasil.

3.4. O Quadro Social e Econômico de São Paulo Pré - 1917

Com a deflagração da Primeira Guerra Mundial, a economia brasileira teve que se adaptar às dificuldades impostas ao comércio mundial. No plano interno, verificou-se a disparada da inflação que resultou em aumento do custo de vida, afetando diretamente o poder de compra dos já desvalorizados salários e prejudicando ainda mais o nível de vida do proletariado urbano, que sofria com longas jornadas e condições precárias nas fábricas; sua resposta foram os protestos e as greves. Neste ponto nosso objetivo foi focar a difícil situação em que se achava o operariado em São Paulo.

Florentino de Carvalho, em matéria assinada num periódico da imprensa anarquista, assinalou que “*A grande baixa dos salários há pouco ocasionada pela crise de trabalho, não pôde, de forma alguma, perdurar*” (A PLEBE: 09/7/1917), além disso, a crise econômica causada pela falta de mercadorias, que encareciam dia a dia, gerava no proletariado urbano um extremo sentimento de desamparo por parte das autoridades públicas. A tentativa de desviar as atenções das classes subalternas lançando a ideia de que havia uma crise na agricultura não funcionou.

Como já mostramos, a produção agrícola de cereais em São Paulo vivia um bom momento. A produção crescia, entretanto, a exemplo do café, estava voltada em sua grande maioria para o abastecimento do mercado externo; a guerra na Europa representava uma formidável fonte de lucros. Apesar das tentativas de controle estatal, prevaleceu o esquema liberal da lei da oferta e da procura. Florentino denuncia o “*açambarcamento feito por uma chusma de exploradores que remetem para a Europa e para os Estados Unidos a maior parte dos produtos*” (IDEM, Ibidem); privando de abastecimento a população mais carente e segmentos da classe média urbana¹⁷⁸. Em meio a tamanho desespero, comitês populares contra a carestia eram criados para pressionar o governo, enquanto se propunha a criação de cooperativas operárias para

¹⁷⁸ Uma das linhas adotadas pela burguesia liberal para justificar a crise econômica, passava em transferir para guerra e o comércio mundial todos os males econômicos que afetavam amplos setores sociais: “*Pelas causas que tentamos hontem explanar, evidencia que não só o proletariado de S. Paulo como todo o conjunto social, notadamente a classe media, estão a um regimen de sofrimento que só poderão ser definitivamente alliviados depois que fôr restabelecida a normalidade economica do mundo* (JORNAL DO COMMERCIO: 21/7/1917).

evitar os atravessadores:

Outro meio, visando principalmente a combater a especulação, depende exclusivamente dos próprios operários. Organizem as suas cooperativas de consumo [...] essas cooperativas poderão fornecer aos associados gêneros mais baratos que são adquiridos nas mãos dos intermediários pela simples razão de que o preço desses gêneros não é sobrecarregado com os lucros que devem deixar a esses intermediários. A especulação é um fenómeno normal (*JORNAL DO COMMERCIO*: 13/7/1917).

De posição liberal, o *Jornal do Commercio* defendia a necessidade de o proletariado constituir cooperativas para, assim, entrar na competição do mercado de gêneros alimentícios, sugerindo às cooperativas operárias adotarem uma postura mercantil para atuação no livre mercado, tendo como propósito atender às demandas dos gêneros de primeira necessidade da classe operária. Logo, desobrigava o Estado de intervir no mercado para estabelecer algumas regras de controle sobre os setores produtivos ligados às atividades agrícolas¹⁷⁹, o que reforçava o caráter liberal das relações econômicas da autorregulação do mercado.

Para se ter uma ideia do universo cotidiano do operariado àquela época: a jornada média de trabalho, nas fábricas, nas oficinas e na construção civil, era iniciada às 6h00, fazia-se o intervalo de uma hora para o almoço, e somente terminava às 18h00 horas. Situação ainda pior era percebida entre os trabalhadores do comércio, onde as jornadas se alongavam até as 19h00 ou 20h00 horas, mesmo aos sábados. O tempo de vida médio alcançado pelos operários era de 25 anos de idade. Além disso, a partir de 1916, tendo em vista os problemas decorrentes da guerra que afetaram as linhas do comércio mundial, e as exportações de cereais para a Europa, fizeram o custo de vida disparar, impondo a carestia dos gêneros de primeira necessidade: a carne seca subiu 76%; o feijão, 74%; o milho, 63%; a farinha de mandioca, 52%; a batata, 47%; a banha, 41%. Os vencimentos eram rapidamente corroídos pelo alto custo de vida (BANDEIRA: 1980, 50).

¹⁷⁹ A gravidade da situação levou o governo do Estado a fazer tentativas de atenuar o problema do desabastecimento que afetava em cheio a condição de vida do proletariado urbano. Assim, o Secretário de Segurança, Eloy Chaves, foi designado para estabelecer contatos com os grandes fornecedores de alimentos: “no sentido de obter que os grandes commerciantes cedam alguma coisa em beneficio dos consumidores, conseguindo-se o barateamento dos gêneros reconhecidos de primeira necessidade”. Contudo, a tarefa que lhe foi designada se chocava com a defesa dos pressupostos liberais profundamente arraigados no setor comercial, “As medidas a adotar são, como facilmente se comprehende, de natureza complexa e algumas dependem mesmo de actos do governo federal” (*O ESTADO DE S.PAULO*: 19/7/1917). É evidente que, nesse caso, o alcance da intervenção do Estado no mercado se mostrou inócua, na medida em que o problema do desabastecimento e da carestia de alimentos na capital já havia se consolidado, desde 1912, como um problema permanente à massa trabalhadora.

Do ponto de vista das indústrias, esse setor retomava suas atividades procurando compensar-se dos diversos percalços pelos quais passara, adotando um intenso ritmo de produção, aproveitando-se do recente achatamento promovido sobre os salários. Os cortes na produção e nos salários continuavam a fazer-se invariavelmente quando a situação de guerra dificultava a aquisição de matéria-prima importada (*CORREIO PAULISTANO*: 13/8/1916).

Desde a crise de 1914 o setor industrial tirava proveito dos salários baixos, evitando que a depreciação inflacionária comprometesse seus lucros reais. Todavia, enquanto os setores agrário e comercial se lançaram à especulação pura e simples, a indústria, diversamente, buscou promover a expansão do parque fabril, propiciada pelas condições abertas por um relativo “monopólio provisório do mercado”, isso no decorrer da Primeira Guerra Mundial, o que implicava investimentos num ambiente conjuntural marcado pela especulação (BEIGUELMAN: 1977, 82).

Além disso, a intensa retomada das atividades industriais após o início da guerra, não apenas se fazia num quadro marcado pela competitividade, devido à entrada de uma gama de novos empresários no mercado, “como também se processava de maneira descontínua, por um sistema de fluxo e pequeno refluxo, uma vez atingida estocagem suficiente”. Em virtude da relação assimétrica entre o preço dos produtos industriais e o nível geral do custo de vida, inflado pelo processo especulativo, com a expansão anotada pela indústria, o patronato fabril procurou escapar ao ônus de um possível aumento de remuneração. Para tanto, ao evitar uma crescente demanda de mão de obra com respectivos efeitos sobre os salários, utilizou até mesmo o sistema de três turnos de trabalho. Entretanto, explorando praticamente os mesmos operários, que trabalhavam à exaustão, afora o emprego muito ativo da força de trabalho de mulheres e crianças, o que pressionava os salários de modo geral (IDEM, *Ibidem*).

Esse quadro econômico projetou os industriais a uma fase de plena prosperidade. No entanto, contraditoriamente, o desemprego era uma dura realidade para milhares de operários, “*O que dizer do operariado, cujos ganhos se têm limitado lamentavelmente e onde o número de desocupados cresce dia a dia? Calcula-se que só nesta Capital existem mais de 3.000 operários sem serviço*” (*O ESTADO DE S. PAULO*: 10/5/1917). Uma das providências adotadas pelo governo de São Paulo para atenuar o problema do desemprego na capital foi acionar o Departamento Estadual do Trabalho com a sua Agência Oficial de Collocação. Desde 1913 até o mês de julho de

1917, haviam saído da capital 42.322 pessoas¹⁸⁰.

Em discurso pronunciado pelo deputado Veiga Miranda, do PRP, na Câmara Federal, a defesa das classes agrárias contra a crise do desemprego na cidade acenou com a retirada para o campo de setores da população urbana. Ambiente de “fortuna, tranquilidade” e a garantia de uma boa vida para os filhos e netos (*JORNAL DO COMERCIO*: 26/7/1917). Seu pronunciamento fora amplamente apoiado pelos liberais que dirigiam o *Jornal do Commercio*, que identificava no envio do excedente de mão e obra da cidade para o interior a solução do problema. Ao que tudo indica, havia uma enorme necessidade de força de trabalho nas lavouras paulistas que, concomitantemente, disputavam com a cidade o recrutamento de novos trabalhadores.

A ocorrência de anúncios oferecendo trabalho para as fazendas do Comendador Antonio Prado, um dos homens mais poderosos dessa época, chamou a atenção nesta pesquisa. A desocupação era fonte de preocupação na capital paulista:

O recente movimento paredista impressionou fortemente as imaginações porque foi muito intenso e teve episódios de extrema violência. [...] Tivéssemos encaminhado para o campo as sobras da cidade em geral seria o regozijo [...] não como solução definitiva contra a carestia de vida, mas como múltiplas vantagens, entre as quais avulta o concurso para se modificar para melhor a vida nesta Capital, urge se encaminhar para o interior o excedente de trabalhadores que aqui vivem sem trabalho (IDEM, *Ibidem*)

Outro elemento que atormentou a vida das classes subalternas foi a disparada no preço dos aluguéis, o que favorecia ainda mais o estado de inquietação popular. Por fim, o problema da regulamentação do trabalho do menor também se constituiu em elemento de contestação não só popular, mas também de outros setores da sociedade¹⁸¹.

O Estado pressionava os industriais para a observância do Decreto Federal nº 1313 de 1891, que dizia respeito ao trabalho do menor nas fábricas. Evocava o

¹⁸⁰ Em 1913 6.667 trabalhadores deixaram a cidade para trabalharem no campo. A quantidade irá subir drasticamente com o início da guerra; no primeiro ano (1914) atingiu a marca de 17. 847 trabalhadores. Em 1915 haverá uma redução: 8.653 pessoas. Já em 1916 e 1917, serão 5.982 e 3.173 respectivamente. Contudo, em 1917, o relatório só mostra até o mês de julho (*JORNAL DO COMMERCIO*: 26/7/1917).

¹⁸¹ Na mesma matéria publicada pelo Estadão há um tom de indignação do jornalista quanto à falta de regulamentação no tocante ao trabalho do menor. Vale a pena registrar o tom lacônico dessa passagem: “Agora, novo desastre, e este leva uma criança inteira – carne, ossos, cérebro, e espírito, sangue, vida, sonhos, alegrias, brincos, promessas, tudo reduzido a farrapos numa amassadeira de farinha. Esperamos que comece haver todos os dias mortes desastrosas de crianças, às dúzias, picadas, esmigalhadas, rebentadas, trituradas como lixo, para que então a formar-se uma espécie de Sociedade Protectora dos Animaes, que as proteja com o mesmo zelo impertérrito e alta sensibilidade com que se protegem os burros e as galinhas” (*O ESTADO DE S.PAULO*: 04/6/1917).

acidente de um pequeno operário, “um desgraçadinho de quatorze annos, que cahiu dentro de uma amassadeira mecânica de farinha e ficou reduzido a trapos, inteiramente picado e esmagado”. A questão era urgente, pois, na mesma fábrica de doces tinha ocorrido outro acidente em que outro menor havia perdido uma das mãos. (*O ESTADO DE S. PAULO*: 04/6/1917)¹⁸².

Estabeleceu-se, como um instrumento imediato de luta contra o trabalho do menor, o Comitê Popular de Agitação Contra a Exploração dos Menores, em virtude da gravidade das situações a que estava exposto o trabalho infantil nas fábricas e oficinas de São Paulo. O Comitê Popular de Agitação aglutinou dezenas de entidades de classe, além de setores sociais e comerciais, como a Loja Guglielmo Oberdan, que ficava no bairro do Brás, do Grande Oriente Autônomo e a firma Allgemeiner Arbeiterverim. Alguns encontros foram realizados no salão Germinal, que fica à Rua do Carmo nº 20. Dois comícios já estavam agendados: o primeiro realizar-se-ia no Lago Silva Telles, no Pari, e o segundo, no bairro da Mooca, ambos às 19:30h (*JORNAL O COMMERCIO*: 02/4/1917).

A luta contra a exploração do trabalho infantil revelava a situação de extrema penúria das famílias operárias, apesar de ser do conhecimento geral, a força de trabalho desvalorizada do menor foi amplamente explorada pela patronal industrial em suas fábricas. Na visão dos patrões, a função moralizadora do trabalho justificava a introdução de uma grande quantidade de crianças nas indústrias, sobretudo naquelas do ramo têxtil. O trabalho aparecia no discurso patronal como uma maneira salutar de impedir os descaminhos da rua e o desperdício da pouco valorizada energia infantil. As famílias operárias, sempre às voltas em lutas por aumento de salário, via com bons olhos a exploração dos seus filhos para ajudar em casa. Não raro, “os pais participam da ética puritana do trabalho, coniventes com a representação imaginária do trabalho como atividade redentora e enobrecedora, formadora do bom caráter do cidadão, ou seja, como uma virtude” (RAGO: 1985, 136).

Com isso, o resultado era uma redução paulatina dos salários pagos aos

¹⁸² As péssimas condições de trabalho oferecidas aos operários na maioria das fábricas de São Paulo tornavam os acidentes de trabalho episódios corriqueiros. Segundo dados divulgados pelo Departamento Estadual do Trabalho (DET), foram registrados “durante o ano de 1917, 1602 accidentes, sómente no município da capital” (*JORNAL O COMMERCIO*: 09/7/1918). Tínhamos uma média de 133,4 acidentes por mês, em se tratando dos casos comunicados. Mas tudo indica que esses números eram bem mais altos. A matéria ainda chama a atenção para a votação de uma lei que amparasse oficialmente o trabalhador contra tais infortúnios.

operários adultos, o que gerava descontentamento. Mesmo o industrial Jorge Street, tido aqui como o empresário que reunia as melhores virtudes de liderança do meio industrial, possuía centenas de trabalhadores infantis alocados nos diversos setores da Tecelagem Santana, na Vila Maria Zélia:

Na sua grande maioria, eles são filhos, irmãos ou parentes dos meus próprios operários, que trabalham, portanto, na mesma fábrica e muitas vezes na mesma sala. Os operários da fábrica empenham-se, fortemente, para obterem estas colocações para seus filhos parentes, e sempre que lhes objeto achar prematuro o trabalho para esses petizes ou lhes falo para diminuir-lhes as horas de trabalho, eles, invariavelmente, me respondem que não só essas crianças os ajudam no ganha-pão cotidiano, como também julgam melhor para eles trabalharem na fábrica do que ficarem em casa, ao abandono, e sem fiscalização. [...] Eu tenho na fábrica uma disciplina bastante branda para essas crianças: assim elas só prestam serviços e compatíveis com a sua idade e forças [...] É de surpreender ver-se essa pequenada trabalhar e sempre tenho a impressão que eles o fazem sem grande esforço, impressão essa confirmada pelo modo como é feita a saída, depois do trabalho terminado. É uma verdadeira revoada alegre e gritante sai à frente dos maiores, correndo e brincando (Apud MORAES FILHO: 1980, 379-380).

O industrial estava absolutamente convicto de que sua função de patrão se constituía como um grande gesto pessoal e social de proporcionar trabalho, não havendo a menor razão de protestos. A despeito de defender uma legislação trabalhista que regulamentasse a atividade fabril do menor, lembrava que: “Podem ser tomadas medidas legislativas úteis; se elas, porém, forem exageradas, o resultado será negativo”, argumentava que a maioria das fábricas tomariam a decisão focada, caso assim fosse, de dispensá-los. E lamenta que, possivelmente, essas crianças “engrossariam o já preocupante número de abandonados e talvez futuros delinquentes” (IDEM, Ibidem).

Boris Fausto chama a atenção para a superexploração operária nessa época: “o crescimento da produção é obtido através do prolongamento da jornada de trabalho, utilizando-se da capacidade ociosa das empresas que haviam importado maquinaria nos anos prévios à guerra” (FAUSTO, Apud VIANNA: 1989, 58). A barreira erguida pela guerra afetou as importações e fez crescer substancialmente a demanda dos similares nacionais, mas a recuperação dos salários não acompanhava o aumento do custo de vida. A greve geral abria um período de ascensão do movimento operário, refletida nos movimentos paredistas que se produziram nesse mesmo ano e nos seguintes, em várias localidades de São Paulo e também no Rio de Janeiro. Proporcionou avanço da sindicalização, o surgimento de uma imprensa operária mais estável, com expectativas de transformação social e defesa por melhorias das condições de trabalho nas fábricas.

Durante a Primeira República no Brasil as relações de trabalho eram regidas pelo princípio “liberdade de trabalho” em nome do qual as condições de trabalho não

podiam ser regulamentadas, a fim de evitar o surgimento de obstáculos ao desenvolvimento comercial e industrial. A afirmação desse princípio liberal e de sua efetiva proteção pelo aparelho de repressão estatal se dava paralelamente ao capitalismo industrial nascente. E, apesar do interesse manifestado pelos industriais pela mão de obra estrangeira, a repressão das atividades do movimento operário era acompanhada também por manifestações de xenofobia, que projetaram o elemento anarquista como um perigo constante nas relações sociais. Conforme Paulo Sérgio Pinheiro (1975, 98), esse tipo de preconceito se afirmava e se constituiu como “prolongamento do preconceito em relação ao trabalho manual” que a sociedade colonial e do império segregaram.

No Brasil de quase quatro séculos de escravidão, construir uma identidade de classe no seio do movimento operário esbarrava na imagem negativa do trabalho. Cumpre lembrar que, até o século XIX, no Brasil, predominava a regra: trabalhava quem se encontrava sob a condição de escravo e os homens livres que não possuíam nenhum escravo. As classes dominantes não tinham como se apoiar numa tradição cultural ou mesmo religiosa da valorização do trabalho, por conseguinte, não acreditaram apenas na mensagem ideológica que rezavam, de que o “trabalho dignifica o homem”, ou de que “o trabalho é o caminho para a ascensão social”. Na gênese do trabalho livre na indústria, pode-se constatar uma profunda analogia na forma com a qual a sujeição da força de trabalho se efetivou. Os “capitães da indústria”, pelo lado do mando, impuseram um estatuto tendo como fim a domesticação da força de trabalho operária por meio da repressão seguida de violência. Isso como estratégia política de classe para garantir a pletera de mão de obra no mercado de trabalho assalariado em formação (MATTOS: 2009, 34).

A transmissão de uma mentalidade autoritária marcada pelo desprestígio ao trabalho manual era corrente nas hostes da elite dominante da Primeira República. Considerando grave delito o não trabalho, levando, não raro, o indivíduo a própria prisão por vadiagem. Esse discurso coincide com aquele defendido pelo industrial Jorge Street referente à justificativa disseminada pela patronal para exploração do trabalho infantil, a da vadiagem. Logo, coube aos próprios trabalhadores a tarefa de construir uma ética positiva do trabalho, mas não com os mesmos objetivos dos empresários industriais¹⁸³. A valorização do trabalho e dos próprios trabalhadores se constituiu

¹⁸³ Sobre a adoção da Lei de Repressão e Ociosidade, três décadas antes, votada na Câmara Federal para combater a ociosidade pós 1888. Sidney Chalhoub reproduziu a defesa da lei nas palavras do deputado

como tarefa dos primeiros militantes do operariado, que, segundo Mattos, se configurou como “um dos pré-requisitos para que se identificassem como classe e pudessem, então, agir coletivamente por meio de suas organizações sindicais” (IDEM, Ibidem:2009, 35).

O termo de valorização do trabalho encontrou na militância anarquista seu pólo mais combativo e atuante. Pela primeira vez na sociedade brasileira uma vanguarda inspirada num programa de luta defendido pelo anarquismo questionava as instituições que o trabalhador, assim como outras camadas da sociedade, considerava como entidades ao mesmo tempo naturais e até sagradas: *a propriedade privada*, o Estado, o Parlamento, o Exército, A Igreja, a Família, a Educação. Essa ideologia defendida pela burguesia procurou legitimar a ideia de que todos eram iguais perante o trabalho, e que só por meio dele a conquista de uma posição social mais elevada seria possível, ou até a possibilidade de virar patrão.

A defesa da ordem e a marginalização do proletariado urbano revelaram a emergência da luta de classes nas duas primeiras décadas do século XX, chocando-se frontalmente com as proposições defendidas pelos anarquistas. Estes recusavam energicamente o quadro autoritário e repressivo existente nas relações de trabalho, ousando reivindicar melhores condições de vida e a transformação radical da sociedade, mediante táticas de lutas (ação direta) em que a greve geral cumpriria um papel relevante de transformação revolucionária. Evidenciava-se, desse modo, o caráter de uma “modernidade” nas relações entre o capital e trabalho forjado a partir de uma coerção sistemática dos proletariados agrícola e industrial. O que levou José Albertino Rodrigues a concluir que “o imigrante foi o grande elemento dinamizador da sociedade do Brasil Republicano” (Apud PINHEIRO: 1975, 98). Essa afirmação se deve ao fato de ter sido admitida a entrada de milhares de estrangeiros em São Paulo e no Brasil¹⁸⁴.

Como podemos perceber, o quadro geral e particular que antecedeu a Greve Geral de 1917 estava carregado de ambiguidades sociais. A greve trouxe à tona o verdadeiro caráter da burguesia, afirmou-se socialmente como um evento de negação da

McDowell: “*A lei produzirá os desejados efeitos compelindo-se o efeito desastroso que fatalmente se prevê como consequência da liberação de uma massa enorme de escravos, atirada no meio da sociedade civilizada, escravos sem estímulos para o bem, sem educação, sem os sentimentos nobres que só pode adquirir uma população livre e finalmente será regulada a educação dos menores, que se tornarão instrumentos de trabalho inteligente, cidadão morigerados, (...) servindo de exemplo e edificação aos outros da mesma classe social*” (Apud MATTOS: 2009, 34-35).

¹⁸⁴ Com a imigração estrangeira, o Tesouro Nacional despendeu entre 1881 e 1917 137 mil contos para todo o país; os maiores gastos se deram entre 1891 e 1896, quando foram gastos 38 mil contos. Após essas datas as verbas federais gastas com a imigração sofreram uma redução significativa, voltando a crescer somente entre 1908 e 1913. O Estado de São Paulo gastou com a imigração, entre 1881 e 1917, quase 68 mil contos, e pelo menos 25mil contos com serviços complementares (SINGER: 1977, 55).

ideologia coercitiva do trabalho, consagrando-se como um levante social relativamente espontâneo¹⁸⁵ contra a opressão e as dificuldades provenientes da atuação das classes dominantes que, visando somente à defesa dos seus interesses, empurravam a massa operária para a iniquidade social. Assim, a irrupção das lutas do proletariado urbano não foi somente por aumento salarial, mas também em defesa da dignidade humana, que era espremida dia após dia pelos múltiplos instrumentos coercitivos existentes nas fábricas e no próprio meio social, impelindo o jovem proletariado de São Paulo a uma condição de humilhação silenciosa. O operariado urbano se viu assim compelido ao iminente confronto político e sindical contra os patrões e o Estado com expectativas claras: a garantia do próprio futuro.

O vertiginoso crescimento urbano da cidade de São Paulo entre 1890 e 1920¹⁸⁶ foi bastante significativo, engendrando a especulação de setores econômicos prestadores de serviços ao público e o comércio. Como o emblemático caso da Light and Power, empresa de capital misto anglo-canadense-americano, que representou o mais “danoso agente especulador” contra os interesses da população (SEVCENKO: 1992, 22). Ela constituiu monopólio nas principais redes de prestação dos serviços essenciais: fornecimento de gás, eletricidade, transportes urbanos, telefones, tendo desenvolvido sistemático controle desses mercados com práticas agressivas de manipulação e grandes subornos de autoridades públicas em manutenção do esquema de poder montado visando à espoliação de capitais. Chegou a apresentar, em 1928, um projeto de metrô para a cidade, que, no entanto, nunca foi levado a sério pelas autoridades públicas.

E não raras foram as manifestações da população contra os péssimos serviços prestados pela Companhia. Em 1909, o prefeito Antonio Prado tentou recusar a renovação do contrato com a Light, todavia teve a proposta rejeitada pela Comissão de Justiça da Câmara dos Vereadores. De pronto, a população foi às ruas provocando motins e manifestando-se aos gritos: “Abaixo a Light! Abaixo o Monopólio! Viva

¹⁸⁵ O caráter da Greve Geral de 1917 em São Paulo é controverso. Edgar Leuenroth defendeu mais de uma vez o seu caráter espontâneo, enquanto as pesquisadoras desse assunto Christina Lopreato e Cristina Hebling adotaram uma posição de que houve um processo de acumulação organizativa da greve, concebido pelas Ligas Operárias de bairros e dos sindicatos operários. Ver (CAMPOS, Cristina Hebling. *O Sonhar Libertário: São Paulo, Pontes* – Ed. Unicamp, 1988) e (LOPREATO, Christina Roquette. *O Espírito da Revolta: a greve geral anarquista de 1917: São Paulo, Annablume-Fapesp, 2000*).

¹⁸⁶ Com a política imigratória patrocinada pelo Estado, a população da cidade de São Paulo entre 1900 e 1920, saltou de 239.820 para 570.033, registrando um aumento populacional próximo a casa dos 138% em vinte anos. Só para lembrar, a população da capital paulista, em 1890, era de 64 934 (MARCOVITCH: 2006, 119).

Antonio Prado!” conforme destacou o periódico *A Notícia*, em 2 de março de 1909 (Apud IDEM: 1992, 123). O descaso da Light na prestação dos serviços públicos obrigou o Prefeito Antonio Prado a não renovar o contrato com essa operadora, mas a Câmara dos Vereadores se posicionou contrária à não renovação contratual, o que acabou reconduzindo a Light para o exercício de um novo contrato.

Outros fatores compunham o capítulo das dificuldades de existência a que estavam submetidos os trabalhadores de São Paulo. Um deles ficou a cargo da ação de comerciantes que adulteravam gêneros alimentícios de primeira necessidade que, além de inflacionados, eram de péssima qualidade: “pó de vidro” na farinha de trigo, água contaminada, produtos estragados que, não raro, levavam pessoas à morte, como denunciou a grande imprensa. Além disso, o papel dos atravessadores em fechar acordos de compra de colheitas inteiras, junto aos produtores de alimentos de Minas, São Paulo e Rio de Janeiro. Ato esse denunciado pelo deputado Nicanor Nascimento em Julho de 1917¹⁸⁷, potencializando ainda mais os problemas vividos pela população carente em face do desabastecimento de alimentos, na medida em que uma parte considerável da produção agrícola destinava-se ao exterior.

Esse quadro desolador prenunciou uma grande tempestade social em defesa das condições mínimas de sobrevivência do proletariado, explorado em condições análogas às de Manchester da segunda metade do século XVIII. A expressão *presídios industriais*, empregada pelos anarquistas, sintetiza a crueza da vida operária nessa fase de consolidação do ideário republicano paulista, baseado no conservadorismo de uma burguesia agrária em que a violência coercitiva se impôs como elemento articulador do quadro geral da Primeira República.

O operariado, mergulhado em péssimas condições de vida, atirou-se à luta, inaugurando uma fase superior de consciência no embate de classes com a fração de classe da burguesia industrial. Esta, também se experimentando na luta, soube tirar importantes lições nos embates entre capital e o trabalho, sobretudo na Greve Geral de Outubro de 1919.

Convém lembrar que, desde o ano de 1907, tivemos o início de um período de movimentação operária que vai até 1921, no qual os sindicatos eram livres e

¹⁸⁷ A explosão foi local, mas o problema é geral. Os roubadores e intermediários escondem as utilidades para elevar-lhes o preço. Isso determina a fome e a fome determina à revolta. “A firma Matarazzo, em São Paulo, é uma das grandes açambarcadoras que compraram as colheitas de Minas, S.Paulo e Rio para, pelo monopólio, determinarem o preço” (*A Plebe*, 21/jul./1917, p. 3).

autônomos, independentes da intervenção estatal. Segundo Angela de Castro Gomes, “tal tipo de observação é igualmente válida para o movimento associativo da burguesia industrial e comercial que também se realiza ‘fora’ da influência estatal e, em grande parte, tendo em vista a própria movimentação do operariado” (GOMES: 1979, 58).

Nas jornadas de Julho a questão operária se transformara em questão social, na medida em que a irrupção desse movimento apontou, em larga medida, para as fragilidades das práticas ortodoxas liberais do patronato urbano. As mobilizações sociais registradas no espaço urbano, seja contra a carestia, pela jornada de oito horas de trabalho ou aumento de salários foram intensas na segunda década do século XX, e se deram independentemente de qualquer ação regulatória do poder do Estado.

Além disso, outro elemento a ser destacado nesse contexto social foi a Revolução Russa de 1917, que despertou nas lideranças grevistas no Brasil a esperança de uma nova sociedade, exercendo forte influência no ânimo das mobilizações operárias. A imprensa operária, imbuída na divulgação do movimento revolucionário ao conjunto dos trabalhadores, cobriu aqueles acontecimentos revolucionários, transformando-os em peça de propaganda na luta cotidiana das fábricas.

Os resultados da greve contribuíram para a tomada de consciência da classe operária no processo de enfrentamento contra o patronato e o governo oligárquico. Esse evento foi identificado pela historiografia do período como um marco histórico na dinâmica do “fazer-se da classe operária brasileira” (LOPREATO: 2000,18)¹⁸⁸ Aziz Simão entendia que a greve de 1917 não fora apenas resultado de um avanço do sindicalismo ou da capacidade organizativa do movimento com objetivos pré-fixados de antemão, “mas uma explosão repentina, fruto da convergência de vários fatores entre os quais a carestia, e possivelmente, as repercussões da Revolução Russa” (SIMÃO: 1966, 147).

Desde 1904, já era possível identificar referências ao processo revolucionário na Rússia que culminaria no Fevereiro e Outubro de 1917. Jornal *O País*, de 30/1/1905, na sua primeira página, publicou um artigo intitulado “Ave Rússia”. O artigo traz referências da volta ao trabalho depois de uma greve dos operários russos, ressaltando sua dignidade e sofrimento nos confrontos contra a dinastia dos Romanov: “O primeiro

¹⁸⁸ Crhistina Roquette Lopreato está se referido às posições historiográficas assumidas por Paulo Sérgio Pinheiro e Michel Hall, que identificaram nas lutas operárias da Primeira República um avanço organizativo significativo do movimento operário em São Paulo. Posições que contrariam aquelas defendidas por Leôncio Martins e Boris Fausto, que acreditavam que havia a carência de uma direção mais bem estruturada e de um órgão diretivo, isto é, um partido político.

pensamento do povo é comover. Organiza as suas primeiras manifestações para pedir liberdade e justiça, desarmando-se de todo, porque leva consigo mulheres e os filhos, trouxas ambulantes de trapos, dentro dos quais tiritam um coração entanguido” (apud BANDEIRA, 1980: 33).

O processo revolucionário russo de 1905 ecoou no meio operário brasileiro e campanhas solidárias foram feitas no sentido de arrecadar fundos de apoio aos revolucionários russos. O jornal *Terra Livre*, dirigido por Neno Vasco e Edgar Leuenroth, divulgou uma dessas colaborações em suas páginas, publicando uma carta do famoso anarquista russo Kropotkin, que havia visitado o Brasil nessa época. A carta agradece “fraternalmente” a colaboração de quatro libras esterlinas para os revolucionários russos (BANDEIRA: 1980, 27). Os anarquistas, em 1917, encontravam-se na linha de frente do proletariado urbano, desenvolvendo atividades de organização e denúncia das precárias condições do operariado em São Paulo.

4. São Paulo 1917-1921: Patronato Industrial e Conflito Operário

4.1. A Incapacidade dos industriais de Resolver Conflitos Trabalhistas

Neste quarto e último capítulo, procuramos discutir a atuação do patronato industrial, fração de classe da burguesia, nos embates políticos de classe contra o movimento operário, por meio dos movimentos grevistas que eclodiram em São Paulo, entre 1917 e 1921, apontando a natureza das dificuldades com a falta de coesão de classe, num primeiro momento, e posteriores avanços como fruto de uma atuação mais coesa entre os seus pares de classe. Na greve geral de 1917, o acordo com as lideranças operárias só foi obtido graças à intervenção de uma Comissão de Imprensa que mediou o conflito. Mas, em 1919, o quadro será outro, com mais experiência e demonstrando maior unidade, negociou-se diretamente com as entidades que representavam os operários.

A Greve Geral de 1917 representou para os industriais uma importante experiência nas relações com a classe operária e suas organizações, em função do alcance que teve em São Paulo e no Brasil. Do ponto de vista de classe, o patronato industrial teve dificuldades de constituir sua unidade. Se, de um lado, era capaz de agir como grupo relativamente coeso no jogo de defesa de interesses junto às oligarquias

agrárias, de outro demonstrou uma posição completamente diversa ao lidar com o levante operário de julho de 1917.

Os Primeiros meses de 1917 já indicavam que este seria um ano atípico para os patrões e o bloco hegemônico da burguesia. Desde o mês de abril os sinais das agitações operárias se fizeram presentes. Além disso, o processo de expansão urbano deflagrado pela construção civil ia de vento em popa. Mas a expectativa de crescimento do setor esbarrava nos baixos salários pagos pela patronal. E como já era de se esperar, antes de começar o mês de abril, foi decretada uma forte greve na construção civil. Em face disso, a patronal do setor logo se moveu no sentido de se organizar, *“Tomamos, nesta ocasião, a iniciativa da formação de um centro de constructores, que procurará principalmente promover a cordialidade e conciliação de interesses das duas classes – operários e patrões”*. O clamor de unidade patronal deixava claro seu objetivo, o término da *“desagradável e injustificável atmosfera de luta”* (JORNAL DO COMMERCIO: 01/4/1917).

No meio industrial as movimentações operárias também começaram antes de julho: a fábrica têxtil da família Crespi, unidade fabril situada no bairro da Mooca, tinha mais de 2000 trabalhadores; registrou-se que, desde o mês de maio, os operários do Cotonifício Crespi vinham parando por seções visando aumento salarial: *“Uma comissão dos tecelões da secção de lanifício do estabelecimento industrial Rodolpho Crespi, que no ultimo sabbado se declararam em greve pacífica, esteve hontem na redacção desta folha”* (JORNAL DO COMMERCIO: 09/5/1917). A política de aumento da jornada de trabalho imposta pela empresa irá provocar descontentamento geral entre os operários. No mês de julho, a paralisação se estendeu por toda a fábrica abrangendo os demais setores, tendo como reivindicação principal 25% de aumento salarial em relação à extensão da jornada de trabalho imposta pela empresa e a abolição das contribuições para o Comitê Italiano Pró-Pátria.

A resposta de seu proprietário, o industrial italiano Rodolpho Crespi, foi o fechamento da fábrica (*lock-out*) aos seus operários, procurando recorrer à solidariedade patronal para derrotar a *parede*. Para isso, Crespi encomendara a empresas do interior do estado a confecção de produtos a ele confiada. Só veio a atender os reclamos operários em julho, mas sob pressão do movimento e do acordo geral fixado entre patrões e trabalhadores. Em 14/7/1917, Crespi cedeu atendendo às reivindicações

principais do movimento: aumento de 20%, direito de organização e reintegração dos demitidos. A irradiação da greve logo atingiu outras importantes empresas do ramo têxtil, como a Fiação Tecelagem e Estamparia Ypiranga “Jafet”, com mais de 1500 operários, e muitos deles mulheres e crianças (IDEM, Ibidem).

Na firma da família Nami Jafet, reivindicavam-se 20% de aumento para trabalho normal e 25% para o executado no turno da noite. O industrial tenta uma proposta na base dos 17%, que não é aceita pelos trabalhadores, o que o leva a ceder. Durante a greve, os operários da Tecelagem Ypiranga contaram com a solidariedade da Liga da Mooca, que realizou uma manifestação em apoio à greve. Na cervejaria Antártica a greve é decretada no dia 06 de julho, a partir do setor de pintura. O delegado geral de polícia fora notificado e a fim de evitar qualquer alteração na ordem, foram despachadas instruções reservadas ao delegado do distrito, Bandeira de Mello, que acompanhado de uma força de 10 soldados da Força Pública se dirigiu para o local (*DIÁRIO PUPULAR*: 09/7/1917).

Às 11hs do dia 08 de julho, houve registro dos primeiros enfrentamentos do movimento com a polícia, quando uma carroça da empresa Antártica foi atacada na Rua Piratininga. O cocheiro André Bellotti, tendo ao seu lado um soldado do 1º Batalhão da Força Pública, foi surpreendido por um decidido grupo de grevistas. Disputando a condução do veículo carregado com engradados de bebidas, a recusa por parte do condutor acirrou os ânimos dos grevistas. O cocheiro foi agredido a pedradas causando-lhe ferimento na cabeça. Não lhe restando nada a fazer, a carroça é abandonada e em seguida danificada, enquanto grande quantidade de garrafas de cerveja foi quebrada.

Nesse momento, o conflito na Companhia Antarctica Paulista ficou mais tenso. Com a situação fora do “controle”, foi solicitada no local a presença das forças de cavalaria da polícia, que prontamente foram recebidas a tiros, havendo pelo menos 40 disparos, mas sem vítimas. Na sequência dos fatos, muitos operários “debaixo de morras a polícia” se dirigiram para a entrada da Fábrica de Tecidos Mariangela, do grupo Matarazzo, próximo dali. O objetivo principal era fazer piquetes de greve na entrada da fábrica e tentar impedir o retorno dos operários após o almoço. Mas o edifício foi imediatamente cercado pela polícia, que dispersou os piqueteiros grevistas. Com o acirramento da situação, o próprio delegado geral de polícia, Thyrso Martins, teve que se dirigir às pressas à Fábrica Mariangela para tentar acalmar os ânimos dos grevistas, mas foi recebido sob um sonoro coro de vaias. Às 13:00h, um grupo de operários “mais exaltados” tentou invadir o posto policial do Brás, para dar fuga a cinco

grevistas que se encontravam detidos, mas houve intervenção do destacamento policial e os grevistas se puseram em fuga (IDEM: 09/7/1917).

Após esses episódios ocorridos no bairro do Brás, Thyrso Martins se dirige ao Palácio do Governo. A reunião com o Presidente do estado, Altino Arantes, se traduziu no endurecimento da postura do Estado em relação à greve. O delegado geral, de regresso do Palácio, despachou a ordem de aumentar o contingente militar no Brás, *“por uma força de 80 praças, sendo 50 de infantaria, armada de fuzil, e 30 de cavallaria, sendo essa força commandada pelo capital do 1º batalhão, Pedro Ribeiro. A polícia, está resolvida a agir com todo o rigor”* (IDEM, Ibidem). O contingente policial no Brás só crescia, chegando a uma tropa de mais de 100 policiais. Uma das primeiras medidas preventivas do Estado foi o fechamento do Centro Operário da Mooca, órgão que vinha cumprindo papel de destaque na articulação do movimento.

A justificativa da imprensa, que refletia a patronal, quanto ao endurecimento da polícia em relação à greve, obedecia às linhas gerais de uma retórica conservadora em nome da ordem, da propriedade e da criminalização dos militantes anarquistas que começavam a exercer papel relevante na greve:

A mudança, pois, de attitude dos grevistas determinou a mudança de acção policial que, daqui por diante, será severeríssima, disposta como está, a garantir, por qualquer preço, a manutenção da ordem, o respeito a propriedade e a liberdade do trabalho. Irá mais longe a Policia, e, feita a necessária pesquisa que a habillitará a separar dos honestos operários, verdadeiramente laboriosos, os agitadores, os que, inteiresseiramente, fazem das paredes simples meio para propaganda de doutrinas perturbadoras da sociedade, processal-os-ha, afastando do território nacional os estrangeiros (JORNAL DO COMMERCIO: 10/7/1917).

Mas os rumos do movimento grevista sofreriam um forte impacto na capital no segundo dia de greve, em decorrência da morte do operário sapateiro *José Gimenez Martinez*, que contava com apenas 21 anos de idade. A ocorrência se deu na porta da Tecelagem Mariagela, no Brás, depois de tiroteio entre a polícia e grevistas. No dia seguinte, 10/7/1917, a notícia se espalhou rapidamente, criando um ambiente de convulsão social na cidade. A morte de Martinez fez crescer vertiginosamente a adesão à greve: *“preparam para adherir ao movimento grévista os empregados da Companhia de Gaz, Light e Limpeza Pública”*. O jornal ainda informou que seriam destacados 25 praças para garantir o trabalho de limpeza da cidade (JORNAL DO COMERCIO: 12/7/1917).

Na acepção de Boris Fausto, “O enterro do jovem Martinez simbolizou o

momento de passagem de uma grande greve para uma paralisação total da cidade, com a multiplicação dos atos de violência (FAUSTO: 1977, 195)¹⁸⁹. O caráter trágico desse evento acabou forçando a entrada de setores mais resistentes ao movimento, como a adesão dos operários representados pelo Centro dos Operários Católicos do Brás¹⁹⁰, entidade antianarquista e politicamente moderada, conforme noticiou o diário O Comércio: “*Em reunião conjunta da comissão da Confederação Catholica marcaram para hoje, às 13 horas, uma sessão extraordinária para estudo e adoção de medidas de interesse geral, relativas ao movimento atual*” (O COMERCIO: 15/ 7/1917).

O movimento grevista se alastrou para outras cidades do estado, ganhando força: Campinas, Santos, Jundiaí, São Carlos, Limeira, entre outras. Em Sorocaba, a Fábrica Votorantim, do imigrante português Pereira Inácio, que contava com 2800 operários, vinha atrasando o pagamento dos salários sistematicamente. Seus trabalhadores chegavam a maio de 1917 com os rendimentos atrasados em mais de três meses, razão que provoucou “atitudes hostis” contra a empresa (JORNAL DO COMMERCIO: 11/5/1917).

Inúmeros setores foram levados pela gigantesca onda grevista, os trabalhadores do único núcleo importante da cidade ligado aos serviços ferroviários, as oficinas da São Paulo Railway, com 2000 operários, também deixaram de trabalhar. Logo, o número de grevistas entre os dias 12 e 15 de julho, em linha ascendente, pulava de 25 000 para 45 000, representando o ponto mais alto do movimento. É bom lembrar que a população da cidade de São Paulo, em 1917, era próxima de 550 000 habitantes. Foram registradas várias ocorrências de enfrentamentos e tiroteios entre as forças policiais e os grevistas:

[...] as ações agressivas e os choques entre a massa e a Força Pública se multiplicam. Há assaltos a armazéns, padarias, aos veículos que se arriscam a transitar pelas ruas, a algumas casas de particulares. Durante algum tempo, a massa toma conta dos arrabaldes, impede a vinda de alimentos para os que habitam na área central. [...] A tentativa de ataque a autoridade aparece em alguns episódios. No centro da cidade (Pça da Sé), surge um tiroteio entre polícia e populares entrincheirados nas obras da nova catedral. Quando o delegado Rudge Ramos aí chega, seu carro é alvejado e

¹⁸⁹ Boris Fausto também destaca a forte presença das mulheres na greve, participando ativamente em discursos de rua, nas reuniões da Liga Operária da Mooca, e de comissões formadas por homens e mulheres, que são “atendidas separadamente pelo delegado Bandeira de Melo” (FAUSTO: 1977, 194)

¹⁹⁰ O reconhecimento público da greve foi amplo, arrastando apoios inusitados como aquele da maçonaria, conforme divulgado pela imprensa, “*O Grande Oriente Autonomo de S. Paulo enviou-nos o seguinte comunicado: ‘Cidadãos operarios, representante do pensamento livre e democrático, conhecedor dos vossos direitos, das vossas necessidades e das vossa dôres, faço apello aos vossos sentimentos íntimos, em nome da liberdade e da justiça, associando-me á vossa defesa em vosso prôl das vossas familias*” (O COMBATE: 14/7/1917).

ele se vê forçado a retirar-se. [...] No dia 12 de julho, o largo da Concórdia estão cheio de gente, enquanto as tropas de infantaria e cavalaria impedem o assalto ao posto policial. Quando os soldados tentam penetrar em um café, nas proximidades da Estação, abre-se um violento tiroteio que se prolonga por cinco minutos, deixando vários feridos (FAUSTO: 1977, 196).

A greve ocorreu em diversos estados brasileiros¹⁹¹, principalmente no Rio de Janeiro, onde havia um movimento operário relativamente mais organizado embora com forte presença de entidades mais moderadas ligadas aos serviços públicos e marítimos. No entanto, não havia por parte do bloco de poder da burguesia de São Paulo o menor termômetro da gravidade da situação social do proletariado. A fraqueza da fração industrial da burguesia era evidente com pelo menos duas posições contrárias de como enfrentar o movimento grevista, o que dificultava a sua própria resolução.

Logo que surgiram os primeiros movimentos paredistas na primeira década do século XX, a patronal da indústria usualmente adotava uma postura de não negociar com os seus empregados. Reivindicar melhores condições de trabalho, nessa época, ainda era encarado pela patronal como uma afronta, operava-se o discurso de que tudo não passava da obra “agitadores estrangeiros”.

Prevendo o recrudescimento das mobilizações operárias, o industrial Jorge Street defendeu uma atitude mais amistosa, entrando em entendimento com os seus operários, mas teve poucos seguidores no intento (LOPREATO: 2000, 199).

A Greve Geral de 1917, em decorrência da sua amplitude incomum, abriu uma fenda na classe patronal num contexto de carência em relação a sua unidade e coesão de classe. Duas posições diferentes se confrontam aos fatos colocados, como tentativa de enfrentar o turbulento movimento grevista. De um lado, a grande maioria adotou as posições defendidas por Rodolfo Crespi, isto é, inflexível diante dos reclames reivindicatórios dos operários. Crespi já tinha um histórico de encarar as greves como provocações e costumeiramente adotava posições de enfrentamento contra elas, como por exemplo, a tática do *lock-out* (fechamento da fábrica).

De posição flexível e de tendência mais liberal diante das organizações

¹⁹¹ O movimento grevista teve alcance nacional, pois o problema inflacionário afetava todos os estados, daí haver críticas de um setor da grande imprensa contra a avaliação do governo. Assim, “*A rapidez com que a greve , inrrompendo em S. Paulo se alastrou por todo o paiz, interpretamol-a como a prova de que a causa do movimento operário oprime terrivelmente o nosso de Norte a Sul. Effectivamente, nenhum agitador, nenhum grupo de agitadores conseguiria levantar ao mesmo tempo o proletariado de todos os Estados só com o calor do seu verbo. [...] Entretanto, o goveno de S. Paulo, pelos seus órgãos parlamentares e jonalisticos continua a proclama que o movimento é impulsionado por anarchistas recém chegados ao paiz, naturalmente a soldo, como Lenine, de uma potencia estrangeira , que só pode ser a Allemanha ou a Republica da Argentina*” (O COMBATE: 21/7/1917).

operárias que dirigiam os movimentos, o industrial Jorge Street, proprietário da Companhia de Tecidos de Juta, situada no bairro do Belenzinho, e também presidente do Centro Industrial do Brasil, com sede na capital federal, defendeu o direito de greve e o direito de sindicalização dos trabalhadores (IDEM: Ibidem, 199-200)

Embora houvesse, como já vimos aqui, a Associação Comercial de São Paulo, entidade que defendia os interesses dos industriais, esta não o fazia de forma incondicional, abrindo brechas para divergências irreconciliáveis com os demais setores representados, até romper definitivamente em 1928. Essa dificuldade organizativa criou enormes obstáculos ao empresariado paulista nos confrontos operários que batiam à sua porta. A Associação Comercial, durante a greve de 1917, não desempenhou nenhum papel ativo na articulação de classe do empresariado industrial, e sua atuação é pouco conhecida e carece de registros documentais.

De pouca estatura no traquejo da negociação em face das greves operárias, o patronato paulista adotava usualmente atitudes intransigentes que não condiziam com o seu papel nas modernas relações capitalistas de produção. Assim, como locadores de mão de obra, defenderam incessantemente a tática do *lock-out* como método de enfrentamento contra movimentos grevistas. Uma autoproclamada imagem de benfeitor na relação com os operários estava largamente disseminada no discurso patronal burguês.

Parecia haver certa dose de sinceridade nesse discurso arraigado de elipses, na medida em que o advento do trabalho não estava totalmente separado do discurso em defesa da propriedade. Para muitos industriais, o trabalho oferecido ao operário se inscrevia mais como um favor do que propriamente uma relação. Convém lembrar que fazia apenas 29 anos desde a separação entre o corpo da pessoa humana e o trabalho;

A dominação e a exploração burguesas passaram a ser concebidas como legítimas porque a riqueza não seria fruto do trabalho proletário, mas sim do trabalho burguês. Enfim, o trabalho que cria o capital não seria o trabalho expropriado e sim o trabalho próprio. Em consequência, o emprego oferecido pelo burguês passou a ser visto como dívida do capitalista, a oportunidade do trabalho, isto é, o acesso ao trabalho redentor, o trabalho que, ao enriquecer, liberta (MARTINS: 2004, 150)

Justificar a coerção do trabalho assalariado operário virou o símbolo da exploração do capital na indústria paulista. Fazer com que o novo trabalhador aceitasse, sob o pretexto de igualdade jurídica, a sujeição do trabalho ao capital, firmando-se pela

aceitação da clamorosa desigualdade social¹⁹². E é claro, a sujeição também passava pela interferência da repressão implacável sobre as greves ou de qualquer reclamo popular. Não obstante, frequentemente seguido de um discurso pautado pela ordem e a conciliação de classes:

A desordem nunca poderá se perpetuar; é um espasmo de forças ocasionais. Só a ordem pôde servir de base permanente ao funcionamento social. Passada a cegueira da exaltação do momento, os próprios paredistas facilmente se convencerão que erraram enveredando pela violência. Certo de que eles hoje, tendo reconhecido o erro, já estão mais calmos, vamos tentar ajudá-los examinando com serenidade as suas novas exigências (*JORNAL DO COMMERCIO*: 13/7/1917).

A ideia do perigo causado pelas multidões, que empurrava gente pacífica para a “desordem” e “violência”, foi amplamente empregada pelos patrões da grande imprensa. É possível que fosse de seu conhecimento o tratado de Gustav Le Bon, sobre a “Psicologia das Multidões”, de 1898. Nele, Le Bon estabelece uma profunda análise do caráter da multidão e dos perigos representados por ela, além do papel que lhe é reservado nas transformações de sociedades decadentes. Embora estivesse defendendo um ponto de vista irremediavelmente conservador, o tratado, que é bastante elucidativo para entender a sua formulação no irromper das massas na cena histórica das lutas sociais, ressaltou que

Hoje, as reivindicações das multidões tornam-se cada vez mais definidas e procuram destruir de alto a baixo a sociedade actual, para a reconduzirem ao comunismo primitivo que foi estado normal de todos os grupos humanos antes da aurora da civilização. Tais reivindicações são a redução das horas de trabalho, a expropriação das minas, dos caminhos de ferro, das fábricas e do solo, a distribuição igualitária dos produtos, a eliminação das classes superiores em benefício das classes populares. [...] As multidões inconscientes e brutais justamente qualificadas de bárbaras, encarregam-se de realizar a dissolução final. Até agora, as civilizações têm sido criadas e guiadas por uma pequena aristocracia intelectual, mas nunca pelas multidões. Essas só têm poder para destruir. O seu domínio representa sempre uma fase de desordem. [...] Sempre que o edifício de uma civilização está carcomido, são as multidões que provocam o seu desmoronamento. É então que desempenham o seu papel. E, por um momento, a força cega do número torna-se a única filosofia da história (LE BON: 1980, 14-16).

O padrão discursivo adotado do “perigo das massas”, evocado no discurso

¹⁹² Já em plena greve a ideologia da igualdade cai por terra, mas era sempre preciso instrumentalizá-la à exaustão, apesar de reconhecerem a desigualdade que existia: “*Quer-nos parecer que a situação dos industriais não é bem conhecida dos operários que se iludem pela apparencia de propriedade e pelo fausto ostentado na vida particular, graças aos recursos anteriormente acumulados*” (*JORNAL DO COMMERCIO*:13/7/1917).

ideológico da burguesia industrial, convida para o emprego do sabre no lugar do diálogo. Não deve haver dúvida ao conjunto da sociedade de que a bandeira da ordem será garantida com o emprego de todos os instrumentos coercitivos disponíveis na defesa do capital pelo Estado. A instituição policial ficou na linha de frente das relações entre patrões e empregados.

No dia doze de julho de 1917, ao se dirigir em carta ao povo da cidade, o delegado geral de polícia, Thirso Martins, deixava muito claro a posição das forças de segurança, *“Neste estado de cousas, a Polícia, no dever primordial que lhe incumbe, vai manter a ordem, para isso empregando os meios os mais energicos”* (JORNAL DO COMERCIO: 13/7/1917).

A fração industrial da burguesia, acima de tudo dividida, não conseguia enxergar o conjunto do movimento, ligá-lo ao grave problema da inflação e da inevitável desvalorização salarial, drama que afetava duramente a vida das classes subalternas reconhecido por vários órgãos da imprensa liberal¹⁹³.

A deteriorização das condições de vida se agravou muito com a guerra, porque afetava as importações de alimentos, principalmente o trigo comprado da Argentina. A polícia, por meio dos seu representante mais graduado, o delegado geral Thirso Martins, se propôs a mediar o conflito, mas a desconfiança ocasionada pela forte repressão que vinha realizando contra o movimento descredenciou essa iniciativa. Mesmo assim, no dia 12 de julho a imprensa noticiou que o Secretário da Justiça, Eloy Chaves, tinha se reunido com os industriais paulistas, na tentativa de chegar a um acordo com as partes litigantes:

“AOS OPERARIOS” – O dr. Eloy Chaves, Secretário da Justiça, reunio hontem em seu Gabinete, às duas horas da tarde, os principais industriais desta Capital, com os quaes conversou sobre a greve ultimamente declarada (...). Depois de duas horas de conferencia, S. Ex. obteve de todos os presentes a promessa formal de examinarem com espírito conciliador as reclamações dos seus operários. O Dr. Secretario da Justiça procurou e procura ouvir as delegações dos operários das varias fabricas a fim de poder entender-se em definitivo com os industriais (JORNAL DO COMMERCIO: 12/7/1917).

¹⁹³ O Estadão embora elogiasse a disposição do Secretário de Segurança em tentar reunir as partes em conflito para um acordo, nem que fosse temporário, defendeu também que: *“São, pois, justas, de um modo geral, as queixas dos operários. São as queixas de toda a gente que vive de salários ou de ordenados. Contudo, quando os operários trataram de exercer o seu direito de protestar e agitar a opinião, a polícia cometeu o erro de fechar a sede de uma das suas associações, como se tratasse de um antro de facínoras”* (O ESTADO DE S. PAULO: 12/7/1917).

As dificuldades encontradas para estabelecer canais de comunicação foram, efetivamente, bem reais. Nessa ocasião é decidida a formação do Comitê de Defesa Proletária - CDP, que, como primeira atividade, emite um protesto contra o fechamento da Liga Operária da Mooca. É também aprovado o encaminhamento de um apelo à Confederação Operária Brasileira, com sede no Rio de Janeiro, e às Associações e grupos proletários, tanto no interior de São Paulo como dos demais Estados, conforme divulgaram os jornais (*O ESTADO DE S. PAULO*: 10/7/1917).

Ao emitir um chamado às lideranças do movimento reunidas no Comitê de Defesa Proletária, o Secretário da Justiça foi recusado para mediar o conflito. O CDP parecia não confiar nas boas “intenções” do secretário para negociar diretamente com os industriais ou mesmo com o governo. Embora Boris Fausto defenda que havia “inexperiência em ambos os campos de uma *técnica de conflito*” (FAUSTO: 1977, 198), a recusa do CDP demonstrava desconfiança em relação à postura intransigente adotada pela maioria dos industriais, e total suspeita em relação à Secretária de Justiça¹⁹⁴, porque não havia sido construída, por parte da Secretária, nenhuma legitimidade perante os grevistas que, incessantemente, sofriam com os ataques da polícia¹⁹⁵.

Entretanto, isso não impedira a divulgação de uma declaração do delegado geral, Thyrsio Martins de um “acordo” entre as partes, obtido em 12 de julho. A carta começava reconhecendo o movimento e reafirmava o interesse do governo para se chegar a um acordo na base dos 20% e readmissão dos trabalhadores dispensados. Logo, “*era assim de esperar que diante do resultado obtido todos os operários voltassem aos seus trabalhos normaes. Assim, porém, não se foi. Grande numero delles*

¹⁹⁴ A greve geral no Rio de Janeiro também sofrera com a intervenção da polícia, chegando o governo a colocar as Forças Armadas em prontidão. A repressão na capital federal unificou a posição de vários jornais cariocas contra Aureliano Leal, o então delegado geral de polícia, por causa da brutal repressão desencadeada contra o movimento grevista. Reproduzindo “*A Razão*” (jornal carioca), “*O Combate*” de São Paulo, editado por Nereu Rangel Pestana, divulgava que “*Não vencem os déspotas apenas com a violência. A resistência calma e firme também domina e destrói*” (*O COMBATE*: 26/7/1917).

¹⁹⁵ A violência da polícia contra os grevistas, sobretudo nos bairros de concentração operária, como o Brás e Belenzinho, chamava a atenção pública: “[...] *depois da meia noite fomos procurados por diversos operários, que se nos queixaram das violências praticadas no Braz, com grande brutalidade, por forças da policia, contra grupos pacíficos de trabalhadores e até contra mulheres e crianças [...] afirmaram-nos diversos operários, começou ao largo S. João, no Belemzinho, na ocasião em que se achavam animadamente reunidos muitos conductores e motoneiros da Ligth, que foram inopinadamente agredidos por um troço de policiaes, sendo espadeirado todo o povo alli presente e disparados muitos tiros*” (*O ESTADO DE S. PAULO*: 13/7/1917).

em prejuízo da nobre causa que chegára [...] começou a se entregar às maiores violências” (O ESTADO DE S.PAULO: 13/7/1917).

Responsável pela pasta da Justiça, Eloy Chaves, homem de confiança do Presidente do Estado, o conservador Altino Arantes, também compunha a classe da nova geração de políticos do Partido Republicano Paulista. À vista disso, o CDP recusou-lhe credenciais para encaminhar as negociações entre as partes envolvidas¹⁹⁶. Os próprios operários viam com certa indiferença o interesse do governo de resolver o conflito, porque, como era de praxe, ignorava certas questões de fundamental importância para o movimento, como o reconhecimento legal dos contratos sindicais.

Na prática, o governo só reconhecia os sindicatos de empresas, e, frequentemente, exercia o seu poder para mandar fechar organizações independentes dirigidas por anarquistas ou socialistas. Cumpre lembrar que desde os movimentos grevistas entre 1906 e 1912, e a deflagração da Primeira Guerra Mundial, os sindicatos vinham acumulando experiência, ganhando maior capacidade de negociação independente da intervenção governamental. Segundo Aziz Simão, por volta de 1914, havia cerca de 71 sindicatos por categoria em São Paulo (SIMÃO: 1966, 201-219)¹⁹⁷.

Ao fracassar a primeira mediação encaminhada pelo poder público junto aos industriais, o movimento radicalizou-se, exigindo o atendimento às suas reivindicações para se chegar a um acordo. A greve precisava terminar¹⁹⁸. E como a primeira tentativa de negociação envolvendo o Estado fracassara, os perigos de ruptura dos tecidos sociais estavam ainda mais expostos. Diante disso, uma nova investida foi tentada a partir do

¹⁹⁶ Embora reconhecesse o empenho das autoridades em convencer os industriais a cederem o aumento reivindicado, o CDP desconfiava da vontade dos patrões e das autoridades, “*O Comitê de Defesa Proletária, não obstante os obstáculos opostos à sua acção pela obra irrefletidamente contraditória das nossas autoridades, julga seu dever persistir, com a máxima calma, no decidido propósito, anteriormente expresso, de interpellar as corporações em greve, affim [...] que de facto estabeleça a victoria dos próprios direitos, para que ellas julguem ser, na realidade, as concessões, já obtidas dos industriais uma garantia do pão cotidiana*” (ESTADO DE S.PAULO: 14/7/1917)

¹⁹⁷ A vitalidade das mobilizações operárias somou 119 greves mencionadas na imprensa antes de 1914, incluindo os movimentos em 1906 e 1912. A greve geral de 1917 envolvera mais de uma centena de fábricas na capital e em 11 cidades do interior. Já na greve geral de 1919, Simão relaciona um número de estabelecimentos fabris ainda maiores que a de 1917 (SIMÃO: 1966, 131-158).

¹⁹⁸ O governo de São Paulo, em virtude do recrudescimento da greve, solicitou tropas do exército para a capital: “o sr. Ministro da Guerra determinou que ficasse de prontidão o 53º batalhão de caçadores aquartelados em Lorena”. Houve também a mobilização de tropas no Rio de Janeiro para socorrer o governo de São Paulo: [...] “director da Central, expediu as necessárias ordens para que se preparasse imediatamente um trem a fim de que, a primeira requisição, por parte do governo possa o mesmo trem conduzir para essa capital a força necessaria para reprimir o movimento grevista” (O ESTADO DE S.PAULO: 14/7/1917).

Capitão da Força Pública, Miguel Costa, que, impressionado com as queixas sobre os baixos salários e a situação insuportável dos operários, discutiu com Nereu Rangel Pestana, redator do jornal de oposição *O Combate*, a urgência de conciliar as duas partes em litígio visando o fim da greve. A intervenção de Rangel Pestana foi determinante para a formação de uma comissão de jornalistas apoiada pelos proprietários dos jornais diários.

Na primeira reunião, realizada no gabinete do Secretário da Justiça, participaram: Correio Paulistano, O Combate, O Estado de S. Paulo, Capital, Diário Popular, Piccolo, A Fanfulla e o Jornal do Commercio. A Comissão de Imprensa formada por 10 jornalistas representando nove diários, se reuniu em 13 de julho na sala de redação do jornal O Estado de São Paulo, da família Mesquita (DULLES: 1973, 54).

A intervenção do formado Comitê de Imprensa no processo de negociação do conflito revelou o caráter limitado e dividido da fração industrial da burguesia, aliás, resistente a apelos organizativos que lhes eram dirigidos tentando atrair sua adesão a entidades patronais de classe. As disputas entre si projetavam comportamentos diferenciados diante das exigências dos grevistas, uns propensos a ceder, outros, a resistir. As negociações isoladas que se verificaram após a suspensão da greve geral demonstraram a dificuldade dos patrões da indústria e oficinas de “lidar diretamente não só com os seus empregados, mas com os seus próprios pares” (LOPREATO: 2000, 200).

Segundo dados da imprensa, já haviam ocorrido três mortes¹⁹⁹, sendo que a de José Martinez causara uma enorme comoção no proletariado da cidade. A passeata do seu cortejo fúnebre reuniu milhares de pessoas. Cruzou a cidade saindo do bairro do Brás até o Cemitério do Araçá. O intenso policiamento que acompanhava o cortejo causou muita tensão, pois o cemitério ficava nas proximidades da Avenida Paulista, local de moradia de um parte considerável da elite paulista, inclusive do Secretário da Justiça, Eloy Chaves. Nesse mesmo dia, 12 de julho de 1917, às 23:00h, houve “graves perturbações” no Brás, incluindo ataques aos armazéns do Moinho Santista, que

¹⁹⁹ Além da morte do jovem operário José Martinez, no primeiro dia de greve, ocorreram outras três mortes: uma menina de 13 anos, Eduarda Bindo, residente à Rua Vitorino Carmillo, 139, Barra Funda, vítima de uma bala perdida num tiroteio entre a polícia e populares no portão de sua casa; o pedreiro Nicolau Salerno, de 28 anos, que recebeu um tiro fatal nos distúrbios ocorridos na Rua Augusta, e, por último, segundo Eudes Campos, um operário que morreu na Rua Oriente, no bairro do Brás (INFORMATIVO ARQUIVO MUNICIPAL: julho/agosto – 2006, ano 2, nº 7) www.arquiamigos.org.br, acesso realizado em 26/3/2016.

guardavam estoques de farinha de trigo. Foram saqueados pelos grevistas mais de 600 sacos de farinha. Novos enfrentamentos a tiros com a polícia e algumas ações mais radicais dos grevistas foram incorporadas ao repertório da greve (*ESTADO DE S. PAULO*: 13/7/1917).

A tensão social registrada no dia 13 de julho havia atingido seu limite mais preocupante com novas mortes e vários feridos. As agitações operárias estavam completamente generalizadas: *“Por toda a parte da cidade, os amotinados assaltaram padarias e confeitarias, vendas e quitandas, arrombando as portas das que permaneciam fechadas e retirando para a rua o que lhes approuve”* (IDEM, Ibidem)).

A radicalização da greve mostrava a necessidade, por parte da burguesia, de resolver logo o conflito. As pressões exercidas pelo governo do Estado em relação aos industriais os forçavam a uma solução conciliadora para o conflito. O Estado começava a enxergar a questão operária como uma questão social e a mudar o seu discurso: *“Reconhecendo a justiça das reclamações, o digno presidente de São Paulo é o primeiro a lhes prestar apoio no seio do Congresso, para que triunphem os seus desejos e interesses legítimos, reaes”* (*JORNAL DO COMMERCIO*: 21/7/1917).

Sectores da burguesia ligada à imprensa escrita, por meio da formação do Comitê de Imprensa que passou a intermediar um acordo junto ao patronato industrial durante o conflito grevista, evitaram o agravamento da crise sentando à mesa de negociação na sede de *O Estado de S. Paulo*, no dia 14 de julho. Portanto, com o esforço do Comitê de Imprensa, que gozava da simpatia dos operários, e dos representantes da classe dos industriais, foi possível atrair o Comitê de Defesa Operária para negociação. Com isso, foi possível alcançar um entendimento entre o Estado, os industriais e os operários, estes que, por intermédio das tensões geradas naquele contexto forjaram um novo patamar de relação com aqueles setores, mostrando a sua força mobilizadora.

No dia 15 de julho, os jornais divulgavam que a ação mediadora dos jornalistas da imprensa diária que se haviam organizado em comissão tinha conseguido avançar na direção de um acordo entre as duas partes conflitantes: *“terminou hontem com êxito feliz da acção mediadora dos jornalistas”*. Nessa primeira reunião na sede do Estadão a ideia da Comissão de Imprensa era convencer os industriais das difíceis condições sociais em que vivia, naquele crítico momento de guerra, o proletariado urbano. Assim, se fazia urgente o reconhecimento das reivindicações apresentadas pelo

CDP para dar início à formalização de um acordo para encerrar a greve:

Os industriais abaixo assignados, reunidos em assembleia a convite da Comissão de Imprensa que hontem se constituiu nesta capital, attendendo ás ponderações que a mesma commissão lhes fez em relação á urgente necessidade de se normalizar a vida na cidade, perturbada pela greve, resolvem: a) manter a concessão feita, de vinte por cento sobre os salários em geral; b) affirmar que não será dispensado do serviço nenhum operário que tenha tomado parte na presente greve; c) declarar que respeitarão absolutamente o direito de associação dos seus operários; d) effectuar o pagamento dos salarios dentro da primeira quinzena que se seguir ao mês vencido; e) concordar que acompanharão com a maxima boa vontade as iniciativas que forem tomadas no sentido de melhorar as condições moraes, materiaes e economicas do operariado de São Paulo. – São Paulo 14 de julho de 1917. – R. Crespi, Jorge Street, Boyes &Comp., E.P Gamba, G.H Ford, S.T Smith, pela São Paulo Alpargatas Co., A. Siciliano, C. Panayotti, & Corp., Ermelino Matarazzo, pela S.A Industrias Reunidas Matarazzo, Geoge A. Craig, pela viúva Craig & Corp., [...] (*O ESTADO DE S. PAULO*: 16/7/1917).

As negociações intermediadas pelos representantes da imprensa revelaram a incapacidade organizativa de articulação do patronato de lidar com as relações modernas entre o capital e o trabalho, enquanto o movimento operário, então elevado ao nível da consciência, toma como referência o Estado e a ordem legal, no intento de compeli-los a posturas de inovação e mudança.

Apesar da relativa legitimidade da atuação sindical e resistência operária, e da admissão do direito de associação por parte do Estado, essas atividades entravam incessantemente em conflito com os marcos institucionais do Estado burguês. Período definido pela contradição entre essas duas ordens, “a legal e a real”, o movimento operário e sindical, embora legal, se inseriu contraditoriamente num sistema de organização institucional que rejeitava como expressão legítima da sua indispensável afirmação (VIANNA:1989, 38).²⁰⁰

Durante as Jornadas de Julho, as associações patronais foram incapazes de apresentar uma proposta unificada ao movimento, o que mostrou sua fraqueza organizativa e falta de coesão política. Sua prática mostrou o quanto se assemelhava às formas conservadoras de agir da elite agrária (TEIXEIRA: 1990, 54). Embora elas fossem defensoras de uma política industrial junto ao Estado, mantinham práticas divergentes de atuação com o proletariado industrial, não conseguindo agir, portanto,

²⁰⁰Para Werneck Vianna, esse processo significou o fim da “supremacia incontroversa da ortodoxia liberal”, em razão da incapacidade do mercado de manter a “paz”. Foi necessário, então, convocar a intervenção reguladora do Estado no mercado de trabalho. O papel da Secretaria de Segurança Pública, na primeira tentativa de fazer as partes envolvidas no conflito negociarem, revelou a incapacidade da classe patronal para resolver impasses sociais modernos.

unitariamente enquanto classe. É nessa perspectiva que podemos realçar o aspecto inovador da Greve Geral de 1917, pois ela veio representar um avanço no desenvolvimento da consciência no processo, ou seja, pela ótica do conflito moderno da luta de classes.

O industrial Jorge Street, no transcorrer da greve, foi o primeiro a reconhecer o caráter legítimo de toda a pauta de reivindicações apresentada pelo Comitê de Defesa Proletário (CDP)²⁰¹. Chamou a atenção dos demais industriais para questões de interesse mútuo, para melhor entendimento com o operariado, defendendo a modernização do setor industrial nas relações com o proletariado urbano²⁰², e solicitando, dois anos após a greve de 1917, o reconhecimento da União dos Operários em Fábricas de Tecidos (UOFT) como entidade sindical da área têxtil, o principal ramo industrial daquela época, em que havia a sincera tentativa de encaminhar os trabalhadores, para fins objetivos normais, plausíveis e sensatos, solidificando o caminho da harmonia entre o capital e o trabalho a salvo da intromissão de elementos anarquistas, conforme declarou Jorge Street (IDEM: 1990, 60).

Mas, ao defender uma política de reconhecimento das reivindicações operárias, ele se confrontava com membros do seu próprio meio, como mostra um de seus inúmeros pronunciamentos como liderança empresarial, preocupado em encontrar um termo de convivência “pacífica” entre patrões e operários:

A minha atitude em face da questão operária e, certamente, um desses motivos, porque é interessante, carregando, perante o público, com a responsabilidade e odiosidade de certas medidas em oposição ao operariado, perante os industriais, no interior do Centro, sou tido e havido como elemento até certo ponto perigoso pelo meu liberalismo. Considero-me um revolucionário e houve aqui quem me atribuisse a vitória alcançada pelo operariado de São Paulo. E isso me foi censurado, pois minha atitude e as minhas ideias desagradavam a alguns industriais, justamente os que se incumbiram de organizar o novo Centro. Aí estão as atas das reuniões, pelas quais se poderá ver quais têm sido os inimigos do operariado (Apud MORAES FILHO: 1980, 412).

Jorge Street julgava a greve como expressão do autêntico direito

²⁰¹ O CDP era liderado por Edgar Leuenroth, Florentino de carvalho, Rodolfo Felipe, Francisco Cianci, Antonio Candeias Duarte e Gigi Damiani. Todos defendiam as bases do anarcossindicalismo. Além desses, o grupo se completava com Teodoro Monicelli, social democrata e diretor do jornal *Avanti!* (HARDMAN, LEONARDI: 1991, 280).

²⁰² Na reunião com o Comitê de Imprensa, na redação do *Estado de São Paulo*, em 14 de julho de 1917, Jorge Street argumentou em defesa do aumento de 20%, readmissão dos demitidos, direito de organização operária. Além disso, chamou os industriais a adotar práticas sociais: implantação de creches, escola e assistência médica aos trabalhadores, mas, interpelado pelos demais empresários, ouviu que “isso compete ao governo” (DIÁRIO POPULAR: 14/ 7/1917).

reivindicatório de reparar as injustiças no mundo do trabalho, desde que estas tenham sido ignoradas. Ele foi defensor de uma linha política moderada nas entidades patronais em que atuava, seja como representante ou direção, como Centro Industrial do Brasil (CIB). O industrial entendia que se o direito de reunião era concedido aos empresários, cabia ao patronato das indústrias admitirem esse mesmo direito às organizações operárias, como a União dos Operários em Fábricas de Tecidos, além dos movimentos grevistas de caráter pacífico, logo que:

Não queriam admitir e não admitem ainda, talvez, que o direito de reunião decorre das nossas leis e que é o mesmo que permite aos industriais se reunirem em centros e que o direito de greve pacífica também é reconhecido pelas leis, tanto assim que os editais públicos de concorrência, enumerando as condições em que são toleradas faltas das fábricas que contratam qualquer fornecimento, citam sempre o caso de greve dos operários da mesma fábrica. Ora, os editais públicos oficiais não podem reconhecer, como impedimento justo, um fato legal. [...] O reconhecimento, que sustentei, da União dos Operários em Fábricas de Tecidos, pelo Centro, desagradou profundamente aos adversários intransigentes do operariado, adversários cujos atos hostis ao operariado venho carregando com odiosidade [...] Tendo obtido o reconhecimento da União dos Operários em Fábricas de Tecidos pelo Centro, quando aquela associação veio pleitear o muito justo e razoável pagamento aos operários, dos dias em que as fábricas estiveram paradas, encontraram em mim a máxima boa vontade (Apud MORAES FLHO: 1980, 413-414).

Todavia, de modo geral, a postura que refletia o ponto de vista da maioria dos patrões que compunham a fração industrial da burguesia paulista fitava o operariado como “massa de manobra”, facilmente manipulada pelos agitadores de formação anarquista²⁰³, os quais deveriam ser vigiados e enquadrados pela polícia, presos e deportados, visto que, na sua grande maioria, eram de origem estrangeira e representavam um grande perigo para a “ordem pública”.

Um interessante artigo publicado por um representante da indústria, dias depois da fatídica semana da greve geral, intitulado “*Theorias Inapplicaveis*”, trazia uma observação de natureza ideológica a respeito do problema da mão de obra e do caráter de formação do mercado interno: “*Aqui ainda não há accumulo de população e o capital é escasso e caro. Estamos numa fphase inicial de organização do trabalho interno e em resumo há pouca gente para o muito que há a fazer*” (Jornal do

²⁰³ A militância anarquista foi duramente reprimida por leis de expulsão criadas pelo Estado. Pelo Decreto 1641, de 07 de janeiro de 1907, era possível punir com a expulsão “de parte ou de todo território nacional” o estrangeiro que por qualquer motivo comprometesse “a segurança nacional e a tranqüilidade pública”, apesar de haver alguns artigos atenuantes na lei, como aquele que dava garantia para quem morava no país por dois anos contínuos com esposa e filho brasileiro. Em 1913, sob o governo do militar Hermes da Fonseca, são revogados pelo Decreto 2741 de 08 de Janeiro de 1913 (BELGUELMAN: 1977, 70).

Commercio: 24/7/1917).

Convém ressaltar que havia pleno conhecimento da necessidade do estabelecimento de um mercado de trabalho que respondesse às demandas de ampliação da indústria nos centros urbanos fabris, como o da cidade de São Paulo, em meio à crise provocada pela Guerra, principalmente por haver-se reduzido drasticamente a entrada de estrangeiros em decorrência do conflito mundial, depois de 1910 (IDEM, Ibidem).

A valorização da mão de obra existente nas indústrias paulistas passava pelo reconhecimento das reivindicações salariais defendidas pelo operariado. Pois *“trabalhador inteligente e laborioso, sem apego as teorias formadas noutra meio social*²⁰⁴*, poderá abrir o seu caminho tendo diante de si um horizonte ilimitado de possibilidades”*. Contudo, os salários pagos em São Paulo, em comparação aos do Rio de Janeiro, eram proporcionalmente menores, fator que também explica o emprego generalizado da mão de obra infantil e feminina²⁰⁵ (Ibidem).

A ideologia burguesa que legitimava a exploração do trabalho assalariado na cidade de São Paulo engrandecia a possibilidade de enriquecimento por meio de laboriosa disciplina. Essa ideologia referia-se àquele operário “inteligente”, ou seja, que não apoiava ou aderiu a movimentos contestatórios, cujo objetivo era atrapalhar a harmonia da convivência social entre o capital e trabalho. Quando, com o seu suor, *“póde chegar as culminancias da fortuna, como provam quase todos os nossos millionários”* (Ibidem). A manipulação ideológica apontava para grandes possibilidades de fortuna que o modesto operário, por meio unicamente do seu trabalho poderia adquirir, uma vez que no Brasil *“Nós não temos castas sociais, sobrepostas, as de cima esmagando as de baixo”* (JORNAL DO COMMERCIO: 24/7/1917).

As justificativas adotadas no sentido de invalidar as diferenças sociais expressas nas divisões de classes não param por aí; a longa matéria exhibe um pensamento perfeitamente integrado ao discurso de que não existem “classes”, mas sim

²⁰⁴ Trata-se, principalmente, do anarcossindicalismo que foi a força ideológica mais influente no movimento operário em São Paulo. Seus participantes constituíram a espinha dorsal da liderança militante, sendo os editores da maioria dos jornais operários e dominando as atividades e a organização dos sindicatos. Defendiam que a terra pertencia a todos; a socialização da propriedade sem o Estado; que o forte reduziu o fraco à escravidão; as leis no capitalismo legitimavam a tirania dos poderosos; toda forma de governo sequestra as liberdades humanas; a religião é um instrumento do Estado burguês para pacificar o trabalhador; a educação na sociedade servia para ensinar jovens a adorar seu país por meio do patriotismo. E concluíam que a eliminação do Estado e da propriedade privada tornaria o homem livre da carência e da dominação (MARAM: 1979, 73-74).

²⁰⁵ Segundo dados da indústria têxtil, em São Paulo a mão de obra feminina era 19% menor que a dos homens. Essa diferença era maior no Rio de Janeiro, 29%, e 42% no Rio Grande do Sul e nordeste. O mesmo se dava com os salários dos menores, embora essa diferença fosse relativa (CANO: 1977, 127 Apud CAMPOS: 1988, 29).

“profissões”. Dando continuidade a uma peça retórica em nome da igualdade, as contradições existentes no mundo do trabalho são aplainadas porque *“O que diferencia os indivíduos não é uma aristocracia de sangue, nem a sua inclusão em tal ou tal classe, é a profissão que exerce, com maior ou menor êxito, chegando a maior ou menor fortuna”* (IDEM: Ibidem).

O tipo de qualificação profissional do indivíduo pode lhe oferecer as condições ideais para a ascensão social e até a constituição de fortuna. Por qual razão iriam abraçar as teorias estranhas ao nosso meio, quando a sorte foi lançada para agraciar aos que cedo madrugam? O esforço ideológico para desconstruir o ideário revolucionário anarquista, ou os “males que vêm de longe”, foi muito ativo na imprensa diária e nas práticas repressivas do Estado. Sobretudo a partir do movimento grevista de 1917, momento em que os anarcossindicalistas se destacaram como direção do movimento operário. Nesse sentido, *“Theorias libertarias, engendradas há tempo na Rússia como reacção contra a casta social dos aristocratas, ou noutra paiz europeu qualquer, contra uma plutocracia onnipotente, são no nosso meio meras formulas theoreticas, sem applicação praticas”* (Ibidem)²⁰⁶.

A questão operária era ponto de divergência de posições nas esferas do empresariado industrial. Na prática, o perfil social conservador dos industriais era igual em todo o Brasil, vinculando-se mais estreitamente às oligarquias locais do que aos representantes do segmento industrial de outros estados. Como já observamos, não possuíam um projeto global que convergisse para objetivos comuns a sua fração de classe. Decorre dessa tendência a dificuldade de “formação da consciência burguesa de classe com uma visão nacional”, refletindo-se “no atraso com que surgem as entidades organizativas dos industriais” (GORENDER: 1981, 46). Dessa forma, a burguesia industrial estava mais integrada a práticas clientelistas com o Estado, constituindo um jogo de troca de favores e se eximindo de “responsabilidade política enquanto classe dominante” (MARTINS: 1994, 30-31).

4.2. O Comportamento Divergente dos Industriais na Greve Geral de 1917

²⁰⁶ As sistemáticas campanhas semeadas pela imprensa diária contra as ideias e as práticas políticas dos anarquistas foram fundamentais para a criação de um ambiente no qual crescia o desejo de expulsão de estrangeiros que perturbavam a “paz social” com ideias estranhas ao nosso meio. Entre 1907 e 1921, foi expulsos do Brasil um total de 556 imigrantes acusados de práticas não condizentes com os termos da imigração: 181 portugueses; 121 italianos; 113 espanhóis e 141 de outras nacionalidades. Fonte: (Anuário Estatístico do Brasil, Ano V (1939/40), 1428, Apud MARAM: 1979, 43).

A Greve Geral de 1917 revelou comportamentos divergentes no seio da burguesia industrial, pois, apesar do fechamento do acordo com os patrões mediado pela Comissão de Imprensa, a greve continuou em diversas fábricas porque esses setores não referendaram o acordo assinado no dia 15 de julho. Houve protesto dos representantes do setor de calçados que, a se verem no dilema de não conseguir atender ao aumento acordado entre patrões e operários, atacaram os representantes do setor têxtil. Argumentavam que a boa condição financeira vivida por eles permitia, sem grandes dificuldades, o pagamento do aumento, o mesmo não ocorrendo com o setor calçadista.

Quase uma semana após o fim do movimento grevista nas principais fábricas da capital, um numeroso grupo de operários da fábrica de calçados Clark, a maior do setor, com quase mil operários, estiveram na sede do jornal “O Combate”, para reclamar contra a intransigência dos diretores daquela Companhia que recusavam qualquer acordo. Ao ser procurado pelo representante do “*O Combate*”, a direção da empresa argumentou que “*não pode conceder aumento de salários, devido ao encarecimento da matéria prima e a diminuição do fabrico*” (O COMBATE: 20/7/1917).

E pior, os operários reclamavam de uma redução geral dos salários: “*por forro pagavam antigamente 700 réis a dúzia e agora só pagam 500 réis; para passar colla pagavam 100 réis e agora 50 e tudo na mesma proporção*”. As reclamações não paravam aí, os operários também tinham que pagar pelas lâmpadas elétricas queimadas, assim como pelas agulhas que quebravam (IDEM, Ibidem).

Com o fortalecimento do Comitê de Defesa Operária, os operários que ainda se encontravam paralisados foram convidados pelo CDP a mandar os seus representantes para uma reunião naquele próprio dia, ou seja, 19 de julho, no começo da tarde, na Rua Aurora, 29. As fábricas citadas foram Fábrica de calçados de Angelo Fracalanza, Fundação de Bassetto & Cappellino, Fábrica de Calçados Melillo, Fábrica de calçados “Alliança”, Fábrica de calçados Clark, Fábrica de calçados Sul Americana, Fábrica de calçados Rocha, Fábrica de calçados “União”, Oficinas de armas de Ulysses Pellicciotti e Fábrica de Calçados Pasqualucci. Muitas fábricas do setor calçadista ainda permaneciam paralisadas, fato que aponta para uma tomada de posição firme contra o acordo assinado (Ibidem).

Os diretores da Companhia Antártica foram recebidos no dia 15 de julho pelo Secretário da Justiça, Eloy Chaves. A Antártica foi uma das empresas que também

se mostrou resistente às reivindicações dos operários, resistiu até onde pode em ceder os 20 por cento de aumento nos salários dos menores de 16 anos, e um índice um pouco menor aos demais operários. Cederam sob pressão direta do poderio da greve. Sua diretoria deliberou que aceitava os termos do acordo defendido pela Comissão de Imprensa. Representantes do setor calçadista também procuraram o secretário Eloy Chaves, a fim de justificarem sua negação ao acordo assinado pela maioria das indústrias, no dia 15 de julho. O motivo da recusa, segundo eles, foi o encarecimento da matéria-prima (couro). Entretanto, afirmaram que “*estavam dispostos a fazer o aumento nos operários, quando barateasse a matéria*” (*O ESTADO DE S. PAULO*: 17/7/1917). Negociar ou se justificar perante a fração hegemônica da burguesia paulista foi a maior predileção dos capitães da indústria de São Paulo.

O gabinete da Secretária da Segurança do governista Eloy Chaves, outro membro da nova geração de representantes do PRP, transformara-se no espaço predileto dos industriais para se tramarem o fim da greve e retomar a “normalidade”. Por sua vez, nos arrabaldes da cidade, a ação coletiva popular ainda estava muito ativa, incentivando setores da insatisfeita classe média a protestar contra a carestia e o açambarcamento dos gêneros alimentícios que envolvia grandes empresas, como aquelas do grupo Matarazzo²⁰⁷.

A volta ao trabalho é gradativa, cresce a cada dia o número de indústrias que firmavam o acordo. A despeito da façanha da greve, havia situações difíceis de enquadrar na moldura do compromisso: como resolver, no elo mais frágil da greve, o problema das crianças trabalhadoras de uma empresa do setor têxtil que se recusavam a voltar ao trabalho, temendo maus tratos e castigos corporais? (FAUSTO: 1977, 200).

O movimento grevista de 1917 revelou, em virtude da sua atuação, a ascendência do governo do Estado sobre os patrões da indústria. A fração de classe da burguesia industrial estava bem integrada à política defendida pelo PRP em São Paulo. Em nenhum momento sentaram à mesma mesa de negociação as partes que foram protagonistas do conflito trabalhista. Desde a primeira reunião, realizada em 13/7/1917, com os industriais e a Secretária de Justiça, foram manifestadas as dificuldades da

²⁰⁷ O deputado federal, Nicanor Nascimento, sincero simpatizante da causa proletária, se pronunciou no Congresso Nacional após a greve geral, desferindo um duro ataque ao grupo Matarazzo por patrocinar a especulação, “*A exploração foi local, mas o problema é geral. Os roubadores e intermediários escondem as utilidades para elevar-lhes o preço. Isso determina a fome e a fome determina a revolta. A firma Matarazzo, em S.Paulo, é uma das grandes açambarcadoras que compraram colheitas em Minas, S.Paulo e Rio para, pelo monopólio, determinarem o preço. [...] Tenho cumprido o meu dever. Appello para o Congresso para que cumpra o seu. As revoltas provocadas pela fome não podem ser julgadas pela força*” (*A PLEBE*: 21/7/1917). Ver também: *A Gazeta* 05/5/1917.

fração industrial da burguesia em lidar com o movimento grevista.

A segunda reunião com os industriais, em 14 de julho de 1917, foi convocada pela já criada Comissão de Imprensa, mas novamente exprimiram-se dificuldades na unificação da posição de classe da fração industrial da burguesia paulista. Pressionados para acabar com a paralisação, que já ganhava contornos dramáticos, o caminho encontrado foi o gabinete da segurança pública.

Após 1917, a questão operária se consolidou como uma questão social, entretanto, a atitude patronal de se recusar sentar à mesa de negociação diretamente com operários em greve fazia parte do *modus operandi* desses capitães da indústria. Que, a exemplo do patronato agrário, não se viam como “iguais”, ou seja, não negociavam com representantes do trabalho manual desvalorizado socialmente. Intransigentes nas relações de classe, mesmo em circunstâncias em que essa atitude não parecia ser vantajosa, sempre chamou a atenção da imprensa operária²⁰⁸ e até de setores moderados da própria fração da burguesia industrial paulista, como Jorge Street.

Em São Paulo, a trajetória política das relações de classe dos industriais mostrou-se invariavelmente conflitante. A ideologia predominante nos círculos empresariais era paternalista, embora na prática os níveis de intransigência e de atitudes autoritárias tenham moldado seu perfil social na Primeira República (PINHEIRO, HALL: 1981, 172).

O autoritarismo foi um dos traços marcantes do comportamento patronal nas indústrias paulistas, furtando-se das suas responsabilidades de empregadores e delegando ao Estado prerrogativas de intervir nos conflitos trabalhistas ao seu lado. Impôs, desse modo, o principal fundamento das relações modernas entre o capital e o trabalho, a obtenção de lucro por meio da exploração de uma força trabalho “adestrada”. Não se explica, ao que parece, pela falta de bom senso ou “inexperiência” com as “técnicas de conflito”.

Esse foi o padrão hegemônico de exploração que se desenvolveu em São

²⁰⁸ Em 1914, o caso do operário Giovanni Gennari, que trabalhava na fábrica de calçados Pacheco & Borelli ilustra bem o despotismo fabril adotado por muitos empresários. Gennari era obrigado a trabalhar somente 10 ou 12 dias por mês, sendo que na sua casa as necessidades só aumentavam. Diante desta difícil situação, considerou-se, portanto, já dispensado. Arrumou novo trabalho e apresentou-se à antiga firma para acertar as contas. Tinha que receber 80 mil réis, porém, a firma reteve 40 mil réis a título de multa porque Gennari se dispensara. Reclamações, notificações da justiça de nada valeram. Na presença de seu advogado, reagiu da seguinte forma: “*O Sr. Macedo recebeu o advogado como um perfeito vilão e patife. Disse ao advogado: Vós sois socialista, sois, portanto, meu inimigo e eu não aceito discutir com os operários e com socialistas. Estou disposto a perder em juízo a causa e a dispensar uma grossa soma, mesmo que visse o operário morrer de fome*” (AVANTI!, 25/7/1914, Apud PINHEIRO, HALL: 1981, 173).

Paulo a partir da implantação da economia de mercado, da universalização do trabalho assalariado e da expansão da ordem social competitiva, isto é, a implantação do capitalismo no Brasil²⁰⁹. Esse padrão de exploração foi conscientemente adotado nas indústrias paulistas: longas jornadas de trabalho, nenhum direito trabalhista, frequentes multas, precárias condições de trabalho, baixos salários, contratos precários, trabalho infantil com castigos corporais e, por último, indiferença social da elite à questão operária. Nessa perspectiva, a superexploração da classe trabalhadora em São Paulo chegava com a fase de disseminação das relações capitalistas de produção no Brasil.

A fração industrial da burguesia paulista encontrou muitas dificuldades de construir uma unidade de classe que a fizesse elaborar uma plataforma política coerente em face da importância que vinha adquirindo com a expansão industrial, pouco antes de 1917. Encontrava-se integrada aos termos de dominação hegemônicos da burguesia agrária, mesmo esta defendendo uma atuação liberal do Estado contraditória com os preceitos gerais da ideologia dos industriais, que primavam pelo livre mercado e do Estado fora das relações entre capital e trabalho. No entanto, na prática, em várias ocasiões o Estado oligárquico adotou posturas intervencionistas. No debate acerca da regulamentação do trabalho, como veremos a seguir, essa contradição esteve presente em quase todos os momentos.

Os industriais recorriam às benesses em forma de barganha junto ao bloco de poder hegemônico do Estado, constituído pela burguesia agrária vinculada a economia do café sob a direção da aliança política do PRP e PRM. O setor industrial considerava que as leis de proteção ao proletariado não o beneficiavam, nem aos indivíduos a que se destinavam, e tão pouco à sociedade, que custeava um círculo vicioso responsável pela preservação do problema que procurava resolver. Para os liberais da indústria, a pobreza se justificava pela funcionalidade do próprio sistema: “o homem comum, identificado por sua ignorância, preguiça, falta de ambição e tendência aos vícios, necessitava da pobreza para torna-se disciplinado e industrioso e, portanto, útil a sociedade” (GOMES: 1979, 32- 33).

Essa forma de dominação burguesa constitui a verdadeira chave para esclarecer a existência e aperfeiçoamento de uma versão que coube ao Brasil, a do capitalismo possível; evidenciou que esse sistema proporcionava uma vida suntuosa para as ricas e poderosas minorias burguesas. Considerando o próprio “florescimento

²⁰⁹ FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

econômico de algumas nações imperialistas também ricas e poderosas [...]associa luxo, poder e riqueza, de um lado, à extrema miséria, opróbrio e opressão, do outro”. Nesse sentido, ao proletariado só restava protestar e enfrentar as adversidades provocadas pelos baixos salários, carestia dos produtos e desabastecimento de toda ordem, com organização e movimentos grevistas por tempos melhores (FERNANDES: 1975, 304).

A Greve Geral de 1917 em São Paulo revelou uma acirrada competitividade entre os industriais de um mesmo ramo, mas não foi diferente entre os outros setores. Alguns vincularam o atendimento das reivindicações à atitude que ia ser tomada pelo seu concorrente. No entanto, durante as negociações que resultaram no entendimento e posterior acordo entre capital e trabalho ficaram evidentes as dificuldades de se construir um pensamento comum no interior da fração de classe da burguesia industrial. Como já tratamos aqui, as acusações dirigidas ao setor têxtil por terem acatado as exigências do Comitê de Defesa Proletária não foram poucas (LOPREATO: 2000, 200).

O grupo mais dinâmico politicamente do empresariado paulista estava ligado ao ramo têxtil. As dificuldades de importações da Europa fizeram aumentar a expansão e os lucros da atividade industrial de tecelagem, o que gerou um *boom* econômico no setor durante a guerra. A bonança passava pela substituição de produtos importados da linha têxtil por equivalentes nacionais, e por haver uma grande concentração de operários nas tecelagens paulistas, a pressão operária sobre esse ramo industrial visando melhores salários foi intensa. No dia 14 de julho foi promovido um comício com mais de 4.000 pessoas convocado pela Liga Operária da Mooca, cujo objetivo era discutir a proposta de acordo apresentada pelos industriais à Comissão de Imprensa.

Os jornais do dia 17 de julho noticiaram as deliberações operárias em vários comícios pela cidade. A aceitação do acordo e a retomada do trabalho nas indústrias foram as posições majoritárias, no Brás, Mooca, Lapa e Ipiranga. No comício do Brás, na Praça da Concórdia, calcularam a participação de mais de 5.000 pessoas. Contudo, alertavam os operários, caso o acordo não fosse integralmente cumprido, “*ao primeiro chamado do Comitê, [eles não tardariam] a reencetar e intensificar a agitação*” (O ESTADO DE S.PAULO: 16/7/1917).

A mediação da Comissão de Imprensa junto ao Presidente do Estado, Altino Arantes, fez o governo se comprometer a fazer cumprir a legislação em vigor sobre o trabalho dos menores, e estudar medidas restritivas ao trabalho noturno de mulheres e crianças, além de se “esforçar” para minorar a carestia, exercendo a “*sua autoridade,*

oficiosamente, junto ao grande comércio, para os gêneros de primeira necessidade” (IDEM: 17/7/1917).

Com o fim do movimento grevista, a questão operária voltava a figurar nos debates legislativos das esferas municipal, estadual e federal, deixando de ser uma discussão restrita aos muros da fábrica para irromper no cenário nacional como uma questão social da maior importância. O Estado, até então alheio ao problema operário, vai solicitar urgência quanto ao tramite da matéria no Congresso Nacional, com vistas à adoção de uma legislação trabalhista mínima, fruto dos eventos sociais de 1917.

O debate se intensificou no Parlamento da capital federal, como também em São Paulo, embora desde o começo do regime republicano já houvesse, em relação aos menores, o Decreto nº 1313, de 17 de janeiro de 1891, com que Deodoro da Fonseca e Cezário Alvim regulamentaram o trabalho e as condições dos menores nas fábricas do Distrito Federal, *“a fim de evitar que com prejuízo próprio e da prosperidade futura da Pátria, sejam sacrificadas milhares de crianças”* (O COMBATE: 23/7/1917).

O alerta vermelho do problema social da classe trabalhadora fora aceso. Assim, os debates acerca das leis trabalhistas invadiram os espaços dos poderes públicos das casas legislativas, além de figurar de forma sistemática no noticiário da grande imprensa diária, como também nas publicações editadas por anarquistas e socialistas. O deputado paulista Salles Junior defendia que *“as razões dos operários são justas e tanto são justas que logo foram atendidas pelos próprios industriais [...] os poderes públicos devem tomar medidas [...] tendentes a evitar a grande alta dos preços”* (IDEM: Ibidem)

O flagelo da escalada inflacionária afetava em cheio as camadas mais pobres da população e as classes médias, constituiu-se como um catalisador das insatisfações sociais que provocavam riscos à “ordem” social interna. Segundo outro deputado, o mineiro Afranio de Mello Franco, que na Câmara foi atuante em comissões de assuntos internacionais, responsável pela delegação brasileira na Iª Conferência Internacional do Trabalho, realizada em Washington, o governo deveria ir ao encontro dos operários, tendo como finalidade o atendimento das muitas reclamações, *“a fim de evitar que as mesmas sejam mais tarde impostas”*. O deputado paranaense João Pernetta expôs os seguintes conceitos:

O operariado tem razão em grande parte de suas reclamações. O problema proletário constitui hoje o mais importante assunto social a resolver [...] Resta que aqui entre nós sejam executadas por parte do governo

medidas que garantam em seu conjunto a existência doméstica do proletariado. Essas medidas se resumem na exceção das oito horas de trabalho, sem que entretanto seja tolhida de algum modo a liberdade individual do operário, em um dia de descanso semanal, nas férias anuais de 15 dias, pelo menos, numa relativa garantia de colocação, proibição do trabalho aos menores de 14 anos e uma limitação do trabalho dos jovens operários de 14 a 21 anos, cujos serviços devem corresponder a metade do dos operários adultos (*O COMBATE*: 24/7/1917).

Por conseguinte, em 1917 chegou a ser criada, dada a emergência da questão, um comitê popular de agitação contra a exploração de menores operários, que incluía em seu programa a defesa contra maus-tratos aplicados aos menores por mestres e contramestres. Pois, além de receberem salários inferiores por igual trabalho, eles estavam sujeitos a qualquer tipo de violência: *“diariamente se registram por todas as fábricas [...] a brutalidade contra menores. Num lado é uma saraivada de insultos os mais pesados e atrevidos, noutro são sopapos, os pontapés que magoam o corpo do desgraçado”* (A *PLEBE*: 12/4/1919, Apud RIBEIRO: 1988, 141)²¹⁰.

O trabalho noturno de menores era um expediente comum nas tecelagens de São Paulo. Na fábrica Mariângela, do magnata das indústrias Francisco Matarazzo, parte do maquinário se ajustava em tamanho para receber o manuseio de crianças. O jornal *“A Terra Livre”* de 23 de fevereiro de 1907, retratou a crueza das jornadas de trabalho das crianças, que iniciavam o turno às cinco horas da tarde e só o largavam às seis da manhã, gozando, quando muito, uma hora de descanso: *“A certa altura da noite quase todas as crianças de 8 a 12 anos, meio mortas de fadiga e de fome, caem a dormir [...] e então o contramestre desperta-as a bofetadas, soluçando retomam o trabalho”* (Apud RIBEIRO: 1988, 142). As difíceis condições a que as crianças operárias estavam expostas não se modificaram em praticamente uma década. A sua força de trabalho continuava gerando capitais para a burguesia industrial de São Paulo²¹¹; sobretudo durante a guerra, em que a atividade industrial tornou-se mais intensa, fruto da demanda do consumo interno.

²¹⁰ Conforme Maria Alice Rosa Ribeiro (1988, 140), “A dimensão ‘técnica’ da função do mestre e do contramestre era ofuscada pelo autoritarismo e despotismo inerentes ao processo de trabalho. [...] A impunidade, os privilégios concedidos aos mestres e contramestres eram elementos que os tornavam distintos do conjunto do operariado. [...] As distinções eram tão evidentes que nas organizações e associações de classe, era proibida a inclusão de mestres e contramestres, apesar de estes terem muitas vezes suas origens no operariado”.

²¹¹ Essas mesmas condições de maus tratos contra as crianças operárias foram encontradas na França e na Inglaterra de 1840, mas ainda estavam vivas nas fábricas de São Paulo: “Não é um trabalho, uma ocupação, é uma tortura, infligida a crianças de seis e oito anos. (...) É esse longo suplício de todos os dias que mina, principalmente, os operários das fiações de algodão” (VILLIMÉ, L. R. *Tableau de L’État*

Os debates no legislativo que trouxeram à tona questões relacionadas às demandas operárias ganhavam destaque. A estratégia do governo do Estado foi pressionar a bancada de deputados federais paulistas para a necessidade da criação de leis de proteção à classe trabalhadora. Altino Arantes escreveu para Alvaro de Carvalho, líder da bancada paulista na Câmara Federal, solicitando a sua mediação junto aos deputados e senadores de São Paulo para que se empenhassem com tenacidade nas duas casas do Congresso Nacional, a fim de aprovarem projetos da regulamentação do trabalho operário, principalmente aqueles em torno da regulamentação do trabalho das mulheres e dos menores. Apesar de ser considerada uma iniciativa extremamente louvável, “mais louvável, porém, seria que mandasse cumprir as leis já existentes. A exemplo do Decreto 2.141 de 14 de novembro de 1911 e regulamentado pelo Serviço Sanitário do Estado²¹², afirma-se no Artigo. 181 que: “*O trabalho noturno, além das 9 horas, é terminantemente proibido aos menores de 15 annos e as mulheres até 21 annos*” (O COMBATE: 20/7/1917).

Por outro lado, também continuavam tramitando no Congresso Nacional projetos de lei sobre os acidentes de trabalho. Falando na Câmara o líder da maioria, Antonio Carlos, do Partido Republicano de Minas Gerais, sustentou uma posição considerada justa: “*o governo não pôde intervir, subsidiando directamente as victimas do trabalho, mas o Congresso deve approvar leis que protejam os interesses dos trabalhadores, porque elles são também os da nação*” (JORNAL DO COMMERCIO: 26/7/1917). Essa passagem do futuro Presidente do Estado de Minas Gerais, nessa época ainda uma liderança na capital federal, é reveladora quanto ao caráter social apreendido pela burguesia em relação à massa operária trabalhadora concentrada no meio urbano fabril. Isso se deve ao fato de que sempre lhes fora negado um estatuto social de cidadãos da nação.

O proletariado urbano era composto na sua quase totalidade por estrangeiros, muitos deles analfabetos, e quase metade era formada por mulheres e

Phyfique et Moral des Ouvriers dans les Fabriques de Coton, de Laine et Soie, 1840, Apud LAFARGUE, Paul: 1983, 33).

²¹² A despeito das proibições existentes estabelecidas pela lei, os patrões as ignoravam totalmente: “*Ao visitar, Março ultimo, os estabelecimentos da Fiação, Tecelagem e Estamparia Ypiranga, o inspetor sanitario Sr. Dr. Carvalho Ramos verificou que eram alli empregados menores em serviço noturno, contrariamente ao que dispõe o Regulamento Sanitario, em seu art. 174. Os proprietários do citado estabelecimento, srs. Nami Jaffet & Irmão foram, à vista disso, multados em 200\$000*”. Entretanto, sob promessa de que retiraria os menores do serviço, dentro de alguns dias, a multa foi suspensa. Os Jaffet ainda tentaram ampliar o prazo para 90 dias, mas o recurso foi negado pela Diretoria do Serviço Sanitário (O COMBATE: 29/3/1917).

crianças que, por razões diversas, não tinham interesse pela política brasileira. Como eles não votavam, os representantes políticos não se interessavam por eles, reforçando, assim, a indiferença dos grupos que formavam o bloco de poder da burguesia paulista. Do ponto de vista dos anarquistas, a política tradicional não servia para nada, e a única forma de obter alguma coisa dos patrões estava na adoção, como método de luta, da ação direta: boicotes, sabotagens e greves. No entanto, essa prática não invalidava a postura dos seus sindicatos de negociarem com a patronal (MARCOVITCH: 2006, 163-164).

As movimentações políticas na Câmara Federal da bancada paulista com o intuito de regularizar a situação dos operários fabris alarmaram os industriais de São Paulo. Na concepção da classe dos industriais, os representantes do Estado, na Câmara, estavam *“impressionados excessivamente com a propaganda dos pseudo-amigos do operariado e que pleiteavam talvez a adoção de medidas legislativas que constituiriam verdadeira ameaça aos legítimos interesses dos patrões”*. O líder da bancada paulista, Alvaro de Carvalho, diante das pressões exercidas pelos industriais, tratou de explicar e tranquilizá-los, deixando claro que asseguraria *“com imparcialidade e justiça, os interesses de uns e de outros. Para fazer obra fecunda e proveitosa em cujas disposições haja o remédio preventivo dessas terríveis crises que ainda recentemente se produziram na Capital e em outras cidades de São Paulo”* (JORNAL DO COMMERCIO:12/10/1917).

A fração de classe da burguesia industrial foi consultada no debate da bancada de São Paulo na Câmara Federal, quando houve oportunidade de serem considerados alguns aspectos da questão do trabalho fabril em São Paulo. A bancada paulista, em nome do Governo de São Paulo, buscava o entendimento parlamentar visando um acordo para se chegar a uma versão final do projeto a ser apresentado no plenário da Câmara, que conciliasse os interesses do capital e do trabalho no plano jurídico, tendo em vista que

[...] a ultima greve paulista deixou em relevo males fundamentaes que estamos na hora de corrigir, e, d’ora em diante, evitar. As relações entre empregados e patrões precisam de uma lei reguladora, que afastada de pontos extremos, equidistante dos interesses e idéias radicaes, prepare o terreno para uma vida de mais leal harmonia entre os que, de um lado com o esforço do músculo, do outro lado com o concurso dos elementos financeiros e direcção, fazem a grandeza industrial do Estado (JORNAL O COMMERCIO: 12/10/1917).

A luta de classes, na greve de São Paulo, atingira um marco de instabilidade social insuportável para elite dominante. A repressão se abateu numa frente da questão e o parlamento na outra. A promessa da liderança era de três meses para a execução do projeto em lei federal. Já havia se consumado uma série de procedimentos de repressão e controle por parte dos órgãos de segurança do Estado sobre as atividades organizativas orientadas pelos anarquistas²¹³. Mais uma vez buscava-se separar as intenções justas do operariado com frenesi revolucionário e incendiário do elemento estrangeiro, “*rebutalho das mais baixas camadas sociaes européias*”. Acusam-nos de atrair a massa operária para a “exploração rendosa da ignorância”, ajustando-as em associações anarquistas disfarçadas em ligas de resistência e instituições de classes, pregando “ideias dissolventes” (IDEM: 07/10/1917).

4.2.1. As Consequências Imediatas do Movimento Grevista

O término da greve resultou na redução temporária das tensões sociais, que tão logo emitiu a senha para o início de todo expediente de perseguições contra os militantes estrangeiros ligados de alguma forma à direção do movimento. Na tentativa de obterem o *habeas corpus*, Antonio Lopes, Florentino de Carvalho, José Fernandes e Antonio Nelepinski, foram presos e embarcados para o exterior a bordo do vapor nacional de nome “Curvello”, em obediência às deliberações do Ministro de Estado da Justiça e Negócios do Interior; foram expulsos a pedido do governo de São Paulo. Edgar Leoenroth, liderança mais expressiva da greve, ainda se achava preso sob a acusação de haver comandado o saque ao Moinho Santista, no início da greve. Dias depois, ainda no mês de setembro, provou sua inocência e foi solto (JORNAL DO COMMERCIO: 07/10/1917, O COMBATE: 19/9/1917).

Conforme Boris Fausto (1977, 204-205), houve a combinação de dois elementos no comportamento das lideranças anarquistas, na greve de julho de 1917: a incapacidade da direção de assumir um autêntico protagonismo no movimento e a dificuldade de encontrar o caminho para garantir o cumprimento das pequenas conquistas. Para ele, o Comitê de Defesa Proletária tendeu para “a extrema prudência”,

²¹³ Foi solicitado aumento dos contingentes da Força Pública de São Paulo em mais de 1.200 homens. Justificava-se tal solicitação com o crescimento da área urbana, representando uma despesa extra de 2.500\$000\$000 contos aos cofres públicos do Estado (JORNAL DO COMMERCIO: 10/10/1917).

pois as reivindicações buscavam atender às condições mínimas de sobrevivência, de liberdade de organização e expressão do operariado.

Aludindo ao jornal “A Plebe”, Fausto assinala que “a proposta do Comitê teria sido feita na Europa pelas classes conservadoras, no seu próprio interesse”. Mas aqui, sublinha os anarquistas: “*dadas as condições existentes, o mínimo teve que ser pedido pelo que tem os olhos no máximo*” (A PLEBE: 21/7/1917). A realidade mostrou-se mais dinâmica, quando, diante da continuidade daquela situação que provocou o levante grevista, a rápida elevação do custo de vida começou a corroer o aumento salarial, concedido pelos patrões das indústrias. E, além disso, o aumento fora negado por várias empresas, como foi observado aqui no tocante à resistência do ramo calçadista.

Por sua vez, o empresariado industrial sem coesão de grupo se valeu da intervenção do Estado para solucionar o impasse. Ao não chamar para o diálogo as representações associativas operárias reafirmou sua dependência em relação ao intervencionismo Estatal, embora a Comissão de Imprensa tenha cumprido importante papel na solução do impasse criado pela inércia empresarial. Mostrou-se inábil para qualquer tipo de negociação direta com CDP, e projetou na arena do conflito o seu caráter liberal de contrato²¹⁴ de recusar acordos coletivos de trabalho, mas também sua desorganização associativa:

[...] a descentralização existia não só no setor operário como entre os industriais. Em julho de 1917, os interesses destes apareciam confundidos com os do comércio, no Centro do Comércio e Indústria. O órgão carecia, porém, de representatividade, e esteve ausente das negociações que se estabeleceram no curso da greve. Cada industrial apresentou-se em nome próprio no contato com o governo, com o comitê de jornalistas, cada um deles firmou ou resistiu a firmar o acordo com os grevistas. Contudo, não houve simetria nos efeitos da desorganização no apoio operário e no dos empresários. Se a indústria é pouco ou nada coordenada, encontra no Estado oligárquico um seguro protetor (FAUSTO: 1977, 205-206).

Todavia, no dia 18 de julho de 1917 os empresários paulistas começaram a discutir o tema da greve entre si. Para tanto, foi realizada uma reunião na redação d’ *O Estado de S. Paulo*, cujo principal objetivo era traçar o balanço da greve que paralisou a cidade. A liderança da reunião coube a Jorge Street, empresário que já possuía experiência nas relações entre patrões e operários no contexto social urbano. A sua opinião foi amplamente divulgada pelo jornal na edição do dia seguinte. O jornal inicia

²¹⁴ Ver VIANNA, Luis Verneck. O Liberalismo e o Sindicato no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 97.

a matéria criticando veemente a posição do líder da bancada paulista no Congresso Nacional, Alvaro Carvalho, que acusava os anarquistas como os únicos responsáveis pelo movimento grevista. Portanto, demonstrava ser *“menos imparcial que os capitalistas interessados no caso [...] o perigoso ‘parti pris’ de apontar em cada explosão do descontentamento popular a influência dos proficioneas da desordem e dos pregoeiros da revolução”* (O ESTADO DE S. PAULO: 19/7/1917).

O Estado de S. Paulo elogiou a reunião dos industriais em sua sede, e aclamou o discurso feito por Jorge Street aos demais empresários como declarações “francas”, “leaes” e “corajosas”. Street reproduzia aos demais presentes o seu costumeiro e estratégico tom conciliador em relação à classe operária:

Os operarios têm razão. É preciso confessar que são justas as suas reclamações. É forçoso reconhecer que, se chegamos a esta situação tensa e violenta, isso se deve em boa parte à imprevidência dos próprios, que não souberam atender em tempo às dificuldades e às angustias com que lutam os trabalhadores (IDEM: 19/7/1917).

Do encontro realizado na sede d’ *O Estado de S. Paulo*, não foram divulgadas as opiniões dos empresários que estavam presentes, nem mesmo uma tomada fotográfica da reunião, mas é possível inferir que se tratava de discutir as bases de uma tomada de posição mais coesa entre os industriais frente à questão social operária. Também não havia dúvidas quanto à influência que Jorge Street viria a exercer sobre os seus pares industriais, numa nova fase de relacionamento a partir dos conflitos grevistas de julho/1917. Antes do término do corrente mês, alguns dos industriais de São Paulo começavam a se movimentar no sentido de fundarem uma associação de classe no ramo metalúrgico. Por outro lado, o proletariado também se movia para aumentar a sua organização e aquilatar seu modelo de agremiação com congêneres existentes em outros países.

Em 25 de julho de Julho de 1917 é fundada a Federação Operária, reunindo delegados de inúmeras entidades de classe: União dos Canteiros, Sindicato dos Serralheiros, União dos Chapeleiros, União dos Trabalhadores das Fábricas de Bebidas, União Geral dos Ferroviários, Liga dos Trabalhadores de Madeira, União dos Artífices de Calçados, União dos Pedreiros e Serventes, Ligas Operárias da Mooca, Belenzinho, Ipiranga, Brás, Cambuci, Bom Retiro e Vila Mariana, Liga dos Ceramistas, Liga Operária da Lapa e Água Branca, Sindicato Internacional dos Canteiros de Ribeirão Pires, entre outras. A Sessão foi presidida por Edgar Leuenroth, que formou a mesa junto a outros dois delegados.

Visava elevar o grau de representatividade da classe operária. Foi decidido que as classes, para poderem melhor resolver os trabalhos nos sindicatos, tinham que criar seções das uniões de indústrias ou ofícios, mantendo comissões de relação de dois delegados. Também foi proposta a realização de um congresso geral dos agrupamentos operários de todo o Brasil, e, após um acalorado debate, ficou decidido que seria criada uma Comissão federal para encaminhar a proposta. As bases da recém fundada Federação Operária foram inspiradas nas resoluções do 1º e 2º Congressos Operários, que se reuniram no Rio de Janeiro, em 1906 e 1913 (*O COMBATE*: 26/7/1917).

Existia uma corrente de opinião no meio liberal que sugeria que, se as representações em conformidade com os interesses do capital, de um lado, e as do trabalho do outro, fossem mais organizadas, haveria um grande avanço para a modernização das relações entre ambos os lados. Assim, a imprensa liberal creditava nas organizações de classe a chave de resolução dos atritos que, não raro, extrapolavam as fronteiras das fábricas projetando instabilidade social no espaço urbano. As dificuldades de diálogo dos patrões faziam parte de uma estratégia de negação ideológica da exploração da força de trabalho operária, e não apenas “inexperiência” ou inabilidade com “as técnicas de conflito”²¹⁵, entretanto,

Se os operários e patrões estivessem respectivamente agremiados em associações representativas dos seus interesses, cremos firmemente que na recente parede teria sido possível chegarem a um accôrdo sem escalas pela exaltação e consequentes excessos. Os operários improvisaram um comitê e em dado momento não tiveram com quem se entender. A acção dos mediadores foi extraordinariamente dificultada, pois não encontraram nem de um lado nem do outro, delegações devidamente autorizadas para tomarem deliberações definitivas [...] para um melhor entendimento entre patrões e operários, diminuindo, portanto, as probabilidades de reclamações violentas (*JORNAL DO COMMERCIO*: 27/7/1917).

A consequência direta da desorganização da fração industrial burguesa era recorrer, em primeira estância, à delegacia de polícia para mediar as negociações, recurso sem efeitos práticos, pois se deparava com a rejeição dos operários por razões obvias²¹⁶. A solução dos conflitos era transferida para a esfera do bloco dominante do poder de Estado. A greve do setor calçadista, embora ocorrida no Rio de Janeiro em

²¹⁵ FAUSTO, Boris. Trabalho Urbano e Conflito Social. São Paulo: Difel, Cap. VI.

²¹⁶ O apelo, em dias de conflito, dos patrões da indústria ao delegado de polícia foi um expediente recorrente no repertório patronal, “Com o Sr. Chefe de Polícia conferenciaram ainda os representantes das nossas grandes fábricas de calçados cujos operários estão em greve. Foram assentadas varias medidas para a base do accôrdo que será discutido com os interessados”(*JORNAL DO COMMERCIO*: 21/4/1918).

abril de 1918, foi célebre no grau de integração a que estava submetida à fração de classe da burguesia industrial a hegemonia de classe da burguesia agrária. Após quase um mês de paralisação, o movimento só chegou ao fim com a intervenção direta do próprio Presidente da República, Venceslau Braz. Este precisou mediar um acordo na reunião com representantes calçadistas, *“era um appello para que os proprietários das fábricas cedessem aos operários uma hora por semana, ficando mantidas as demais disposições”* (IDEM: 27/4/1918).

O movimento grevista tinha sido deflagrado devido à tentativa de sedução de uma operária por um encarregado de seção “pespontos”, que tratava os operários com grosseria. O caso foi levado ao dono da empresa *Bordal & Barroso*, que nada fez, nem mesmo com a intervenção da polícia. A paralisação começava com a exigência da demissão do encarregado, autor da tentativa descabida de seduzir uma operária, mas foi se ampliando, e as reivindicações foram ganhando forma, principalmente a redução da jornada de trabalho para oito horas diárias. As fábricas foram fechadas obedecendo à velha tática de *lock-out*. Os patrões, já conformados, fizeram um pronunciamento público nos seguintes termos: *“o horário de trabalho será de 51 horas semanais equivalentes a 8 ½ horas diárias. Esta alteração foi feita em obediência ao appello que neste sentido lhes foi feito por Ex. o Sr. Presidente da Republica”* (IDEM). Além disso, assumiam o compromisso de reabrirem suas fábricas a partir de 29 de abril de 1918, com o novo regulamento afixado em cada fábrica. Com o acordo, deram por encerrados os trabalhos, o que consagrou a vitória dos trabalhadores calçadistas: a saída aos domingos passaria a ser às 14:00 e não mais às 15:00 horas.

Em São Paulo, a atitude do industrial Francisco Matarazzo, em nova paralisação da tecelagem do Belenzinho, pertencente ao grupo, havia mudado e as negociações tomavam outros rumos; o diálogo direto das partes envolvidas pareceu ganhar novo impulso, estabelecendo uma configuração diferente na negociação do conflito na esfera trabalhista: sentar com as comissões operárias. Práticas de negociação para resolução de conflitos trabalhistas já eram amplamente adotadas pela burguesia dos centros industriais europeus, mas ainda engatinhavam na periferia do capitalismo:

Os operários já se entenderam satisfatoriamente com os patrões. Há até que se notar no caso o espírito liberal e conciliador dos patrões, das ‘Industrias Reunidas Matarazzo’, que tiveram a louvável iniciativa de pedir aos operários que constituíssem uma comissão permanente com poderes para resolver pacificamente qualquer futuro conflito. Os principais motivos da parede já foram convenientemente estudados e tiveram conveniente explicação por parte dos patrões. As multas contra as quais os operários reclamavam são um gênero de punição,

indispensável à manutenção da boa disciplina, por sua vez, imprescindível em qualquer estabelecimento movimentado com grande pessoal, e além disso é um meio geralmente adotado para se obter a máxima efficacia dos serviços individuaes (*JORNAL DO COMMERCIO*: 28/10/1917).

A sujeição do trabalho encontrava nas multas um eficiente mecanismo de controle do tempo de trabalho assalariado²¹⁷ comprado pelo capitalista ao operário e instrumentalizado de acordo com os requisitos ditados pelo patrão para gerar lucro. Nesse modelo de exploração do trabalho, a racionalização do tempo veio a se consolidar, instaurando um padrão que atendesse aos ímpetus na acumulação de riquezas; o tempo começa a se converter em dinheiro, “dinheiro do patrão”. O relógio se tornará o mestre do tempo nas relações econômicas sob o capitalismo industrial, submetendo homens, mulheres e crianças a um ritmo de exploração concentrado.

4.3. A Fração Industrial da Burguesia Paulista Após 1917

4.3.1. Repressão e Intransigência Patronal

A austeridade dos patrões respaldados nas leis de expulsão contra os ativistas anarquistas revelou sua faceta intolerante. O incipiente movimento operário paulista foi vítima da violência de Estado, vendo muitos dos seus melhores propagandistas sendo presos ou expulsos do país. Nossa proposta aqui se concentrará em mostrar as formas de repressão a que estavam submetidos os militantes anarquistas de origem estrangeira nas lutas operárias em São Paulo na década de 1910.

Embora houvesse vozes discordantes no seio da burguesia paulista²¹⁸ em relação à linha política adotada pelo Estado responsabilizar o ativismo anarquista pela organização do movimento grevista, a postura política que se consumou com o beneplácito de todas as facções que compõem o bloco de poder burguês foi: identificar,

²¹⁷ Na acepção de Marx, “O processo de trabalho, em seu decurso enquanto processo de consumo de força de trabalho pelo capitalista, mostra dois fenômenos peculiares. Primeiro: o trabalhador trabalha sob controle do capitalista a quem pertence seu trabalho. O capitalista cuida para que o trabalhador se realize em ordem e os meios de produção sejam empregados conforme seus fins [...]. Segundo: o produto, porém, é propriedade do capitalista, e não do produtor direto, do trabalhador. O capitalista paga, por exemplo, o valor de um dia de trabalho. A sua utilização, como a de qualquer outra mercadoria – por exemplo, a de um cavalo que alugou por dia – pertence-lhe, portanto, durante o dia” (MARX, Karl. *O Capital – Crítica da Economia Política*, v.1, livro primeiro, p. 149-163. São Paulo: Abril, 1984).

²¹⁸ A família Mesquita, proprietária do jornal *O Estado de S. Paulo*, em mais de uma ocasião, mostrou-se contrária à política adotada pelo Estado contra os operários deportados. Argumentava que o problema maior estava voltado para as difíceis condições enfrentadas pelo operariado com o alto custo de vida.

prender e deportar todo elemento anarquista das fábricas de São Paulo.

A adoção por parte da burguesia de São Paulo de uma postura mais conciliadora e de reconhecimento da questão operária não representou o reconhecimento legal do direito de atuação das direções do movimento operário. Longe disso, as pressões dos círculos da burguesia para a adoção de leis mais severas contra os imigrantes de origem anarquista que atuavam à frente das lutas operárias em São Paulo se mostraram recorrentes junto ao Estado.

A repressão contra os “indesejáveis” era uma dura resposta que já vinha sendo empregada pelo patronato industrial em aliança com a polícia. Os inquéritos suprimiam fatos, acrescentavam informações falsas e, não raro, apresentavam testemunhas identificadas como agentes da própria polícia (*O COMBATE*: 18/10/1917).

As sequelas da greve geral se manifestaram rapidamente, prevenindo-se do poder de mobilização do operariado apoiado no entusiasmo de suas organizações; o governo oligárquico do Estado de São Paulo, entretanto, reagiu violentamente contra a classe operária, pois não queria sofrer as humilhações e o medo que sofreu na greve de julho, bem como as preocupações resultantes da expansão das atividades sindicais. Tomou uma série de medidas como o aumento salarial da Força Pública, adquiriu novos equipamentos e acrescentou novos efetivos aos oito mil já existentes. Desencadeou uma campanha sem tréguas na opinião pública contra os “subversivos estrangeiros” e seus planos desestabilizadores da paz social.

O Congresso também foi palco de igual tomada de posição do liberalismo conservador dos governantes de São Paulo. Havia no discurso parlamentar dos representantes de Altino Arantes a tentativa de diferenciar a maioria operária, ordeira e trabalhadora, de uma minoria explosiva com planos exclusivos de tumultuar a ordem pública, *“porque nem mesmo são operários, porque os operários que ali estão envolvidos são explorados pelos anarquistas, essa minoria – a anarchia casada com o arrivismo – tenta demolir o que está feito”* (*JORNAL DO COMMERCIO*: 24/7/1917). Esse trecho foi extraído da polêmica discussão do líder da bancada de São Paulo, Alvaro de Carvalho, com o então deputado, Maurício de Lacerda, defensor da causa do operariado. O tema era exatamente o balanço da greve de dias atrás. O tom nitidamente conservador permeava as posições políticas dos representantes de São Paulo:

Alvaro de Carvalho – Quando a massa infrene explorada pelos anarquistas se atira contra a vida, contra a propriedade, pretende S. Ex. que a polícia não use das armas que lhe foram legalmente postas em mãos para

defender a sociedade organizada?! Maurício de Lacerda – Não há duvida, o melhor é metralhar logo... Barros Penteado – Se for necessário. Alberto Sarmiento – O soldado tem o mesmo direito de vida quanto o operário. Maurício de Lacerda – É verdade, e tanto direito ao aumento de soldo quanto os oficiais. Nunca se aumentou o soldo da praça do Exército, nem do marinheiro nacional, desde a proclamação da República. Alvaro de Carvalho – [...] desde o início os operários não usaram do direito de greve, que é respeitável, como disse o nobre Deputado, do direito de não trabalhar. Não; os operários foram, desde logo, além; quiseram impedir que os outros trabalhassem. Maurício de Lacerda – Mas a greve não é possível sem isso. Alberto Sarmiento – Assim, a greve é um crime; é uma violação do direito de terceiros (IDEM, Ibidem).

A senha estava dada; em Setembro de 1917, ignorando as várias garantias oferecidas nos acordos de julho, e com seu dispositivo militar reforçado, O Estado perpetró uma ampla operação para tentar dismantelar as bases do movimento operário em São Paulo, com detenções, espancamentos, fechamento de organizações operárias. Os aspectos mais perversos da velha ordem se abateram sobre a militância anarquista, com prisões e expulsões de lideranças operária do país. Apesar desse expediente não poder ser adotado contra aqueles que residiam no país há mais de dois anos, esse direito não foi suficiente para impedir a ação sistemática do governo de São Paulo contra anarquistas estrangeiros (HALL: 2004, 278-279).

Nesse mesmo mês, o governo paulista de Altino Arantes impôs uma caçada implacável aos nove operários anarquistas por sua atuação na greve de julho. Imbuído de uma determinação férrea, Altino Arantes entrou numa disputa com a justiça federal desrespeitando até o *habeas corpus* concedido pelo Supremo Tribunal Federal aos futuros deportados. Mas, apesar dos esforços do deputado Mauricio de Lacerda em retardar o processo de expulsão, o governo de São Paulo exerceu forte pressão no Supremo Tribunal, conseguindo persuadi-lo a favor da expulsão dos operários. E, no dia 22 de Setembro, telegramas enviados do Rio de Janeiro informavam que havia chegado ao porto o *Curvello*, o navio da Lloyd que saía do porto de Santos, conduzindo os nove operários.

A administração do Lloyd desejava desembarcá-los no Rio, por não possuírem eles os devidos passaportes, o que causaria transtornos ao navio em sua chegada ao porto de destino, nos Estados Unidos. Após reunião entre o líder da bancada paulista, Alvaro de Carvalho, Aureliano Leal, chefe de polícia, e Osório de Almeida, representante do Lloyd, todos opinam pelo desembarque dos acusados, que ficariam sob guarda da polícia carioca. Entretanto, Rodrigues Alves, chama Aureliano Leal e solicita-lhe providências, junto à polícia de São Paulo, passaportes aos presos, como exigia o

cônsul inglês: “Assim as vítimas da inquisição policial prosseguirão a sua viagem para Barbados (O COMBATE: 22/9/1917).

O Jornal “O Combate”, órgão da democracia radical, fez duras críticas à postura autoritária do governo de São Paulo quanto às expulsões dos operários, por razões políticas:

A remessa precitada desses presos revela, por sua vez, a sanha de que se acha possuído o governo do Estado contra operários. Fel-os embarcar às pressas, até sem passaportes. E obteve transporte para elles quando durante mezes não os obteve para os vadios e falsos moedeiros que o Supremo Tribunal Federal mandou pôr em liberdade. [...] Houve urgencia, porém, na deportação, para evitar que as sua victimas tivessem antes *habeas corpus* impetrado ao Supremo. Era preciso burlar, já e já, a ação da justiça. Vão os operários para Barbados. Por umas noticias, de lá seguirão para a Europa. Por outras seguirão para os Estados Unidos (IDEM: Ibidem).

Segundo a imprensa, o *Curvello* zarpara do Rio de Janeiro às 14 horas do dia 23 de setembro de 1917, com destino a Nova Iorque, levando deportados os nove operários embarcados pela Força Pública de São Paulo, como indivíduos “nocivos à segurança pública do Estado”. A expulsão se inscreveu na repressora retórica governamental como uma ‘questão de honra’ para a polícia de São Paulo e do Rio de Janeiro. Com medo de que eles fugissem ou fossem resgatados, a polícia tomou medidas excepcionais: policiais armados de fuzis guardavam as escadas de acesso ao navio, não tendo acesso a bordo ninguém que não possuísse autorização especial. Um reforço de 30 guardas civis fez o serviço de policiamento do cais, auxiliados por agentes, mais conhecidos por “secretas” (IDEM: 24/9/1917).

Edgar Leuenroth só escapou da expulsão pelo fato de ter nascido no Brasil, estava livre da deportação. Em vez disso, foi acusado de ser o autor “psico-intelectual” do saque de sacos de farinha de trigo do Moinho Santista durante a greve geral. Fazendo um parêntese do precário abastecimento urbano em São Paulo: ao estudar os motins urbanos na Inglaterra e na França, o historiador inglês Georges Rudé destaca a preocupação das autoridades inglesas com o bom abastecimento de trigo a fim de evitar as “periódicas explosões da ira popular”. Essa era uma das principais preocupações sociais das autoridades Inglesas, manter à distância os motins populares das portas de Londres. As evidências mostravam que as agitações foram uma expressão legítima, em grande parte espontânea, do desespero popular em face do crescente aumento do preço dos alimentos.

Frente às dificuldades do proletariado inglês, Rudé sublinhou que:

É evidente que os residentes na cidade, dos quais os trabalhadores assalariados eram grande parte, estavam tão preocupados quanto os moradores das aldeias, [...] com o abastecimento de pão barato e abundante. Potencialmente, portanto, o motim da fome era uma ameaça tão constante à ordem pública nas grandes cidades quanto no campo; e, em muitas capitais da Europa, as ‘classes inferiores’, ou *menu peuple*, estavam sujeitas a amotinar-se em protesto contra os preços de fome em momentos de penúria quanto por qualquer outra razão. Mas as autoridades, que podiam ser mais ou menos indiferentes com explosões periódicas de ira popular, [...] tendiam a limitar tais explosões, através de medidas especiais para manter as despensas abastecidas. Em Londres, as autoridades civis e os magistrados asseguravam o bom abastecimento dos mercados, fiscalizavam de perto o preço do trigo e do pão [...] durante os motins de Wilkites em 1768, quando, entre a multidão que cercou a Câmara dos Lordes, havia pessoas que gritavam ‘que o pão e a cerveja estavam caros demais e que tanto valia morrer na forca como de fome’ (RUDÉ: 1991, 49-50).

Nos “motins da fome” provocados pela greve geral em São Paulo, as autoridades públicas também buscaram estratégias para reduzir o descontentamento popular em relação ao desabastecimento de trigo e outros alimentos. O Prefeito Washington Luis criou os Atos nº 710, 717 e 730, dentro da Resolução nº 50, de 22 de agosto de 1914, que permitiam o funcionamento dos mercados livres na cidade sem cobrança de impostos. Com o agravamento do custo de vida – “*resolve desdobrar os actuais mercados da avenida Tiradentes e Largo do Arouche, crear mercados francos na avenida Angelica, esquina da Paulista, e rua Piratininga, esquina da rua da Moóca*” (JORNAL DO COMMERCIO: 18/7/1917).

Havia comissões de fiscalização, leis para coibir o açambarcamento de alimentos pelos atravessadores em São Paulo, entretanto, “*essas leis existentes não são applicadas ‘com a precisão e severidade reclamadas’ tem verificado o povo pelas próprias publicações officiais*” (O COMBATE: 06/8/1917). O governo federal criou o Comissariado Geral da Alimentação Pública, que procedia no sentido de organizar tabelamentos de preço²¹⁹, não sem manobras e protestos dos setores comerciais atingidos. O resultado da tentativa de controle estatal foi o desaparecimento dos artigos tabelados dos empórios comerciais (O ESTADO DE S. PAULO: 04/9/1918, 07/9/1918, 03/12/1918).

²¹⁹ A despeito das preocupações governamentais com a questão dos gêneros alimentícios, considerando que o Brasil a fim de concorrer com eficiência para o abastecimento de alimentos dos países aliados e manter o equilíbrio da sua balança comercial e internacional, tinha interesse em que sua exportação fosse a mais variada possível. No entanto, era lembrado pela imprensa que “*Esta exportação deve ser fiscalizada e mantida dentro de certos limites, a fim de que se não aggrave ainda mais a carestia de vida, que já se faz sentir em alguns centros populosos do país, tornando cada vez mais difficil a subsistência de todos e especialmente do operariado*” (JONAL DO COMMERCIO: 13/6/1918). O cumprimento dos deveres de aliado do governo brasileiro significava desabastecimento e carestia interna.

Dito isso, apesar dos inúmeros protestos contra a exagerada acusação, o editor de “*A Plebe*” foi mantido na prisão durante seis meses, até sua absolvição final por unanimidade por um júri em março de 1918. A onda repressiva desencadeada contra o movimento operário, iniciada em setembro de 1917, e a decretação do estado de sítio quando o Brasil entrou na Primeira Guerra Mundial serviram para inibir ações de maior envergadura do operariado durante quase dois anos (HALL: 2004, 279).

O cumprimento da lei de expulsão era a única da alçada do Ministério da Justiça e do Interior, sendo que o Poder Executivo deveria dar conta anualmente no Congresso do número expedido de expulsões, assim como da nacionalidade da vítima. Embora esse expediente tenha sido adotado, os dados oficiais não eram confiáveis. Em relatório apresentado em 1919, referente às expulsões durante 1918, encontram-se apenas três expulsões, nas quais mais nada fora descrito além do nome, nacionalidade e a data da portaria da expulsão²²⁰.

As atitudes autoritárias do governo paulista, tendo à frente o Presidente do Estado, Altino Arantes, eram tão graves que também motivaram o conservador diário *O Estado de S. Paulo* a desferir duras críticas no tocante ao episódio das prisões e deportações²²¹ de operários estrangeiros residentes, ocorrência que motivou o governo a omitir informações deliberadamente ao Supremo Tribunal sobre os acusados: “*Os deportados não residem. Só é residente quem tem profissão ou bens de raiz e não vive de explorar incautos ingênuos. São antes itinerantes que residentes*”. Ao que respondeu o jornal:

Vae então, inventa-se aquela sentença estapafúrdia sob qualquer aspecto [...] Itinerante é que transita de um ponto para o outro. De onde vinham e para onde iam os deportados, se a própria policia não nega que elles viviam em S. Paulo. Negando-lhes somente os requisitos ‘legaes’ da residência: profissão ou bens de raiz e bom comportamento? O arbítrio da policia de S.Paulo não é lei. [...] Aos inertes ensinam-lhes o trabalho; aos rejeitados da Fortuna, a resignação, quando mais não seja; os outros, se não se regeneram, a Justiça procura corrigil-os. Deportal-os sem lei não é justiça: é jurisprudência rude de latifúndio. Os incautos e ingênuos, termos que empregamos para traduzir o pensamento secreto da policia, incautos e ingenuos explorados pelos que soffreram o bárbaro castigo da deportação, onde estarão elles? Nas officinas. E consiste nisto, a immensa perfídia policial (*O ESTADO DE S.PAULO*: 07/10/1917).

²²⁰ ARAÚJO, Urbano Santos da Costa. Relatório apresentado ao Presidente da República dos estados Unidos do Brasil pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919, p. 47, Apud KENEZ: 2001, 148.

²²¹ Segundo o art. 72 da Constituição Federal, “*interpretado em face dos princípios e regras do direito internacional, penal e civil, é que os estrangeiros residentes no Brasil não podem ser deportados*” (*O ESTADO DE S.PAULO*: 08/10/1917). O direito internacional e civil conferia ao Estado o direito de expulsão de estrangeiros somente não residentes. Entretanto, não lhe era facultada a expulsão de residentes.

O decreto federal que estabelecia o estado de sítio que se seguiu à declaração de guerra contra a Alemanha mostrou que boa parte do “esforço bélico” teve como finalidade conter o “inimigo interno”. Da parte da fração industrial da burguesia paulista, outras estratégias foram desenvolvidas no sentido de frear a resistência operária. Em Sorocaba, o imigrante português Pereira Inácio, proprietário da fábrica Votorantim, por exemplo, tomou a iniciativa de enviar uma carta a todos os industriais do ramo de tecidos do estado na qual propunha que estes se reunissem em alguma associação de classe para fazer frente à organização operária. Pereira Inácio teve que enfrentar uma greve de seus operários e, em virtude disso, clamava a solidariedade dos seus pares da patronal da indústria para que nenhum admitisse operários dispensados por motivo de greve: *“A gravidade do fato é de tal ordem que estamos resolvidos a fechar a fábrica mesmo indeterminadamente, a fim de fazermos cumprir as ordens e mostrar que temos o direito de manter o moral da administração, e bem da disciplina”* (O PARAFUSO: 17/11/1917, Apud CAMPOS: 1988, 52).

Como é possível divisar, o discurso de importantes dirigentes da fração industrial da burguesia de São Paulo, reforçando sua necessidade de organização, vai tomando forma. Indicava que os empresários iam trilhar, como os operários, um processo organizatório que resultaria na criação de entidades associativas patronais. Para a maioria dos industriais, os sindicatos operários eram instrumentos de alteração da ordem nas fábricas, ambiente em que deveriam reinar a ordem e a obediência em relação às normas fixadas pelo Regulamento Interno. Logo, as greves se afirmaram, do ponto de vista dos patrões, a uma “coerção inadmissível” – produto da atividade de agitação de “elementos rebeldes”, vulgo anarquistas.

Na medida em que o operariado e seus esforços organizativos atingiram maior capacidade de mobilização entre os anos 1917 e 1920, o enfoque conspirativo adotado pelos grandes industriais em seu discurso contra as iniciativas de luta do proletariado urbano se acentuou. O industrial Pereira Inácio se notabilizou na tática de confrontos contra as greves. Quando em junho de 1919 explodiu outra greve nas suas empresas de São Paulo e São Bernardo, o industrial respondeu novamente às paralisações com o *lock-out*, decidindo reabri-las somente depois de fazer um “expurgo dos maus elementos”. Os laços estreitos que Pereira Inácio mantinha com o Chefe de Polícia facilitaram a repressão, não havendo dificuldade alguma para prender os “malfeitores e desordeiros envolvidos no motim”. Outra tática adotada por Pereira

Inácio para enfraquecer as lutas reivindicatórias em seus estabelecimentos industriais foi a de infiltrar agentes nas organizações operárias, nesse caso, na União do Trabalho de São Bernardo; “onde se projetavam horríveis atentados, de caráter francamente anarquista” (FAUTO: 1977, 221).

A determinação de Pereira Inácio em querer destruir a associação dos trabalhadores o levou a insistir no fechamento da União do Trabalho de São Bernardo e pedir a prisão dos seus diretores citados nominalmente. Depois de marcar com uma cruz os nomes dos “elementos mais desordeiros” em uma lista enviada para a polícia, a patronal adotou uma postura mais intransigente nas relações de trabalho com o operariado e suas associações. Esse comportamento confirmava o aspecto retrógrado contido nessa nova tática de enfrentar a agitação operária, “A exceção a este estilo foi tão rara na grande indústria, a ponto de resumir-se em linhas gerais a Matarazzo, dentro de limites estreitos, e à história pessoal de Jorge Street” (IDEM: Ibidem).

A longa tradição da burguesia de São Paulo recorrendo à polícia para resguardar a ordem social, encontrou em Campos Sales um representante digno. Em 1896 ele afirmava que “uma boa polícia é a condição de um bom governo. Cabe à polícia à tarefa de manter a ordem, a garantia e a segurança individual, salvaguardar a propriedade, defender a moral pública e reprimir os vícios”. Ponto de vista semelhante foi defendido por Albuquerque Lins, Secretário da Fazenda entre 1904 e 1907, no governo de Jorge Tibiriçá, todos ligados ao PRP, partido da elite econômica e hegemônico em São Paulo. Lins também confiava à polícia o papel vigilante sobre “os maus elementos” que diariamente se infiltravam entre a “população estabelecida e laboriosa”. E mais, “quando se trata do bem público e do interesse, impera uma lei suprema, existe um ideal comum: pelo engrandecimento de São Paulo” (Apud MOREIRA: 1988,28).

A lógica imanente presente no discurso político da burguesia paulista justifica o “progresso” de São Paulo. Logo, impunha-se reprimir os indivíduos que provocassem a desordem, já que as greves comandadas por “desordeiros anarquistas” não se inscreviam como um atributo da ordeira população da cidade. É evidente que aqueles que promoviam a desordem representavam um corpo estranho, pois, influenciados por *ideologias estrangeiras exóticas*, perturbavam os bons costumes que reinavam em São Paulo. Portanto, a disseminação de um discurso elitista que qualificava a “manutenção da ordem” como elemento primordial para o progresso de São Paulo se constituiu num dos elementos chave para a compreensão da postura

política da fração industrial da burguesia em relação ao movimento operário e suas organizações. Para tanto, apoiou-se numa legislação restritiva para desencadear ações repressivas contra o operariado, fechamento de associações, prisões, invasões a domicílios, espancamentos e deportações (IDEM: Ibidem, 29).

A primeira Lei de Expulsão de Estrangeiros, conhecida como Lei Adolpho Gordo, foi sancionada a 7 de janeiro de 1907. Em 1912, foram propostas modificações a essa lei, promulgadas em 1913. Em 1919, cogitou-se nova alteração e novo projeto foi discutido, tornando-se lei em 1921. Buscava regular não somente a expulsão de estrangeiros do território brasileiro, mas também definir as condições de sua entrada. O espanhol Everardo Dias, operário gráfico e jornalista, com atuação na greve de julho de 1917, foi um testemunho da época e deixou suas impressões sobre a aplicação da lei²²²:

Constantemente eram chamados à polícia, vigiados, detidos, perseguidos, molestados, suas famílias inquietadas por ameaças sinistras, em que se acenava sempre com a lei de expulsão, a famigerada Lei Adolpho Gordo, mais tarde substituída por outra pior, a Lei Aníbal Toledo, esta já na presidência de Washington Luis. [...] Considerado perigoso e como tal diminuído perante o nacional, exposto a ser expulso por qualquer acusação patronal ou policial. E isso feria a dignidade humana de todos os alienígenas que aqui tinham vindo com melhores disposições e cheios de entusiasmo e desejo de colaborar para o progresso e engrandecimento da Nação. A Lei Adolpho Gordo era uma constante ameaça a todos; meio de intimidação e de vingança, um cutelo suspenso sobre a cabeça do irreverente ou inconformado. O fazendeiro ameaçava o colono. O industrial ameaçava o operário (DIAS: 1977, 50-51).

Dentro dessa ótica de “manutenção da ordem”, cabia ao Estado intervir energicamente para coibir qualquer tentativa de obstruir o desenvolvimento das atividades econômicas em geral. Os governantes não hesitavam em adotar a força para tentar conter os movimentos grevistas em São Paulo. A expulsão de estrangeiros era um dos expedientes preferidos da fração industrial da burguesia paulista contra a organização operária na Primeira República, aliada à polícia, sobretudo nos momentos subsequentes às greves, adotando regras de conduta baseadas na coerção física e psicológica.

²²² Nos debates de 1912, na Comissão de Constituição e Justiça, A. Gordo defendeu o projeto na Câmara, argumentando que *“O direito de expulsão é uma manifestação do direito de soberania, é o jus imperii: não é a lei que o cria, pois é anterior à lei e esta regula, apenas, o seu exercício. [...] Quando todos os países movem formidável campanha contra elementos perniciosos que invadem as suas fronteiras, manter aquelas restrições é abrir as nossas portas aos vagabundos, mendigos, cáftens, anarquistas e bandidos profissionais expulsos de toda a parte, é sacrificar os mais vitais interesses de nossa pátria”* (CONGRESSO NACIONAL – A Expulsão de Estrangeiros – discursos pronunciados na Câmara dos Deputados, nas sessões de 29 de Novembro e 14 de dezembro de 1912 pelo Sr. Adolpho Gordo, deputado de São Paulo – Epínola & Corp., 1913. Apud LANG: 1989, 146-147).

No entanto, não se deve idealizar a trajetória do industrial J. Street nas relações de trabalho em São Paulo. Por volta de 1917, quando cumpria mandato à frente do Centro Industrial do Brasil, partiu dele a proposta de 56 horas semanais como jornada de trabalho e o labor de crianças a partir dos 11 anos de idade. Outro aspecto que também cabe lembrar diz respeito ao trabalho da gestante, pois muito embora Street admitisse uma legislação que a amparasse, insistia em que fossem curtas as licenças de trabalho e se “ensinasse o operário a controlar a natalidade” (MOREIRA: 1988, 30-31).

É preciso ter em mente que durante boa parte da primeira República o patronato industrial de São Paulo se manteve ligado à política hegemônica do situacionista PRP. Mesmo a despeito das divergências no plano das políticas econômicas governamentais em torno da questão tarifária, quando a luta dos industriais por uma tarifa protecionista indicava focos de atritos com os interesses da fração agrária da burguesia, entretanto, longe de qualquer elemento de ruptura estrutural em relação à facção majoritária no bloco dominante do poder burguês²²³. O problema estava no controle do Estado e na orientação de sua política econômica, não parecendo faltar experiência e intuição aos industriais quanto a isso.

Assim, por maiores que fossem as contradições políticas da fração industrial da burguesia com a hegemonia de poder de Estado exercido pela facção agroexportadora, podemos facilmente admitir que a fração industrial se beneficiava da estabilidade social mantida pela oligarquia agrária, que possuía o monopólio do saber fazer política no Brasil. Mas a identidade dos setores dominantes da política brasileira era maior que a sua oposição. Desse ponto de vista, dificilmente se concretizaria qualquer tipo de transgressão do empresariado industrial contra o bloco de poder dominante da burguesia agrária. Uma vez que “o rompimento com uma classe tão poderosa, que não poderia ocorrer sem riscos, reclamava razões imperativas que ainda não haviam amadurecido, se é que algum dia amadureceriam” (VIANNA: 1989, 73).

Dito isso, convém observar que a repressão ao movimento operário em São Paulo apoiava-se no tripé “governantes-polícia-industriais” (MOREIRA: 1988, 32). Entretanto, a adoção da repressão não se configurou apenas como o único método de

²²³ A ideia segundo a qual a burguesia industrial era fraca e não possuía projeto político de poder não explica por inteiro as razões da sua unidade de classe junto ao bloco de poder agrário. Sendo assim, “resulta despropositado e abstrato reclamar da burguesia um projeto revolucionário anti-agrário, negando-lhe, por essa inexistência, consciência de classe, quando a ordem agrária a recebia calidamente e sem constrangimento. Não se trata de negar a contradição entre indústria e os agrários, mas de demonstrar que, em termos de concepção de ordem do Estado, tal contradição não se realizava antagonisticamente” (VIANNA: 1989, 73).

resolver as diferenças trabalhistas com a classe operária. Os empresários também adotaram posturas de cooptação política do operariado, principalmente dos setores mais moderados, ligados aos sindicatos influenciados pela Igreja Católica²²⁴, que se postulavam frontalmente contra as orientações políticas dos anarquistas, inclusive referendando o discurso oficial de expulsão, como mostrava a imprensa diária. A aliança entre patrões e Igreja não passou despercebida aos operários. É muito provável que dessa relação tenha nascido, anos mais tarde, em São Paulo, uma das correntes do moderado sindicalismo de resultados.

Dessa articulação, que visava diretamente o controle social sobre as classes subalternas urbanas, que lutavam por reconhecimento social, revelava-se a convergência de interesses dentro do bloco de poder burguês representados na esfera do Estado. No entanto, apesar da relativa impotência da fração industrial de concretizar seu esquema de controle fabril sobre o operariado, o aparato de Estado, nesse caso, não figurava apenas como uma peça de contingência dos conflitos entre o capital e trabalho. Em essência, constituía-se como a expressão de um padrão de dominação burguesa de dupla articulação, pois fazia com que “vários focos do desenvolvimento econômico pré ou sub-capitalistas” mantivessem, indefinidamente, estruturas sociais, econômicas e políticas “arcaicas ou semi-arcaicas operando como impedimento [...] à valorização do trabalho, à proletarização do trabalhador”. E, além disso, essa articulação impedia que as estruturas econômicas “efetivamente modernas ou modernizadas” ficassem expostas ao “controle societário eficiente”, admitindo que o processo de industrialização continuasse invariavelmente submetido ao velho modelo marcado pelos ciclos econômicos, “tão destrutivos para o desenvolvimento orgânico de uma economia capitalista integrada em escala nacional (FERNANDES: 1975, 306-307).

Em face dos confrontos de classe que vinham ocorrendo e que exigiam da burguesia industrial uma linha clara de atuação, esta buscou estruturar duas linhas de resistência para atuar. De um lado, procurava, por meio da afirmação de que as leis do trabalho, ora sugeridas no debate no Congresso Federal, ora na esfera municipal, constituíam uma ameaça para a realização da acumulação capitalista dos patrões da indústria. E do outro, a defesa intransigente da ortodoxia liberal, “recém abandonada pela oligarquia agrária”, explicitando, não raro, traços do seu projeto de dominação e de

²²⁴ Entidades como o Centro Operário Católico do Brás que, além de sua atuação moderada, combatia politicamente as correntes anarquistas no movimento, endossando o discurso oficial defendido pelo governo, também eram elogiadas pela patronal como exemplo de entidades operárias.

suas concepções no tocante à organização social (VIANNA: 1989, 74). Ambas se complementavam na medida em que o patronato da indústria não via com bons olhos a interferência estatal nas questões trabalhistas que envolviam o capital e trabalho, salvo em momentos de crises provocadas pelos movimentos paredistas.

Nesse sentido, podemos sugerir que surgia daí uma nova consciência de classe da fração industrial da burguesia de São Paulo, que muito se expressou nas tomadas de posição de Jorge Street, Francisco Matarazzo, Roberto Simonsen ou mesmo na atuação do Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de São Paulo (1919), tendo à frente o arauto Octávio Pupo Nogueira, um grande organizador de derrotas operárias, que empregava todos os meios para atingir os objetivos da classe patronal.

Embora os preços dos gêneros de primeira necessidade tenham sofrido uma leve queda durante a primeira metade daquele ano, a disposição de luta do operariado não havia sido abalada com a repressão e as perseguições sofridas após o término da greve geral de 1917. Contudo, com a decisão do Brasil de declarar guerra contra a Alemanha, em 26 de Outubro de 1917, depois de sofrer o quarto torpedeamento de um navio brasileiro por submarinos alemães, sucederam-se comícios de caráter patriótico e demonstrações políticas contra a Alemanha, levando alguns jornais e companhias alemãs a cerrarem as suas portas.

No Rio de Janeiro, atendendo ao pedido do Presidente Venceslau Brás, as lideranças da greve nas fábricas de tecidos retornaram ao trabalho em nome da “pátria estremecida”. Alguns sindicatos se mobilizaram em “batalhões patrióticos” e enviaram seus sócios para as ruas com o fim de angariar fundos para os aliados. Em dezembro de 1917, Rui Barbosa falou aos operários sapateiros cariocas, “estes ingressaram, em massa, no batalhão que tinha o nome *Águia de Haia*. Uma parte do proletariado capitulava, momentaneamente, afogado na onda de patriotismo”. A União dos Tecelões também atendera ao chamado do Palácio do Catete para engrossar os batalhões militares em nome da pátria (BANDEIRA: 1980, 71-72).

Em face da situação aberta com a decretação do estado de sítio, o governo de Venceslau Brás aproveitou para “deportar anarquistas, fechar as uniões de resistência, prender líderes operários e desbaratar as organizações operárias”. As perseguições internas contra turcos, austríacos e alemães se multiplicaram com vexames econômicos, assalto às suas propriedades e quebra-quebra²²⁵. Operários brasileiros

²²⁵ A carestia já tinha um culpado, os alemães. A Associação Comercial do Rio de Janeiro se pronunciou a respeito: “[...] a agitação que vai querendo se produzir em torno da alta dos preços é obra dos agentes

foram duramente castigados com a suspensão da liberdade e “não raro com a própria vida, como se fossem ‘espiões’ e agentes do Kaiser”; o inimigo interno causava mais preocupação do que o inimigo externo (IDEM, *Ibdem*). A formação das linhas de tiro, grupos de patriotas engajados na prática do tiro ao alvo, foi anunciada em grande parte do território nacional, como noticiava a imprensa diária²²⁶.

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, a 11 de Novembro de 1918, uma segunda onda grevista viria a abalar o país até 1921. Entretanto, no ano de 1918 houve certo esfriamento dos movimentos grevistas, embora prosseguissem as greves localizadas e, acima de tudo, o esforço de ampliar e consolidar as organizações operárias iniciado no ano anterior. Ainda em 1918, o movimento operário foi significativamente afetado pela epidemia da gripe espanhola que atingiu grande parte da população, causando milhares de vítimas no Brasil (BATALHA: 2000, 53)²²⁷.

4.4. O Impacto Social da Greve no Debate da Legislação do Trabalho

Ao figurarem como uma questão social, as lutas protagonizadas pelo operariado forçaram um novo entendimento da legislação trabalhista. Nosso objetivo aqui será mostrar a resistência liderada pela fração industrial da burguesia contra a instituição de leis de trabalho; embora não tenha se mostrado resolutamente contra, essa classe se esforçou para adiar ao máximo a adoção de direitos trabalhistas.

Para Pierre Naville, o tempo “tornou-se o elemento fundamental de todas as relações econômicas e sociais. Ele é definitivamente um *objeto*, e ele próprio, nas relações a que nos submetemos, uma *mercadoria*.”²²⁸ É nessa relação entre tempo e trabalho, na qual a teoria econômica busca suas fundamentações para o conceito de produtividade e em

alemaões que procuram induzir o povo à greve parcial e depois à geral, contra os negociantes que têm gêneros nos trapiches” (JONAL DO COMMERCIO: 07/6/1918).

²²⁶ Ver O ESTADO DE S. PAULO: 14/12/1917.

²²⁷ Só no dia 16 de novembro de 1918 foram registrados na capital 2 090 novos casos e 198 óbitos. No dia anterior foram notificados 2 709 infectados e 194 pessoas mortas. Na Capital Federal o surto do “*influenza hespanhola*” foi muito mais grave que São Paulo, os relatórios indicavam que em meados de novembro de 1918, 401 950 cariocas haviam se infectado com o vírus influenza; destes, 14 459 faleceram. O Presidente eleito, Rodrigues Alves, contraiu a gripe e se viu impossibilitado de assumir o poder. Seu Vice Delfim Moreira assumiu a presidência. Mas, na sequência dos fatos, Rodrigues Alves viria a falecer, não assumindo, portanto, o seu segundo mandato, que deveria se estender de 1918-1922. (O ESTADO DE S. PAULO: 15 e 16/11/1918).

²²⁸ NAVILLE, Pierre. “Temps, travail e le loisir” in *Sociologie Du travail*. Octobre/décembre, 1980, v.4, p.443.

que se funda o princípio básico do modo de produção taylorista: *tempo é dinheiro*, frase emprestada da ética protestante e o espírito do capitalismo, de Max Weber²²⁹.

Thompson sugeriu que a interiorização de uma disciplina em relação ao tempo teria ocorrido independentemente da existência de relógios, já que foi somente na segunda metade do século XVII, com o uso do pêndulo, que se conseguiu desenvolver relógios com maior grau de precisão²³⁰. A partir do século XVIII, intensifica-se a ofensiva pela consolidação dessa disciplina de *tempo* em relação ao trabalho, mas isso, conforme assegura Thompson, já faz parte do “conhecido panorama do capitalismo industrial disciplinado”, no qual os novos hábitos de trabalho fundados numa economia de tempo útil já eram parte do imaginário dos trabalhadores. Então, a luta não é mais “contra as horas” como parece ter ocorrido antes, mas “sobre as horas”.²³¹

As longas e cansativas jornadas de trabalho praticadas nas indústrias paulistas em muito contribuíram com o alto índice de acidentes registrados pelo Departamento Estadual do Trabalho (DET). A imprensa diária noticiava semanalmente acidentes nas indústrias, principalmente de trabalhadores menores, como o acidente que vitimou Manuel da Costa, de 13 anos de idade “*quando trabalhava numa officina [...] foi victima de um accidente, soffrendo esmagamento do dedo polegar direito*”. Daí a urgência de uma lei que contribuísse para dar maior proteção aos trabalhadores; já tramitava no Congresso Nacional um novo projeto da Lei do Trabalho, apresentado pelo deputado federal Maximiniano de Figueiredo, na comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, como substitutivo ao projeto número 4^a, de 1912. No Título 4º dos Acidentes de Trabalho, o Artigo 54, do novo código, em tese ficaria assegurado que

Os accidentes de que forem victimas as pessoas occupadas, provisória ou permanentemente, na execução de qualquer dos serviços enumerados no artigo seguinte, quando occorrerem na occasião em consequência, darão direito a uma reparação, a cargo exclusivo do patrão, exceptuados apenas os accidentes internacionaes e os que forem causados por

²²⁹ WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 2004.

²³⁰ THOMPSON, E.P. “Tiempo, disciplina de trabajo y capitalismo industrial” in *Tradicion Revuelta y Consciencia de classe*, Ed. Critica, Barcelona, 1979, p. 242.

²³¹ Os trabalhadores haviam assimilado essa nova economia do tempo na medida em que “A primeira geração de trabalhadores fabris (afirma Thompson) foi ensinada por seus patrões sobre a importância do tempo; a segunda geração formou seus comitês de jornada curta no movimento pelas dez horas; a terceira geração fez greve por hora extra ou jornada e meia. Tinham aprendido bem demais a lição de que o tempo é dinheiro.” (IDEM: *Ibidem*, 86). Em São Paulo, as lutas pela redução do tempo de trabalho datam da primeira década do século XX, quando o movimento operário em várias oportunidades protagonizou dezenas de greves, tentando, dentre outros pedidos reclamados, a jornada de 8 horas de trabalho: 1906, 1907 e 1912.

força maior, ou por delicto, imputável quer a victima, quer a um estranho (*JORNAL DO COMMERCIO*: 15/10/1917).

Contudo, as tentativas do bloco hegemônico do poder oligárquico de implantar um Código Nacional do Trabalho que reparasse a carência de leis nas relações de trabalho, encontram, apesar de consultados em sessões parlamentares, tenaz resistência dos industriais. O marco simbólico das discussões mais sistemáticas na Câmara em relação aos diversos aspectos das condições do trabalho operário, sobretudo aqueles apresentados pelo deputado Maurício de Lacerda, defensor das causas de interesse do operariado, concentrou-se no mês de julho de 1917.

O impacto social atingido pela greve forçou o debate parlamentar. Lacerda apresentou o Projeto nº 119 de 11/7/1917, que visava estabelecer a jornada de 8 horas de trabalho; o de nº 125 de 16/7/1917, de regulamentação do trabalho feminino; outro para a problemática questão dos menores, nº 135 de 24/8/1917; o de nº 136 de 23/7/1917 para criação de creches em firmas com mais de 10 operários. E, por último, um projeto que buscava criar Comissões de Conciliação e Conselhos de Arbitragem visando futuros conflitos, por meio do projeto nº 137 de 18/7/1917 (GOMES: 1979, 65)

Todos os projetos apresentados pelo deputado Maurício de Lacerda estavam respaldados na ação regulamentadora e fiscalizadora de um Departamento Nacional do Trabalho, cuja criação fazia parte das sugestões do próprio deputado, por meio do Projeto nº 44 de 1917. Além disso, encontrava-se em 3ª discussão o Projeto nº 273 A, de 1915, elaborado pelo Senado, que propunha regular a responsabilidade dos patrões na reparação dos acidentes de trabalho (IDEM: IBDEM).

Até 1917, as poucas entidades que reuniam o patronato da indústria não se encontravam à altura das exigências²³² de apresentarem projetos alternativos seus àqueles discutidos no Congresso Nacional. Apesar de o Centro do Comércio e Indústria de São Paulo existir também como órgão de representação dos empresários industriais, dá a medida das aspirações, “*sem desdenharem das vantagens que lhes advem de serem*

²³² A plataforma sugerida para a fundação de uma nova entidade de exclusiva representação industrial informava alguns pontos como: a) defender perante os poderes constituídos, municipais, estaduais e federais, medidas de interesse do comércio e indústria b) promover reuniões de sócios interessados em concordatas e falências para, em comum, resolverem questões de direito c) resolver divergências entre sócios de firmas, por meio de arbitragem ou não, segundo regimento interno d) promover a realização de exposições e feiras (*JORNAL DO COMERCIO*: 27/7/1917). Como se pode notar, as causas estavam votadas para questões específicas. As questões de abrangência social não figuravam na proposta da entidade patronal.

sócios do referido “Centro”, uma associação que seja exclusivamente de classe, restricta aos interesses industriaes em todas as suas modalidade entre associados” (IDEM: 27/7/1917).

Na greve geral de 1917 não houve, da parte da Associação Comercial de São Paulo, nenhuma atitude no sentido de atribuir um caráter organizativo em relação ao posicionamento fragmentado, aduzido pelos patrões industriais. Essa entidade, embora representasse esse setor, também defendia os interesses do setor da burguesia comercial de importação e exportação. Dado o seu caráter de agrupar segmentos diferentes da burguesia, expôs suas limitações no sentido de assumir uma autêntica posição de entidade de classe na zona conflitante das disputas sociais envolvendo o segmento dos industriais.

Em contraste com os operários que desde 1901 vinham se organizando em ligas de resistência, sindicatos e associações com a finalidade de defenderem seus interesses²³³, foi somente a partir de 1917 que o patronato industrial paulista despertou para a necessidade de construir entidades organizativas mais fortes, capazes de resistir às pressões do operariado, que se via cada ano mais combativo. Como já vimos, a Associação Comercial de São Paulo era uma entidade que não expressava por inteiro os interesses específicos dos industriais, sobretudo nas questões trabalhistas que, notadamente, naquele momento, constituíram-se como um importante ponto conflitante para fração industrial da burguesia paulista. Sem tardança, os representantes das indústrias têxteis foram aqueles que primeiro saíram na frente, constituindo uma entidade afeita aos seus interesses de grupo específico. Em 1919, em meio a novos levantes grevistas, foi criado o Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de São Paulo (CIFT-SP), embrião do Centro Industrial do Estado de São Paulo (CIESP), criada em 1928 (LOPREATO: 2000, 201).

Convém lembrar que, no caso brasileiro, a diversidade das associações criadas pelo proletariado urbano de São Paulo, e dos movimentos grevistas que marcaram as duas primeiras décadas do século XX, impulsionou, em grande medida,

²³³ Marisa Saez Leme registrou mais de 368 entidades operárias no Brasil. Em São Paulo, dentre as dezenas de entidades que existiam, algumas eram bem recorrentes nas páginas da imprensa diária: Liga dos Manipuladores de Pão, União dos Sapateiros, União dos Operários de Fábricas de Doces e Anexos, União dos Oficiais de Barbeiros, União dos Chapeleiros, Federação Operária de São Paulo, União dos Metalúrgicos, União dos Alfaiates e Cerâmicos, Liga dos Ferroviários, União Operária da Barra Funda, Liga Operária da Construção Civil, União dos Trabalhadores Gráficos, União do Tecelões, União Geral dos Operários de Fiação e Tecelagem. Além das combativas Ligas Operárias da Mooca, Belenzinho, Bom Retiro e Lapa, dentre outras.

uma tomada de posição de maior coesão por meio da criação de entidades patronais. Sendo assim,

No transcorrer da década de 1920, o patronato aumenta o número das suas organizações por setor. A formação de uma entidade de classe industrial geralmente visava à defesa dos interesses econômicos mais imediatos do setor industrial nela congregado. Entretanto, a necessidade de união do empresariado frente aos operários em greve é outro motivo forte de que resulta a criação de muitas associações patronais (LEME: 1978, 10).

A partir de 1919, os desdobramentos políticos da Greve e as pressões por parte do Estado para que o país tivesse uma legislação social para regular as relações entre capital e trabalho, demanda que atraiu a intervenção até então inexistente do Estado no mercado de trabalho, geraram descontentamento junto ao patronato industrial de São Paulo, “servindo de estímulo para uma melhor articulação dos industriais entre si”.

Desse modo, no mês de setembro de 1917, seguindo a dinâmica dos debates que se realizavam no Congresso Nacional sobre os projetos que visavam um Código de Trabalho, industriais de São Paulo, sob orientação de Jorge Street, presidente do Centro Industrial do Brasil, reuniram-se na sede da Associação Comercial de São Paulo para discutir assuntos sobre a legislação trabalhista. Formou-se uma comissão para discutir com o Presidente do Estado, Altino Arantes, as suas preocupações quanto ao debate na Câmara, e solicitar sua interferência junto à bancada de deputados paulistas (LOPREATO: 2000, 202).

A burguesia industrial começava a conceder a devida atenção às questões trabalhistas. Logo, ela se viu obrigada a abordar temas de interesse do trabalhador, começando a construir certa coesão de pensamento no sentido da adoção de uma legislação mínima de proteção trabalhista, o que em regra não passou de intenções²³⁴.

As disputas políticas com o movimento operário haviam atingido outra condição, diferente da surrada visão de que os trabalhadores eram apenas “um caso de polícia”. O Estado acenou para uma nova compreensão dessa questão, intervindo diretamente no processo de elaboração de um código trabalhista que ajudasse a reduzir

²³⁴ Desde 1917 se discutia na Câmara uma lei para acidentes de trabalho, contudo, a resistência oferecida pela representação patronal foi persistente na Câmara Federal: “Falando na Camara o ‘leader’ da maioria, Sr. Antonio Carlos, sustentou uma doutrina indiscutivelmente justa: o Governo não pode intervir, subsidiando directamente as victimas do trabalho, mas o Congresso deve approvar leis que protejam os interesses dos trabalhadores, porque elles são também os da nação” (JORNAL DO COMMERCIO: 26/7/1917).

as tensões sociais oriundas do descontentamento do proletariado nos grandes núcleos urbano-industriais do país. As disputas de classe haviam se estendido para a superestrutura do poder político-parlamentar de Estado.

Os representantes que legislavam em nome do operariado do setor trabalhista da Câmara eram liderados por Maurício de Lacerda, Nicanor Nascimento e Deodato Maia, que forçavam a mediação dos embates trabalhistas na Câmara Federal por parte do Estado. E como agentes, teriam a função de solucionar as tensões existentes entre capital e trabalho, e transferir do espaço fabril e dos bairros operários os conflitos mais sérios.

A prisão e expulsão de militantes defensores do ideário anarquista, visando o “restabelecimento da ordem”, na visão das autoridades, seriam exatamente para “proteger” a própria classe operária dos elementos subversivos que a impediam de defender os seus interesses livremente. Nos conflitos trabalhistas, a postura do Estado era sempre de pedir à Câmara que se apressasse na adoção de leis que ratificassem os princípios da legislação social adotados pela Conferência de Paz, o que levou Cristina Hebling Campos a observar que,

De uns anos para cá a historiografia conseguiu superar os limites do discurso oficial que divulgava a idéia de um Estado doador e mesmo antecipador da legislação trabalhista, resgatando os sinais de protesto dos operários. Resta ainda fazer a genealogia da atuação do Estado que tentava articular ensaios de proteção e paternalismo em relação ao operariado no sentido de canalizar a luta de classes em formas institucionais administradas por ele, já bem antes de 1930 (CAMPOS: 1991, 65).

Contudo, a despeito da forte reação das autoridades em São Paulo, a vitória ficou com o operariado, e isso se refletirá no crescimento da sua organização sindical. Em contrapartida, essa característica que visava à organização de classe também se expressou entre os industriais, particularmente no segmento ligado ao poderoso setor têxtil e metalúrgico, criando e aperfeiçoando instrumentos comuns para enfrentar o inimigo organizado em entidades combativas, os operários.

Por conseguinte, os trabalhadores irão gradualmente se organizando no domínio do sindicato em detrimento das organizações de bairro. O movimento grevista de 1917 representou na história da Primeira República a importância social do proletariado urbano. Mas isso só foi possível com a irrupção das lutas na arena social, não só na radical demonstração de força mobilizadora no Estado de São Paulo, mas nas principais capitais em que já existiam núcleos urbanos industriais: Capital Federal,

Recife, Porto Alegre etc.

Tornava-se imperiosa aos industriais a articulação de classe, que, por meio de suas entidades associativas, atuaria pressionando as comissões da Câmara de Deputados, até a colaboração oficial em comissões legislativas, interferindo no curso das tomadas de decisões e na elaboração de leis²³⁵. Cumpre observar que na medida em que as pressões iam aumentando em direção das leis de proteção ao trabalho, o patronato industrial enxergou que era necessário avançar na sua extensão organizativa de classe. A luta pela sua coesão e consequentemente a unidade de pensamento se constituíam como premissas urgentes da classe dos industriais para enfrentar os novos desafios colocados com a entrada em cena do operariado urbano.

4.5. Maio de 1919: Novo Patamar Organizativo dos Industriais

Em 1919, os industriais já possuíam uma formulação própria em termos organizativos. Os avanços obtidos na arena das lutas contra os operários foram significativos. A partir da greve de maio, queremos mostrar neste tópico como isso foi possível.

Em 1919, a cidade de São Paulo voltou a ser sacudida pelas agitações operárias. O movimento operário sinalizou com a retomada das greves, agora, todavia, precisando enfrentar um patronato mais organizado e com relações mais estreitas com a polícia e todo o seu aparato de coerção repressiva. Além disso, os patrões da indústria estreitaram seus laços de classe, criando novas entidades patronais, a exemplo do Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de São Paulo (CIFTSP), a primeira grande iniciativa de criação de um representativo “sindicato patronal” em São Paulo, convergindo para a esfera de sua atuação os interesses de classe dos representantes do capital industrial de São Paulo. Tendo em conta o limitado alcance de atuação do Centro Industrial do

²³⁵ O Centro dos industriais de Fiação e Tecelagem de São Paulo, a Associação dos Industriais e Comerciantes Gráficos, o Centro dos Industriais de Papel do Estado de São Paulo, a Associação dos Industriais Metalúrgicos, o Centro do Comércio e Indústria de Madeiras de São Paulo, o Centro dos Industriais de Calçados de São Paulo, a Liga dos Industriais e Comerciantes de Couros, o Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem de Algodão (Rio de Janeiro) e o Centro Industrial do Brasil uniram-se para se contrapor à legislação elaborada e aquela em via de elaboração: Lei de férias, Código do menor. Por conseguinte, a legislação sobre acidentes de trabalho, promulgada em 1919, entra em estudos para reformulação (LEME: n1978, 115). Apesar de discutir e sugerir emendas aos textos elaborados pela Câmara Federal, o patronato industrial, na prática, demonstrou resistência a qualquer intervenção do Estado que afetasse a cartilha do liberalismo nas relações do capital e trabalho, adotando uma postura conservadora no reconhecimento dos mínimos direitos trabalhistas.

Brasil fora do Rio de Janeiro, que intermediava esporadicamente encaminhamentos ligados aos propósitos econômicos do empresariado paulista junto ao Estado²³⁶.

A criação do CIFTSP cumprirá importante papel na articulação política do núcleo empresarial mais importante de São Paulo, representando diretamente os interesses empresariais da área têxtil. As suas circulares nos fornecem inúmeros exemplos do grau de coesão e capacidade de aglutinação de seus integrantes, que extrapolava os limites dos quadros associativos, chegando à esfera do poder público. Discutiam-se os mais variados assuntos ligados à sua atuação econômica e política. Ao longo dessas discussões, que transbordavam de longe o nível do controle e da organização da empresa, forjava-se a capacidade da classe de fazer face com eficácia ao movimento operário do CIFTSP.

O tratamento dado à questão operária, em essência, baseou-se, como já foi dito aqui, na articulação das formas de controle e de repressão sobre a força de trabalho, contudo, agora sob a orientação centralizada do CIFT. A atuação política do CIFT se mostrou eficiente para construir mecanismos capazes de realizar a exclusão do meio operário dos “maus elementos”. A Associação dos industriais das fábricas de tecidos foi criada em outubro de 1919 e dela faziam parte as principais empresas do setor têxtil. Transformou-se rapidamente na porta-voz das grandes empresas do ramo da tecelagem, aliás, nas que mais havia concentração de operários apresentando uma média de 987, 7 dum total de trinta empresas fabris. A *Circular* do CIFT de 26/1/1925 indica que, somente no setor têxtil algodoeiro, a ocupação alcançava aproximadamente o número de 38.000 operários em 1925.

A estratégia dessa organização foi a defesa dos interesses dos industriais têxteis após as greves gerais de 1917 e 1919. Destacou-se nas atividades de controle e repressão do operariado. Semanas depois do encerramento do movimento grevista de julho de 1917, os industriais ligados ao ramo metalúrgico se reuniram para deliberar a criação de uma entidade que os articulasse frente ao operariado. Daí nasceu a Associação Paulista das Indústrias Mecânicas e Metalúrgicas e, mais tarde, em março de 1920, já se postulava como uma clara referência na orientação da patronal metalúrgica frente às organizações operárias, como mostraremos a seguir.

²³⁶ O alcance de atuação do CIB em São Paulo foi pontual, mas existiu: “O Centro Industrial do Brasil dirigiu ao Sr. Abdenago Alves, Diretor da Receita Pública, o seguinte officio: O Centro Industrial do Brasil, a pedido de consórcios seus, fabricantes de fitas em S. Paulo, vem solicitarvos que lhe informeis sobre qual a justa interpretação a dar às disposições relativas ao imposto de consumo sobre fitas mixtas de seda e algodão” (JORNAL DO COMMERCIO: 05/4/1917).

O empresariado decide unir-se e tomar decisões conjuntas mais sistemáticas e eficazes, face às crescentes mobilizações do movimento operário. Não é mero acaso que a década de 1920 tenha assistido ao fortalecimento do patronato industrial, cada vez mais articulado com as forças repressivas do Estado, e a questão social tenha começado a ocupar um espaço progressivamente maior no conjunto de suas preocupações. O operariado descobre a sua força de mobilização enquanto os patrões e o governo adotam mecanismos mais eficazes para contê-la. Ou seja, as primeiras medidas da regulamentação trabalhista nasceram proporcionalmente ao aumento da repressão policial sobre a classe operária. Outra tática empregada no tocante à resistência patronal ao operariado contou, em alguns casos, com o seguinte expediente:

[...] as iniciativas de criação de entidades de defesa dos interesses do proletariado, tomadas por ele próprio, são absorvidas pelos industriais, apropriadas e devolvidas reformisticamente sob a forma de ‘benefícios’, como no caso da Liga Operária dos Ferrovários da Cia. Paulista. Dirigida pela empresa. Do mesmo modo, a Associação Protetora da Família dos Empregados da Cia., também fundada por ferroviários, é assumida pela cúpula diretora da empresa, logo em seguida; as cooperativas de consumo organizadas pelos trabalhadores desta mesma empresa, em 1902, também são rapidamente apropriadas pelos patrões e devolvidas na forma de medidas protetoras pelos empresários para defender seus empregados. (RAGO: 1985, 33).

Os avanços na organização do empresariado industrial em entidades de representação de classe convergiram para laços mais próximos de vínculos sociais de classe. A inauguração de uma “luxuosa tabacaria” a 14 de abril de 1917, no centro velho de São Paulo, atesta a existência de espaços de convívio e de encontros sociais da elite paulista que surgiram com o rápido processo de urbanização da cidade. Ocasão de pompa que reuniu a nata da burguesia paulista para trocar experiências em seus devidos campo de atuação, e apreciar as benesses conferidas àqueles que podiam desfrutar do “discreto chame da burguesia”: homens de negócios, bancários, industriais, políticos, representantes estrangeiros, jornalistas e figuras da alta sociedade paulistana. Tudo era elogio: *“inaugurou hontem, no prédio em que esteve outrora o “Iris Cinema”, à rua 15 de Novembro, uma casa de venda dos seus productos que é um verdadeiro primor, tal o fino gosto que preside a sua confecção”* (JORNAL DO COMMERCIO: 15/4/1917).

A notícia ocupou as páginas de diversos jornais da capital pela importância de um ponto de encontro dos representantes da burguesia de São Paulo, chama a atenção a lista dos participantes: comendador Pinotti Gamba, Rodolpho Crespi, Nicola Pugliesi, comendador Caetano Pepe, H. Siciliano, Vicente Frontine, diretor da Banca

Francesa e Italiana, José Falchi, F. Holb, pelo London Brazilian Bank, representantes das indústrias Matarazzo, o Cônsul da Itália; a lista é numerosa e refletia a importância social do evento. O requinte da tabacaria foi descrita da seguinte maneira, “*De bom efeito são os vitraes polychromos das divisões da directoria e do caixa, que obedece ao mesmo gosto artístico do conjunto [...] nas duas grandes vitrines que constituem, com o “plafond” e a bandeira de ligação, uma entrada de rara imponência*” (O ESTADO DE S. PAULO: 15/4/1917).

As reuniões de encontro que aproximavam os laços de intimidade na esfera dos segmentos burgueses de São Paulo retratam bem o grau de coesão social que começava a existir entre os pares da elite política e econômica de São Paulo. As famílias tradicionais paulistas abriram as suas portas para a nova elite industrial de origem estrangeira em ascensão econômica e vice-versa: “Na Villa Matarazzo”. *Na esplendida residência do Sr. Comendador Matarazzo, à Avenida Paulista, foi oferecido às 16 horas e meia um fino chá, a fim de celebrar a data nacional italiana e a inauguração da Casa de Saúde*”. A descrição do evento nos conta ainda que a Villa Matarazzo achava-se ornamentada com fino gosto, além dos seus salões serem brindados com um aristocrático serviço de mesa. A lista de participantes não é pequena: Dr. Altino Arantes (Presidente de São Paulo), D. Duarte Leopoldo, Oscar Rodrigues Alves (filho do ex. Presidente Rodrigues Alves), Dr. Cardoso de Almeida (Sec. da Fazenda), Dr. Eloy Chaves (Sec. da Justiça), General Luis Barbedo, Senhora Puglisi Carbone, Dr. Washington Luis (sucessor de Altino Arantes), Dr. Carlos Seidi, Dr. Freitas Valle, Dr. Angelo Pinheiro Machado (político renomado em São Paulo e Rio Grande do Sul), Dr. Carlos de Campo, Sr. Rodolpho Miranda (ligado ao capital bancário), Barão de Duprat, Nicola Puglisi Carbone (industrial e banqueiro), Conde Dall’Aste Brandolini, Dr. Antonio Lobo. A lista abrangia “outras mesas de representantes do nosso mundo official e da [nata] italiana, políticos e jornalistas”. O brinde com ‘champagne’ foi proposto aos convivas pelo Comendador Ermelino Matarazzo, anfitrião do encontro, ao Presidente de São Paulo, Altino Arantes. E mais, a distinção do evento pedia música orquestral ao vivo, “*uma orchestra sob a direção do Maestro Alferio Mignone, executou um bello programa*” (JONAL DO COMMERCIO: 04/6/1917).

Em meio à pompa de borbulhantes brindes com champanha, da suave sonata interpretada pelo maestro Mignone, dos ares perfumados vindos dos jardins do Parque Trianon, emanava uma sublime atmosfera do mais alto sentimento de conforto. Longe dali, na antiga várzea alagada do Tamanduateí, frequentemente infestadas de miasmas,

os enfumaçados bairros fabris do Brás, Mooca e Belenzinho, aguardavam sem paciência melhores dias, evocando os conflitos sociais urbanos como o último recurso da dignidade humana.

A construção de novas entidades possibilitou maior dinamismo das decisões, mas a organização dos empresários industriais nacionalmente ainda era muito limitada. Não havia nenhum órgão que representasse o empresariado industrial brasileiro. A atuação conjunta dos industriais se realizava somente no plano regional de cada estado, uma vez que se encontravam mais integrados à fração dominante da burguesia agrária local do que propriamente aos representantes de outros estados. Careciam, efetivamente, de uma visão mais global dos problemas enfrentados pelo crescimento da indústria brasileira²³⁷.

A indústria crescia, e a ampliação da capacidade produtiva seria ainda favorecida pela recuperação dos preços internacionais do café em 1919, e também da melhoria da capacidade de importação, possibilitando a conversão dos lucros em equipamentos e acessórios industriais. A expansão da capacidade produtiva no setor têxtil, entre 1915 e 1919, representou uma média anual de 1.147 toneladas de equipamentos importados. Mas entre 1920 e 1925, a média anual saltou para 4.107 toneladas, registrando um crescimento de 35, 8% em relação ao período anterior²³⁸. A despeito do aumento da capacidade produtiva registrada no setor industrial, esta não encontrava condições de realização devido aos elevados preços dos tecidos, praticados pelos empresários do setor. Em virtude disso, a diretoria do CIFT propõe aos seus associados a limitação da produção visando manter os preços dos tecidos estáveis (RIBEIRO: 1988, 77).

Em contrapartida, as fábricas de menor porte, cuja produção era pequena, resistiram e não aderiram à proposta encaminhada pelos grandes produtores industriais do ramo têxtil, alegando não possuírem estoques e que a sua produção, como era pequena, tinha imediata necessidade de colocação no mercado. O gerente do CIFT afirmava que essas eram “empresas que vivem o *au jour-le-jour*” não podendo,

²³⁷ De 1913 a 1917 foram criados, só no Estado de São Paulo, 323 novos estabelecimentos industriais, representando um capital 14.087:624\$000 contos. O setor calçadista abriu 21 novas fábricas, no setor têxtil foram sete novas empresas e mais três fábricas de chapéus (*JORNAL DO COMMERCIO*: 09/7/1918).

²³⁸ Segundo Wilson Suzigan, “O surto de industrialização no estado prosseguiu com o gradual aumento da produção até 1923, após o que teria seu ritmo freado por acontecimentos alheios ao fenômeno, como foi o caso do acontecimento revolucionário de 1924 e a crise energética que durou até 1926” (“A Industrialização de São Paulo” in *Revista Brasileira de Economia*: Rio de Janeiro, nº 25, abr./jun. 1971 , p.93).

portanto, quebrar o seu ritmo de produção sem abalar os seus recursos. Contudo, a grande maioria das empresas do setor concordou com a adoção da medida proposta pelo CIFT, menos a Fábrica Mariângela (grupo Matarazzo) e a Fábrica São Martinho. A recusa de participar em comum acordo com os outros associados da deliberação do Centro proporcionou acalorada discussão, devido ao fato de que a fábrica que se negava a aceitar a medida tinha como proprietário o próprio presidente do CIFT, ou seja, o próprio Francisco Matarazzo. A polêmica travada na assembleia do CIFT, “iniciada pela não adesão da fábrica do presidente do Centro à redução dos dias de trabalho, terminou no questionamento da própria função que cabia à entidade dos industriais” (CIFT-SP: Circular de 07/7/1926, Apud RIBEIRO: 1988, 78).

Matarazzo expressou-se no receio de que a atuação do CIFT extrapolasse para deliberações de questões que interferissem na organização produtiva do trabalho dentro das empresas. Nesse sentido, defendia limites claros para a atuação do Centro junto aos seus membros: *“As associações de classe são formadas para defender interesses gerais e não para se imiscuírem na vida econômica dos seus membros. [...] ninguém irá sacrificar interesses privados, por espírito de classe”*. No entendimento de Matarazzo, a preocupação maior do Centro tinha que estar restrita às *“questões operárias”*, pois sobre estas é que *“o espírito de classe”* deve alicerçar-se e nunca sobre a *“vida econômica dos associados”*, uma vez que *“cada qual tem suas necessidades e as necessidades de um não são idênticas às necessidades do outro”* (CIFT-SP, Ata da Assembleia-Geral Extraordinária: 6/7/1926, Apud IDEM, 80). As divergências de Matarazzo com os outros industriais levaram-no a se desligar do Centro e a desfiliar-se de suas empresas, pedindo baixa do cargo em 1926.

Mesmo abrigados em entidades representativas como o CIFT, setores do empresariado paulista não admitiam interferência de classe nas orientações particulares de cada fábrica. Todavia, a formação de uma nova atmosfera de agitação grevista em São Paulo, no primeiro semestre de 1919, aumentou a tendência de se constituir uma ação unitária contra a luta do operariado e de suas organizações. As celebrações do 1º de Maio de 1919, reunindo dezenas de milhares de trabalhadores no eixo Rio – São Paulo, indicavam o grau de mobilização do movimento operário. O raio iria cair novamente no mesmo local. Em São Paulo eclode, logo depois do primeiro de maio, uma greve envolvendo várias fábricas, que se estenderia até o mês de junho.

A tão sonhada jornada de oito horas de trabalho irá figurar na pauta de reivindicações como uma das principais exigências do movimento dirigida aos patrões

da indústria. Vinha acompanhada de outras: descanso semanal, equiparação salarial entre homens e mulheres, reconhecimento do direito de organização e expressão dos trabalhadores e redução dos gêneros de primeira necessidade. Apesar da repressão desencadeada pelo Estado, o movimento prosseguiu até obter, conforme assinalou Cláudio Batalha, “acordos favoráveis na maioria das fábricas” (BATALHA: 2000, 54).

No dia 2 de maio, na fábrica Matarazzo, localizada no bairro do Brás, um operário levantou uma acusação contra o mestre-geral que o perseguia por ter ele discursado no comício do 1º de maio. Depois de uma ríspida discussão, o operário foi despedido. O estopim da nova onda grevista estava sendo gestado ali mesmo no Brás, exatamente na fábrica em que, ao findar da greve geral de 1917, o todo poderoso Francisco Matarazzo propôs a formação de comissões conjuntas de representantes dos operários e dos patrões, o intuito era criar um ambiente “cordial” entre as duas partes quando aparecessem focos de conflitos como aquele que estava se dando na Tecelagem Mariângela. Entretanto, a realidade da luta de classes foi mais dinâmica, muitos operários em solidariedade ao ocorrido saíram pelas ruas do Brás incitando os trabalhadores de outros estabelecimentos industriais a lhes seguirem o exemplo;

Logo depois, por todas as ruas do populoso bairro, se viam grupos de velhos, rapazes, mulheres e crianças que se recusavam a voltar ao trabalho das fábricas. Outros grupos foram aliciar adeptos às fábricas do sr. Rodolpho Crespi e outros dos bairros do Braz, S. Caetano, Moóca, de sorte que, pouco depois do meio-dia, era já enorme o número dos grevistas. Quando se dirigiam ao Cambuci, alguns dos referidos grupos tentaram penetrar na estação da Moóca, da Estrada de Ferro Ingleza, com o fim de ali buscar adesões, assim como quizeram invadir os estabelecimentos fabris que encontraram no trajeto. Inteirada do caso a polícia, compareceram, acompanhados de seus escrivães, o dr. Bandeira de Mello, delegado do Braz, e o dr. Castelar Gustavo, delegado da Moóca, contra os quaes alguns dos mais exaltados jogaram pedras e lançaram no chão bombas...foguetes [...] foram pedidos soldados, comparecendo um contingente de infantaria que fez dispersar os grevistas (*O ESTADO DE S.PAULO*: 03/5/1919).

A propaganda e a agitação operária se alastraram pelas ruas dos bairros operários do Brás, Mooca, Cambuci, Bom Retiro, Lapa, Osasco, São Caetano e Santana. E no final do dia cerca de 10 mil operários já estavam em greve, enquanto a pauta de reivindicações passava a ser redigida: 1) o dia de oito horas de trabalho, mas de tal modo que os salários correspondessem aos que recebiam pelas 10 e 11 horas de trabalho por dia; 2) barateamento dos gêneros alimentícios; 3) reconhecimento por parte dos poderes públicos das associações operárias; 4) barateamento dos aluguéis das casas; 5) liberdade a todos os trabalhadores presos em virtude da atual greve; 6) abolição do trabalho dos menores de 14 anos e do trabalho noturno das mulheres; 7)

estabelecimento de um salário mínimo baseado no índice do custo de vida; 8) medidas para impedir a adulteração e falsificação dos gêneros alimentícios; 9) equiparação dos salários das mulheres aos dos homens no trabalho idêntico (IDEM, Ibidem).

No final da tarde do dia seguinte (03/5/1919), todos os delegados distritais se reuniram na sede da Polícia Central, enquanto que o delegado Alonso Guimarães seguia para Osasco com uma força de infantaria. A diretoria do “comitê operário” que se constituiu na capital a fim de promover as comemorações do 1º de Maio, informou à imprensa “*que é absolutamente alheia ao movimento paredista*” (Ibidem). A propósito da deflagração do movimento grevista, *O Estado de S. Paulo* publicou a declaração de um antigo industrial, Luiz M. Pinto de Queiroz, que demonstrava preocupação com os acontecimentos daquele momento, procurando defender uma solução “harmônica” para os antagonismos das relações entre patrões e operários, é digna de nota e intitula-se: “O Capital e o Trabalho”:

Quem quer que leia os telegramas diariamente publicados nos jornais fica, naturalmente, impressionado [com o avanço] progressivo do movimento grevista no mundo inteiro, o qual se estende a quase todos os ramos da atividade humana e contribui poderosamente para o advento desse tétrico fantasma “da fome mundial”, a que se referem as profecias bíblicas. A que é devido este descontentamento da classe operária mundial? Qual a causa desse “bolchevismo” que, da Rússia, se espalha por quase todos os centros industriais do mundo? Como explicar esse mal estar geral, essa inquietação que atinge todas as nações? A resposta é fácil e está na consciência de todos. Entretanto, esses dois elementos, apesar de viverem em contínua luta, são os grandes fatores do progresso universal e deviam caminhar paralelamente, de mãos dadas, e não em linhas tortuosas e divergentes como de ordinário o fazem. O capital e o trabalho, conjuntamente, desbravam o terreno, preparam-no e nele lançam a semente: no momento, porém, de fazerem a colheita, em vez de dividirem igualmente o fruto, um deles – o capital chama a si o maior quinhão! Fazer a repartição equitativa dessa colheita é combater o eterno conflito entre capital e trabalho, e é achar a chave desse magno problema que tanto interessa a paz da humanidade. Vejamos como fazer essa repartição e como conciliar esses interesses adversos. O operário, que personifica o Trabalho, não se pode manter e produzir todo seu esforço sem o salário, que lhe dá o alimento e o agasalho; por sua vez, o Capital, para se conservar em toda a sua integridade, precisa do juro, que é o seu salário. Nestas condições, podemos estabelecer a seguinte equação: o Trabalho está para o salário, como o capital para o juro (*O ESTADO DE S. PAULO*: 03/5/1919).

Apesar de reconhecer a natureza conflituosa e antagônica das relações entre patrões e empregados, Luis M. P. de Queiroz defende a ideia de que para a realização do progresso social era preciso harmonizar as relações no mundo do trabalho, com uma melhor divisão da “colheita” produzida pelo esforço de “ambos os grupos”, evitando, desse modo, a propagação do vírus do “bolchevismo”. É evidente que há um nítido

esforço da parte de Queiroz no sentido de alertar a burguesia quanto à possibilidade de o movimento operário brasileiro viesse a ser contaminado pelo ânimo revolucionário aberto com a Revolução Russa de 1917. Isso indica que as lições da última greve geral ainda estavam sendo tiradas e muito preocupavam.

A greve de julho em São Paulo representou, nesse caso, um marco significativo das tensões sociais nos primeiros decênios do século XX, que nela projetaram expressões de violência e até mesmo traços da luta revolucionária, a exemplo da organização de barricadas, enfrentamentos armados com as forças de segurança do Estado, apelo à adesão de soldados, saques generalizados etc. Logo, o grau de preocupação apresentado por Luiz Pinto de Queiroz, e de certo modo a própria noção de lucro dos industriais de então, estavam contidos, segundo ele, no manifesto da Comissão de Imprensa, que procurou conciliar as partes conflitantes. Era preciso procurar aplainar “os excessos de intransigências” de ambos os lados, apontando atitudes irracionais no concerto recíproco de empresários e empregados; irracionalidades que estavam trazendo riscos para a tessitura da ordem social e ultrapassando os limites do controle pelos adversários em confronto.

Conforme Sidney Tarrow, que procurou caracterizar o conceito de *movimento* como uma ação coletiva,

O ato irreduzível que está na base de todos os movimentos sociais, protestos e revoluções é a *ação coletiva de confronto*. A ação coletiva pode assumir muitas formas, breve ou sustentada, institucionalizada ou disruptiva, monótona ou dramática. A maioria delas ocorre no interior de instituições, através de grupos constituídos que agem em nome de objetivos que dificilmente causariam estranheza. A ação coletiva torna-se de confronto quando é empregada por pessoas que não têm acesso regular às instituições, que agem em nome de exigências novas ou não atendidas e que se comportam de maneira que fundamentalmente desafia os outros ou as autoridades (TARROW: 2009, 19).

Para Tarrow, a ação coletiva de confronto se situa como a base dos movimentos sociais não por guardarem sempre uma atitude violenta ou seguir o caminho dos extremos, mas porque é o principal e quase sempre o único recurso que as classes subalternas reúnem contra adversários mais bem equipados. Contudo, isso não quer dizer que os movimentos não se interessam por outras coisas senão confrontar: “eles formam organizações, elaboram ideologias, socializam e mobilizam seus

membros, e estes se engajam em auto-desenvolvimento e na construção de identidades coletivas” (IDEM, Ibidem)²³⁹.

Os grevistas acabaram apresentando praticamente as mesmas reivindicações de Julho de 1917, com alguns acréscimos, como a igualdade nos salários das mulheres e dos homens e o estabelecimento de um salário mínimo. Na medida em que o movimento foi ganhando fôlego, as negociações se detiveram em dois itens: a jornada de oito horas de trabalho e o aumento de 20% dos salários. A pasta da Secretaria da Justiça, outrora nas mãos de Eloy Chaves, passara para as mãos de Herculano de Freitas que, como Eloy Chaves, considerava justa a concessão dos 20% de aumento nos salários do operariado fabril. O grau de miséria particular do proletariado urbano se exprime, entre outras coisas, na condição de um trabalhador enfermo sem amparo nenhum noticiado pela imprensa e aqui tomado como exemplo:

Há tempos, chamada a assistência Policial para socorrer o operário João Baema, que se achava enfermo em sua casa na Villa dos Hespanhões, estrada do Carandiru, não chegaram a tempo os socorros tardiamente requisitados vindo o doente a falecer, deixando mulher e sete filhos. Verificada a situação de extrema penúria em que ficara a família do extinto, condoendo-se da sua sorte miserada, os ‘chauffeurs’ da Assistencia, num movimento de caridade que muito os recommenda, iniciaram incontinenti uma subscrição a favor daqueles pobres, alcançando a bella soma de 106\$400 (*JORNAL DO COMMERCIO*: 12/8/1919).

Essas condições retratavam o testemunho real das precárias condições de vida do trabalhador fabril, que lhe impeliavam invariavelmente para a greve, enquanto que o emprego da repressão ao movimento assumia proporções maiores do que em 1917. Além disso, setores patronais adotavam atitudes que aumentavam ainda mais as tensões entre os oponentes de classe, como presenciamos na deliberação junto a setores da patronal de impor redução salarial: *“Aviso aos srs. Empregados das officinas Alphonso Kaar: Devido às circunstancias actuaes vejo-me obrigado a diminuir todos os ordenados de 20%, sem exceção alguma, achando esta medida preferível a ter que diminuir o numero de empregados”* (*JORNAL DO COMMERCIO*: 02/4/1919).

²³⁹ E. P. Thopson chamaria essas “identidades coletivas” de classe social: “Se detemos a história num determinado ponto, não há classes, mas simplesmente uma multidão de indivíduos com um amontoado de experiências. Mas se examinarmos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, observaremos padrões em suas relações, suas ideias e instituições. A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição”.

Como se vê, embora houvesse na ordem do dia um movimento paredista por aumentos de salários, na prática, em virtude das flutuações econômicas de cada setor da indústria, alguns patrões chegavam, sem prévio aviso, a confiscar parte do salário do trabalhador, sob o argumento de que enfrentavam “dificuldades”. Já apresentamos esse mesmo expediente no setor de calçados em 1917. A ausência de uma legislação trabalhista escancarava a perversidade das relações de trabalho na maior parte das indústrias de São Paulo.

A desvalorização do trabalho manual compunha a base que alimentava a ideologia da classe patronal na relação com as classes laboriosas, transferindo-lhes uma renda irrisória para a sua sobrevivência. E pior, em São Paulo os salários pagos pela indústria eram menores do que no Rio de Janeiro. Em certa medida, reproduziu-se o autoritário exercício das relações de *colonato*, desde o último quartel do século XIX, quando a sujeição do trabalho no campo extrapolava o próprio corpo do trabalhador imigrante, adotando-se medidas restritivas análogas às da escravidão²⁴⁰.

Ao lutar, os trabalhadores se reconheciam como força e também eram assim identificados pelos patrões. A resposta efetiva do patronato ao movimento grevista de 1919 e 1920 teve efeitos duradouros nos anos seguintes, pois, de modo geral, a protelação da adoção das regulamentações trabalhistas, cuja implantação já vinha sendo ensaiada na década de vinte até ser promulgada em definitivo, juntamente com a estrutura sindical em bases corporativistas no governo de Vargas, foi moldada por um Estado altamente repressivo e uma burguesia industrial que incorporou ao seu dispositivo de enfrentamento de classe estratégias capazes de fazer retroceder sistematicamente as formas de organização e manifestação do operariado.

A unidade de classe que se expressava entre as diversas frações da burguesia contra o movimento operário mostrou-se efetiva na dominação da força de trabalho que, embora resistisse, não conseguiu suportar a a repressão sistemática das lutas e do aceno reformista de uma legislação do trabalho. Desse modo, nota-se, no entanto, “que a maior parte das tentativas de se instalar uma política reformista partia do Distrito Federal”, e sua adoção foi abreviada ao máximo (CAMPOS: 1988, 67).

As Ligas Operárias, organizações constituídas nos bairros operários, desde antes da última greve geral, mostraram-se novamente ativas na convocação, organização e condução do movimento, junto a representantes das comissões locais de

²⁴⁰ No segundo capítulo desenvolvemos a ideologia adotada para arregimentar a força de trabalho do colono nas lavouras de café de São Paulo. Ver O Cativo da Terra, de José de Souza Martins.

trabalhadores formadas para articular as demandas da greve. Tomam as seguintes decisões: 1º - “cada fábrica, oficina, obra ou atelier etc., constitua uma comissão de membros das próprias corporações com o fim de encaminhar a sua ação; 2º - formarem em cada bairro uma comissão local constituída por dois representantes das respectivas casas de trabalho”. E, por último, uniformizar esforços do operariado em geral, organizar o Conselho Geral dos Trabalhadores, composto por representantes de cada comissão de bairro ou classe (IDEM: Ibidem).

A greve, já no dia cinco de maio, preocupava e muito as autoridades. Um soldado da Força Pública havia sido esfaqueado no Brás e um operário, Constantino Castellar, tinha sido morto pela polícia com tiro de carabina, na cidade de São Bernardo. Logo, *“Estão-se confirmando os boatos que corriam sobre o movimento paredista que se iniciou na sexta feira passada e está-se tornando cada vez mais grave. Confirmam-se rapidamente, mais cedo do que era justo esperar”* (O ESTADO DE S. PAULO: 06/5/1919). A movimentação nos bairros fabris da capital tinha crescido e a boataria instigava a curiosidade da gente simples, enquanto a polícia tomava posição de ataque. O fato mais grave que se passou na cidade foi o encontro entre a soldadesca da cavalaria e um numeroso contingente de operários grevistas, na Avenida Celso Garcia. Foi esse confronto que resultou no grave ferimento a faca de um policial. Havia, por parte da polícia, a atitude de reprimir qualquer concentração que se fizesse nas imediações das fábricas, vigiadas por agentes de segurança e tropas de cavalaria.

Os bondes da Light eram cercados pela multidão grevista, intimando os condutores e motoneiros a abandonar o trabalho, ou mesmo fazendo descer os passageiros. Na rua Bresser, no trecho que vai do da av. Rangel Pestana ao Hipódromo da Mooca, que estava em obra de calçamento, os trabalhadores encarregados desse serviço depositaram, ao longo das sarjetas enorme quantidade de paralelepípedos. O convite ao emprego desses paralelepípedos foi imediato, os grevistas cobriram os trilhos e impediram o trânsito dos bondes. Com a chegada da tropa policial e a convocação de operários da Light para desobstrução dos trilhos, num outro ponto da rua 21 de Abril, os grevistas fizeram descarrilar outro bonde. *Assim, “mal o bonde que conduzia a turma de trabalhadores da ‘Light’ partiu levando os operários, e os trilhos estavam de novo cobertos de pedras. Essa cena repetiu-se varias vezes”* (IDEM; Ibidem).

Enquanto isso, o famoso delegado de polícia Bandeira de Mello, preparava uma tropa mais numerosa de cavalaria para intervir diretamente na correlação de forças no bairro do Belenzinho, epicentro dos distúrbios envolvendo os bondes da Light e o

ferimento do policial. Nesse momento, no Largo da Concórdia, realizava-se um comício com centenas de operários, entre os quais “*muitas crianças, moças e até mulheres feitas carregando crianças nos braços*”, tomados pelo entusiasmo dos oradores que discursavam no comício. Como era de se esperar, foram realizadas inúmeras prisões e segundo a imprensa, “*Varios presos estavam armados de enormes facas*”. A repressão se ocupava de impedir as reuniões, os comícios e qualquer tipo de concentração que tentasse barrar a entrada nas fábricas, entretanto, apesar das medidas cautelares e preventivas da Força Pública, a greve ia se estendendo cada vez mais com maior intensidade, ocupando-se a Fábrica de Tecidos Lucinda, do grupo Pereira Ignácio & Cia., em São Bernardo (Ibdem).

A motivação e força do movimento grevista forçaram a total paralisação dos bondes da Light na região do Brás. A direção da *holding* canadense acertou com a polícia que cada bonde levaria quatro soldados de carabinas embaladas. Mas por receio de novos ataques, os condutores e motoneiros foram abandonando os seus postos de trabalho. O Conselho Geral dos Operários, que houvera se formado dias antes para coordenar o movimento, reuniu-se para deliberações. A primeira deliberação tomada nessa reunião foi a de protestar, em nome do operariado, contra a lamentável atitude da polícia ao assassinar Constantino Castellar. Também foi lembrado na reunião, em resposta às alegações da patronal que o movimento reclamava o que ultrapassava os limites daquilo que podiam assumir, “*que as suas reclamações de agora são as mesmas que constituíam a base do movimento de Julho de 1917 e cuja satisfação foi prometida pelos industriais e pelo governo*” (O ESTADO DE S. PAULO: 06/5/1919).

A greve avançava arrastando outros estabelecimentos: oficinas da Casa Garraux, empregados da padaria Siciliana, operários da firma C. Calla & Irmãos, muitos operários de fábricas de bebidas também aderiram à paralisação: José Cerruti & Comp., Scarmagnon Guazzelli & Corp., Vitorino Ferreira da Costa, Romeu Solferini & Filho, Serrano Cordeiro, entre outras. A maioria contava com a média de vinte operários cada. Em Osasco, os operários da Continental Products Company relataram que o superintendente daquela empresa, acompanhado de “soldados e secretas”, dirigiu-se para a estação Presidente Arantes, “*intimando os operários a voltar ao trabalho, sob pena de serem obrigados a deixar as casas em que residiam, e que são de propriedade da empresa*”. Os trabalhadores não atenderam à intimação, sendo “escorraçados a espadeiradas” e coagidos a abrigar-se em outras casas (IDEM: Ibdem).

O movimento grevista alastrou-se para outras localidades do Estado. As Docas de Santos haviam aderido no dia cinco de maio, inclusive sob repressão a tiros da polícia, *“ficando feridos alguns operários, entre os quaes o japonês Naka Mura. Mais tarde houve novos distúrbios, mas sem graves conseqüências”*. A patronal já sentia o peso da greve e alguns patrões começavam a ceder à principal reivindicação da parede, a jornada de trabalho de oito horas diárias; foi o caso do industrial M. de Assis Pereira, proprietário da Fábrica Brasil, de camas de ferro e colchões higiênicos (Ibdem). Nesse ambiente tenso, em meio ao boato de greve geral, o Estado e os patrões aumentaram consideravelmente seu repertório repressivo. Propuseram algumas medidas restritivas de legislação social ao mesmo tempo em que reforçaram e modernizaram os instrumentos de repressão. No Rio de Janeiro, uma comissão do Centro Industrial de Fiação e Tecelagem esteve no Palácio do Catete, entregando ao secretário da presidência, para a apreciação do Presidente da República, um memorial pedindo a análise de um decreto de lei fixando as oito horas de trabalho em todos os estabelecimentos industriais do Brasil. Segundo o memorial enviado,

As companhias de tecidos filiadas ao Centro Industrial de Fiação de Tecelagem de Algodão do Rio de Janeiro reconhecendo a legitimidade dos desejos do operariado e querendo assim corresponder às aspirações de seus auxiliares, vem respeitosamente solicitar de v. exa. a iniciativa da promoção junto do Congresso Nacional de uma lei federal fixando em oito horas o trabalho effectivo diário em todos os estabelecimentos industriaes de todo o território do Brasil. O ideal de oito horas de trabalho, oito horas de descanso para alimentação e recreio e oito horas de sono, vai sendo concretizado em toda a parte. [...] O Centro Industrial de Fiação de Tecelagem appella para o espirito liberal e esclarecido de v. exa. no sentido de usar de todo o seu alto prestigio a fim de obter do Congresso Nacional essa lei de justiça social, satisfazendo assim as justas aspirações de todos que trabalham nas industrias nacionaes (*O ESTADO DE S.PAULO*: 07/5/1919).

As pressões operárias quanto à adoção da jornada de oito horas projetaram-se com força para dentro do Congresso Nacional. O empresariado industrial do Rio de Janeiro estava bem à frente dessa medida em relação ao de São Paulo. A opinião do representante paulista no parlamento refletia a posição geral da fração industrial da burguesia de São Paulo. O vice-presidente do Senado, Alfredo Ellis, argumentava que:

O problema exige muita calma e reflexão [...] porém não admitte nessas reivindicações: amparar o operario industrial das grandes cidades, onde elle tem assistencia medica e phamaceutica e onde gosa de vida excellente. O operário ahi tem garantias e quer apenas trabalhar oito horas

por dia em detrimento do operário rural. Isso é uma iniquidade com a qual não concordo (IDEM: Ibidem)

Embora houvesse da parte do Presidente do Estado, Altino Arantes, a concordância de um decreto que concedesse as oito horas de trabalho e a regulamentação do trabalho do menor e da mulher nas indústrias, ele debate sobre uma legislação trabalhista mínima que fosse não consensual no plano real. Mas a cantiga da adoção de leis que consubstanciasse as *“conclusões da Conferência de Paris sobre o problema social”* não cessava de tocar no Congresso Nacional: *“O Sr. Carlos Campos disse que quando veio ao Rio, antes mesmo da greve, já trazia a incumbência do seu governo de solicitar a adoção de uma lei do Congresso [...] O governo de S. Paulo acolheu imediatamente aquellas conclusões”*. Concluía que já se havia aplicado nas oficinas do Estado e a *“greve precipitou apenas o desejo do governo”* (Ibidem).

De um lado, tentava-se neutralizar a mobilização operária em curso, acenando com a “boa vontade” governamental. Além disso, o alegado interesse das autoridades permitiria expor o movimento grevista como resultado de uma exagerada “impaciência” em face da gestão governamental. Por outro lado, em virtude de o operariado ter sérios motivos para desconfiar de tais gestões e efetivamente se rebelar, o governo paulista na medida em que defendia a promoção de melhorias das condições de trabalho nas fábricas, armava-se de argumentos para investir contra as organizações operárias, deferindo-lhes golpe atrás de golpe, ou seja, acuando-as com severa repressão. O que causava muita desconfiança e protestos das lideranças do Conselho Geral dos Trabalhadores (BEIGUELMAN: 1977, 99).

Os fabricantes de tecidos de lã se mostraram mais hábeis nas negociações com os operários, emitindo uma resolução que estabelecia uma tabela geral de preços do valor a ser pago por cada operação a ser realizada nos estabelecimentos industriais do ramo têxtil de lã:

Os industriaes fabricantes de tecidos de lã desta Capital, movidos pelo desejo de conciliar os seus interesses com os dos seus operários e buscar uma forma de se chegar a um resultado pratico, reunidos, accordaram em estabelecer novas tabelas geraes, nas quaes estão incluídos os augmentos feitos em diversas épocas successivas e mais os que actualmente os operários pleteiam. Estas tabellas serão adoptadas uniformemenete por todas as fabricas deste ramo de industria na Capital. [...] Certos de estarem attendidas as reclamações operarias, esperam desses seus auxiliares a sua prompta volta ao trabalho. [...] Os operários que trabalhavam por hora continuarão a ganhar em 8 horas o mesmo que ganhavam com o horário anterior. A semana de trabalho será de 48 horas effectivas, no Maximo, sendo que os horários serão estabelecidos de harmonia com as exigências das

diversas secções. [...] De hoje em diante não serão admitidos ao trabalho novos operários com idade inferior aos 14 annos. Nenhum operário será despedido por motivo de greve actual (*JORNAL DO COMMERCIO*: 25/5/1919).

O avanço nas relações é visível, pois, na prática, em contrapartida a legislação que vinha sendo debatida em nível estadual e federal, mais propensos às idas e vindas do arcabouço jurídico-legislativo, a pressão operária emplacava a adoção das oito horas mediante acordos realizados diretamente com industriais que, mais receptivos nas negociações, adotaram uma postura mais avançada em relação a 1917. A despeito de alguns setores industriais resistirem ao ensejo do momento, como por exemplo, o setor têxtil, que na greve adotou uma posição contrária, *“em S.Paulo, para não prejudicar a valorização do ‘stock’ dos tecidos, o direito de reunião foi riscado da magna-carta para os tecelões. Assim impuzeram os srs. Street, Matarazzo, Pereira, et-cetera...e assim seja”* (*O ESTADO DE S. PAULO*: 12/5/1919).

O Conselho Geral dos Operários atacou com duras críticas às atitudes dos industriais têxteis paulistas, pois no Rio de Janeiro o CIFTA já havia concedido, em todo o Estado, a jornada de trabalho de oito horas. Refletindo essa situação, uma comissão de representantes das associações obreiras da Capital Federal veio até São Paulo manifestar a sua incondicional solidariedade ao proletariado paulistano na luta empenhada por melhorias e na adoção da jornada por parte dos industriais da indústria paulista. Essa comissão foi portadora de uma comunicação da União dos Operários em Fábricas de Tecidos (UOFT), que abrigava em seu campo de representação sindical os trabalhadores de toda a indústria têxtil da Capital Federal, Niterói e demais cidades do Estado do Rio de Janeiro. Dentre os pontos reclamados pela UOFT figurava o *“estabelecimento da jornada de 8 horas de trabalho, declarando a firme decisão em que se acha a poderosa associação, de conseguir as referidas melhorias, declarando a greve geral de classe”*, caso não fosse atendida no pedido endereçado aos industriais paulistas (IDEM: Ibidem).

Para a UOFT, a recusa dos industriais de São Paulo da proposta apresentada, sob a alegação de que *“teriam de soffrer a concorrência das empresas do Rio”*, não correspondia à realidade do momento. O movimento manifestado nessa capital, prosseguem os argumentos do CGT (Conselho Geral dos Trabalhadores), *“está sendo secundado não só no Rio como em todas as cidades industriais do paiz. Já*

estando quase generalizada a concessão da jornada de 8 horas, o que vem estabelecer uma igualdade de situação na indústria nacional” (Ibdem).

Isso se deve ao avanço no seu próprio grau de organização, que, muito embora estivesse longe dos padrões verificados no final da década de 1920, já traduzia uma experiência adquirida nos conflitos enfrentados por essa fração de classe. Contudo, nunca perdendo de vista a sua real intenção, postergar ao máximo a adoção daquilo que fora acordado no papel, seja sob pressão dos movimentos grevistas ou da própria imposição do Estado.

O operariado organizado fez a sua escolha por tendências que lhes inspirasse a resistência organizativa nas associações, e assumindo os riscos da conhecida repressão policial. O trabalhador sentia a necessidade de fortalecer os seus laços de classe, e optou assim por um caminho, em grande medida, distante do caráter revolucionário dos militantes que se destacavam no movimento: *“Uma a uma as organizações operárias vão conquistando o que julgam de necessidade imediata para melhorar sua situação perante o patronato. Menos horas de trabalho, aumento de salários, hygiene nas officinas, equiparação do salário da mulher ao homem”*. E, acima de tudo, o reconhecimento de suas entidades de classe como mediadoras nas questões conflitantes do capital e trabalho (*A Plebe*: 05/7/1919).

Os deputados Maurício de Lacerda e Nicanor Nascimento, convidados pelos grevistas a presenciarem a violência policial, chegaram a São Paulo no dia 14 de maio, acompanhados por representantes dos sindicatos ligados à base das indústrias têxteis e fábricas de calçados cariocas. Os deputados conferenciaram com os líderes do movimento e também com o Secretário da Justiça, descobrindo que os acordos entre patrões e operários transcorriam em meio à brutal repressão da polícia. A Fábrica de Louças Santa Catarina já havia voltado ao trabalho, na medida em que sua diretoria aceitara conceder a jornada de oito horas, a extinção do trabalho de menores, e o aumento salarial. O reconhecimento das oito horas de trabalho vinha se transformando no símbolo da greve, *“O Sr. Miguel Bernardi, estabelecido com fábrica de massas alimentícias, comunica-nos que está disposto a conceder as oito horas de trabalho reclamadas pelos seus operários, a aumentar os salários e pagal-os semanalmente, conforme deliberar a maioria dos industriais”* (*O ESTADO DE S. PAULO*: 07/5/1919).

Muito além da capital, os acordos que incorporavam a jornada de oito horas vinham sendo firmados, em muitos casos, após a deflagração de pequenas greves em estabelecimentos de Jundiaí, Sorocaba, Campinas. Na cidade de Santos, os operários

das docas conquistaram a jornada de oito horas em 7 de maio (IDEM: 09/5/1919). No Belenzinho, a Companhia Nacional de Tecidos de Juta, de propriedade de Jorge Street, retornou ao trabalho no dia 17 de maio com a jornada de oito horas e aumento de 20% sobre os salários (Ibdem: 18/5/1919). Contudo, *A Plebe* assinalou que os industriais achavam generosos os aumentos concedidos, já que argumentavam que tinham somado aos 20% supostamente acrescentados em 1917. Mas perguntava: “*Que importam os 20 por cento do passado se a soma do que se obtém nas oito horas é inferior à que se recebia antes da greve atual?*” (A PLEBE: 24/5/1919).

Cabe lembrar que as direções do movimento operário de origem anarquista sempre adotaram uma postura contrária à constituição de um partido operário. A luta política contra o Estado era conduzida pela ação direta levada pelos seus órgãos de representação de classe, por considerar que o sindicato se constituía como o meio de coesão dos operários que se unem para a ação contra o capital, e que as delegações de poder de mando levavam os operários à obediência passiva e prejudicial em suas lutas.

Assim, a recusa da instância política formal, na acepção dos anarcossindicalistas brasileiros, debilitaria sua tentativa de organizar as camadas operárias. A ênfase atribuída pelos libertários à crítica das instituições políticas formais contrastava com o papel que assumia a greve geral como instrumento reivindicatório privilegiado, além de defendê-la como ato emancipatório final da classe trabalhadora (FAUSTO: 1977, 76-77).

A ausência de um partido operário na luta por uma legislação trabalhista talvez tenha causado mais dificuldades na luta operária pela adoção de leis do trabalho; essas disputas eram defendidas pelos deputados federais Maurício de Lacerda e Nicanor Nascimento, no Parlamento Federal.

A violência da polícia, expediente absolutamente comum em São Paulo, foi tema de pronunciamento na Câmara Federal. O deputado Nicanor Nascimento relatou o que presenciara em São Paulo: “O direito de reunião foi abolido, os comícios interditados, as sedes dos sindicatos operários, regularmente inscritos, foram brutalmente violadas pela soldadesca... Cidadãos foram presos sob inacreditável violência e mantidos por muitos dias em rigorosa custódia, sem outro delito que o de manifestarem as suas opiniões (IDEM: Ibdem). Nicanor Nascimento fez uma estimativa de que o número de operários parados em São Paulo era significativo, e resultava, de certo modo, do descumprimento por parte dos industriais e do governo dos acordos firmados no movimento paredista de julho de 1917. Sublinhou que:

Os operários de São Paulo, em número aproximado de 90.000, acham-se em greve pacífica, reclamando aquilo que reivindicaram há dois annos e que depois os industriaes do Estado, em acção conjunta, burlaram. O proletariado deixou de confiar na garantias officiaes porque verificou que são illusorias, mesmo nos contratos escriptos. A greve no Districto Federal resultou também no facto da União não haver cumprido aquillo que ajustou (*O ESTADO DE S.PAULO*: 08/5/1919).

Como podemos notar, o adiamento da adoção de medidas que atendessem às demandas sociais operárias cumpria um ritual combinado e deliberado de postergar ao máximo o reconhecimento dessa questão social. Não se pode querer afirmar, entretanto, que a questão social na Primeira República era apenas um “caso de polícia”. No decorrer do ano de 1919 o debate em torno da regulamentação do trabalho foi intenso, sobretudo no legislativo federal. A questão operária definitivamente ganhou relevância social, muito embora as transformações resultantes das conquistas trabalhistas se dessem num plano de relativo cumprimento na década de 1920, não há sombra de dúvidas que a história dos direitos trabalhistas no Brasil teve o seu marco inicial na conquista de uma regulamentação do trabalho em 1919. Todavia, a viabilidade de um Direito Social que beneficiasse o operariado, mas que não redundasse em uma solução que trouxesse prejuízos para o patronato, não contava com muitos adeptos. Era, por conseguinte, um problema relevante desse momento político e social e, do nosso ponto de vista, seria justamente o debate e a experiência forjados na década de 1920 que contribuiriam, decisivamente, para o tipo de prática legislativa empreendida no pós-trinta.

A conquista da jornada de trabalho de oito horas e a aprovação pelo Congresso Nacional da Lei de Acidentes de Trabalho se inscreveram nas “modernas relações de trabalho no Brasil” como um marco fundamental de uma legislação do trabalho no Brasil. Assim, podemos indicar que esses dois direitos trabalhistas fincaram o marco inicial, entre o antes e o depois dessas conquistas. Tal constatação corrobora a conclusão a que chegou Ângela de Castro Gomes, em sua pioneira pesquisa das relações entre a burguesia industrial e a legislação do trabalho no Brasil. Ela ressalta que

O primeiro e mais geral é o de colaborar com novos dados para o fim desse efeito de ‘ocultamento’ que desconhece, em grande parte, as origens políticas da nossa legislação trabalhista, vinculando-se a uma concepção propalada de que a questão sócia da República Velha era apenas um ‘caso de polícia’. Na verdade, procuramos demonstrar que ela já era um problema político da época em que a dimensão policial, logo, seu enfrentamento meramente repressivo, não é suficiente para a caracterização

do campo complexo do debate então desencadeado sobre a regulamentação do trabalho. [...] Em nosso país, seria a partir da segunda década do século XX, mais especificamente nos anos de 1917/19, que um conjunto articulado de ideias sobre as causas da questão social e a necessidade de providências para sanar e/ou evitar seu desenvolvimento começa a esboçar-se de forma clara (GOMES: 1979, 56).

Mas não podemos deixar de lembrar que ela também se voltou para o estudo da atuação parlamentar perante a questão social, à autora não escapou a ação regulatória do Estado de São Paulo por meio do Departamento Estadual do Trabalho:

De fato, chama-se a atenção da Câmara para o papel pioneiro do Estado de S. Paulo nas questões de regulamentação do trabalho que se ligam, sem dúvida, ao estabelecimento das correntes imigratórias na época da expansão da lavoura cafeeira. Desde inícios do século já se desenvolvia, neste estado, uma experiência de intervenção do poder público na área do mercado de trabalho, através do estabelecimento das condições de imigração que se concretizam na criação do Serviço de Povoamento e Imigração. Portanto, a intervenção estatal num certo setor estabelecia-se fugindo do modelo liberal, ao mesmo tempo em que este estado estruturava-se segundo o clássico modelo liberal não-intervencionista em assuntos econômicos (IDEM: Ibidem, 83).

Esses elementos aqui apresentados reforçam a tese defendida nesta pesquisa, de que, entre 1917 e 1921, a fração industrial da burguesia paulista em estreita aliança de classe com o bloco de poder oligárquico dominante desenvolveu seu termo de classe, atuando com maior grau de coesão em defesa dos interesses particulares a sua fração frente à classe operária e suas organizações. Sua dimensão política extrapolou o aspecto policial da questão, construindo politicamente a condição de unidade de classe em intervenções nas esferas jurídico-legislativas no âmbito estadual e federal. A negação de sua atuação política não condiz com os inúmeros pronunciamentos de membros da bancada de São Paulo que mostram exatamente o contrário. As relações do empresariado industrial de São Paulo com o PRP carecem de pesquisa investigativa, pois, se não eram totalmente estreitas pelas circunstâncias inerentes ao próprio sistema político viciado da Primeira República, que privilegiava os negócios dos cafeicultores paulistas abrigados no PRP, também estavam longe de desavenças frontais ou antagonismos de classe.

Desde que adquiriu densidade de grupo e consistência como fração de classe, a burguesia industrial identificou a si mesma como uma das classes conservadoras. E tinha inúmeras razões para se enxergar assim. Visto que, com a implantação e irradiação da ordem social competitiva após a Abolição da Escravatura e

as transformações sociais e econômicas encabeçadas pela República, a fração industrial da burguesia, além de estar se gestando enquanto segmento de classe, não possuía motivos nem estatura para revolucionar a ordem social estabelecida, e muito menos coesão. Não havia, como mostra o debate aqui, antagonismo da sua parte contra a grande propriedade agrária, como defendeu Werneck Sodré²⁴¹. Se a classe dos industriais em algumas ocasiões se confrontou com a política econômica da burguesia agrária, hegemônica no bloco de poder do Estado durante toda a Primeira República, nenhuma razão tinha ela para se confrontar com a grande propriedade fundiária.

Em essência, inúmeros industriais adquiriram terras e, por conseguinte, deviam considerar juridicamente intocável a propriedade privada da terra. O exemplo emblemático dessa característica que tanto marcou a equivalência dos grupos industriais com os senhores da terra é o próprio Francisco Matarazzo, que, além de atuar em atividades fabris e comerciais, também plantava cana-de-açúcar e criava gado de corte em fazendas no interior do Estado. Não seria difícil classificá-lo socialmente como proeminente latifundiário estrangeiro em terras brasileiras. Em seu estudo sobre a burguesia brasileira, Jacob Gorender afirma que “Não poucos industriais encontraram na especulação com terrenos urbanos excelente negócio para a formação de novos capitais”. Conclui que a urbanização de vários bairros de São Paulo obedeceu a um padrão diversificado de obtenção de lucro de empresários ligados à indústria; lembrou que “A urbanização dos bairros da Água Branca, da vila Mariana e do Brooklin Paulista, na capital de São Paulo, beneficiou, respectivamente, os Matarazzo, Klabin e Pereira Ignacio (GORENDER: 1981, 46).

Para ele, não havia diferenças no conservadorismo social do segmento de classe dos industriais, fossem eles paulistas, cariocas ou gaúchos, ou ainda mineiros e pernambucanos. Pois “de modo geral, durante a Primeira República e ainda depois, os industriais se vinculavam mais estreitamente com as oligarquias estaduais do que com os industriais de outras regiões”, dificultando, como já expusemos aqui, a constituição de um sentimento unitário de classe em nível nacional (IDEM: Ibidem).

Entretanto, no eixo Rio-São Paulo, o campo de atuação dos industriais não se restringiu apenas no tocante aos conflitos provocados pelas reivindicações dos movimentos grevistas, mas efetivamente na defesa política mais organizada dos seus pontos de vista. Seja na disputa ou influência de linhas econômicas do interesse da

²⁴¹ Ver: WERNECK SODRE, Nelson. Formação Histórica do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

indústria, que reivindicava melhores condições de importações ou taxas de câmbio em conformidade com o seu crescimento interno, seja na construção de entidades de representação de classe com propósitos mais claros de fazer frente à organização do operariado, a exemplo da fundação do Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de São Paulo, que simbolizou para a classe patronal um importante marco de organização e atuação contra o movimento operário.

Aliás, muito longe de uma simples coincidência, o CIFTSP foi criado na segunda onda grevista do ano, em outubro de 1919, com o claro objetivo de enfrentar a questão operária em evidência. Assim, longe de identificar a fração industrial como grupo “débil” ou “fraco” no arranjo do bloco de poder da burguesia, cumpre destacar que o patronato num curto espaço de atuação política assimilou importante experiência no trato das causas trabalhistas. Para tanto, dialogava com os representantes do legislativo por meio da imprensa diária e reuniões com representantes do legislativo paulista no Congresso Nacional, quando possível, pressionando e influenciando no debate sobre a questão da regulamentação do trabalho.

Portanto, concluímos que, a partir de 1919, as associações de classe fundadas pela patronal avançaram no controle e repressão sistemática do operariado fabril. A gerência política e organizativa assumida por Pupo Nogueira terá uma importância crucial nesse novo patamar atingido pela patronal da indústria, mostrando um caráter organizativo superior àquele que vimos nos conflitos grevistas de 1917. Seu ponto alto foi o avanço no aprendizado das técnicas no campo da negociação dos conflitos entre patrões e empregados. Além de uma contra ofensiva para enfraquecer a atuação das organizações e entidades de representação operárias em São Paulo.

Na negociação da greve na Companhia Antártica, houve uma disputa pela imprensa de ambos os lados buscando influenciar o debate. Diferentemente da postura na greve de 1917, quando a Antártica foi uma das últimas empresas a firmar o acordo, e durante o movimento teve uma postura refratária a qualquer tipo de solução negociada, identificamos no movimento grevista de 1919 uma nova atitude patronal que, mostrando-se mais receptiva ao diálogo e à negociação, reforçou a hipótese defendida neste trabalho, de que houve um avanço significativo quanto ao seu grau de organização e coesão de classe, não sem contradições. O conflito de antagonismo de classe registrado nas tensas lutas operárias que marcaram a fisionomia da luta de classes em São Paulo, entre 1917 e 1921, proporcionou à fração industrial da burguesia paulista

uma redefinição do seu papel social no embate com a classe operária e suas formas de organização.

Com o seu discurso mais coeso e articulado, o patronato da Cia. Antártica Paulista respondeu aos argumentos de que estavam emperrando um acordo com relação à greve na Companhia, dizendo que, na verdade, era exatamente o contrário, jogando a “batata quente” de volta para Federação Operária:

Ao contrario do que tem sido propalado nenhum accôrdo foi até agora firmado entre a Companhia Antarctica e a Federação Operaria dada a recusa da Federação em transigir num único ponto reputado pela Antarctica como essencial para a solução do conflito até aqui existente. A Companhia Antarctica accedeu a todas as reclamações que lhe foram formuladas: apenas quanto a forma pratica de attender a uma dellas é que ainda não foi possível um acordo – São Paulo, 23 de Julho de 1919 (*JORNAL DO COMMERCIO*: 24/7/1919).

Por sua vez, a Federação Operária rebate que a Cia. Antártica está mais interessada em “desvirtuar a verdade dos fatos”, levando-se em conta que a Cia. tinha já realizado um acordo entre “as duas partes contendoras”, cessando o conflito existente entre a Federação Operária e a Cia. Antártica. Além disso, a FOSP acusa a Antártica de ter assumido uma atitude visivelmente hostil contra o proletariado e vários dos movimentos grevistas ocorridos na capital. E finaliza lamentando o espaço dado pelos jornais a Antártica: “*Inspirando-se em informações evidentemente infundadas, alguns jornaes chegaram mesmo a dar acolhida a taes malévolos boatos*” (IDEM: Ibidem).

No dia seguinte, ao tomar conhecimento da carta da FOSP enviada à imprensa, a patronal da Antártica volta a se manifestar na disputa de posições com a FOSP, apresentando um repertório de argumentos mais elaborados e dando a medida de sua habilidade no sentido de tentar desqualificar os argumentos apresentados pelos seus oponentes. Buscava com isso, ganhar a opinião pública para o seu lado, sendo possível identificar um maior acúmulo de experiência, em relação ao processo grevista de 1917, no tratamento da questão operária, repleto de sutilezas em seu discurso ideológico. Procurando se vitimizar em relação à intransigente posição assumida pela representação dos operários, a Companhia Antártica ataca a FOSP dizendo ser uma “*flagrante, uma clamorosa inverdade, que só póde ter o escopo de procurar embaralhar as causas*”. Afirmar que atendeu “absolutamente” a todas as reclamações que lhe foram formuladas, sendo certo, além disso, que tem espontaneamente readmitido grande número de operários que haviam deixado o seu serviço por ocasião das greves anteriores citadas pela FOSP.

Contudo, a Cia. Antártica reconheceu as mudanças na política interna do regime de contratações, que não necessariamente, segundo a empresa, prejudicariam os seus operários:

[...] tendo por conveniência econômica diminuído o pessoal da antiga secção de pintura e desejando não assumir o compromisso de manter alli um numeroso corpo de operários, para evitar reclamações quando os tenha de despedir por falta de serviço – propôs readmitir os pintores de que fosse precisando, a proporção das necessidades de trabalho e ficando com a liberdade de os dispensar quando trabalho escasseasse. A Federação se oppõe a essa formula a perfeitamente pratica de serem atendidos os seus objectivos: ela quer a readmissão em massa de todos os pintores, mesmo que a Antactica não tenha serviço para os mesmos! Neste único ponto é que há um desarcordo; é sobre este ponto que a Federação se obstina em não querer compreender a impossibilidade, por parte da Antarctica, de readmittir operários para uma secção que já não existe na escala e que existio e que funciona com metade do antigo numero de operários (*JORNAL DO COMMERCIO*: 25/7/1919).

Há um claro objetivo da empresa que passa pela redução de custos com mão de obra quando da ociosidade produtiva da empresa. É o ponto que destoa dos demais que já tinham sido atendidos, entretanto, o que nos interessa ressaltar nessa disputa é o seu caráter mais elevado em termos da negociação. Do nosso ponto de vista, a greve de maio de 1919 foi a primeira grande prova do patronato paulista na condução de negociações realizadas diretamente com as entidades de representação operária em São Paulo. Este é um aspecto muito importante, pois percebemos que em nenhum momento os patrões se mostraram arredios ao processo de negociação. O que não quer dizer que estavam irremediavelmente propensos a ceder nos acordos, mas revela uma mudança de atitude em relação às negociações da traumática greve geral de 1917. Os acordos foram se dando em reuniões diretamente com os patrões, ou com a mediação de representantes da imprensa diária. Por sua vez, “em Campinas, por exemplo, as negociações foram mediadas pelo Prefeito, em Jundiaí pelo delegado de polícia em Santos e Recife foram as associações comerciais que desempenharam esse papel (CAMPOS: 1988, 70).

Havia ainda um contraste na evolução da tomada de posição unitária da fração industrial da burguesia paulista, no entanto, o ano de 1919 se situa como um importante marco de coesão de classe desse segmento social burguês. No dia 10 de maio, o jornal *A Plebe* avaliava em 50.000 o número de grevistas nas principais cidades fabris próximas da capital. Por conseguinte, a maior resistência oferecida ao movimento grevista de 1919 ficou a cargo das grandes empresas do ramo têxtil, calçadista, chapéus, química, chocolate, tabaco etc. Até firmas que atuavam no setor financeiro e comercial participaram da reunião, que mais se assemelhou a uma assembleia patronal. Esse

evento traduz em qualidade o novo momento que os industriais experimentavam sua coesão ou unidade de classe, reunindo-se previamente e debatendo propostas visando uma intervenção mais unitária frente ao movimento operário.

Dessa vez, a articulação e unidade industrial se construíram pelas vias de uma entidade de classe, a Associação Comercial de São Paulo (ACSP), representando, desse modo, um enorme avanço em relação àquelas atitudes assumidas em 1917. A Associação Comercial de São Paulo não desempenhara nenhum protagonismo, nem formulando propostas ou muito menos como espaço de encontro deliberativo nas negociações entre capital e trabalho, durante a “semana trágica” de 7 a 14 de julho de 1917, questão ainda pouco elucidada pela historiografia do tema. A nossa hipótese recai sobre a influência que tinha o setor comercial de importação e exportação na orientação política da ACSP, contradição que só viria a ser resolvida com a ruptura definitiva do bloco dos industriais com a entidade, que se operou em 1928 com a fundação do Centro Industrial de São Paulo (CIESP).

Dessa forma, refletindo um patamar organizativo mais elevado, vários setores da grande indústria atingidos pelo movimento grevista de maio a julho de 1919, reuniram-se especialmente para estudar as reclamações dos operários em greve e procurar encaminhar a solução do conflito. A reunião foi presidida por Nicolau Baruel, presidente da Associação Comercial, e a lista dos presentes é vasta, com destaque para o comendador Rodolpho Crespi, Jorge Street e os Matarazzos. Das empresas presentes, destacamos a Cia. Nacional de Tecidos de Juta, Fábrica de Tecidos Labor, Manufatura de Chapéus Italo-Brasileira, Societé Financière & Commerciale Fraco-Brasiliene, Pereira Ignácio & Comp., Sociedade Anonyma Fabrica Vtorantim, S.A, Indústrias Reunidades Matarazzo, ociedade de Produtos Chimicos L. Queiroz, Societá per l’ Exportazione e per l’ Indústria Italo-Americana, Cia. de Calçados Clark, Cia. Grande Manufatura de Fumos e cigarros Castellões, Cia. União dos refinadores, Cotonifício Rodolpho Crespi, Baruel & Corp., Contiental Productos Company e Falchi Papini & Corp, entre outras (*O ESTADO DE S. PAULO*: 08/5/1919).

Aberta a sessão, o presidente da ACSP, Nicolau Baruel, expôs os motivos da convocação, dando a palavra para o seu assistente Horacio Rodrigues que, após abordar algumas considerações em torno do movimento grevista, passou a palavra a Jorge Street. Street ocupou a atenção dos presentes por cerca de uma hora, descrevendo com larga desenvoltura de observações a causa determinante do movimento operário:

[...] desejando concorrer para facilitar a solução do movimento operário que nestes últimos dias paralisou o trabalho da cidade de São Paulo, declaram, *com o espírito mais amistoso e conciliador*, o seguinte: a acção dos srs. operários os suprehendeu em absoluto, visto como nenhuma comunicação prévia lhes havia sido feita sobre os desejos que nutriam relativamente à solução das suas aspirações; e até hoje a quase totalidade dos industriais ainda não foi procurada nem por comissões operarias nem por pessoa alguma com quem pudesse entender-se. No entanto, os industriaes presentes communicam a affirmam a todos os seus operários que de bom grado acceitam os princípios proclamados na Conferência de Paris e que constituem uma bella e justa conquista do mundo do trabalho internacional. Especificamente acceitam o dia de 8 horas ou a semana de 48 horas de trabalho com o descanso semanal obrigatório e o mesmo salário do trabalho atual; acceitam a proibição do trabalho dos menores de 14 annos e do trabalho nocturno da mulher que deve ser protegida e ter mesmos salários do homem (IDEM: Ibidem). (grifos nossos)

A tomada de posição dos setores mais resistentes do empresariado industrial de São Paulo é muito significativa, visto que na greve de 1917 a maioria deles optou pelo confronto, colocando em risco, com a sua postura intransigente, a estabilidade social, aliás, duramente criticada pelos setores mais lúcidos da burguesia, sobretudo o setor ligado à imprensa, como o controlado pela família Mesquita. O pronunciamento de Street aos seus pares ainda exaltava a influência exercida pelo Presidente do Estado, Altino Arantes, junto aos líderes da bancada paulista no Congresso Federal, ou seja, sobre a apresentação de um projeto que contemplava as propostas do encontro na ACSP. Afirma que é certo que em poucos meses tais pontos fossem acrescidos de outros que *“forem julgados justos e necesarios serão no Brasil”* (Ibidem). Jorge Street fazia um apelo ao “bom juízo” dos operários, para a conveniência de aguardarem, tranquilos, alguns meses quando a lei que consignará a “grande vitória” dos operários seria sancionada, *“sem os sérios inconvenientes das concessões isoladas”* (Ibidem). Termina a sua fala conclamando os operários a voltarem ao trabalho, com *“vantagens evidentes para a tranqüillidade de todos nós”* (Ibidem).

A defesa que Jorge Street faz em nome da harmonia social do trabalho chama a atenção, pois o capital só se realiza mediante a concordância da sujeição do operário no mundo do trabalho. Assim, ao defender o direito de organização e o diálogo com o operariado, no fundo quer evitar, até onde for possível, o confronto aberto. É nesse sentido que se realiza o seu repertório discursivo em nome da paz social, quer dizer, em nome da exploração pacífica. Foi por essa razão que veio figurar como um importante quadro da burguesia na estrutura do poder de Estado, quando da constituição mais geral da regulamentação trabalhista do futuro governo de Getúlio Vargas, já nos anos de 1930.

A insistência em seu discurso de harmonia entre o capital e trabalho se articulava com a velha visão paternalista como sistema apaziguador de conflitos, convenientemente repleto de sutilezas; procurava negar, despolitizar e apagar os focos de tensão, exprimia-se em imagens da cooperação entre as classes socialmente antagônicas na perspectiva da harmonia social. Para tanto, utilizava-se de uma retórica e prática do tipo familiar entre patrões e operários, visando à adesão dos trabalhadores a esse modo de organização. É interessante ressaltar a atitude tomada por J. Street diante do boato de uma nova greve em sua fábrica, imbuído sempre da retórica da conciliação de classe:

Estou certo, acrescentei prontamente, que entre mim e vós não existem e não podem existir divergências. Somos unidos. E ainda que houvesse alguma coisa que nos dividisse, aqui há um elo intangível entre nós, um elo que fará sempre, em qualquer caso, desaparecer mal-entendidos e mal-querenças entre nós – são seus filhos. Assim dizendo, tomei dos braços de uma operária, que estava próxima de mim, o seu filho...e mostrei a criança a multidão. Um longo aplauso ressoou na sala e todos os olhos brilharam e choraram. No dia seguinte, nas minhas fábricas se trabalhou como antes e, talvez, com mais alegria e boa vontade (Apud MATOS: 1996, 107).

O seu discurso exaltava elemento particular a todos, a emoção, e lançava mão de imagens que, em última instância, procuravam identificar, conforme Maria Izilda de Matos, “o patrão como pai que proporciona trabalho aos filhos, protegendo-os, associando-os como ‘companheiros’, protetor, severo e justo”. Assim, a dinâmica conflitante, expressão da luta entre as classes, existente entre patrões e operários assumiria efetivamente um significado violento, vinculada a uma forma de revolta contra o pai (IDEM: Ibidem).

Entretanto, essa visão “paternal” construída por Street e outros industriais como estratégia de adestramento ou sujeição da força de trabalho, contrastava com os baixos salários pagos e o execrável fundamento da violência policial do Estado exercido contra o proletariado e suas associações de classe. A brutalidade dos órgãos de segurança contra os operários causava repulsa até em alguns setores da imprensa burguesa, o que tornava ainda mais difícil o convívio entre as partes no conflito. A invasão da Liga Operária do Brás, no dia 07/5/1919, reforça a natureza policial da repressão, impedir a organização do operariado e destruir seus meios de deliberação coletiva:

Hontem, cerca das 13 horas em companhia de alguns sócios da liga, entre os quaes algumas operarias das fabricas em greve, o secretario, Sr. Hermenegildo Morbini, despachava despreocupadamente os papeis a seu cargo recebendo e respondendo os telegramas de adesão que de toda parte

têm vindo. De repente, rodando com espantosa velocidade, aparece na rua Joly um auto-caminhão, que pára à porta da liga, despejando um grupo de secretas armados de cacetes, e commandados, ao que dizem uns, pelo subdelegado Schimidt. [...] Os secretas invadiram de roldão a sede da liga, de lá trazendo para a rua, aos empurrões, aos soccos e aos ponta-pés, os irmãos Hermenegildo e Alfredo Morbini. [...] Os secretas, com a mesma revoltante brutalidade com que maltratavam os operários, voltaram-se para os curiosos, dando cacetadas a torto e a direito. Varias pessoas, nessa ocasião ficaram feridas, uma das quaes a mãe dos dois moços presos, que foi ao encontro delles quando os viu banhados de sangue (O ESTADO DE S. PAULO: 08/5/1919).

Como é possível notar, enquanto Altino Arantes, Presidente do Estado, cinicamente telegrafava à bancada paulista do Congresso recomendando-lhe que tudo fosse feito para transformar em lei o que ficou acordado na Conferência da Paz com relação à legislação do trabalho, a polícia paulista procedia de modo inteiramente contrário. A liberdade de reunião era pisoteada com patas de cavalo como um procedimento condizente aos métodos antidemocráticos dos governantes de São Paulo. Os domicílios eram invadidos por agentes *“que fazem apreender até livros de operários”*. Vários cidadãos, entre os quais o redator de *A Plebe*, Edgar Leuenroth, estavam ameaçados de prisão, *“sem garantias de espécie alguma”*. Tais brutalidades foram relatadas na França à Comissão de Legislação do Trabalho, na Conferência de Paz (O ESTADO DE S. PAULO: 12/5/1919).

A ameaça, a agressão, a prisão ou expulsão do Brasil figuraram como métodos corriqueiros das autoridades públicas de São Paulo, reprimindo o despertar social daqueles que lutavam por melhores condições salariais e garantias trabalhistas, muito embora se estivesse atuando, em 1919, pela adoção de uma legislação do trabalho em São Paulo. Todavia, a luta pelas oito horas de trabalho, direito de organização sindical operária, direitos para o menor e equiparação salarial da mulher com o dos homens, e por melhores condições de trabalho, impeliu o patronato industrial a um a nova atitude organizativa e de coesão de classe, ou seja, uma *identidade de interesses*. No interior da burguesia de São Paulo, a fração de classe dos patrões da indústria foi se mostrando cada vez mais estruturada na defesa de pressupostos de classe integralmente necessários para enfrentar a ascensão política e organizativa do movimento operário, a partir da sua atuação no ano de 1919.

4.5.1. Os Industriais e a Regulamentação do Trabalho: 1919

O ano de 1919 representou um importante marco na tomada de consciência dos industriais em relação ao movimento operário e suas demandas reivindicativas. No emergente debate sobre regras a serem adotadas para a regulamentação do trabalho, a fração industrial da burguesia paulista, embora manifestasse a necessidade de leis de proteção aos trabalhadores, se opôs veemente visando retardar a consumação dessas leis. A nossa intenção aqui será aprofundar um pouco mais este debate e mostrar alguns elementos das disputas que culminaram na aprovação de algumas leis trabalhistas no Brasil em 1919, ainda sob o impacto dos movimentos grevistas no meio fabril.

A Conferência de Paris havia tomado medidas indicativas no âmbito da legislação do trabalho, em virtude dos problemas de emprego e instabilidade social envolvendo as relações de trabalho no plano internacional. Tais medidas repercutem também no Brasil, e são, de certo modo, transformadas em peças de campanha eleitoral, fornecendo um campo de atuação que compete a Eptácio Pessoa, delegado que representou o Brasil na Conferência, e a Rui Barbosa, que debate o tema no Teatro do Rio de Janeiro, em março de 1919. Dessa forma, a ideia de uma legislação que consubstanciasse as relações trabalhistas no Brasil é bem recebida por amplos setores da sociedade, pois, “Além da perspectiva de conciliar os governantes com a massa popular, a adoção internacional da medida oferecia aos setores não-industriais ponderável argumento para forçar o setor fabril a se responsabilizar pela ‘paz social’ da massa urbana” (BEIGUELMAN: 1977, 97).

Antes de 1919, o que havia em matéria de legislação social sobre o trabalho fabril eram alguns dispositivos no tocante ao trabalho do menor, no Rio de Janeiro; em São Paulo, além do menor, também se ocupou do trabalho das mulheres nos estabelecimentos fabris²⁴². Nas indústrias de juta em São Paulo, em 1912, havia um contingente de 74% de operárias trabalhando, entre maiores e menores; em 1920 essa

²⁴² Na década de 1910, de acordo com Esmeralda Blanco B. de Moura, o trabalhador menor e infantil representava uma parcela significativa do trabalho nos grandes estabelecimentos fabris do setor têxtil. Apoiando-se em dados divulgados pelo Departamento Estadual do Trabalho (DET), em 1894, essa mão de obra abrangia 25% do total de operários na ativa. Em 1912, saltou para 30% no estado – e, em 1919, representava 40% para a capital e 35% para o estado. Enquanto que o trabalho feminino, em 1920, a partir dos dados do recenseamento industrial organizado pela Diretoria Geral de Estatísticas, aponta para a ocupação de 33% da força industrial do estado. Assim, “somente na indústria têxtil, para a qual é, juntamente com a mão de obra menor e infantil, a mais requisitada – acima de 55% do total de operários”. Ressalta que o emprego da mão de obra infantil, do menor e da mulher nos demais setores industriais também foi significativo, com destaque para os setores do vestuário, toucador, alimentício, na indústria de chapéus e de cigarros. Nesta última, verificou-se que muitas meninas eram aproveitadas na confecção de cigarros e no preparo de charutos. Sublinhou que nas oficinas da capital não era diferente, pois, “com exceção dos técnicos”, grande parte da mão de obra empregada se restringia ao menor e à mulher (MOURA: 1982, 32-33).

proporção atinge 77,5%. Só na fábrica Santana, do industrial Jorge Street, dos 2.685 operários registrados em 1912, 1.976 eram mulheres, sendo que 1.230 estavam entre 16 e 22 anos, 345 acima de 22 anos e 441 abaixo dos 16 anos, ou seja, 46% do operariado da mais representativa fábrica de aniagens do Brasil eram compostos por mulheres na faixa de 16 a 22 anos de idade, o equivalente à proporção de 62% de mulheres menores de 22 anos, enquanto que as mulheres adultas formavam um contingente de apenas 12,8% do total empregado nesta fábrica (MATOS: 1996, 71).

O recrutamento preferencial das mulheres e de menores exigiu dispositivos regulamentadores no espaço fabril, contudo, não se pode confirmar a prerrogativa fiscalizadora das autoridades públicas quanto ao cumprimento desses dispositivos por parte dos patrões da indústria. É evidente que a debilidade da fiscalização das autoridades públicas levava ao abuso generalizado no ambiente de trabalho. Em janeiro 1919, como já assinalamos aqui, é aprovada, pela primeira vez na esfera federal, a lei que beneficiava os trabalhadores das indústrias. Tratava-se da lei que legislava sobre os acidentes de trabalho em que o patronato industrial tornar-se-ia obrigado a assumir as despesas provenientes de acidentes de trabalho. As regras estabelecidas pela lei podiam ser satisfeitas, segundo Marisa Saenz Leme, de três formas diferentes: 1º) - responsabilidade direta da patronal; 2º) seguro em companhia, autorizado a funcionar no ramo de acidentes de trabalho; 3º) organização de sindicato profissional (LEME: 1978, 111).

Pela trajetória política da fração industrial da burguesia até então, de negar concessões na esfera das relações trabalhistas, a aprovação da lei representou um avanço importante na luta do operariado urbano pelos seus direitos. Entretanto, quatro meses após ser promulgada a lei, ou seja, maio de 1919, o Centro Industrial do Brasil, entidade de classe que aglutinava a maior parcela do patronato industrial do Rio de Janeiro, nomeou uma comissão por meio da assembleia geral da entidade, para “estudar qual o melhor meio, o menos oneroso e mais fácil, de satisfazer as reparações resultantes da lei”. A preocupação dos empresários da indústria residia em atribuir maior ênfase “as reparações de que os patrões teriam de desembolsar, anualmente, para fazerem face aos acidentes, variariam de ano para ano, o que, em muitos casos, poderia afetar os lucros de um ano, e mesmo, em caso de maus negócios, poderia acarretar a insolvência da empresa” (Apud LEME: 1978, 111).

A despeito da decretação da lei de acidentes de trabalho não ser do agrado dos industriais, das três alternativas apresentadas pela legislação, foi escolhida a que

apontava seguro em companhia autorizada a operar no ramo de acidentes de trabalho. Com isso, os próprios industriais fundam uma empresa de seguros, denominada “Segurança Industrial”, que foi organizada sob a forma de sociedade anônima e com sede no Rio de Janeiro. O retorno forte das lutas operárias em maio 1919 inibiu, em certo sentido, a adoção de uma postura de resistência frontal ao decreto de lei de acidentes de trabalho por parte da patronal. As pressões pela regulamentação do trabalho fabril ganhavam novos alentos ao instituírem 8 horas diárias de trabalho aos operários em fiação e tecelagem de algodão no Rio de Janeiro, quando *“Em assembléia realizada hontem no Centro Industrial de Fiação e Tecelagem²⁴³ de Algodão do Rio de Janeiro que na adoção das oito horas diárias ou 48 horas semanaes de trabalho nas fábricas filiadas ao Centro fossem mantidos os salários das 56 horas”*. Além disso, ficava acordado que para o serviço que excedesse às 8 horas estabelecidas, isto é, o trabalho extraordinário depois das 18:00 horas, haveria acréscimo de 20% sobre o salário pago pelas 8 horas (*JORNAL DO COMMERCIO*: 28/5/1919).

Não era o que pensava o empresário e dirigente da classe dos industriais, Jorge Street, em setembro de 1917, quando deixou clara a sua posição sobre a campanha da redução da jornada de trabalho para oito horas:

[...] há muita gente, na nossa terra, que acredita que o operariado do mundo civilizado já conquistou o regime das oito horas de trabalho, por ser esse regime justo e necessário. Ora, isso é absolutamente falso: eu afirmo, pelo contrário, que nos grandes países industriais do mundo o trabalho fabril absolutamente não está regulamentado no sentido das oito horas por dia, assim como afirmo, na minha consciência, que esse regime não é necessário, nem justo. [...] Porque, é fato incontestável: operários que trabalham por tarefa não poderiam produzir em oito horas o mesmo que produzem em dez, e reclamariam um aumento proporcional, isto é, de mais de 25% sobre os atuais salários já aumentados; a indústria evidentemente não poderia suportar essa sangria [...] os legisladores, certamente, meditarão sobre esses fatos. [...] O horário mais conveniente é o de 56 horas por semana, distribuídas por dia, de comum acordo entre os operários e os patrões (*JORNAL DO COMMERCIO*: 10/9/1917).

A defesa enfática que Street faz contra a redução da jornada de trabalho não explicita as condições a que estava submetido o operariado paulista, de longas e estafantes jornadas de trabalho. Na longa matéria assinada por Street, seu teor mais se

²⁴³ O CIFTA nasceu da ruptura dos industriais que atuavam no ramo têxtil carioca como resposta a postura de Jorge Street, o então presidente do Centro Industrial do Brasil, do reconhecimento da União dos Operários em Fabricas de Tecidos (UOFT) do Rio de Janeiro. Street lembrou no início de 1919, que “a cisão que separou do Centro Industrial, alguns industriais, em número limitado, como ficou provado, pelo comparecimento, à reunião de ontem, da esmagadora maioria dos industriais desta capital, pode ser atribuída a outros motivos que não o empréstimo, no qual sou mais inocente do que Pilatos” (Apud MORAES FILHO: 1980, 412)

aproxima de um manifesto crítico contrário a uma legislação mínima no sentido dos direitos trabalhistas em pauta no Congresso Nacional. Estava convencido de que nenhuma lei teria efeito prático sem a total concordância dos patrões, em que *“não seja letra morta ou se torne fonte de constantes atritos e questões entre patrões e operários, é necessário se façam nele algumas importantes alterações”* (IDEM, Ibidem).

Estava se referindo ao projeto de lei Adolpho Gordo, que tramitava no Congresso Nacional em torno da questão dos acidentes de trabalho no setor fabril. Recorre aos mais diversos argumentos para dificultar a adoção de leis que dessem proteção ao trabalho operário. Para tanto, adotava sistematicamente uma retórica ideológica baseada no paternalismo empresarial de louvor à harmonia das relações capitalistas de patrões e empregados. Não raro, convidava autoridades públicas para mostrar sua “benevolência” no tratamento dos seus operários mirins, que chegavam a cumprir jornadas de trabalho de até 10 horas diárias: *“Eu tenho na fábrica uma disciplina bastante branda para essas crianças: assim elas só prestam serviços leves e compatíveis com a sua idade e força”* (Ibidem).

Não cansa de projetar-se como arauto das “relações modernas” exaltando as condições oferecidas aos operários em suas fábricas, aliás, segundo Street, seu modo de atuação era *“apreciado pelas pessoas que têm visitado a nossa fábrica [...] estou certo, é também seguido em muitas fábricas, atenua-se o mais possível o relativo inconveniente, que confesso do trabalho de dez horas para essas crianças”* (Ibidem). Mesmo o moderado Centro Operário Católico, crítico contumaz do anarquismo, fez pressão ao Estado para adotar mecanismos de fiscalização das leis existentes:

Em assembleia hontem realizada com a presença da comissão da Confederação das Associações Cathólicas, fizeram-se representar todas as comissões districtaes que intensificam a propaganda em combate ao anarchismo. Foi deliberado fazer sentir ao governo a necessidade da fiscalização e execução de leis já existentes taes como a de accidentes de trabalho. Lei sanitária e outras a favor dos operários de urgente applicação a exemplo do governo da União, assim como medidas que se impõem neutralizando a propaganda bolchevista que explora o bom operário (JORNAL DO COMMERCIO: 25/9/1919).

Entre os meses de outubro e novembro de 1919, foi realizada em Washington a conferência de instalação da Organização Internacional do Trabalho, que aprovou uma série de convenções trabalhistas das quais o Brasil se tornou signatário. Dos termos tratados, figurava a instituição da jornada de oito horas de trabalho, com um descanso semanal obrigatório, da proibição do trabalho noturno da mulher e do menor

de dezoito anos. Além disso, proibia o emprego da mulher antes e depois do parto, tratando da questão de remuneração dos períodos de ausência necessários. A Conferência de Washington representou um avanço em relação à Conferência de Paz, os princípios da carta aprovada ultrapassaram o nível das simples recomendações para se tornarem dispositivos obrigatórios; cabendo sanções previstas aos infratores.

Contudo, no Brasil, apesar da Comissão de Legislação Social da Câmara dos Deputados ter representado, logo no começo dos anos de 1920, projetos de lei adaptados segundo as convenções aprovadas em Washington, a legislação do trabalho nas fábricas só ganhará impulso entre 1925 e 1927, com a regulamentação do trabalho do menor e a concessão de férias remuneradas ao operariado. Atendendo às urgentes necessidades de colocar em funcionamento um órgão que representasse um avanço na instituição e fiscalização de normas trabalhistas, o Ministério da Agricultura cogitou, em 1921, pôr em atividade o DNT, Departamento Nacional do Trabalho, cuja criação datava do ano de 1918, e que ainda não tinha papel efetivo ou prático. A notícia foi muito mal digerida no meio empresarial, provocando protestos de toda a ordem por parte do patronato industrial. A resistência dos setores comercial e industrial não tardou, e o CIB, Centro Industrial do Brasil liderou protestos contra a iniciativa governamental.

O principal receio da classe dos industriais, conforme representação encaminhada pelo CIB ao Ministério da Agricultura, era de que o projeto de funcionamento do DNT pudesse insuflar os ânimos do movimento operário, na ocasião em que se via pacífico, podendo atrapalhar a contratação de novos imigrantes naquele momento. Além disso, argumentavam que essa medida não condizia com a recuperação do setor fabril abalado com a crise de 1919, quando houve queda das atividades industriais com a normalização do comércio mundial do pós-guerra, e que naquele momento achava-se em boa situação. Os melindres do empresariado escondiam as verdadeiras razões que os motivaram a protestar contra o DNT, isto é, que os conflitos passassem da esfera policial para o DNT. Mas como já haviam incorporado a seu *modus operandi* a arbitragem dos conflitos ficar na alçada da Delegacia Geral de Polícia, essa mudança não era bem vinda (LEME: 1978,113).

A Ausência de um órgão fiscalizador impunha à Secretaria de Justiça prerrogativa garantidora da execução da lei. Em artigo assinado pela Escola Agrícola

“Luis de Queiróz” sobre a lei de acidentes de trabalho²⁴⁴, encontramos a seguinte solicitação:

Logo após a publicação do decreto federal, sob o nº 13. 498 de 12 de março ultimo que deu regulamento a lei nº 3.727 de 15 de janeiro – a qual dispõe sobre accidentes de trabalho operário – a Secretaria de Justiça, por intermédio da Delegacia Geral de Polícia, expedio as necessárias instrucções a todas as autoridades policiais do Estado, no sentido de prestarem ellas o seu concurso a integral execução da citada lei [...] até a presente data, já foram feitos, sobre accidentes, mais de uma centena de processos, muitos dos quaes referentes a fatos occorridos nas mais remotas zonas do nosso Estado. Por outro lado, aquella Delegacia mandou fazer, a todas as autoridades e aos centros industriaes da Capital e do interior, uma profusa distribuição do já mencionado regulamento (*JORNAL DO COMMERCIO*: 15/7/1919).

A classe industrial pode exercer forte pressão contra uma série de avanços ou possíveis avanços em relação à questão social operária. No fazer-se da burguesia, seu alinhamento de classe iniciava-se com a decretação da primeira lei trabalhista, todavia o seu processo de aprovação exhibia, concomitantemente, a própria limitação dessa conquista, uma vez que a lei era apenas uma das partes de uma legislação mais ampla. Por isso, na ocasião em que é decretada, sofre imediatamente críticas dos setores industriais, que a colocam como uma lei “manca”, cuja função restringia-se acalmar os meios operários. Desse modo, a elaboração de uma legislação trabalhista prosseguiu nos anos seguintes na Câmara Federal, enquanto que os setores do patronato da indústria estreitavam os seus laços com suas entidades de representação de classe a partir de 1919 (GOMES: 1979, 89).

Para os empresários, a mediação entre capital e trabalho na zona de conflito era uma prerrogativa a cargo do Chefe de Polícia, o que lhes consentia maior controle sobre as relações de trabalho. Dessa forma, atendendo aos apelos contumazes do patronato industrial, sobretudo do Rio de Janeiro e de São Paulo, o bloco de poder hegemônico da burguesia, à frente do Estado, irá transformar o Departamento Nacional do Trabalho em órgão apêndice a funções de assessoria do governo federal nas questões sociais, o Conselho Nacional do Trabalho. Sendo assim, a concreta efetivação do CNT

²⁴⁴ A odisséia dos acidentes de trabalho nas indústrias e oficinas paulistas fazia parte da estratégia dos industriais de retardarem ao máximo o reconhecimento efetivo da lei de acidentes. O que gerava prejuízos irreparáveis aos trabalhadores, “*Nas officinas da Garage Brasil, a rua Amador Bueno, 24, deu-se hontem, cerca das 12 horas, horrível desastre, do qual resultou sahir gravemente ferido o menor Silvio, de 14 annos de idade, filho de Luiz Derosé. Silvio, que alli trabalha como aprendiz de mecânico, quando fazia funcionar uma maquina de afiar, foi attingido por um esmeril que, saltando da referida machina lhe occasionou fractura exposta do osso frontal, com perda da massa encephalica. [...] O menor depois de receber os curativos mais urgentes, foi removido em estado gravíssimo para o hospital da Santa Casa. Sobre o fato foi aberto inquérito*” (*JORNAL DO COMMERCIO*: 18/7/1919).

na arbitragem das causas conflitantes entre os patrões e operários será realidade apenas em 1928. É quando, conforme Marisa Saenz Leme (1978, 113), “Oliveira Passos, presidente do Centro Industrial do Brasil, torna-se membro do Conselho”.

Ainda assim, a mais forte resistência encabeçada pelo empresariado industrial contra a legislação trabalhista se deu entre 1925 e 1927, tendo em vista, como já mencionamos aqui, a decretação da Lei de Férias e da elaboração do Código do Menor. Além de outros projetos sugeridos à Câmara que também atendia às reivindicações do operariado desde 1917. A difícil lei de férias, que foi promulgada às vésperas do natal de 1925, “mandava conceder, anualmente, quinze dias de férias aos empregados de estabelecimentos comerciais, industriais e bancários, sem prejuízos de ordenados, vencimentos ou diárias [...] Impondo uma “multa aos infratores até a importância de 2:000\$000” (Apud LEME: 1978, 114).

Convém lembrar que não só a defesa de interesses específicos da fração industrial da burguesia paulista no interior do bloco de poder dominante levou essa fração a organizar-se em entidades de classe. Após o término da greve geral de 1917, a sua união diante das lutas operárias se inscreveu na dinâmica de classe dos industriais como uma marcante contribuição para a criação de novas associações patronais de classe. Sensivelmente mais organizada, a atuação dos industriais se mostrou mais eficiente diante das organizações que falavam em nome do operariado.

Podemos exemplificar essa nova postura com a criação de novas entidades de classe, e também na resistência política contra as leis trabalhistas em pauta no parlamento. Mas embora concordassem com a adoção de leis que regulamentassem o trabalho, dando sugestões ou se opondo a determinados pontos, no cotidiano da fábrica as leis eram outras.

Cada empresa elaborava as suas regras internas obedecendo a rígidos padrões de conduta, geralmente danosos aos trabalhadores. No fundo, os industriais adotavam posturas condizentes com práticas conservadoras que só ajudaram a perpetuar as difíceis condições de vida dos trabalhadores e gerando focos de conflitos que, não raro, resultavam em greves operárias. As exceções a esse comportamento anti-trabalhista cabiam nos dedos de uma mão. A resistência patronal a uma possível regulamentação do trabalho expôs um padrão de comportamento pouco preocupado com as condições de trabalho do operariado fabril.

A fração industrial da burguesia paulista se vinculou, na prática, a um tipo de liberalismo adaptado segundo fórmulas adotadas pela conservadora burguesia agro-

exportadora, hegemônica no arranjo de poder no bloco que reunia os diversos segmentos da burguesia: agrária, comercial e industrial. As práticas conservadoras da elite agrária destituíram o liberalismo brasileiro de qualquer visão modernizadora ou transformadora da sociedade, no Brasil:

[...] o pensamento liberal desliza do plano do indivíduo para o da sociedade. Decorre daí uma profunda mutilação na consciência liberal, em que o próprio direito de propriedade e a motivação ‘natural’ para se tornar proprietário demandam uma prévia justificação moral e legal. A ordem liberal se esvazia do seu conteúdo substantivo – sua psicologia do homem – que emprestava consistência a seu discurso, para se transformar no formulário de como produzir e conservar a ordem e a estabilidade sociais (VIANNA: 1989, 8).

Em essência, a elite agrária “expurgou” os elementos radicais contidos na ideologia liberal, levando Florestan Fernandes²⁴⁵ e outros pensadores da História do Brasil identificar o liberalismo brasileiro como um “liberalismo de fachada”. O patronato industrial, ao fundir-se com elementos da história passada, nem sempre conseguiu superá-los. Sua marca de classe, contraditoriamente “moderna”, introduzira o *salário* nas relações de trabalho livre na esfera industrial, estabelecendo, portanto, o inverso de sua classe, isto é, o proletariado urbano. O emprego de instrumentos (como a repressão policial) e técnicas de sujeição no controle da mão de obra livre na indústria paulista foi motivado sob rigorosas condições de exploração, tendo como finalidade extrair altos lucros para compensar as disputas comerciais interburguesas. Sobretudo aquelas verificadas junto ao setor comercial, que detinha o monopólio econômico sobre o mercado interno de consumo, como já foi apontado aqui no segundo capítulo²⁴⁶.

Além da superação do aspecto concorrencial na esfera comercial entre as indústrias, o custo do produto final era definido para muitos empresários pelo valor da massa salarial paga aos operários. O industrial Antonio Martins, descontente com a força operária do movimento grevista de maio 1919, trabalhou contra o aumento de salários. Todavia, ele se esqueceu de que uma das características mais marcantes do capitalismo se baseia na livre concorrência entre as empresas: “*Nas nossas condições, existem não poucas fábricas que, como nós, pagam o maximo e pagam em dia*”. Isso por entender que havia outras empresas que pagavam salários menores aos pagos por ele, o que o levou a contestar os 20% de aumento salarial concedidos aos operários por muitas empresas em 1919. A diferença dos salários pagos pelas empresas criava

²⁴⁵ FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

²⁴⁶ Ver MARTINS, José de Souza. Conde Matarazzo: o empresário e a empresa. São Paulo: Hucitec, 1973, Cap. III.

anomalias concorrenciais, pois, em seu raciocínio, quem pagava menos entrava em melhores condições na concorrência e, *“Para obviar a esse inconveniente, há o recurso de se abrir um inquérito sobre os salários, que actualmente pagam as oficinas em geral”* (*O ESTADO DE S. PAULO*: 10/4/1919). A resistência em pagar bons salários e impedir ou retardar a adoção de uma legislação do trabalho foram marcas do empresariado de São Paulo na Primeira República.

Na apreciação histórica do papel do Departamento Estadual do Trabalho (DET) nas relações de trabalho em São Paulo, Marcelo Antonio Chaves, embora ofereça sua análise do ponto de vista das classes subalternas, mostra o quão intensas foram as disputas entre o capital e trabalho no sentido da conformação de uma legislação do trabalho, observando que,

sob a ótica do movimento operário, a questão social precedeu o marco de 1930 e não deixaria de ser ‘caso de polícia’ posteriormente. Afinal, a enxurrada legislativa da era Vargas, ainda que beneficiasse parcela significativa da classe trabalhadora não dissolveu as contradições fundamentais no processo de exploração do trabalho pelo capital e nem tornou prescindível o freqüente uso da força para conter a organização dos trabalhadores. [...] Ainda que não tenha havido uma legislação do trabalho condensada em códigos específicos, várias leis foram editadas durante a Primeira República, seja de forma destacada, seja dentro de outro conjunto de leis, em âmbito estadual e municipal, como o Código Sanitário (CHAVES: 2012, 64).

A resistência dos patrões da indústria paulista obedecia às regras gerais do capitalismo, segundo as quais, quanto menores fossem os salários e direitos do operariado, maior seria a apropriação da mais-valia²⁴⁷ da força de trabalho e da concentração das riquezas de um número cada vez mais reduzido de possuidores²⁴⁸.

Por sua vez, com vistas para a atuação do Estado, além da repressão modelar desferida contra o movimento operário, o fez também por meio da criação da Comissão Especial de Legislação Social da Câmara e, no final do mês de maio, o Presidente de São Paulo, Altino Arantes, enviou uma moção ao Congresso Nacional solicitando para que fossem transformadas em legislação nacional as conclusões do Decreto Social votadas na Conferência de Paz.

O Congresso veio a aprovar, em 1919, a primeira Lei de Acidentes de Trabalho no Brasil, enquanto a Câmara dos Deputados efetivava a primeira Comissão

²⁴⁷ Para Marx, a remuneração do capitalista, consequência de uma espoliação dos trabalhadores assalariados, que, em troca de sua força de trabalho, recebem apenas o valor das mercadorias e serviços indispensáveis à sua subsistência. Ou seja, a diferença entre o valor dos bens produzidos e os salários recebidos constitui a *“mais-valia”*, de que se apropriam os capitalistas.

²⁴⁸ MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. Manifesto Comunista. São Paulo: Boitempo, 1991, p. 160.

de Legislação Social. No entanto, o patronato retardou ao máximo a aplicação das leis trabalhistas instituídas entre 1919 e 1927. Ele mudara de tática: “deixara de ser a da rejeição liminar da legislação trabalhista em nome do liberalismo, ideologia política e econômica da Primeira República” (GORENDER: 1994, 51).

4.5.2. O Fazer-se da Fração Industrial da Burguesia: 1919-1921

Neste último tópico da pesquisa, nosso maior objetivo é encerrar o trabalho apontando o fazer-se de classe dos patrões da indústria, mostrando sua atuação nas derrotas infligidas à classe operária em São Paulo. Os anos de 1920 começaram com maior desenvoltura da patronal para enfrentar o movimento operário, resultado de um processo de organização e coesão de classe experimentada depois de 1917, fruto das pressões impostas pelas lutas e organização do movimento operário. Portanto, o nosso objetivo principal nesta exposição será mostrar que a condição de unidade e coesão de classe alcançada pela fração industrial da burguesia paulista, após 1917, resultou do caráter organizativo demonstrado pelas lutas operárias entre 1917 e 1921.

Nas economias dependentes como a brasileira, a atividade externa do capitalismo dominante constituía a dinâmica principal em função da qual essas economias se desenvolviam. No Brasil, a burguesia mercantil prosperou nas formações sociais antes mesmo da implantação das condições fundamentais para a difusão do capitalismo: mão de obra livre, economia de mercado e expansão da ordem social competitiva. Contudo, o agente organizador do modo de produção capitalista, conforme Gorender, “é somente a burguesia industrial”. Uma vez que o capital industrial é a única forma de capital cuja função não consiste apenas na apropriação da mais-valia, mas também é o promotor da sua criação (GORENDER: 1981, 11).

Todavia, ao empregar mecanismos usuais de controle e subordinação da classe operária no tocante ao trabalho nas fábricas, o patronato industrial reproduzia a “forma capitalista de produção, aquela em que a exploração do *sobretabalho* e a extração do *sobreproduto* se fazem com operários assalariados livres como agentes diretos do processo de criação do valor” (IDEM: Ibidem). Apesar de o liberalismo se encontrar nos fundamentos da sociedade brasileira, e se amalgamar com princípios da história passada, como já dissemos aqui, nem sempre conseguiu removê-los da sua trajetória histórica.

Os limites impostos pelo Estado liberal ao movimento operário eram claros, a senha para intensificar a repressão aos movimentos grevistas foi distribuída no Palácio Campos Elíseos, pelo então Presidente do Estado, Altino Arantes.

Em 1919, a repressão seleciona as suas vítimas, e se concentrou mais na perseguição das lideranças do movimento, *“O Sr. Evaristo F. de Sousa é secretário geral da “A Plebe” [...] Ante-hontem quando se achava na cidade a policia do Braz foi a sua casa penetrou no seu quarto de dormir, arrombou quantas malas encontrou, apoderou-se de vários papéis”*. As autoridades não contentes com a invasão e expropriação indevida de documentos, sequestraram a biblioteca de Evaristo Sousa, avaliada em um conto de réis (*O ESTADO DE S. PAULO*: 09/5/1919).

Os relatos da ação desproporcional do governo, normalmente visando casas de militantes com poder de iniciativa e lideranças do movimento, são inúmeros, e a violência bruta e generalizada continuava como regra do Estado, não se importando com velhos, mulheres ou crianças:

Os operários, impedidos de se reunir para deliberar, na sede social, tiveram de o fazer num mato, para escapar à perseguição da policia. Escrevem-nos: “Sr. Redactor – [...] o que foi publicado nada é em comparação às scenas de atrocidade de hontem na rua dos Passos, ilimitada de extremo a extremo, pelas fábricas Matarazzo e Barone. Pela uma hora da tarde a fábrica Martarazzo, mais conhecida por estamperia, apitou chamando seus operários ao trabalho. Aquelles apitos, com o operariado em greve, chamaram a atenção de todos os moradores dos arredores, que correram as janellas e as portas a fim de ver ‘se alguém ia trabalhar’. Apesar de não haver a menor pressão por parte dos operários ninguém se apresentou. Commentava-se isso quando da própria fabrica Matarazzo tephonaram a policia. Foi um Deus nos acuda! Espaldeiramento a torto e a direito, e mulheres e crianças que espavoridas, fugiam, inclusive em um pobre velho. [...] Os alumnos de uma escola publica que funciona nessa rua, ficaram horripilados [...] lá fora a chacina continuava. Uma serie de tiros ouviu-se. Eram os ferrabrazes do Sr. Schmidt que na rua Clementino, em uma “villa” atiravam desbragadamente (IDEM; Ibidem).

Os industriais, apoiados na repressão realizada pelo Estado, adotaram uma linha de atuação de enfrentamento contra as paralisações. Apesar disso, a imprensa continuava a noticiar inúmeras empresas que haviam aceitado reduzir a jornada de trabalho para oito horas e acrescentar 20% nas horas extras: industriais de serrarias filiadas ao Centro do Commercio e Indústria de Madeiras, o Lanifício Kowarick (S. Bernardo), a Fábrica e Tecidos Cambucy, Estabelecimento Fabril Pinotti Gamba, entre outros (Ibidem).

A Associação Commercial de Santos dirigia um apelo para que os operários em greve se fizessem representar por uma comissão, *“a fim de resolver a causa que*

pleiteiam”. Em Campinas o prefeito Heitor Penteado reuniu os industriais que afirmaram conceder aos operários oito horas de trabalho, “*desde que todos os industriaes da cidade convenham nisso*” (Ibdem). A tendência da classe dos industriais foi a de aceitar de modo negociado as principais reivindicações do movimento grevista. Cidades como Jundiaí e Sorocaba, onde o movimento havia sido deflagrado em 10 de maio, as paralisações ganhavam força.

Mas houve setores patronais que não foram tão flexíveis em relação aos reclames trabalhistas. A greve na Sorocabana Railway radicalizou-se devido à postura pouco amistosa e intransigente do seu superintendente, Sr. Rud O. Kesselring, “*Ante-hontem, a presença de uma força de 10 praças de infantaria, os grevistas coagiram machinistas e foguistas a deixarem o seu posto, impedindo a saída de um trem de passageiros*”. Contudo, os atos mais extremos dos grevistas se fizeram notar com a sabotagem de entroncamentos de vias férreas, resultando no inevitável descarrilamento de um trem, “*sacrificando a vida de dous policiaes, incubidos da protecção ao comboio, estropiando nada menos de cinco empregados [...] o desastre ocorreu numa chave, tombando locomotiva e tender*” (JORNAL DO COMMERCIO: 02/7/1919).

A atitude passiva assumida pelos grevistas no início do movimento ganhou contornos radicais com a intransigência da patronal do setor ferroviário. A greve da Sorocabana Railway só terminou uma semana depois, com o atendimento das reivindicações: “*o aumento de salários e a redução das horas de serviço, de acordo com a combinação com o Sr. Secretario da Agricultura*”. Essa greve mobilizou altos representantes públicos de São Paulo, na busca de uma rápida solução devido à importância do transporte ferroviário para a economia do Estado, a lavoura, a indústria e o comércio já sentiam os efeitos da greve e se viam prejudicados. Por sua vez, “*O povo está perdendo a calma e começa a revoltar-se. A falta de mantimentos é cada vez maior, urgindo providencias radicais para o restabelecimento do trafego*”. O próprio representante do *Jornal do Commercio*, em nome dos seus leitores, clamava por uma intervenção “*enérgica*” junto às autoridades (IDEM, 10/7/1919).

A Federação Operária alertava os operários para que rejeitassem o “trabalho extraordinário”, que representava uma zombaria ilícita da conquista da jornada de oito horas. Além disso, a FOSP ameaçava a decretação de uma nova greve geral de 24 horas em São Paulo como resposta ao fato de inúmeros operários terem sido presos, sendo que vários foram arbitrariamente deportados e abandonados, segundo constava, “*uns em Nova Iguaçu e outros em localidades ignoradas*”. Em virtude disso, a Federação

Operária decidira telegrafar imediatamente para o Comitê de Defesa dos Direitos de Greve, do Rio de Janeiro, apelando ao apoio do proletariado carioca, com vistas para a organização de uma campanha em nível nacional a favor dos operários vitimados pela violência do governo de São Paulo (*O ESTADO DE S. PAULO*: 28/5/1919).

Por conseguinte, o patronato calçadista de São Paulo novamente adotou uma postura intolerante em relação à greve do setor, o Centro de Indústria de Calçados de São Paulo publicou o seguinte pronunciamento: “*Os industriais de calçados, em reunião hontem effectuada, resolveram, em virtude das exigencias descabidas dos operários, continuar com suas fabricas fechadas por tempo indeterminado*”. Por outro lado, os patrões da Cia. Nacional de Parafusos Santa Rosa, além de cederem aos seus operários as oito horas de trabalho diário, também concederam aumento de 50% sobre as horas extras trabalhadas, em vez dos 25% concedidos pela maioria do patronato industrial de São Paulo na mesa de negociação (IDEM: Ibidem).

O balanço político do movimento grevista, do ponto de vista dos industriais, contou com dois importantes aspectos: o primeiro foi a mudança de postura durante a greve, estando mais preocupado em negociar e apagar os vestígios de radicalização deixados pela marcante conjuntura de julho de 1917. O ponto alto da patronal industrial na greve, como fração de classe da burguesia paulista, se deu com a assimilação da difícil tarefa por parte daqueles membros mais lúcidos do empresariado, na consolidação de uma unidade de ação, como primeiro evento, e de maior coesão no pensamento completando, portanto, a tomada de consciência no tocante à questão operária em 1919. Experimentava-se uma nova condição enquanto classe no encontro de industriais ocorrido na sede da Associação Comercial de São Paulo, no dia 07 de maio.

O outro aspecto diz respeito ao severo processo repressivo desencadeado contra a causa operária. Desse modo, a combinação de ambos revelou um novo comportamento da fração industrial nas greves: *negociar e reprimir*. Essa combinação se operou com um tipo de repressão mais efetiva e selecionada, dirigindo-se primordialmente às lideranças libertárias do movimento operário, com expulsões e deportações sistemáticas. Essa prerrogativa foi adotada como política de controle operário apoiada pela patronal e executada pelo Estado. O emprego dessa nova estratégia encabeçada pelos patrões e o governo abriu uma fase política difícil ao operariado, em outubro de 1919.

4.5.3. A Greve Geral de Outubro 1919: repressão e intransigência patronal

No mês de outubro os operários da Light e da Companhia de Gás entraram em greve. A greve da Light, dada a importância do transporte público, “*era um assunto que andava de bocca em bocca*”. A direção da empresa acusava desconhecer os reais motivos da paralisação, pois segundo ela “*os operários não chegaram a fazer-lhe qualquer reclamação*”. Mas a razão foi declarada a imprensa: “*acabavam de declarar-se em greve, em signal de protesto contra a prisão dos redactores d’ A Plebe*”. Ao tomarem conhecimento do que se passou, a Light e a polícia adotaram medidas para impedir a ampliação da greve. Várias estações passaram a ser vigiadas pelas forças de infantaria e cavalaria da Força Pública, também adotando outras medidas para garantir a ordem e a liberdade de quem quisesse trabalhar (*O ESTADO DE S. PAULO: 24/10/1919*).

Pela primeira vez em uma greve membros de outras instituições sociais ofereciam ajuda a Light, “*O Club Atlético Paulistano fez essa oferta a Light, e, segundo nos dizem, o mesmo se verificou com os escoteiros e com alguns estudantes da Escola Polytechnica*”. E de fato os estudantes da Escola Politécnica de São Paulo dirigiram vários bondes na greve da Light; conforme Cristina Hebling Campos (1988, 74), “*Já no primeiro dia, estudantes do quinto e sexto ano da Escola Politécnica ofereceram os seus serviços à Light que os aceitou, passando esses rapazes a serem apoiados também pelos da Faculdade de Direito no serviço de motoneiro e condutor*”. Além desses estudantes, outros da Escola de Comércio Álvares Penteado e Mackenzie College também ofereceram os seus préstimos para garantir o funcionamento dos bondes, inclusive do próprio trabalho nas usinas geradoras e de transformação (*O ESTADO DE S. PAULO: 25/10/1919*). No dia 24 a FOSP decretou a greve geral em todo o estado, contudo, a paralisação do trabalho foi parcial.

Os “boatos alarmantes” circulavam; ouvia-se dizer que o fornecimento de luz e força seria afetado tendo em vista a adesão à greve dos operários que trabalhavam nesse setor. Mas “*Segundo informações que temos e que reputamos seguras, tal não se verificará, podendo a população estar tranquila*”(IDEM: 24/10/1919).

As prisões se multiplicaram, principalmente daqueles “*com responsabilidade nos últimos acontecimentos*”. Entre os que foram presos figuravam os redatores do jornal “*A Plebe*”, Luiz Damiani e Alexandre Zanella, o diretor da Federação Operária, Silvio Antonelli, e o redator do jornal socialista “*Avanti*”, José

Sgaz. A severidade da intervenção policial se deu de forma rápida e sem titubeios, no dia seguinte à prisão os três primeiros da lista já estavam sendo embarcados para o Rio de Janeiro, e logo em seguida foram deportados a bordo do navio “Mafalda”, *“visto que contra estes, como contra outros, existiam já portarias de expulsão”* (IDEM; Ibidem). Desde 1918 havia uma portaria para expulsá-los; segundo a imprensa: *“Novas levas serão brevemente embarcadas, estando a Policia resolvida e aparelhada para o expurgo não só desta capital como de todo interior do Estado”* (JORNAL DO COMMERCIO: 24/10/1919).

Diante da ofensiva política da patronal aliada ao governo, a FOSP distribuiu o seguinte protesto:

Diante dos factos ultimamente occorridos nesta Capital que dizem respeito ao movimento operário, nos quaes a policia tem agido, não no sentido de rebater os excessos, mas sim de exaltar o animos do proletariado, prendendo os redactores d’ “A Plebe” e companheiros que por uma lei natural estavam secretariando as respectivas associações de classe, esta Federação não póde deixar passar sem o seu mais vehemente e formal protesto dessas violências e arbitrariedades em que a policia é useira e viseira (IDEM; Ibidem).

O FOSP terminava indicando a disposição de luta do operariado da capital e do interior, mas o momento era difícil. Decidido a não dar trégua na repressão, o mesmo Delegado Geral Thirso Martins, que executou a repressão na greve geral de 1917, também estava à frente do severo cumprimento repressivo contra as direções do movimento grevista de outubro de 1919. A diferença de sua atuação é que, em 1917, ele agiu prontamente como mediador e com opiniões favoráveis ao acordo do capital e trabalho. Mas a conjuntura do final de 1919 era totalmente diferente em relação a 1917, tanto a burguesia industrial quanto o Estado integravam um escopo de atuação mais coeso, e estavam dispostos a liquidar politicamente as lideranças do movimento operário.

Em 15 de outubro de 1919, perante a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, o deputado Arnolpho Azevedo lia um parecer sobre o projeto que estabelecia a proibição da entrada de estrangeiros e a sua expulsão; dentre a exposição favorável à expulsão dos indesejáveis estrangeiros, o parecer ressaltava que isso era *“um movimento de legitima defesa de nossa vida de nação organizada, que a nossa soberania impõe como um direito nosso e o nosso patriotismo exige como um dever inelutável”* (JORNAL DO COMMERCIO: 15/10/1919).

No senado também se discutia o projeto de “repressão ao anarquismo”, e na Comissão de Justiça do Senado Federal, o senador Gonzaga Jayme emitia um parecer de que era urgente providenciar novas leis que garantissem a *“ordem social e política estabelecida”* dirigida aos anarquistas. Observava que a nossa legislação era branda demais, *“não estava aparelhada dos meios de defesa correspondentes ao grande perigo que pode ocasionar sua invasão em nosso país”*. Aludia às leis adotadas na Argentina como justificativa para se combater implacavelmente a aberração e o perigo do anarquismo em terras brasileiras (IDEM: 20/10/1919).

Apesar da resistência dos condutores de bondes da Light, a Companhia adotou um comportamento absolutamente inflexível, tomando várias medidas para impor uma derrota exemplar aos trabalhadores em greve. O Estadão noticiava que haviam chegado a São Paulo 48 motoneiros e condutores vindos do Rio de Janeiro, *“como ainda são esperados hoje de lá mais cem e vão ser utilizados os serviços dos estudantes”*. Dois grevistas foram a Light como os portadores de um ofício contendo as reclamações a serem atendidas como condição da volta ao trabalho. O diretor recusou-se terminantemente a receber o ofício. Uma vez que já não mais os considerava empregados da empresa. Na medida em que houvera terminado o prazo “concedido” pela Light para volta ao trabalho. Não obstante, *“a Light acabava de receber com palavras grosseiras uma comissão que fora portadora de reclamações e rasgara o ofício em que ellas se continham. A única maneira de vingar taes afrontas [...] era todos abandonarem o trabalho”* (O ESTADO DE S. PAULO: 25/10/1919).

A greve foi se ampliando para as unidades do grupo Matarazzo, a fábrica de sabão e óleos em São Caetano havia paralisado, assim como a Cia. Paulista de Lanifícios Kovarick, dentre outras. O governo federal por meio do general Eduardo Socrates, comandante da 4ª Brigada de Infantaria de São Paulo, colocou à disposição as forças federais que se achavam na capital, encontrando-se naquele momento em “rigorosa promptidão” (IDEM; Ibidem).

A greve se espalhava para as cidades de Santos e Jundiaí. Em São Paulo os operários mais radicalizados da greve da Light resolveram uma última cartada, após uma reunião na qual muitos grevistas defenderam a volta ao trabalho, em virtude da intransigência apresentada pela patronal e do apoio recebido pela empresa de setores da sociedade. Aqueles que eram favoráveis à continuidade do movimento *“concluíram que era necessário recorrer aos meios violentos, e escolheram um grupo ao qual confiaram*

a tarefa de ir cortar o cabo mestre da Light, e arrancar os trilhos da Ingleza, em Pirituba” (Ibdem).

Contudo, a polícia já tinha conhecimento das decisões tomadas na reunião e procurou reforçar a vigilância da torre, “*Os indivíduos incumbidos de praticar as violências a que alludimos, vendo-se perseguidos, fugiram para o matto, e, entricheirando-se, fizeram frente á força, havendo tiroteio entre esta e aqueles*” (IDEM; 26/10/1919). A polícia prendera somente um ativista, que acabou confessando todo plano. O delegado geral convocou para uma reunião em São Paulo todos os delegados regionais para lhes transmitir as novas instruções da campanha contra os “agitadores anarquistas” em todo o Estado de São Paulo (Ibdem).

Enquanto isso, os industriais do setor têxtil haviam se reunido no dia anterior (25/10) “convidando” os operários para o trabalho. O anúncio da convocação foi publicado na primeira página do Estadão, e diferentemente da postura assumida no movimento grevista de maio, o tom dos empresários do principal ramo industrial paulista era outro, não falava em atendimento de reivindicações e muito menos alguma palavra sobre negociação. O comunicado foi esse: “*AOS OPERARIOS DAS FABRICAS DE TECIDOS DE S. PAULO*”:

Os industriais de Fiação e Tecidos, estabelecidos nesta Capital, em reunião hoje effectuada em perfeita solidariedade, deliberaram a abertura dos seus estabelecimentos, segunda-feira próxima, 27 do corrente, à hora de costume, para o recomeço dos trabalhos interrompidos desde hontem. Esperam, portanto, o comparecimento de todos os seus operários. São Paulo, 25 de Outubro de 1919 (Ibdem).

A Federação Operária emitiu também um comunicado que expôs as razões do movimento; na verdade, a pauta era extensa, apresentando 16 itens. Chamava a atenção para reivindicações que já haviam figurado em outras greves, o que leva a concluir que não tinha havido seu cumprimento por parte da patronal da indústria: soltura imediata de todos aqueles que se encontravam presos por motivo de greve, reconhecimento formal das associações proletárias e direito de reunião, direito às comissões de fábrica, generalizar e tornar efetivo o horário de 8 horas, tanto na indústria como no comércio, e nos serviços públicos; um dia de descanso semanal, abolição do trabalho de menores e poderes junto às autoridades fiscalizadores para tornar efetiva essa medida, abolição do trabalho noturno para menores de 18 anos, permissão para as associações exercerem fiscalização no tocante aos acidentes de trabalho, equiparação do trabalho da mulher e do homem, salário mínimo condizente com o custo de vida

vigente, supressão da obrigação dos trabalhadores fornecerem ferramentas usadas no serviço, abolição completa das multas, contra a carestia de vida e poder de intervenção das entidades laboriosas nas causas da carestia de vida, e barateamento imediato dos aluguéis de casas (*O ESTADO DE S. PAULO*: 26/10/1919).

A repressão ao movimento foi implacável e a imprensa, convencida do caráter “político” da greve, apoiou a polícia que se dedicava a divulgar planos insurrecionais supostamente tramados pelos anarquistas. O movimento terminou e como corolário da derrota, no dia 31 de outubro, a sede do jornal “*A Plebe*” foi assaltada pelos estudantes da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, que vinham sendo duramente criticados por terem furado a greve da Light and Power & Co.:

Durante 30 minutos o transito esteve interrompido, fez-se uma algazarra infernal, os móveis e o arquivo d’ *A Plebe* foram postos pela janela afora, como se estivéssemos num país de salteadores e de ladrões. A polícia, a dois segundos do local onde se registrou a hedionda exibição de um quadro nefando, não compareceu embora solicitada de todos os postos (*O PARAFUSO*: 04/11/1919, Apud CAMPOS: 1988, 75).

A greve da Light havia terminado no dia 30 com a patronal impondo uma contundente derrota política ao movimento. A empresa, então, passou para ofensiva demitindo mais de 400 trabalhadores. Em face das demissões, as reclamações e protestos contra essa atitude aumentaram. Acusavam a empresa de que faltava pessoal habilitado para conduzir os bondes, uma vez que os novos empregados eram em número insuficiente e com alta rotatividade. Além disso, denunciavam que o material rodante se encontrava em mau estado para servir à população (*O PARAFUSO*: 16/12/1919, Apud IDEM: *Ibidem*).

A intensa repressão de que se valeram os patrões não foi suficiente para “abater a FOSP e os maiores sindicatos como o dos tecelões e o da construção civil; além disso, o jornal *A Plebe*, depois de três semanas de interrupção volta a circular semanalmente” (CAMPOS: 1988, 75).

A conjuntura de 1919 não se mostrava favorável à greve geral. À indústria, cujo status não se mostrava mais tão seguro como durante a guerra, sustentava o orçamento do Estado com o imposto sobre suas mercadorias. Além disso, o setor industrial, sobretudo na cadeia produtiva do ramo têxtil, encontrava-se ameaçado com tarifas menos protecionistas por parte do governo, o que gerava dúvidas e incertezas no setor. A fração industrial da burguesia de São Paulo se defrontava com a retração do mercado e a diminuição de sua importância no tocante à arrecadação fiscal, elemento

delicado que podia acarretar eventuais desdobramentos econômicos com a adoção de políticas menos protecionistas, ou até antiprotecionistas.

De qualquer forma, a dinâmica dos acontecimentos e a sistemática repressão governamental em relação à “intransigência operária” se encarregaram de garantir a vantagem dos industriais sobre o movimento operário. Quando a insatisfação do trabalhador fabril atinge o auge, “as atitudes do governo e da própria indústria funcionam como estimulantes ao protesto operário”. Embora as direções do movimento interpretassem isso como uma manobra dos patrões e do governo em “contornar a superprodução e valorizar estoques, além evidentemente golpear as organizações operárias” (BEIGUELMAN: 1977, 106).

Por outro lado, a Federação Operária identificava na disposição de luta do operariado uma nova possibilidade de enfrentar os patrões, acusando-os de terem burlado os acordos firmados na última greve. Mas num primeiro momento adotou uma atitude cautelosa, preferindo investir na organização e educação para a luta, *“procurando não fornecer pretextos aos seus inimigos costumazes, para desencadearem sobre ele os seus ódios, realizando, desse modo, os seus torvos desígnios de aniquilamento do movimento operário ainda em preparação”* (O ESTADO DE S. PAULO: 05/9/1919).

Mas a realidade se mostrou mais forte, com a persistência do alto custo de vida e da consequente corrosão salarial²⁴⁹. As greves parciais, que vinham sendo decretadas desde os meses de agosto e setembro em São Paulo, irromperam-se amplamente em outubro. Nessa mesma onda grevista, as cidades de Salvador e Recife também já haviam sido palco de greves gerais vitoriosas em meados de 1919, na Bahia inclusive contando com a simpatia do governador do Estado Antônio Moniz, provocando protestos da Associação Comercial que representava os interesses das empresas. Esta havia solicitado do governador a intervenção da polícia estadual, mas o

²⁴⁹ A crítica ao papel exercido pela Junta de Alimentação Pública, criada para fiscalizar o tabelamento de preços dos alimentos, se mostrara verdadeira; *“Que conseguiu, entretanto, até hoje a Junta de Alimentação de São Paulo? [...] Quanto o arroz, por exemplo, houve da greve de 1917 para a greve de 1919 um aumento de mais de 30% no preço em grosso [...]. E como se vê, de nada valeu o aumento de 20% obtido nos salários de 1917, porque a vida encareceu, apesar do Comissariado, de mais de 50%. Todos os negociantes por atacado e os açambarcadores de gêneros estão cada vez mais ricos, enquanto o povo morre de fome”*. Além do quadro desolador que novamente se via o proletariado urbano, o articulista do Estadão continua sua denúncia afirmando que não havia passado: *“o projeto que estabelecia o imposto sobre lucros extraordinários”* (ESTADO DE S. PAULO: 10/5/1919). O artigo é assinado por Ivan Subiroff, pseudônimo usado pelo editor do jornal *“O Combate”*, o jornalista Nereu Rangel Pestana para combater a elite paulista.

governador, professor de Economia e socialista, recusou-se a atender ao pedido, alegando que os operários se declararam em greve pacífica (DULLES: 1973, 81).

Todavia, a Associação Comercial enviou telegrama a Delfim Moreira, o então Presidente com mandato de ano, em virtude da morte do Presidente eleito, Rodrigues Alves, eleito em 1918, comunicando que os grevistas anunciavam o “saque”, e que a cidade se achava há três dias sem “*pão, luz, carne, serviço telefônico e transporte de qualquer espécie*”. O proletariado baiano conquistou um acordo que lhe concedia a jornada de trabalho de oito horas sem redução dos salários e horas extras reajustadas em 20% (*O ESTADO DE S. PAULO*: 08/6/1919).

A dramática situação dos anarquistas prestes a serem expulsos do país provocou atos de solidariedade no Rio de Janeiro e em São Paulo, mas “*do Porto do Rio já partiu o primeiro grupo de trabalhadores expulsos como vulgares criminosos. Para dentro de poucos dias, anunciar-se a partida de muitos outros*” (*A PLEBE*: 08/10/1919). Logo depois, no início de Novembro, é divulgado o embarque de mais 23 pessoas sendo 18 de São Paulo (*O ESTADO DE S. PAULO*: 01.11.1919). Um dos deportados foi Everardo Dias, um dos grandes expoentes da militância anarquista no Brasil, também editor, escritor e jornalista²⁵⁰:

Enquanto os prisioneiros aguardavam o embarque e Everardo Dias suplicava por um médico, os diplomatas espanhóis conferenciaram com o Ministro das Relações Exteriores, com o chefe de polícia Germiniano da Franca. [...] Finalmente, a polícia forneceu roupa e dinheiro aos prisioneiros e levou todos os 23 para bordo do Benevente, embora o cônsul da Espanha se recusasse a expedir os vistos de Everardo Dias, Manuel Perdigão Saavedra e Francisco Ferreira, um pintor do Rio (DULLES: 1973, 103).

No final de dezembro, a União dos Operários em Fábricas de Tecidos (UOFT), “representando 25.000 operários”, realiza assembleia para protestar contra a violência policial a mando do Estado e a prisão de dois de seus filiados, sendo que um deles tinha sido preso na fábrica em que trabalhava, na presença de milhares de operários (*A PLEBE*: 27/12/1919).

A radicalidade revolucionária anarquista foi duramente reprimida devido ao seu caráter reivindicatório, e somente o operariado mais conservador ligado à Igreja foi

²⁵⁰ Everardo Dias após viver maus bocados na travessia oceânica (estava fraco e doente), retornou logo em seguida ao Brasil, pois “O governo do Estado de São Paulo acedera ao pedido do governo federal de que reconsiderasse a expulsão de Dias, este, então, veio a saber que voltaria ao Brasil”. Aportou em Recife a 25 de Janeiro de 1920, no mesmo navio Benevente que o levava de volta a Portugal (DULLES: 1973, 103).

amortecido pelas atitudes benevolentes e controle do que de direito, veio a ser incorporado lentamente pelos interesses do Estado e dos industriais. Assim, apesar da difícil situação do movimento operário no final de 1919 em face do golpe sofrido pela patronal e o governo, o ano de 1920 entrava indicando para o prolongamento do processo grevista. A nossa intenção nesta parte seguinte do trabalho será analisar as suas condições e em que patamar organizativo o patronato enfrentou a greve.

4.6. O Movimento Grevista de 1920: Unidade Patronal e Avanço Organizativo

No início da década de 1920 a influência anarquista começou a decrescer e o Partido Comunista²⁵¹ passou a influenciar os setores militantes do proletariado; a partir de 1922, as federações operárias rivais passaram a competir por maior influência e controle do movimento operário, elemento que só ajudou a acentuar sua divisão e fraqueza. O 3º Congresso Operário Brasileiro se realizou na última semana de abril de 1920, no Rio de Janeiro, contando com a participação de 150 delegados, representando cerca de 75 entidades sindicais de vários estados do país. O primeiro se realizara em 1906, e o segundo em 1913. A possibilidade de realização dos dois primeiros congressos foi determinada pela conjuntura de ascenso do movimento operário, mas o 3º Congresso realizou-se numa conjuntura de declínio das lutas operárias.

O 3º Congresso Operário Brasileiro (1920) revelava, pelo teor das reivindicações que, apesar do ascenso espetacular das lutas dos anos anteriores, poucas conquistas arrancadas pelo proletariado ao patronato industrial puderam ser preservadas. Os acordos eram assinados entre patrões e operários, mas a patronal não respeitava os acordos firmados. Outro elemento que ajudou enfraquecer a resistência do movimento operário foi sistemática repressão do Estado, prendendo dirigentes operários, expulsando líderes de origem estrangeira e defensores do ideário anarcossindicalista, tendência que reclamava para os sindicatos a gestão dos negócios econômicos sob controle direto dos trabalhadores. Além de perpetrar invasões e destruição de entidades operárias, e o empastelamento de jornais combatentes editados pela imprensa operária, como insistentemente ocorreu com o jornal *“A Plebe”*.

²⁵¹ Em 25 de março de 1922 foi fundado o Partido Comunista Brasileiro; foi escolhida uma primeira Comissão Central Executiva, composta de 10 membros. De influência marxista, o PCB, nos anos de 1920 disputou a direção do movimento operário nos principais centros industriais do Brasil, ainda sob influência do anarcossindicalismo.

A trajetória do jornal “A Plebe”, dirigido, em São Paulo, pelo tipógrafo anarcossindicalista Edgar Leuenroth, ilustra bem a disposição dos órgãos repressivos de São Paulo em atacar as vozes que se colocavam a serviço do movimento operário, conforme Francisco Foot Hardman,

[...] foi editado, numa primeira fase, no longo período 1917 - 24, atingindo 291 números, com algumas curtas interrupções, e em especial na turbulenta conjuntura de 1917-20, quando foi duramente atacado pelas autoridades policiais e seu diretor preso e acusado de principal responsável pelo movimento grevista da época. A Plebe deixou de existir entre 1924-27 (estado de sítio), reaparecendo em 1927, com cerca de treze números, para desaparecer novamente. [...] Entre 1923 e 1924, sob pretexto de conexões com os militares revoltosos dos levantes tenentistas são presos e deportados vários líderes operários, tendo sido fechados jornais da imprensa operária (p. ex., Movimento Comunista, Voz Cosmopolita, O Alfaíate) (HARDMAN, LEONARDI: 1991, 286).

Pouco depois do último movimento grevista de 1920, o jornal “*O Trabalhador Gráfico*” respondia aos ataques sofridos, durante a greve da categoria em 1923; reafirmava-se mais uma vez em evidência o padrão dominante de comportamento da burguesia em relação às formas associativas do proletariado, considerando-as simples prolongamento do universo do crime; “*É bem verdade que alguns dos seus membros já foram incomodados pela polícia. Mas não o foram por nenhum daqueles crimes, e sim por dedicar os seus esforços para conquistar melhorias para os trabalhadores*” (*O Trabalhador Gráfico*: 28/2/1923, Apud IDEM, Ibidem: 287).

O judiciário da Primeira República usou um poder de polícia pelo espaço aberto pelas leis ao livre julgamento encabeçado pelas autoridades, não como defeito da matéria legal, mas estritamente como o seu complemento necessário. Como atribuição da Polícia Civil, coexistiam duas forças distintas: uma refere-se ao cumprimento da lei, dentro da esfera do que é legal, e a outra articulada pela manutenção da ordem, instaurando um poder extralegal. Nesse sentido, pode-se ver como a pressão exercida pela sociedade influi mais sobre a polícia, priorizando seu próprio trabalho em detrimento da lentidão das decisões judiciais. Expediente constante nos processos de expulsão de lideranças anarquistas que raramente eram absolvidos nos julgamentos, o que ajudava enfraquecer o movimento operário.

A polícia não concebia o direito como algo aplicável universalmente, mas o distribuía de forma desigual entre os membros de uma sociedade que é governada por uma constituição de iguais, nos seus deveres e direitos. Logo, a “necessidade de regular a coexistência dos homens na sociedade deu origem ao poder de polícia; o estado de

consciência que se firmou no individuo de que lhe seria impossível viver bem sem submissão a esse poder fez nascer o dever de polícia” (VIEIRA, SILVA: 1955, Apud KENEZ: 2001, 155).

Outro aspecto que se somou para o enfraquecimento do movimento operário em São Paulo diz respeito à adoção, por parte dos industriais do segmento têxtil, de mecanismos de repressão e técnicas de controle do proletariado urbano. Principalmente com a criação do CIFTSP, órgão de classe que foi determinante na queda de braço com as organizações operárias, criando um eficiente conjunto de regras no meio fabril, visando maior controle sobre a classe operária, que será de fundamental importância no mapeamento da vanguarda operária e da militância anarquista nas fábricas de São Paulo, com a elaboração de “listas dos indesejáveis”. O intercâmbio do CIFTSP com a delegacia geral de polícia se fará mais direto e efetivo, por meio do protagonismo dirigente de seu secretário geral, Octávio Pupo Nogueira.

Uma das questões em disputa que ganhou relevância no processo grevista de 1920 foi a luta pela permissão da cobrança, no interior de cada fábrica, da taxa sindical dos filiados. Em março de 1920, os operários das fábricas de tecidos estavam dispostos a entrar em greve geral da categoria, por haverem os patrões proibido que a União dos Operários em Fábricas de Tecidos (UOFT) realizasse a cobrança das mensalidades dos associados, no recinto de trabalho. No mês de janeiro já haviam ocorrido várias greves, *“Na fabrica Klabin & Irmão, continuam em greve 400 operarios, querem o aumento de 20% em seus salários e mais o pagamento dos dias em que permanecerem em greve”* (O COMBATE: 08/1/1920).

Além da Klabin, a Fábrica de Tecidos Gamba e a Fecularia Matarazzo também haviam parado, e a repressão policial já se encontrava em seu mais pleno exercício: *“hoje de manhã, quando os grevistas se retiravam de uma reunião da succursal da União dos Operários das Fábricas de Tecidos [...] um agente da policia deu voz de prisão ao operário Jeronymo Barcella, que lhe fora apontado como cabeça do movimento”*. Aos primeiros protestos de uma operária pelo ocorrido, também foi tratada com rudeza, *“sendo agarrada pelo agente com tal brutalidade que cahiu ao chão. Foi presa e ainda está detida”* (IDEM: Ibidem).

Durante as greves de janeiro e março, o candidato para a cadeira de Presidente do Estado estava em plena campanha. Washington Luis se transformara em um dos principais quadros políticos da burguesia paulista, e como a questão operária estava em evidência no legislativo, este procurou dar a devida importância que o tema

requeria, mostrando-se favorável à adoção da jornada de oito horas de trabalho, e à regulamentação do trabalho da mulher e do menor. Reafirmava que esses direitos já constavam no Código Sanitário do Estado, entretanto, defendia uma posição política pouco democrática com relação às lutas operárias:

O sr. Washington Luis insiste em declarar que a agitação operaria, entre nós, é uma questão que interessa mais a ordem pública do que a ordem social; representa ella o estado de espírito de alguns operários, mas não estado de uma sociedade. S. exa. teve habilidade de não dizer expressamente que essa agitação é fructo dos exploradores estrangeiros (*O COMBATE*: 28/1/1920).

Como podemos notar, apesar do reconhecimento da questão operária em leis já editadas pelo Estado de São Paulo, essas resistiam em sair do papel; Washington Luis seguia a mesma filosofia política atribuída a antecessores que defenderam essa mesma concepção elitista e excludente, a exemplo de Campos Sales ou Altino Arantes, ambos representantes do conservador Partido Republicano Paulista (PRP).

Washington Luis iniciou o seu mandato em 1º de 1920 e governou o Estado de São Paulo até abril de 1924. Quando prefeito da capital recebeu homenagem dos industriais paulistas por conta da organização da primeira exposição industrial de São Paulo, “*Era muito justo e louvável o agradecimento dos industriaes ao Sr. Dr. Washington Luis, pois a primeira exposição industrial foi um valioso empreendimento*”. Ocasão em que a importação ficou irremediavelmente afetada em decorrência da guerra, e a exposição teve o caráter de atrair novos negócios para a indústria (*JORNAL DO COMMERCIO*: 06/4/1918).

As tensões sociais se intensificaram a partir do mês de março e os industriais do setor têxtil foram atraídos para novo embate de classe. A questão do recolhimento das contribuições sindicais e a defesa da UOFT moveram os tecelões para uma importante disputa. A União, por meio de comunicado à imprensa, esclarecia que a cobrança da taxa no recinto de trabalho já figurava como expediente regular nas empresas havia dois anos “*sem nenhuma perturbação do trabalho*”. Apesar de defender a legitimidade da cobrança aos seus milhares de filiados que, segundo a União, “*é a única organização de classe que reúne a maioria absoluta do operariado, que a Ella se associou espontaneamente*”. O patronato industrial agrupado no CIFT tinha atingido um novo patamar organizativo, adotando uma postura frontalmente contrária ao recolhimento das mensalidades no interior de suas fábricas (*O ESTADO DE S. PAULO*: 17/3/1920).

A disputa adquiriu um caráter essencialmente político, pois segundo a UOFT, havia cobranças na folha de pagamento que não eram comunicadas com antecedência aos operários, *“estranhando que se lhe prohibia cobrar as mensalidades dos associados dentro das fabricas, quando é certo que dos salários se deduzem a cada passo contribuições para subscrições e benefícios sem consulta prévia dos trabalhadores”* (IDEM: Ibidem). Em virtude da intransigência dos patrões em conformidade com linha política adotada pelo CIFT, o caminho adotado pela UOFT era a decretação de uma paralisação da categoria.

A greve foi iniciada na São Paulo Alpargatas Co. Vindo em apoio à empresa, o Centro Industrial de Fiação e Tecelagem informava, em comunicado à imprensa, que já em reunião realizada com os industriais em 1º de fevereiro, deliberara, por unanimidade de votos, não permitir que fossem cobradas nas fábricas as mensalidades dos operários e suas associações. Para tanto, alegava-se a premente necessidade de evitar desperdício de tempo e discussões *“originárias da existência de diversas agremiações operárias antagônicas”*. Essa tomada de posição foi novamente referendada no curso de reuniões realizadas entre 10 e 11 de março (*O ESTADO DE S. PAULO*: 12 e 18/3/1920, Apud BEIGUELMAN: 1977, 110).

O CIFT agia como um autêntico sindicato patronal ao convocar, reunir e deliberar resoluções que forjaram, na prática, a unidade dos patrões da indústria, pois teve o mérito político de convencê-los para emergência de agirem como fração industrial centralizada. Atingiu-se diretamente o seu grau de organização e união, impelindo-os a agir como segmento de classe concordante em face das disputas com o movimento operário.

Embora houvesse entre si disputas na área econômica no tocante à concorrência de mercado, a fração industrial da burguesia conquistou, com a fundação do CIFT, um importante instrumento de coesão patronal no sentido da sua futura constituição como classe social independente, isto é, de burguesia industrial. No entanto, com discurso e perfil nacionais, mas articulada e dependente do capital externo. Logo, essa dupla articulação que se estruturou como parte integrante ao conjunto da burguesia brasileira, conforme observou Florestan Fernandes, não criou, somente,

[...] o seu modelo de transformação capitalista. Ela também engendra uma forma típica de dominação burguesa, adaptada estrutural, funcional e historicamente, a um tempo, tanto às condições e aos efeitos do desenvolvimento desigual interno, quanto às condições e aos efeitos da dominação imperialista externa, [...] tomando diante da dupla articulação

uma atitude política ‘realista’ e ‘pragmática’, o que é, em suma, uma demonstração de sua racionalidade burguesa (FERNANDES: 1975, 300).

A experiência, além da capacidade de atuação unitária nos conflitos de classe a partir de outubro de 1919, demonstrou a capacidade que a fração industrial da burguesia paulista começava a experimentar. Acreditando ser possível unir-se, portanto, para tomadas de decisões mais gerais e específicas, sobretudo no campo das relações com o movimento operário e conflitos trabalhistas.

Na obra de Palmira Petrati Teixeira sobre Jorge Street²⁵², a autora sublinhou que os exames dos relatórios do CIB e das circulares do CIFT ofereciam vários exemplos que indicavam que o

[...] grau de coesão e capacidade de aglutinação de seus integrantes, que extrapolava os limites dos quadros associativos, chegando à esfera do poder público. Discutiam-se os mais variados assuntos ligados à sua atuação economia e política. Ao longo dessas discussões, que transbordavam de longe o nível do controle e da organização da empresa, forjava-se a capacidade da classe de fazer face com eficácia ao movimento operário. (TEIXEIRA: 1990, 54).

Buscou-se com isso a solução das deficiências organizativas existentes no campo dos conflitos de classe, e reduzir, efetivamente, a dependência que marcou a atuação do Estado na esfera das relações de capital e trabalho. Pois embora circunstancialmente admitisse a presença do Estado nos processos de negociações forçados pelo conjunto das entidades de classe do operariado nos movimentos grevistas, posicionou-se contra a interferência do Estado no debate acerca da regulamentação do trabalho. A fração industrial defendia que operários e patrões, levando-se em conta os interesses de cada segmento no debate dos direitos trabalhistas, podiam chegar a um acordo sem a mediação direta Estado.

O movimento operário, por sua vez, interferiu diretamente na aquisição de uma nova perspectiva de coesão social do patronato industrial a partir de um contexto histórico de mobilizações protagonizadas pelo proletariado urbano de São Paulo. Os industriais paulistas buscaram superar e avançar sobre seus propósitos organizativos de classe, e uma das observâncias para o triunfo desse objetivo passava pelo fortalecimento do papel que assumiriam suas entidades de representação.

²⁵² TEIXEIRA. Palmira Petrati. A Fábrica dos Sonhos: trajetória do industrial Jorge Street. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

O Centro Industrial de Fiação e Tecelagem (CIFT) surgia no cenário das disputas entre capital e trabalho detentor de um protagonismo de classe proeminente, procurando centralizar ao máximo as decisões do empresariado industrial do segmento têxtil e algodão. Na queda de braços que marcou as disputas com a UOFT, na greve geral decretada no final de março de 1920, em defesa da legitimidade da cobrança sindical no interior das fábricas, o Centro Industrial assumiu uma postura marcada pelo enfrentamento centralizado.

O caso da firma São Paulo Alpargatas ilustra bem esse novo direcionamento político. Em uma carta em resposta às reivindicações da UOFT, o Centro Industrial respondeu que:

Tendo sido noticiado por alguns jornaes que a greve da S. Paulo Alpargatas Co. foi motivada por aquella Companhia ter proibido a cobrança, dentro do seu estabelecimento, das mensalidades devidas pelos operários as suas associações enquanto essa cobrança é consentida nas demais fabricas, cumpre-nos levar ao conhecimento dessa ilustrada redacção que o Centro dos Industriaes de Fiação e Tecelagem já na sua reunião de 10 de fevereiro p.p. deliberou por unanimidade de votos, não ser permitida a referida cobrança em todas as fábricas. Assim, a S. Paulo Alpargatas Co, nada mais fez do que observar a deliberação deste Centro, a qual teve por objetivo desperdícios de tempo, discussão e até possíveis desordens, dentro das fábricas (*O COMBATE*: 13/3/1920).

Na reunião, conforme o comunicado, todos os associados presentes se mostraram solidários com a tomada de posição da São Paulo Alpargatas Co. Por outro lado, a demonstração de unidade dos industriais por meio da notificação do CIFT motivara o ânimo operário para a decretação de uma nova greve geral em São Paulo. A resposta da UOFT ia nessa direção, *“Si os industriaes viram nessa cobrança um entrave a boa ordem interna dos estabelecimentos os operários por sua parte enxergaram na prohibição uma violencia dos patrões e um atentado contra a sua liberdade”*. E para deixar claro o seu descontentamento na luta pelos seus propósitos de classe, *“ficou resolvida a declaração da greve dos tecelões”* (IDEM; Ibidem).

A estratégia adotada pelo CIFT consistia em alimentar a ilusão de um acordo com a UOFT, praticamente até o limite do debate. O Centro vinha se reunindo quase todos os dias, para discutir o impasse existente e protelar ao máximo um acordo. Por conseguinte, a Federação Operária lançava o *“seu protesto contra a violência patronal praticada com o intuito de prejudicar o movimento associativo”*, e declarava todo seu apoio e solidariedade à luta dos tecelões (*O COMBATE*: 17/3/1920).

O pretexto da proibição da cobrança sindical funcionava como sinalização clara de que a tolerância até então admitida dentro das fábricas estava com os seus dias

contados. Mas é importante que se destaque, era uma luta, e como toda a luta depende do contexto social em que se realiza, a vitória do operariado dependia das redes de apoio e solidariedade a serem construídas.

Havia duas questões que perpassavam o conflito com os industriais do setor têxtil, a primeira já foi mencionada, a questão da cobrança sindical; o segundo aspecto dizia respeito à tática do *lock-out*, assumida por algumas empresas do ramo. Nesse sentido, o debate ganhava outros contornos:

Ao contario do que noticiaram nos jornaes, e nós também noticiamos, não houve e nem há greve de tecelões, a não ser nas fabricas de firma Pereira Ignácio & Cia.: o que há desde segunda-feira é 'lock-out'. Na longa comunicação que nos enviou a União dos Operarios em Fabricas de Tecidos verifica-se que “não se trata de um movimento grevista, pois foram os patrões que encerraram as fabricas, encontrando os operarios os portões das mesmas fechados quando na segunda-feira se dirigiam ao trabalho” (IDEM: Ibidem).

O industrial português Pereira Inácio, radicado no Brasil há quase duas décadas, sempre manteve um comportamento hostil às reivindicações operárias, sendo um dos primeiros elementos do empresariado industrial a adotar diligências constantes com a polícia, visando o fichamento dos seus trabalhadores nas suas fábricas de Sorocaba. Desta feita, o problema do conflito em São Paulo das fábricas 'Paulistana' e 'Lusitania', ambas de sua propriedade, estava ligado à proposta de redução dos salários dos seus operários em 50%. Assim, “*Quando os operários da fabrica Paulistana se dirigiram para a fabrica Lusitania a fim de pedir a adesão de seus camaradas sofreram violências policiais*”. Houve prisões, espancamentos, além de um 'secreta' que sacou o revólver e atirou duas vezes contra um operário, “*entre as victimas desses excessos policiaes, que lamentavelmente contam-se algumas mortes*”. A Cia. Paulista de Aniagens havia oito dias que estava em greve, por não querer reconhecer a comissão da UOFT e não permitir a cobrança dentro das fábricas das mensalidades dos seus filiados (Ibidem).

A greve nas fábricas do grupo Pereira Inácio ainda continuava sem solução, “*Tanto os operários desta como daquela fabrica mantem-se firmes nas suas reclamações [...] principalmente a dos trabalhadores da 'Paulistana', que tiveram uma diminuição quase de 50% nos seus salários*”. Os operários da 'Lusitania', que haviam decretado greve em solidariedade aos seus companheiros da 'Paulistana', aproveitaram a oportunidade para referendar o reconhecimento das comissões operárias internas, ameaçadas pela direção da empresa (*O COMBATE*: 22/3/1920).

O novo memorando divulgado pela UOFT dirigido ao patronato do setor reivindicava a manutenção das comissões internas de fábricas, com as atribuições que tiveram até então; o direito à cobrança sindical e ao pagamento dos dias perdidos de trabalho em virtude do *lock-out* dos patrões. A Federação Operária em vista de tal procedimento da parte dos empresários industriais se vê no direito de recordar à população de São Paulo *“que estes, que agora paralyzam o trabalho, deixando sem serviço centenas de operários que tem famílias, são os mesmos que provocaram o movimento de 1917, de que todos se recordam”* (IDEM: 23/3/1920).

Em resposta do Centro Industrial ao parecer da União Operária, os representantes patronais propunham a formação de uma comissão de cinco membros de cada entidade, para, assim, *“tratar dos assumptos que interessam ás duas agremiações”*, assina a carta o gerente da CIFT, Armando de Virgilis (IDEM: Ibidem).

Contudo, *“os patrões, persistindo na sua intransigência, mantiveram o seu programma de não ceder nem mais uma linha do que haviam cedido”*, o deliberado rigor patronal do setor têxtil havia atingido os limites necessários para a decretação da greve geral do setor. A UOFT afirmava *“que os operários se esforçaram para evitar esse movimento, procurando depois que houve o lock-out, chegar, a todo custo, a um possivel accordo. [...] Dahí a greve que vai afetar extraordinariamente a vida da cidade”* (O COMBATE: 25/3/1920).

Na noite do dia 24 de março realizou-se um comício com 12.000 operários, à rua Joly, no bairro do Brás, que rejeitando a proposta do Centro Industrial de Fiação e Tecelagem, *“proclamaram unanimemente, a greve geral da classe”*. Todavia, houve, no dia 25 de março, nova tentativa de acordo, só que agora mediado pela Federação Operaria junto aos patrões do CIFT e a UOFT; as pressões aumentaram e o Centro Industrial cedeu, mas não o suficiente para arrefecer os ânimos dos operários: *“O Centro compromettia-se assinar às 15:00 horas um accordo com os grevistas, em que reconheceria a cobrança das mensalidades da UOFT [...] e se comprometia a pagar meio dia de trabalho somente aos operários das fabricas que foram fechadas”*. Os protestos ecoaram pelo comício, pois os que foram atingidos pelo *lock-out* patronal exigiam o pagamento integral dos dias perdidos. Além disso, aqueles operários que depois foram obrigados a declarar-se em greve queriam também ser pagos (IDEM: 26/3/1920).

Em contrapartida, no Rio de Janeiro, a vida na cidade já estava completamente paralisada. Os jornais noticiavam a adesão dos estivadores e o apoio dos

estudantes de medicina à greve geral: “*Quasi todas as classes trabalhadoras do Rio aderiram ao movimento paredista*”. Enquanto isso, o governo do Presidente Epitácio Pessoa ameaçava decretar o ‘estado de sítio’ contra o movimento, embora não reconhecesse publicamente. Havia uma expectativa pela decretação de uma greve geral também em São Paulo, a partir da greve dos tecelões (Ibdem).

A Federação Operária conclamava todos os trabalhadores à greve geral em São Paulo, no dia 29/3/1920 já havia a adesão dos tecelões, operários dos canteiros e construtores civis e metalúrgicos. A sede da UOFT tinha sido fechada pela polícia, com o propósito de impedir reuniões no local e, segundo consta, a polícia mantinha severa vigilância na porta da entidade. A situação em São Paulo e Rio de Janeiro voltava à anormalidade, reconduzindo o movimento ao intenso processo repressivo. Em resposta ao convite do patronato do setor têxtil para nova rodada de negociação, os representantes da Federação Operária “*não compareceram à reunião hontem convocada, às 9 horas, pelo Centro dos Industriaes, porque tinham sobejas razões para temer violências traiçoeiras por parte da polícia*” (O COMBATE: 29/3/1920).

A patronal metalúrgica acompanhando a tendência de resistir ao movimento, reuniu-se na Associação Paulista das Indústrias Mecânicas e Metalúrgicas, em assembleia geral extraordinária, “*deliberou marcar até amanhã, às 7 horas, o prazo para a reabertura das oficinas de seus associados que se acham paralyzadas. Findo esse prazo, a Associação determinará o fechamento de todas as oficinas, por tempo indeterminado*” (IDEM: 30/3/1920). Ou seja, a tática do *lock-out* passava a figurar como tática de pressão deliberada das entidades patronais contra as organizações do operariado, forçando-as a adotar uma atitude defensiva na mesa de negociação.

Os industriais ligados ao setor metalúrgico não estavam dispostos a ceder aos reclames grevistas, respeitando as orientações da sua Associação, que fez divulgar um novo regulamento destinado aos operários que trabalhavam no ramo mecânico-metalúrgico. As novas regras foram repudiadas pela União dos Metalúrgicos, que solicitou à Associação Paulista das indústrias Mecânicas e Metalúrgicas explicações sobre tais mudanças. O descontentamento do operariado do setor já se manifestava na Cia. Industrial Martins Barros, “*pelo facto dos operarios desse estabelecimento, não se conformando com o novo regulamento terem abandonado o trabalho*”. Episódio que levou a União dos Metalúrgicos a alertar seus associados a não abandonarem o trabalho. A gravidade da situação impeliu a União a se dirigir ao legislativo federal, na pessoa do

deputado Maurício de Lacerda, *“a fim de v. exa. se entender com a Associação Paulista dos Industriais Mechanicos e Metalúrgicos”* (O COMBATE: 12/4/1920).

A repressão ao movimento operário se intensificou: *“A polícia paulista tem em andamento grande numero de processos de expulsão contra os implicados nos últimos movimentos paredistas. Para esse fim, têm sido presos muitos operários, alguns dos quaes são postos em liberdade depois de identificados”*. As direções do movimento denunciavam que a atitude da polícia de perseguir e desconsiderar os operários e seus representantes procurava desmoralizar as organizações operárias (IDEM: 07/4/1920).

Nos estabelecimentos industriais têxteis a repressão se firmou, chegando à ocupação de fábricas pelas forças de segurança policial:

Na fabrica de tecidos ‘Labor’, hoje, pela manhã, ao ser dado o signal para a entrada, os operários se apresentaram com o intuito de se entender com a gerencia sobre as condições em que retomariam o trabalho. Aconteceu porém que o estabelecimento se achava guardado por soldados e innumerous agentes da policia. Deante desse aparato de força, os operários resolveram não trabalhar e, de facto, se retiraram para suas residências (O COMBATE: 12/4/1920).

A fração industrial da burguesia de São Paulo, durante o movimento grevista, portou-se de forma coesa e organizada, impedindo que o mesmo obtivesse uma vitória expressiva. Em resolução datada de 18 de março, o Centro dos Industriais de Fiação e Tecelagem decidiu que os empresários que haviam fechado as fábricas em harmonia a essa recomendação só as reabrissem em dia que *“entre si convencionarem, mantida rigorosamente aquela proibição”* (O ESTADO DE S. PAULO: 19/3/1920).

O CIFT insistia em não permitir *“ingerências ou imposições de representantes dos operários para dispensa de pessoal de qualquer categoria”*. Quanto às associações operárias, dispunha-se a reconhecer as *“legalmente constituídas e bem organizadas, facultando-lhes manterem seus representantes junto a este Centro”*. Adotaram uma linha política de não opor-se à organização operária, alegando buscar somente *“harmonizar os interesses recíprocos, estudando junto com os representantes operários responsáveis todos os problemas inerentes ao trabalho, para evitar perturbações”*. Em conformidade com essa linha ‘pacificadora’, o Centro Industrial se propunha a uniformizar, a partir de 1º de abril, *“se for possível, as tarifas de salarios em todas as fabricas, tendo em vista aumentar aquelas reconhecidas como menos compensadoras do trabalho”*. A fala do CIFT finalizava como sendo um dos seus objetivos cooperar para o bem estar do operariado, em proporção ao custo atual de vida (IDEM: Ibidem).

A Federação Operária insistia em sua pretensão pelo direito de fiscalizar as condições de trabalho. E renovava suas reivindicações teoricamente já aceitas pelo empresariado, mas que não tinham saído do papel, referentes à jornada de 8 horas de trabalho, à questão do menor, ao trabalho noturno, a regras disciplinares, além de propostas concernentes ao custo de vida (*O COMBATE*: 29/3/1920).

A greve dos tecelões terminou em meados de abril, concordando os industriais com o desconto em folha das mensalidades sindicais devidas pelos operários a UOFT (*O ESTADO DE S. PAULO*: 16/4/1920). Para esse jornal, a greve quase que se limitou às fábricas de fiação e tecelagem, conservando-se no mesmo patamar de paralisação do dia 27 de março. Aderiram à greve: chapeleiros, os metalúrgicos de alguns estabelecimentos, canteiros e marmoristas, sapateiros, operários da construção civil e algumas fábricas ligadas à indústria alimentícia (IDEM: 31/3/1920, *VOZ do POVO*: 07/4/1920).

A repressão nesses dias foi intensa; de um lado, começaram a prender as lideranças operárias Edgar Leuenroth, Florentino de Carvalho, Pimenta e Manuel Soares; de outro, policiais invadiam residências obrigando os operários a voltarem ao trabalho, prendiam mulheres e espancavam até crianças. Além das prisões, maus tratos, proibições de comícios e reuniões, invasões e fechamento de associações, a polícia iniciara as deportações dos “agentes desestabilizadores”, isto é, as lideranças operárias (CAMPOS: 1988, 95).

A demonstração de coesão dos industriais no processo grevista de 1920, somada à brutal repressão aos grevistas, em certa medida abalaram a organização e resistência do movimento, transformando até mesmo a permanência de uma concessão já feita anteriormente num sofrido triunfo, após ferrenha luta. Além disso, a Federação Operária denunciava também que “*os industriais, nestes últimos tempos, à custa do trabalho extraordinário, conseguiram um colossal ‘stock’ de tecidos, o que mostra que se achavam preparados para esse movimento*” (*O COMBATE*: 23/3/1920).

Ao fim da greve geral, a Federação Operária se pronunciou argumentando que o seu fracasso “*deveu-se ao fato de a polícia ter impedido as reuniões e as comunicações entre as associações operárias, o que as desorientaram*” (*O COMBATE*: 05/4/1920). No 3º Congresso Operário Brasileiro que acontecera no mês de março, dentre as preocupações levantadas por suas direções, figurava a necessidade de “*um novo método de acção, tanto no tocante à produção, como no problema do consumo*.”

O sindicalismo em si é apenas um meio de que o operariado lança mão para aquisição de imediatas melhorias, que logo se desfazem” (IDEM: 18/3/1920).

A partir da greve geral de 1920, o movimento operário entra num processo de refluxo e disputas políticas, mas as greves continuaram a eclodir. Contudo, não voltaram a ter a dimensão e a repercussão daquelas do período precedente. O estado de sítio instaurado em julho de 1922, em virtude do levante tenentista, foi prorrogado por diversas vezes até dezembro de 1926, exercendo forte influência no processo de desorganização das entidades operárias (BATALHA: 2000, 59).

Embora a pesquisa tenha apontado para aquisição de um novo patamar no tocante à unidade e à coesão social assumida pela fração industrial da burguesia de São Paulo nos conflitos frente ao movimento operário, entre 1917 e 1921, isso não invalidou o seu caráter retrógrado marcante nas relações com o operariado e suas associações. De maneira que

[...] o atraso da industrialização brasileira em si não explica o comportamento dos industriais em relação à classe operária, no sentido de considerarem o proletário como socialmente inferior e de tratarem a questão trabalhista, dentro dos marcos da mentalidade na época, como mero caso de polícia. Como empresários de um setor nascente na economia do país, os industriais brasileiros poderiam, em tese, ter sido os agentes de novas ideias no campo social (LEME: 1978, 123).

A dominação da burguesia não se constituiu somente em uma força socioeconômica espontânea e uma força política ordenadora. Esta “polariza politicamente toda a rede de ação auto-defensiva e repressiva, percorrida pelas instituições ligadas ao poder burguês, da empresa ao Estado”, permitindo a origem de uma superestrutura de opressão e de bloqueio, que converte, reativamente, a própria dominação burguesa na “única fonte de poder político legítimo” (FERNANDES: 1975, 303).

Conclusão

Um dos inúmeros aspectos que chamou a atenção no perfil de atuação dos industriais na política foi o seu desapego por um partido que focasse exclusivamente a defesa dos seus postulados políticos, ideológicos e econômicos. A resposta para essa questão é complexa nos quadros da Primeira República, pois, além de constituir um segmento, na sua maior parte de origem estrangeira ou descendente da primeira geração de imigrantes, esses industriais ainda não estavam totalmente integrados ou familiarizados com os costumes da elite local.

Entretanto, a coesão de classe entre eles e a burguesia agrária, que se verificou nesta pesquisa, conferiu-lhes respeitabilidade e importância social, nos marcos das relações urbanas na cidade de São Paulo. Seria interessante investigar, nas primeiras décadas do século XX, os laços matrimoniais que fundiram interesses industriais e agrários em São Paulo. Pois as afinidades entre o campo e a cidade se mostraram muito além das explicações normalmente adotadas pela historiografia. Assim, suas contradições no plano das atividades econômicas ou sociais se mostraram superdimensionadas por um campo de análise que subestimou as adaptações do novo ao velho. Desse ponto de vista, a teoria empregada por Florestan Fernandes para explicar o fenômeno do conservadorismo estrutural no Brasil, ou o caráter autocrático da sua burguesia, corresponde a uma realidade que, ao se transformar, assegura os emblemas do passado.²⁵³ De tal forma, que a gênese da história do Brasil se encontra presa a um campo gravitacional de matrizes conservadoras, que exerceram e exercem, ainda hoje, forte influência nas transformações ocasionadas a partir dos conflitos gerados pela luta de classes na sociedade.

Não é por acaso que o conceito de atribuir à “burguesia industrial”, na história recente do país, a primazia de “classe progressiva” redundou num pleno fracasso conceitual e histórico²⁵⁴, o que mostrou que não houve nenhum sinal de fratura social na gênese fundante da fração industrial da burguesia com os seus pares agrários. O jogo de acomodações dos interesses de ambos os grupos se afirmou como sendo a principal característica do modelo de dominação burguesa no Brasil. Não se pode, portanto, criar dois pólos de interesses divergentes e inconciliáveis das relações interburguesas no período em questão, ou seja, a Primeira República. As transformações

²⁵³ FERNANDES, Florestan, *Op. Cit.*, 1975.

²⁵⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. *Introdução à Revolução Brasileira*, Rio de Janeiro, 1967.

econômicas e sociais que operaram o desenvolvimento da capacidade de assimilação do “novo” não se projetaram sem a presença do velho. Essa dialética que se traduz em mudanças assistidas dentro da “ordem” é a chave no campo teórico que exprime a ausência de rupturas ou irrupções sociais radicais na sociedade brasileira. Desse modo, a mediação e o comportamento “moderado” das elites dominantes revelam uma pré-disposição de autoafirmação, de tempos em tempos, das camadas históricas passadas sem, no entanto, deixarem de incorporar e assimilar suas experiências radicais.

Produzir o novo significa na nossa História recorrer ao velho, avanços e retrocessos compõem um mesmo estado de coisas. As profundas camadas históricas que se interpõem às necessidades transformadoras funcionam como um estigma nas camadas históricas constituídas mais recentemente. A quebra desse paradigma histórico é o desafio colocado para o tempo presente, pois o “moderno” se arcaizou e esse dilema corporifica relações de dependência com o exterior que reforça e revela a imagem invertida que temos de nós mesmos. O bom exemplo é sempre o outro (o estrangeiro). A burguesia brasileira é tributária do complexo introjetado nas relações sociais oriundo de quatro séculos de trabalho cativo, que ainda exerce um poder sem igual na manutenção das estruturas sociais conservadoras de cada camada histórica passada ou atual da nossa sociedade.

O *modus operandi* da fração industrial da burguesia paulista se deteve na assimilação das experiências acumuladas pelo setor econômico e político que compunha o bloco de poder hegemônico de Estado, liderado em essência pela disposição do patronato rural brasileiro. O novo se alimenta do velho para ganhar sentido existencial, e por mais que as suas naturezas se choquem com a dialética da afirmação do novo sobre o velho, como assistimos na história da burguesia industrial inglesa, francesa ou americana, as correntes profundas do nosso passado histórico ainda não enferrujaram, toda transformação histórica recente que apareça nas novas camadas do tempo presente é aprisionada e condicionada: “O Brasil Moderno, ao mesmo tempo que se desenvolve e diversifica, preserva e recria traços e marcas do passado recente e remoto, nesta e naquela região”²⁵⁵.

É exatamente por não haver contradição, quando sim, pontual, entre a burguesia industrial e a agrária, que podemos afirmar categoricamente que os interesses do setor industrial estavam perfeitamente integrados à dinâmica de dominação exercida

²⁵⁵ IANNI, Octavio. A ideia de Brasil Moderno. São Paulo: Brasiliense, 1996.

pelas classes agrárias, antes e depois de 1930. A fração industrial da burguesia assimilou uma boa parte das contradições que surgiam das diferenças que existiam no bloco de poder burguês.

A fração industrial soube extrair do complexo cafeeiro a essência da sua existência econômica, política e social nos primeiros trinta anos da República, apesar das ambiguidades que marcaram a sua afirmação como grupo econômico, em sua esmagadora maioria oriunda do estrangeiro, que primeiramente atuou nas atividades comerciais e se converteu, por fim, em proeminentes industriais com a fabricação local de produtos outrora importados do exterior, pelas mãos de empresas comerciais, como expusemos no capítulo II.

A evolução da unidade de classe da fração industrial da burguesia paulista adquirida nos embates antagônicos de classes registrados no ascenso das lutas operárias, entre 1911 e 1921, foi determinante para que assumisse o seu lugar nas relações modernas de produção, uma vez que passou a responder diretamente aos conflitos no plano das relações trabalhistas: negociava pontos de conflitos, assinava os acordos necessários, se reunia em suas entidades de classe para discutir encaminhamentos unitários. Descumprindo acordos firmados com as organizações de representação operária, e postergando ao máximo o atendimento de determinadas reivindicações. O que mostrou seu relativo amadurecimento no lidar com as causas trabalhistas de origem operária como um todo.

No entanto, foi possível identificar, por meio dos conflitos de classe entre os patrões e operários, que a realização do elemento da coesão social de classe dos industriais se realizou em grande medida, por meio do conflito com o movimento operário, sem o qual essa experiência ficaria comprometida. Apesar do empenho de uma vanguarda empresarial de nomes como Jorge Street, Roberto Simonsen, Francisco Matarazzo ou Otávio Pupo Nogueira que, como empresários, procuraram definir as linhas gerais de um pensamento econômico nos marcos da indústria, com um discurso que visava elevar a importância industrial para o desenvolvimento do país.

Além disso, a fração industrial, adotando como estratégia um discurso de caráter paternalista e integrador junto de cooptação de setores mais moderados da classe operária, não se eximiu em adotar a punição jurídico-policial como elemento depurador dos elementos “mais radicais” do movimento operário na Primeira República.

Assim, apesar da tentativa de explicar as relações sociais entre burguesia industrial e proletariado em São Paulo pela chave da “modernidade” das relações de

classe que se operavam no meio urbano, deixamos de enxergar a principal motivação desse novo fenômeno, a sujeição incondicional da força de trabalho operária. Os empresários, mais articulados politicamente com a proposta de redenção do Brasil apoiada no desenvolvimento industrial, buscaram atrair para as “práticas modernas” das relações capitalistas de trabalho os demais membros de uma heterogênea fração de representantes da indústria, ainda condicionada social e politicamente aos marcos regionais da burguesia agrária, hegemônica no bloco de poder do Estado e dependente nas relações econômicas externas. Coube, portanto, ao setor mais dinâmico da fração de classe dos industriais atrair e dirigir seus demais membros para um campo de atuação que, primeiro, avançasse em seus marcos organizativos frente ao operariado e, segundo, constituíssem, a partir desse marco inicial, uma atuação coerente no plano da luta de classes.

Esse setor foi aos poucos reconhecendo formalmente o seu papel e se projetando no campo das disputas interburguesas como bloco coeso sabedor e defensor dos interesses que lhe cabiam. Possibilidade que nem sempre o conduziu às vantagens no tocante ao grupo hegemônico no bloco de poder dominante do Estado. As variações das taxas de câmbio sempre se constituíram como um entrave nesse entendimento, a despeito do fato de que as políticas gerais sancionadas pela elite agrária ainda movessem a estrutura econômica do país.

A preocupação do empresariado paulista de obter vantagens políticas e econômicas no interior do bloco de poder burguês dependia do próprio alcance que essa fração industrial possuía em se definir como segmento de classe. Assim, a nossa principal hipótese aqui discutida procurou mostrar a relevância das lutas operárias na dinâmica de constituição da unidade e coesão do patronato industrial em defesa dos seus propósitos de classe.

Em essência, as bases que fundamentaram a sua trajetória no sentido de um projeto mais coeso de atuação enquanto burguesia industrial tiveram o seu início após a greve geral de 1917, e esse fenômeno ganhou um formidável impulso no movimento grevista de 1919, com a criação do Centro Industrial de Fiação e Tecelagem de São Paulo (CIFTSP), em outubro de 1919.

Coube às lutas operárias o papel de ator principal na dinâmica de coesão de classe experimentada pela coadjuvante burguesia industrial no cenário dos conflitos de classes que sacudiram São Paulo entre 1917 e 1921, momento marcado por crises econômicas, exclusão política e social do proletariado urbano, custo de vida elevado,

intolerância policial e, acima de tudo, a sujeição indiscriminada do trabalho nas fábricas e oficinas de mulheres e crianças.

Estes, carentes de direitos mínimos no momento em questão, aguardavam a fatalidade da sobrevivência que os impelia para o tudo ou nada na deflagração da greve, forçando, portanto, a cada encontro antagônico em que ambos os lados se confrontavam, a possibilidade de um acordo favorável para a manutenção mínima da vida.

Esse momento exigiu também, por sua vez, a necessidade de organização do segmento industrial da burguesia, elevando-o a uma tomada de posição mais consciente do seu papel político, econômico e social numa realidade marcada pelas desigualdades e contradições impostas pelo sistema capitalista. Coube-lhes, portanto, a tarefa de se constituírem como classe social para si, nos marcos da dependência econômica externa. Condição essa que, conforme Bresser Pereira, foi atingida somente na década de 1950²⁵⁶.

Nesse sentido, queremos encerrar sugerindo que a burguesia industrial de São Paulo nunca se viu senhora de um projeto de dominação de classe que não estivesse diretamente atrelado aos conflitos por ela provocados. Essa afirmação compreende ao período aqui estudado: 1917 a 1921.

²⁵⁶ PEREIRA, Bresser. A Construção Política do Brasil. São Paulo: Editora 34, 2015.

Referências Bibliográficas

ADDOR, Carlos Augusto. *A Insurreição Anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Dois Pontos Editora, 1986.

ALENCASTRO, Luis Felipe, Renaux Maria Luiza. “Caras e Modos dos Migrantes e Imigrantes” in: ALENCASTRO, Luis Felipe (Org.). *História da Vida Privada – Império: A Corte e a Modernidade Nacional*: São Paulo, Cia das Letras, 1997.

ANDREWS, Gorge Reid. *Negros e Brancos em São Paulo (1888-1988)*. Bauru: EDUSC, 1998.

ARRUDA, Pedro Fassoni. *Relações de Poder no Brasil Capitalismo Dependente: 1889 a 1930*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ARRUDA, Maria Ermínia do Nascimento. “Arremate de Uma Reflexão: A Revolução Burguesa no Brasil de Florestan Fernandes”, Revista USP, 1996, nº 29.

AURELINO, Liana Maria. *No Limiar da Industrialização*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. *O Ano Vermelho: a revolução russa e seus reflexos no Brasil*. São Paulo, 2ª edição, 1980.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. *A Formação do Mercado de Trabalho no Brasil*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2008. (defesa 3/12/2001)

BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República de 1889 a 1930*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1981.

BATALHA, Cláudio H. M. *O Movimento Operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

BELLO, José Maria. *A História da República: 1889-1930*. Rio de Janeiro: Organização Simão, 1952.

BEIGUELMAN, Paula. *A Formação do povo no Complexo Cafeeiro: aspectos políticos*. São Paulo: Pioneira, 1978.

_____. *Os Companheiros de São Paulo*. São Paulo: Edições Símbolo, 1977.

BERTIN, Enidelce. *Alforrias na São Paulo do Século XIX*. São Paulo: Humanistas-FFLCH, 2004.

BIANCHI, Alvaro. *Hegemonia em Construção: A trajetória do PNBE*. São Paulo: Xamã, 2001.

BILAC, Maria Beatriz Bianchini. *As Elites Políticas de Rio Claro*. Campinas: Unimep-Editora da Unicamp, 2001.

BIONDI, Luigi. *Classe e Nação: trabalhadores e socialistas italianos em São Paulo, 1889-1920*. Campinas: Ed.Unicamp, 2011.

BLAJ, Ilana. *A Trama das Tensões: o processo de mercantilização de São Paulo*. São Paulo: Humanitas-Fapesp, 2002.

BOSI, Ecléia. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Cia. das Letras, 11ª edição, 2004.

BOTTOMORE, TOM. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988, 2ª edição.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e Capital Monopolista: A Degradação do Trabalho no Século XX*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

CANO, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. Rio de Janeiro-São Paulo: 1977.

_____. “Base e Superestrutura em São Paulo” In: LORENZO, Helena Carvalho de, COSTA, Wilma Peres da. *A década de 1920 e as Origens do Brasil Moderno*. São Paulo: Editora da Unesp, 1998.

_____. *Ensaio Sobre a Crise Urbana no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Difel, 1964.

_____. “O Estado na América Latina” in: PINHEIRO, Paulo Sérgio (Coord.). *O Estado na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. “Condições Sociais da Industrialização de São Paulo”. *Revista Brasiliense*, 1960, nº 28.

CAPELATO, Maria Helena. PRADO, Maria Lígia. *O Bravo Matutino*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980.

CARNOY, Martin. *Estado e Teoria Política*. Campinas: Papirus, 4ª edição, 1994.

CARONE, Edgar. *A Evolução Industrial de São Paulo (1889-1930)*. São Paulo: Editora Senac, 2000.

_____. *O Centro Industrial do Rio de Janeiro e Sua Importante Participação na Economia Nacional (1827-1977)*. Rio de Janeiro, Editora Cátedra, 1978.

_____. *A República Velha (Instituições e Classes Sociais)*. São Paulo: Difel, 1972.

CARVALHO, José Murilo. *A Construção da Ordem*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 3ª edição, 2010.

CASALECCHI, José Ênio. *O Partido Republicano Paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. *A Construção Nacional 1889-1930*. Rio de Janeiro: Fund. Mapfre-Objetiva, 2012.

_____. *Os Bestializados*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

CHAUÍ, Marilena, FRANCO, Maria Sylvia C. Franco. *Ideologia e Mobilização Popular*. Rio de Janeiro: CEDEC-Paz e Terra, 1978.

CHAVES, Marcelo Antonio. *A Trajetória do Departamento Estadual do Trabalho e Mediações das Relações de Trabalho: 1911-1937*. São Paulo: LTR-Fapesp, 2012.

COHN, Gabriel. “Problemas da Industrialização no Século XX” in: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em Perspectiva*. São Paulo: Difel, 1999.

COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República*. São Paulo: Editora da Unesp, 1998, 9ª edição.

_____. *O Pensamento Industrial no Brasil (1880-1945)*. Rio de Janeiro-São Paulo: Difel, 1977.

_____. *A Dialética Invertida*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

_____. *A Abolição*. São Paulo: Editora Unesp, 2008, 8ª edição

COSTA, Cruz. *Pequena História da República*. São Paulo: Brasiliense, 3ª edição, 1989.

CORREIA, Serzedelo. *O Problema Econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa- MEC, 1980.

CASTRO, Therezinha de. *História Documental do Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1968.

DAVATS, Thomas. *Memórias de um Colono no Brasil*. São Paulo: Edusp – Livraria Martins Editora, 1972.

DEAN, Warren. *A Industrialização de São Paulo*. São Paulo-Rio de Janeiro: Difel, 1979.

DECCA, Edgar de. 1930 *O Silêncio dos Vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. *A Vida Fora das Fábricas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DIAS, Everardo. *História das Lutas Sociais no Brasil*. São Paulo: Alfa Ômega, 2ª edição, 1977.

D'INCAO, Maria Angela (Org.). *O Saber Militante*. São Paulo: Editora da Unesp e Paz e Terra, 1987.

DOBB, Maurice. *A Evolução do Capitalismo*. São Paulo: Editora Abril, Os economistas, 1983.

DOWBOR, Ladislau. *A Formação do Capitalismo Dependente no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

DULLES, W. F. *Anarquistas e Comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1973.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder* (vol. 2). São Paulo: Publifolha, 2000.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930, Historiografia e História*. São Paulo: Cia. Das Letras, 2011, 16ª edição.

_____. (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira: estrutura de poder e economia (1889-1930)*. São Paulo: Difel, 1975.

_____. "A Revolução de 1930" In: MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em Perspectiva*. São Paulo: Difel, 1974.

_____. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp-FDE, 1995.

FERNANDES, Florentan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975.

_____. *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

_____. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

_____. *Nova República?*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

- _____. *Circuito Fechado*. São Paulo: Hucitec, 1976.
- _____. “Relações de Raça no Brasil: realidade e Mito”. In: FISHLOW, Albert. *Origens e Consequências da Substituição de Importações no Brasil*. São Paulo, Rev. Estudos Econômicos v. 02, nº 6, dezembro de 1972.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1987, 22ª edição.
- _____. *Criatividade e Dependência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- _____. (Org.). *Brasil: Tempos Modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, 3ª edição.
- GORENDER, Jacob. *O Escravidão Colonial*. São Paulo: Ática, 1988.
- _____. *A Burguesia Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- _____. “O Conceito de Modo de Produção e a Pesquisa Histórica” in: *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- _____. *A Escravidão Reabilitada*. São Paulo: Ática, 2ª edição, 1991.
- GRAHAM, Richard. *Grã – Bretanha e o início da modernização no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, A Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- HARDMAN, Foot, LEONARDI, Victor. *História da Indústria e Trabalho no Brasil*. São Paulo: Ática, 199.
- HEILBRONER, Robert. *A História do Pensamento Econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- HOBBSBAWN, Eric. *A Era do Capital: 1848-1875*. São Paulo: Paz e Terra, 15ª edição, 2009.
- _____. *Mundos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. *A Era dos Impérios 1875-1914*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 3ª edição, 1956.

IANNI, Octavio. *Estado e Capitalismo*. Rio de Janeiro: Cia Editora Nacional, 1965.

_____. *A ideia de Brasil Moderno*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

_____. *Raças e Classes Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

IGLÉSIAS, Francisco. *A Industrialização Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 6ª edição, 1994.

KEMP, Tom. *A Revolução Industrial na Europa*. Lisboa: Edições 70, 1985.

KENEZ, Kátia Cristina. *Movimento Operário em 1919: Repressão e Controle Social*. São Paulo: Departamento de História, FFLCH-USP, Tese de Mestrado, 2001.

KOVARICK, Lúcio. *Trabalho e Vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

LAFARGUE, Paul. *O Capital: Karl Marx (Extratos)*. São Paulo: Veneta, 2014.

_____. *O Direito a Preguiça*. São Paulo: Kairós, 3ª edição, 1983.

LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Ferrovias e Mercado de Trabalho no Brasil do Século XIX*. São Paulo: Edusp, 2012.

LAPA, José Roberto do Amaral (Org.). *Modos de Produção e Realidade Brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.

LASKI, Herold J. *O Liberalismo Europeu*. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1ª edição, 1973.

LEAL, Victor Nuno. *Coronelismo, Enxada e Voto*. São Paulo: Cia das Letras, 7ª edição, 2013.

LEITE, Márcia de Paula. *O Movimento Grevista no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LEME, Marisa Saenz. *A Ideologia dos Industriais Brasileiros 1919-1945*. Petrópolis: Vozes, 1978.

LENIN, V.I. *O Imperialismo Etapa Superior do Capitalismo*. Campinas: Editora da Unicamp-Faculdade de Educação, 2011.

LIMA, Ruy Cirne. *Pequena História Territorial do Brasil: Sesmarias e Terras Devolutas*. Porto Alegre: Livraria Sulina, 1954.

LIMA, Heitor Ferreira. *Industrialista Brasileiro: Mauá, Rui Barbosa, Simonsen*. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1976.

LORENZO, Helena Carvalho de, COSTA, Wilma Peres (Orgs.). *A Década de 1920 e as Origens do Brasil Moderno*. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

LUCA, Tânia Regina de. *Indústria e Trabalho na História do Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

LUZ, Nícia Vilela. *A Luta Pela Industrialização no Brasil*. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1975.

MAESTRI FILHO, Mário José. *Depoimentos de Escravos Brasileiros*. São Paulo: Ícone Editora, 1988.

MARCOVITCH, Jacques. *Pioneiros e Empreendedores: a saga do desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Edusp, Editora Saraiva, 2003.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da Dependência*. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 3ª edição, 1988.

_____. *O Capital: "Crítica da Economia Política"*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

_____. *El Capital*. Mexico: Fondo de Cultura Econômica, 8ª edição, 1973.

_____, ENGELS Friederich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998.

_____. *Marx, Engels: História*. FENDANDES, Florestan (Org.), São Paulo: Ática, 2ª edição, 1984, Coleção Cientistas Sociais; 36.

MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. São Paulo: Hucitec, 8ª edição, 2004.

_____. *Conde Matarazzo, O Empresário e a Empresa*. São Paulo: Hucitec, 1973.

MARTINS, Luciano. *Industrialização, Burguesia Nacional e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

_____. *O Poder do Atraso: ensaios de sociologia e da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS, Marcelo Tardeu Quintanilha. *A Civilização do Delegado*. São Paulo: Alameda Editorial, 2014.

MATOS, Maria Izilda Santos. *Trama e Poder: A trajetória e polêmica em torno das indústrias de sacarias para café (São Paulo 1888-1934)*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e Sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 1ª edição, 2009.

McDOWALL, Duncan. *Light A História da Empresa que Modernizou o Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2008.

MELLO, Manuel Cardoso de. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1986. 5ª edição.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **“Grande Propriedade, Grandes Proprietários: Velhas Questões, Novas Abordagens”** In: SILVA, Sérgio S, SZMRECSÁNYI, Tamás. *História Econômica da Primeira República*. São Paulo: Edusp – Imprensa Oficial – Hucitec, 2002.

MICELI, Paulo. *O Projeto Industrialista em São Paulo 1928-1948*. São Paulo: Fiesp, Ciesp, Sesi, Senai, 1992.

MONTERO, Paula. COMIN, Álvaro (Orgs.). *Mão e Contra Mão: e outros ensaios contemporâneos*. São Paulo: Editora Globo, 2009.

MORAES FILHO, Evaristo. *Ideias Sociais de Jorge Street*. Brasília-Rio de Janeiro: Senado Federal, 1980.

MORAES, João Quartim de. *História do Marxismo no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

MORAES NETO. *Marx, Taylor, Ford: As Forças Produtivas em Discussão*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MOREIRA, Sílvia. *São Paulo na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MOTA, Lourenço Dantas (Org.). *Introdução ao Brasil*. São Paulo: Editora Senac, 1999, 3ª edição.

MOTOYAMA. Shozo (Org.). *Tecnologia e Industrialização no Brasil*. São Paulo: Editora da Unesp-Ceeteps, 1994.

MOTTA, Fernando. *Empresários e Hegemonia Política*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

MOURA. Esmeralda Blanco B. de. *Mulheres e Menores no Trabalho Industrial*. Petrópolis: Vozes, 1982.

NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Petrópolis: Vozes, 1977.

NOVAIS, Fernando A. *Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial*. São Paulo: Brasiliense, 5ª edição, 1990.

NOVAK, Geoge. *A Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado*. São Paulo: Rabisco Criação e Propaganda Ltda, 1988.

OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à Razão Dualista: O Ornitorrinco*. São Paulo: Boi Tempo, 2013.

_____. *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro: 1989, 5ª edição.

PALÁEZ, Carlos Manuel. *História da Industrialização Brasileira*. Rio de Janeiro: Apec, 1972.

PAULA, João Antonio. “O Progresso Econômico” in: CARVALHO, José Murilo (Org.). *A Construção Nacional 1889-1930*. Rio de Janeiro: Fund. Mapfre-Objetiva, 2012.

PEREIRA, Luis Carlos Bresser. *Empresários e Administradores no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1974.

_____. *Origens Étnicas e Sociais dos Empresários Paulistas*, Revista de Administração de Empresas (RAE), vol. 4, nº11, junho de 1964, p. 93.

_____. “Empresários, Suas Origens e as Interpretações do Brasil” In: SZMRECSÁNYI, Tamás, MARANHÃO, Ricardo. *História de Empresas e Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Edusp - Imprensa Oficial – Hucitec, 2002.

PEREIRA, Robson Mendonça. *Washington Luis na Administração de São Paulo: 1914-1919*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

PERISSINOTTO, Renato M. *Classes Dominantes e Hegemonia na República Velha*.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. “Tempos Modernos” In: *Nosso Século 1900/1910*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

_____. *Política e Trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. HALL, Machael M. *A Classe Operária no Brasil*. São Paulo: Brasiliense; 1889-1930, 1981, Vol. II.

PORTA, Paula (Org.). *A História da Cidade de São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

POULANTIZAS, Nicos. *Poder Político e Classes Sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 2ª edição, 1986.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1963.

_____. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.

_____. Caio Prado. *História e Desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

_____. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 6ª edição, 1961.

PRADO, Narereth. *Antonio Prado no Império e na República*. Rio de Janeiro: Briguet & Cia Editores, 2ª edição, 1929.

RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *Condições de Trabalho na Indústria Têxtil Paulista (1870-1930)*. São Paulo: Hucitec, 1988.

ROCHA, Antonio Penalves. *Abolicionistas Brasileiros e Ingleses*. São Paulo: Editora Unesp – Brazilian Business School, 2008.

RODRIGUES, Leôncio. *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Difel, 1966.

ROIO, José Luis Del (Org.). *Trabalhadores do Brasil*: São Paulo, Ícone-Edusp, 1990.

RUDÉ, Georges. *A Multidão na História*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1991.

SAES, Décio. *A Formação do Estado Burguês no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª edição, 1990.

_____. *Classe Média e sistema Político no Brasil*. São Paulo: T.A Quiroz, Editor, 1985.

_____. *República do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2001.

SAES, Alexandre Maccione. *Conflitos do Capital: Light versus CBEE na formação do capitalismo brasileiro (1898-1927)*. Bauru: Edusc-Fapesp, 2010.

SANTIAGO, Silviano (Coord.). *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 2002.

SEVCENKO, Nicolau. *O Orfeu Estático na Metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

SILVA, Josué Pereira da. *Três Discursos, Uma Sentença: tempo e trabalho em São Paulo, 1906-1932*. São Paulo: Anablume-Fapesp, 1996.

SILVA, Ligia Maria Osório. “A Apropriação Territorial na Primeira República” In: SZMRÉCSÁNYI, Tamás, MARANHÃO, Ricardo (Orgs.). *História da Economia da Primeira República*. São Paulo: Edusp – Imprensa Oficial – Hucitec, 2002.

SILVA, Sérgio S., SZMRECSÁNYI, Tamás. *História Econômica da Primeira República*, São Paulo: Edusp, Imprensa Oficial, Hucitec, 2002.

SILVA, Sérgio. *A Expansão Cafeeira e as Origens da Indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa Ômega, 1980.

SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado*. São Paulo: Edusp, 1966.

SIMONSEN, Roberto. *Evolução Industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Cia Editora Nacional e Editora da USP.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*. Cia Editora Nacional, 1977.

SLEMIAN, Andréa. *Sob o Império das Leis: constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)*. São Paulo: Hucitec-Fapesp, 2009.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Burguesia Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

_____. *Capitalismo e a Revolução Burguesa no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

_____. *Introdução à Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. “O Processo Político-Partidário na Primeira República” in: MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em Perspectiva*. São Paulo: Difel, 1974.

SPINDEL, Cheya R. *Homens e Máquinas na Transição de Uma Economia Cafeeira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

STEIN, Stanley J. *Grandeza e Decadência do Café*. São Paulo: Brasiliense, 1961.

SUZIGAN, Wilson. *Indústria Brasileira: Origem e Desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec-Editora da Unicamp, 2000.

SZMRÉCSÁNYI, Tamás, MARANHÃO, Ricardo (Orgs.). *História de Empresas e Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Edusp, Imprensa Oficial, Hucitec, 2002.

_____, SUZIGAN, Wilson. “Os Investimentos Estrangeiros no Início da Industrialização do Brasil” In: SILVA, Sérgio S, SZMRÉCSÁNYI, Tamás. *História*

Econômica da Primeira República, São Paulo: Edusp – Imprensa Oficial – Hucitec, 2002.

TEIXEIRA, Palmira Petratti. *A Fábrica do Sonho: trajetória do industrial Jorge Street*. São Paulo – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

THOMPSON, E.P. Tiempo, “*Disciplina de trabajo y capitalismo industrial*” in: Tradicion Revolta y Consciencia de Classe. Barcelona: Ed. Critica, 1979.

_____. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

TOLEDO, Edilene. *Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário*. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2004.

_____. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TROTSKI, Leon. *A Revolução de 1905*. São Paulo: Global Editora, 1985.

TRUZZI, Oswaldo. *Café e Indústria, São Carlos: 1850-1950*. São Carlos: Edufscar-Imprensa Oficial, 2007.

VERSIANI, Flávio, SUZIGAN, Wilson. “O Processo Brasileiro de Industrialização: Uma visão geral”. In: *Série Textos Didáticos*, nº 10, UnB - Departamento de economia, 1990.

_____. “Escravos, Homens Livres e Imigrantes: Notas Sobre a Oferta de Trabalho para a Indústria no Período Até 1920” In: SILVA, Sérgio S, SZMRECSÁNYI, Tamás. In: *História Econômica da Primeira República*. São Paulo, Edusp – Imprensa Oficial – Hucitec, 2012.

VIEIRA, Hermes, SILVA, Oswaldo. *História da Polícia Civil de São Paulo*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1955.

VINHAS, Maurício, EVANS, Peter. *Um Delicado Equilíbrio: o capital internacional e o local na industrialização brasileira*. Brasília: UnB – Fundação Ford, 1977.

WALKER, Thomas W, SOUSA, Aguinaldo de. *Dos Coronéis à Metrópole: fios e tramas da sociedade e da política em Ribeirão Preto no século XX*. Ribeirão Preto: Palavra Mágica, 2000.

ZANETTI, Augusto, VARGAS, João Tristan. *Taylorismo e Fordismo na Indústria Paulista*. São Paulo: Humanitas-Fapesp, 2007.

FONTES PRIMÁRIAS CONSULTADAS

Jornais da Imprensa Diária e Demais Periódicos, entre 1912 e 1921: São Paulo.

- *O ESTADO DE S. PAULO*
- *O CORREIO PAULISTANO*
- *O COMBATE*
- *O COMERCIO*
- *JORNAL DO COMMERCIO*
- *DIÁRIO POPULAR*
- *ALMANACH LITTERARIO DE SÃO PAULO – 1881 e 1884* (Publicado por José Maria Lisboa).
- *REVISTA DO COMMERCIO E INDÚSTRIA DE SÃO PAULO: 1914 e 1915.*

Periódicos da Imprensa Operária, entre 1912 e 1921.

- *A PLEBE – São Paulo*
- *O PARAFUSO – São Paulo*
- *A LANTERNA – São Paulo*
- *GUERRA SOCIALE – São Paulo*
- *O CLARIN – Rio de Janeiro*
- *A VANGUARDA – São Paulo*
- *SPARTACUS – Rio de Janeiro*
- *VOZ DO POVO – Rio de Janeiro*
- *O MATAALLURGICO – São Paulo*
- *O GRITO OPERARIO – São Paulo*

FONTES OFICIAIS

- RECENSEAMENTO DO BRASIL DE 1920. Rio de Janeiro: Typografia da Estatística, Volume V, 1927. Diretoria Geral de Estatística, Ministério da Agricultura Indústria e Comércio.
- ATOS DO PODER EXECUTIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO, ANNO: 1918.
- ATOS DO PODER LEGISLAIVO DE SÃO PAULO: 1916 a 1919.
- ANAAES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO: 1917.
- COLEÇÃO DAS LEIS E DECRETOS DO ESTADO DE SÃO PAULO.

FONTE ORIUNDA DA PATRONAL INDUSTRIAL

- CIRCULARES DO CENTRO INDUSTRIAL DE FIAÇÃO E TECELAGEM DE SÃO PAULO (CIFT-SP): 1919 a 1926.